UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO

FERNANDA ROCHA DE OLIVEIRA

REFLEXOS DO DISPOSITIVO IDENTITÁRIO NAS POLÍTICAS DE VALORIZAÇÃO DE BENS CULTURAIS DO "CRATIM DE AÇÚCAR"

Recife

2025

FERNANDA ROCHA DE OLIVEIRA

REFLEXOS DO DISPOSITIVO IDENTITÁRIO NAS POLÍTICAS DE VALORIZAÇÃO DE BENS CULTURAIS DO "CRATIM DE AÇÚCAR"

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de doutora em Desenvolvimento Urbano.

Área de concentração: Conservação Integrada.

Orientadora: Profª. Drª. Natália Miranda Vieira-de-Araújo

Recife

2025

.Catalogação de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Oliveira, Fernanda Rocha de.
Reflexos do dispositivo identitário nas políticas de valorização de bens culturais do "Cratim de Açúcar" / Fernanda Rocha de Oliveira. - Recife, 2025.
336f.: il.

Tese (Doutorado)- Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, 2025.
Orientação: Natália Miranda Vieira-de-Araújo.

1. Dispositivo identitário; 2. Práticas de (des)valorização; 3. Bens culturais materiais; 4. Crato-CE. I. Vieira-de-Araújo, Natália Miranda. II. Título.

UFPE-Biblioteca Central

À minha mamis, Vera Rocha, que sempre me apoiou e incentivou nos estudos, e me ensinou a importância de estar sempre aprendendo!

AGRADECIMENTOS

Inicio meus agradecimentos por aquelas/es que constituem a principal base para eu lograr qualquer êxito: as pessoas a quem amo e que me acolhem diante de dificuldades, mas que também comigo comemoram as vitórias que nos lembram que a vida presta. Nesse grupo está minha família, incluindo minha esposa e companheira de vida, Rebeca Oliveira, que esteve junto em toda minha trajetória de doutorado, sendo parceira de várias maneiras.

Dentre os amores-amigos, destaco Thainá Lima, que, além de apoiadora emocional e consultora em análise de discurso foucaultiana, atuou como interlocutora de reflexões sobre a pesquisa, um verdadeiro luxo para um processo que é, muitas vezes, solitário.

Academicamente falando, sou grata a todos os membros da minha banca avaliadora, pelo cuidado com a leitura e pela realização de respeitosas contribuições para a melhoria da pesquisa, fazendo jus à admiração que já verbalizei ter por cada um.

No âmbito das pessoas que juntam apoio acadêmico e afetividade, meu sincero obrigada à minha orientadora Natália Vieira-de-Araújo, que é, para mim, uma grande inspiração, e por quem venho nutrindo, ao longo desses anos, um carinho gigante. Mas também relembro, nesse contexto, minha primeira orientadora no campo do patrimônio, Berthilde Moura Filha, que me agraciou com um grande encantamento por ela e pela área.

Essa pesquisa só foi possível com a ajuda de outros parceiros. Agradeço, grandemente, aos conhecimentos e à generosidade dos colegas cratenses arquitetos, urbanistas, pesquisadores e apaixonados pela história de sua cidade, Ari Figueiredo e Waldemar Arraes. Em seus nomes, me faço, também, agradecer a outras pessoas que contribuíram para eu me ambientar nessa localidade que me acolhe desde 2019.

Também agradeço aos funcionários de órgãos públicos em que fiz pesquisa de campo: secretarias de cultura e de urbanismo e meio ambiente do Crato, Câmara de Vereadores do Crato e Coordenadoria de Patrimônio Cultural e Memória (da Secretaria de Cultura do estado do Ceará, em Fortaleza).

Por fim, e não menos importante, agradeço à Capes pela bolsa de doutorado, porque remunerar a pesquisa não só contribui para o aumento da qualidade do produto, mas também de vida dos pesquisadores, num ciclo virtuoso em que se valoriza a ciência, e essa traz melhorias para a sociedade.

RESUMO

REFLEXOS DO DISPOSITIVO IDENTITÁRIO NAS POLÍTICAS DE VALORIZAÇÃO DE BENS CULTURAIS DO "CRATIM DE AÇÚCAR"

O trabalho parte de provocações de um artigo acadêmico, que apontava que o município do Crato (localizado ao sul do Ceará, na região do Cariri) não queria manter seu patrimônio cultural material. Foi percebida uma aparente contradição, considerando a existência de jargões de valorização identitária localmente, assim como alguns instrumentos de proteção legal. As escolhas metodológicas para enfrentamento do problema envolveram, em síntese, pesquisas exploratória, documental, arquivística (incluindo processos de tombamento e atas da Câmara de Vereadores) e bibliográfica; assim como a adoção de um referencial teórico pautado na análise de discurso em diálogo com os estudos culturais, tendo o dispositivo foucaultiano como principal chave de análise para compreender as relações entre construções identitárias e as práticas de (des)valorização de bens culturais locais. Partindo da hipótese de que existe um dispositivo identitário cratense que gera subjetividades diversas e que se materializam na cidade, o objetivo geral da tese é demonstrar a existência desse dispositivo, apontando evidências de reflexos dele nas políticas e práticas de (des)valorização de bens arquitetônicos, urbanísticos e do meio ambiente. Para atingi-lo foram realizadas: discussões iniciais sobre a realidade local – mostrando a aderência do tema com os conceitos de dispositivo e identidade –, bem como práticas correlacionadas ao campo do patrimônio; um aprofundamento sobre a realidade local, demarcando construções identitárias mais hegemônicas (denominadas "lado A") e as resistências a elas ("lado B"); uma sistematização do dispositivo identitário cratense, com suas formas de funcionamento e diagramas de força, atentando para atores (de locais a internacionais) influentes e seus interesses; apontamento de exemplos de políticas e práticas de (des)valorização dos bens culturais locais, adotando como recorte de análise as instituições escolares, referências "lado A" x "lado B" (a exemplo de museus x campo de concentração do Buriti), bens relacionados ao meio ambiente e ao futebol, Expocrato e turismo religioso. O caminho trilhado permitiu verificar evidências do que vem sendo, estratégica e secularmente, construído na mentalidade dos grupos sociais em consequência da atuação de mecanismos de poder, e como essa manipulação de construções discursivas, que se sustentam por elementos mais ou menos visíveis, interfere na criação de sentimentos de exaltação de alguns bens, e de apagamentos de outros. Foram detectados

interesses em jogo, relativos à Igreja, aos setores econômicos imobiliário, do comércio e do turismo (sobretudo religioso, mas também relativo à cultura e ao meio ambiente). Entre os personagens e as redes de poder nas quais interferem, têm destaque, localmente, instituições, atores e partidos políticos, mas também em escala ampliada (estadual, nacional e internacional), assim como grupos sociais de resistência, que tencionam práticas hegemônicas. Sendo o patrimônio um recurso político, fabricado por especialistas, comunidades, indivíduos ou nações, as contribuições da tese apontam ferramentas para que mais grupos tenham a oportunidade de disputar esse recurso, superando as práticas que reforçam valores e práticas culturais e sociais apenas daqueles que já foram e ainda são, historicamente, legitimados e privilegiados.

Palavras-chave: dispositivo identitário; práticas de (des)valorização; bens culturais materiais; Crato-CE.

RESUMEN

REFLEJOS DEL DISPOSITIVO IDENTITARIO EN LAS POLÍTICAS DE VALORACIÓN DEL PATRIMONIO CULTURAL DEL “CRATIM DE AÇÚCAR”

El trabajo parte de las provocaciones de un artículo académico que sugeriría que el municipio de Crato (ubicado en el sur del estado de Ceará, en la región de Cariri) no tendría interés en preservar su patrimonio cultural material. Esta afirmación parecía contradictoria, dado el discurso local sobre la valorización identitaria y la existencia de algunos mecanismos legales de protección. La investigación adoptó una metodología que incluyó estudios exploratorios, documentales, archivísticos (incluidos procesos de patrimonialización y actas de la Cámara de Concejales) y bibliográficos. El análisis se fundamentó en la teoría del discurso y los estudios culturales, teniendo como eje central el concepto foucaultiano de dispositivo para comprender la relación entre las construcciones identitarias y las prácticas de (des)valorización de los bienes culturales locales. La hipótesis central sostiene la existencia de un dispositivo identitario cratense que produce subjetividades diversas, las cuales se materializan en el espacio urbano. El objetivo general es demostrar la existencia de este dispositivo y sus efectos en las políticas y prácticas de (des)valorización de bienes arquitectónicos, urbanísticos y ambientales. Se presentan discusiones iniciales sobre la realidad local y su relación con los conceptos de dispositivo e identidad, seguidas del análisis de construcciones identitarias hegemónicas (“lado A”) y sus resistencias (“lado B”). Luego, se sistematiza el dispositivo identitario cratense, sus formas de funcionamiento y diagramas de poder, identificando actores e intereses en escalas local, nacional e internacional. El análisis abarca escuelas, instituciones, y referencias contrastantes (“lado A” museos vs. “lado B” campo de concentración de Buriti), bienes relacionados al medio ambiente y al fútbol, Expocrato y turismo religioso. Los resultados muestran evidencias de construcciones estratégicas e históricas en el imaginario social, influenciadas por mecanismos de poder que valoran ciertos bienes culturales en detrimento de otros. Se identifican intereses de la Iglesia y de los sectores inmobiliario, comercial y turístico (especialmente el religioso, pero también el cultural y ambiental). Entre los actores destacan instituciones locales, partidos políticos y grupos sociales de resistencia. Considerando que el patrimonio es un recurso político producido por especialistas, comunidades, individuos o naciones, la tesis ofrece herramientas

para que más grupos puedan disputar dicho recurso, desafiando prácticas que privilegian los valores culturales de grupos históricamente legitimados.

Palabras clave: dispositivo identitario; prácticas de (des)valorización; bienes culturales materiales; Crato-CE.

ABSTRACT

REFLECTIONS OF THE IDENTITY DEVICE ON POLICIES FOR THE VALORIZATION OF CULTURAL HERITAGE IN THE “CRATIM DE AÇÚCAR”

This research is motivated by an academic article that suggested the municipality of Crato (located in the southern region of Ceará, in Cariri) did not aim to preserve its material cultural heritage. This appeared contradictory, given the local discourse on identity appreciation and the presence of some legal protection mechanisms. Methodologically, the study employed exploratory, documentary, archival (including heritage listing processes and City Council records), and bibliographic research, grounded in discourse analysis and cultural studies. The Foucauldian notion of the dispositif (apparatus) was used as the main analytical tool to understand the relationship between identity constructions and the (de)valorization of local cultural assets. The central hypothesis posits the existence of a Cratense identity dispositif that produces diverse subjectivities manifested in the city. The main objective is to demonstrate the existence of this dispositif and its effects on policies and practices regarding the (de)valorization of architectural, urban, and environmental heritage. The study presents an initial discussion of the local context, aligning the theme with the concepts of dispositif and identity, followed by an analysis of hegemonic (“Side A”) and resistant (“Side B”) identity narratives. It then systematizes the cratense identity dispositif, examining its functioning, power diagrams, actors, and interests—from local to international levels. The analysis focuses on schools, institutions, and contrasting references (“Side A” museums vs. “Side B” the Buriti concentration camp), environmental and football-related assets, Expocrato, and religious tourism. The findings reveal strategic and historical constructions in social consciousness shaped by power mechanisms, which exalt some cultural assets while erasing others. Notable interests include those of the church and the real estate, commercial, and tourism sectors (especially religious tourism, but also cultural and environmental). Among the actors in these power networks are local institutions, political parties, and social resistance groups. As heritage is a political resource shaped by experts, communities, individuals, or nations, this thesis has brought tools for broader groups to contest this resource, challenging practices that privilege the cultural values of historically legitimized groups.

Keywords: identity dispositif; (de)valorization practices; material cultural assets; Crato-CE.

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: esquema sobre parte do caminho de pesquisa, com foco na revisão da problemática inicial. 29
Figura 2: mapas de localização do estado do Ceará na região Nordeste, do município do Crato no estado do Ceará e do território do município do Crato. 33
Figura 3: painel ilustrativo da diversidade da Chapada do Araripe, publicada em campanha para sua candidatura a Patrimônio da Humanidade. 34
Figura 4: imagem de divulgação da rede social Mídia Ninja, sobre a descoberta da formiga mais antiga do mundo, no Crato. 35
Figura 5: mapa da Chapada do Araripe e sua Bacia Sedimentar, com a localização dos municípios a seu sopé - dentre os quais está o Crato. 36
Figura 6: ampliação do Mapa de Tipos Climáticos do Ceará, com destaque para as cidades do sul do estado. 37
Figura 7: paisagem urbana/ambiental cratense, com destaque para a Chapada do Araripe, que figura como cenário de fundo em diversas áreas do município. 38
Figura 8: mapa de evolução urbana elaborado pela Prefeitura Municipal de Crato. 39
Figura 9: mapa com registro da localização de algumas das edificações e dos espaços públicos demolidos, total ou parcialmente, no centro histórico do Crato-CE. 40
Figura 10: Colégio Santa Inez (depois Grupo Escolar Teodorico Teles de Quental), na esquina da Pç. da Sé com a Rua Leandro Bezerra. 43
Figura 11: conjunto arquitetônico da rua D. Quintino - à esquerda, prédio demolido; ao centro e à direita, capela e Colégio Santa Tereza de Jesus (19--). 43
Figura 12: Rua Dr. Miguel Limaverde por volta dos anos 1960. 44
Figura 13: imóveis da Rua Dr. Miguel Limaverde que foram destruídos. 45
Figura 14: imóvel que passou por perda parcial de sua estrutura (ala direita) para construção de pontos comerciais. 46
Figura 15: *frames* do vídeo de divulgação de matéria do programa televisivo Globo Repórter sobre o Cariri cearense. 48
Figura 16: diretrizes para o patrimônio histórico do Crato. 50
Figura 17: projeto de urbanização do Bairro Seminário. 51
Figura 18: mapa espacializando as obras previstas no Projeto “Praças Centrais”, no Crato. 52

Figura 19: vista aérea do Centro Cultural Cariri, com implantação do prédio principal em forma de "H". Ainda integram o complexo um teatro (volume prismático à esquerda da imagem), um planetário (volume esférico à direita) e diversos tipos de áreas livres. 54
Figura 20: imagem de uma das mesas do V Seminário Internacional Bacia Cultural Sociobiodiversa da Chapada do Araripe, realizado em junho de 2024 na Fundação Casa Grande (Nova Olinda). 55
Figura 21: *print* de tela da cartografia cultural do Crato, com destaque, em legenda, da categoria Patrimônio Histórico e Arquitetônico (Eixo II). 56
Figura 22: mapa de filiação estilística de edificações do centro histórico do Crato. 58
Figura 23: exemplares modernistas cratenses: A - Crato Tênis Clube (dec. 1950); B - Rádio Araripe (1951); C - Rádio Educadora (2013). 59
Figura 24: exemplo de fachada apresentada na publicação de Paulo de Tarso Sousa. 60
Figura 25: exemplo de resgate de cenário urbano do Crato, por meio de modelagem virtual renderizada. 61
Figura 26: *card* do "rolê" no centro histórico do Crato, promovido pelo @memoriasdejuazeiro. 62
Figura 27: infograma correlacionando diagrama de forças, dispositivos (em suas formas discursivas e não discursivas) e níveis de intervenção no corpo social. 68
Figura 28: mapa com a proposta de território da Província do Cariri Novo, em 1839. 83
Figura 29: mapa das linhas da Rede de Viação Cearense (RVC) em 1927. 88
Figura 30: Seminário Episcopal do Crato, em 1925. 91
Figura 31: trecho de foto da Casa de Caridade do Crato, em 1925. 92
Figura 32: casa de porão alto na Praça da Sé, Crato, em 1925. 92
Figura 33: fotografia do Crato Foot-Ball Club, feita na Praça da Sé, em 19 de novembro de 1919. 96
Figura 34: construções do Crato nos anos 1920: à esquerda, Usina A. Costa & Meyer LTDA, inaugurada em 1920 (registro de 1925); à direita, Cassino Sul-Americano. 97
Figura 35: Correios e Telégrafos do Crato. 97
Figura 36: vista da cidade do Crato em 1925. 98
Figura 37: croqui-mapa da cidade do Crato no início do século XX. 98
Figura 38: croqui-mapa do Crato em 1938. 99
Figura 39: Praça do Centenário (atual Praça da Sé), do Crato-CE. 101
Figura 40: brasão do Crato, ainda hoje utilizado como símbolo da prefeitura municipal. ... 104

Figura 41: exemplo de edificações do Crato em 1962, dotadas de sacadas de ferro e fachadas de azulejos. 106
Figura 42: painel do sítio arqueológico de Santa Fé, distrito do Crato. 113
Figura 43: imagem de um sertanejo indígena, extraída da apresentação do arquiteto Glaudemias Granjeiro. 115
Figura 44: veículo de Siqueira Campos em meio a prédios e vias modernizados. 118
Figura 45: Campo de Concentração do Buriti, Crato, em 1932. 118
Figura 46: mapa e infográfico com a localização e o quantitativo de "flagelados" (migrantes) nos campos de concentração do Ceará. 120
Figura 47: registro da primeira missa campal em memória às vítimas do ano de 1932. 122
Figura 48: mapa da área urbana do Crato na década de 1960, com destaque para o núcleo antigo. 124
Figura 49: Festa das Pitombas, em 2019, com o Seminário São José aos fundos da imagem. 128
Figura 50: panorâmica do Crato no início do Século XX, com os destaques: no primeiro plano se sobressai a Igreja da Sé, estando a Casa de Câmara e Cadeia à direita; o Seminário São José está aos fundos. 142
Figura 51: prédio da antiga Casa de Câmara, quando já sediava os Museus Histórico e Vicente Lemos. Foto da fachada a partir da Rua Senador Pompeu, em fevereiro de 2004. .. 143
Figura 52: Encosta do Seminário em 1941, enfatizando o contraste urbanístico no Crato, entre a 148
Figura 53: casa de taipa do Sítio Fundão, um dos elementos considerados patrimônio afrocratense devido tanto à sua execução por afrodescententes quanto por envolverem técnicas e soluções construtivas vindas de África. 150
Figura 54: *frames* de vídeo que capturou projeção de luz em evento realizado no Centro Cultural Cariri. 151
Figura 55: publicidade do Grande Hotel nos anos 1950, sediado no Edifício Filgueira Teles, à Praça Siqueira Campos. 153
Figura 56: *frames* de vídeo com *ranking* das maiores estátuas católicas do Ceará: Nossa Senhora da Penha (Campos Sales, 23 m); Santo Antônio (Barbalha, 26m); Padre Cícero (Juazeiro do Norte, 27m), (Canindé, 30.25m); Nossa Senhora de Fátima (Crato, à época, 45m). 157

Figura 57: trecho do Plano Municipal de Cultura do Município, referente ao eixo de Patrimônio e Memória e Social. 159
Figura 58: foto de Huberto Cabral nas comemorações de 7 de setembro, no Crato. 165
Figura 59: fotos do evento de assinatura da ordem de serviço para restauração da antiga Casa de Câmara e Cadeia do Crato. 165
Figura 60: registros de Ely Aguiar com Samuel Araripe: à esquerda, em evento carnavalesco cratense; à direita, em evento de assinatura de ordem de serviço. 167
Figura 61: montagem de mapas: nas extremidades, o estado do Ceará, com a espacialização dos índices eleitorais do deputado estadual Ely Aguiar; ao centro, a RM Cariri. 168
Figura 62: convidados confirmados para evento internacional ocorrido no Museu de Palentologia (Santana do Cariri-CE), em 2025. 175
Figura 63: fachada da Sociedade de Cultura Artística do Crato. 190
Figura 64: montagem com foto externa e situação urbana (com ângulo de visualização) da atual EEIEF São Francisco (antiga EEF Alexandre Arraes, Crato-CE). 195
Figura 65: montagem com foto externa e situação urbana (com ângulo de visualização) do Colégio Diocesano (Crato-CE). 197
Figura 66: fachada do antigo Gymnásio do Crato (século XX), onde hoje existe o Colégio Diocesano. 198
Figura 67: montagem com foto externa e situação urbana (com ângulo de visualização) do Colégio Estadual (Wilson Gonçalves), Crato-CE. 199
Figura 68: imagem de livro que trata da perseguição sofrida pelo Beato Zé Lourenço. 203
Figura 69: imagem de satélite com o contexto de inserção do Sítio Caldeirão na zona rural do Crato-CE. 204
Figura 70: montagem com imagens do Sítio Caldeirão, no Crato: em planta, a localização dos seus principais elementos; e em foto, Igreja e Cruzeiro. 205
Figura 71: imagem da 20ª edição da Romaria das comunidades ao Caldeirão do Beato José Lourenço. 207
Figura 72: cartaz de divulgação de seminário realizado pela Secretaria de Cultura do Crato, em 2021. 208
Figura 73: montagem com foto externa e situação urbana (com ângulo de visualização) da antiga Casa de Câmara e Cadeia (hoje, sede de museus) do Crato, começando as obras de preservação. 211

Figura 74: panfleto elaborado e distribuído nas ruas do Crato em março de 2024 pelo ICC, em crítica à falta de preservação do Museu do Crato. 214
Figura 75: montagem com foto do balneário da nascente (e prédio da antiga hidrelétrica, aos fundos), e sua localização (com ângulo de visualização) na zona rural do Crato-CE. 217
Figura 76: montagem com fotos do Sítio Fundão (Crato-CE) e a inserção do seu acesso na malha urbana. 221
Figura 77: imagem de satélite do estádio Mirandão (Crato-CE) e sua relação com a malha urbana. 227
Figura 78: imagem de satélite demarcando (em vermelho) a inserção, na malha urbana, da área que recebe a ExpoCrato. 229
Figura 79: maquete de projeto para o Parque de Exposições, no local onde já ocorre a Expocrato. 231
Figura 80: Perspectiva central da fachada principal do Seminário São José (Crato-CE). 235
Figura 81: imagem de satélite demonstrando a inserção do Seminário São José e das obras da encosta (via paisagística) na malha urbana do Crato-CE. 237
Figura 82: imagem de satélite mostrando a inserção do monumento a N.Sr.a de Fátima e sua praça, na malha urbana do Crato-CE. 239
Figura 83: *print* de tela de vídeo postado com entrevista de Camilo Santana sobre eleições do Crato em 2024. 243
Figura 84: votos do Crato nas eleições de 2022 (cargo: presidência). 244
Figura 85: votos do Crato nas eleições de 2022 (cargo: governador). 244
Figura 86: votos do Crato nas eleições de 2022 (cargo: senador). 245
Figura 87: votos do Crato nas eleições de 2022 (cargo: deputado estadual). 245
Figura 88: montagem com *frames* e legenda de vídeo em rede social – campanha Pedro Lobo. 247
Figura 89: postagem em colaboração dos perfis de rede social de Dr. Leitão, Zé Ailton e André Barreto, em apoio à romaria do Caldeirão de 2024. 248
Figura 90: esquema explicativo de ações dos programas Prodecrato e Prodetur, conectados por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo do Crato (SDET). 253
Figura 91: classificação dos municípios pertencentes à Região Turística Cariri, do Ceará, no Mapa do Turismo do Brasil 2025 – destaque para o Crato, em contorno vermelho. 254
Figura 92: casarão da família Esmeraldo, no Sítio Bebida Nova (Crato-CE). 258

Figura 93: recorte da genealogia da família Esmeraldo no Cariri, destacando políticos do Crato. 259
Figura 94: mapa de expansão urbana do Crato (1998-2015). 261
Figura 95: montagem com vistas de satélite que mostram a ocupação do setor Leste do Crato, ao longo dos anos (2004, 2014, 2025). 262
Figura 96: hipótese de delimitação e localização do Campo de Concentração do Buriti (Crato-CE). 265
Figura 97: montagem com foto (localizada em vista superior) de placa informando o loteamento da gleba onde se supõe ter existido o campo de concentração do Crato. 266
Figura 98: recorte do mapa da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Crato, com destaque para o Parque Palmeiral. 268
Figura 99: montagem com o mapa de bairros do Crato, ampliando o recorte relacionado ao Palmeiral e os seus vizinhos. 269
Figura 100: esquema síntese do dispositivo identitário cratense. 270
Figura 101: arte que sintetiza impressões finais da pesquisa, representando dicotomias nas práticas de (des)valorização de referências da cultura material cratense. 284
Figura 102: arte que sintetiza impressões finais da pesquisa, representando a coexistência possível de práticas de (des)valorização de referências culturais hegemônicas e subalternizadas.....285

Gráfico 1: percentual de vereadores eleitos (2000-2020) por partido, no município do Crato. 162
Gráfico 2: divisão percentual dos gêneros das pessoas eleitas para a Câmara de Vereadores do Crato (2000-2020). 325

Quadro 1: Informações sobre proteções estaduais de referências culturais do Crato 257
Quadro 2: Prefeitos e vice-prefeitos (com seus respectivos partidos) do Crato entre 2000 e 2020. 325

Tabela 1: distribuição dos vereadores do Crato, eleitos entre 2000 e 2020, segundo os partidos políticos. 162
Tabela 2: *Ranking* de referências culturais mais citadas em atas camarárias (2000-2020)...192
Tabela 3: Vereadoras/es eleitos no Crato, por partido (2000-2020). 322

Tabela 4: informações sobre edificações, do centro histórico do Crato-CE, demolidas (total ou parcialmente), incluindo fontes (de pesquisa e das imagens utilizadas no mapa constante no mesmo apêndice). 327
Tabela 5: referências culturais materiais do Crato que aparecem na tese, com informações sobre proteções legais e fontes das imagens utilizadas no mapa constante no mesmo apêndice. 332

LISTA DE SIGLAS

AD	Análise de Discurso
Bird	Banco Mundial
CDL	Câmara de Dirigentes Logistas
Cf.	Conferir
Coepa	Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural
Copam	Coordenadoria de Patrimônio Cultural e Memória
Crajubar	Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha
FFC	Faculdade de Filosofia do Crato
fl. (fl.s)	Folha (Folhas)
Funcap	Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico
GGN	Rede Global de Geoparques
Grunec	Grupo de Valorização Negra do Cariri
ICC	Instituto Cultural Cariri
IFCE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
Iphaep	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba
Iphan	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MDU	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano
MPCE	Ministério Público do Estado do Ceará
N.Sr.a	Nossa Senhora
PDDU	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
PI	Proteção Integral
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento Urbano
Prodecrato	Programa de Desenvolvimento do Crato
Prourb	Programa de Desenvolvimento Urbano
Rffsa	Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima
RM Cariri	Região Metropolitana do Cariri
RVC	Rede de Viação Cearense
S.	Sessão
Sr.	Senhor
SCAC	Sociedade de Cultura Artística do Crato

SDET	Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo do Crato
Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Secitece	Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior
Secult	Secretaria de Cultura
Senac	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
Senai	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
Sesc	Serviço Social do Comércio
Sest/Senat	Serviço Nacional de Aprendizagem e Transporte
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
Sphan	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFCA	Universidade Federal do Cariri
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
Urca	Universidade Regional do Cariri

Partidos políticos

MDB	Movimento Democrático Brasileiro
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDC	Partido Democrata Cristão
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEN	Partido Ecológico Nacional
PFL	Partido da Frente Liberal
PL	Partido Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PP	Partido Progressista
PPL	Partido Pátria Livre
PPS	Partido Popular Socialista
PR	Partido da República
Pros	Partido Republicano da Ordem Social

PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSDC	Partido Social Democrata Cristão
PSL	Partido Social Liberal
Psol	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PT do B	Partido Trabalhista do Brasil
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTC	Partido Trabalhista Cristão
PTN	Partido Trabalhista Nacional
PV	Partido Verde

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 21

1.1 Apontamentos iniciais: caminhos até o problema de pesquisa 21

1.1.1 Primeiras escolhas metodológicas 23

1.2 Adentrando a estrutura da pesquisa 29

1.2.1 Organização da tese 31

2. O CRATO SOB O PRISMA DO CAMPO DA PRESERVAÇÃO: DA REALIDADE ÀS POSSIBLIDADES 33

2.1 O cenário dicotômico proteção/valorização x destruição de bens materiais cratenses, e seu diálogo com o setor turístico 40

2.2 Discurso, Dispositivo, Identidade e os debates preservacionistas 63

2.2.1 Contextualizando o Dispositivo de Foucault 64

2.2.2 Dispositivo x Identidade 70

3. O PAPEL DAS CONSTRUÇÕES IDENTITÁRIAS DA FORMAÇÃO DO CRATO E DO CARIRI CEARENSE 78

3.1 O "lado A": início dos projetos identitários forjados por grupos dominantes 80

3.2 Construções identitárias no século XX: padronizações e fissuras 93

3.2.1 Nós x eles: "guerra de identidades" entre Crato e Juazeiro do Norte 94

3.2.2 Mudanças na escrita da história local: novos atores e ideais do século XX 107

3.3 Crato "lado B": narrativas das resistências 112

3.4 Notas sobre a produção mais recente sobre a história do Crato 128

4. DISPOSITIVO IDENTITÁRIO CRATENSE: FUNCIONAMENTO E DIAGRAMA DE FORÇAS 134

4.1 O dispositivo identitário cratense do século XIX ao XXI: funcionamento e reorganizações 134

4.2 Atas camarárias x dispositivo identitário cratense: possibilidades de análise 160

4.2.1 Apresentando a Câmara de Vereadores do Crato, no século XXI 160

4.2.2 Para além de vereadores: outras personalidades e entidades que influenciam políticas locais 164
4.3 (Reflexos da) Atuação do dispositivo identitário cratense nas atas camarárias 176
5. CULTURA MATERIAL DO CRATO: PISTAS PARA COMPREENDER (DES)VALORIZAÇÕES E INTERESSES VINCULADOS 188
5.1 Valorização do ensino x instituições escolares 193
5.2 Referências "lado B"... (e o Caldeirão?) 200
5.3 Valorização da História e da Cultura (da elite) x Museus 209
5.4 Valorização do Meio Ambiente x Sítio Fundão 215
5.5 A cidade do país do futebol: reflexos no Estádio Mirandão 222
5.6 "A maior festa agropecuária do Nordeste": (o lugar da) Expocrato 227
5.7 Turismo religioso: o Monumento a Nossa Senhora de Fátima e o Seminário São José 235
5.8 Apurando o olhar: interesses que circundam decisões políticas de (re)locação e investimentos em bens culturais locais 240
5.8.1 Notas sobre o Turismo no Crato e no Ceará 249
5.8.2 Especulação Imobiliária 259
5.8.3 Síntese da atuação do dispositivo identitário cratense 270
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS 273
REFERÊNCIAS 288
APÊNDICE A: MINIBIOGRAFIA DE AUTORES LOCAIS CITADOS 306
APÊNDICE B: INFORMAÇÕES SOBRE VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DO CRATO ELEITOS ENTRE 2000 E 2020 321
APÊNDICE C: INFORMAÇÕES SOBRE DEMOLIÇÕES OCORRIDAS NO CENTRO HISTÓRICO DO CRATO 326
APÊNDICE D: MAPAS E IMAGENS DAS REFERÊNCIAS CULTURAIS DO CRATO MAIS CITADAS NA PESQUISA 331

1. INTRODUÇÃO

A introdução da presente tese foi subdividida para demarcar, mais claramente, partes estruturantes da pesquisa à qual sistematiza. Num primeiro momento apresentamos uma contextualização do lugar de fala da autora doutoranda, destacando momentos da sua trajetória de pesquisadora que a levaram a (re)formular problemáticas que foram enfrentadas a partir do seu ingresso no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco. Nessa mesma sessão, foram também pontuadas as primeiras escolhas metodológicas feitas, de modo a situar o(a) leitor(a) nos contextos de decisão. Na sequência houve um adentramento na estrutura da pesquisa, culminando na apresentação da sua organização.

1.1 Apontamentos iniciais: caminhos até o problema de pesquisa

A tese que aqui se inicia é marcada por subjetividades, de modo que entendemos relevante uma breve contextualização de parte dos caminhos que levaram a sua execução, bem como sua escrita em primeira pessoa. No intuito de marcar meu lugar de fala (doutoranda), destaco partes da minha trajetória acadêmica-profissional que demonstraram mudanças de olhar – afinal, quando pensamos num problema de pesquisa, sempre temos nossas atenções seletivas voltadas para questões que nos tocam no momento e/ou em fases anteriores das nossas vidas.

Ter me encantado pelo campo do patrimônio cultural, na graduação em Arquitetura e Urbanismo, me direcionou para uma prática profissional na área: meu primeiro trabalho como egressa do curso (em 2011) foi no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (Iphaep). Nessa instituição aprendi inúmeras nuances da atuação do Estado para gerir bens culturais significativos. Em minha leitura atual, entendo que trabalhei mais numa lógica de reprodução de práticas institucionalizadas do que de compreensão mais aprofundada delas, das diversas questões que as impulsionavam. Parafraseando Meneses (2009), minha visão do patrimônio era ainda de que ele era imbuído de valores intrínsecos.

Saí da minha primeira temporada no Iphaep para fazer o mestrado profissional em preservação do patrimônio cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), em 2013. A vaga para a qual me candidatei, na Superintendência de Natal-RN, solicitava estudos para a normatização do centro histórico da cidade, que estava em vias de

tombamento (com homologação em 2014). Porém, como durante as aulas do mestrado recebi ferramentas para desnaturalizar e problematizar algumas práticas no campo, passei a entender e perceber questões importantes: que os bens culturais são, em verdade, produto de atribuições de valor; que há diversos jogos de poder regendo as políticas patrimoniais; e que é preciso questionar como os bens vêm sendo selecionados para proteção do Estado, quem realiza essa seleção e quais grupos são beneficiados por ela.

Mudei-me, em 2019, para o Crato-CE, e em 2020 decidi tentar a seleção de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano (MDU) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Para o projeto de pesquisa, quis dar vazão a uma inquietação que tive quanto li um artigo escrito por uma cratense arquiteta e urbanista[1]: "Crato, a cidade que não quer ter patrimônio" (Gurgel, 2012a). Essa afirmação me intrigou, porque embora morasse há pouco tempo na cidade (cerca de um ano), já tinha percebido nela uma forte movimentação cultural e diversos discursos de afirmação identitária. Claro que, lendo o artigo e percebendo que se tratava de uma crítica à falta de preservação de bens arquitetônicos e urbanísticos da cidade, já comecei a visualizar diversas "explicações possíveis", com base nas experiências de estudos sobre outros centros históricos brasileiros: conflitos de interesses; falta de políticas de valorização e de educação patrimonial eficazes; etc.

A própria autora apresentou argumentos sobre o tema, entendendo que o fato de o Crato ser considerada uma cidade média e compor (junto a Juazeiro do Norte) o núcleo da Região Metropolitana do Cariri (RM Cariri[2]), vem gerando uma pressão por transformação edilícia em sua área central, que concentra bens de interesse cultural. Silva (2014), que também se interessou pelo tema da falta de preservação do patrimônio do Crato, concluiu, após a realização de entrevistas, que a maior responsabilidade desse cenário é atribuída à administração pública, mas refletindo sobre o que caberia à sociedade como um todo, poderia vir de uma crise de identidade esse comportamento.

Sabemos que os grupos sociais, ainda que tenham valores em comum, não são homogêneos em suas visões de mundo nem em seus poderes para intervirem nos rumos das cidades. Quando pessoas destroem edificações antigas, têm interesses diversos por trás disso, muitas vezes econômicos; assim como pessoas contrárias a atitudes como essa são regidas pelos valores que lhes são caros, tais como a importância da preservação de símbolos que

[1] Ana Paula Gurgel é cratense de nascimento, mas se mudou para cursar sua graduação em arquitetura e urbanismo na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). O artigo foi resultado dos estudos sobre a história urbana do Crato que empreendeu nessa instituição, como forma de tentar contribuir com a preservação do patrimônio edificado da cidade – que viu ser dilapidado (Gurgel, 2008).
[2] Criada por meio da Lei Complementar Estadual nº 78, de 29 de junho de 2009.



contribuem para a qualidade de vida por darem conta de necessidades humanas mais subjetivas. E é pensando nisso que a questão ganhou, pra mim, complexidade e foco em subjetividades. Passei a me perguntar o que poderia estar contribuindo para a forma como as pessoas pensam (ou ignoram) os bens culturais da região e os motivos/interesses por trás disso.

1.1.1 Primeiras escolhas metodológicas

Em 2022, um ano após meu ingresso no MDU, empreendi minha primeira estratégia de investigação: uma pesquisa exploratória. A ideia era que, a partir da realização de uma observação prévia sobre a realidade do objeto empírico de estudo, ainda na fase de planejamento da pesquisa, ajudasse a elaborar um caminho mais promissor e sintonizado com a dimensão local.

Entre maio e junho de 2022 ocorreram reuniões em prol da atualização do Plano Diretor do Município. Resolvi participar de algumas delas para me ambientar sobre os debates que vinham ocorrendo localmente. Nesses momentos, algumas coisas me chamaram a atenção sobre ocorrências relacionadas ao campo da preservação, dentre as quais, cito: a visão de cratenses sobre juazeirenses no tocante ao tema da cultura[3]; o fato de as sugestões em torno do patrimônio cultural material da cidade serem focadas no Museu Histórico da cidade[4]; e a presença de comunidades muito engajadas em termos políticos e de organização social, como é o caso do Gesso e do Carrapato[5].

Outra frente de investimento na compreensão dessa realidade cratense foi a pesquisa em repositórios de diversas universidades do Ceará e de estados vizinhos, assim como na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. Procurei trabalhos que falassem sobre o Crato, sobretudo que tocassem em questões relativas a suas políticas urbanas, de memória e de cultura, de modo ampliado. Como resultado, vi produções de várias áreas do saber, e percebi muitas análises interessantes que ajudavam a entender algumas práticas que eu percebia no meu dia a dia, a exemplo da rivalidade em Crato e sua vizinha Juazeiro do Norte;

[3] Em dada reunião me sentei ao lado de uma cratense, também arquiteta. Num momento em que o debate falava de um terreno vazio do centro histórico, ela manifestou temor, por meio de expressão religiosa ("Deus me livre!"), quando pensou na possibilidade de o dono ser juazeirense. Quando questionei o motivo de tanto medo, ela me explicou que eles não valorizavam questões culturais como os cratenses.

[4] Depois compreendi que a síntese "Museu Histórico", em verdade, compreendia a junção de dois museus em uma só edificação de valor cultural: na antiga cadeia pública, tombada pelo Estado, funcionam o Museu Vicente Lemos (no pavimento superior) e o Museu Histórico do Crato (no pavimento térreo).

[5] Chamaram minha atenção as falas das pessoas representantes dessas comunidades por nelas ver um protagonismo nato e um entendimento da importância de debater questões caras ao bem-estar social, incluindo questões culturais (embora suas falas não tenham enfocado na parte específica da preservação, nos moldes como costuma-se debater nas políticas públicas).



vi históricos de algumas proteções efetuadas (ainda que poucas), mas também denúncias de apagamentos significativos que mostravam contradições em discursos de manutenção de elementos que representavam a identidade cratense. O que não vi, no entanto, foi uma análise que focasse no campo do patrimônio, sobretudo nas práticas discursivas que vêm sendo acionadas para a (des)valorização[6] de bens arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos locais.

Seguindo com as ações exploratórias, procurei saber quais órgãos atuavam nas políticas de preservação do município. Sobre o Iphan, na "Lista dos Bens Tombados e Processos em Andamento" disponível em seu portal, atualizada em fevereiro de 2025, constam 4 processos de tombamento, todos abertos em 1998, sendo 3 indeferidos (das edificações Seminário, Catedral da Sé e antiga Casa de Câmara e Cadeia) e 1 com status de instrução (o conjunto arquitetônico vinculado à Estação Ferroviária).

Sobre as instâncias locais, descobri que a Secretaria da Cultura era a incumbida das ações de valorização e de proteção municipais, mas a busca por compreender a atuação desse órgão foi dificultada pela falta de informações. Ainda que tenha sido estabelecido um Conselho Municipal de Política Cultural[7], cuja teórica periodicidade de reuniões é mensal, na prática, muitas vezes não acontecem os encontros por falta de quórum – e mesmo quando elas existem, faltam os devidos registros em atas para acesso público[8].

Além disso, tampouco existem muitas ações substanciais voltadas para os bens materiais arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos da cidade. Em consultas[9] sobre quais proteções municipais já foram realizadas, foram informadas apenas duas leis municipais que versam sobre o tema: uma de 2013, que busca proteger fachadas anteriores a 1980, e outra

[6] Aqui adotamos o prefixo "des" entre parênteses para reforçar uma relação dialética entre valorização e desvalorização.

[7] Essa e outras instâncias de Articulação, Pactuação e Deliberação (que também incluem a Conferência Municipal de Cultura – CMC) foram criadas pela Lei Municipal nº 3.070/2014, que "Dispõe sobre o Sistema Municipal de Cultura de Crato, seus princípios, objetivos, estrutura, organização, gestão, interrelações entre os seus componentes, recursos humanos, financiamento e dá outras providências." A Lei municipal nº 3.140/2015 altera o artigo sobre a constituição doa Conselho Municipal de Política Cultural.

[8] Em contato com a assessoria da secretaria, foi informado que somente recentemente foi iniciado o processo de sistematização das atas.

[9] Houve duas consultas oficiais sobre a existência de tombamentos municipais que incidissem sobre referências arquitetônicas, urbanísticas e paisagísticas. A primeira feita pelo sistema eletrônico da ouvidoria municipal, sob o nº de protocolo 202407110001, que informou existirem apenas as leis de nº 2.895/2013 (que suspende, por seu valor histórico, todas as fachadas de imóveis construídos antes de 1980, no Centro da Cidade) e nº 3.304/2017 (que dispõe sobre a preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Natural do Município e que tomba, provisoriamente, as fachadas do Hospital Manuel de Abreu – hoje, Centro Cultural do Cariri Sérvulo Esmeraldo – e da Sociedade de Cultura Artística do Crato – SCAC). Porém, consultando bibliografia sobre o tema, outros tombamentos foram indicados: Gurgel (2008, p. 50) informou que o "Beco do Padre Lauro" estava tombado por meio do Decreto n° 1001001/2007 de 10 de janeiro de 2007; sobre a antiga Casa de Câmara e Cadeia do município do Crato, Silva (2014) e Jade (2017) citaram a existência de um tombamento provisório. Contudo, em nova pesquisa ao Arquivo da Câmara Municipal do Crato, foi informado por e-mail, dia 9 de maio de 2025, que os únicos atos de tombamento encontrados foram os já informados de 2013 e de 2017.

que dispõe sobre a preservação do patrimônio do município, e tomba provisoriamente duas edificações. Contudo, em conversas informais com técnicos da Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente, fui informada que elas não funcionavam, na prática, por falta de estudos técnicos.

Em ligações feitas à citada secretaria, funcionários sequer sabiam da possibilidade de existir um centro histórico delimitado na cidade. Ana Paula Gurgel, em seu Trabalho Final de Graduação[10], criou uma delimitação do centro histórico do Crato com base na descrição do "Núcleo Histórico ou Centro Histórico"[11], presente em Projeto de Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do município, datada do ano 2000.

Em que pese a falta de informações mais substanciais sobre a atuação dessa instância de proteção, em pesquisas realizadas (bibliográficas e documentais) foram encontrados registros de ações locais em prol da preservação de referências culturais arquitetônicas, urbanísticas e paisagísticas, que serão mais detalhadas no tópico a seguir.

Ainda no âmbito das primeiras estratégias metodológicas adotadas, ao perceber a limitação de informações sobre a atuação municipal nas ações preservacionistas, optei por outra estratégia exploratória: o levantamento[12] de registros sobre processos de proteção legal de bens localizados no Crato, conduzidos junto à Coordenadoria de Patrimônio Cultural e Memória (Copam), pertencente à Secretaria de Cultura (Secult) do estado do Ceará, em Fortaleza. Aí verifiquei movimentações consideráveis de proteções a bens isolados da cidade, que já ocorriam desde, pelo menos, 2002. Esse dado foi importante para o estabelecimento de um parâmetro para um recorte temporal inicial da pesquisa.

Juntando as percepções das minhas vivências locais (incluindo as ocorridas durante as reuniões de revisão do Plano Diretor Municipal) com as leituras realizadas, surgiram questionamentos que tinham no discurso um ponto-chave de análise: **quem tem gerado (e quem tem reproduzido) discursos que interferem nas práticas locais de (des)valorização de bens culturais materiais, e com quais objetivos? Como alguns discursos podem subjetivar os corpos[13] de ontem e de hoje, e quais deles chegam aos âmbitos politicamente decisórios da cidade? Em decorrência desses discursos, que bens culturais**

[10] Ver Ana Paula Gurgel (2008, p. 26-27). Informações relevantes sobre a autora no Apêndice A.
[11] Essa mesma descrição permanece na Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo de 2009 (Crato, 2009), mas segue sem um mapeamento oficial disso.
[12] Etapa ocorrida entre os dias 6 e 7 de fevereiro de 2023.
[13] Essa expressão será mais trabalhada no referencial teórico da presente pesquisa, mas por agora basta a compreensão de que os discursos podem gerar sentimentos e ações em pessoas, consciente ou inconscientemente. Como se compreenderá mais adiante, falas como a da arquiteta que disse que cratenses valorizam mais a cultura que juazeirenses são frutos de construções de enunciados feitas ao longo de séculos, e que se reproduzem até os dias atuais.



estão sendo valorizados ou protegidos, e quais seguem sendo apagados nas políticas, nos projetos de construção identitária e em suas recepções junto à sociedade?

Foi nesse ponto que entendi um recorte teórico-metodológico instigante para lidar com minhas inquietações: a Análise de Discurso (AD) e sua relação com as construções identitárias e as políticas públicas. A partir da AD é possível dissecar melhor algumas afirmações, compreender, em um enunciado dito ou escrito, não apenas sua estrutura gramatical, mas as condições históricas e políticas para sua produção e pulverização os interesses aos quais possa estar tentando responder, as funções que possa estar exercendo junto a outros enunciados, mais ou menos visíveis, que tenham o mesmo propósito.

A opção pela AD foucaultiana veio a partir de duas referências que trabalharam o conceito de Dispositivo de Michel Foucault. A primeira delas foi Marcia Sant'Anna (1995; 2017). Em sua dissertação fez a conexão do conceito foucaultiano de Dispositivo com o campo específico do patrimônio brasileiro, demonstrando como as políticas de preservação estão envoltas em estratégias que respondem a diversos interesses ao longo dos tempos; estratégias essas que precisam ser compreendidas através de um instrumental metodológico que abarque relações de poder. Em sua tese incorporou, em sua análise, as práticas ocorridas durante os anos 1990, bem como o papel do turismo nas lógicas de (re)produção das cidades de reconhecido valor patrimonial.

A segunda referência foi Jacyane Sousa (2023), que em sua dissertação trouxe o conceito do Dispositivo Identitário Brasileiro, associando os estudos foucaultianos com os estudos culturais[14]. Considerando o discurso como um lugar estratégico onde funcionam as relações de poder e de saber, ela demonstrou o funcionamento discursivo e a produção de subjetividades a ele relacionados – essa última considerada, por mim, de grande valia para melhor entender consequências, no corpo social, da atuação do dispositivo, como a criação de sentimentos.

Nesse ponto, convém destacar uma leitura à qual se deu mais atenção na sequência: Laurajane Smith. Por sua reconhecida reflexão em torno do que a autora chama de Discurso Autorizado do Patrimônio, em que problematiza quem pode dizer o que é patrimônio, e com quais motivos, retomamos a preocupação com a questão do poder, afinal, trata-se de um campo com ações políticas. Em texto recente (Smith, 2023), ela ressaltou que uma premissa fundamental do seu trabalho é que as pessoas importam e, por isso, as consequências do que se faz com elas são dignas de atenção. Nesse sentido vi um reforço da preocupação não

[14] A autora, que desenvolveu sua pesquisa na área de concentração "Discurso e Sociedade" do Programa de Pós-Graduação em Linguística (UFPB).

apenas com as subjetividades produzidas pelos dispositivos, mas com a importância de observar os objetos históricos e os sujeitos como efeitos de construções discursivas (Rago, 1995).

Como apontado por Sousa (2023), é um desafio examinar o funcionamento de um dispositivo, por ele ser composto por muitos elementos: discursos, instituições, normas, leis, costumes, símbolos, dentre outros. Assim, a autora não buscou esgotar a descrição do dispositivo, e sim, teve como estratégia metodológica a busca de elementos que permitem a verificação do cerne de um dispositivo de poder: a produção de subjetividades capazes de conduzir e controlar práticas humanas. Essa busca foi incorporada à presente pesquisa, de modo a compreender a relação entre discursos proferidos, suas reverberações em sentimentos e ações daqueles que os ouvem e/ou reproduzem e como isso pode gerar reflexos na sociedade.

Na busca por um local potencial para a realização de levantamentos que subsidiassem a análise de discursos, foram cogitadas as atas das reuniões do Copam[15]. Porém, por ser um órgão externo ao Crato, onde foram debatidos apenas uma pequena fração dos bens culturais cratenses (já que é uma instância estadual[16]), entendeu-se que poderia ser mais produtivo priorizar um espaço de debates e de deliberação local, no qual os discursos/interesses tivessem uma ligação mais clara com as construções sociais e históricas da cidade.

Assim, vislumbrou-se uma possibilidade a ser explorada: a análise de atas da Câmara Municipal, instância atravessada por diversos dos elementos que compõem o heterogêneo conjunto que forma um dispositivo, como os já citados (discursos, instituições, normas, leis, costumes, símbolos etc.).

Do ponto de vista da literatura, essa fonte primária tem reconhecido valor. Como apontam Ferreira e Oliveira (2016), as atas de câmaras municipais contribuem para a compreensão dos grandes planos políticos para as cidades e os atores (e interesses) por trás deles, sobretudo quando se articulam questões estruturais com suas conjunturas. Carina Martiny (2008, p. 3) corrobora o exposto, destacando a utilização das atas camarárias como documentos históricos importantes porque constituem "[...] importante fonte de análise da dinâmica interna da sociedade, revelando aspectos econômicos e sociais, assim como as relações de poder que se estabelecem em seu interior".

[15] De modo similar ao que fez Júlia Pereira (2021), quando analisou atas do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan para entender algumas construções discursivas que se relacionam com a permanência ou com a transformação do discurso gerador da referida instituição de preservação.

[16] No momento do levantamento (fevereiro de 2023), estavam tombados ou em vias de tombamento: Sítio Caldeirão, Casa de Câmara e Cadeia, Estação Ferroviária, Sítio Fundão e Sítio Bebida Nova.

Ainda que a Câmara de Vereadores não seja um fórum específico preservacionista[17], elementos que integram referências da cultura material estão presentes nos discursos e fornecem pistas sobre interesses diversos por trás de decisões relacionadas às políticas públicas locais. Como se verá mais adiante, tais decisões influenciam práticas de (des)valorização não só de bens culturais materiais, mas em áreas correlatas ao campo, como Educação, Economia e Meio Ambiente.

Mas não só por isso a análise das atas se mostrou promissora. Por ser o local de debate dos vereadores da cidade, trata-se de um importante espaço para a difusão de discursos que: ora são diplomáticos, ora explosivos; que partem de pessoas eleitas pela população e, desse modo, assumem algum papel de representação de coletividades; que reproduzem "sensos comuns" da população, traduzindo construções discursivas historicamente elaboradas; e que refletem/reforçam discursos/interesses políticos percebidos em âmbito estadual, nacional e mesmo internacional. Além disso, ao incluirmos discursos para além daqueles autorizados no campo do patrimônio (Smith, 2006), possibilitamos o aumento de vozes sobre práticas de valoração.

Eleito o local para o levantamento de fontes primárias, foi preciso estabelecer um retorno temporal para a análise. Como dito anteriormente, foi marcante a observação que, na Copam, os primeiros movimentos em prol de tombamentos no Crato dataram do início dos anos 2000, gerando o marco inicial do levantamento. Mas sabendo-se que o prazo teria que ser amplo suficiente para abarcar diferentes mandatos políticos e mesmo gerações (a ponto de observar permanências e mudanças em discursos), entendeu-se que o marco da pandemia Covid 19 (deflagrada no Brasil em março de 2020) constituía um limite satisfatório, já que a partir dela houve uma interrupção temporária nas atividades camarárias e, sendo o limite máximo de análise, representaria um recorte temporal de 20 anos.

Durante a leitura dessas atas (sendo a maioria delas – 2000 a 2015 – disponibilizadas apenas em textos escritos à mão), reconheci muitos jargões que já vinham sendo analisados pela literatura científica, tais como "Crato, oásis do sertão", "Crato, a capital (ou a cidade, ou o celeiro) da cultura", "Crato, terra da heroína Bárbara de Alencar"; demonstrando ter sido adequada a estratégia adotada de uso dessas fontes documentais camarárias tanto para a análise de discurso quanto para o entendimento de como muitas dessas falas estão relacionadas a construções identitárias em torno de grupos sociais do município. Mas também vi alianças e divergências políticas, entre seus membros e convidados, em níveis estadual e

[17] Esse tipo de fórum inexiste na cidade.

federal, bem como a comprovação de ações de interesse de grupos sociais específicos, já anunciadas pelas referências bibliográficas pesquisadas – a exemplo de investimentos no setor turístico.

Em síntese, sob a hipótese da existência de um dispositivo identitário cratense, mobilizamos diversos dos seus heterogêneos elementos compositivos, incluindo atas camarárias, leis e normas, *sites*, símbolos, referências bibliográficas, ações da administração pública etc. A partir deles é que se pôde perceber funções, estratégias, subjetividades, resistências e reorganizações que vêm sendo geradas por esse dispositivo (ou em decorrência dele), gerando impactos nas práticas de (des)valorização de bens culturais materiais da cidade. E assim retomamos a questão motivadora da pesquisa, reformulando-a:

Figura 1: esquema sobre parte do caminho de pesquisa, com foco na revisão da problemática inicial.



Fonte: elaboração própria (2025).

1.2 Adentrando a estrutura da pesquisa

A *problemática* da qual partiu o trabalho, como já contextualizado, foi a aparente contradição entre discursos que perpassam o âmbito cultural do Crato: o de destruição de bens culturais e o de afirmação cultural, exemplificadas pelo jargão "Crato, capital da Cultura", mas também reforçada por ações de proteção localmente existentes. Assim, partimos de uma questão inicial: o que pode estar contribuindo para essa realidade dual?



Na busca por respostas, consideramos que existe um conjunto de elementos que vêm, ao longo de anos e por trás de interesses diversos, construindo narrativas e práticas que geram essa ideia (identidade) cultural forte associada ao Crato, mas que como diversos processos, não está isenta de contradições e está imersa em relações de poder.

Assim, nosso *objeto de estudo* é a relação entre discursos que reforçam identidades e as subjetividades por eles produzidas, bem como o reflexo[18] dessa relação nas políticas e ações de (des)valorização de bens culturais materiais cratenses – com enfoque naqueles relacionados à Arquitetura, ao Urbanismo e ao Meio Ambiente[19].

Cabe justificar que, como o fez Sant'Anna (1995), em sua dissertação, priorizei o âmbito público da política para me debruçar porque, no Brasil, o Estado detém grande poder nas ações de proteção de bens culturais.

Partindo da *hipótese* de que existe um dispositivo identitário cratense que gera subjetividades diversas e que se materializam na cidade de muitas maneiras – inclusive em práticas de (des)valorização da cultura material –, o *objetivo geral* da tese é **demonstrar a existência de um dispositivo identitário cratense, apontando evidências de reflexos dele nas políticas e práticas de (des)valorização de bens arquitetônicos, urbanísticos e do meio ambiente**. E para tal, elencamos como *objetivos específicos:*

I. Analisar a contribuição de estudos foucaultianos e culturais (a partir da chave da identidade) para a compreensão de forças que orbitam o campo do patrimônio, sobretudo no tocante ao exercício e à disputa pelo poder;

II. Destacar agentes e interesses vinculados a construções discursivas que vêm, ao longo dos anos, forjando/disputando identidades em torno do Crato e do Cariri cearense, e consequentemente, interferindo nas práticas de (re)produção da cultura material;

III. Demonstrar a atuação de um dispositivo identitário no Crato, demarcando sua composição, mecanismos de funcionamento, estratégias de subjetivação e processos de reorganização;

[18] Ainda que a adoção do termo "reflexo" possa gerar ruídos – caso entendido como um mero fenômeno físico, natural –, consideramo-lo adequado porque ainda que o dispositivo subjetive os sujeitos, isso ocorre mediante a existência de uma resistência por parte destes – motivo pelo qual não aderimos, por exemplo, a termos como "produto", que pressupõe um menor protagonismo de resistência por parte desses sujeitos.

[19] A opção pela temática de Meio Ambiente é pela presença de muitos elementos naturais na região que fazem parte dos suportes de memória e identidade locais, tais como os Sítios já citados (protegidos pelo estado do Ceará) e a Chapada do Araripe (bem como sua bacia sedimentar).

IV. Apontar evidências de reflexos da atuação do dispositivo identitário cratense nas políticas e práticas de (des)valorização de bens culturais materiais da cidade, com destaque para os arquitetônicos, urbanísticos e ambientais.

A *Metodologia* começou a ser desenhada desde primeiras escolhas metodológicas, registradas no item 1.1.1 da presente tese. Mas é mister apontar que ela parte de uma abordagem qualitativa, envolvendo procedimentos diversos, tais como: pesquisas bibliográfica (livros, teses, dissertações, monografias, artigos; realizada tanto de maneira sistemática quanto isolada[20]), documental (normas, decretos, leis), arquivística (processos de tombamento da Copam e atas da Câmara Municipal do Crato), a portais da *internet* (consultados de maneira isolada, para melhor contextualizar alguns temas abordados e para elaborar minibiografia de autores e atores sociais importantes para a análise) e a revista uma local (foram consultadas edições da revista A Província[21] que abarcaram as décadas de transição entre os séculos XX e XXI); bem como elaboração de Referencial Teórico-metodológico.

O trabalho demonstra sua relevância a partir de alguns pontos de ineditismo: na demonstração da existência (e dos impactos decorrentes) de um dispositivo identitário no município, que interfere na construção da mentalidade e das práticas locais, incluindo as políticas públicas; e no levantamento de fontes primárias, que abarcou um período significativo de estudo e um leque ampliado de temáticas tratadas. Outro ponto de contribuição importante da pesquisa foi a identificação de relações de poder que interferem nos rumos adotados no município e, por consequência, nas estratégias e interesses que afetam, diretamente, a qualidade de vida das pessoas.

1.2.1 Organização da tese

A linha narrativa escolhida para organizar a presente tese não é linear. Como a problemática que originou a pesquisa decorre de um panorama atual, a primeira parte do Capítulo 2 (subsequente à Introdução) foi dedicada à apresentação inicial do objeto empírico de estudo, para depois apontar práticas de ora proteção/valorização, ora destruição/apagamento de bens culturais materiais cratenses. Por se tratar de um capítulo

[20] Na etapa de pesquisa exploratória as consultas foram realizadas de maneira sistemática, com palavras-chave citadas no prefácio da presente tese. Na medida em que a pesquisa e a escrita avançaram, foram realizadas consultas isoladas sobre temas que surgiram a partir das primeiras referências utilizadas.

[21] A escolha dessa revista se deu tanto pela disponibilidade do acervo quanto porque ao longo da pesquisa foi visto que ela pertence ao ICC, instituto cultural local que teve bastante protagonismo nas construções identitárias para o Crato. Não se pretendeu abarcar um longo período porque ela não constituía o foco da análise de fontes primárias, mas apenas uma contextualização sobre continuações de discursos identificados na história local.

dedicado a observar o município do Crato (em sua relação com a região do Cariri cearense) a partir das lentes do campo preservacionista, optamos por essa contextualização inicial, para, na sequência, tratarmos de conceitos que foram utilizados para enfrentar o quadro exibido. O Referencial Teórico-Metodológico, que integra esse capítulo, foi dividido em duas partes: na primeira é feita uma contextualização da obra de Michel Foucault, a partir da qual são apresentados os principais conceitos utilizados na presente pesquisa, tendo o Dispositivo como o principal; na segunda parte são estabelecidos diálogos com pesquisas que aplicam esse conceito em áreas afins ao objeto de estudo da tese: o Dispositivo de Patrimônio e o Dispositivo Identitário Brasileiro.

No capítulo 3 situamos o leitor sobre construções identitárias que têm sido feitas a respeito do Crato e do Cariri cearense. Entendendo que são flagrantes e dignas de nota as disputas ocorridas nesse âmbito, não optamos por uma apresentação meramente linear de fatos: num primeiro momento são observados acontecimentos e discursos que entendemos ocuparem local de privilégio nas relações de poder, o que denominados "lado A" dos projetos identitários forjados para a localidade, sobretudo a partir do século XIX; na sequência elucidamos o impacto do século XX na criação e no tensionamento de identidades locais; e por fim, mostramos as narrativas de resistência às práticas discursivas dominantes, que denominamos "lado B".

No quarto capítulo analisamos os elementos do dispositivo identitário cratense a partir da inserção de novas fontes, dentre elas, as atas camarárias do Crato. Com isso foi possível demonstrar o funcionamento e reorganizações desse dispositivo à luz das contribuições dos capítulos anteriores (com destaque, na atualidade, para os setores turístico e imobiliário). Também foram feitas contextualizações sobre a Câmara de Vereadores e outras personalidades e entidades que se relacionam com o diagrama de forças existentes localmente. Ao final desse capítulo, apontamos, a partir das atas, reflexos da atuação do dispositivo identitário cratense em discursos proferidos.

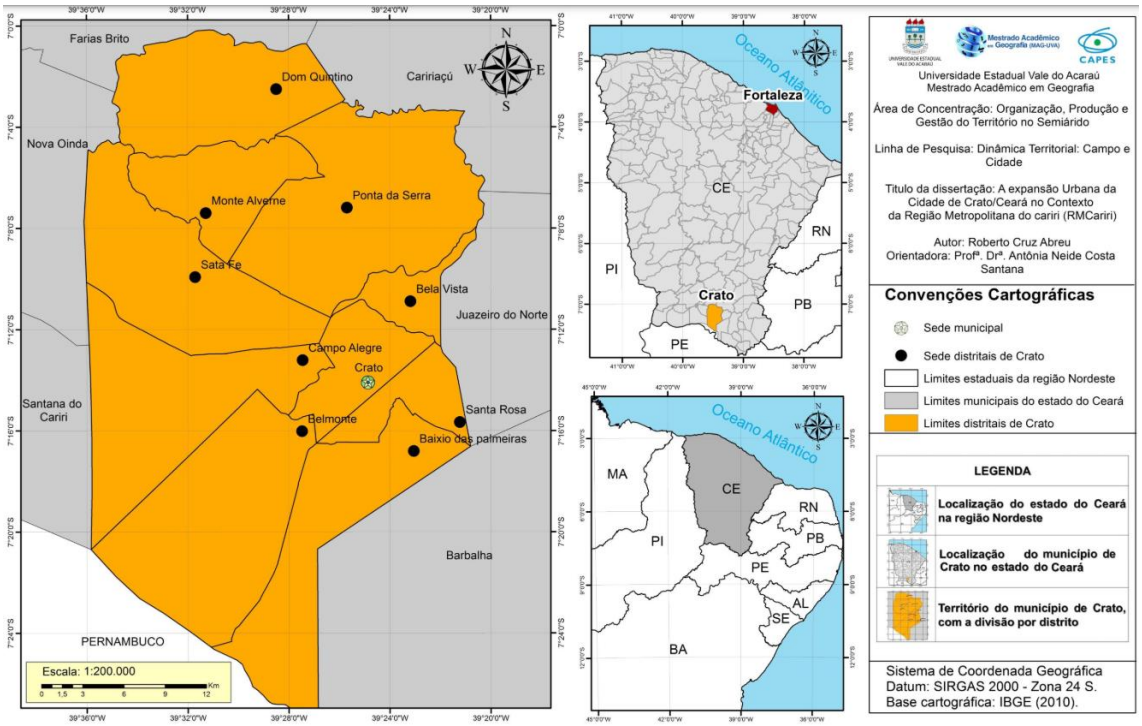
No último capítulo do desenvolvimento observamos os reflexos da atuação do dispositivo identitário cratense nas políticas e práticas de (des)valorização da cultura material local, tomando por base algumas referências mais citadas nas atas.

Ao final foram tecidas considerações finais da pesquisa, apresentando uma breve análise do nível de confirmação da hipótese e de atendimento dos objetivos, bem como destacando alguns achados da pesquisa e perspectivas futuras que se tem a partir de sua realização.

2. O CRATO SOB O PRISMA DO CAMPO DA PRESERVAÇÃO: DA REALIDADE ÀS POSSIBLIDADES

O "Cratim de Açúcar", um dos vários apelidos atribuídos ao município do Crato-CE, localiza-se no sul do estado do Ceará, mais especificamente na Mesorregião do Sul Cearense, Microrregião Cariri – que também contempla os municípios de Barbalha, Jardim, Juazeiro do Norte, Missão Velha, Nova Olinda, Porteiras e Santana do Cariri (IBGE, 1990) –, como mostra a imagem a seguir.

Figura 2: mapas de localização do estado do Ceará na região Nordeste, do município do Crato no estado do Ceará e do território do município do Crato.



Fonte: Abreu (2017[22], p. 19).

Mas para se falar do Crato, é prudente tomar, como ponto de partida, a sua relação com o Cariri cearense[23], e, nesse sentido, falar da natureza desse território é parte fundamental.

Os elementos geográficos de maior destaque são, sem dúvidas, a Chapada do Araripe e a bacia sedimentar (de mesmo nome) na qual se insere. Além de terem sido convertidos em

[22] Ver informações relevantes de Roberto Cruz Abreu no Apêndice A

[23] Dentre diversos os territórios Kariri, dois deles receberam a denominação dos seus antigos habitantes na época da colonização branca dos sertões de dentro: os Cariris Velhos, na Paraíba, e os Cariris Novos, de colonização posterior, no Ceará (Dias, 2019).

ícones na região, a importância geológica e paleontológica desses elementos naturais é amplamente reconhecida, e explica a riqueza de sua geobiodiversidade.

Figura 3: painel ilustrativo da diversidade da Chapada do Araripe, publicada em campanha para sua candidatura a Patrimônio da Humanidade.



Fonte: Sistema FeComércio (s/d)[24].

Dando noções temporais dessas formações, a primeira camada sedimentar de sua formação rochosa tem por volta de 650 milhões de anos; as demais se formaram nos 550 milhões de anos seguintes, sofrendo forte influência de ambientes aquáticos, incluindo um mar, cuja existência foi cientificamente comprovada.

Recentemente foi descoberta a formiga mais antiga do mundo, encontrada no Crato. Na matéria veiculada (supra) foi informado que a Vulcanidris cratensis viveu há cerca de 113 milhões de anos (durante a era dos dinossauros), e que sua preservação se deu em um dos mais importantes sítios fossilíferos do mundo (Mídia Ninja, 2025).

[24] Disponível em: https://www.fecomercio-ce.com.br/noticias/sesc-inicia-campanha-para-tornar-chapada-do-araripe-patrimonio-da-humanidade/

Figura 4: imagem de divulgação da rede social Mídia Ninja, sobre a descoberta da formiga mais antiga do mundo, no Crato.



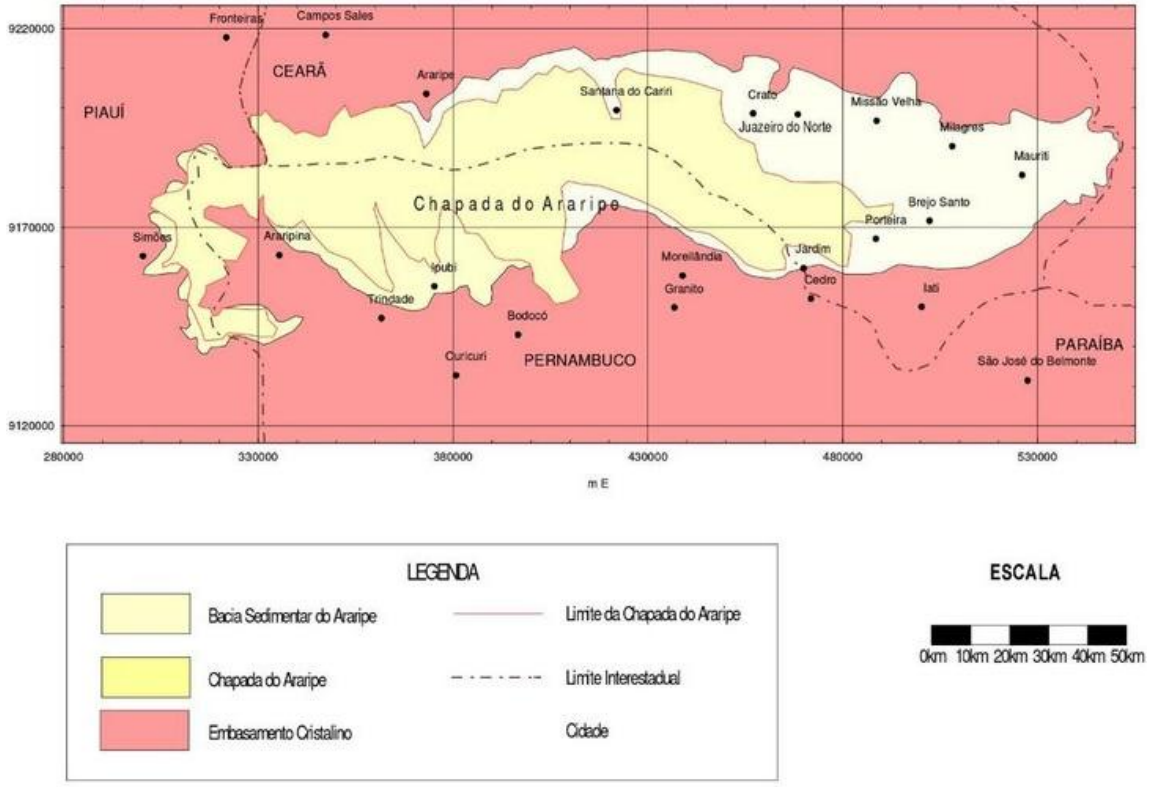
Fonte: Mídia Ninja (2025).

Foi há cerca de 65 milhões de anos que ocorreu o fenômeno geomorfológico que gerou a Chapada do Araripe, maior símbolo paisagístico e principal atrativo para as populações humanas estabelecidas na região (Dias, 2019). Dentre as bacias interiores do Nordeste brasileiro cuja origem remete aos eventos de rifteamento[25] do Gondwana e de abertura do Oceano Atlântico, a Bacia do Araripe é a mais extensa (Riente, 2022).

Esse processo de alteração da paisagem, que incluiu critérios relativos a solo e clima, criou características físicas peculiares para a região. Mas a ele foi atrelado outro movimento que impactou a paisagem local: a apropriação desse espaço físico. Nos estudos apresentados por Dias (2019) sobre vestígios arqueológicos encontrados na região, foram percebidos fluxos migratórios de épocas remotas – bem anteriores à colonização europeia –, demonstrando que a região foi ocupada em momentos diferentes por grupos humanos distintos. Isso porque, em meio a períodos de migrações forçadas por mudanças climáticas, o Araripe tornou-se um refúgio ambiental que deu condições de existência para os caminhantes caçadores e coletores durante diferentes períodos de flutuação climática.

[25] Processo de fratura e afastamento em direções opostas de placas tectônicas.

Figura 5: mapa da Chapada do Araripe e sua Bacia Sedimentar, com a localização dos municípios a seu sopé - dentre os quais está o Crato.

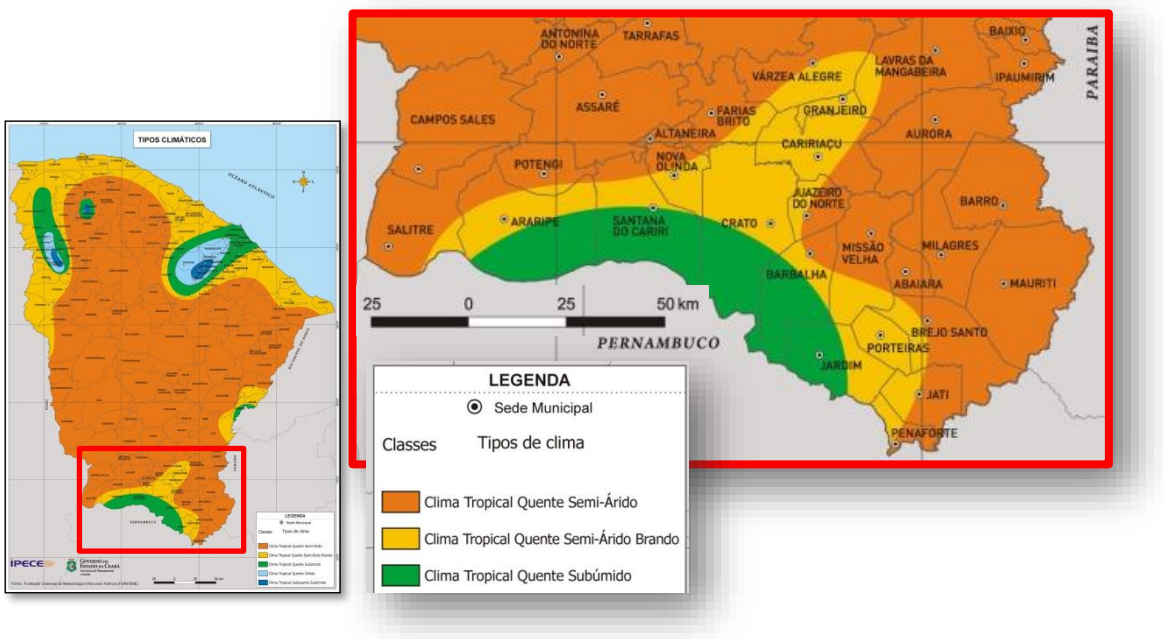


Fonte: Proder (S/D)[26].

As marcas deixadas por esses grupamentos humanos foram diversas. Por exemplo, do ponto de vista físico, a ação antrópica interferiu no processo de remodelação da paisagem. E nesse sentido, merecem destaque os recursos hídricos da Bacia e da Chapada do Araripe, tanto porque há uma grande quantidade e qualidade de água na região, jorradas por meio de centenas de nascentes, quanto porque há uma relação direta desses recursos com os tipos climáticos existentes na localidade: as áreas mais próximas da Chapada do Araripe apresentam clima Tropical Quente Subúmido, e as mais afastadas pertencem ao clima Tropical Quente Semiárido (predominante no estado).

[26] Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Proder-Desenvolvimento-Regional-Sustentavel/publication/356646273/figure/fig2/AS:1097551021391872@1638687963222/Figura-5-Localizacao-da-Bacia-Sedimentar-do-Araripe.jpg

Figura 6: ampliação do Mapa de Tipos Climáticos do Ceará, com destaque para as cidades do sul do estado.



Fonte: Ipece (2016[27]).

A Chapada do Araripe constitui, de fato, um recurso excepcional, à qual se pode atribuir valores científicos (não apenas no tocante à história local, mas do planeta), paisagístico (por sua topografia diferencial), ecológico (incluindo seus recursos hídricos, fauna e flora) e cultural (relativos às apropriações humanas em torno da sua existência).

Foi essa riqueza que, inclusive, sustentou uma das mais recorrentes hipóteses sobre o processo de ocupação do extremo sul do Ceará: que o povoamento teria ocorrido há 6 ou 7 mil anos, por meio de levas migratórias oriundas de áreas que hoje integram os estados do Pernambuco e do Piauí. E o Cariri teria tido destaque exatamente pela presença da Chapada do Araripe e por seu manancial hídrico. Conjectura-se, inclusive, que os Kariri (indígenas) teriam chegado pelas margens do rio São Francisco há cerca de um milênio e meio, e poucos séculos depois teriam se estabelecido no sul do Ceará (entre os séculos IX e X da nossa era).

Essa breve contextualização ajuda a entender algumas das razões pelas quais a Chapada é considerada, atual e historicamente, não apenas uma paisagem natural que adquiriu contornos culturais, mas um ícone da identidade territorial das regiões do Araripe e do Cariri cearense. Além disso, do ponto de vista paisagístico, ela parece onipresente.

[27] Disponível em: https://www.infoescola.com/wp-content/uploads/2016/09/clima-ceara.jpg.

Figura 7: paisagem urbana/ambiental cratense, com destaque para a Chapada do Araripe, que figura como cenário de fundo em diversas áreas do município[28].



Fonte: autora (26 de julho de 2024).

O processo de ocupação do território, antes indígena, por colonizadores, e seu posterior crescimento foi analisado por alguns autores (Dias, 2019; Abreu, 2017; Gurgel, 2012b, 2008; Farias Filho, 2007). Em linhas gerais, foram marcos, do século XVIII o aldeamento indígena (iniciado pelos frades cappuccinos) denominado "Missão do Miranda", datado da década de 1740, e a elevação à Vila Real, na década de 1760.

No século seguinte foram destaques a elevação do Crato a cidade (1853) e as expedições ocorridas para estudar a localidade: a do naturalista João da Silva Feijó, na segunda metade do ano de 1800 (durou 5 dias), destacando petrificações de peixes e possibilidades agrícolas; a do escocês George Gardner[29], entre finais de 1838 e início de 1839 (5 meses), quando fez estudos de cunhos geológico e botânico, dedicados à Chapada do Araripe; e a da Comissão Científica do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1859, no âmbito da qual o médico naturalista Francisco Freire Alemão[30] fez registros

[28] São elementos de referência que figuram na foto: aos fundos, do lado esquerdo, o edifício amarelo bastante horizontal, próximo à chapada, é o Seminário São José; em primeiro plano, à direita da foto, está o Mercado Público Walter Peixoto. OBS: Foto registrada a partir do 10º andar do Kariris Blue Tower – atualmente, o único edifício de grande altura do Crato.

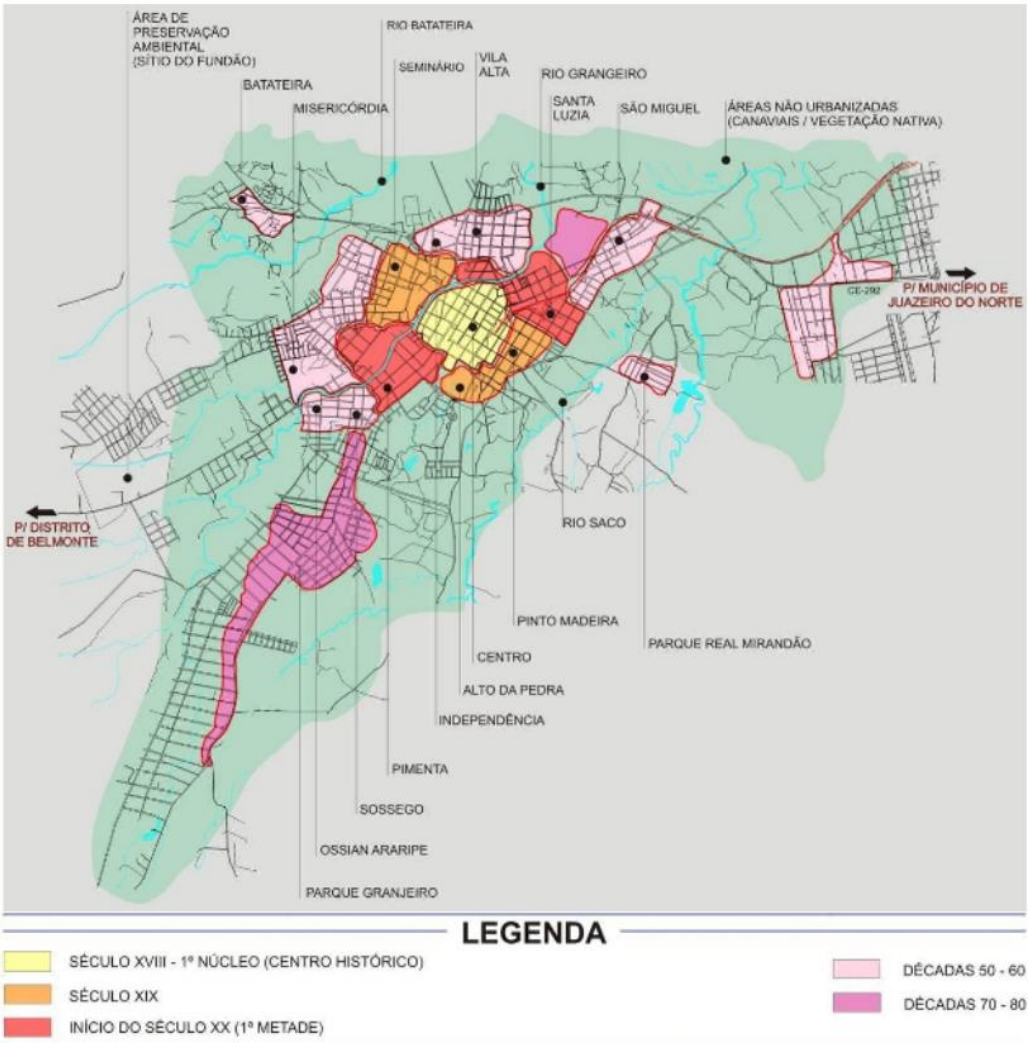
[29] "[...] visitou algumas Províncias do Brasil entre os anos de 1836-1841, quando desenvolveu um demorado trabalho de identificação de vegetais e animais" (Reis, 2015, p. 49).

[30] Segundo Cunha (2012), Tomaz de Souza Brasil e João Brígido, intelectuais do Ceará, se juntaram aos membros dessa comissão para redigir estudos que colaboraram no entendimento do processo de produção imagético-discursiva da região do Cariri cearense.

sobre as ruas, tipos de habitações, de cultivos e outras produções, além de reações dos habitantes da terra (Dias, 2019[31]; Sousa, 2015; Cunha, 2012; Farias Filho, 2007).

Tendo obtido posições de destaque no desenvolvimento do centro-sul do estado do Ceará, o Crato passou por algumas guinadas de crescimento, que aliadas a interesses diversos, geraram uma grande produção arquitetônica e urbanística na localidade, sobretudo até a primeira metade do século XX, com destaque para elementos de embelezamento estético próprios do período, assim como espaços e edifícios de usos educacional e de lazer – esse último, fortemente vinculado a seu título de "capital da cultura" (Albuquerque Filho, 2015; Oliveira; Abreu, 2010; Cortez, 2000). Gurgel (2008) sintetizou alguns desses estratos de transformação urbana ao longo do tempo.

Figura 8: mapa de evolução urbana elaborado pela Prefeitura Municipal de Crato.



Fonte: Gurgel (2008, p. 126).

[31] Em sua tese, o autor trouxe o tópico "Olhares forasteiros: o Cariri na ótica dos viajantes", no qual sintetiza as principais impressões dos Naturalistas/visitantes. Além dos já citados, fala de Manuel Arruda Câmara, pe. Manuel Aires de Casal e Felipe Alberto Patroni Martins Maciel Parente.

Como informado na introdução, o presente trabalho partiu da constatação de uma aparente contradição entre discursos atrelados ao município: de um lado, a denúncia de destruições de bens culturais e, de outro, a percepção de ações e discursos de valorização cultural. Para melhor compreender essa realidade dual e atual, no próximo subtópico empreendemos um esforço de sistematização de informações que endossam essa realidade dicotômica, correlacionando-a com informações importantes sobre o papel do turismo, que sobretudo no século XXI, interferiu nesse contexto.

Na sequência, apresentamos o referencial teórico-metodológico escolhido para enfrentar o problema de pesquisa: o dispositivo identitário. E para tal, primeiramente contextualizamos debates em nível nacional, que relacionam discurso e identidade no campo do patrimônio, depois aprofundamos entendimentos e conceitos adotados na tese, dentro da interseção entre os estudos foucaultianos e culturais.

2.1 O cenário dicotômico proteção/valorização x destruição de bens materiais cratenses, e seu diálogo com o setor turístico

Como já informado, tem havido práticas de destruição de bens culturais no Crato (vide figura a seguir), e isso motivou a elaboração de trabalhos de Ana Paula Gurgel (2008; 2012a; 2012b; 2016). Por meio deles, a arquiteta e urbanista não apenas alertou para a demolição e a alteração de edificações de valor cultural, como buscou compreender a relação dessas ações com a centralidade exercida pela cidade do Crato (classificada, há décadas, como sendo de porte médio) na RM Cariri, sobretudo no seu centro ativo (área coincidente com seu núcleo histórico), fato que gera pressões por transformações edilícias. A partir de suas pesquisas, foi demonstrado o impacto de setores da economia (como o terciário) na transformação de pré-existência de valor cultural do Crato.

Abreu (2017), em dissertação que analisa a expansão urbana do Crato – enquanto cidade de porte médio, no contexto da RM Cariri – e suas consequentes transformações, também apontou destruições do patrimônio histórico, paisagístico, cultural e natural do município. Para o autor, o município careceu de políticas públicas que efetivassem disposições do seu plano diretor.

Figura 9: mapa com registro da localização de algumas das edificações e dos espaços públicos demolidos, total ou parcialmente, no centro histórico do Crato-CE.



Fonte: autora (2025)[32].

Por outro lado, a mestranda Ravena Reis e Clóvis Jucá (2024a; 2024b), seu orientador, demonstraram outro tipo de fator que influenciou demolições e/ou descaracterizações de edificações pré-existentes: a interferência do modernismo na mentalidade e na materialidade local. Apresentando resultados parciais de uma pesquisa que está em andamento, verificaram que as décadas de 1950 e 1960 constituíram um ponto de inflexão na trajetória urbana do

[32] No Apêndice C, é possível ver esse mapa ampliado, complementado com fotos comparativas dos locais com as situações atual e anterior. Priorizamos as referências culturais materiais citadas na tese, mas também inserimos outras julgadas importantes, com base em postagens da internet e em diálogos com os pesquisadores locais Waldemar Farias Filho e Aristides Figueiredo – que contribuíram com a pesquisa necessária para a elaboração dessa peça gráfica. Nesse mesmo apêndice, inserimos uma tabela com informações complementares das edificações e as fontes das imagens utilizadas.

Crato, já que a cidade buscou construir uma imagem de si enquanto uma urbe "moderna" e "progressista", acarretando mutações no seu patrimônio cultural edificado.

Nos anos 1990, fortemente associados a políticas neoliberais no Brasil e a processos de globalização consolidados mundialmente, foram geradas mudanças nas práticas de (re)produção urbana, aumentando casos de demolições de um lado, mas potencializando intenções de aproveitamento turístico de outro.

Do ponto de vista das demolições e mesmo das desativações de espaços de usos cultural, educacional, comunicacional e de lazer, no Crato, foi detectado forte declínio de funções urbanas que o município exercia – até então, de maneira hegemônica – na RM Cariri. Como apontaram Oliveira e Abreu (2010), dito declínio foi denunciado pela inexistência de equipamentos outrora de destaque, como cinemas, jornais e periódicos de ampla circulação etc.

> A cidade do Crato, como outras cidades do estado do Ceará, é chamada pela maioria da população como 'a cidade que já teve', como expressão idílica de um tempo áureo, pois possuía uma economia urbana efervescente e perspectivas de desenvolvimento que, hoje, não existem mais, como os cinemas, os teatros, os jornais, as revistas e a movimentação económico e comercial que antes possuía (Oliveira; Abreu, 2010, p. 258-259).

Ainda no âmbito das perdas associadas à cultura (i)material[33] cratense, diversos textos foram publicados na Revista A Província, vinculada ao Instituto Cultural Cariri (ICC)[34]. Em um deles, Mourão (1993) citou a "decadência" da praça Francisco de Sá e o descaso com os casarões, exemplificando o prédio central, outrora Hotel São Luiz, que estava em ruínas.

Telma Brilhante[35] (1995) elaborou um texto de memórias nostálgicas, destacando prédios e espaços públicos, como a Catedral de N.Sr.a da Penha, a Praça Francisco Sá, o monumento a Samaritana e a coluna a Cristo Redentor (tida como um dos símbolos do Crato). Mas também citou demolições: do Grupo Escolar Teodorico Teles de Quental (na esquina da Praça da Sé com a Rua Leandro Bezerra); do Edifício Caixeiral do Crato, da Associação dos Empregados do Comércio do Crato; do auditório do conjunto arquitetônico da rua D. Quintino (este também composto por capela e pelo Colégio Santa Tereza de Jesus). Sobre esse último, lamenta: "**A fome por dinheiro e o descompromisso com a preservação** dos nossos prédios históricos fizeram com que a diocese do Crato destruísse o auditório para

[33] Aqui adotamos (i)materialidade para destacar que toda valorização da materialidade é decorrente de uma relação social imaterial.
[34] Esse instituto será mais contextualizado ao longo da tese.
[35] Ver informações relevantes de Telma de F. Brilhante no Apêndice A.

'aproveitá-lo' como sede da gráfica diocesana, há anos fechada" (Brilhante, 1995, p. 64, grifos nossos).

Figura 10: Colégio Santa Inez (depois Grupo Escolar Teodorico Teles de Quental), na esquina da Pç. da Sé com a Rua Leandro Bezerra.



Fonte: Memória Histórica do Crato[36] (s/d).

Figura 11: conjunto arquitetônico da rua D. Quintino - à esquerda, prédio demolido[37]; ao centro e à direita, capela e Colégio Santa Tereza de Jesus (19--).



Fonte: Catálogo IBGE[38].

[36] Postagem de 16 abr. 2013. Disponível em: https://www.facebook.com/photo/?fbid=295365720594350&set=a.292536287543960.
[37] No local funcionaram o auditório do Colégio Santa Tereza e a sede (gráfica) do Jornal "A Ação".

Em outro artigo da citada revista, "Estão Destruindo a Memória do Crato" (sem autoria), são apontadas mais destruições, entendidas como decorrentes de fatores de priorização econômica: inicialmente é dito que o Crato está se tornando uma terra sem memória arquitetônica, e entre as causas disso foram apontadas "as más administrações públicas, a falsa ideia de modernismo, a ganância financeira, a indiferença de considerável parcela de nossa população e impunidade [...]" (Estão..., 1994, p. 22).

No mesmo texto, foram citados alguns dos elementos da cultura material que foram perdidos: o conjunto arquitetônico colonial português que compunha a rua Dr. Miguel Limaverde, incluindo o único sobrado da via e um prédio de esquina cuja fachada se revestia de azulejo português, onde funcionou o então conhecido "Bar do Alagoano". Também foi citada a destruição parcial de outro prédio colonial da rua Dr. João Pessoa, bem como um monumento (a Nossa Senhora da Assunção).

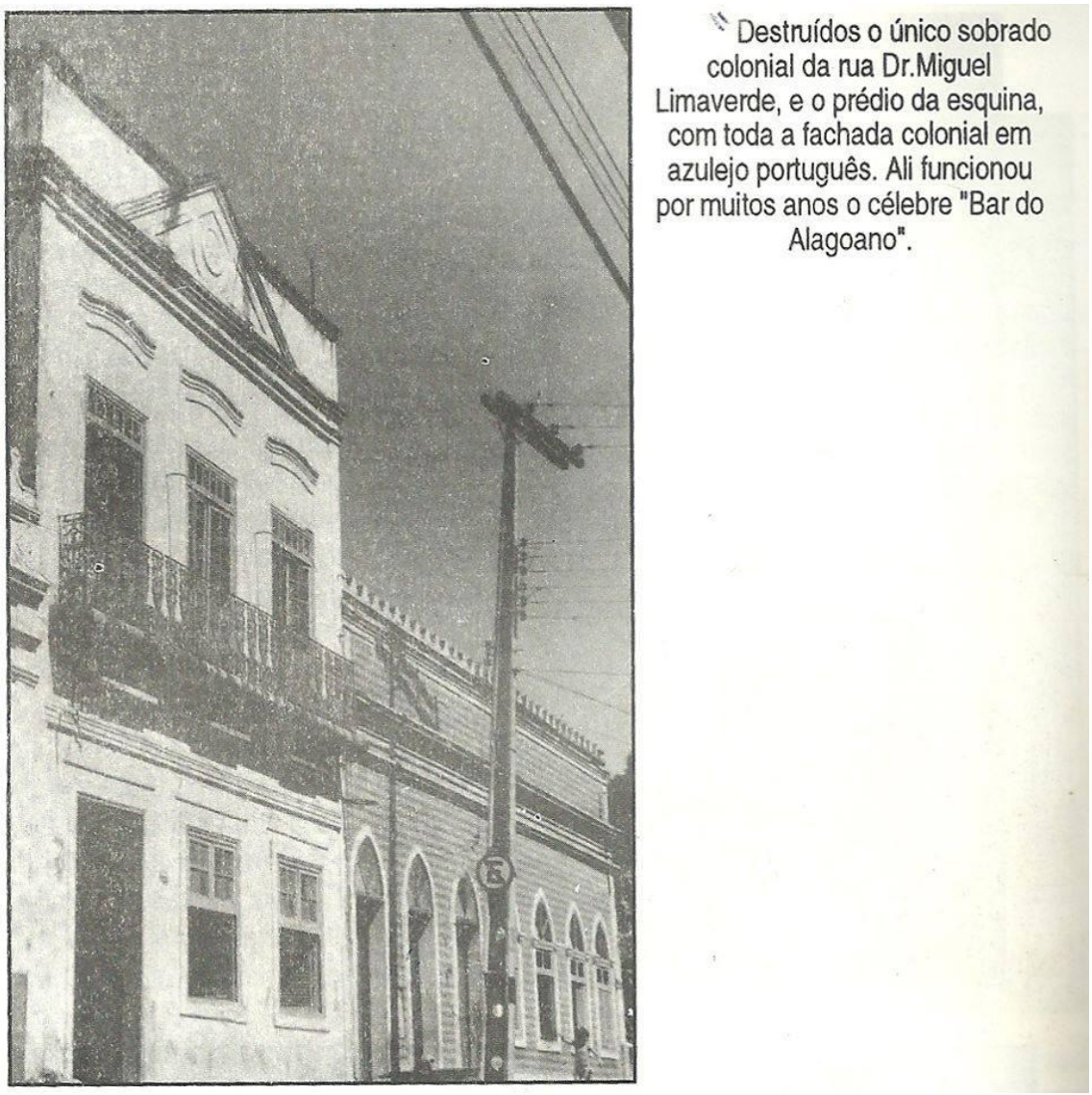
Figura 12: Rua Dr. Miguel Limaverde por volta dos anos 1960.



Fonte: Acervo Ari Figueiredo (autoria desconhecida).

[38] ID: 35176; Código de Localidade: 2304202. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=435176.

Figura 13: imóveis da Rua Dr. Miguel Limaverde que foram destruídos.



Fonte: Estão... (1994, p. 23).

Foram ainda mencionados "insistentes apelos da população cratense" e prefeitos relacionados a esses fatos (Walter Peixoto e "Zé Adega") que geraram um "ex-patrimônio arquitetônico do Crato", contexto definido como "mal irreparável e injustificável" (Estão..., 1994, p. 22-24). E completando os discursos de indignação, foi retomada a questão econômica envolvida quando, ao ser citada mais uma perda, foi dito: "Aqui também a ganância comercial falou mais alto. Por mais que se insistisse aos seus proprietários para que deixassem ao menos a fachada de pé, eles não atenderam. Lamentável imediatismo mercantilista" (Estão..., 1994, p. 24).

Figura 14: imóvel que passou por perda parcial de sua estrutura (ala direita) para construção de pontos comerciais.



Fonte: Estão... (1994, p. 23).

As destruições também foram reportadas no âmbito natural, na mesma revista. Ainda nos anos 1990, Plácido Cidade Nuvens[39] (1994) trouxe para o debate o tema da comercialização dos fósseis da Chapada do Araripe[40]; e no início do século XXI, Suzana Lopes e Waltécio Almeida (2006[41]) versaram sobre ameaças à Biodiversidade de Répteis na Biorregião do Araripe.

Contribuindo para a compreensão desse cenário de destruições, Oliveira e Abreu (2010) foram assertivos ao denotarem que, do modelo de desenvolvimento urbano que o Crato adotou por décadas, resultou um processo acentuado de urbanização atrelado à descaracterização de ambientes urbanos/paisagísticos. Nesse sentido, os autores entendem que os desdobramentos desse modelo resultaram em um legado marcado pelo desrespeito ao meio ambiente, por elevados índices de desigualdade social e pela desvalorização dos patrimônios da cidade – notadamente o histórico, o cultural e o ecológico.

[39] Ver informações relevantes de Plácido Nuvens no Apêndice A.
[40] Julgando oportuno, destacamos que o Portal de Notícias G1 veiculou matéria em 2023 sobre a repatriação de fósseis ilegalmente extraídos da Chapada do Araripe. Segundo o portal, foi a maior repatriação de fósseis do Brasil, totalizando 998 fósseis de pterossauros, peixes, plantas, insetos e outras espécies de animais (G1, 2023).
[41] Ver informações relevantes de Suzana Gomes Lopes e de Waltécio de Oliveira Almeida no Apêndice A.

Mas nem tudo foram perdas. Ainda nos anos 1940, por exemplo, foi criada[42] a primeira Floresta Nacional oficializada no Brasil: a Flona Araripe-Apodi[43], dando bases para práticas locais de turismo e conscientização.

Silva (2019) analisou a participação do Instituto Cultural Cariri (ICC), em meados do século XX, em prol do aproveitamento dos recursos naturais para atividades rurais e de turismo, como recursos de recuperação econômica para a região. Destacando como pioneira e emblemática a atuação de J. Lindemberg de Aquino, por meio de publicações na revista Itaytera datadas de 1959, ele e outros membros do ICC apregoavam "[...] as vantagens e possibilidades econômicas de exploração turística da região e a necessidade de se criar uma 'mentalidade', em toda a sociedade, favorável à construção de 'um plano de aproveitamento turístico' para o Cariri" (Silva, 2019, p. 224).

Ainda de acordo com a autora, a partir de movimentações como essa, o ICC buscou inserir a região no chamado "turismo interno" que vinha sendo praticado no Brasil (por meio de sócios correspondentes do ICC no Rio de Janeiro e com o auxílio da criação, em 1966, da Empresa Brasileira de Turismo – Embratur), e se sintonizava com os discursos internacionais de defesa de uma política de turismo como fator de desenvolvimento econômico (vide Conferência de 1963, das Nações unidas).

Essa campanha ganhou novo fôlego nos anos 1970, quando o então governador do estado, César Cals, anunciou que sua política desenvolvimentista incluiria o incentivo ao desenvolvimento do turismo no interior do Ceará – fato que gerou forte repercussão na imprensa local em prol da apresentação das potencialidades turísticas das principais cidades da região:

> Do repertório estabelecido, a natureza foi apropriada como o principal produto turístico da região. Sua percepção enquanto recurso natural permitiu vislumbrar as características do meio ambiente, enquadradas em uma paisagem oásis e idílica, e seu contraste com os sertões vizinhos como "potencialidade econômica-turística"539 a ser explorada. A Chapada do Araripe e os vales ao seu sopé foram, então, convertidos em importante apelo simbólico e sensorial (Silva, 2019, p. 227).

Cabe pontuar que, nesta década, a política nacional tinha como marco o II Plano Nacional de Desenvolvimento Urbano (II PND). E foi no âmbito dele que Crato e Juazeiro do

[42] Criada por meio do Decreto federal 9.226 de 2 de maio de 1946, para manter as fontes de água do semiárido e barrar o avanço da desertificação no Nordeste. Além do Crato, contempla os municípios de Santana do Cariri, Barbalha, Missão Velha e Jardim (Tavares, 2016).

[43] Administrada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Ver: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/caatinga/lista-de-ucs/flona-do-araripe-apodi/flona-do-araripe-apodi.

Norte já figuravam entre as cidades selecionadas para recebimento dos investimentos do "Programa de Desenvolvimento de Cidades Médias" (Nunes, 2020, p. 33-35).

Retomando as estratégias de incentivo ao turismo por parte de membros do ICC, em outra revista também gerida pelo instituto (A Província), nos anos 1990, Edízio Abath[44] (1993) sinalizou que, considerando o que chamava de "vocações histórica e geográfica" do Crato, havia uma tendência para sua atuação no binômio educação e turismo – reforçando a ideia de investimento nesse setor para a cidade.

Nesse sentido, chama atenção a criação do Geoparque Araripe. Ainda que apenas parte dele esteja presente na delimitação territorial do Crato, é destacável que ele foi o primeiro, no Brasil, a receber a chancela de Geoparque Mundial; e o primeiro nas Américas também, em 2006 (Instituto SEMEIA, 2024)[45].

A proposta de candidatura foi enviada em 2005 à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), com vistas à integração do geoparque na Rede Global de Geoparques (GGN) – por iniciativa da Universidade Regional do Cariri (Urca), através da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior (Secitece), do Governo do Estado do Ceará.

Um dos frutos do investimento turístico atrelado à Chapada do Araripe pode ser visto em matéria recentemente veiculada pelo Globo Repórter (2024), divulgada em rede nacional – quando já estava no governo Elmano de Freitas (PT), considerado sucessor do ex-governador Camilo Santana (PT).

Figura 15: *frames* do vídeo de divulgação de matéria do programa televisivo Globo Repórter sobre o Cariri cearense.



[44] Ver informações relevantes de Edízio Abath no Apêndice A.
[45] Esse pioneirismo é compreensível, considerando que os interesses brasileiro e estrangeiro sobre as riquezas naturais e fossilificas da região, foram registrados desde a transição entre os séculos XVIII e XIX.



Fonte: Globo Repórter (2024).

O incremento ao setor turístico também figurou nas políticas públicas de intervenção no espaço urbano cratense. Entre 1995 e 2003 – durante os mandatos de Tasso Jereissati (PSDB) e seu vice-governador, Beni Veras (PSDB) –, foi desenvolvido o Programa de Desenvolvimento Urbano (Prourb), que tem como um dos seus planos integrantes o "Projeto Cidades do Ceará".

> Segundo a Secretaria das Cidades do Estado do Ceará, a diretriz básica desta política urbana foi conferir prioridade a um grupo de quarenta e quatro cidades estratégicas, tornando as capazes de facilitar a absorção do crescimento urbano. O objetivo maior do PROURB é ser o instrumento viabilizador da estruturação urbana, visando a dar suporte ao desenvolvimento econômico, social e ambiental sustentável, melhorando a qualidade de vida da população e tornando as cidades competitivas para atrair indústrias, impulsionar a agricultura irrigada e incrementar o turismo (Gurgel, 2008, p. 49).

Alinhado com os interesses do Prourb, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) elaborado para o Crato[46] trouxe, nos seus objetivos e diretrizes, a preocupação com a preservação de áreas e edificações de valor histórico, paisagístico, artístico e natural. Com isso, gerou-se a necessidade de estabelecimento do tombamento como ferramenta de proteção, estando as tarefas de identificação de bens a cargo do Conselho Municipal do Plano Diretor.

No Plano de Estruturação Urbana, previsto no PDDU, são apontados diversos projetos de valorização do patrimônio histórico do município, não apenas na zona urbana, mas também na rural[47]. Dentre esses, chamam atenção alguns previstos para integrarem um roteiro

[46] Cabe destacar que o desenvolvimento de instrumentos legislativos de ordenamento urbano para o município do Crato se deu por meio de uma política urbana desenhada pelo Governo do Estado do Ceará – em parceria com as prefeituras municipais e com apoio do Banco Mundial (Bird) (Gurgel, 2008).

[47] De acordo com Gurgel (2008, p, 51): "antigo matadouro do Crato; a primeira Casa de Força do Crato, no Distrito de Belmonte; a Igreja do Beato Zé Lourenço, no Distrito de Monte Alverne; e, a Cruz entronizada pelo Padre Cícero, no Sítio Baixa do Maracujá, no Distrito de Santa Fé".

religioso[48] vinculado às romarias em torno do Padre Cícero, figura religiosa de renome nacional.

Embora houvesse previsão de elaboração de um "Circuito de Valorização do Patrimônio Histórico", o único projeto realizado até fins dos anos 2000 havia sido o "Corredor Cultural"[49] – em consonância com outros projetos de mesma nomenclatura ocorrido em diversas cidades brasileiras (Oliveira, 2016) –, vinculado ao largo da Rffsa[50].

Abreu (2017), por sua vez, analisou ações desenvolvidas pelo Governo do Estado do Ceará no âmbito da expansão urbana da cidade do Crato, no contexto da RM Cariri. Segundo ele, ditas ações visavam lançar um novo olhar pra região, dinamizando o papel exercido pelas cidades que a compõem, sobretudo aquelas pertencentes ao chamado Crajubar[51].

Entendendo que os patrimônios históricos culturais da cidade do Crato apresentam-se como importantes para o cenário regional, foram estabelecidas diretrizes (de iluminação e informação) para sua valorização, como se pode ver na ilustração a seguir.

Figura 16: diretrizes para o patrimônio histórico do Crato.



[48] Sobre isso ver "Mapa do município do Crato, onde se destacam os distritos que serão contemplados no projeto de valorização do Patrimônio Histórico", apresentado por Gurgel (2008, p. 52).

[49] Segundo Gurgel (2008), anterior à elaboração do PDDU. Ratifica a informação Rosemberg Cariry, que em matéria local disse que partiu dele, quando convidado a ser secretário de cultura (em 1996). O Corredor cultural "[...] previa o estabelecimento de escolas de teatro, de dança, de cinema, de artes plásticas, oficinas de literatura, entre outras, deste o sítio Lameiro, onde está situada a Escola do padre Ágio, passando pelo bairro do Pimenta, pela Urca, Parque de Exposição, pelo Rabo da Gata – derivando para a Praça da Sé, pela Estação Ferroviária, seguindo a ferrovia com ocupação dos espaços com quiosques culturais, passando pela Faculdade de Direito, até chegar ao Pau do Guarda" (Blog Coletivo Camaradas, 2010, s/p). Mas não parece ter se consolidado, já que não se encontram registros disso.

[50] Espaços livres e edificados vinculados à extinta Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima, considerados de valor cultural.

[51] Apelido dado à junção das cidades de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, principais cidades da RM Cariri, que atualmente formam um aglomerado urbano.

Fonte: Secretaria das Cidades (2010[52] *apud* Abreu, 2017, p. 130).

Outra grande ação desenvolvida pelo Governo do Estado, na ótica de Abreu (2017), foi a urbanização do bairro mais populoso da cidade do Crato: o Seminário. Vislumbrava-se, com a reforma prevista (fruto de um projeto para o desenvolvimento das cidades, financiado pelo Banco Mundial), uma vista panorâmica da cidade (por meio de uma via paisagística com extensão de 1,2km), contando com iluminação adequada, paisagismo, passeios acessíveis, sinalização e espaços de contemplação da paisagem, de lazer e atividades esportivas, além da contenção de uma voçoroca que alarmava a população local. A proposta defendia aumento de qualidade de vida para a população, mas também a conversão desse espaço emblemático para o Crato, em um ambiente turístico.

Figura 17: projeto de urbanização do Bairro Seminário.



Fonte: Secretaria das Cidades (2010 *apud* Abreu, 2017, p. 131).

Abreu (2017) salientou essas ações e políticas públicas de desenvolvimento regional, realizadas pelo Governo do Estado do Ceará, por considerar este último um dos principais agentes produtores do espaço urbano da cidade do Crato – como também do complexo

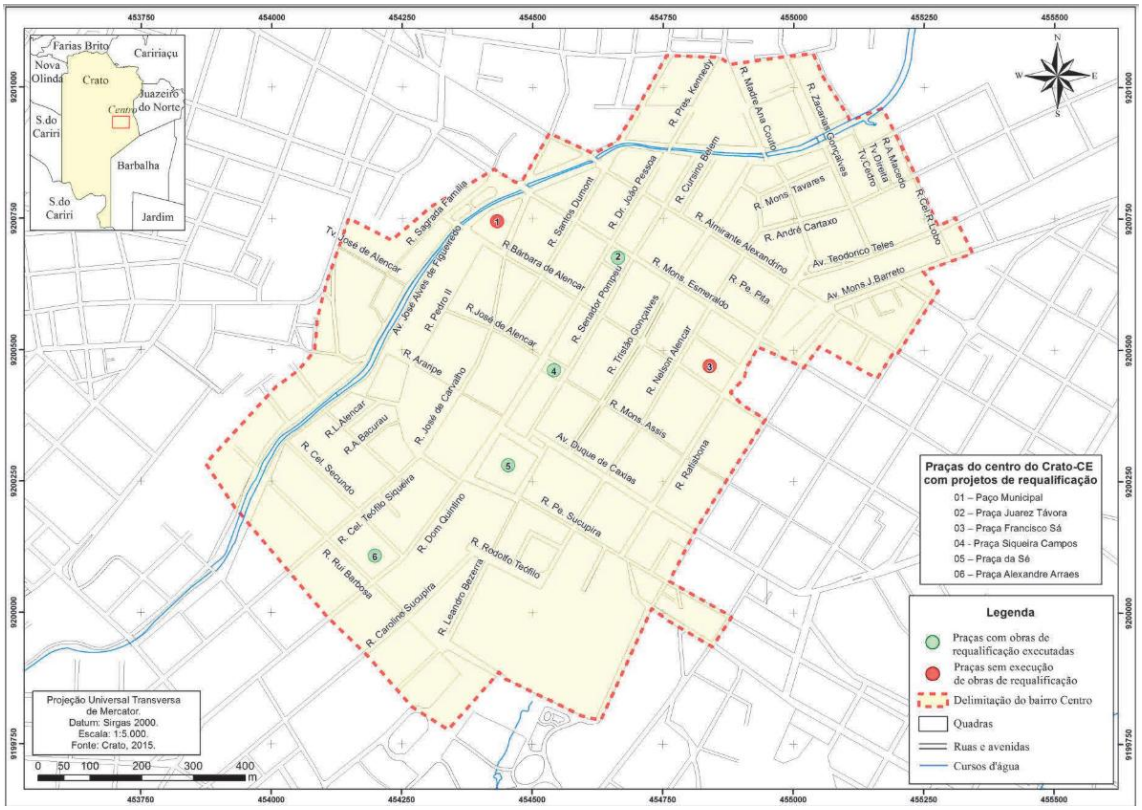
[52] Nesse período a gestão do estado estava com Cid Gomes (inicialmente filiado ao PSB, e no segundo mandato, ao Pros), que atuou como governador de 2007 a 2015.

urbano-regional do Cariri, sobretudo considerando a histórica função polarizadora exercida pelo Crato na região sul do estado.

Esses papéis estratégicos do Crato para o Cariri cearense, e desse último para o estado do Ceará podem ser mais bem compreendidos a partir da criação da RM Cariri, que tem como principais cidades Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha. A partir dessa ação buscou-se minimizar discrepâncias socioeconômicas entre interior e capital, por meio de investimentos públicos e privados que visaram à constituição de um cenário capaz de potencializar sua atração populacional. E nesse contexto, foram relevantes os investimentos em projetos e ações de fortalecimento do setor turístico (Gurgel, 2012b).

Dessa atuação do Governo do Estado, Sousa (2015) ressaltou o projeto "Cidades do Ceará Cariri-Central", ao qual esteve vinculado o "Plano de Requalificação Urbana", na esfera municipal, e dentro dele, o projeto "Praças Centrais". Esse último objetivava integrar o conjunto urbano e histórico de espaços públicos por meio de uma reestruturação físico-ambiental, tendo sido contempladas as praças da Sé, Siqueira Campos, Juarez Távora, paço municipal, Alexandre Arraes e Francisco Sá.

Figura 18: mapa espacializando as obras previstas no Projeto "Praças Centrais", no Crato.



Fonte: Sousa (2015, p. 183).

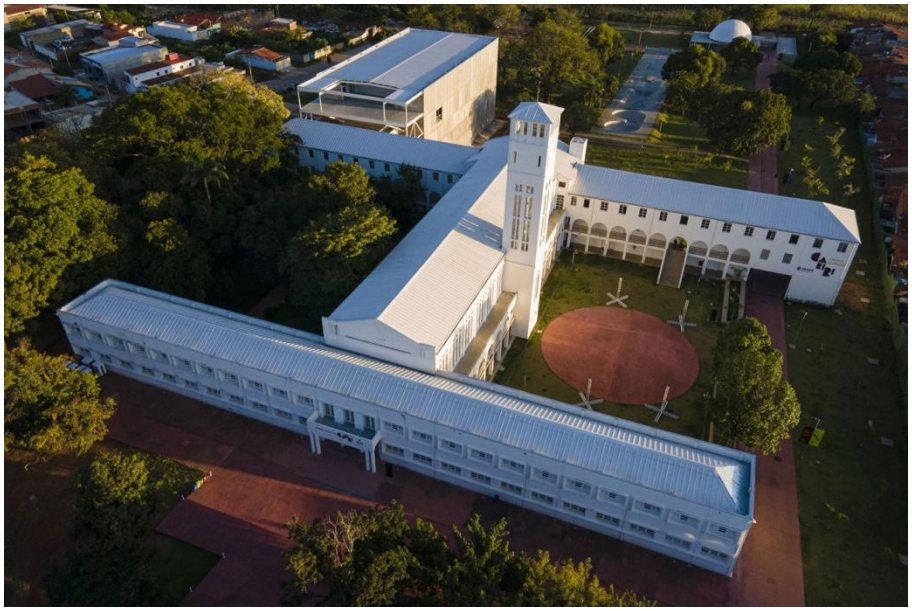
Em matéria veiculada pelo Diário do Nordeste (2012), foi destacada a soma investida no âmbito do projeto Cidades do Ceará-Cariri Central (R$ 5 milhões, sendo que parte do valor foi financiado pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Bird), bem como a importância do turismo na contrapartida municipal desses investimentos – que, à época, estava sob mandato de Ronaldo Sampaio Gomes de Mattos (PMDB). A ideia foi proposta ainda em 2005, no Plano de Requalificação Urbana do Município (elaborado pela Prefeitura), e tinha como objetivo "[...] fortalecer o turismo na cidade, bem como **evitar o esvaziamento do Centro**, já que foram estas praças que acolheram as principais manifestações artística, culturais, religiosas, cívicas, políticas e sociais no Município" (Diário do Nordeste, 2012, s/p, grifo nosso).

Outros elementos que podem ser observados pelas lentes da valorização turística são o Centro Cultural Cariri e a recente candidatura da Chapada do Araripe a Patrimônio da Humanidade, pela Unesco.

O antigo Hospital Manuel de Abreu, construído na década de 1940 para abrigar o Seminário da Ordem da Sagrada Família, passou por diferentes usos até ser desativado, em 2014; em 2017 foi tombado pelo município[53] e em abril de 2022 (durante a gestão de Camilo Santana – PT – e sua vice, Izolda Cela – PDT), passou a sediar o Centro Cultural do Cariri Sérvulo Esmeraldo. Concebido a partir de um Plano de Governo do Estado do Ceará ("Os 7 Cearás"), foi conceituado como um Centro Cultural Parque, atendendo aos 29 municípios da região do Cariri sob gestão do Instituto Mirante de Cultura e Arte. Trata-se de um equipamento que vem sendo bastante frequentado: "no ano de 2023, 397.058 pessoas foram alcançadas pelas atividades do equipamento por meio de 635 ações em diversas linguagens" (Centro Cultural Cariri, 202-).

[53] Como já informado no item 1.1, pela Lei nº 3.304/2017, de 25 de setembro de 2017, que dispõe sobre a preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Natural do Município.

Figura 19: vista aérea do Centro Cultural Cariri, com implantação do prédio principal em forma de "H". Ainda integram o complexo um teatro (volume prismático à esquerda da imagem), um planetário (volume esférico à direita) e diversos tipos de áreas livres.



Fonte: Centro Cultural Cariri (202-).

No tocante à candidatura da Chapada do Araripe, o projeto "Elaboração de Dossiê para candidatura da Chapada do Araripe como Patrimônio da Humanidade (Unesco): natureza, tradição e formação de um território encantado", tem como perspectiva a execução de um inventário que embasará tanto a candidatura da Chapada à Unesco quanto diálogos sobre a salvaguarda desse patrimônio cultural e natural. Trata-se de um projeto interinstitucional, realizado por meio Governo do Estado do Ceará e Secretaria da Cultura do Estado (Secult), que envolve a Urca, Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap), os Sistemas Fecomércio e Serviço Social do Comércio (Sesc) Ceará, a Fundação Casa Grande, o GeoPark Araripe e o Instituto Cultural do Cariri. Para tanto, vem sendo realizados seminários e diversas articulações sociais, acadêmicas e políticas (Dossiê Chapada do Araripe, 202-).

Figura 20: imagem de uma das mesas do V Seminário Internacional Bacia Cultural Sociobiodiversa da Chapada do Araripe, realizado em junho de 2024 na Fundação Casa Grande (Nova Olinda).



Foto: Moisés Matos (2024).

Espera-se, a partir da realização do inventário para a supracitada candidatura, que elementos de ordem material localizados no município do Crato também sejam contemplados, uma vez que é uma das cidades localizadas ao sopé da Chapada. Há notícias de que parte dele já está em andamento, mas ainda sem resultados oficiais divulgados.

Essa relação entre inventário e turismo já havia sido fomentada anos antes, quando da elaboração da Cartografia Cultural do Crato (Jade, 2017). Na apresentação do produto final dessa primeira edição, o então reitor da Urca, José Patrício Pereira Melo, disse que o projeto estava

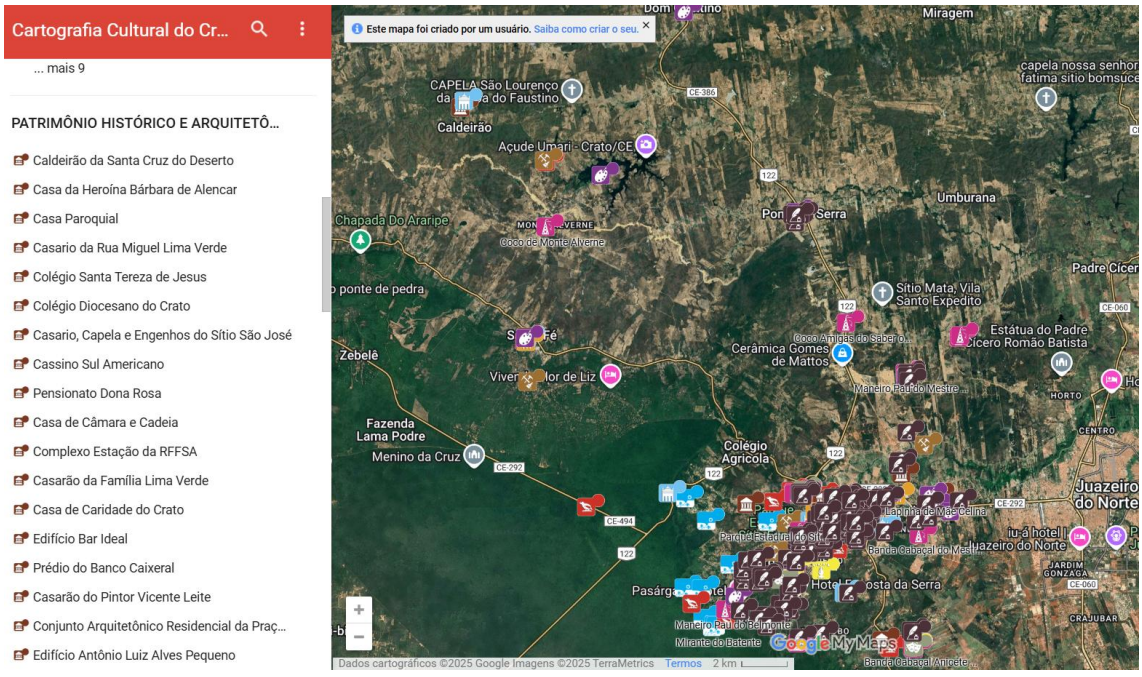
> democratizando informações que ensejam as ciências, o autoconhecimento e elevam a autoestima dos caririenses, estimulando pesquisas no território, políticas públicas mais consistentes, a produção artística, as práticas culturais sustentáveis, o turismo cultural e ecológico, disseminando amplos benefícios para a sociedade (Melo, 2017, p. 14).

A proposta foi iniciada pela Secretaria de Cultura do Município (Secult), e objetivava sistematizar as referências culturais do território, tanto para proporcionar visibilidade para as artes e os artistas locais quanto para colaborar com as políticas públicas sob a égide das três dimensões da Cultura: a simbólica, a cidadã e a econômica. No volume organizado por

Rosiane Bezerra de Oliveira – mais conhecida como Dane de Jade[54] (2017) – foram registrados os pormenores dessa ação (incluindo sua metodologia e resultados), que foi iniciada em 2013 (dando as bases para que, entre 2015 e 2016, fossem realizadas as coletas de informações mediante participação social, que ocorreu de modo virtual). O resultado final organiza 382 registros, estruturados em 3 eixos culturais que, por suas vezes, foram classificados em categorias, quais sejam:

- Eixo I – Patrimônio Natural e Práticas Culturais Sustentáveis. Categorias: Patrimônio Natural; Práticas Culturais Sustentáveis;
- Eixo II – Patrimônio Cultural. Categorias: Sítios Arqueológicos; Patrimônio Histórico e Arquitetônico; Edificações para fins religiosos e sagrados; Acervos e coleções; Lendas; Festas e Celebrações; Grupos de Tradição Popular; Quadrilhas Juninas; Outros agrupamentos de cultura; Gastronomia;
- Eixo III – Equipamentos e Artes. Categorias: Espaços de Cultura; Linguagens Artísticas.

Figura 21: *print* de tela da cartografia cultural do Crato, com destaque, em legenda, da categoria Patrimônio Histórico e Arquitetônico (Eixo II).



Fonte: https://cartografiacultura.wixsite.com/cartografiacultura. Acesso em: 17 mar. 2025.

Já houve relatos (informais) sobre ter havido um levantamento sobre edificações do núcleo mais antigo do Centro do Crato, oriundo de um acordo entre o Crato (CE), município

[54] Durante o governo de Ronaldo Sampaio Gomes de Mattos (PMDB) foi secretária de cultura. Ver informações relevantes de Dane de Jade no Apêndice A.



brasileiro, e o Crato que é uma localidade de Portugal – com intenções culturais e turísticas também. Ainda que não se tenha encontrado registros desse levantamento (nem na internet, nem na Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo do Crato-CE), uma sessão da Câmara de Vereadores do Crato (CE) registrou, em ata, a seguinte fala, atribuída ao cerimonialista Huberto Cabral:

> [...] Huberto Cabral. Comunicou que no próximo dia 21, quando o Crato estará comemorando 240 de sua emancipação política, estará visitando o Crato o presidente da Câmara que é também prefeito da cidade de Crato, Portugal, trazendo em sua comitiva três assessores para aqui assinar um **convênio com o Crato do Ceará e Crato/Portugal**, convênio este **cultural e de turismo**. Assim, disse Huberto Cabral, depois de 240 anos, vem ao Crato/Ceará, o prefeito e presidente da Câmara do Crato/Portugal. Trata-se de um intercâmbio muito importante devendo esse convênio ser assinado em praça pública, com a presença do governador do Estado, Lucio Alcântara[55], sem dúvida, uma oportunidade de grande importância para o Crato, **hoje a capital da cultura do estado do Ceará** (S. Ordinária nº 236, de 16/06/2004, fl. 196, grifos nossos).

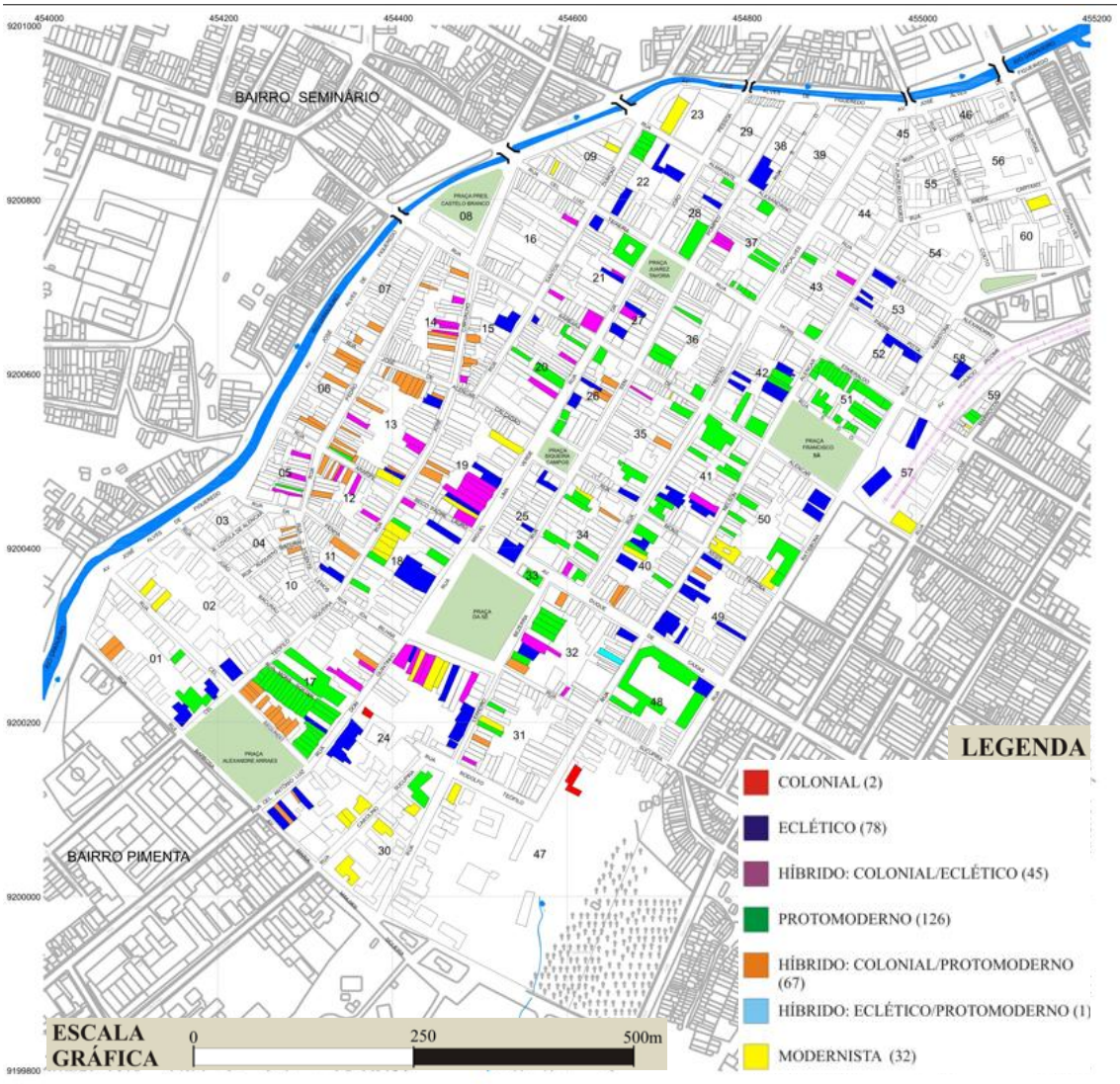
Outra notícia que pode se relacionar a esse convênio é relativa aos "Irmãos Aniceto, considerados patrimônio imaterial da cidade. No portal da Secult Ceará, Fernando Piancó, dramaturgo cratense que integrou a Coordenadoria de Ação Cultural dessa secretaria, disse que na década de 2000 houve uma oportunidade de participação em eventos culturais no Crato em Portugal, quando os Aniceto visitaram "[...] a cidade que tinha o mesmo nome da deles" (Secult-CE, 2015, s/p).

Considerando o notório papel dos inventários para registro de referências e auxílio na preservação delas, é mister o arrolamento de outras ações ocorridas nesse sentido, mesmo que sem vínculo direto com políticas públicas.

O trabalho mais completo encontrado sobre isso foi a monografia de conclusão de curso de Ana Paula Gurgel (2008). Nela a autora não apenas inventariou edificações de valor cultural, localizadas no centro histórico da cidade[56] – apresentando informações como seus estados de conservação e de preservação, usos, gabaritos e filiações estilísticas –, mas também análise sintática e mapas de manchas urbanas que contextualizam os períodos de expansão urbana.

[55] PSDB.
[56] Como informado em nota de rodapé anterior, a delimitação utilizada por Gurgel (2008) foi baseada na Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do município, datada do ano 2000.

Figura 22: mapa de filiação estilística de edificações do centro histórico do Crato.



Fonte: Gurgel (2008) – adaptado pela autora (2025).

Ainda no âmbito das pesquisas acadêmicas, Reis e Jucá (2024a; 2024b) têm destacado importantes bens arquitetônicos da cidade – embora com recorte na produção modernista.

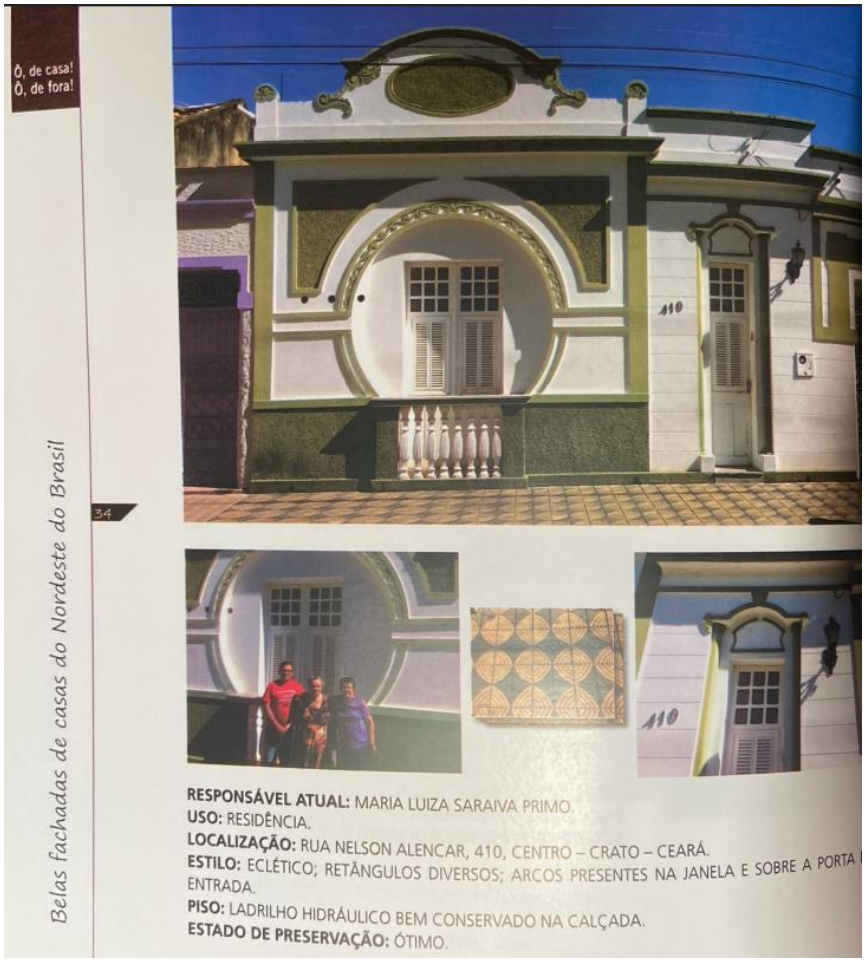
Figura 23: exemplares modernistas cratenses: A - Crato Tênis Clube (dec. 1950); B - Rádio Araripe (1951); C - Rádio Educadora (2013).



Fonte: Reis e Jucá (2024b, p. 13).

Além das arquitetas e dos arquitetos citados, também um psicólogo e escritor cratense elaborou uma contribuição para os registros da arquitetura local. Paulo de Tarso Sousa (2018) elaborou e publicou um levantamento fotográfico acompanhado de informações sobre fachadas de edificações do Crato, bem como entrevistas com moradores.

Figura 24: exemplo de fachada apresentada na publicação de Paulo de Tarso Sousa.



Fonte: Sousa (2018, p. 34).

O arquiteto Waldemar Arraes, que elaborou livro sobre a formação e a evolução urbana do Crato (Farias Filho, 2007), contribuiu também em outros estudos também. Além de ter elaborado projetos de restauro para edificações locais (inclusive, o principal museu da cidade), foi consultor no mencionado livro de Sousa (2018), e citado por todos os autores que estudam o patrimônio arquitetônico da cidade. Desde quando criou seu escritório no Crato, em 1995, tem elaborado estudos diversos sobre as edificações do centro histórico da cidade, culminando no recente projeto de criação de modelos tridimensionais renderizados.

Figura 25: exemplo de resgate de cenário urbano do Crato[57], por meio de modelagem virtual renderizada.

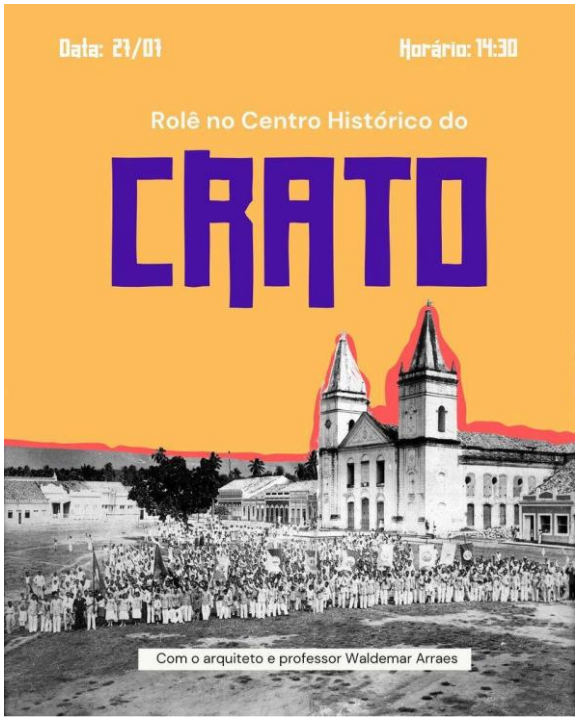


Fonte: Escritório Waldemar Arraes (elaboração em 2024).

Podem ser vistas, ainda, outras ações locais da sociedade civil em prol da manutenção de suportes de identidade e memória: o já citado Waldemar Arraes Farias Filho[58], reconhecido localmente por suas contribuições no registro da história arquitetônica e urbana do Crato, participou de um dos "rolês[59]" promovidos pela também arquiteta Hévila Ribeiro, por meio de uma rede social de registros de cultura, edificações e lugares (o @memoriasdejuazeiro). Também vale um destaque sobre o projeto Cariri das Antigas, voltado para ações de difusão da História do Cariri, e conscientização e preservação do patrimônio arquitetônico da região, foi fundado por Roberto Júnior em 2014[60].

[57] Dessas edificações, apenas a primeira e a terceira (sentido de leitura da esquerda para a direita) ainda estão bem preservadas. As demais tiveram suas feições arquitetônicas recuperadas a partir de fotografias antigas.
[58] Já citado (Farias Filho, 2005; 2006; 2007).
[59] Eventos de passeio pelos centros históricos, realizando trocas sobre história, cultura, patrimônio e arquitetura.
[60] Para mais informações, ver: https://cariridasantigas.com.br/.

Figura 26: *card* do "rolê" no centro histórico do Crato, promovido pelo @memoriasdejuazeiro.



Fonte: @memoriasdejuazeiro (jul. 2024[61]).

O Museu do Crato, considerado um dos bens mais emblemáticos da cidade, parece estar passando por uma transição entre princípios de destruição (por falta de manutenção) e preservação. Embora tenha sido contemplado por instrumentos de preservação[62], teve um histórico de anos de abandono; mas em 2025, foi assinada ordem de serviço para sua restauração.

Apesar das iniciativas municipais aqui apresentadas, a maior parte das produções locais levantam críticas quanto à insuficiência da atuação pública nas proteções de bens culturais materiais. Nos Planos Diretores da cidade, as informações sobre um centro histórico são imprecisas. Como dito na Introdução da presente tese, foram identificadas duas leis municipais de proteção, mas não existem estudos técnicos que apoiam sua aplicação.

Para entendermos melhor essa realidade dicotômica incidente na cidade, de valorização e de destruição de referências culturais materiais, temos que ir além do registro de fatos e de eventos. Como nos lembra a historiadora e filósofa Margareth Rago (1995) – em publicação que investiga as transformações nas formas de estudar a história a partir das proposições conceituais de Michel Foucault –, precisamos nos voltar para as bases dos

[61] Disponível em: https://www.instagram.com/p/C9lA796vCJu/?igsh=MWJjcDNjeWNjbTEwdQ==. Acesso em: 26 jul. 2024.
[62] A edificação, que foi Casa de Câmara e Cadeira da cidade, foi tombada pelo Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural (Coepa).

discursos que conceberam ditos fatos e eventos. Isso porque o que antes se aceitava como "verdade documental", em realidade, é fruto de discursos, e esses são gerados em campos de relações de força, nos quais se constituem os jogos de poder.

Para deixarmos de acreditar na suposta transparência da linguagem, precisamos trabalhar nossas fontes desde seu interior, elaborando-as (Rago, 1995). E nesse sentido, a Análise de Discurso se mostra uma ferramenta valiosa, porque a partir dela não mais se naturaliza os discursos, mas se busca compreender as condições de possibilidade para sua criação.

2.2 Discurso, Dispositivo, Identidade e os debates preservacionistas

A relação entre discurso e patrimônio é internacionalmente reconhecida nos estudos de Laurajane Smith. Em seu livro *Uses of Heritage* (Smith, 2006) tratou do que chamou Discurso Autorizado do Patrimônio, porque esse campo vem sendo usado para (re)construir e negociar identidades, valores socioculturais e significados no presente.

Como a linguagem vem sendo utilizada para reproduzir significados sociais, formas de conhecimento, constituição de expertises e, com isso, relações de poder, é pelo discurso que ela tem enfrentado a maneira como o patrimônio vem sendo constituído e compreendido nas diferentes sociedades, assim como ele interfere em suas práticas sociais e técnicas.

Se o patrimônio é um recurso político (Smith, 2023) diretamente ligado a processos de construções identitárias, essas últimas precisam ser devidamente analisadas em suas formas e motivos de constituição. Caso contrário, as identidades forjadas por grupos específicos e privilegiados passam a ser consagradas e legitimadas, e posteriormente, serão naturalizadas pelas gerações seguintes. Tornar-se-ão, desse modo, dados imutáveis atribuídos a monumentos e sítios patrimoniais e, por consequência, reforçarão valores e práticas culturais e sociais historicamente legitimados (Smith, 2021).

Ao denunciar sua preocupação com o poder em torno do discurso autorizado, garantido a ditos especialistas sobre o campo, a obra de Laurajane Smith pode ser vinculada às pesquisas desenvolvidas por Marcia Sant'Anna (1995; 2017). Essa arquiteta e urbanista brasileira depreendeu, do histórico de marcos da constituição do campo do patrimônio (incluindo o modo de surgimento, as relações entre saberes e práticas que envolveu, os discursos e objetos que produziu e condutas que instituiu) uma conexão com as noções de dispositivo e norma, desenvolvidas por Michel Foucault, sobretudo no tocante ao "[...]



exercício do poder e sobre os instrumentos de formação de padrões de conduta nas sociedades modernas" (Sant'Anna, 2017, p. 21).

Considerando o exposto, primeiramente precisamos compreender o que significa, ou melhor, como funciona um dispositivo enquanto conceito foucaultiano, de modo que no subtópico a seguir é feita uma breve contextualização da obra de Foucault, com vistas ao destaque de conceitos aplicados na tese – sobretudo o dispositivo.

Depois é feita uma correlação dos estudos foucaultianos (com foco no dispositivo) com os estudos culturais (Hall, 2000; 2006), a partir da qual foi possível estabelecer a ponte entre identidade e Dispositivo, fortemente trabalhada na tese. Nesse segundo subtópico foram trabalhadas as contribuições de Smith (2023; 2021; 2006), Sant'Anna (2017; 1995), Chuva (2017) e Sousa (2023) para compreender como essa relação se desenvolve no campo do patrimônio e, especificamente, no cenário brasileiro, perpassando noções como nacionalismo, patriotismo, pertencimento e memória.

2.2.1 Contextualizando o Dispositivo de Foucault

A obra de Foucault tem como diferencial a análise dos discursos a partir da relação que eles estabelecem com os saberes e poderes, utilizando principalmente ferramentas e conceitos disseminados nas Ciências Humanas. Além de ser uma produção bastante vasta, usualmente é dividida por fases, sendo duas delas mais consensuais: as fases Arqueológica e Genealógica[63].

Na primeira fase, Arqueológica, ele demarca como a História é indissociável do discurso, sendo marcada não por uma evolução constante (como se apregoava na Epistemologia, até então), mas com descontinuidades e rupturas. Para investigar a construção de saberes ele propôs um método que considera o discurso como resultado de múltiplas relações através de uma irrupção histórica. Para adotar o método, é preciso compreender: o Enunciado, átomo do discurso que materializa a relação do sujeito com a história e, por isso, é sempre único (ainda que repetido, as condições históricas serão outras); a Formação Discursiva, que são as condições para existência de um Enunciado, aí incluindo as regras para sua dispersão; o Discurso, que é um conjunto de Enunciados que se apoiam em uma Formação Discursiva; e o Arquivo, que une todos os conceitos, sendo um sistema geral de regras que regem a emergência, a transferências e o desaparecimento dos enunciados ao longo do tempo.

[63] Autores como Sant'Anna (1995) – que se apropria de outros, como Roberto Machado, Gilles Deleuze e Sérgio Adorno – apontam apenas essas duas fases em suas análises.



Na segunda fase, Genealógica, a novidade é o estudo da relação Poder-Sujeito na Análise do Discurso. Se pelo método arqueológico são observadas as formas de construção de saberes, no genealógico ele se debruça mais sobre como o poder funciona. E por isso, a partir desse momento, o autor investiga a ordem discursiva que estabelece o funcionamento do discurso; é dizer, as regras que o regem. Para isso, o autor analisa os mecanismos de controle do discurso, que são compostos por procedimentos externos e internos. Sobre os primeiros, envolvem mecanismos como Interdição (relativos a tabus sobre os objetos, ritual da circunstância e direito do sujeito), Separação e Vontade de Verdade. Sobre os procedimentos internos de controle do discurso, são consideradas as possibilidades de Rarefação dos discursos (aí envolvendo princípios do Comentário, do Autor e da Disciplina) e dos sujeitos (incluindo procedimentos denominados Ritual, Sociedade do Discurso, Doutrina e Apropriação social do discurso).

Na terceira fase, o autor orienta suas pesquisas em busca da ética e da estética de si, em uma história da sexualidade. Nesse momento, Foucault passou a investigar os modos de subjetivação a partir das técnicas de si e da governamentalidade[64] (Lima; Braga, 2020).

Esse complexo arcabouço de análise foi necessário para diferenciar o pensamento de Foucault de outros filósofos anteriores, já que para ele seria observar o sujeito não a partir de uma consciência auto constituída, mas a partir de sua constituição numa trama histórica. Assim, a investigação da produção histórica das subjetividades é complexa porque envolve diversas análises. É necessária a descrição arqueológica da constituição de saberes sobre o sujeito (numa dada historicidade), a descrição genealógica das práticas de controle e das estratégias de governo às quais os indivíduos podem estar sendo submetidos, e a análise das técnicas que os homens utilizam para produzirem e transformarem a si mesmos – considerando que a transformação é constante porque as subjetividades estão sempre em movimento, sendo fruto de determinações históricas (Revel, 2005).

No conceito de dispositivo podem ser encontradas as três grandes instâncias da obra foucaultiana: saber, poder e subjetividade – que não possuem contornos definidos, mas são

[64] De Revel (2005) retiramos alguns trechos explicativos que não esgotam os conceitos citados, mas ajudam a compreendê-los no contexto da presente tese: a Ética pode ser entendida como a maneira como cada um constituí a si mesmo enquanto sujeito moral de um dado código de condutas, enquanto a Estética (da existência), estreitamente ligada à Ética, é tratada enquanto invenção de si, uma prática ética de produção de subjetividade; a expressão "cuidado de si" envolve o conjunto de experiências e de técnicas elaboradas pelos sujeitos que o ajudam a transformar-se em si mesmo, e sua análise envolve os jogos de verdade utilizados no movimento de constituição do si como sujeito do desejo; a governamentalidade envolve um conjunto de instituições, procedimentos, análises, reflexões, cálculos e táticas que permitem que o poder seja exercido de maneira específica e complexa, tendo a população como alvo, a economia política como principal forma de saber e os dispositivos de segurança como instrumentos técnicos essenciais.

cadeias de variáveis que se destacam uma das outras (Deleuze, 1996). Os dispositivos agenciam as práticas dos indivíduos, seus corpos e a formação de verdades que os constituem enquanto sujeitos. Por meio do seu funcionamento, formam o saber, e esse, passa a integrar uma verdade (Sousa, 2023). Assim, é preciso observar a produção de subjetividades considerando a maneira como os sujeitos são fabricados por modos de subjetivação organizados por um regime de verdade específico.

O tema dos "jogos de verdade" é onipresente na obra foucaultiana a partir do momento em que é estabelecida a indissociabilidade entre as condições de possibilidade da constituição dos objetos de conhecimento e a análise dos modos de subjetivação. Com isso, a maior busca passa a ser não a descoberta do que seria dito como verdadeiro, mas das regras que fazem com que um sujeito fale sobre um objeto numa lógica de verdadeiro ou falso.

Assim, ao invés de se discutir qual o caminho "mais certo" da verdade, é preciso observar como as sociedades criam seus próprios regimes de verdade, que discursos elas acolhem, fazendo-os funcionarem como verdades; que mecanismos e quais instâncias têm o poder de distinguir o que seria verdadeiro ou falso; formas de sancionar; técnicas e procedimentos priorizados na busca pela "verdade"; quem tem poder de dizer o que funciona como verdade; em síntese, qual o regime de verdade (Revel, 2005).

> Esse regime possui, efetivamente, várias especificidades: a verdade está centrada no discurso científico e nas instituições que o produzem, ela é permanentemente utilizada tanto pela produção econômica quanto pelo poder político; ela é muito largamente difundida, tanto por meio das instâncias educativas quanto pela informação; ela é produzida e transmitida sob o controle dominante de alguns grandes aparelhos políticos e econômicos (universidades, mídia, escrita, exército); ela é lugar de um enfrentamento social e de um debate político violentos, sob a forma de 'lutas ideológicas' (Revel, 2005, p. 86-87).

Os indivíduos são, então, sujeitados a determinadas verdades pelo exercício de dispositivos inscritos nas relações de poder e nos jogos de verdade, de modo a serem produzidas subjetividades em seus corpos, moldando-lhes práticas. Logo, a verdade não existe fora do poder ou fora das relações de poder – e, consequentemente, ela não existe fora dos discursos que circulam entre os sujeitos. Por isso as análises discursivas devem examinar como um discurso desempenha um papel num sistema estratégico de poder, já que é pelo poder que se opera o discurso; por isso os dispositivos de saber e de poder são o ponto de encontro dos conceitos saber, poder, verdade e sujeito; o ponto pelo qual se concebe a atuação desse discurso estratégico (Sousa, 2023).

Buscando analisar de que maneira a produção dos saberes está ligada às relações de poder – capazes de controlar, selecionar, disseminar e possibilitar que determinados saberes se apresentem com *status* de verdade – Foucault percebeu distintas modalidades de poder: o de soberania, o disciplinar e o biopoder (Lima; Braga, 2020).

Terão mais atenção, na presente tese, o poder disciplinar e o biopoder. O primeiro opera no nível da individualização dos corpos, quer por meio do treinamento, da vigilância ou da punição. Esse controle dos corpos, que os conduzem e lhes impõe uma relação de docilidade-utilidade, é permitido por meio das disciplinas, que por sua vez, são operadas por meio de um dispositivo de poder. O segundo, ocupando-se da regulação dos processos naturais comuns à multiplicidade dos homens (o nascimento, a morte, a doença etc.), traz uma nova relação com a disseminação do poder em formas moleculares – microfísicas (Lima; Braga, 2020).

O dispositivo articula as técnicas e as estratégias do poder disciplinar e do biopoder em decorrência do fato de as instituições terem incorporado as práticas do poder pastoral. Isso confere à maquinaria de poder uma maior precisão para controlar os corpos e conduzi-los à sua extrema docilidade-utilidade. Para Foucault (1995), o Estado moderno ocidental integrou, numa nova forma política, o que ele denominou tecnologia de poder pastoral. Ele destaca isso para enfatizar as relações de poder encabeçadas pelo cristianismo, bem como suas formas de atuação para que esse poder fosse exercido. Nesse sentido, a palavra "pastoral" remete a diferentes características por ele analisadas, dentre as quais destacamos ser uma forma de poder que cuida não apenas da comunidade em sua totalidade, mas do indivíduo, de maneira particular. Ao se entranhar na sociedade, os discursos sobre o que constituiriam cuidados e focos no bem-estar ganharam "braços" para sua efetivação, reforçando a administração do poder por meio do próprio corpo social, incluindo suas instituições: a família, a medicina, a psiquiatria, a educação e os empregadores.

Foucault (1998) demarca, mais claramente, o conceito de Dispositivo em uma entrevista que figura entre os textos que compõem o livro "A microfísica do poder", organizado, em sua versão brasileira, por um conhecido comentador de sua obra: Roberto Machado. Nesse texto diz que, com essa noção de dispositivo, tenta demarcar

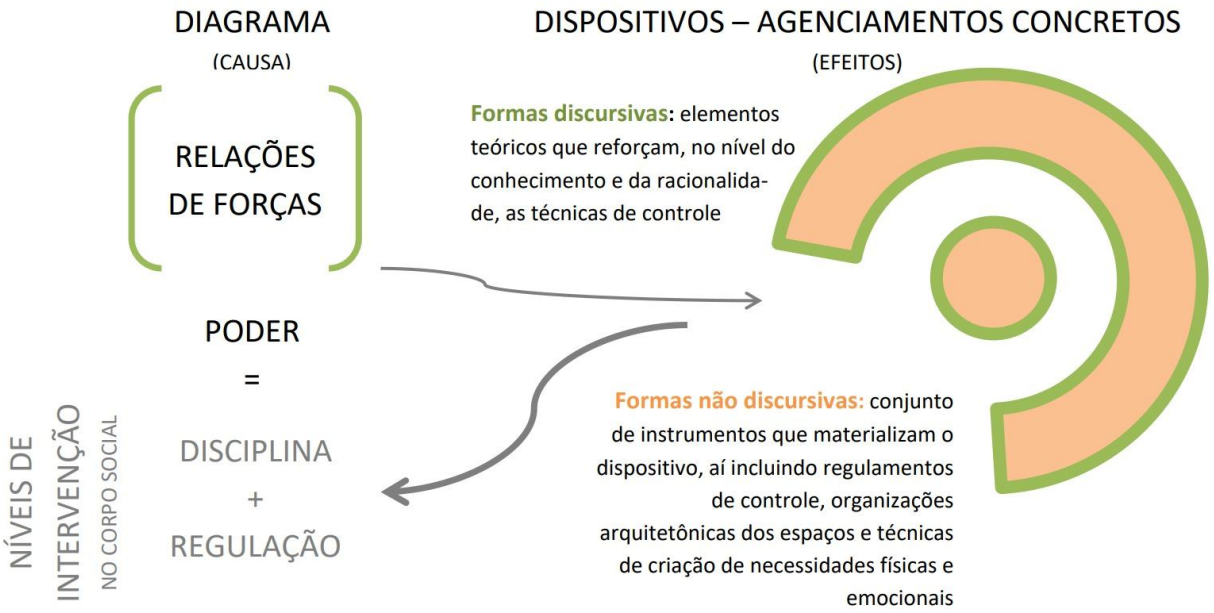
> [...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos (Foucault, 1998, p. 244).

Além disso, Foucault (1998) entende que esse conjunto, formado por elementos discursivos e não-discursivos, trata-se de um tipo de formação que tem uma função estratégica dominante, buscando responder a uma urgência em um determinado momento histórico. Assim, trabalha o corpo dos homens, fabricando-lhes comportamentos necessários para o funcionamento e a manutenção da sociedade conforme os interesses daqueles que acionam essas estratégias de poder disciplinar.

As relações de forças que constituem o poder podem ser expostas por meio de diagramas, máquinas abstratas tidas como as causas, enquanto os dispositivos (ou agenciamentos concretos) são tidos como seus efeitos. Como as causas (relações de força) são virtuais, potenciais, instáveis, seus efeitos (agenciamentos concretos) a atualizam, sejam nas formas discursivas ou não-discursivas (Deleuze, 2005).

A imagem a seguir sintetiza esse esquema, tendo como inspiração para a forma dada aos agenciamentos concretos (semicírculo maior ao redor de um círculo menor) o modelo de prisão conhecido como Pan-óptico[65], dado como exemplo por Foucault da tecnologia de vigilância sobre os corpos, próprio das sociedades modernas: os elementos teóricos aprimoram as técnicas de controle; enquanto os regulamentos, organizações arquitetônicas e técnicas de criação de necessidades materializam esses efeitos das relações de poder.

Figura 27: infograma correlacionando diagrama de forças, dispositivos (em suas formas discursivas e não discursivas) e níveis de intervenção no corpo social.



[65] Mais informações sobre esse modelo arquitetônico podem ser vistas aqui: https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.059/480. Acesso em: 20 jul. 2024.

Fonte: elaboração da autora (2024)[66].

É importante destacar essas técnicas de subjetivação como parte de um tempo histórico, com suas respectivas estratégias e interesses motivadores. São exemplos dessas técnicas a criação de individualidades de acordo com as exigências do poder, e a ligação de cada indivíduo a uma identidade determinada. Dessa maneira, é possível subjetivar os corpos para que os sujeitos se portem como esperado (Sant'Anna 1995).

Esse entendimento é reforçado por Smith (2023). Frisando que o patrimônio é um recurso político, ressalta que, sendo ele fabricado por especialistas, comunidades, indivíduos ou nações[67], é demandado um debate social e político do significado do passado no presente. E raramente as questões emocionais que os patrimônios provocam são consideradas e, muito menos, priorizadas. Em verdade, o que se costuma fazer é um uso político do passado, caracterizado como "[...] uma manipulação dos valores inatos – e imutáveis – e do próprio significado de patrimônio" (Smith, 2023, p. 127).

Em seu livro "História da sexualidade I: A vontade de saber", Foucault (1999) apresentou precauções metodológicas que podem ser adaptáveis a diversas análises do poder (genealogia): devemos nos atentar para a relação entre técnicas de saber e estratégias de poder, já que sobre os conhecimentos científicos não são neutros: sobre eles pesam exigências do poder, econômicas ou ideológicas, e por isso é preciso identificar os focos de poder-saber. Essas relações de poder-saber não são fixas, e sim, estão em constante transformação, e estão inseridas em uma estratégia global, que por sua vez, tem nos citados focos de poder-saber o apoio e a fixação de que necessita. Assim, é preciso observar que é no discurso que se articulam poder e saber, mas ele tanto pode veicular, produzir e reforçar o poder como pode miná-lo, expô-lo, debilitá-lo, barrá-lo.

A importância da compreensão das fases do autor é que, embora se entenda que a análise de discurso está contida na genealogia, é preciso realizar a análise arqueológica das práticas discursivas, que são elementos fundamentais dos agenciamentos concretos que efetuam as relações de poder. Em outras palavras, é preciso procurar as regularidades dos discursos numa produção discursiva, vendo como esse conjunto de frases e textos é distribuído em torno de focos de poder.

[66] Com bases nos apontamentos de Deleuze (2005) e Sant'Anna (1995).
[67] Ainda que todos esses interessados interfiram na citada fabricação do patrimônio, destacamos que há uma assimetria de poder nessa relação.

2.2.2 Dispositivo x Identidade

De acordo com o que apresentamos até aqui, vimos que se colocarmos em evidência o papel político que a identidade suscita, é preciso pensá-la na chave das práticas discursivas, considerando que as construções em torno dela são fruto de subjetivações dos sujeitos. Inclusive, apropriando-se de contribuições foucaultianas, Hall (2000) usa o termo *identificação* (no lugar de identidade) para enfatizar tanto o processo de subjetivação quanto as políticas de exclusão que ela implica.

Assim, corroboramos o entendimento de identidade trabalhado por Hall (2000), não como sendo de um núcleo estável do eu, nem de um eu coletivo capaz de estabilizar o pertencimento cultural, dando unidade imutável e sobreposta às diferenças; mas sim, que as identidades são fragmentadas, múltiplas e que estão sujeitas a uma historicização radical, de modo a estarem, constantemente, em processo de mudança e transformação. Como as identidades podem ser vistas mais como "[...] produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica [...]" (Hall, 2000, p. 109), ao invés de questioná-las sobre "quem somos" ou "de onde viemos", entendemos ser mais importante interrogá-las sobre "quem podemos nos tornar" e "como temos sido representados", ou ainda, "como essas representações feitas sobre nós interferem na nossa maneira de nos representarmos".

Se as identidades são construídas no interior do funcionamento discursivo[68], precisam ser analisadas à luz das condições históricas de possibilidade desses discursos, bem como dos regimes de verdade dentro dos quais se constituem, já que construção de identidades (posto que não é uma realidade natural, mas inventada) relaciona-se diretamente com jogos de poder.

Dada a imbricada relação entre as construções identitárias e as relações de poder, a fórmula da *identificação* foi utilizada (e analisada) por diversas sociedades. Destacamos, na presente tese, o trabalho de algumas autoras que ajudam a compreender a relação não somente entre identidade e poder, mas como essa articulação esteve diretamente associada a questões como patrimônio, nacionalismo e patriotismo.

Fonseca (2017), que analisou a trajetória da política federal de preservação no Brasil, reforçou a importância de correlacionarmos categorias universais (como memória, tradição, monumento) e formulações particulares (como patrimônio, preservação) com as políticas públicas: como estas últimas atuam no nível do simbólico objetivando reforçar uma

[68] Destacamos que, por meio da leitura que tomamos por empréstimo da linguagem (enquanto campo de conhecimento), toda interação humana é estabelecida por meio do discurso, já que este não se restringe ao que está escrito. Assim, ainda que possamos entender que o vivido (experiências cotidianas) compartilhado como parte integrante da formação de uma identidade, ele não escapa às relações discursivas.

identidade coletiva, é preciso estarmos atentos a quais agentes estão por trás da construção das políticas públicas – e dos patrimônios instituídos, no caso dos debates inseridos no campo da memória e da preservação.

Sant'Anna (1995) e Chuva (2017) lançaram luzes importantes para entender, sob diferentes recortes, instituições, pessoas, discursos e interesses relacionados ao estabelecimento do campo do patrimônio, no Brasil, a partir da construção de uma ideia: a do patrimônio nacional.

Na leitura da dissertação de Sant'Anna (1995) é possível ver como o conceito dispositivo pode ser aplicado ao campo do patrimônio sob diferentes prismas. Em uma primeira ótica podemos observar a própria constituição do campo do patrimônio nos estados nacionais. Embora Sant'Anna (1995) tenha empreendido a análise do Dispositivo de Patrimônio sobre o caso brasileiro (especificamente, analisando a norma de preservação), o breve resgate que fez do papel dos monumentos ao longo da história de algumas sociedades ditas ocidentais é elucidativo de como o discurso de preservação foi se modificando e se adaptando a novas urgências/demandas: ainda na Antiguidade, o monumento tinha a função de fixar, na memória de um grupo, fatos históricos importantes que, estrategicamente, determinados grupos quiseram materializar com objetivos pedagógicos e políticos (é dizer, de poder); com o início da Idade Moderna e o advento do Renascimento, não apenas os monumentos eram preservados, mas também o eram aquelas edificações de valor histórico e artístico que eram tidas como referências a serem estudadas e tecnicamente superadas (denominados monumentos históricos e artísticos[69]); entre os séculos XVIII e XIX, período fortemente marcado por revoluções (inclusive a francesa) e criações dos Estados Modernos, assiste-se à incorporação de monumentos e de monumentos históricos e artísticos à noção de identidade nacional, de modo a serem criados os patrimônios nacionais.

Em síntese, vê-se um acumulado de discursos (e de agenciamentos concretos deles decorrentes) que gradualmente ampliaram a necessidade de preservação de elementos julgados como suporte de memória e identidade para as sociedades.

Sant'Anna (1995, p. 14) atribuiu a criação do "dispositivo do patrimônio nacional" ao cenário da Revolução Francesa, por nele ter havido um objetivo estratégico diante de uma urgência histórica: "com a função econômica e estratégica de evitar pilhagens generalizadas e proteger a propriedade pública [...] O 'patrimônio nacional' foi a fórmula encontrada pelos

[69] Sobre essa denominação, ver: CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Liberdade & Unesp, 2001; RIEGL, Aloïs. O **culto moderno dos monumentos**: sua essência e sua gênese. Tradução Elaine Ribeiro Peixoto e Albertina Vicentine. Goiânia: Ed. da UCG, 2006



burgueses para incitar a turba a um comportamento menos destrutivo e justificar a intervenção do Estado". Corrobora essa interpretação o fato de que as políticas estatais de preservação não eram tidas como um campo sistematizado antes disso. Contudo, vale a reflexão sobre o fato de que já havia, antes das revoluções, práticas de preservação (ainda que restritas a intelectuais) consolidadas há séculos, logo, focos de saber-poder.

Considerando a gênese de um dispositivo, se num primeiro momento ele precisa responder a uma urgência histórica, podemos considerar o papel pedagógico dos monumentos (em seu sentido original) como tal, e tanto a construção da ideia de monumentos históricos e artísticos quanto do patrimônio nacional configurariam as novas formas de preenchimento estratégico do dispositivo, já que os efeitos produzidos por ele provocaram tanto a reorganização dos seus (heterogêneos) elementos constitutivos quanto a reintegração estratégica de efeitos inesperados, com fins políticos ou econômicos.

Para todos os efeitos, o dispositivo de patrimônio tem serviço às mais diversas situações estratégicas.

> [...] sempre funcionando como elemento de estratégias de poder e de resistência que, conforme o momento histórico, visam a construir nacionalidades ou identidades nacionais; a conferir status a determinada produção artística, arquitetônica ou, genericamente, cultural; a incentivar ou incitar a utilização de determinado repertório formal na produção arquitetônica ou urbanística; a reforçar a afirmação e a resistência cultural de grupos étnicos minoritários ou dominados, a regular a utilização e a ocupação do solo urbano pela limitação à propriedade privada, etc. O patrimônio é, então, o resultado de uma produção que envolve elementos muito heterogêneos e mobiliza os mais diversos saberes para produzir, em última análise, significados (Sant'Anna, 1995, p. 15).

Foi esse entendimento de patrimônio nacional que norteou as primeiras políticas brasileiras no campo – fortemente marcadas pelo modelo francês de intervenção estatal. Nesse ponto, tanto as contribuições de Chuva (2017) quanto as de Sousa (2023) são importantes para a compreensão de formações discursivas criadas nesse período.

Concordamos com Sousa (2023) no entendimento de que, ao considerarmos a identidade cultural como "[...] a busca pelo estabelecimento de uma conexão entre diferentes indivíduos de determinado lugar", percebe-se nela um caráter estratégico para constituir sujeitos; logo, caracterizando o funcionamento de um dispositivo. Assim, a identidade nacional pode ser tida como um discurso estrategicamente construído e sustentado, cujo objetivo é produzir uma homogeneidade entre sujeitos, encobrindo suas diferenças e divisões por meio de uma unidade. Esse investimento em "unificar" mobiliza um conjunto de diferentes elementos, discursivos e não discursivos, que atuam em prol da produção de

posições a partir das quais os sujeitos brasileiros podem se subjetivar. É o que ela chama de dispositivo identitário brasileiro.

Ao investigar mecanismos através dos quais a identidade nacional se consolida, é preciso atentarmos que essa ação não partiu exclusivamente do Estado, mas de diferentes agentes sociais que também agenciam a produção dessa identidade.

Nesse sentido, convém contextualizar duas concepções de identidade trazidas por Hall (2006): a do sujeito do Iluminismo e a do sujeito sociológico. Sobre a primeira, considerando que, no período histórico relacionado, as pessoas eram tidas como indivíduos centrados, unificados e cujo núcleo interior permanecia o mesmo ao longo de sua existência – tratava-se, pois, de uma concepção individualista da identidade do sujeito. Já a segunda concepção refletia a crescente complexidade do mundo moderno, trocando essa individualidade da identidade por outra em que as pessoas se formavam em sua relação com o outro – em síntese, a identidade passa a ser formada na "interação" entre o eu e a sociedade, cuja mediação se dava por meio de valores, sentidos e símbolos (ou seja, pela cultura).

É no esteio dessa segunda concepção que foram forjados os discursos identitários nacionais brasileiros, atuando na criação social e cultural de identidades e diferenças, com o objetivo de as tornarem cristalizadas, naturalizadas e essencializadas (Sousa, 2023). Contudo, se identidade e diferenças são faces da mesma moeda, a construção de uma identidade que unifica, acarreta a exclusão. Por exemplo, diferenças regionais e étnicas foram subordinadas em prol da identidade nacional, como ocorrido no caso de nações americanas: como nelas houve imposição da língua, das religiões e dos costumes por parte dos colonizadores, africanos e indígenas tiveram esses elementos apagados, foram tornados "súditos involuntários" dessas novas nações (Sousa, 2023, p. 42). No caso especificamente brasileiro, Sousa (2023) mostra como desde o período imperial, passando pelo republicano e chegando no Estado Novo, intencionou-se criar um "sentimento de Brasil", e com a ajuda de elementos como a literatura, hinos, bandeiras e campanhas, foram gerados não apenas apagamentos, mas romantizações deles decorrentes.

"Hall (2006, p. 59) explica que não importa quão diferentes seus membros possam ser, 'uma cultura nacional busca unificá-los numa identidade cultural, para representá-los todos como pertencendo à mesma e grande família nacional'". Desse modo, é comum imaginar o brasileiro "[...] como aquele indivíduo bem-humorado, amante de um bom futebol e do samba, mesmo que essa pessoa nunca tenha visto um jogo desse esporte ou arriscado um

passo desse ritmo" (Sousa, 2023, p. 41). Essa "verdade" se sustenta porque a identidade é produto de um dispositivo.

Ao mostrar caminhos a partir dos quais a narrativa da cultura nacional é contada, Hall (2006) seleciona 5 principais elementos: **a)** a *narrativa da nação*, mobilizada pela mídia, pela literatura e pela cultura popular em geral para (re)contar experiências que dão sentido à nação, tais como glórias e fracassos vivenciados – "Ela dá significado e importância à nossa monótona existência, conectando nossas vidas cotidianas com um destino nacional que preexiste a nós e continua existindo após nossa morte" (Hall, 2006, p. 52); **b)** a ênfase nas *origens*, na *continuidade*, na *tradição* e na *intemporalidade*, demonstrando que a identidade nacional pode até "adormecer", mas sempre estará a postos para ser reativada, dada sua "inquebrantável existência"; **c)** a *invenção da tradição*, para que, por meio de um conjunto de práticas (de natureza ritual ou simbólica) sejam incutidos valores e normas de comportamento por meio da repetição, para que o passado histórico não seja esquecido; **d)** o *mito fundacional*, uma estória que não apenas marca o nascimento de um povo e uma nação, como se calca num passado tão distante que as origens "se perdem" no tempo mítico; **e)** a ideia de um *povo puro*, original – mas raramente um povo que exercita o poder.

Os discursos que reforçam a identidade nacional não se sustentam ao acaso, porque são produtos de relações de saber e de poder. A identidade nacional funciona como um dispositivo, que se adapta conforme a urgência que precisa ser atendida, seja para "[...] a formação de uma nação, para o apoio de uma seleção de futebol, para a ascensão de uma campanha eleitoral ou para tantos outros fatores. O importante é que ela permaneça sendo esse meio de proporcionar unidade entre diferentes sujeitos" (Sousa, 2023, p. 42-43).

Dentro dessas urgências, Sousa (2023) destacou a relação da identidade cultural nacional com a ideia de *nação*, o fenômeno do *nacionalismo* e questões como *pátria* e *patriotismo*. O surgimento da nação demandou a criação de uma unidade cultural, de modo que a identidade nacional foi devidamente apropriada para essa urgência; mas o nacionalismo é considerado anterior à nação, já que antecede a criação dos estados modernos. Mas ele pode formalizar culturas para constituir nações, e foi por isso que a cultura passou a ser alvo do Estado (com objetivos econômicos e sociais) para a criação do sentimento de pertencimento. O nacionalismo cívico (em detrimento do étnico, por exemplo), condicionado a uma identidade nacional, propaga-a e produz subjetividades, mas dela depende para se perpetuar.

Quanto à relação do nacionalismo com patriotismo, convém destacar que possuem diferenças conceituais. O patriotismo, tido como a defesa do bem da pátria, foi historicamente

posto como uma virtude dos verdadeiros cidadãos, e tem sido discutido desde as antigas civilizações, mas não através da imposição de determinados marcadores; os principais valores para os patriotas são a República e a vida livre. As ideias de nação e de nacionalismo, emergidas apenas no século XIX, relacionam-se com a identidade: se a construção da nação pressupõe a definição dos limites entre o "nós" e o "eles", escolhe as características que os indivíduos que compõem a nação precisam ter para ser parte dela, de modo que tem como valores primordiais a unidade e a pureza cultural de um povo (Sousa, 2023).

Diante do exposto, o patriotismo só poderia ocorrer quando se distanciasse de uma identidade nacional. Contudo, o termo foi apropriado pelos discursos políticos desde as monarquias até os dias atuais, de modo que

> [...] o patriotismo passa a manifestar os mesmos objetivos do nacionalismo: a homogeneidade cultural e, consequentemente, a perpetuação de uma identidade nacional. Por esses motivos, enfatizamos a emergência de uma nacionalização do patriotismo: o uso do termo pátria para difundir e sustentar a identidade nacional (Sousa, 2023, p. 56).

Ainda na ótica de investimento na criação de um passado nacional, as práticas de preservação cultural brasileiras "[...] devem ser consideradas como dispositivos de integração de segmentos de uma população contida no território delimitado como nacional" (Chuva, 2017, p. 24). Essa modalidade de integração cultural e territorial foi acionada pelo então Sphan (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; hoje Iphan) a partir do exercício do poder de definição do que era objeto de preservação, materializando no espaço, desse modo, uma história nacional. Como o Sphan foi criado em 1937, durante o Estado Novo, trata-se de um período-chave para entendimento do contexto e das motivações iniciais por trás da criação não apenas da ideia de patrimônio nacional no Brasil, mas de todos os demais conceitos e objetivos a ele atrelados, incluindo aí as chaves de identidade, pertencimento e nação.

> [...] a implementação de ações de proteção do patrimônio nacional no Brasil nos anos 1930 foi estratégica para a ampliação das redes territoriais na formação do Estado e para a **criação de sentimentos de pertencimento a uma comunidade nacional imaginada**, ao gerarem uma territorialização particular da nação, mediante a permanência, no tempo e no espaço, de objetos monumentalizados (Chuva, 2017, p. 24, grifo nosso).

Para exercer o poder de definir o que entra e o que não entra nessa história, é dizer, o que é elevado ao status de patrimônio nacional e o que não é, houve a imposição de valores civilizatórios, estéticos e morais, uma tarefa que "[...] foi levada a cabo por um grupo de intelectuais modernistas que, por meio de diferentes formas, forjaram o lugar da 'escrita do



patrimônio' e o lugar da sua 'materialização'" (Chuva, 2017, p. 25). É por isso que Chuva (2017, p. 25) afirma que o período que envolve as décadas de 1930 e de 1940 foi marcado como o da gênese e da consagração da noção de "patrimônio nacional" no Brasil; quando o nacionalismo foi configurado no Brasil como uma política de Estado.

Como "o Sphan foi uma peça no conjunto de atos políticos [...] pelos quais uma gama de tradições foi inventada, identificando, recorrentemente, Estado e nação, e construindo uma 'memória nacional'", para realizar uma leitura crítica desse processo, é preciso "[...] compreender a noção de memória como resultado de um trabalho socialmente construído, produtor de identidades e definidor de pertencimentos" (Chuva, 2017, p. 28). Nesse sentido, o pensamento de Le Goff (1990, p. 476) é elucidativo: já que a "memória coletiva é não somente conquista, [mas] é também um instrumento e um objeto de poder", devemos olhar criticamente para os mecanismos que reforçam a construção, a supressão e a ressignificação de determinadas memórias. E para compreender essas táticas, é preciso atenção às diversas formas de discursos que são apresentadas, por quem e com quais interesses.

Dentro do arcabouço de ações políticas do período do Estado Novo, merecem destaque: como a política de nacionalização envolvia diversas frentes, houve bastante ritualização por meio de manifestações, nas quais eram fomentadas associações de figuras importantes com as ideias que, estrategicamente, queria-se associar a elas. Por exemplo, Getúlio Vargas associado à imagem da nação; Gustavo Capanema como homem forte do Estado. Festas e cerimônias coletivas de massa são exemplos de recursos utilizados nesse sentido.

No sentido de demarcação de lugares de fala de grupos hegemônicos, é emblemático falar dos intelectuais que encabeçaram esse processo. Já por figurarem na história do campo como "intelectuais" se pressupõe seus lugares autorizados de fala, focos de saber-poder. Exemplificando, uma das figuras importantes de proa da época foi o então ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema. Por ser marcado por um racionalismo universalista, tinha na "civilização" seu projeto de modernidade, de modo que para ele, o patrimônio nacional assumiu uma importante tarefa: servir de elo entre o Brasil e o mundo civilizado, simultaneamente demarcado pelo que é próprio da nação e o que demonstra nela existirem práticas universais. E por isso houve uma prática do órgão de preservação, sobretudo em suas primeiras décadas de atuação, de "[...] identificação de valores universais na produção artística colonial herdada pela nação brasileira" (Chuva, 2017, p. 26); almejando unificar, assim, nação e cultura.

Em Chuva (2017) e em Sant'Anna (1995) é possível ver como no campo do patrimônio cultural brasileiro funcionou o dispositivo patrimônio. Elas analisaram não apenas os marcadores temporais da trajetória nacional, mas também as transformações que se processavam em escala ampliada (mundial) sobre a temática patrimonial, e que chegavam até o Brasil. Um exemplo dessa recepção brasileira é que, a partir das décadas de 1970 e 1980, a noção de patrimônio passa a ser mundialmente ampliada e nacionalmente debatida. Sem embargo, manteve-se em evidência, no Brasil, a produção artística e arquitetônica que associou a nação à ideia de "civilização", demonstrando não apenas a eficácia do projeto de "patrimônio nacional" desenvolvido nas décadas de 1930-1940, mas a eficiência do dispositivo de poder, seja por meio da manutenção dos instrumentos de controle (como a norma de preservação – Sant'Anna, 1995) como a subjetivação de corpos – já que ainda hoje muito desse patrimônio dito nacional segue sendo valorizado nessa mesma chave, em detrimento de outras já debatidas e socialmente incorporadas[70].

Contudo, cabe lembrar que, na lógica foucaultiana, não se tem poder, ele é exercido, e embora no Brasil o campo da preservação seja mais consolidado no âmbito das políticas públicas, o exercício de poder no qual está envolto não envolve ações exclusivamente do Estado, mas de diferentes agentes sociais também agenciam a produção dessa construção identitária e de poder. O capítulo a seguir é uma demonstração disso.

A construção identitária foi a linha narrativa em torno da qual pontuamos diversos acontecimentos relacionados ao Crato e ao Cariri cearense. E para isso, optamos por realizar um resgate histórico que destaca as construções discursivas que vêm sendo (re)produzidas e percebidas em relação não apenas ao Crato, mas ao Cariri cearense, assim como as resistências ao poder em análise – uma vez que há grupos que não silenciam em prol de uma unidade (Sousa, 2023).

[70] Recomendamos a leitura de Pereira (2021) para melhor compreensão de como esses discursos se atualizam ou não, nos últimos tempos de Iphan.



3. O PAPEL DAS CONSTRUÇÕES IDENTITÁRIAS DA FORMAÇÃO DO CRATO E DO CARIRI CEARENSE

Do ponto de vista da terra quem gira é o sol
Do ponto de vista da mãe todo filho é bonito
Do ponto de vista do ponto o círculo é infinito
Do ponto de vista do cego sirene é farol
(Trecho da música "Ponto de Vista", Casuarina[71])

Como nos lembra o trecho de música acima, qualquer realidade pode ser lida de maneiras diversas, a depender da ótica de quem a vivencia e a representa. Essa é a inspiração para o presente tópico, que busca tratar de construções identitárias atreladas não apenas ao "Cratim de Açúcar", mas à região do Cariri cearense. Como se poderá ver nas análises que se seguem, olhar para a história narrada sobre essas localidades é perceber pontos de vista bem distintos, que vão, como qualquer representação, distorcer fatos para gerar maior ou menor impacto no que for mais conveniente, para o atendimento de certos interesses.

Por exemplo, do ponto de vista de Waldemar Farias Filho[72] (2007), que é arquiteto e urbanista, a formação e a evolução do Crato foram narradas com base em referências bibliográficas e documentais articuladas em prol da compreensão das transformações arquitetônicas e urbanas vividas na localidade. A partir de diferentes suportes materiais (como pinturas, fotografias, cartografia, dados estatísticos, textos jornalísticos, produções bibliográficas locais e relatórios de visitantes), o autor apresentou bases importantes para a história urbana municipal e regional.

Já do ponto de vista do historiador Rafael Dias[73] (2019), que questiona as fontes bibliográficas e documentais quanto a suas condições de sua formulação e quanto aos interesses e ideais por trás delas, diversas transformações vividas pela região foram consequência de construções narrativas. Alguns grupos influentes planejaram e executaram projetos identitários para o Cariri (tendo o Crato como elemento-chave) como forma de dar vazão a sua busca por poder. E para isso, criaram representações que sustentassem ideias como "comunidades de sentido", gerando sentimentos de pertencimento que fossem capazes de impor o simbólico a título de real; fazendo parecer que valores construídos a partir de narrativas estratégicas eram apenas a tradução de fatos vividos e registrados.

[71] Disponível em: https://www.letras.mus.br/casuarina/1976803/. Acesso em: 06 maio 2024.
[72] Ver informações relevantes de Waldemar Arraes Farias Filho no Apêndice A.
[73] Ver informações relevantes de Carlos Rafael Dias no Apêndice A.



Cumpre informar que, por construções identitárias, entendemos as práticas discursivas que estabelecem posições-sujeito para os indivíduos (Sousa, 2023). Da mesma maneira que a identidade nacional não foi algo natural, mas um discurso estrategicamente construído para moldar as pessoas de acordo com interesses de grupos específicos, entendemos que, em escalas menores (como nas de estados, regiões e municípios), essas práticas também ocorreram.

É nessa perspectiva que, no presente capítulo, o Crato (ou melhor, uma versão sobre esse município) será apresentado: a partir da relação entre representações identitárias caririenses e cratenses e as transformações urbanas, políticas, econômicas e simbólicas que vêm norteando políticas de desenvolvimento (e de pertencimento) locais.

Sabemos que toda pesquisa, por sua limitação, não será capaz de sistematizar todas as narrativas produzidas sobre um objeto analisado em sua espessura histórica. Mas entendendo que a aparente contradição da qual partimos, na tese, deve ser lida sob o prisma dos discursos em disputa, ao menos dois lados serão, aqui, mais aprofundados: o dos grupos de dominação e o dos grupos de resistência.

Nos valemos de uma alusão aos vinis: no "lado A", considerado de mais "prestígio" por ser o primeiro a ser visto e ouvido pelo usuário, apresenta(va)m as músicas de maior sucesso; no "lado B", que não se garantia ouvir por ter que ser trocado de lado, costumeiramente fica(va)m as músicas mais alternativas, menos comerciais, e por isso, nem sempre conhecidas pelos ouvintes. Nos apoiamos nessa lógica para apresentar apanhados históricos do Cariri cearense e do Crato, por entendermos que as narrativas disponíveis podem ser lidas de outra maneira: menos linear e mais multifacetada; menos homogênea e mais disputada; dividida entre as personalidades e os objetivos mais conhecidos e entendidos como mais prestigiados e aquelas e aqueles que são, muitas vezes, subvalorizados e/ou invisibilizados/apagados.

Analisando momentos-chave na recorrente prática de forjar a(s) identidade(s) cratense/caririense[74], no primeiro tópico deste capítulo tratamos do "lado A" desse processo, apontando os primeiros passos para a criação de um projeto identitário para o município e a região; e para tal, demarcando movimentos estratégicos do século XIX, relacionados à criação da Província do Cariri, à Estrada de Ferro de Baturité, às ações em reação às secas históricas, à atuação dos liberais e à fundação e à circulação da imprensa escrita na região, mas também

[74] O jogo entre singular e plural se deve a como são identidades que possuem diferenças, mas a construção de uma está imbricada na outra. Como mostra Dias (2019), as representações sobre o Cariri tiveram o Crato como cidade modelo, e as representações sobre o Crato estão fortemente atreladas a sua relação com a região do Cariri.

e principalmente, todos os sentimentos e valores envolvidos em todos esses processos históricos.

No segundo tópico, optamos por abarcar, mais aprofundadamente, o século XX, contemplado buscas por padronizações, mas também fissuras, nessas tentativas de homogeneização e hegemonia do discurso. Nesse tópico são apresentados alguns subtópicos. No primeiro deles, tratamos da "guerra de identidades" entre Crato e Juazeiro do Norte (Dias, 2019), e seus rebatimentos na criação de autoimagens a partir da diferença. Esse período inclui disputas de diversas ordens (com reflexos em campos econômicos, culturais e religiosos) e a influência do pensamento moderno nos caminhos de desenvolvimento municipal e regional – cenário de atuação do já mencionado ICC. E no segundo subtópico, abordamos as mudanças na história local (com as devidas conexões com veículos de propagação de ideias) decorrentes dos novos atores que surgiram nos cenários regional e municipal.

No terceiro tópico, o foco é o "lado B" das construções identitárias do Cariri cearense e do Crato. Iniciamo-lo observando construções míticas sobre esse território, vinculadas às ocupações do território, em processos migratórios, por parte de povos originários: os Kariri, grupo indígena. Também lançamos luzes sobre elementos que fogem à padronização perseguida por alguns grupos dominantes locais. Em ditos elementos incluem-se: os moradores de comunidades coletivas camponesas (com destaque para o Sítio Caldeirão); os fatos relacionados ao campo de concentração de migrantes da seca, que existiu no Crato; os grupos subalternizados no modelo de desenvolvimento urbano adotado na cidade; e os jovens que buscaram uma renovação identitária e cultural local, a partir dos anos 1970.

Por fim, apontamos notas sobre a produção mais recente da história sobre o Crato, demonstrando autores e programas que têm contribuído para um posicionamento mais crítico no campo.

Em síntese, agrupamos construções identitárias acumuladas por séculos, demonstrando como gerações posteriores foram recepcionando e ressignificando narrativas à luz dos novos valores que vieram surgindo.

3.1 O "lado A": início dos projetos identitários forjados por grupos dominantes

Entre as referências, identificadas no presente trabalho, que tratam do processo de ocupação e desenvolvimento urbano do território que hoje corresponde à região do Cariri



cearense – e, especificamente, ao município do Crato-CE –, é recorrente a prevalência da narrativa dos grupos ditos dominantes.

Nessa perspectiva são enfatizados processos relacionados, primeiramente, à colonização do território, incluindo a presença de ordens religiosas; e depois, dos grupos de elite[75] herdeiros dessa cultura econômica, política, cultural e material. O nome Crato, inclusive, é digno de nota, por ser um dos vários casos brasileiros que apresentam homônimos de localidades portuguesas[76].

O destaque para as narrativas dos grupos dominantes é denotado a partir de alguns elementos. Por exemplo, se fala que a constituição do território que hoje chamamos de município do Crato tem registros iniciais relativos a dois tipos de ocupação: primeiramente, pelos Kariri; e depois, a partir do século XVIII, com os movimentos de colonização impulsionados, sobretudo, pela pecuária – que dava suporte aos engenhos com força de produção, transporte e carne (Farias Filho, 2007). Contudo, as informações apresentadas se debruçam, quase que totalmente, sobre a perspectiva do colonizador. Até a linguagem utilizada é ilustrativa disso: de acordo com Farias Filho (2007), a ocupação no território foi possível devido à presença de ordens religiosas que buscavam a "pacificação" e "conversão" dos indígenas – população que foi "reduzida" devido a guerras, doenças de brancos, secas, explorações etc.

O uso das aspas se deve à problematização que julgamos necessária em relação a esses termos, recorrentes na literatura. Não houve pacificação, mas subjugação com base em estratégias de dominação (por massacres e/ou escravização para utilização de força de trabalho e de guerra, configurando genocídios e etnocídios[77]) de corpos e de culturas (Dias, 2019; Abreu, 2017). As conversões também são questionáveis, considerando a falta de escolha de muitos indígenas, que foram incorporados às sociedades violentamente miscigenadas pelo incentivo ao casamento entre portugueses e indígenas (para fixação dos colonos nos antigos aldeamentos). Não se tratou de uma mera redução de pessoas, mas da execução delas, direta ou indiretamente.

Outro tipo de informações apresentadas, nas fontes bibliográficas, é relativo aos papéis exercidos pelas localidades e personalidades a estas atreladas, mas em relação a outros

[75] Tomamos por empréstimo a definição de Flávio Heinz, adotada por Silva (2019, p. 14), para o termo "elite": grupos de indivíduos que, ocupando posições-chave em uma sociedade, "[...] dispõem de poderes, de influência e de privilégios inacessíveis ao conjunto de seus membros [...]".

[76] Em homenagem ao vilarejo português de Alentejo, localizado nas ruínas de um povoado denominado Ucrato ou Ocrato (Abreu, 2017).

[77] Além dos corpos, as crenças dos povos ancestrais foram perseguidas, sendo sua religião considerada satânica e relacionada à ignorância e à superstição (Hoornaet, 1999 *apud* Lacerda, 2009).

territórios pertencentes ao sistema de poder dominante. E nesse sentido, produções de outras áreas do conhecimento (sobretudo da história) trazem elementos que ajudam a compreender as origens de construções identitárias forjadas ao longo de séculos, que partem de interesses políticos e econômicos. Mas antes de apresentá-las, convém destacar alguns acontecimentos que foram basilares na constituição de simbolismos no imaginário local.

Ainda na primeira metade do XIX, o envolvimento do Crato em movimentos pela independência e pela República (em 1817 e em 1824) serviram como momentos-chave para a construção e elevação do espírito heroico do cratense, regado a patriotismo e civilismo (Caitano, 2018[78]).

No Ceará, a chamada "Revolução" de 1817 (iniciada por Pernambuco) ficou mais restrita à cidade do Crato, onde teve destaque a família Alencar. Um de seus membros, José Martiniano de Alencar, filho de Bárbara de Alencar (referenciada, até hoje, como "heroína"), protagonizou o ato que o elevou, junto aos cratenses e caririenses, à condição de "herói nacional": a Proclamação da República do Crato (Dias, 2019, p. 153).

Dias (2019) e Caitano (2018) convergem na utilização do termo ufanismo para observar algumas descrições feitas por cratenses sobre ditos movimentos políticos e militares. Em que pese a chamada Proclamação da República em terras caririenses ser considerada, para alguns (como Dias, 2019), um episódio local e estritamente familiar que durou apenas oito dias (de 3 a 11 de maio), "os acontecimentos de 1817 [...] são sempre referências para a construção dos mitos cratenses, heróis e sentimentos de bravura, patriotismo e honra" (Caitano, 2018, p. 25).

> A coragem dos seus habitantes tem, na figura de personagens envolvidos diretamente em tal movimento como os propulsores dos fatos, os símbolos ancorados em Bárbara de Alencar e seus filhos na defesa pelo fervor patriótico, idoneidade moral e coragem para a luta. Tal construção dos heróis do Crato foi tão bem articulada que ainda serve de referência para a autoimagem da cidade (Caitano, 2018, p. 26).

A participação de José Martiniano de Alencar, não apenas nesse evento de 1817, mas na Confederação do Equador (1824) e em diversos outros momentos políticos, o fizeram chegar, em 1834, a ser presidente da Província do Ceará – num contexto de alta dos liberais no cenário político. O destaque político dado a esse cratense influenciou, diretamente, a busca pela criação da Província dos Cariris Novos.

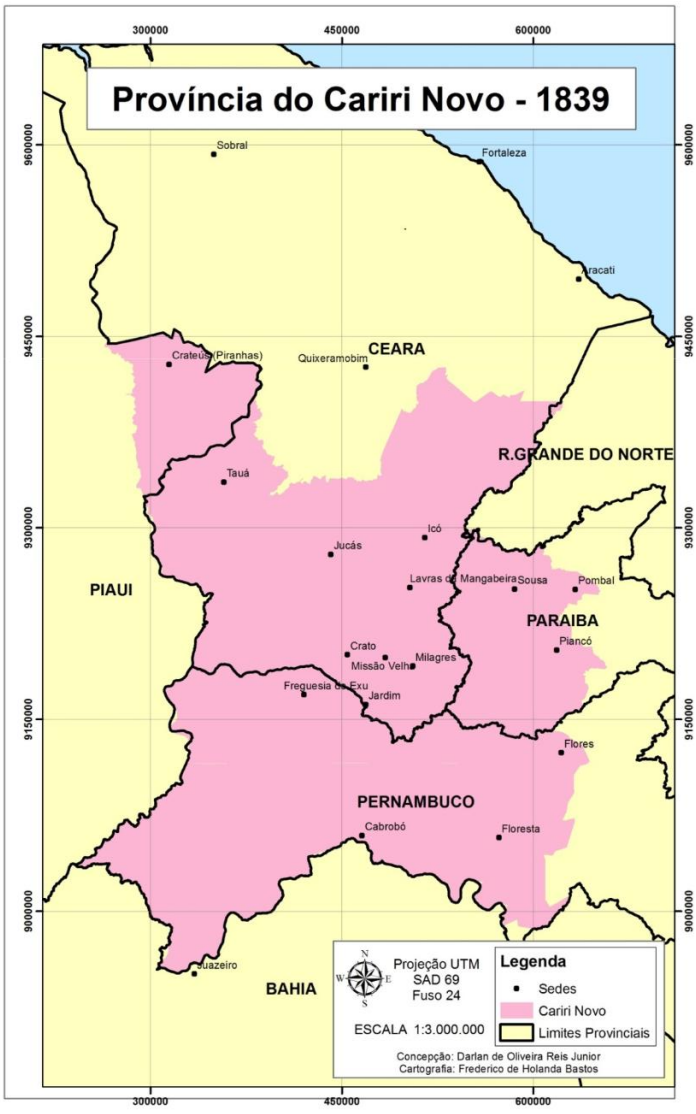
Os liberais queriam que o Cariri cearense, tendo o Crato como liderança, assumisse um papel estratégico nos sertões centrais nordestinos. Essa intenção se coadunava com as

[78] Ver informações relevantes de Italo Ronney Ferreira Caitano no Apêndice A.

forças federativas brasileiras a partir Ato Adicional de 1834, que ensejava uma experiência "republicana" em época de transição da ordem imperial, uma vez que, atendendo à aspiração liberal de descentralização político-administrativa, concedia autonomia às províncias (Dias, 2019).

A primeira tentativa dar autonomia política ao Cariri ocorreu em 1828, quando a Câmara do Crato advogou pela criação da província do Cariri Novo; a segunda foi em 1839, a partir da Câmara de São Mateus (atual Jucás); a terceira veio no mesmo ano, de um nome de maior vulto no cenário político: o então senador José Martiniano Pereira de Alencar, mas apesar da boa aceitação da proposta (ver imagem a seguir) junto ao Senado do Império, não houve êxito nos trâmites finais.

Figura 28: mapa com a proposta de território da Província do Cariri Novo, em 1839.



Fonte: Reis Júnior[79] (2014, p. 49).

"Em que pese o projeto de 1839 não ter sido concretizado, permaneceu a bandeira da autonomia" (Reis Júnior, 2014, p. 51). Novas tentativas ocorreram nas décadas de 1840 e 1850, agora com base em novo discurso: a busca por atenuar o sofrimento de populações frente às estiagens, que seria possível se houvesse uma boa divisão administrativa, que além de gerar acréscimo de renda, proporcionaria um abastecimento eficiente de regiões em tempo de seca e de aumento de produção.

Esse tipo de discurso se juntou a vários outros igualmente nascidos para atender a interesses econômicos, políticos e mesmo sociais de classes dominantes – e para lhes dar suporte, estratégias também foram acionadas, para concretizar e materializar objetivos perseguidos.

Por exemplo, foi dada uma pequena noção da exuberância da natureza atrelada à região. Porém, essa riqueza foi apropriada como elemento discursivo-imagético, por alguns grupos, para gerar construções identitárias sobre a região (Dias, 2019; Silva, 2019). Essa identidade relaciona-se, inclusive, com um dos seus mais conhecidos epítetos atribuídos à região: "oásis do sertão". Essa representação, que não incide apenas sobre a região do Cariri cearense, mas também sobre o município do Crato, tem como uma explicação adicional o fato de que, mesmo em meio às constantes estiagens que ocorrem na região, há um histórico de produção agrícola suficiente em períodos de seca.

Como apontou Darlan Reis Júnior[80] (2014), a ideia do Cariri cearense como um espaço privilegiado foi um importante instrumento político, utilizado pelas classes senhoriais, na consolidação de seu domínio sobre o território. Isso porque o domínio do espaço regional não se deu apenas pela apropriação dos recursos naturais (como o controle da terra), mas também por meio da elaboração de um discurso sobre a vocação econômica do lugar que contribuiu, inclusive, na exploração de trabalhadores livres e escravizados, em diferentes atividades econômicas.

Para o autor[81], houve uma operação política da classe senhorial, que buscou se apropriar do epíteto "oásis do sertão[82]" para criar (reforçar) uma identidade regional sobre essa imagem. Esse projeto tinha, como aspectos principais, a vocação agrícola, a defesa da

[79] Ver informações relevantes de Darlan de Oliveira Reis Júnior no Apêndice A.
[80] Ver informações relevantes de Darlan Reis Júnior no Apêndice A.
[81] Dias (2019) e Silva (2019) endossam esse entendimento.
[82] Cabe citar que o Relatório de 1861, fruto da já citada expedição do IHGB, trouxe o termo "oásis em meio daqueles desertos". Exemplos de autores que tratam do tema, além de Reis Júnior (2014): Sousa (2015); Cunha (2012) e Farias Filho (2007).

autonomia política e a difusão de uma autoimagem dos senhores de terras de brandura e bondade, enquanto geravam estereótipos contra os trabalhadores (por recusarem a subordinação), descritos como propensos a vadiagem e a criminalidade.

Dando suporte à divulgação dos discursos das classes política e economicamente dominantes, o editorial do Jornal O Araripe, criado em meados do século XIX, pretendeu-se, convenientemente, porta-voz de um novo tempo para toda a população. Mobilizado por liberais, esse veículo de divulgação de ideias em massa colocou em prática campanha contra a insegurança, denunciando uma ineficiência da ordem pública que justificaria a necessidade de dar mais autonomia política para o Cariri – e por consequência, para o Crato. Criticavam o governo da província para, na sequência, apresentar a autonomia política da região como solução para todos os problemas (Dantas, 2018[83]). Neste sentido, observa Dias (2019):

> [...] se posicionar contra os desmandos do governo provincial, de orientação conservadora, era uma das principais pautas da plataforma política dos liberais, e que esta ação se articulava com outras, dentre as quais destacamos, na esfera caririense, a pregação dos valores civilizados e a campanha de criação da província do Cariri. Nesta, O Araripe engrossava o coro entoado pelos pioneiros defensores da autonomia administrativa regional, que alegavam que tal medida não somente faria 'a grandeza destes lugares como [traria] a segurança e sossego, fazendo desaparecer a falta de civilização e dureza de costumes que tantas cenas sanguinolentas tem motivado neste centro.' **O Cariri, com a criação da nova província, não só se fortaleceria do ponto de vista político-econômico como aumentaria significativamente o seu tamanho territorial**, com a anexação de parte das províncias de Pernambuco, Paraíba e Piauí, conforme previa o projeto de lei apresentado ao Senado Imperial em agosto de 1839 (Dias, 2019, p. 193, grifo nosso).

Com isso, vê-se o papel de discursos e estratégias para sua disseminação (como a imprensa) como engrenagens importantes para a criação do que Dias (2019) chama de primeiro projeto identitário regional mais coerente. Referenciado por valores eurocêntricos que dialogavam com debates nacionais (relacionados à identidade cultural brasileira) e com teorias evolucionistas e deterministas importadas da Europa, foi formulado por segmentos dominantes (senhores de terra, grandes comerciantes, burocratas, sacerdotes e uma emergente camada de profissionais liberais) e teve como marco a fundação e circulação do semanário *O Araripe* (em 1855) para propagação de discursos e narrativas que deram suporte a essa construção (Dias 2019).

A criação do jornalismo, além de ter sido ferramenta fundamental nesse processo "civilizador" impetrado pelo movimento intelectual da região, sintonizou-se com o propósito

[83] Ver informações relevantes de Denise de Menezes Dantas no Apêndice A.

de construção da nacionalidade brasileira – que, por sua vez, articulava-se com a elaboração de uma pretensa identidade nacional.

A historiadora Denise Dantas (2018), que escreveu a dissertação "Política, natureza e imprensa: a narrativa dos liberais cratenses no Jornal O Araripe (1855-1864)", corrobora o exposto. As narrativas divulgadas pelo jornal estão imbuídas de diversos interesses, mobilizando valores e significados que os sujeitos formularam em torno do meio natural. Para ela, a natureza foi apropriada de diferentes maneiras, para atender a propósitos diversos e, por isso, havia influências distintas nas descrições realizadas sobre a paisagem (que, inclusive, variavam em cada período).

É por isso que a autora conecta, pela atuação do jornal, os interesses tanto dos senhores de terra (que se apoiavam na ideia de um Cariri "oásis", agrícola), quanto dos apoiadores da criação da Província do Cariri, e ainda, dos políticos que defendiam o prolongamento da estrada de ferro de Baturité – tema que será mais bem abordado a seguir –, já que tal ideia também foi recorrente até o ano 1877.

Convém destacar que, no século XIX, diversas circunstâncias influenciaram as representações e construções identitárias feitas para a região do Cariri cearense, e para o Crato, considerado seu principal componente. Interferências econômicas, políticas e sociais incorporadas desde o cenário internacional, passando pelos debates e projetos nacionais, tiveram ressonância no Ceará como um todo, como também na sua porção sul.

Do ponto de vista da escala internacional e seus rebatimentos nos âmbitos nacionais, podemos citar: o avanço das ciências, que influenciou a vinda de estudiosos para o Brasil[84]; os ideais de "modernidade" e "progresso", que alavancaram a chegada de tecnologias diversas para o funcionamento e embelezamento urbanos; os avanços nos meios de transporte de pessoas e de cargas, com destaque para a ferrovia, usada para escoamento de mercadorias e maior facilitação na conexão entre os territórios (e no seu controle); a "higienização" social que permitia o controle dos corpos a partir do discurso de "civilidade"; a expansão do capital estrangeiro[85]; a propagação de ideais liberais, que geraram movimentos abolicionistas e de luta por independência – embora com limitações/contradições[86].

[84] Embora o Brasil fosse visitado desde sua colonização branca, as transformações históricas ocorridas entre os séculos XVIII e XIX suscitaram novas visitas, a partir das quais foram deixados registros minuciosos (incluindo escritos, desenhos e pinturas) sobre aspectos múltiplos da cultura e da vida social, econômica e política do país Barreiro (2017) – a exemplo das explorações mencionadas no início do capítulo anterior.

[85] Como nos mostra Reis (2015), pelo viés do discurso moderno do pensamento ocidental típico do século XIX, pensava-se na substituição de um meio natural por outro, sortido de máquinas e artefatos complexos, de modo que a Estrada de Ferro integrou um projeto maior de colocação do estado no ritmo de "progresso" europeu ocidental; e mais que isso, "[...] como parte de um projeto maior de internacionalização do capital estrangeiro"



Na relação entre o âmbito nacional e o Ceará, Reis (2015, p. 23) traz uma importante contextualização. Para a autora,

> Durante o século XIX, o Ceará foi inventado dentro da nação. [...] a partir da necessidade de formação da nação brasileira (que se estendeu para o período republicano), foi empreendido um esforço de construção de uma identidade para o Brasil que requeria também a compreensão de seus limites. Dessa maneira, há um esforço por parte de alguns intelectuais de apreensão do desenho do país e, consequentemente, de cada recanto dele; como também de sua gente. A fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro com um corpo de 50 intelectuais membros, sendo metade deles ligados aos estudos históricos e a outra metade, aos estudos geográficos, é parte desse processo de construção do país (Reis, 2015, p. 23).

Como coloca Dias (2019), o século XIX é considerando o período de afirmação do Ceará por diversos motivos, entre eles: construções da identidade sertaneja associada à bravura, a resistência do povo caririense à seca de 1877-79 e às opressões vindas de maus governantes e o combate por uma pátria livre e soberana,

Toda essa influência cultural, econômica e política trouxe rebatimentos para a região do Cariri cearense, e alimentou discursos que foram construídos para atender a interesses de grupos específicos, e influenciando os rumos que o Crato passou a ter no século XX. Palavras de ordem, como autonomia, pioneirismo, patriotismo, heroísmo, civilidade e progresso, atreladas a epítetos relacionados ao território, como "abrigo dos sertões", "oásis no meio do grande deserto", "celeiro de seus vizinhos" e "única salvação dos sertões", foram largamente utilizados numa tentativa de justificar a superioridade da região (Dias, 2019). A propósito, na segunda metade do século XIX, quando o Crato tinha forte participação na vida econômica da porção sul do estado, teve destaque, junto a Barbalha, na lavoura da cana de açúcar e na fabricação de rapaduras, aguardente e açúcar. E desse contexto surgiu o epíteto "Cratinho de açúcar" (Reis Júnior, 2014).

Ainda a despeito da conexão entre movimentos e ideais amplamente difundidos no século XIX, como a criação da Província do Cariri era um "instrumento de afirmação da

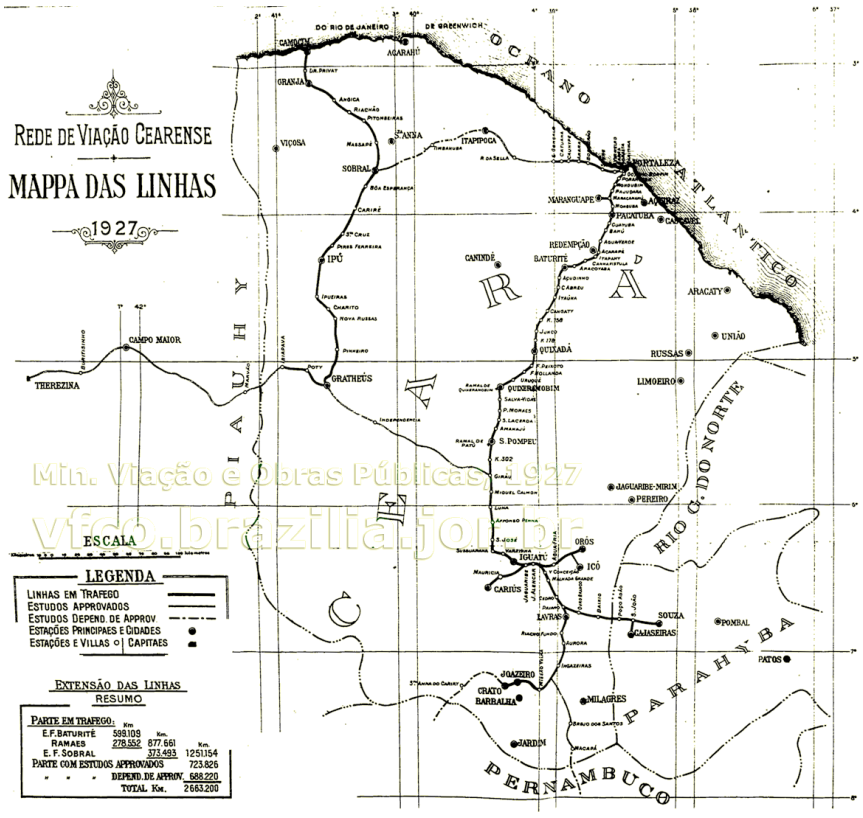
(Reis, 2015, p. 35). Sobretudo os ingleses, buscavam um mercado consumidor para seus produtos de bens de capitais, e queriam expandir seu capital financeiro por meio de investimentos em ferrovias e serviços diversos (como de abastecimento de água, iluminação pública e urbanização), portos e companhias de navegações, bancos, atividades mineradoras, etc. E a rápida expansão das vias férreas contribuiria para isso, na segunda metade do século XIX.

[86] A aplicação, no Brasil, de ideias liberais importadas da Europa e dos Estados Unidos, apresentou profundas disparidades com as suas matrizes ideológicas, como mostra Dias (2019, p. 172): "Nos quadros do capitalismo internacional, em plena segunda Revolução Industrial, o Brasil era economicamente dependente, o que explicava e ao mesmo tempo motivava a produção agrícola em larga escala para fins de exportação. Esse modelo tornava o segmento majoritário da elite nacional – os grandes proprietários – dependente da mão de obra escrava, cuja manutenção defendia apoiando-se, paradoxalmente, no princípio liberal da inviolabilidade do direito de propriedade".

importância da região na consolidação do projeto **civilizatório**" (Reis Júnior, 2014, p. 86, grifo nosso) – projeto esse sintonizado, como visto, com o pensamento moderno ocidental, mais fortemente vigente no Ceará a partir do século XIX –, é mister mencionar o impactos (e os interesses por trás) da construção da estrada de ferro nesse período.

Já foi contextualizado que a chegada da ferrovia no Ceará esteve articulada com pensamentos e interesses internacionais, nacionais e locais. Por ter instituído outro trajeto para a circulação de mercadorias no território cearense[87] (ver imagem a seguir), correspondeu a uma estratégia de controle e uma disputa por lugares de poder. Houve disputas "palmo a palmo" sobre os locais de sua implantação: primeiramente o prolongamento da via férrea de Baturité x construção de uma nova estrada entre Aracati e Icó; depois, a polêmica relativa à estrada de Crato ao Icó era se deveria se dar "em linha reta" ou aproveitando a antiga estrada que ligava os municípios pela ribeira do Rio Salgado (Reis, 2015); Cortez (2008[88]) destaca, ainda, ter havido um projeto que contemplava Barbalha em detrimento de Juazeiro do Norte[89].

Figura 29: mapa das linhas da Rede de Viação Cearense (RVC) em 1927.



[87] Como visto nos mapas já apresentados (mapa da capitania do Ceará, com vilas coloniais e ribeiras e mapa com as estradas de chão do período colonial, no Ceará), o principal caminho de ligação do litoral cearense com as regiões sul e centro-sul do Ceará era a Estrada Geral do Jaguaribe, que não contemplava Fortaleza. De acordo com Reis (2015), até a primeira metade do século XIX, o porto de Aracati era o principal receptor da produção que vinha dessas regiões.

[88] Ver informações relevantes de Ana Isabel Ribeiro Parente Cortez (Reis) no Apêndice A.

[89] Ver mapa disponibilizado por Cortes (2008, p. 64).

Fonte: http://vfco.brazilia.jor.br/ferrovias/mapas/1927-Rede-Viacao-Cearense.shtml. Acesso em: 08 maio 2024.

Embora só tenha chegado ao Crato em 1926, importa a disputa que o município estabeleceu, ainda no século XIX, para ser incluído nesse projeto, assim como a forma como a construção da importância do Cariri, sob o comando do Crato, influenciou os rumos desse que foi um elemento reconfigurador do espaço urbano cearense.

> Primeiramente, o conflito passava pela oposição entre membros do partido liberal, representados por João Brígido, e os integrantes do governo Provincial e municipal. Nesse sentido, eram tratados os interesses sobre a região do Cariri. Entretanto, o que parecia incomodar mais o redator era o fato da estrada não passar mais por Missão Velha e outras cidades caririenses. Aí, a linha reta não era criticada a partir de uma argumentação técnica, o jornalista se concentrou em censurar o projeto do governo que visava uma ligação mais estreita com o litoral, temendo provavelmente o enfraquecimento do Cariri enquanto região (Reis, 2015, p. 74).

Para além das disputas para os municípios que seriam contemplados no trajeto houve, também, outros interesses por trás da construção da Estrada de Ferro de Baturité, associados a períodos de seca. Nas estiagens cearenses ocorridas entre os anos de 1877 e 1879, camponeses que tiveram seu acesso à água cerceado e, com isso, seu trabalho de subsistência comprometido, passaram a lutar por sua sobrevivência a partir da migração. Rotulados, de maneira reducionistas e depreciativa, como "retirantes flagelados da seca", foram convertidos em tema/"problema" de interesse nacional, uma vez que houve grande êxodo de famílias do interior rumo à Província, trazendo para Fortaleza denominados transtornos, dentre os quais, temores de surtos endêmicos (pelas condições miseráveis desses indivíduos migrantes).

Embora a construção da ferrovia tenha sido forjada num discurso de socorros públicos possíveis que viriam a "[...] amenizar ou aplacar os efeitos 'devastadores' das secas que assolavam a Província" (Reis, 2015, p. 34), na prática, intencionou conter as migrações de camponeses no interior do Ceará. É dizer, por trás dessa ação, estava a busca por manutenção de privilégios locais, por parte de classes proprietárias, que geraram discursos e práticas para justificar o merecimento de auxílios financeiros do governo Imperial.

Todos esses fatos em torno da ferrovia se atrelavam aos pensamentos típicos da época, de busca pelo "progresso" – que tinha na Estrada de Ferro um grande símbolo (Cortez, 2008) – e pela "civilidade e modernidade" – travestida de repulsa àqueles que não representassem a

prosperidade, como era o caso dos camponeses migrantes, que precisavam ser afastados de qualquer urbe que se pretendesse modelo[90].

Com isso, o trem foi convertido num importante instrumento em prol da "modernização" do Ceará a partir de fins do século XIX. Com o auxílio dele, além da ocuparem os rotulados "flagelados da seca" (Cortez, 2008) em sua construção, foi possível a edificação de portos, a modelação de edificações que correspondiam aos gostos estéticos e avanços tecnológicos do período, a implementação de serviços (como o do telégrafo), etc. Tratava-se dos "melhoramentos" que sintonizavam o território cearense, do litoral ao interior, com os ideais importados da Europa ocidental, comungados pelo que se esperava de uma nação civilizada naquele momento (Reis, 2015).

Entre as consequências do desejo, por parte das elites locais, de transformar o Cariri – e, particularmente, a cidade do Crato – em um espaço desenvolvido, de progresso e também "civilizado" estiveram a busca (e concretização) dos chamados "melhoramentos de ordens material e moral": de um lado, a construção de escolas na região e benfeitorias na estrutura de alguns prédios, como o da cadeia pública da cidade; de outro, a modificação de hábitos e os costumes que não eram condizentes com o que os grupos de elite almejavam[91]. Por meio dessas ações, era esperado também diminuir as diferenças (inclusive, de importância) existentes entre o sertão e o litoral, aumentando a representatividade e participação política da região no estado (Dantas, 2018).

Assim, na segunda metade do século XIX o município movimentava fortemente a vida econômica e social sob sua influência, de modo a exercer uma predominância comercial na porção sul. Além da função de entreposto comercial na coleta de produtos oriundos da atividade agrícola, também detinha outras importantes, como a educacional, a judiciária e a administrativa (Sousa, 2015). Sobre essas funções, destaque para atuação política na região, já que o Crato se tornou "cabeça de comarca" (a segunda criada no Ceará) ainda em 1816, quando a então Vila ganhou uma Casa de Câmara e Cadeia (hoje conhecida como Museu do Crato). Também notável foi o papel da Igreja Católica, que inseriu equipamentos educacionais estratégicos e de relevância na localidade, fornecendo as bases para tornar o Crato referência regional nos aspectos educacionais e religiosos.

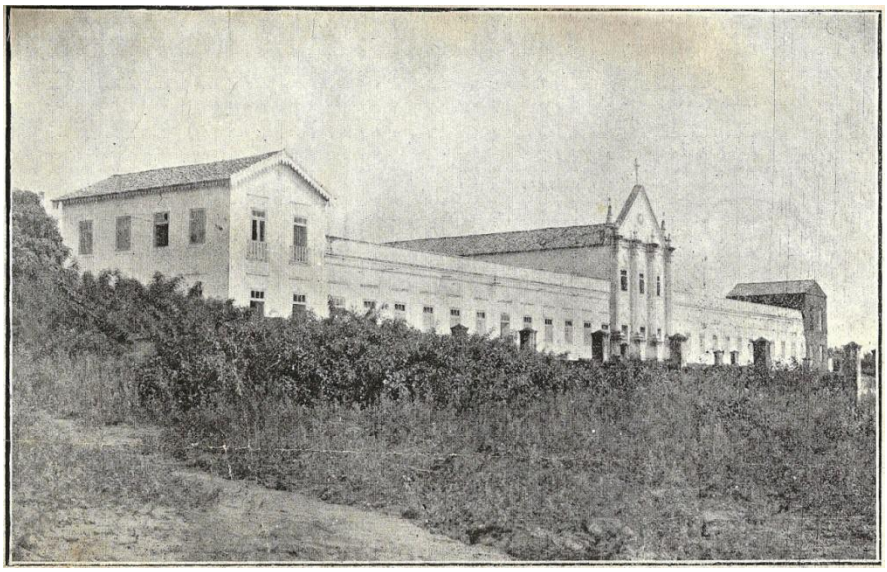
[90] No subtópico 2.2.2 será demonstrado o tratamento aos camponeses migrantes da seca de 1932, quando foram construídos campos de concentração no Ceará, estando um deles no Crato.

[91] Exemplo disso foram as – hoje tão celebradas – bandas cabaçais. Em matéria para a Revista Itaytera, Figueiredo Filho (1955, p. 107/110) disse que "apesar do progresso, não foram eliminadas da vida rural da região caririense" – apesar dos esforços do seu pai, José Alves de Figueiredo, quando prefeito, para proibi-las na cidade. Segundo o autor: "Naquele tempo, tudo que não vinha de fora, não estava de acordo com a civilização que começava a penetrar no interior".

Ao fim do supracitado século, o Crato já se consolidava enquanto importante polo educacional da região e na oferta de serviços, concentrando alguns centros educacionais (com destaque para o Seminário São José[92] e a Casa de Caridade[93]) que eram destinos de muitos estudantes vindos de outras regiões para estudarem. Abreu (2017) destaca, inclusive, o papel da Igreja Católica como importante produtor do espaço urbano cratense, sobretudo no tocante aos serviços educacionais.

Como já havia certa consolidação na geração de riquezas, foi possível o investimento em atividades não produtivas, tornando o núcleo urbano inicial da cidade também atrativo para visitantes.

Figura 30: Seminário Episcopal do Crato, em 1925.



Fonte: A munganga (2019[94]).

[92] De acordo com Farias Filho (2007, p. 116), foi "uma construção revolucionária para a época [...]", apresentando fachada bastante adornada com elementos neoclássicos, sendo composta por uma capela central (a Igreja de São José) que dividia simetricamente o conjunto mais baixo a ela adjacente, e nas extremidades, dois blocos de sobrados (que depois foram demolidos).

[93] Construída pelo Pe. Ibiapina, foi descrita em 1968, por Figueiredo Filho, com 29 portas de frente. Era tida como a melhor dentre as casas desse tipo construídas no Cariri pelo citado padre. A arquitetura apresentava semelhanças com o Seminário São José nos quesitos simetria e inserção de capela em volume mais alto e dotada de frontão ao centro. Apenas parte dessa edificação ainda existe (Farias Filho, 2007).

[94] Disponível em: https://amunganga.blogspot.com/2019/05/no-aniversario-de-117-anos-do-padre.html

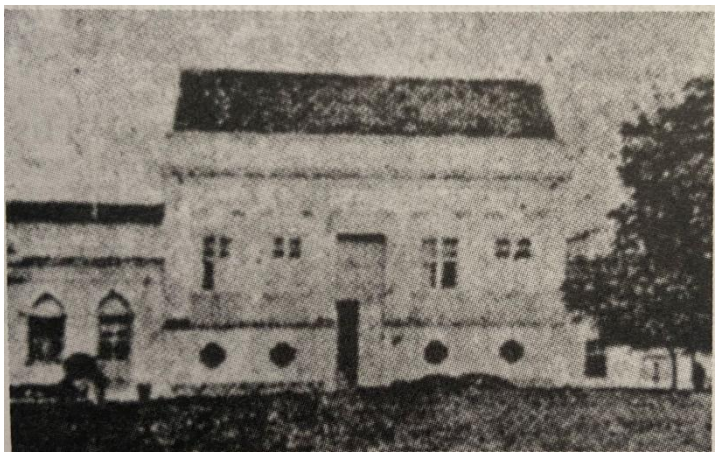
Figura 31: trecho de foto da Casa de Caridade do Crato, em 1925[95].



Fonte: Mendes e Mendes (2015[96]).

A chegada de comerciantes de Icó (CE) – em virtude do declínio comercial desse município – trouxe para Crato novo capital, permitindo a criação de grandes lojas (Abreu, 2017), bem como influenciando a construção dos primeiros sobrados "à moderna" (Farias Filho, 2007). "Essas características evidenciam uma cidade que se abria para a prática cultural e de instrução, expandindo-se na oferta de serviços eminentemente urbanos, reforçados pelo crescimento socioespacial da cidade" (Sousa, 2015, p. 64-65).

Figura 32: casa de porão alto na Praça da Sé, Crato, em 1925.



Fonte: Farias Filho (2007, p. 112).

[95] Embora a fonte digital dessa foto não apresenta data, ela é um recorte ampliado de fotografia disponibilizada por Farias Filho (2007, p. 118), de 1925.

[96] Disponível em: https://blogdomendesemendes.blogspot.com/2015/12/casa-de-caridade-do-crato-onde-beata.html.



O presente subtópico demonstrou com as narrativas dos liberais para o Cariri, e em especial, para o Crato, compuseram um projeto de "identidade regional". No tópico a seguir será visto como a discussão até aqui apresentada deu bases para a produção historiográfica a posterior. Entre esses aspectos que seguiram sendo reverberados, e mesmo foram potencializados, estiveram os aspectos ligados à natureza e às condições climáticas e geográficas da região – a ideia de uma natureza exuberante (Dantas, 2018) –, além do orgulho em ser caririense e a reverência a um suposto passado glorioso (Reis Júnior, 2014).

3.2 Construções identitárias no século XX: padronizações e fissuras

A dissertação "A construção da 'cidade da cultura': Crato (1889-1960)", de Otonite Cortez[97] (2000), vem sendo amplamente utilizada em diversos trabalhos recentes sobre a história local. Nela a autora analisa, sob a ótica da História Cultural, expressões já utilizadas a partir da segunda metade do século XIX pelas "boas famílias cratenses", mas que até o século XXI vinham sendo empregadas para demonstrar "[...] o desejo de mostrar-se civilizado, culto, virtuoso, elegante, bonito, higiênico, sábio, enfim superior" (Cortez, 2000, p. 3).

A percepção incluiu textos bibliográficos, nos quais algumas palavras apareciam com muita frequência para se referir ao Crato e aos cratenses: "adiantado", "civilizado", "culto", "pioneiro", "ordeiro", "patriótico", "herói/heroína", "piedoso", "liberal", "espírito cívico", etc.; mas entre elas, a expressão "cidade da cultura" era a mais recorrente (Cortez, 2000, p. 4).

O que se pode perceber são os frutos de um projeto identitário bem construído, que subjetivou corpos ao longo dos anos, gerando sensações de pertencimento e uma autoimagem, de pessoas e de cidade, compatível com o que se almejou séculos atrás. Mas para Cortez (2000), existiram dois momentos distintos desse projeto: houve um projeto civilizador, conforme já apresentado, que informou representações e práticas sociais desde a segunda metade do século XIX; depois, numa continuidade a esse projeto – mas com suas especificidades –, houve o investimento na produção simbólica do Crato como "cidade da cultura". Essa empreitada reuniu "[...] os esforços de intelectuais, políticos, religiosos e capitalistas [...] através da valorização de uma cultura letrada e da reprodução dos padrões de condutas civilizadas para homens e mulheres" (Cortez, 2000, p. 16). Buscava-se, por meio disso, a afirmação de um contraste entre Crato e Juazeiro do Norte, em decorrência de

[97] Ver informações relevantes de Antonia Otonite de Oliveira Cortez no Apêndice A.

posicionamentos divergentes relativos aos "fatos extraordinários" que ocorreram em Juazeiro – que serão detalhados a seguir.

3.2.1 Nós x eles: "guerra de identidades"[98] entre Crato e Juazeiro do Norte

Os "fatos extraordinários" (Cortez, 2000) ou Acontecimentos de Juazeiro (Dias, 2019), são algumas das denominações da literatura para se referirem aos "supostos milagres" operados pelo Padre Cícero Romão, em Juazeiro do Norte. Em síntese, ditos fatos são datados de 1889, quando se divulgou que hóstias dadas pelo padre teriam se transformado em sangue na boca de uma beata, Maria de Araújo.

Uma das célebres falas do padre é que, embora seja filho do Crato, Juazeiro do Norte é seu filho. E muito do que ocorreu, a partir desse momento, traduz essa relação. Dias (2019) apresenta duas óticas de valorização do "Padim Ciço" (como é, carinhosamente, chamado): uma delas é a capacidade apresentada pelo religioso de comandar a região no enfrentamento a condições rigorosas de estiagem, chegando a gerar, inclusive, um rápido desenvolvimento para a região; a outra é das consequências dos "fatos extraordinários" do ponto de vista religioso, dividindo opiniões e, com isso, criando fissuras.

Sobre a primeira ótica, dentre os aconselhamentos do padre Cícero estavam as práticas de sobrevivência no semiárido, atuando na formação de comunidades rurais na região caririense. Para evitar os efeitos lastimáveis das secas, o padre estimulou o plantio de mandioca em grande escala em todo o Cariri, sobretudo no Araripe, transformando o então distrito cratense em um crescente empório agrícola, comercial e artesanal no sertão. Somando a isso, romarias tiveram um crescimento exponencial a partir dos citados "fatos extraordinários", acarretando um acelerado processo de povoamento da região, inclusive em áreas que, até o momento, eram pouco habitadas e pouco produtivas.

Quanto às consequências dos "fatos extraordinários", algumas questões merecem ser pontuadas. O então Joaseiro[99], naquela época, era um distrito do Crato. Nos primórdios da ocorrência dos fatos ditos milagrosos, cratenses apoiaram a causa juazeirense. Diversos cidadãos importantes fizeram a primeira peregrinação ao antigo Joaseiro, em 1889, e membros do clero divulgaram e justificaram a crença popular sobre ditos fatos. Porém, esse apoio foi sendo desfeito na medida em que a questão ganhava mais vulto do ponto de vista religioso, sobretudo diante de divergências com instâncias superiores da Igreja Católica, e

[98] Expressão trazida de Dias (2019, p. 18).
[99] Nome anterior ao território que hoje corresponde ao município de Juazeiro do Norte.

consequentes ameaças àqueles que seguissem a crença relacionada ao Padre Cícero. A sede do Bispado do Cariri, inclusive, foi colocada como "moeda de troca".

A partir de então, para a elite cratense (salvo raras exceções), o ocorrido traduzia práticas de fanatismo (que ameaçavam a tão buscada civilidade) e de desobediência ao catolicismo romanizado (Cortez, 2000). A rivalidade entre os municípios tomou maior vulto a partir do segundo inquérito episcopal, conduzido pelo vigário do Crato, monsenhor Alexandrino de Alencar, em 1892, no qual foi concluída fraude sobre os milagres. Alguns eventos de caráter religioso posteriores seguiram endossando as tensões: o atentado ao Padre Cícero ocorrido 4 anos depois, que tinha como principal suspeito o citado monsenhor; o pronunciamento de Roma condenando os eventos atribuídos ao Padre Cícero, exigindo-lhe retratação, e em caso de não a fazer, ameaçando-lhe excomungar; remoção da beata envolvida no dito milagre, Maria de Araújo, para o município de Barbalha (Dias, 2019).

Do ponto de vista econômico e político, outras questões têm destaque: o crescimento vertiginoso de Juazeiro que interferiu na hegemonia cratense, incluindo aspectos fiscais e demográficos; e o desejo de emancipação juazeirense, que interferia no poder político do Crato. Do ponto de vista do imaginário, a visão divina sobre o lugar ocupado por Juazeiro trouxe uma nova versão do mítico, já atribuída ao Cariri anteriormente, mas agora ressignificada em torno dessa construção histórico-religiosa católica.

A emancipação de Juazeiro do Norte foi concedida através da lei nº 1.028, em 22 de julho de 1911. E na medida em que o município se sobrepunha economicamente ao Crato, não só aumentava a tensão e a rivalidade entre os moradores das duas localidades (Cortez, 2000), como gerou, nos cratenses, uma busca por se consolidar enquanto "uma central de distribuição de sentidos". Entra em jogo, então, a produção de uma representação identitária que não apenas condena as práticas sociais e religiosas juazeirenses (tidas como fanatismo e obscurantismo), como passam a difundir valores julgados requisitos para uma cidade ideal.

> Na elaboração do Crato como Cidade da Cultura, os intelectuais cratenses se inspiraram em valores calcados sobretudo nas diretrizes do catolicismo romanizado, valorizando também a cultura letrada e as práticas julgadas cultas, como os bons modos baseados na etiqueta social. Não obstante, o enaltecimento e projeções feitas em prol da afamada urbe, um exercício tido como pertinente ao projeto civilizador cratense era a detração de Juazeiro e de seus novéis habitantes (Dias, 2019, p. 405-406).

Para Cortez (2000), essa rivalidade foi se estabelecendo, na sociedade cratense, horizontalmente, entre membros que compunham a intelectualidade e a política local e

queriam seu progresso cultural (a exemplo dos "Romeiros do Porvir[100]", da "Academia dos Infantes" e do "Instituto Cultural do Cariri"); e verticalmente, por meio de estratégias de celebração do passado que constituíam esforços para construir, na identidade cratense, o sentimento de superioridade no seu autorreconhecimento.

Quanto às estratégias verticais, houve ativa participação em comemorações cívicas, elaborando-se, inclusive, o calendário cívico da cidade. A Banda de Música Municipal do Crato se fez presente em diversas ocasiões, demarcando o espírito de civilidade cratense. Um desses eventos, inclusive, foi a estreia do Crato Foot-Ball Club[101], que ocorreu na Praça da Sé, no mesmo dia em que foi fundado, em 1919 (Mello, 2021; Matos, 1967).

Figura 33: fotografia do Crato Foot-Ball Club, feita na Praça da Sé, em 19 de novembro de 1919.



Fonte: Mello (2021, s/p).

Do ponto de vista do desenvolvimento urbano e edilício, entre 1882 e 1901, o Crato já tinha aumentado em mais de 2 mil casas (Farias Filho, 2007, p. 152); no início da década de 1920, mesmo sem a linha ferroviária, foi instalada uma Usina geradora de eletricidade na cidade – que, a essa altura, já contava com correios, cinema, cassino, e um maior número de sobrados.

[100] Sobre essa agremiação literária, ver Alencar (2021).

[101] Sobre isso, destaque para artigo de Florisval Matos (1967) para a Revista Itaytera, no qual falou sobre a história do futebol do Crato, criado numa conjuntura de ócio e lazer sintonizada com visões de modernidade no período. Cita a influência que exerceu o Campeonato Sul-Americano de Futebol, disputado no Rio de Janeiro, e que chegava ao Cariri por meio de revistas e jornais, fazendo sucesso junto à população. Também é possível ver a influência de ares estrangeiros no período, já que o autor cita matéria jornalística de 1919 (ano em que foi criada a equipe cratense de futebol) com diversos termos em inglês, em tom de entusiasmo. Mantendo a prática da valorização de pioneirismos, na citada matéria – do jornal "O Araripe" – foi dito que cabia ao Crato a "glória da ideia" de implantar o esporte inglês no Cariri.

Figura 34: construções do Crato nos anos 1920: à esquerda, Usina A. Costa & Meyer LTDA, inaugurada em 1920 (registro de 1925); à direita, Cassino Sul-Americano.



Fonte: Farias Filho (2007, p. 158; 246).

Figura 35: Correios e Telégrafos do Crato.



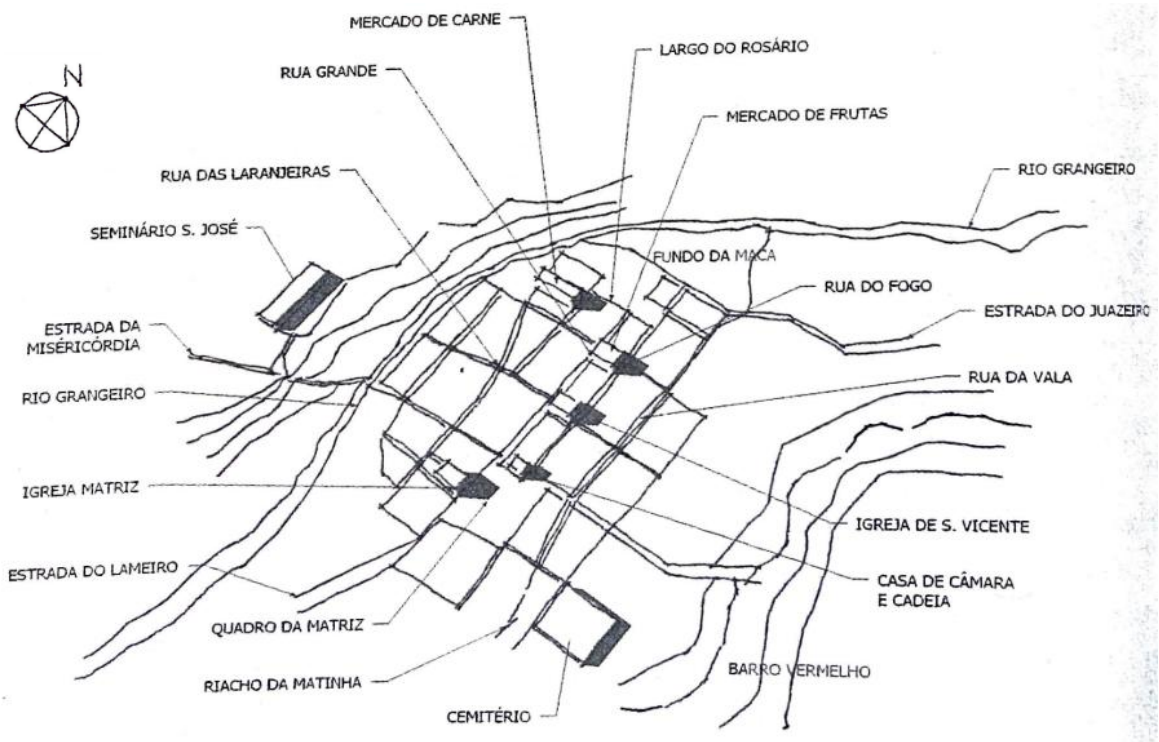
Fonte: Arquivo Luciana Abath (*apud* Farias Filho, 2007, p. 244).

Figura 36: vista da cidade do Crato em 1925.



Fonte: Acervo Jackson Bantim (*apud* Sousa 2015, p. 86).

Figura 37: croqui-mapa da cidade do Crato no início do século XX.



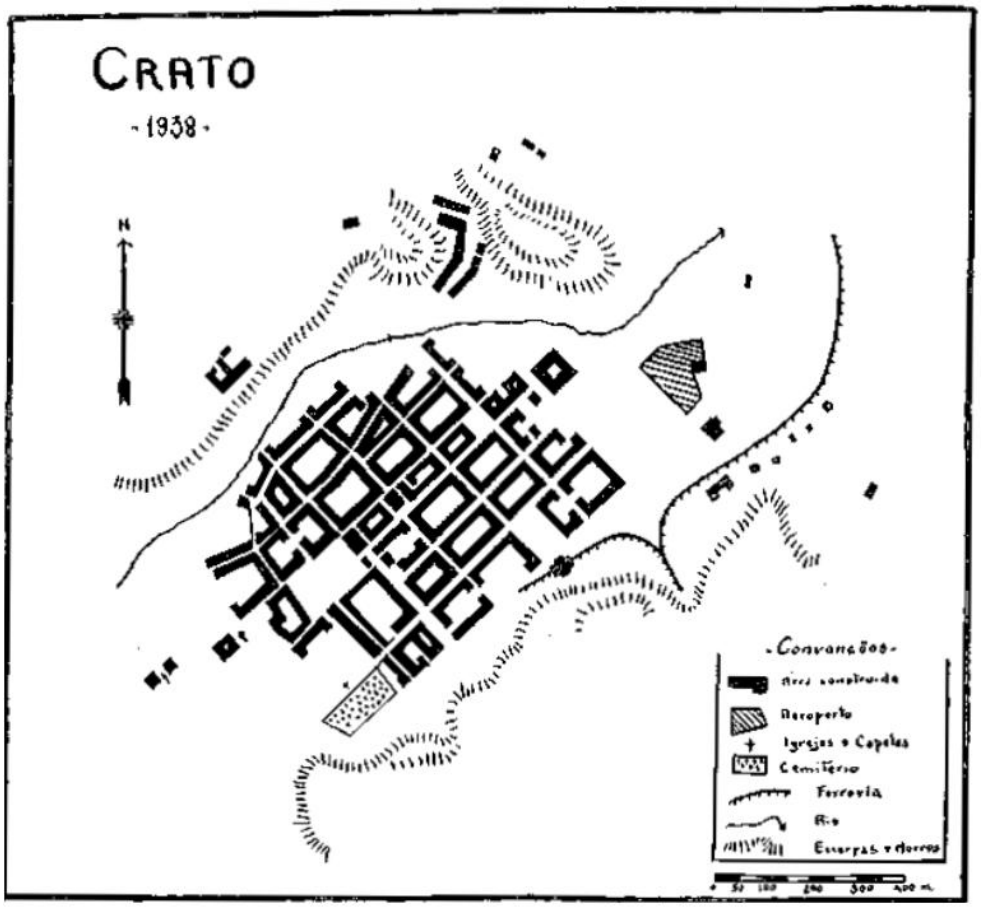
Fonte: Farias Filho (2007, p. 142).

Com a chegada do trem na cidade (1926), corroborando o espírito de busca pela "modernidade e progresso", prédios e espaços urbanos ganharam feições modernas, embelezamento e de higienização; foram criadas praças ajardinadas e hospitais, pavimentadas

ruas, etc. Importantes instituições de suporte à cultura letrada e à civilidade foram criadas e/ou ampliadas: a sede de um bispado e associações religiosas; uma rede de ensino, incluindo escolas, faculdades e uma universidade; imprensa escrita e rádios; cinemas e teatro; entidades filantrópicas e academias literárias; bibliotecas e museu[102] (Cortez, 2000).

Em mapa do final dos anos 1930, é possível ver a demarcação (na legenda): das áreas construídas, do aeroporto, de igrejas e capelas, do cemitério, da ferrovia, do rio e da geografia (encostas e morros). Lê-se, também, a ocupação de áreas mais periféricas e o aumento da dinâmica urbana da cidade.

Figura 38: croqui-mapa do Crato em 1938.



Fonte: Silva (2023[103], p. 81).

A partir da década de 1940, começaram a ser pensados planejamentos urbanos para a cidade – tendo sido, um deles, o Plano de Urbanização das margens do Rio Granjeiro, que previa a construção de um elevador similar ao Lacerda de Salvador para vencer os desníveis da localidade (Projeto de Júlio Saraiva Leão) –, mas também foram criados, neste período, a

[102] Clássico espaço de preservação de memórias.
[103] Ver informações relevantes de Meryelle Macedo da Silva no Apêndice A.



primeira planta cadastral, o primeiro sistema de abastecimento, uma biblioteca pública e quatro praças públicas (Farias Filho, 2007).

Para Cortez (2000), a primeira etapa do "projeto civilizatório" local foi a elevação da Vila Real do Crato à categoria de cidade (1853) e a criação do Seminário São José (1875); e a segunda etapa teria sido a diferenciação do Crato frente a outros municípios da região do Cariri (sobretudo Juazeiro do Norte, seu maior rival), imputando uma excepcionalidade intelectual à cidade e sua alcunha de "Cidade da Cultura". E para esse segundo duas instituições criadas são dignas de nota: o Instituto Cultural do Cariri (ICC) e a Faculdade de Filosofia do Crato (FFC[104]).

A autora já havia registrado a valorização do Seminário São José e da Diocese do Crato, por parte de "especialistas", por serem tidos como elementos fundadores da tradição de cultura e civilidade cristã. A criação da FFC e depois, a fundação da Universidade Regional do Cariri (Urca) reforçou essa tradição. O Seminário, conhecido como "celeiro de intelectuais que se projetaram por todo o Brasil", atendeu às necessidades de letramento cultural e de formação católica para futuros padres, sintonizados com os cânones da Igreja católica romanizada. Quando concretizado o projeto de "Crato, cidade da Cultura", a criação da FFC, em 1959, veio a ratificar o título. A implantação da Urca[105] foi um ato já esperado a posteriori, enquanto parte de uma política de interiorização do ensino superior da Universidade Federal do Ceará.

Quanto ao ICC, esse surgiu na comemoração do centenário de elevação do Crato à categoria de cidade. Se a exaltação de si estava entre as construções identitárias cratenses há tempos, era de se esperar que essa data fosse celebrada à altura da importância da qual foi revestida.

> Articulados em torno do ideário de civilização e progresso e embevecidos numa atmosfera de comemoração, por conta dos festejos do centenário de elevação do Crato à categoria de cidade, um arrazoado grupo intelectual se propõe a perpetuar, pelas letras, os fatos marcantes da história e da cultura da região do Cariri. Dessa forma, **a comemoração não se deveria fazer apenas 'com festas, fogos, banquetes, manifestações de cunho transitório', mas com algo muito mais duradouro e que servisse à disseminação da cultura intelectual entre seus habitantes**. Enfim, caberia a 'criação de uma sociedade que cultivasse nossas letras históricas, estudasse

[104] Na faculdade (que deu origem à atual Universidade Regional do Cariri) eram ministrados os cursos de Pedagogia, Letras, História, Geografia e História Natural (habilitação plena em Biologia) – reconhecidos pelos Decretos Federais nº 67.140/70 e nº 69.977/72, e pela Portaria Ministerial nº 487/80 (Urca, s/d).

[105] A universidade foi criada pela Lei Estadual nº 11.191 de 09 de junho de 1986. Obteve autorização de funcionamento pelo Decreto Presidencial de 11 de fevereiro de 1987, tendo sido instalada em 07 de março e 1987 (Urca, s/d).

> nossos costumes e nosso folclore, averiguasse as origens de nossa gente' (Figueiredo Filho, 1963, p. 540 *apud* Viana, 2009, p. 2, grifo nosso).

Não bastante, "a atração máxima das festas centenárias de Crato" foi o Pavilhão da Feira de Amostras, que evocava a memória de um passado glorioso – não por acaso, na mesma praça (da Sé) onde foram aldeados os indígenas anteriormente existentes no território, e onde José Martiniano de Alencar, com o apoio de sua mãe, Bárbara de Alencar, teria lido o manifesto pernambucano e aderido ao movimento revolucionário (Viana, 2011).

Figura 39: Praça do Centenário (atual Praça da Sé), do Crato-CE.



Fonte: Catálogo do IBGE[106] (19--).

Retomando os apontamentos de ordem arquitetônica e urbanística, foi a partir desse contexto (dos anos 1950) que foi registrado um maior ritmo das construções: novo sistema de posteamento; melhoria das vias e execução de serviços de urbanização; assim como o avanço da cidade nos limites a leste e a oeste (bairros seminário, Alto da Penha e Barro Vermelho). Cabe destacar que, neste momento, Farias Filho (2007) registra que o perímetro urbano

[106] ID: 35178; Código de Localidade: 2304202. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=435178. Acesso em: 22 maio 2025.

ultrapassou os limites do núcleo urbano central (esse ponto será retomado no subtópico "Crato 'lado B'").

Com a atuação dos intelectuais do ICC na cidade, o espaço urbano também passou a ser convertido em suporte de memória. Aos poderes públicos municipais foram ofertadas sugestões tanto para as denominações das ruas[107] e praças da cidade quanto para a edificação de monumentos em memória de "heróis" e "benfeitores" cratenses – ratificando supracitada intenção de materialização da cultura intelectual da elite local.

Em dissertação sobre o tema ("O Instituto Cultural do Cariri e o centenário do Crato: Memória, escrita da história e representações da cidade"), Ítalo Viana (2011) reserva um capítulo para analisar não apenas a festa, em si, mas suas motivações. Analisando a formação da comissão organizadora e o programa por ela montado, os projetos e ações propostos e/ou desenvolvidos durante a data, bem como os lugares e espaços de divulgação utilizados, entendeu que a festa refletia a intenção de exaltar a prosperidade econômica e cultural do Crato para reforçar a construção da sua hegemonia no Cariri. Nesse sentido, os membros do ICC tentaram despertar uma identificação com o passado da cidade, com vistas à cristalização de uma memória e uma identidade que atestassem a unidade e a prosperidade dos cratenses. Foi ainda no bojo dessas comemorações que foram elaborados outros símbolos, que ficaram impregnados no imaginário local: a bandeira e hino do Crato (Cortez, 2000).

Breves notas sobre o hino e a bandeira do Crato

Flor da terra do sol
Ó berço esplêndido
Dos guerreiros da "Tribo Cariri"
Sou teu filho e ao teu calor
Cresci, amei, sonhei, vivi.

Ao sopé da serra, entre canaviais
Quem já te viu, ó não te esquece mais!
Para te exaltar, ó flor do Brasil
Hei de te cantar, meu Crato gentil
Ó coração do Ceará
Comigo a nação te cantará!

No teu céu lindo brilha estrela fúgida
Que há cem anos norteia o teu porvir
Crato amado, idolatrado
Teu destino hás de seguir
Grande e forte como nosso verde mar

[107] Hyago Santos (2021) cita que dezenas de artérias do Crato levam nomes de cidades caririenses como mecanismo de reforço de um "regionalismo sadio", defendido pelo jornal A Ação. Cortez (2000) também cita referência a respeito: AQUINO, J. Lindemberg. **Roteiro biográfico das ruas do Crato**. 2ª edição. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará/ Casa de José de Alencar, 1999. Coleção Alagadiço Novo.

Bendita sejas, ó terra de Alencar!

Para te exaltar, ó flor do Brasil
Hei de te cantar, meu Crato gentil
Ó coração do Ceará
Comigo a nação te cantará[108] (CRATO, s/d.a, grifos nossos).

Sobre o hino do Crato, é interessante observar algumas características que vinham sendo instituídas e/ou retomadas pelo ICC em suas estratégias de valorização da cidade. A alusão aos Kariri, que dão o tom de valorização das "origens"; a retomada das características naturais fartas que caracterizam a localidade, incluindo a cana-de-açúcar, que atribui ao Crato fama; a ideia de um protagonismo local ("coração do Ceará"), mas também nacional ("a nação te cantará"); e a ideia de que à cidade foi destinado um destino glorioso, fortemente atrelado ao heroísmo, mas também à religiosidade da família Alencar.

Sobre a bandeira do Crato, é constituída apenas pelo seu brasão – apresentado na figura a seguir – que, segundo Deus (2009), foi criado pela lei municipal nº 349, de 15 de novembro de 1955. Alguns elementos são destacados pelo autor: assim como na bandeira do estado de Pernambuco, há uma clara inspiração na bandeira da Revolução Republicana de 1817, de modo que o arco-íris, o sol e a cruz significam, respectivamente, a união de todos os povos que constituem a cidade, a liberdade e a fertilidade, e o cristianismo; o projeto do desenho foi atribuído ao Pe. Antônio Araújo; as duas hastes de cana-de-açúcar representam a principal produção agrícola do município; um penacho indígena retrata a base étnico-sócio-cultural da cidade; a legenda labore é associada ao trabalho, numa alusão ao triângulo progresso-civilização-cultura; o escudo tem origem galesa, onde pode ser vista uma rosácea em contorno vermelho, denotando a cidade de Crato como Cabeça de Comarca (a partir da visão de 4 "C", teria sido feita alusão também às marcações, à fogo e ferro, do gado, simbolizando a riqueza da pecuária na terra); a data que figura (17 de outubro de 1853) registra a elevação do Crato à categoria de cidade; por fim, as cores também teriam significado:

> O azul representa a limpidez do céu nordestino; O branco traduz a pureza e a simplicidade da alma boa dos Cratenses; O verde simboliza a paisagem que emoldura a cidade fundada por Feri Carlos de Ferrara, a encostas verdejantes da Serra do Araripe e a fertilidade do solo, onde se plantando tudo dá (Deus, 2009).

[108] Hino do Crato, com letra de Martins D'Alvarez e melodia de Joaquim Cruz Neves.

Figura 40: brasão do Crato, ainda hoje utilizado como símbolo da prefeitura municipal.



Fonte: Crato (s/d.a, s/p.).

Retomando o contexto da atuação do ICC quando do centenário da cidade, também é válido destacar outros dois pontos: a busca por uma participação ativa na produção da história local (como será visto no próximo subtópico), e o uso do espaço urbano como palco de materializações de discursos produzidos por membros desse instituto, onde destacavam "grandes realizações" do passado que permitiriam, ao Crato, um "futuro promissor" (Viana, 2011, p. 34). Por exemplo, quando deputado federal, Alencar Araripe apresentou, à Câmara dos Deputados (1953), um projeto no qual solicitava auxílio para a construção de um "monumento de valor histórico" que, no Centenário do Crato, comemorasse suas "tradições cívicas". É digno de nota que esse monumento homenageava sua família, a Alencar, que para os cratenses era um "patrimônio glorioso do país". Na interpretação de Viana (2011, p. 146), que aqui corroboramos, fica clara a estratégia de transformação do monumento em símbolo político (Viana, 2011, p. 146).

Um dos canais para reforço e disseminação dos discursos construídos eram os meios escritos. Como já dito, o jornal O Araripe era canal para isso utilizado por liberais ainda no século XIX; a partir do ICC, a revista Itaytera também foi utilizada por políticos e intelectuais que se coadunavam com os quereres desse instituto; e como mostra Hyago Santos (2021[109]), o jornal A Ação atendia aos interesses da Igreja Católica (e dos intelectuais e políticos com ela sintonizados) na localidade, e valia-se da mesma estratégia para apregoar os discursos que lhe serviam.

[109] Ver informações relevantes de Hyago Átilla Sousa dos Santos no Apêndice A.

Demonstrando como os leitores do citado jornal eram estimulados a ver como o Crato estaria seguindo na direção do progresso e do seu pleno desenvolvimento econômico, Hyago Santos (2021) apresenta uma matéria publicada em 1968, na qual havia um reconhecimento, por parte dos escritores do jornal, do uso repetitivo do recurso discursivo sobre acontecimentos que marcaram a cidade e que, supostamente, determinariam sua liderança frente à região. Denominavam essa atividade de um "regionalismo sadio", demonstrando como o Crato seria um "baluarte" dessa prática a partir da apresentação de diversos nomes de estabelecimentos que continham "Cariri", localizados na cidade: Banco Cultura Cariri, Instituto Cultural do Cariri, Rádio Educadora Cariri, Faculdade de Direito do Cariri, Instituto de Ensino Superior do Cariri, Tipografia e Papelaria do Cariri, Cerâmica do Cariri S. A., Indústria e Moagens do Cariri, Cariri Clube.

Para Dias (2019, p. 18), parte dessa busca, por parte do ICC, pelo fortalecimento e pela coesão de uma identidade regional (um perfil identitário padronizado), era decorrente da tentativa de superar "[...] fissuras observadas desde a eclosão dos Acontecimentos de Juazeiro, quando se manifestou uma 'guerra de identidades' que apôs os projetos cratense e juazeirense". Assim, o conceito de região caririense foi atualizado de acordo com as demandas daquele momento, havendo a construção de discursos que projetava destaque nacional para o Cariri, tido como peculiar por suas características naturais e raízes histórico-culturais, um legado ancestral que incluía culturas dos nativos indígenas, dos negros e dos mestiços – ainda que, como será visto no próprio tópico, de maneira coadjuvante e sob a ótica folclórica.

Embora esse discurso intelectual denote uma intenção de preservação da narrativa sobre os grandes acontecimentos, como forma de mostrar que a Cidade não estava "estagnada no tempo dessas narrativas", foram criados apelidos representativos para a cidade, como o já citado "Cidade da Cultura", mas também "Município Modelo", "Berço da República do Brasil", "Coração do Ceará" e "Princesa do Cariri"[110] (Santos, H., 2021, p. 43).

Quanto ao título de "Município Modelo", em meados dos anos 1960, o Crato foi eleito "município-modêlo do Ceará". No período, estava liderando o progresso econômico do interior cearense, contando com: uma população de 59.464 habitantes; uma taxa de produção agrícola satisfatória; cumprimento de exigências de desenvolvimento de rodovias de acesso;

[110] Segundo Dias (2019, pp. 43-44), a adoção do apelido "Princesa" surgiu de uma visita de Dom Manuel Antônio de Oliveira Lopes, primeiro arcebispo do Estado de Alagoas, na qual se referiu ao Crato como "[...] cidade insigne, gentil princesa da parte sul do Ceará [...]". O apelido passou, então, a ser constantemente utilizado pelos intelectuais e colunistas do jornal A Ação, como forma saudosa e orgulhosa.

comunicações fáceis com a capital do Estado; disponibilidade de energia elétrica, inclusive no meio rural; serviços de saúde pública e distribuição de água (Santos, H., 2021).

Figura 41: exemplo de edificações do Crato em 1962, dotadas de sacadas de ferro e fachadas de azulejos.



Fonte: Catálogo IBGE[111].

Mas cabe, aqui, relembrar o que foi apontado por Silva (2019) e já mencionado no item 2.1 da presente tese, no tocante aos interesses dos membros do ICC em inserirem o Crato nos roteiros turísticos, em consonância com políticas estaduais, nacionais e internacionais ocorridas na segunda metade do século, como estratégia dupla: e manter presente as construções identitárias forjadas sobre a cidade e sobre a região; oferecer alternativa à crise econômica vivida pelo município.

[111] ID: 10585; Código de Localidade: 230420. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=410585. Acesso em: 22 jul. 2024.

3.2.2 Mudanças na escrita da história local: novos atores e ideais do século XX

Como visto, em meados do século XIX, foram construídas narrativas históricas sobre o Cariri, sendo aqui destacada a atuação de liberais cratenses que construíram uma "[...] visão de um Cariri peculiar, de terrenos vastos e abundantes, que se diferenciava das regiões circunvizinhas devido a sua natureza, apresentando-o como um celeiro, um local de salvação". Nesse período foram forjadas diversas expressões (tais como "jardim terreal", "paraíso terrestre", "verdejante", "celeiro de salvação" e, a mais comum de todas, "oásis em meio ao sertão" que se propagaram até o século XX, dando base para construções discursivas que formaram uma "identidade regional" (Dantas, 2018, p. 13).

Um dos que contribuíram para essas bases do século XIX foi o jornalista João Brígido dos Santos, cujos escritos influenciaram, fortemente, os historiadores e intelectuais que depois fundariam o ICC. Em sua narrativa, os acontecimentos políticos em prol da independência do Brasil constituíam "irrefutáveis comprovações" da liderança política do Cariri, sob a liderança do Crato, na definição dos rumos históricos da nação brasileira. Tal fato não só foi por ele visto como demonstração da vanguarda cratense quanto à causa da liberdade da pátria, mas motivo para os caririenses/cratenses encherem-se de brio e de sentimento de amor à pátria. Com isso, "[...] os revolucionários caririenses, em especial os membros da família Alencar, passam a ser retratados como personagens heroicos [...]" (Dias, 2019, p. 203).

Durante sua produção, a fórmula de escrita da história vigente (no Brasil e para o Brasil) era o modelo proposto pelo IHGB, a partir do qual "[...] a nascente historiografia brasileira da segunda metade do século XIX estava permeada do ideário de civilização e da ideologia do progresso social em voga na Europa, embalados pelas irreversíveis ondas da industrialização e do cientificismo" (Dias, 2019, p. 194). Como contextualiza Caitano (2018), o pesquisador Carl Von Martius influenciou boa parte dessa produção, já que venceu um concurso lançado pelo citado instituto, em 1846, que buscava formas de escrever a História do Brasil. Sua proposta tinha, como destaque, a busca pela harmonia entre as três raças formadoras da nacionalidade: o branco, o negro e o índio.

A partir disso, o tipo de história produzida no âmbito do IHGB focava temáticas que tinham como preocupação central a consolidação do projeto de nação – espelhando-se em ideais eurocentrados; contemplava valores cívicos, e o reconhecimento de brasileiros tidos como ilustres; e dava ênfase a uma suposta ausência de conflitos na sociedade, já que subtraia os elementos denunciadores das desigualdades sociais e do preconceito – ainda que sempre tenham sido estruturais, na sociedade brasileira (Caitano, 2018).

Por consequência, os institutos criados em decorrência do IHGB também se inspiraram nesse modelo, a exemplo do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico – o Instituto do Ceará, criado a partir do IHGB, em 1887 (Viana, 2011). Na ótica de seus membros, seria preciso buscar, nas "autênticas" raízes locais, as bases para criar o conceito (privilegiado) da identidade cearense, destacando-a da identidade nacional. Segundo Almir de Oliveira (2008, p. 421 *apud* Dias, 2019, p. 200), "o Cariri, como região geográfica e cultural participar do Ceará, foi objeto desse discurso histórico. A representação ideológica do Ceará diante da nação tomou o Cariri como objeto de reflexão e estabeleceu os marcos aceitáveis de sua origem histórica".

Mas a demarcação dos indivíduos subalternizados na histórica do Ceará incluiu categorizações raciais e rótulos preconceituosos, de carga negativa, bem como apagamentos. Os indígenas eram sub-retratados, bem como suas contribuições que foram incorporados "[...] à empresa colonizadora para usufruto de toda a população, como expressões linguísticas, utensílios, técnicas diversas e itens alimentícios" (Dias, 2019, p. 244). Também foram tratados como selvagens e belicosos, como personagens que ficaram no passado a serem esquecidos – ao menos até essa transição de séculos, já que houve posterior apropriação da figura indígena, sobretudo a partir do movimento de Contracultura.

Isso posto, vê-se por que os discursos regionalistas iniciados no século XIX e reforçados no século seguinte, ao inserirem a região como um dos fatores de formação da própria consciência nacional, dialogam com a produção nacional herdada desde os tempos do IHGB – sobretudo quando "[...] 'autonomiza focos genéticos de povoamento', com seus mitos fundadores, heróis e acontecimentos marcantes, além de estabelecer 'rivalidades' com outras regiões" (Santos, H., 2021, p. 35). De Hyago Santos (2021) extraímos características desse modo de escrever a história: com a exaltação de "fundadores" (pernambucanos, baianos e capuccinhos) que "domesticaram" "índios" "belicosos"; com a utilização da figura indígena como elemento identitário em moldes nacionais – de ligação com a terra e de alusão a uma tradição nacional, típico aos romancistas brasileiros do século XIX; e com um "regionalismo sadio", repetitivo recurso discursivo sobre acontecimentos que marcaram a cidade e determinariam sua liderança frente à região.

Cabe relembrar que, nesse mesmo período de transição de séculos, Dias (2019) destacou o papel exercido pelos chamados Acontecimentos de Juazeiro (1914 – segunda década do século XX), e antes deles, o processo de inserção de novos atores (classes subalternizadas) nos discursos propositores de um novo projeto identitário regional, durante

os anos 1870 a 1914 – projeto esse que, por ser de cunho popular e emanado de Juazeiro, era alternativo e opositor ao de caráter elitista e civilizador cratense. A emergência de forças representativas dos segmentos subalternizados lançou luzes sobre contradições históricas que se processavam ao longo da história da região. Mais que uma "fissura", a emergência desse novo projeto identitário regional provocou a já citada "guerra de identidades", opondo os dois centros que passaram a contrapor suas representações, tornando popular, no imaginário coletivo, a "rivalidade Crato *versus* Juazeiro" (Dias, 2019, p. 407).

Dias (2019), por se debruçar na região, destrincha os discursos que serão utilizados em defesa de Juazeiro do Norte. Aqui, destacamos os resultados desse embate do ponto de vista das construções identitárias cratenses. Como já contextualizado anteriormente, é a partir dessa intenção de se diferenciar de Juazeiro que os cratenses irão articular e concretizar o epíteto (lido como "natural vocação") sobre o Crato, "cidade da cultura"; mas não sem renunciar a outros epítetos, costumeiramente atribuídos à região como um todo, como é o caso de "oásis do sertão".

Como visto, o ICC tem participação diferencial na concretização dessa ideia de Crato como capital da cultura. Entre os intelectuais que alavancaram a consolidação do instituto está a "'santíssima trindade' da historiografia regional" (Dias, 2019, p. 457): o médico Irineu Pinheiro, o farmacêutico J. de Figueiredo Filho e padre Antonio Gomes de Araujo. Caitano (2018) reforça esse destaque, justificando que a produção desses três personagens locais é considerada a "vanguarda" da produção histórica na região, sendo seus autores recorrentemente citados na escrita e no ensino da história do Crato. Dias (2019) e Caitano (2018) elaboraram, em seus trabalhos, apontamentos sobre os três autores, incluindo parte de suas produções e biografias.

A respeito dos novos ideais oriundos do século XX, e que influenciaram a produção desses sujeitos, Dias (2019) destaca a renovação cultural nacional que influenciou a produção intelectualizada do Cariri no final da década de 1940. Entre os marcos desse contexto, estiveram: a emergência de um novo discurso regionalista vinha sendo reforçada, ainda nos anos 1920, por eventos de amplo alcance, como a Semana de Arte Moderna (1922) e o Manifesto Regionalista de Recife (1926) – por iniciativa do Centro Regionalista do Nordeste, liderado por Gilberto Freyre com intenção de desenvolver sentimento de unidade regional nos moldes dos novos valores modernistas; nos anos 1930, publicações nacionais que enfocavam a formação social e histórica nacional (a exemplo de Casa Grande & Senzala, de Gilberto Freyre e Raízes do Brasil, de Sérgio Buarque de Holanda); na mesma década de 30, atuação

da missão francesa na Universidade de São Paulo (USP), que contou com profissionais de impacto na atualização científica, como Fernand Braudel (historiador), Claude Lévi-Strauss e Roger Bastide (sociólogos) – sendo Bastide fortemente dedicado ao estudo de folclore, artes, religiões e relações raciais, e membro de várias instituições culturais e científicas, como o Instituto do Ceará.

É nesse contexto que o livro de Irineu Pinheiro, *O Cariri, seu descobrimento, povoamento, costumes*, de 1950, tornou-se um marco na história local e um "[...] sinalizador de novas perspectivas para as questões identitárias da região e modelo para a própria historiografia regional que vai se desenvolver a partir daquela década" (Dias, 2019, p. 465). Em que pese suas práticas de repetição de chavões discursivos oriundos da produção jornalística local, bem como a manutenção da edenização do território[112], a perspectiva sobre o seu trabalho foi de ser menos etnocêntrico, trazendo alguma mudança na direção das representações discursivas porque passa a trazer uma abordagem sobre a cultura popular – até aquele momento, a intelectualidade local priorizada a participação e o protagonismo das elites na elaboração e difusão de elementos discursivos que visavam dar bases para a representação do Crato como Cidade da Cultura, alimentando a ideia de uma identidade do sujeito caririense atribuída a um passado heroico.

Para Dias (2019), com esse trabalho foram inaugurados os estudos da história cultural no âmbito regional. Mas sua abordagem popular não significa uma escrita que prioriza a história dos renegados e de sua cultura de resistência. Por seu lugar social, priorizou a história das elites, enaltecendo suas contribuições para o projeto civilizador em curso desde a segunda metade do século XIX – inclusive, com forte influência da família na qual era herdeiro direto, a Alves Pequeno. É importante essa contextualização porque Pinheiro é considerado um elo entre a geração ICC e a anterior, do século anterior. Também influenciou a escrita dos demais componentes da "santíssima trindade".

Como dito por Dias (2014, p. 26), a cultura popular era compreendida, naquele contexto, como "[...] manifestações do folclore regional, e em especial as expressões artísticas, constituiu-se em um elemento discursivo bastante referenciado como suporte da identidade caririense".

[112] A prática de destaque sobre as condições climáticas, de solo e de paisagem, trazidas pelos viajantes que vieram ao Crato, foram amplamente difundidas pelo O Araripe, acrescidos de um discurso que conferia ao Cariri *status* de terra prometida. É o que Dias (2019) chama de "edenização do território". Por ser herdeiro direto dessa geração, Pinheiro também tem, na formação natural da região um importante elemento discursivo-imagético de uma pretensa identidade regional.

Quanto a Figueiredo Filho, talvez por ter tido contato com muitas pessoas simples e ter desenvolvido um sentimento de valorização de manifestações culturais do povo caririzeiro, não só colocou o folclore na pauta do ICC (elegendo-o como um dos elementos formadores da identidade regional), como deu "[...] um tratamento à cultura popular como objeto da história, buscando comprovar que as manifestações artístico-culturais praticadas pelo povo têm raízes que remontam as relações interétnicas ocorridas já no momento da colonização da região" (Dias, 2019, p. 470).

As contribuições desses autores foram relevantes para a construção dos símbolos identitários regionais que guiaram o regionalismo do ICC: o território natural (privilegiado e paradisíaco), o legado ancestral (incluindo, ainda que parcialmente, as culturas dos nativos, dos negros e mestiços), as manifestações folclóricas e o patrimônio histórico (calcado em eventos "heroicos").

É digno de nota que o espaço que ainda hoje (como será visto no capítulo seguinte) é considerado "celeiro de intelectuais que se projetaram por todo o Brasil", o Seminário São José, em Crato, recebeu os três autores citados para estudarem. O padre Antonio Gomes de Araújo, considerado o provedor documental dos anteriores, chegou a lecionar lá – tornando-se, depois, professor fundador do curso de História da FFC.

A produção desses escritores, como visto, influenciou a atuação do ICC na segunda metade do século XX. A atuação desse instituto, por meio das comemorações do Centenário e da veiculação de revistas (Itaytera – órgão oficial do ICC – e A Província) e jornais (como Folha do Cariri e A Ação), intensificou a construção de uma história que glorificava o passado do Crato, colocando-o numa (suposta) natural posição de vanguarda (Viana, 2011).

Contudo, cabe frisar que num período muito próximo, durante o Regime Militar, a escrita nos moldes do IHGB foi mais intensamente utilizada, quando houve uma "[...] diluição da História na nova disciplina que a conjugava com Geografia, os Estudos Sociais, formar o cidadão passivo, não questionador, submetido a ordem, leis, Estado e integrado a uma sociedade sem conflitos" (Caitano, 2018, p. 13).

No século XXI, como será visto no capítulo seguinte, essa mesma estratégia de supervalorização de elementos disciplinares e reforçadores de "civilidade" será proposta no âmbito da Câmara de Vereadores do Crato. Mas por agora cabe destacar mais um contraponto às construções rumo ao "progresso" que vinham se pautando ainda na primeira metade do século XX: o "lado B" do Crato.

3.3 Crato "lado B": narrativas das resistências

Até aqui foram apresentados, majoritariamente, os discursos ditos hegemônicos, predominantes de livros a sensos comuns. A partir desse tópico serão ressaltados os fatos que, nas histórias ditas oficiais, têm sido menos valorizados, e muitas vezes, invisibilizados nas narrativas locais.

Como visto no "lado A", a natureza foi apropriada por grupos dominantes para que, a partir de construções discursivo-imagéticas, a Chapada do Araripe e sua bacia sedimentar fossem convertidas em ícones de um projeto identitário. Colocada nessa posição, a natureza era lida como reforçadora de epítetos como "Oásis do sertão", que tinham função estratégica de destacar a região e o Crato dentro do cenário estadual.

Por outro lado, a esses mesmos elementos naturais foram atribuídos valores simbólicos por parte de outros grupos ancestrais, confirmados a partir de pinturas rupestres encontradas na região. Eles revelam crenças que até reverberam em alguns grupos sociais, apresentando a água como elemento de grande valor mítico.

Nos registros encontrados no sítio arqueológico de Santa Fé, santuário pré-colonial considerado um dos mais importantes já pesquisados na localidade, um ícone marcante se repete na parede da pedra, e tendo sido associado à ave tuiuiú, espécie que vive em locais úmidos – e, por isso, associada à água. Além disso, a presença de uma linha sinuosa nas representações rupestres pode estar ligada ao mito indígena da "Mãe d'Água", que para pessoas da comunidade local, vivia na "Lagoa encantada em cima da chapada do Araripe".

Ainda que haja diversas possibilidades de significado, a proximidade dos grafismos com cursos e fontes de água é digna de nota, reforçando a interpretação de que os registros façam alusão à rica presença de água na localidade e sua importância para os grupos humanos.

Figura 42: painel do sítio arqueológico de Santa Fé, distrito do Crato.



Fonte: Antonio Rodrigues (s/d)[113].

As narrativas gráficas deixadas pelos grupos humanos na região mostram a intenção de satisfação de necessidades de comunicação que incluem o plano do simbólico; ação que, por sua vez, se associa à elaboração de mitos, um exercício de imaginação e tentativa de aplicar fenômenos que fogem à capacidade de apreensão. Por isso o mito é tudo como a base cultural de uma sociedade, tendo no rito o veículo de restauração da essência dos mitos, por meio da rememoração e da perpetuação deles, aproximando o homem de entes sagrados, heroicos e ancestrais.

> Não é à toa a proliferação de mitos, lendas e histórias fabulosas que têm a água como elemento central e que povoam o inconsciente coletivo regional. No sistema de crenças dos povos kariri, que em dado momento migraram para as áreas próximas da chapada do Araripe, a água é um dos principais elementos cosmogônicos, o que ensejou a elaboração de narrativas míticas que ainda hoje exercem forte influência no imaginário da população (Dias, 2019, p. 70).

Essas construções míticas ancestrais são relevantes para mostrar como a riqueza em torno da Chapada do Araripe vem gerando representações e identidade para os habitantes locais em longa data, sendo diferentemente apropriada ao longo dos tempos para responder a interesses diversos de grupos igualmente distintos – grupos esses que irão se valer dos mitos e ritos incorporados no (in)consciente coletivo para reforçar os projetos identitários por eles

[113] Disponível em: https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/patrimonio-arqueologico-fara-parte-do-geopark-araripe-1.1909688

construídos para atender a demandas próprias. Como se verá mais adiante, essas significações ancestrais foram retomadas no movimento de contracultura, que incidiu também sobre o Crato.

Alguns movimentos de resistência apresentam repercussão até os dias atuais. Um exemplo é a chamada Guerra dos Bárbaros – denominação pejorativa atribuída aos indígenas –, que ocorreu entre os séculos XVII e XVIII, em diversos estados do Nordeste Brasileiro. Na sua fase cearense, o conflito recebeu a designação de Confederação dos Cariris, numa alusão à participação da nação indígena existente no Sul da então capitania (Dias, 2019).

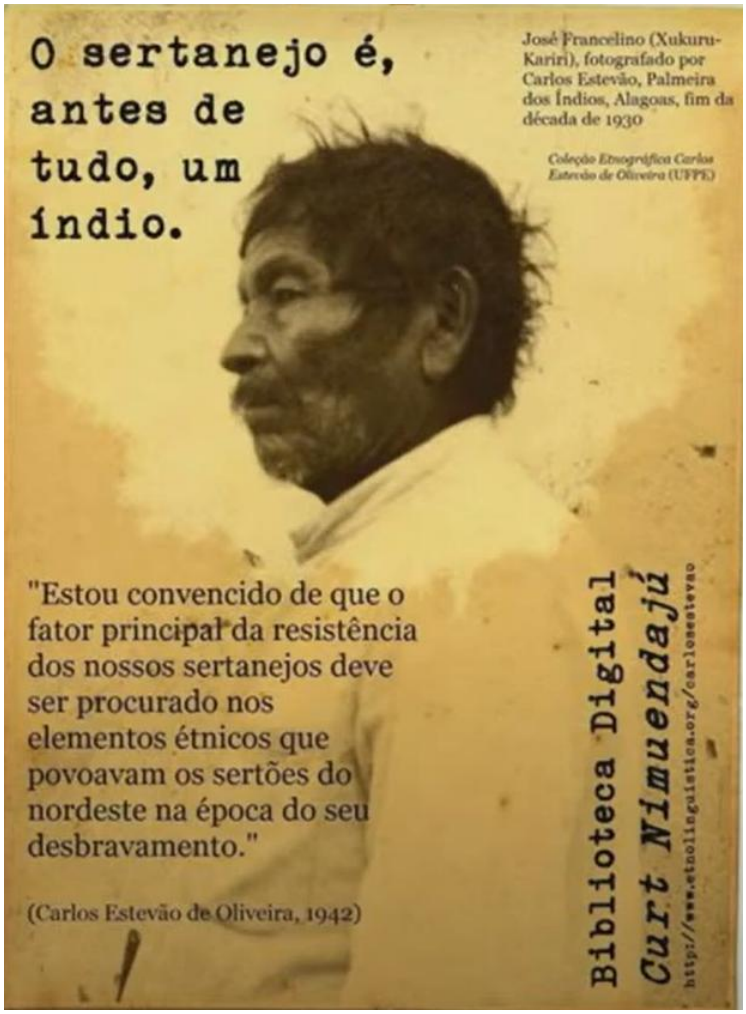
Esse fato foi recentemente retomado por Granjeiro (2024), em sua palestra para o I Encontro de Arquitetura e Urbanismo Negro e Indígena do Ceará, como movimento de reação às sistemáticas e históricas tentativas de apagamento dessas etnias, desde as nacionais[114] até as do Ceará[115].

Buscando pensar o patrimônio do Ceará a partir de uma perspectiva étnico racial, Granjeiro (2024), que é arquiteto, ressaltou que a forma de viver e de cuidar da terra desses povos em muito influenciou as ocupações do território cearense. E ainda que tenham sido criadas novas categorias raciais que reduziram a diversidade indígena, cristalizando uma imagem de "índio puro" (em termos de rosto, traços, formas de viver e se comunicar – um arquétipo vendido até os dias atuais), eles resistem até os dias atuais. A ilustração a seguir reforça seu argumento.

[114] O pesquisador menciona práticas de seleção de bens da cultura material, pelo Iphan, que homenageiam figuras responsáveis pelos homicídios e etnocídios dos indígenas. Sugere refletirmos sobre a exorbitante quantidade de monumentos públicos criados para serem ícones coletivos, mas presentificam (por meio de homenagens, monumentos, nomeações de edifícios e logradouros e produções artísticas – ai incluindo as audiovisuais) aqueles tidos, pela história "oficial", como heróis – ainda que sejam figuras responsáveis pelos homicídios e etnocídios dos indígenas.

[115] Dentre essas últimas, destacam: um documento de 1863, que deu por extinta a população indígena cearense (Antunes, 2012), os silêncios sobre os campos de concentração que existiram no estado, e as proteções patrimoniais realizadas em Aracati e Icó – que almejaram preservar exemplares de arquitetura sob o pretexto de explorar a herança europeia adaptada ao contexto do Ceará, mas desconsideraram, nas narrativas, o fato de que toda essa materialidade também está vinculada aos processos de violência com os povos indígenas.

Figura 43: imagem de um sertanejo indígena, extraída da apresentação do arquiteto Glaudemias Granjeiro.



Fonte: Granjeiro (2024).

Outra resistência digna de nota se refere aos tensionamentos provocados pelos eventos relacionados a Juazeiro do Norte. Como visto no tópico anterior, as fissuras geradas sobre as construções identitárias traçadas pelas elites locais colocaram em perigo tanto a hegemonia política do Crato quanto o poder da Igreja Católica sobre a região (considerando as construções discursivas que diminuíram as crenças ditas, pejorativa e depreciativamente, como "populares"). Como resultado, não apenas a Igreja reviu seu posicionamento político frente à religiosidade popular, como os próprios cratenses passaram a tentar se integrar aos vultuosos circuitos do turismo religioso juazeirense, que impulsionou exponencialmente o desenvolvimento deste município.

Outra mudança de ótica de valorização é relativa aos espaços relacionados às consequências das grandes estiagens: o Caldeirão de Santa Cruz do Deserto e o antigo Campo

de Concentração do Buriti, que existiu no Crato. Mas antes de retomar a atualidade, vale destacar alguns pontos explicativos sobre esses espaços.

Como apontado anteriormente, o Cariri (e o Crato, considerando sua localização na região) tem sido um destino recorrente de correntes migratórias em tempos de seca. Mas como colocou Margareth Rago no prefácio do livro "A invenção do nordeste e outras artes", de Albuquerque Júnior (2011), as elites nordestinas não solicitavam, a princípio, verbas do Governo Federal para resolver problemas como a falta de chuvas ou a inanição de animais e pessoas frente às estiagens. Esse tema só ingressou a agenda nacional de investimentos quando as levas migratórias causaram incômodos a dita elite, e por isso, a população migrante passou a ser colocada em lugares subalternizados e desumanizados na sociedade dita "moderna".

Como dito, a virada do século XIX para o XX trouxe ideias modernizadoras e de civilidade, rebatidas nos espaços urbanos por meio de reestruturações e imposição de feições e práticas culturais europeias – a exemplo do período da Belle Époque parisiense de Haussmann, que inspirou projetos arquitetônicos e urbanos em cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, Recife, Porto Alegre, Belo Horizonte e Fortaleza. Contudo, o entendimento desse período, por parte das elites, era que modernizar a cidade incluía "civilizar" a sociedade, de modo a terem sido traçadas e efetivadas políticas para "higienizar" a cidade, disciplinando (parte de) sua população e criando regras de condutas para moralizar os cidadãos. Como consequência assistiu-se, de um lado, ao embelezamento e alargamento dos espaços públicos aos moldes "do progresso"; e de outro, à fragmentando a cidade e de sua população, por meio da definição de quais espaços podem receber quais práticas (Albuquerque Filho, 2015[116]).

Como, nesse cenário, camponeses migrantes das secas não eram bem-vistos (porque não condiziam com a imagem esperada pelo novo padrão de "civilidade"). Por causa disso, passaram a ser rotulados de retirantes ou flagelados, principalmente por serem lidos como inferiores e invasores. E considerando que o Nordeste foi alvo de práticas discursivas (por parte de sudestinos) que o desassociaram de conceitos como cultura e civilidade (Albuquerque Júnior, 2011), a violência com as pessoas que representavam "atraso" (nessa ótica vigente) pode ter sido ainda mais gritante. E essas estigmatizações fizeram parte de um projeto político ampliado:

[116] Ver informações relevantes de Ronald de Figueiredo e Albuquerque Filho no Apêndice A.

> O discurso da seca, traçando 'quadros de horrores', vai ser um dos responsáveis pela progressiva unificação dos interesses regionais e um detonador de práticas políticas e econômicas que envolve todos "os Estados sujeitos a este fenômeno climático'. A descrição das 'misérias e horrores do flagelo' tenta compor a imagem de uma região 'abandonada, marginalizada pelos poderes públicos'. Este discurso faz da seca a principal arma para colocar em âmbito nacional o que chama de interesses dos Estados do Norte, compondo a imagem de uma área 'miserável, sofrida e pedinte' (Albuquerque Júnior, 2011, p. 72).

Como a demanda por modernização das cidades contava com recursos e discursos advindos do capital estrangeiro, de certa camada da sociedade em ascensão (uma elite vinculada às ideias liberais), e, também,do governo federal ("justificadas" com base em calamidades públicas), uma das estratégias criadas para conter as levas de migrantes no Ceará foi a formação de campos de concentração[117], durante as secas de 1915 e, posteriormente, de 1932. Melo (2022[118]) escreveu um capítulo em livro organizado por Valdecy Alves que trata desse tema, no qual a autora relacionou seca, modernização e controle social nesse contexto histórico. Destacou o pensamento da época (Revolução de 1930, na era varguista), a partir do qual, na nova "nação", cada homem brasileiro seu lugar, e o dos sertanejos era no sertão, já que eram tidos como "o outro", que necessitava ser civilizado, controlado e vigiado.

É denunciante observar o cenário cratense nesse período: já nos anos 1920, período entre as citadas secas, veículos como os de Siqueira Campos[119] rodaram pelas ruas alargadas e calçadas do Crato, nas quais já estavam sendo inseridas casas construídas com dois pavimentos, e os ditos "bons cidadãos" frequentavam locais de lazer como o Cassino Sul Americano (Albuquerque Filho, 2015); enquanto isso, após a inauguração da estação ferroviária no Crato, em 1926, foi viabilizada a instalação de um campo de concentração na cidade, na localidade então conhecida como Buriti (hoje correspondente ao bairro do Muriti), próxima da linha do trem (às margens dela), mas suficientemente afastada da sede do município, de modo a não contaminar a imagem de progresso que se queria ter no Crato – ver imagens a seguir.

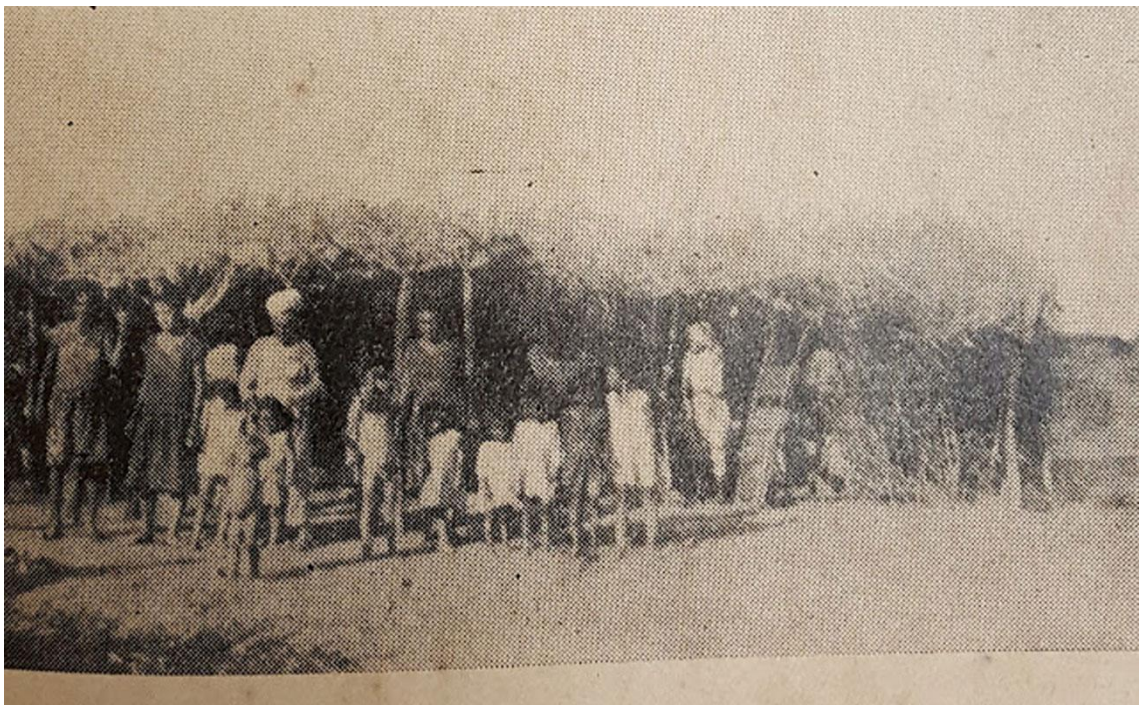
[117] Albuquerque Filho (2015) destaca que embora haja uma associação comum do termo com os campos nazistas da Segunda Guerra Mundial, ocorrida anos depois, entende não caber uma analogia direta entre ambas as situações, ainda que haja características comuns a ambos: de exclusão daqueles tidos como os "outros".
[118] Ver informações relevantes de Leda Agnes Simões de Melo no Apêndice A.
[119] Siqueira Campos foi o proprietário do primeiro automóvel da cidade, sendo a ele associada uma imagem de homem bem-sucedido no campo financeiro (Santos H., 2021).

Figura 44: veículo de Siqueira Campos em meio a prédios e vias modernizados.



Fonte: Albuquerque Filho (2015, p. 56 – com adaptação).

Figura 45: Campo de Concentração do Buriti, Crato, em 1932.



Fonte: foto do médico José Bonifácio, disponibilizada pelo Arquivo Nacional (EBC, s/d[120]).

Para compreender alguns dos impactos da seca no cenário cratense, é importante lembrar movimentos ocorridos em princípios do século XX, que herdam de práticas anteriores – algumas delas já mencionadas no presente trabalho –, como é o caso da construção da

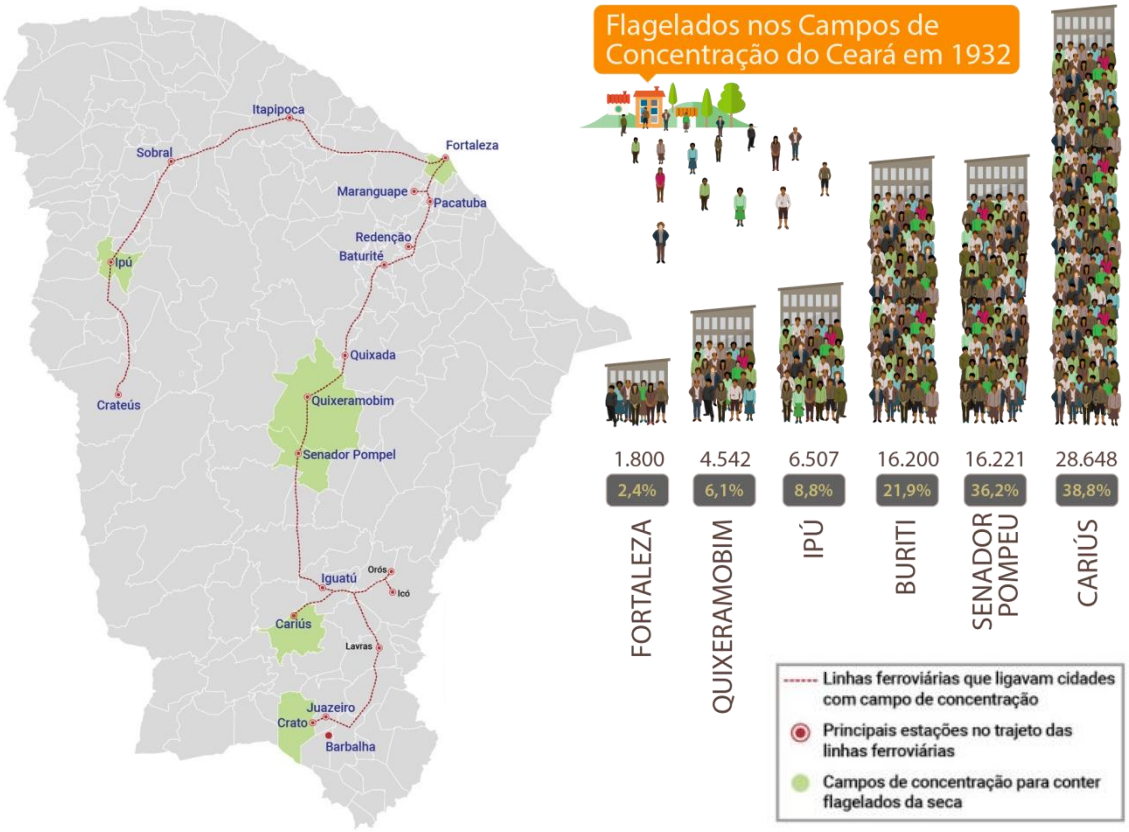
[120] Disponível em: https://www.ebc.com.br/especiais-agua/campos-de-concentracao/.

Estrada de Ferro de Baturité. Como visto, essa obra teve as secas como uma de suas motivações, já que as estiagens cearenses ocorridas entre os anos de 1877 e 1879 transformaram-se em tema de interesse nacional devido aos transtornos que geraram para Fortaleza (Reis, 2015). Assim, em 1909, junto ao Ministério de Viação e Obras Públicas, foi criada a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS) – depois denominada IFOCS[121] –, que tinha como estratégias para amenizar os efeitos das estiagens as construções de açudes, poços, canais de irrigação, etc.; mas na prática, constituíam um "negócio" em conjunto com as elites locais dos espaços atrelados a essas políticas, para manutenção de seus privilégios (Melo, 2022; Reis, 2015).

Mas a chegada do trem à cidade do Crato envolveu não apenas questões econômicas da região, mas incluía a ocupação dos migrantes da seca na execução de grandes obras[122] (Cortez, 2008). E quando ocorreu a seca de maiores proporções, em 1932, foi implantado o Campo de Concentração do Buriti na cidade, com o objetivo de encaminhar e confinar não apenas os camponeses migrantes que vinham do Ceará, mas também da Paraíba e de Pernambuco. Embora os dados oficiais apontem para um universo de cerca de 16 mil deles, concentrados no campo do Crato, alguns pesquisadores (como Albuquerque Filho, 2015) indicam que esse número chega à ordem de setenta mil pessoas.

[121] Inspetoria Federal de Obras contra a Seca, denominação vigente a partir de 1919 (Melo, 2022).
[122] Já na seca de 1915 houve prática de empregar migrantes da seca em obras. Segundo Farias Filho (2007, p. 155), "Siqueira Campos iniciou a pavimentação (calçamento) das ruas do Crato com seu próprio dinheiro", utilizando-se dos migrantes da seca para isso, com o discurso de possibilitar matar a fome e vestir aqueles que esmolavam no Crato.

Figura 46: mapa e infográfico com a localização e o quantitativo de "flagelados" (migrantes) nos campos de concentração do Ceará.



Fontes: montagem elaborada pela autora (2024) com base em fotos (G1, 2023[123]; EBC, s/d[124]).

Tal como ocorreu em outras cidades brasileiras, o discurso oficial calcado em ideais de modernidade buscou camuflar aspectos de miséria por não serem condizentes com as imagens de "progresso" perseguidas no período: os migrantes da seca estavam para o centro do Crato como os favelados estavam para as praias valorizadas em cidades litorâneas. Ao não perceberem os camponeses como seus iguais, as diversas sociedades buscaram invisibilizá-los, contribuindo para a aceitação dos discursos "justificativos" de exclusões, criados pelas classes dominantes (Albuquerque Filho, 2015).

> No discurso oficial utilizado para justificar a implantação dos campos de concentração, tem-se a argumentação que os campos facilitariam a atenção e a assistência aos retirantes, tornando-as mais eficazes, além, da questão de higiene e de saúde pública, justificando que os campos impediriam o contágio de tais doenças – faltou dizer quais as pessoas escapavam a esses contágios. Por outro lado, esse discurso oficial, o qual busca a aceitação da sociedade **pautado sob um saber sistemático e científico**, camufla um

[123] Disponível em: https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2023/10/08/campos-de-concentracao-no-ceara-confinaram-flagelados-da-seca-com-base-em-teorias-racistas.ghtml.
[124] Disponível em: https://www.ebc.com.br/especiais-agua/campos-de-concentracao/.

> caráter opressor, como nos aponta Michael Pollak ao tratar da memória numa perspectiva construtivista, a qual, segundo o autor, 'acentua o caráter destruidor, uniformizador e opressor' da memória oficial[125]. Ao lado disso, verificamos nas vozes até então silenciadas, não consideradas nos discursos, nem nos documentos oficiais, outros tipos de manifestações no que diz respeito aos campos, sobretudo, ao do Buriti (Albuquerque Filho, 2015, p. 106, grifo nosso).

A respeito dessa busca por invisibilização, convém destacar dois pontos: o primeiro deles se relaciona com o próprio campo do Buriti. Como denunciou Lobo (2022[126]), entre os anos 1950 e 1960 foi construída uma nova estrada (rodovia estadual) para ligar os municípios de Crato e Juazeiro do Norte. Apesar de avisos dados pelos moradores do hoje bairro Muriti (mudança de nome, inclusive, feita pela Câmara Municipal da cidade, sem consulta pública), alguns desses descendentes dos migrantes da seca, a via passa pelas valas onde jazem corpos das vítimas da seca de 1932.

Na atualidade, sobretudo a partir das contribuições de acadêmicos e grupos sociais que levantaram a bandeira da resistência, ocorrem pesquisas, seminários, publicações e mesmo documentários[127] que tratam da temática dos campos de concentração, reivindicando a devida problematização/visibilização sobre o tema. E a Igreja Católica, que em 1932 celebrou a "primeira missa na concentração do Buriti", em 2014, realizou "a primeira missa campal em memória às vítimas do ano de 1932" (Albuquerque Filho, 2015, p. 105/22) – ver figura a seguir.

[125] Em nota de rodapé, Albuquerque Filho (2015) cita a obra: M. Pollak. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.
[126] Ver informações relevantes de James Brito Bezerra Lôbo no Apêndice A.
[127] A tese de Albuquerque Filho (2015) é específica sobre o tema, assim como o livro em que publicaram Lobo (2022) e Melo (2022). Há matéria sobre os campos de concentração em revistas, como a da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – Fapesp (Cf. https://revistapesquisa.fapesp.br/memorias-da-seca/). Também foi elaborado um premiado longa-metragem, denominado "Currais". Um exemplo de evento da sociedade civil foi o "V SEMINÁRIO SERTÃO - SECA MEMÓRIA E CIDADANIA - Campos de Concentração Nunca Mais", realizado em maio de 2018, em Senador Pompeu-CE (Cf. https://valdecyalves.blogspot.com/2018/05/realizado-o-v-seminario-sertao-seca.html).

Figura 47: registro da primeira missa campal em memória às vítimas do ano de 1932.



Fonte: Albuquerque Filho (2015, p. 22).

O segundo ponto de invisibilização (por parte da classe dominante cratense) foi a experiência do Caldeirão. Diante do contexto da "indústria da seca", Dias (2019) destacou experiências coletivistas[128] de resistência, lideradas pelo beato José Lourenço: Sítio Baixa Dantas, na década de 1920, e Caldeirão da Santa Cruz do Deserto[129], nos anos 1930. Geralmente descritas como práticas atreladas à religiosidade popular, essas experiências "[...] tiveram uma incontestável sustentação política por serem alternativas concretas dos camponeses a uma injusta ordem de exploração consolidada nos estamentos jurídicos da época" (Dias, 2019, p. 481).

[128] "É importante ressaltar que para morar em Baixa Dantas ou em Caldeirão, era preciso aceitar as regras. Ninguém podia se apropriar da mão de obra do outro nem dos bens de forma individual. Cada família tinha sua casa, sendo ela construída com ajuda dos demais, em regime de mutirão e cada um tinha que dar sua força de trabalho conforme suas capacidades – crianças, mulheres, homens, idosos, cada um trabalhava conforme suas possibilidades, ou seja, buscando respeitar as diferenças, porque cada indivíduo tem o seu limite – sendo os frutos do trabalho considerados um bem coletivo. Como eles costumavam dizer, 'tudo é de todos e nada é de ninguém'" (Silva, 2018, p. 61).

[129] Segundo Silva (2018), a denominação "caldeirão" se refere às formas geológicas decorrentes de escavações realizadas pela forma das águas nas rochas, o que gera espécies de reservatórios naturais que acumulavam águas em tempos de estiagem.

Silva (2018), que analisa a trajetória do Caldeirão, aponta que o beato José Lourenço, homem negro de origem pobre que esteve à frente dessas experiências por solicitação do Padre Cícero, passou por diversos tipos de perseguição e tentativas de desqualificação, tanto por estar atrelado à figura do citado padre (sobre o qual pairava uma imagem de fanatismo – assim como sobre seus seguidores e aliados – construída por parte dos intelectuais e religiosos ditos romanizados cratenses), quanto porque a experiência do Caldeirão foi considerada de tendências comunistas. Assim, ainda nos anos 1920, começou uma campanha pela descredibilização das ações encabeçadas pelo beato, e quando esse foi expulso do Sítio Baixa Dantas, o Padre Cícero doou as terras do Caldeirão para que fosse iniciada uma nova etapa de trabalho, gerando sustento para diversos migrados, inclusive nos tempos da seca de 1932[130].

Mas diante do perigo que a comunidade começou a representar para alguns poderes locais, inclusive pelo formato coletivista que adotou, passou a haver forte repressão sobre os moradores do Caldeirão. Governo do Estado, polícia e bispado do Crato se reuniram para ordenar a destruição da comunidade em 1936, havendo relatos, inclusive, de uso de aviões e bombas nessa ação[131].

Mas a destruição do Caldeirão não se deu apenas na ordem física: na ordem do discurso que guia as práticas sociais, houve um verdadeiro silenciamento dessa história em algumas parcelas da população, sobretudo nos discursos ditos oficiais.

> O 'fantasma' das perseguições rondava a memória dos remanescentes e simpatizantes. Ter morado no Caldeirão se tornara um fator desqualificativo do indivíduo, diante do olhar das autoridades e daqueles que aderiram ao discurso oficial, e mesmo um risco de morte (Silva, 2018, p. 64).

Em analogia às colocações de Albuquerque Filho (2015) sobre a cidade moderna, assim como essas experiências da seca excluíram aqueles que não se adequavam aos padrões sociais dominantes, a ocupação da malha urbana cidade do Crato, em tempos ditos "modernos", também traduziu um projeto urbano excludente que "aproximou os ditos civilizados" e excluiu aqueles que não se adequaram aos esquemas de progresso propostos. Como dito, o próprio campo de concentração do Buriti localizava-se na periferia, mas também outras camadas da população passaram, nas décadas seguintes (até os anos 1960), a ocupar os espaços menos favorecidos da cidade: como se manteve, no Crato, o ritmo de migrações, as populações que não tinham (ou possuíam baixo) poder aquisitivo ocupavam morros e

[130] Durante a seca de 1932, houve doação de mantimentos do Caldeirão para os campos de concentração (Lobo, 2022), assim como houve ingresso de integrantes na comunidade – muitos deles lá permaneceram mesmo após o fim da estiagem, elevando a quantidade de moradores (Silva, 2018).
[131] Embora haja relatos de um bombardeio aéreo, Silva (2018) cita estudos que entendem ter sido mais provável o uso de aviões para reconhecimento do território, que teriam soltado granadas de mão.

encostas do perímetro urbano, aumentando o que denominamos, em muitas cidades brasileiras, favelas.

Como o desenvolvimento urbano não acompanhou o crescimento populacional, vários bairros apresentaram-se problemáticos, com crescimento desordenado e carentes de infraestrutura: Seminário, Batateira, Vila Alta, Alto da Penha e Barro Vermelho. Nesses locais as casas eram geralmente construídas pelos próprios moradores de maneira irregular e contrastante com outras edificações, quer de famílias tradicionais ou de novos ricos (Farias Filho, 2007) – como pode se ver no mapa a seguir.

Figura 48: mapa da área urbana do Crato na década de 1960, com destaque para o núcleo antigo.



Fonte: Douracy Soares (1968)[132].

O mapa anterior aponta algumas noções importantes a esse respeito: há uma busca por demonstração dos limites do núcleo antigo da cidade que foram ultrapassados a partir dos movimentos de expansão da cidade; são representadas, de maneiras diferenciadas, as habitações da cidade (que seguem um padrão mais centralizado quanto à localização do comércio, de famílias tradicionais e também de novos ricos – a classe média); ratificando as

[132] Disponibilizado por Sousa (2015, p. 62).



informações dadas por Farias Filho (2007), os eixos de crescimento, periféricos, são representados como locais de ocupação por parte da população marginalizada; também tem destaque a zona localizada à direita do mapa, denominada "deteriorada", onde ocorria a diversão noturna – essa classificação lembra o que Hyago Santos (2021) traz sobre "pânico moral", relativamente à moralidade construída pela igreja, um tema que será mais abordado no capítulo 4.

O destaque que damos, aqui, a esses diferentes usos e tipologias construtivas e urbanas da cidade é uma forma de destacar as "notas dissonantes" relativas às construções identitárias feitas em torno do Crato. Se a chegada do ICC (em comemoração ao centenário de elevação do Crato à categoria de cidade) em meados do século XX buscou exaltar aspectos históricos, culturais, construtivos e de memória relacionados aos tidos como "heróis" cratenses do século anterior (geralmente associados à Igreja romanizada, às elites econômicas locais e às figuras do Exército), as invisibilizações aqui apresentadas mostram outros lados do Crato que essa história não exalta – já que se intencionava criar uma padronização, uma homogeneização que fortalecesse a visão do Crato junto à região e ao estado do Ceará.

E ainda no bojo de novos discursos (ou discursos de resistência) identitários, convém destacar o impacto do movimento de Contracultura na cidade, trazendo à tona movimentos culturais de jovens entre as décadas de 1970 e 1980 – tendo destaque o movimento Nação Cariri, que buscou reinventar a região do Cariri fundamentando-se histórica e ideologicamente nos processos de miscigenação ética e de hibridismo cultural ocorridos na região. Inclusive, a hipótese do trabalho de Dias (2019) é a existência de uma formação histórica regional representada sob a denominação de "Cultura Cabocla-Cariri", decorrente da crescente participação de classes subalternizadas inseridas nos discursos e no projeto alternativo de poder oriundas dos Acontecimentos de Juazeiro.

Buscando apresentar as condições de possibilidade que instauraram as relações de poder características do Cariri cearense, de modo a contextualizar as novidades adivinhadas pela década de 70, Marques (2005a) citou as disputas entre cratenses e juazeirenses, porque os primeiros sentiam-se ameaçados pelos segundos (rivalidade que ensejou o *status* de "capital da cultura" para o Crato). Essa rivalidade contribuiu para que o Crato fugisse à regra na prática nacional dos anos 1930 de valorização das culturas populares. Diante da dualidade "cultura erudita" x "cultura do povo", o Crato optou por valorizar, predominantemente, a cultura das elites, buscando diferenciar-se do "popular" mais associado a Juazeiro. Ainda que Figueiredo Filho tenha tido influência suficiente para incluir a temática do "folclore" local nos



projetos do ICC, "[...] o Crato, para civilizar-se, precisou negar ideológica e politicamente a cultura do povo, interpretada como rude, primitiva, eivada de práticas religiosas distintas dos cânones do catolicismo oficial da Igreja Romana (Brito, 2007[133], p. 47).

Somou-se, a esse cenário, a formação de filhos das famílias da elite local em outras cidades mais desenvolvidas (como Olinda e Recife – em Pernambuco – e, posteriormente, Fortaleza-CE): fato que gerou uma nova categoria social de jovens profissionais liberais urbanos que questionavam a relação natural que se estabelecia com a memória local, buscando burlar os limites de quem poderia ditá-la – já que tudo no Crato "tinha dono" e as potencialidades dos indivíduos eram antecipadas por seus sobrenomes familiares.

Foi nesse contexto que, pela cidade, passaram movimentos como o dos *hippies*, com muitos representantes acampados na Praça da Sé. Se antes os "filhos do Crato" que foram estudar fora (no século anterior) voltavam para a cidade com formações ditas tradicionais (como medicina, odontologia, magistrado e advocacia), a geração dos anos 1970 (grupos então com 16 a 28 anos) trazia uma bagagem de problematizações às tradições locais, incluindo posturas diante do uso do corpo e da sexualidade. A praça da Sé era palco de demonstrações desses novos comportamentos, em afronta aos valores conservadores. Esses grupos de novos atores sociais eram

> [...] comprometidos com as mais diversas formas de expressão artística: Teatro, Cinema, Literatura, Artes Plásticas, Música etc. Durante décadas, suas produções marcaram, de forma contundente, a região, não só pela quantidade de *shows*, escritos, jornais e filmes produzidos, como pela estética que pretendia romper com as formas tradicionais da produção artística local (Marques, 2005a, p. 209).

Marques (2005a) buscou elucidar tanto o jogo de forças que possibilitou a atuação desse grupo na Região do Cariri quanto às transformações do processo de composição da memória local a partir dessa nova conjuntura: não pela dissolução dos signos do Cariri, mas pela (re)significação deles; instaurando novas formas de distribuição dos bens culturais.

No cenário brasileiro, as décadas de 1960-70 marcaram um novo panorama industrial que gerou o abandono de muitas características regionais, é dizer, de padrões locais, já que fronteiras bem delimitadas não condiziam com a ideia mais hegemônica de nação integrada, uma ideia de modernização do período:

> É em torno da idéia de modernização que o novo projeto de "nação integrada" encontra sua melhor definição. Agora, alia-se ao desenvolvimento urbano-industrial ocorrido na década de 50 e ao nascimento de uma "classe média" no país, a formação de um mercado consumidor de caráter nacional,

[133] Ver informações relevantes de Lúcia Helena de Brito no Apêndice A.

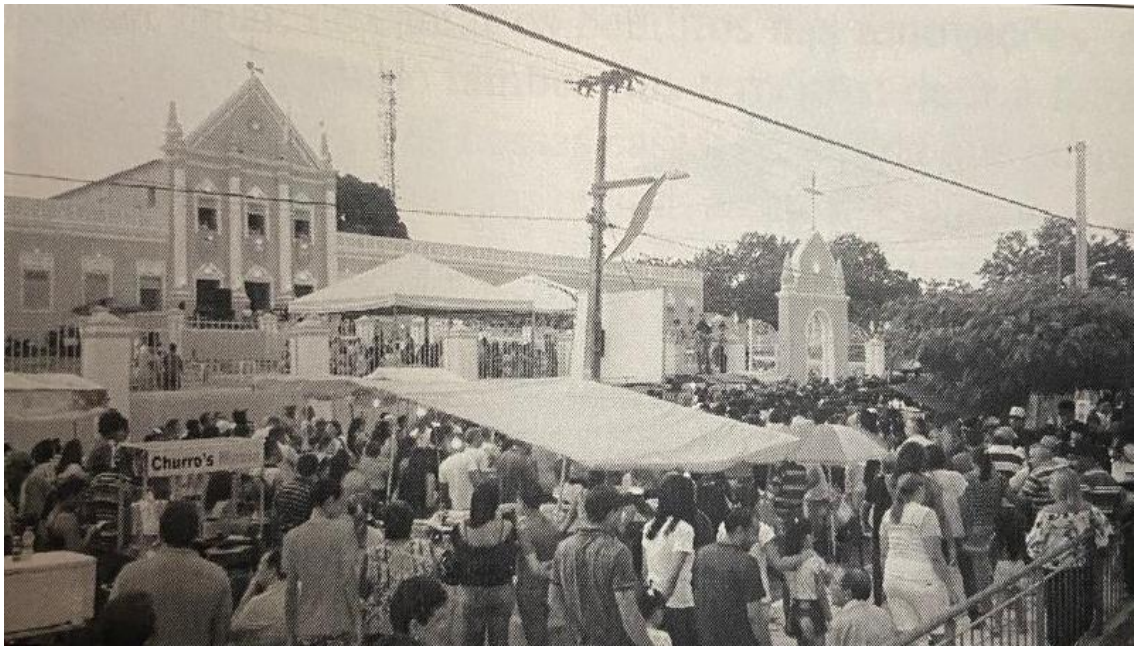
> cujos signos de identificação e pertinência à moderna nação brasileira atravessam fronteiras.
>
> [...]
>
> A partir de então cabia à "Cidade da Cultura" não somente monopolizar o discurso que integra a memória coletiva no Cariri, mas difundir os bens culturais característicos de uma nação moderna, traduzidos pelos artistas locais. Ao mesmo tempo, cabia a esses artistas difundir sua produção para o restante do país (Marques, 2005a, p. 211).
>
> Se pensarmos os ideais da geração de 70 sob esse ponto de vista, acreditamos poder romper com a polarização que coloca esses jovens artistas tão somente como vozes subjugadas pela memória hegemônica local país (Marques, 2005a, p. 212).

Fica, então, posta a relação de disputa local: os jovens filhos de camadas médias locais rompem com as antigas gerações de intelectuais que eram membros das famílias "ilustres" da região, e por isso, "[...] representantes das oligarquias locais em instituições tradicionais de produção cultural, como a Sociedade de Cultura Artística do Crato, SCAC e o Instituto Cultural do Cariri, o I.C.C." (Marques, 2005a, p. 212).

Muitas foram as produções recentes que analisaram, criticamente, as práticas da elite cultural cratense, sobretudo ao longo do século XX. Mas como foi visto do subtópico anterior, novas narrativas vêm surgindo, potencializadas, sobretudo, pelas produções universitárias.

Diante da ampliação de conceitos renovados, como é o caso da decolonialidade, algumas invisibilizações estão sendo enfrentadas. É o caso, por exemplo, do já citado livro de Meryelle Silva (2023), "Patrimônio arquitetônico afrocratense: implicações educativas". Ao apresentar o que chama de "espacialidades negras", registrou contribuições de pessoas de matriz africana (consideradas vozes silenciadas) que foram materializadas na memória edificada do município. A autora se vale do arrolamento de edificações conhecidas no quadro social da memória cratense, observando, nelas, "africanidades" presentes. Exemplo disso é o Seminário São José e as imaterialidades que dão sentido à sua materialidade, tanto no tocante às mãos que o edificaram quanto às festividades que a ele se associam, evocando relações sociais preexistentes – como a Festa das Pitombas.

Figura 49: Festa das Pitombas, em 2019, com o Seminário São José aos fundos da imagem.



Fonte: Silva (2023, p. 98).

Na atualidade, ainda é possível observar resquícios das construções discursivas pejorativas e depreciativas que invisibilizaram grupos e práticas sociais, bem como as materialidades que lhes são relacionadas.

Contudo, muitos avanços já ocorreram no tocante ao questionamento dos discursos construídos e reproduzidos por grupos dominantes. E nesse sentido, é importante pontuarmos alguns pontos de inflexão na escrita da história local, porque ajudaram a compreender algumas das condições de possibilidade para o surgimento das construções discursivas que o sustentam.

3.4 Notas sobre a produção mais recente sobre a história do Crato[134]

Com a chegada da Urca, no último quartel do século XX, foram formadas não turmas de graduados, mas abertas pós-graduações. Uma delas é o Mestrado Profissional em Ensino de História, onde defendeu seu mestrado Italo Caitano (2018), a partir do qual discutiu a influência do ufanismo da história cratense no ensino das escolas. A mesma instituição também tem o Mestrado Profissional em Educação, no âmbito do qual Meryelle Silva (2023)

[134] A seleção de referências bibliográficas sobrea produção recente, aqui apresentada, é apenas ilustrativa, tendo sido realizada, inicialmente, a partir da pesquisa exploratória mencionada na introdução, mas depois complementada – na medida em que uma fonte levou a outra, durante a elaboração da presente tese.

elaborou a pesquisa que deu origem ao seu livro sobre o Patrimônio Afrocratense, numa busca por minimização das invisibilizações que a cultura negra vem passando na região.

Outros programas de pós-graduação tiveram produções importantes para melhor compreensão da realidade cratense. Ainda no âmbito da História, possui destaque a Universidade Federal do Ceará (UFC), em cujo programa de mestrado em história foram realizadas as pesquisas de Ana Isabel Cortez (2008) – sobre as memórias relacionadas ao trem, na cidade – e de José Italo Viana (2017; 2011) sobre a atuação do ICC na memória, na escrita da história e nas representações da cidade, bem como na relação entre turismo e patrimônio; e em cujo programa de doutorado (em História Social) foram defendidas as teses de Darlan Reis Júnior (2014), sobre conflitos entre senhores e trabalhadores no Cariri cearense, na segunda metade do século XIX, e de Ana Isabel Cortez Reis (2015), ainda sobre a estrada de ferro de Baturité (que tinha o Crato como ponto final), mas agora aprofundando os discursos construídos em torno de sua construção. Jane Silva (2019), que integra o Departamento de História da Urca, defendeu sua tese pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atualizando os estudos citados, abordou de uma representação paisagística identitária para o Cariri cearense, entre os anos 1950 e 1970, tendo enfoque sobre a atuação do ICC.

Também na UFC, da Pós-graduação em Sociologia surgiu a pesquisa de Lúcia Helena Brito (2007) sobre as práticas de culturas populares no Cariri cearense; e no Programa de Pós-Graduação em Geografia foi defendida a dissertação de Raimunda Aurilia Sousa (2015) sobre o papel da cidade do Crato na rede urbana cearense.

Ainda no âmbito de universidades locais, na Universidade Federal do Cariri (UFCA), foi realizado um estudo voltado para o campo do patrimônio no Crato (Oliveira, 2017), ainda que algo simplório.

Em universidades do Rio de Janeiro também houve produções sobre o município e sobre o Cariri cearense: no âmbito dos programas em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Otonite Cortez (2000) analisou, em seu mestrado, a construção do epíteto "Crato, cidade da cultura" e Leda Agnes Melo (2022) defendeu seu doutorado com centralidade no campo da História Regional, enquanto Roberto Marques (2005a; 2005b) obteve seu doutorado[135] em Antropologia Cultural por meio de estudo cultural do Crato; no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Carlos Rafael Dias (2019) analisou construções discursivas do Cariri cearense.

[135] Informações sobre o currículo e tese do autor no Apêndice A.

Seguindo no campo disciplinar da História, outros programas foram identificados entre as referências pesquisadas na presente tese: Albuquerque Filho (2015) analisou a relação do Crato com a modernidade, a seca e o campo de concentração no Mestrado em História da Universidade Federal de Campina Grande; Johnnys Alencar[136] (2021) estudou o Club Romeiros do Porvir, que atuou na produção e na circulação de representações em torno da intelectualidade cratense e dos sertões no início do século XX (Mestrado em História dos Sertões - Universidade Federal do Rio Grande do Norte); pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFPE, Denise Dantas (2018) investigou a narrativa dos liberais cratenses no Jornal O Araripe (1855-1864) e Hyago Santos (2021) se aprofundou no jornal A Ação, tratando do Pânico Moral e de cartografias de uma identidade ameaçada no Crato.

Completam o rol de autores mais consultados a despeito da atualização de olhares sobre o Crato: Roberto Abreu (2017), que analisou a expansão urbana da cidade do Crato no contexto da Região Metropolitana do Cariri (RM Cariri) no estado do Ceará (Dissertação de mestrado em Geografia, da Universidade Estadual Vale do Acaraú, em Sobral); e os arquitetos Clóvis Jucá Neto, Waldemar Arraes de Farias Filho e Ana Paula Campos Gurgel. Sobre o primeiro, publicou importante tese sobre a urbanização do Ceará Setecentista pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia (2007). Cratense graduado em arquitetura e urbanismo pela Universidade Federal da Paraíba, Waldemar Farias Filho teve seu mestrado em outra área (Administração), mas pelo acesso que teve a arquivos locais e interesse em pesquisa, desenvolveu inicialmente artigos (Farias Filho, 2005; 2006), e depois publicou um livro (Farias Filho, 2007) reunindo seus estudos sobre a formação e a evolução urbana do Crato. Ana Paula Gurgel (2008; 2012a; 2012b; 2016), também cratense, defendeu mestrado sobre a centralidade da Região Metropolitana do Cariri pela UFRN e o doutorado (ambos em arquitetura e urbanismo) pela Universidade de Brasília – esse último tratando das configurações espaciais da Região Metropolitana.

Assim, percebe-se que houve avanços em produções sobre o Crato (e o Cariri) realizadas sob o prisma de diversas disciplinas. Essa pequena amostra apresentada não intencionou esgotar a demonstração dos estudos já feitos, mas exemplificar como diversos materiais aqui utilizados, ao longo da tese, são exemplos de novas abordagens que problematizam e desnaturalizam produções anteriores, observando-lhes as condições de elaboração e, com isso, contribuindo para a verificação de diversos interesses por trás de discursos difundidos ao longo dos séculos.

[136] Ver informações relevantes de Johnnys Jorge Gomes Alencar no Apêndice A.



Cabe destacar que alguns dos autores citados apresentam narrativas em veículos de difusão de ideias no âmbito local, como é o caso da Revista A Província – como já dito, nascida no bojo da proposta identitária do ICC para o Crato. Os historiadores Otonite Cortez e Rafael Dias, o sociólogo e antropólogo cultural Roberto Marques, e o arquiteto e urbanista Waldemar Farias Filho, tiveram textos publicados em edições do período de transição entre séculos (décadas de 1990 e 2000); desses, apenas Roberto Marques não é cratense. Disso podemos perceber que embora haja renovações, elas não têm ocorrido apenas externamente aos locais propagadores dos discursos anteriores, mas dentro deles, permitindo renovações e ressignificações de discursos identitários já forjados. Exemplo disso é que, nas citadas edições da revista que foram consultadas, é possível ver algumas das permanências, no século XXI, de construções identitárias cratenses feitas em períodos anteriores, mas também algumas mudanças nessas construções, decorrentes de novos interesses despertados.

Por exemplo, algumas táticas de valorização e de busca pelo fortalecimento da identidade regional permaneceram, incluindo a retomada de grandes (sobre)nomes, de títulos (epítetos) e de um passado glorioso cratense. Rafael Dias, por exemplo, resgatou contribuições estéticas de Florisval Matos – dos sócios fundadores do ICC que criou a revista A Província (Viana, 2011), cuja linguagem era vista, por Dias (1993, p. 6), como

> [...] pujante, cheia de civismo sem parvoíce, repleta de lições e unamismo, onde o regional é catapultado para a estratosfera do universo, nos mostrando que 'baião-de-dois com piqui' é mais apreciado do que 'caviar', se se vive numa região serrana de inigualável potencial estético.

A família Alencar foi recorrentemente mencionada nos textos: pelo epíteto "a terra de Bárbara de Alencar" (Vasconcellos[137], 1993); pelos "feitos heroicos" da família (Bantim[138], 2005); e pela atribuição da riqueza histórica e cultural cratense a, entre outros fatores, um "sentimento popular alencarino" herdado (Brito, 2006). Outros epítetos também seguiram sendo revividos, tais como: "oásis do sertão" (Mourão[139], 1993)

Contudo, alguns desses títulos cratenses foram retomados não no sentido de valorização do Crato, mas de questionamento sobre suas práticas no período. A esse despeito, Marques (2005b, p. 121) problematiza: "pensar o Cariri como oásis, por exemplo, é o fruto de uma arbitrariedade que reveste o espaço de uma unidade inexistente se não a partir de representações" – unidade essa que, cabe lembrar, foi convenientemente reutilizada na reportagem sobre o Cariri cearense (Globo Repórter, 2024), quando foi feita alusão ao epíteto

[137] Ver informações relevantes de Francisco Vasconcellos no Apêndice A.
[138] Ver informações relevantes de José de Paula Bantim no Apêndice A.
[139] Ver informações relevantes de Iara Mourão no Apêndice A.

"Oásis", relacionando-o ao semiárido nordestino. Afinal, depois de toda a "invenção do Nordeste" em torno da seca, nada mais atraente, em rede nacional, que provocar surpresa e curiosidade em potenciais visitantes.

Retomando o discurso de Marques, entendemos que ele é diferencial porque surge enquanto nota dissonante nos discursos. Observando criticamente as representações já feitas sobre a região, e seus interesses relativos, o autor mostra-se didático ao colocar tudo que está em jogo a partir da já aqui analisada construção de uma identidade regional. Ele atenta que se trata de uma invenção que sofre deslocamentos em cada época, decorrentes de jogos de poder. Para exemplificar, fala da Expocrato[140]: embora seja a principal festa cratense, diversos grupos presentes na região (compradores de produtos agrícolas, grupos de cultura etc.) são separados, desde 1997, por tapumes, das atrações nacionais que se apresentam nela. "Não seria exagero dizer que grande parte do interesse pela exposição nos últimos dez anos gira em torno de que atrações nacionais figurarão nesta festa tipicamente regional" (Marques, 2005b, p. 122).

Completando as provocações que faz em seu artigo, Marques (2005b) argumentou que essa contradição não é bem aceita por alguns saudosistas que temem a destruição da identidade, mas o real motivo por trás disso seria a interferência que gera no nível de poder por parte das famílias que, historicamente, controlaram a localidade.

Outro exemplo do autor é relacionado à figura do padre Cícero. Inicialmente ele e seus seguidores eram tratados com desprezo pelos cratenses, como visto em tópicos anteriores. Mas

> Ironicamente, algumas décadas depois, o crescimento da cidade de Juazeiro do Norte e sua potencialização econômica devido à constante movimentação de devotos do Padre Cícero faria com que o Crato fizesse as pazes com seu filho, propondo, através da Igreja, a reabilitação de seus votos, cassados após o episódio do milagre em Juazeiro, e estendo à cidade do Crato a visitação dos romeiros, tão hostilizados outrora (Marques, 2005b, p. 123).

Sobre a relação Crato x Juazeiro, as matérias da revista A Província dão uma amostra da falta de consenso social: alguns tentam trazer uma ressignificação para essa relação – e a citação supra ajuda a fornecer motivações, considerando o potencial turístico (para o Crato) dos romeiros que vêm ao Cariri cearense pela devoção a Padre Cícero; outros, apostam na manutenção da rivalidade.

[140] A Exposição Centro-Nordestina de Animais e Produtos Derivados da Região do Cariri, hoje denominada de Expocrato, foi iniciada em 1944, e quando completou 50 anos, recebeu destaques na Revista A Província, tendo composto um Caderno Especial da edição nº 7 (jul.de. 1994) e figurado na capa da edição de nº 19 (de jul. de 2001).



Quanto ao segundo caso, é ilustrativo o movimento levantado por George Macário de Brito (PSDB), vereador da Câmara Municipal do Crato e propositor do projeto de lei já analisado, que envolvia a inclusão da história local, em moldes de "civilidade", no ensino escolar. Trata-se do "Cratitude – Movimento Popular em Defesa do Crato" (Brito, 2006). Com o *slogan* "quem ama o Crato não vota em candidato do Juazeiro", o político se referiu às pessoas contrárias à campanha como "masoquistas" por gostarem de assistir ao enfraquecimento político, social e econômico do Crato sem fazer algo a respeito. Teceu críticas a Tarso Jereissati [141] e aos que votavam em políticos juaseirenses alegando que eles tiravam oportunidades do Crato, a exemplo dos novos cursos da Universidade Federal do Ceará que foram criados no município "concorrente".

Essas divergências ajudam a entender interferências, reorganizações e disputas em torno do que denominamos dispositivo identitário cratense. Entendendo que as construções discursivas (e suas resistências) apresentadas até aqui integram um conjunto de elementos que têm sido mobilizados com propósitos políticos e econômicos, resta agora aprofundarmos no que denominamos dispositivo identitário cratense, contribuições para sua compreensão no cenário atual, bem como nas suas consequências para as políticas e práticas de (des)valorização de bens culturais materiais no município.

[141] Ao analisarem a reestruturação pela qual vem passando o espaço urbano juazeirese, Pereira e Oliveira (2012) contextualizam o papel desse político não apenas nas políticas de desenvolvimento adotadas no estado do Ceará, mas especificamente na região do Cariri cearense.

4. DISPOSITIVO IDENTITÁRIO CRATENSE: FUNCIONAMENTO E DIAGRAMA DE FORÇAS

Como visto no capítulo anterior, no Crato foi vivenciada uma construção identitária marcada por interesses, que foi sendo reconfigurada à luz dos novos contextos que foram surgindo. Na virada para o século XXI foi possível perceber como algumas estratégias discursivas seguiram reverberando, enquanto outras foram sendo reorganizadas, caracterizando o funcionamento de um dispositivo que vem subjetivando corpos cratenses até os dias atuais.

No presente capítulo analisaremos os elementos desse dispositivo apresentados até aqui, acrescentando-lhes novas fontes para incremento da análise: atas camarárias do Crato, notícias e documentos legais que reforçam análises discursivas.

No primeiro tópico abordaremos o funcionamento e reorganizações do dispositivo identitário cratense, à luz das contribuições dos capítulos anteriores; no segundo contextualizamos os documentos acrescidos (atas), tecendo apresentações iniciais sobre esse fórum e seus componentes, mas também sobre outras personalidades e entidades que precisam ser introduzidas para melhor compreensão do diagrama de forças existentes localmente; no último tópico, apontamos, a partir das atas, reflexos da atuação do dispositivo identitário cratense em discursos proferidos na Câmara.

4.1 O dispositivo identitário cratense do século XIX ao XXI: funcionamento e reorganizações

As construções identitárias feitas em torno do Crato sempre tiveram, ao menos, um papel político/econômico como pano de fundo. Ao criarem para os sujeitos (sobretudo cratenses e caririenses) identidades próprias, subjetivaram seus corpos, conduzindo suas práticas e sensibilidades a partir dos interesses propagados pelas relações de poder atuantes nessas localidades.

É importante resgatarmos alguns pontos-chave que demonstram o funcionamento do dispositivo identitário cratense. Como referência, partimos de três condições básicas para existir um dispositivo: emerge para resolver uma emergência histórica; é preenchido e reconfigurado de modo estratégico para se adaptar às condições históricas novas; para



resolver as demandas das quais parte, precisa subjetivar corpos, controlando-os e guiando-os segundo seus objetivos.

Do ponto de vista da emergência histórica que fez o dispositivo emergir, podemos citar as demandas do século XIX, quando da criação de um projeto identitário regional por parte dos segmentos dominantes, com o objetivo de uma autonomia e uma hegemonia nos campos políticos e econômicos, e por que não dizer, moral – já que a análise de um dispositivo identitário no Crato não elimina a coexistência de outros dispositivos ali atuantes, sobretudo em localidades que tiveram forte influência da tecnologia de poder pastoral.

O próprio tratamento do Cariri cearense enquanto região merece atenção. Como apontado por Albuquerque Júnior (2011), a região é produto de uma batalha, e gera aproveitamentos estratégicos diferenciados do espaço. E por isso, é preciso desnaturalizar a ideia de região, problematizando os motivos de sua criação e buscando, através de sua historicidade, observar práticas e discursos.

> A noção de região, antes de remeter à geografia, remete a uma noção fiscal, administrativa, militar (vem de regere, comandar). Longe de nos aproximar de uma divisão natural do espaço ou mesmo de um recorte do espaço econômico ou de produção, a região se liga diretamente às relações de poder e sua espacialização; ela remete a uma visão estratégica do espaço, ao seu esquadrinhamento, ao seu recorte e à sua análise, que produz saber (Albuquerque Júnior, 2011, p. 36).

As construções discursivas para essa finalidade foram diversas, aí incluindo a intenção de transformar o Cariri, e particularmente, o Crato, em espaços desenvolvidos sintonizados com os ideais de progresso e de civilidade apregoados com o advento da modernidade. A partir dos discursos proferidos, buscou-se subjetivar corpos para neles incutir desejos de concretização desses ideais, nos âmbitos materiais (como a Estrada de Ferro, a construção de escolas e melhoramentos na estrutura de alguns prédios, como o da cadeia pública da cidade) e morais (modificação de hábitos e os costumes que não eram condizentes com o que os grupos de elite). E nesse ponto cabe o destaque aos tratamentos dados aos grupos marginalizados, os migrantes da seca, cuja convivência em sociedade foi evitada à custa de uma desumanização desses corpos.

Embora construções imagéticas sobre a riqueza natural da região já ocorressem num período de longa duração, foi a partir do século XIX que se registrou o início de uma construção narrativa com propósitos de poder, incluindo a disseminação de epítetos como "Oásis do Sertão". Essa imagem de "oásis" foi, inclusive, considerada por Silva (2019, p.17) a

maior "síntese de todas as construções representacionais que envolvem as relações entre caririenses e natureza".

A construção dessa narrativa gerou orgulho para os habitantes do Crato e do Cariri, como também subjetivou seus corpos, de modo que não gostavam de ser chamados de sertanejos (Sousa, 2015). Por um lado, existiu a produção de discursos que negavam uma identidade sertaneja à região por parte dos intelectuais locais, influenciados pela histórica representação edênica do território caririense – ainda que a maior parte do território caririense seja de terras secas –; por outro lado, existiu uma construção estereotipada pessimista do sertão nordestino, que dura até os dias atuais[142], gerando, no imaginário local e nacional, uma imagem de espaço inóspito, com solos estéreis e clima quente e seco, constituindo um entrave à marcha do progresso social e humano – logo, não condizente com os discursos que ditos intelectuais almejavam para o Cariri (Dias, 2019).

Se, pra saber os modos de subjetivação dos cratenses, precisamos observar as condições de possibilidade da constituição dos objetos de conhecimento, é preciso lançar um olhar sobre os regimes de verdade em Crato; e dessa maneira, analisar quais discursos estão sendo autorizados como verdadeiros (e quais não). As informações apresentadas até aqui dão indícios de técnicas de controle do discurso acionadas.

Por exemplo, diversas pesquisas e textos que compõem a história local se valeram de jornais e revistas pra observar construções discursivas. Não por menos chegou a haver 177 publicações de produção e circulação locais entre 1855 (ano de criação do primeiro jornal do cariri cearense) e 1960 (após o início das atuações do ICC)[143]. Esses veículos de comunicação são um gênero discursivo de prestígio que tem grande potencial de subjetivar os sujeitos porque não só constituem instâncias autorizadas para disseminarem dizeres tidos como verdadeiros, como são ferramentas de ampliação do alcance dessas construções narrativas. Assim, contribuíram com o dispositivo identitário.

Outro ponto importante é a forte atuação da Igreja Católica na formação e na evolução urbana do Crato, direta e indiretamente: por meio dos frades cappuccinos que organizaram os aldeamentos, passando pela criação da Matriz (erguida em território outrora indígena) e pelas novas construções acompanhadas de novos hábitos "em prol da moralização do Crato"; pela criação de uma concentração, em Crato, de institutos educacionais religiosos (com destaque para o Seminário São José), que tanto aumentaram o poder de atratividade da cidade (inclusive, filhos de grades latifundiários – Oliveira Filho; Costa, 2016) quanto ampliaram o

[142] O livro "A invenção do nordeste e outras artes", de Albuquerque Júnior (2011), trata mais sobre o tema.
[143] Brito (2007).

poder da Igreja Católica na região (Abreu, 2017); a construção da sede do Bispado do Cariri no Crato, como "moeda de troca" diante dos "Acontecimentos de Juazeiro"; a criação da Faculdade de Filosofia do Crato (FFC), que teve, inclusive, padres como professores; até a criação de publicações periódicas, como o jornal A Ação; etc. Trata-se de elementos fundadores da tradição de cultura e civilidade cristã, vinculando a necessidades de letramento cultural à formação, conforme desejos da Igreja católica romanizada.

Nesse ponto convém retomar a incorporação do poder pastoral pelo Estado, citada por Foucault. Como em todas as suas ramificações, o Estado moderno é atravessado pelos discursos (poderes) religiosos, sendo a igreja uma instituição autorizada a produzir discursos com efeitos de verdadeiros na sociedade, o dispositivo atrelado ao poder religioso não apenas subjetiva os sujeitos, mas também tem uma função social de conduzir e organizar a vida. E isso é potencializado pelos micropoderes, porque os corpos subjetivados irão atuar no reforço das táticas de controle trazidas pelo dispositivo, agenciadas por meio de instituições como a família e a escola.

Assim, quando as relações de poder estavam dando possibilidade para a criação do discurso do que seria um "bom cristão", estava-se igualmente condicionando o que seria ser um "bom cratense" [144] (com sua respectiva oposição, de quem não seria um bom cratense). E essas construções foram atravessadas por outras, como os ideais de civilidade, amor à pátria, entre outros que eram vinculados a questões morais nos seus respectivos momentos históricos.

Lembremo-nos que, ainda na primeira metade do XIX, além dos atravessamentos que são típicos do período (incluindo influências de pensamentos iluministas, etc.), já começaram a serem lançadas bases significativas do simbolismo que ainda hoje compõem o imaginário local, tendo protagonismo o envolvimento do Crato em movimentos pela independência e pela República (em 1817 e em 1824). Foram momentos-chave para a construção e elevação do espírito heroico do cratense, nos quais teve destaque a família Alencar, frequentemente associada à religião, e, também, tida como alicerce para a construção dos mitos cratenses – incluindo sentimentos de heroísmo, superioridade, bravura e honra[145].

[144] Para Hyago Santos (2021), o jornal A Ação, usado como uma ferramenta de produção de acontecimentos e divulgação de notícias e artigos de opinião, atuou também como "fundador de discursividade". Grande parte de suas matérias tinham direcionamento ideológico e econômico particular. Por meio dele, as formas como a cidade era inventada seguiam um padrão socioeconômico. Por exemplo, a coluna "Sociedade" se dedicava a noticiar microacontecimentos das instituições e o cotidiano da pequena elite, incluindo aniversários, ações sociais dos diversos clubes da cidade etc.

[145] Essa exaltação, ainda no século XXI, dos "heróis" das espadas e das canetas é reflexo, em muito, da atuação do ICC, A revista que mais lhe deu bases, Itaytera, materializa muito dessas narrativas que foram impregnadas



Uma mesma "comunidade de sentido" formada (por exemplo, em torno de ser um bom cratense), pode servir a um conjunto de forças: se pensarmos no poder disciplinar, pode-se subjetivar os corpos individualmente, conduzindo-os a aderirem a uma certa ideia, por exemplo, uma construção identitária e/ou uma visão do que é ser um bom cristão que os faça aderir ao que seja dito (pelas instâncias autorizadas) como sendo o melhor pra o bem estar da comunidade (como se converter em uma Província); pensando numa lógica do biopoder, é preciso haver um alinhamento desse indivíduo com o corpo social onde está inserido, de modo que as táticas para alcançar os fins desejados são potencializadas, capilarizadas nas diversas instâncias – mas se a Igreja também figura nessas outras instâncias (ao criar escolas, hospitais etc., e mesmo ao vincular-se com instituições de controle, como a polícia, o exército), a capacidade de subjetivação dos discursos que atendem aos seus objetivos será maximizada.

Cabe lembrar que, com a criação da nova província, o Cariri cearense não só se fortaleceria do ponto de vista político-econômico, como aumentaria, significativamente, o seu tamanho territorial, com a anexação de parte das províncias de Pernambuco, Paraíba e Piauí. Por consequência, também ganhariam com o processo a Igreja Católica (que aumentaria a área de sua atuação) e os latifundiários locais (que elevariam sua capacidade de produção).

Outro ponto relevante é a observação do fenômeno circular de disparada (Foucault, 2008) na busca pela criação da província do Cariri. Como aponta Lima (2022) – ainda que sua análise se debruce sobre outro objeto –, trata-se de um encadeamento discursivo, em que se aponta primeiro um problema social, e depois que esse problema deverá ser freado por um mecanismo superior. E foi o que ocorreu, já que começaram criticando o governo da província para, na sequência, apresentarem a autonomia política da região como solução para tudo.

A articulação entre (pessoas que compõem o) Estado, Igreja Católica e grandes proprietários de terras e de meios de produção em Crato pode ser colocada enquanto um diagrama de forças que, ao terem diversos interesses ao longo dos anos, gerou diferentes agenciamentos concretos – que por sua vez, foram se adaptando às novas demandas históricas que surgiram.

no imaginário local. Em pesquisa na citada revista, que contemplou o período de 1957 a 2017, Hyago Santos (2021) encontrou cerca de trinta artigos que homenagearam "heróis" (palavra-chave na busca) caririenses, cearenses e nordestinos; a maior parte deles centraliza suas reflexões em torno da família Alencar (em especial a figura de Bárbara de Alencar) e seus feitos e contribuições para os movimentos revolucionários de 1817 e 1824.

Os impactos ocorridos no contexto do século XX, sobretudo a partir da atuação do ICC, reajustaram os jogos de poder em torno desse dispositivo. Se antes o mote dos projetos identitários girava em torno, sobretudo, da luta pela criação da Província do Cariri, pela construção da ferrovia para o Crato e pela manutenção de privilégios de senhores de terra cratenses, a partir de meados do século XX assiste-se a um novo interesse político: a busca pela hegemonia cratense na região, frente à ascensão de Juazeiro do Norte – do qual almeja diferenciar-se por questões econômicas, políticas e morais (aí incluindo a religiosidade, mas também a visão de si, como município superior).

Como vimos quando da análise do "dispositivo do patrimônio nacional", ele foi uma parte num conjunto de estratégias (aí incluindo a criação de símbolos, mitos, rituais – com a ajuda da literatura, dos hinos, das bandeiras e de campanhas) com a intenção de unificar pessoas para subjetivar seus corpos, gerando sentimentos como pertencimento, nacionalismo/patriotismo, que endossassem práticas esperadas para a manutenção de mecanismos de poder, como a preservação de bens arquitetônicos e urbanísticos, a manutenção de narrativas míticas em torno de figuras tidas como importantes, etc.

Da mesma maneira, em Crato, houve uma criação social e cultural de identidades e diferenças, com o objetivo de tornarem-nas cristalizadas, naturalizadas e essencializadas. De tão naturalizadas, são livremente apregoados discursos, ainda atualmente, que reforçam essa rivalidade entre Crato e Juazeiro do Norte; de tão essencializada, tornou-se motivo de campanha política essa oposição[146]; de tão cristalizado, a cidade passou a ficar repleta de agenciamentos concretos: em monumentos, em nomes de ruas, na literatura localmente produzida, em campanhas diversas[147], etc.

A exaltação da família Alencar, por exemplo, foi materializada não só nas narrativas e na história, mas nos suportes materiais da cidade. Dentre as atividades programadas para o ano de 1954 esteve a construção de monumento para homenagear os "heróis de 1817" (Semeão; Gonçalves, 2010). A proposta teve início em maio de 1953, apresentada por Alencar Araripe à Câmara dos Deputados, mas só veio a ser liberada verba para tal, no ano seguinte. Apesar de não ter sido construído, na comemoração dos 190 anos da revolução, foi afixada uma placa na lateral da Igreja da Sé, saudando os "heróis de 1817" (Viana, 2011).

Nos anos 2010 essa ideia foi retomada. Em 2016, foi instalado um busto de Bárbara de Alencar, próximo à Igreja da Sé, no centro do Crato (Caitano, 2018). Em resposta ao

[146] Movimento Cratitude, já citado (Brito, 2006).
[147] Lembrando da campanha ainda atual em favor da preservação do grande símbolo material dessa construção identitária da cidade da cultura, o Museu da cidade – antes, Casa de Câmara e Cadeia.

projeto do deputado estadual Ely Aguiar de construir um portal de entrada para a cidade (Viana, 2011), foi divulgada, no site "Blog do Crato"[148], uma proposta para o modelo de um portal de entrada que seria construído na cidade. Tratava-se de um monumento aos "heróis do Crato": a grande Bárbara de Alencar, que estaria em tamanho grande e cercada de seus filhos, Tristão Gonçalves e José Martiniano de Alencar (com espingardas na mão, iluminados em fortes luzes douradas). Como justificativa para esse que teve projeção de futuro cartão postal da cidade, o argumento foi:

> D. Bárbara de Alencar e seus filhos declararam a independência do Brasil 5 anos antes do resto do país. Que coisa mais importante pode o Crato ter do que esta? Que exemplo maior de altivez, de coragem, de bravura se pode ter? E por que não criar este monumento? (Caitano, 2018, p. 26).

Nesse ponto são importantes as contribuições de Smith (2023, p. 129) sobre como o Discurso Autorizado se vale das materialidades, fornecendo o que chama de "certeza e autoridade às leituras históricas do passado", equivalentes à produção de verdades. Para isso, os detentores de um discurso autorizado não apenas proclamam os locais e lugares materiais que têm valores supostamente inerentes e imutáveis, como fornecem provas materiais e solidez para aquela história. A fisicalidade das estátuas é importante nesse processo, porque constituem uma "certeza material" para o que as pessoas devem sentir e acreditar sobre o passado. "Além disso, permite que o passado e o presente sejam encurtados, legitimando ainda mais a sensação de que o passado tem consequências imediatas no presente."

Cabe lembrar que essa solução já havia sido adotada nas comemorações do centenário de elevação do Crato à categoria de cidade, pelos membros do ICC. Como dito, a ideia era ir além de festas e outras manifestações tidas como transitórias, de modo a se investir em duradouras materializações do discurso, que teriam caráter didático ao servirem à disseminação da cultura intelectual entre cratenses.

Ainda no tocante a regulamentos, organizações arquitetônicas e técnicas de criação de necessidades que materializaram os efeitos das relações de poder, podemos citar a busca pela construção de escolas na região foi iniciada ainda no século XIX, mas que teve continuidade no século XX, sobretudo a partir da construção da imagem de "cidade da cultura". Num plano imediato, a construção de escolas traduzia o Crato como centro irradiador do conhecimento, mas ao nos lembrarmos de como essa instituição favorece o controle dos corpos, podemos

[148] O blog é de autoria do cratense Dihelson Mendonça. Não foi encontrada o texto original sobre a defesa do monumento porque os links disponibilizados por Caitano (2018) e Viana (2011) já não estão mais no ar. Contudo, dois endereços foram encontrados sobre o blog, em funcionamento à data de 16 de abril de 2025: https://blogdocrato.wordpress.com/ e https://blogdocrato2.wordpress.com/.



inferir o controle da sociedade decorrente da criação desses estabelecimentos. Com o passar do tempo, a inclusão de Instituições de Ensino Superior (IES) – meados do século XX – ampliaram o raio de atuação nesses corpos, a partir da construção de enunciados religiosos e científicos que, como tal, almejavam criar discursos autorizados instituídos como verdades.

Como dito, é digna de nota a relação da Igreja Católica com esses estabelecimentos de ensino. As primeiras escolas foram fundadas a partir dos seus recursos, tendo destaque o Seminário São José, marco do projeto romanizador da Igreja Católica[149]. A criação da Faculdade de Filosofia do Crato, posteriormente convertida na Urca, também materializa essa relação, uma vez que até a atuação de Violeta Arraes como reitora, todos os vice-reitores eram indicados pela igreja.

Nesse ponto é interessante trazer informações de Oliveira Filho e Costa (2016). Primeiramente, destacaram a importância do Seminário São José na formação de teólogos, que passaram a atuar na reprodução da ideologia católica na sociedade. E isso foi reforçado com a criação de escolas que atuam no Ensino Fundamental e Médio (colégios Diocesano, Santa Tereza de Jesus e Pequeno Príncipe), seguindo a mesma linha política e pedagógica dos jesuítas.

Em segundo lugar – mas não menos importante – está a relação entre a Diocese do Crato e alguns setores da economia do Crato, sobretudo o imobiliário, no século XXI:

> A diocese do Crato conta ainda com diversos imóveis voltados ao aluguel, como pontos comerciais e apartamentos. Esses imóveis são administrados pela imobiliária da diocese do Crato e exercem um importante papel na produção do espaço urbano da cidade, materializando-se a partir de investimentos de capitais no setor imobiliário, da construção civil e a partir da renda da terra urbana, com as especulações imobiliárias. Evidencia-se ainda, claramente, a presença de diversas lojas ligadas aos setores de alimentação, vestuário, perfumaria que encontram-se situados em imóveis da Igreja a partir da locação e do arrendamento (Oliveira Filho; Costa, 2016, p. 112).

Ainda de acordo com supracitados autores, algumas IES privadas, pertencentes à Igreja[150], são fundamentais na produção do espaço urbano, porque geram uma dinâmica importante (de mobilidade, de migração e como atrativo para estudantes) junto a cidades e regiões vizinhas. Mas também outras IES se vinculam à atuação da igreja porque ocupam

[149] De acordo com Brito (2007), para se adequar aos preceitos liberais do Estado republicano, e, ao mesmo tempo, substituir o clero liberal por um clero centrado nas orientações de Roma, a Igreja traçou novas orientações de conduta. A criação da Diocese no Ceará, em 1859 marcou o início da romanização no Ceará, assim como a criação do Seminário do Crato, em 1875, marcou o início desse processo no Cariri.

[150] A Faculdade Católica do Cariri, administrada pela fundação Padre Ibiapina, e a Faculdade São Camilo, administrada pela fundação São Camilo.

imóveis da diocese, sendo arrendadas e/ou alugadas, pela imobiliária da diocese do Crato, a preços altos.

A cadeia pública, onde hoje funcionam o Museu Vicente Lemos (no pavimento superior) e o Museu Histórico do Crato (no pavimento térreo), é outro elemento válido para análise. Sua função original traduz um mecanismo de controle de corpos (prisão e julgamento), e seus traços arquitetônicos remetem à atuação portuguesa em terras brasileiras – em que pese a luta pela independência em relação a Portugal, as feições e técnicas construtivas importadas da Europa sempre tiveram boa aceitação por aqueles que apregoaram discursos de busca pelo progresso e pela civilidade.

Podemos inferir que, se entre as demandas dos liberais cratenses já estavam os melhoramentos desse prédio, essa busca objetivou não só o seu adequado funcionamento, mas ao seu papel simbólico na cidade, reforçado pelo destaque visual que tem na urbe. Por seu porte e local de inserção, à praça da Sé (que leva o nome da catedral da cidade, também nela inserida), torna-se um equipamento que facilmente é incorporado pelo imaginário social, simbolizando, cotidianamente, o poder que representa. No processo de tombamento estadual desse edifício, inclusive, destaca-se que, tradicionalmente, as casas de câmara e cadeia eram colocadas em lugares de honra das cidades, sendo a praça central uma das possibilidades (Ceará, 2004a).

Figura 50: panorâmica do Crato no início do Século XX, com os destaques: no primeiro plano se sobressai a Igreja da Sé, estando a Casa de Câmara e Cadeia à direita; o Seminário São José está aos fundos.



Fonte: Geocities (s/d[151]).

[151] Disponível em: https://www.geocities.ws/TheTropics/Cabana/7626/foto6a2.jpg. Acesso em: 20 maio 2024.

Figura 51: prédio da antiga Casa de Câmara, quando já sediava os Museus Histórico e Vicente Lemos. Foto da fachada a partir da Rua Senador Pompeu, em fevereiro de 2004.



Fonte: Ceará (2007a, fl. 13).

Na cronologia apresentada no processo de tombamento estadual dessa edificação (Ceará, 2004a), em 1953 a fundação do ICC, no âmbito da Festa do Centenário de Elevação do Crato à categoria de Cidade, tinha a finalidade de difundir e preservar a História, a Cultura e a Arte do Crato e do Cariri. Assim, em 1958 realizaram campanha junto à comunidade cratense, visando angariar doações para o acervo do Museu Itaytera (nome da revista encabeçada pelo ICC), criado pelo historiador J. de Figueiredo Filho. Referido museu foi oficializado em 1960, com sede à Rua Miguel Limaverde. Na década de 1970 houve a instalação, no prédio da antiga casa de Câmara e Cadeia, tanto do Museu Histórico do Crato (com acervo do Museu Itaytera, doado pelo ICC ao Município, tendo J. de Figueiredo Filho como patrono) quanto do Museu de Arte Vicente Leite (este idealizado pelo artista plástico Raimundo Bruno Pedrosa[152], com apoio da também artista plástica Sinhá D´Amora e da escultora Celita Vaccani). Em 1993 foi criação e instalada a Fundação Cultural J. de Figueiredo Filho, sediada no Museu Histórico do Crato.

Não é sem motivos que esse prédio teve importância para os membros do ICC. Como analisado por Cortez (2000), tais sujeitos (por ela vistos como "especialistas da produção cultural") recorreram à evocação celebrativa do passado, tanto por meio da realização de festas cívicas quanto da demarcação de lugares de memória. É por tamanha importância dessa edificação que a falta de preservação dela gerou tanta mobilização recente, e uma vez lograda

[152] Que esteve à frente da atual campanha em defesa da integridade física do edifício, de 2024.

assinatura da ordem de serviço para sua restauração[153], foi criado um evento para demarcar uma importância social para o fato.

Quanto às festas cívicas, podemos denotar uma continuidade de práticas herdadas da atuação de João Brígido (como já dito, influenciador de intelectuais que fundaram o ICC). Na cultura do "teatro político" na qual o jornalista esteve inserido, os eventos sociais (como bailes, concertos e saraus), promovidos pela elite, extrapolavam a mera função de lazer ou diversão, servindo também de demonstração de refinamentos dos costumes, reflexo da subjetivação de corpos a partir dos valores de civilidade divulgados desde o século XIX, mas que tiveram reverberações nos séculos seguintes.

A respeito da demarcação de lugares de memória, é sendo comum que o museu é o maior símbolo. Mas no funcionamento do dispositivo identitário do Crato, é possível ver outros exemplos. A própria Cortez (2000, p. 119-120) cita também as denominações das ruas da cidade:

> Da análise do livro do 'especialista' J. Lindemberg de Aquino, escrito originalmente em 1968, quando, já o dissemos, no Crato contava-se 183 ruas, pode-se verificar que as denominações das ruas privilegiam francamente personagens cratenses: nove ruas têm nomes de santos, vinte e quatro receberam nomes de cidades do sul cearense, três lembram datas consideradas importantes para o Crato e 131 homenageiam intelectuais e alguns políticos cratenses ou que prestaram serviço ao Crato. Ganharam nomes de ruas: Bárbara de Alencar, Tristão Gonçalves, José de Alencar, Irineu Pinheiro, Miguel Limaverde, Carolino Sucupira, Vicente Leite, Teodorico Teles, Coronel Antônio Luiz, Major José Evangelista Gonçalves, José Carvalho, Monsenhor Esmeraldo, Diógenes Frazão, Pedro Felício Cavalcante é nome de avenida, Ossian Araripe dá nome a um bairro da cidade, e assim por diante (Cortez, 2000, p. 119-120).

Como visto no caso dos museus que passaram a funcionar no prédio da antiga Casa de Câmara e Cadeira, espaços culturais também foram "batizados" com nomes de intelectuais, políticos e capitalistas cratenses. Além dos citados museus, a autora lembrou de escolas (Dom Quintino, Teodorico Teles, José Alves de Figueiredo, Alexandre Arraes e Wilson Gonçalves, José de Brito) e de espaços públicos, como as praças Alexandre Arraes (onde foi construída, em 1964, uma quadra de esportes como comemoração ao Bicentenário do Crato (elevada a vila em 1864) e Siqueira Campos (por ter sido o local onde o já aqui citado comerciante estacionava o primeiro automóvel da cidade). O recém-inaugurado Centro Cultural Cariri Sérvulo Esmeraldo também faz parte desse rol.

[153] O tema será melhor abordado adiante.

Demonstra-se, com isso, a afirmação de (Santos, H., 2021, p. 40), de que "as formas de produção do espaço são indissociáveis dos discursos construídos em torno de pessoas e acontecimentos considerados, pelos intelectuais, como marcantes e determinantes da construção da identidade da cidade".

O empenho desses "especialistas da produção cultural" em não apenas dotar o Crato de instituições de suporte da cultura e da civilidade, mas de memórias que ressaltam representações do passado heroico e da erudição dos cratenses, constituíram "[...] um capital simbólico fundador de uma tradição de que políticos e intelectuais do Crato se serviram nas várias ocasiões nas quais tiveram que enfrentar a oposição de Juazeiro [...]" (Cortez, 2000, p. 71).

Nesse sentido, convém lembrar que, entre os procedimentos externos de controle do discurso está a interdição: não são todos que podem falar desse espaço. Como os "intelectuais modernistas" foram autorizados a ditarem o que seria patrimônio nacional, em Crato, os especialistas da produção cultural ditaram as práticas locais de construção e valorização de elementos (por eles) ditos de valor para a identidade cratense.

Corroborando Cortez (2000), Viana (2011) destacou a intenção, com citadas práticas de ocupar espaço na memória da sociedade, uma vez que os membros do ICC pensavam o passado da cidade como forma de projetos de (outrora) presente e de futuro para o Crato. A atenção especial dada ao espaço urbano e, de uma maneira geral, aos discursos produzidos teria sido responsável, na ótica deles, pelo "futuro promissor" cratense. Isso incluiu apelos veiculados pela Igreja católica [154] (condizentes com o que os grupos de elite almejavam) em prol da preservação da paisagem urbana porque havia fiscalização de todas as ruas que compunham a entrada e o centro da cidade, sobre as quais eram observadas (policiadas) as práticas relativas à higiene e moral (consideradas aprováveis ou não) – corroborando a já citada tecnologia do poder pastoral.

Nesse ponto a discussão de dispositivo se assemelha ao semióforo trazido por Hyago Santos (2021), que também têm análises sobre a realidade cratense. Quando intelectuais cratenses formularam um "projeto civilizatório", valeram-se mitos fundadores ligados à terra (como a glorificação do passado cratense), cujos alicerces eram objetos visíveis ou invisíveis, dotados de significações e construtores de narrativas. Corroborando o pensamento de Marilena Chauí, o autor entendeu esses mitos fundadores como invenções histórico-culturais formuladas por convenções entre a elite e a Igreja,

[154] Para a autora, o jornal A Ação foi um dos instrumentos de atuação da Igreja sobre a sociedade, atuando como veículo de divulgação e de exaltação de um projeto de "tecnocracia moral" (Santos H., 2021, p. 61).

> [...] (re)inventadas em torno de uma tríplice-mitologema principal: a terra, seus aspectos paisagísticos e produção de um 'determinismo geográfico'; a fé e atuação mítica da Igreja como componente essencial da colonização, catequização e delineamentos espaciais; e a família, em especial os grandes sobrenomes que deram origem aos heróis da região, intelectuais e modelos comportamentais (Santos, H., 2021, p. 42-43).

Esses elementos lembram, bastante, os recursos apontados por Hall (2006) quando da constituição de narrativas da cultura nacional; e são facilmente replicáveis no cenário caririense/cratense. Além da já retomada família Alencar, outros nomes de relevância foram consagrados do ponto de vista intelectual e como modelo comportamental, como é o caso de João Brígido dos Santos.

Figura de destaque no Crato do século XIX, para ele o patriotismo era necessário para a efetivação do desenvolvimento regional, tendo como discurso argumentativo os acontecimentos políticos em prol da independência do Brasil. Esse fato está sendo aqui destacado para dialogar com o que Sousa (2023) denominou "nacionalização do patriotismo": quando o termo patriótico passou a manifestar os mesmos objetivos de homogeneidade cultural do nacionalismo, para sustentar a identidade nacional.

É recorrente o fomento a símbolos nacionais durante períodos autoritários, como é o caso do Estado Novo e da Ditadura Militar (Sousa, 2023). Também no Crato houve esse tipo de acionamento. Para Hyago Santos (2021), o momento mais "marcante" do regime militar no Crato, segundo a história local, foi o dia em que Castello Branco visitou a cidade, em 21 de junho de 1964, quando intelectuais do Crato, junto à prefeitura e demais instituições, convidaram-no para visitar a cidade durante as festividades de comemoração de seu bicentenário. Chama atenção os representantes que discursaram na solenidade de boas-vindas: o então prefeito da cidade, Pedro Felício Cavalcanti; o cardeal responsável pela catedral da Sé, Monsenhor Rubens Gondim Lóssio; o intelectual representante do ICC, José Alves de Figueiredo Filho; e o diretor da Faculdade de Filosofia do Crato, José Newton Alves de Sousa.

Os discursos proferidos pautaram-se, sobretudo, na exaltação do movimento militar e na valorização do sentimento patriótico, corroborados pela história heroica e revolucionária do Crato. A partir desse momento, inicia-se, na cidade, uma produção discursiva (um imaginário institucionalizado) em torno da "revolução", mediante a supervalorização do patriotismo conjugada com o ativismo moralista contra subversivo de forte influência religiosa. Com o ICC e a Igreja passando a defender referido regime, Hyago Santos (2021) entende que se tratou de uma forma de reorganizar os semióforos que atuavam na preservação

dos mitos-fundadores da cidade; para nós, uma readequação do dispositivo identitário cratense.

O patriotismo já havia, a partir da geração de João Brígido, sido associado ao progresso. No período da Ditadura não foi diferente por parte da elite cratense. Quando Euclides de Sousa Leão Pinto, presidente do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), visitou a cidade, em 1966, disse o município era "um exemplo na valorização do sentimento patriótico". Ao justificar o motivo de sua visita, ressaltou a "importância de a cidade seguir os padrões recomendados aos 'centros de progresso' que ganharam destaque", fato que gerou consequências no plano urbano, uma vez que foi a partir desse momento que o município estabeleceu planos de desenvolvimento condizentes com os "Princípios básicos para a estruturação dos municípios-modêlo" (Santos, H., 2021, p. 44).

É válido fazer a ponte com o "lado B" do Crato. Uma das precauções metodológicas foucaultianas que podem ser adaptáveis a diversas análises do poder é que se pelo discurso se articulam poder e saber, ele tanto pode veicular, produzir e reforçar o poder como pode miná-lo, expô-lo, debilitá-lo, barrá-lo. Logo, ao se veicular uma ideia do que seria o "progresso", tudo que não se encaixasse dentro dessa delimitação seria malvisto, ou mesmo perseguido. Foi o caso, por exemplo, dos migrantes da seca, das experiências coletivas do beato Zé Lourenço – caracterizadas como comunistas, foram perseguidas, tendo papel nisso parte da igreja[155] – e mesmo das ocupações periféricas da cidade, como as ocorridas em morros (vide caso do bairro do Seminário, como mostra imagem a seguir).

[155] "A Igreja foi uma das principais instituições do Brasil a fomentar o discurso do pânico sobre o comunismo e as mais diversas formas de corrupção." (Santos H., 2021, p. 63).

Figura 52: Encosta do Seminário em 1941, enfatizando o contraste urbanístico no Crato, entre a parte central e os locais periféricos.



Fonte: Silva (2023, p. 93).

A "vontade de verdade", mais um dos procedimentos externos de controle do discurso, tem a capacidade de silenciar ou invisibilizar outros discursos. Quando são veiculados jornais, saberes religiosos, entre outras construções discursivas que figuram dentro de uma vontade de verdade hegemônica, há uma invisibilização de outros discursos. E considerando os mecanismos de controle do discurso, podemos entender que alguns desses temas foram considerados tabus (pertencente à interdição), a exemplo do Caldeirão, já que a ele foi atrelada uma perseguição por ter sido associado ao comunismo – que como visto, foi malquisto por parte da Igreja Católica, naquele período.

Da mesma maneira, como identidade e diferenças são faces da mesma moeda, as construções identitárias em torno do Crato (e do Cariri cearense) acarretaram não apenas apagamentos, mas romantizações delas decorrentes. Ainda que tenha havido, no século XXI, políticas de proteção (tombamento) do Caldeirão, ela não foi municipal; e podemos considerar que houve invisibilização local nas políticas de resgate e de construção de suportes de memória atreladas a esse tipo de bem, na construção identitária do século XX. Vale observar que, nesse exemplo do Caldeirão, podemos perceber que sobre um mesmo bem cultural podem ser construídas tanto narrativas "lado B" – que contempla perseguições aos denominados comunistas – quanto "lado A" – de proteção oficial do Estado.

O campo de concentração do Buriti ainda é subvalorizado. Um indício do seu sistemático apagamento é que, ainda que haja pesquisas sobre o tema, não foram encontrados registros cartográficos da sua existência na cidade[156]. Vê-se, aqui, novamente, o mecanismo de interdição do discurso: tabu do objeto. Ainda que se saiba que o evento existiu, não se fala e não se pesquisa suficientemente sobre o tema.

A própria denominação de camponeses migrantes como "flagelados da seca", merece atenção. Fruto de um discurso que partiu de elites dotadas de prestígio no período (governo, Igreja, médicos, engenheiros etc.), essa rotulação foi lida e reproduzida (não questionada) como "verdade" pela sociedade, de modo a hierarquizar os corpos, diferenciando aqueles que mereciam viver dignamente, e aqueles que não eram merecedores disso. A citada[157] missa, celebrada em 1932 pela igreja católica, é sintomática disso.

Outra forma de invisibilização é a omissão da contribuição de afrodescententes – patrimônio afrocratense (Silva, 2023) – em algumas construções, como as existentes no Sítio Fundão (ver imagem a seguir). Ainda que a proteção exista, falta reforçar todas as possibilidades de atribuições de valor aos elementos tidos como bens culturais, apresentando outras narrativas a essas materialidades. Reproduzir apenas os discursos de grupos dominantes é perpetuar a ideia de que somente desses vieram grandes conquistas, ao passo que não destacar a negatividade de práticas que esses tiveram, é romantizar sua atuação; e em ambas as circunstâncias, atende-se apenas aos interesses de grupos que, historicamente, já vêm sendo privilegiados.

[156] Além das consultas bibliográficas, foi realizada outra ao Centro de Documentação do Cariri (CEDOCC) da Urca, que informou não haver, até meados de maio de 2025, nenhum documento catalogado em seu acervo sobre o tema.
[157] No item 3.3 da presente tese.

Figura 53: casa de taipa do Sítio Fundão, um dos elementos considerados patrimônio afrocratense devido tanto à sua execução por afrodescententes quanto por envolverem técnicas e soluções construtivas vindas de África.



Fonte: Silva (2023, p. 104).

Uma exceção ao tema é a verificação (empírica, por parte da presente autora, mas também por meio de pesquisas) de movimentos de fortalecimento da cultura negra localmente. Entre as ações desenvolvidas pela Secretaria de Cultura (Secult) do Crato, entre 2013 e 2016, esteve o "Mapeamento das Religiões Africanas" (Jade, 2017, p. 166) – ambos realizados em 2016. São exemplos de grupos atuantes na temática: Grupo de Valorização Negra do Cariri (Grunec); Grupo de Estudo em Educação, Gênero e Relações Étnico-Raciais (Negrer/Urca); revista e eventos "África e Africanidades"; e Terreiro das Pretas.

A incorporação do movimento de contracultura no território cratense introduziu novas formas de questionamento – por parte de determinados grupos – à ordem vigente, ao menos a parte[158] dela, o que gerou resistência e desconfiança por parte de instituições tradicionais, sendo, inclusive, malvistos pela Igreja (Santos, H., 2021). Esse processo lançou bases para uma ressignificação de elementos identitários, a exemplo da valorização dos povos indígenas.

Na apresentação da Cartografia Cultural do Crato (Jade, 2017), Melo (2017, p. 13) registra a existência de "movimentos contemporâneos de recuperação e afirmação das identidades dos bravos Kariris". Um exemplo dessa dinâmica pode ser observado na imagem a seguir, que apresenta trechos de uma projeção exibida durante um espetáculo musical

[158] Apesar da subversão que trouxeram, mantiveram o discurso tradicional de centralidade cultural do Cariri no Ceará (Santos H., 2021).

realizado no Centro Cultural Cariri. Na ocasião, a frase "Kariri terra indígena" foi projetada, sucedida pela imagem do Soldadinho-do-Araripe – ave endêmica da Chapada do Araripe e ícone simbólico da região.

Figura 54: *frames* de vídeo que capturou projeção de luz em evento realizado no Centro Cultural Cariri.



Fonte: autora (27 abr., 2024).

Por outro lado, o caso da rivalidade com Juazeiro do Norte passou para uma nova fase, tendo em vista a busca pela captação de turistas religiosos que vêm para a região para consumir lugares relacionados ao Padre Cícero. Com isso, a virada para o século XXI, por sua vez, atualizou novamente esse dispositivo, que passou a se constituir de permanências de alguns discursos e valores, mas ressignificação de outros – à luz de novos interesses.

Os espaços e edifícios que carregam status historicamente reforçados por "especialistas da produção cultural" por serem considerados marcantes e determinantes da construção da identidade da cidade, seguiram tendo destaque. Vejamos esse trecho de um dos textos publicados por membros do ICC, na Revista A Província:



> Prédios públicos e particulares, de inestimáveis valores históricos e arquitetônicos continuam sendo destruídos ou mutilados sem que providências realmente sérias e eficazes se concretizem.
>
> Que "Cidade da Cultura", que "Município Modelo" é este que extermina seus valores culturais, mutila suas ruas, praças, monumentos?
>
> O que se tem feito e se continua a fazer contra o Crato é um **crime**, uma **barbárie**. Até quando? (Estão..., 1994, p. 22, grifos nossos).

A "barbárie" e o "crime" se apõem à civilidade e à moral tão difundidas como representativas do bom cratense ao longo do século XX. Os tão perseguidos e valorizados títulos de "cidade da cultura" e "município modelo", que almejavam denotar a hegemonia do Crato na região, já não parecem dignos, frente ao descaso com os elementos que representam essa próspera história (também material) construída pela "princesa do Cariri". Trata-se de uma fala que parece tentar, a partir do dano ao brio, gerar algum tipo de reação à realidade posta.

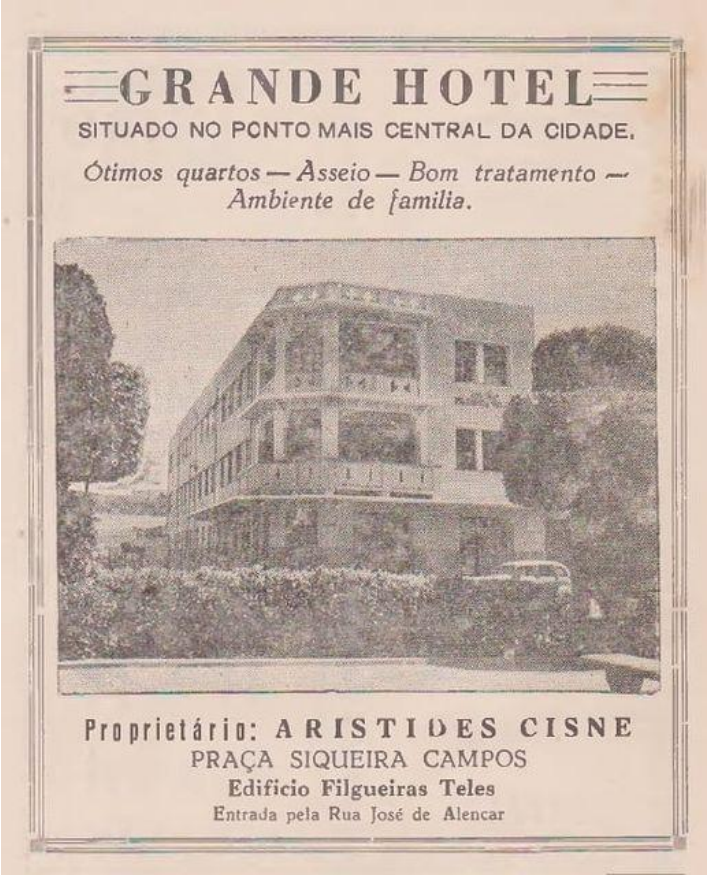
Já no século XXI, diversos dos edifícios e espaços públicos já citados, que foram nomeados em homenagem a personalidades da elite local, foram contemplados em propostas de intervenção geradas pelo governo do estado – conforme já apresentado na figura 16 (que prevê iluminação cênica e totem informativo para construções que integram o patrimônio histórico do Crato) e na figura 18 (que especializa o projeto "Praças Centrais", no Crato). Como ocorria desde o século anterior, tais valorizações da materialidade seguiram atuando como encurtadores da distância entre passado e presente, bem como reforçadores de narrativas a acreditar/valorizar (Smith, 2023).

Focando na importância de haver uma adequada gestão desse campo no município, Oliveira (2017) criou uma lista com base em observações e proteções já efetuadas (ainda que pareça incorreta, já que cita o Iphan, que ainda não tem tombamento no Crato) do que entendia ser o patrimônio material do município: a estação ferroviária; a antiga cadeia pública (atual Museu Histórico da cidade de Crato); o Sítio Caldeirão; o Seminário São José; o Museu de Fósseis; a antiga casa de Bárbara de Alencar (atual Sefaz - Secretaria da Fazenda de Crato); o Cassino Sul Americano e o Café Crato; as praças Siqueira Campos, Juarez Távora e Francisco Sá; e a Igreja N. Senhora da Penha. E na Urca, Oliveira e Abreu (2010) corroboram essa linha de valorização patrimonial, uma vez que ao analisarem o acervo edilício da cidade em meados do século XX, apontaram como elementos que consideravam merecer proteção legal:

> Entre os prédios históricos e que deveriam ter sidos tombados como patrimônio cultural estavam o Edifício Lucetti, Grande Hotel, Associação

dos Empregados do Comércio, Palácio Episcopal, Hospital São Francisco de Assis, Seminário São José, Estação da Rede Viação Cearense, dentre outros (Oliveira; Abreu, 2010, p. 251).

Figura 55: publicidade do Grande Hotel nos anos 1950, sediado no Edifício Filgueira Teles, à Praça Siqueira Campos.



Fonte: Revista Itaytera (*apud* Cariri das Antigas, 2020).

Destaque-se, nessas listas, as permanências decorrentes das construções narrativas sobre o cenário cratense por séculos, representativos da religião católica, dos sistemas de ensino, das grandes personalidades locais ou do *status* de "Capital da Cultura". A exceção que poderíamos ver seria o Sítio Caldeirão, que apresentamos como "lado B" da narrativa cratense por constituir uma resistência durante o século XX; mas como se verá mais adiante, no século XXI essa referência também será abarcada, com discursos favoráveis, pela igreja (lida como "lado A").

A partir das ações de investimento no setor turístico, recorrentes no cenário brasileiro, sobretudo a partir dos anos 1990, as práticas de preservação não se pautam apenas na ótica de valorização de monumentos e documentos, mas na criação de estímulos ao consumo turístico

(Sant'Anna, 2017). O Prourb[159], que contou com financiamento do Bird, apostou nesse setor como estratégia de desenvolvimento das cidades médias do sul do estado, no Crajubar. Investimentos como iluminação cênica e totens informativos são bem exemplificativos dessa lógica de cidade atração (Sant'Anna, 2017).

Sem embargo, como visto, parte das estratégias do investimento era evitar o "esvaziamento do centro histórico" – entre aspas porque parece contraditório, considerando o apontado por Ana Paula Gurgel, no tocante à centralidade exercida pelo centro do Crato. Então cabe o questionamento: o que mudou entre os séculos XX e XXI, para que mesmo com a existência de projetos de requalificação desses espaços, seguisse havendo denúncias de precarização de boa parte do (dito) patrimônio cultural material da cidade (Gurgel, 2012a, 2012b; Oliveira; Abreu, 2010; Cortez, 2000)?

Um caminho possível para essa reflexão é perceber um enfraquecimento na tentativa de criação de vínculos identitários entre a população atual e as materialidades que representam valores de gerações anteriores. Trata-se de uma realidade recorrente em diversas cidades brasileiras, sobretudo a partir da perda de força da identidade nacional como elemento unificador, que antes era o único norteador das práticas de seleção de bens culturais.

Sobre esse caminho, Smith (2021, p. 149) aponta que as práticas de patrimônio que o Discurso Autorizado de Patrimônio estrutura "[...] não são representativos de como as pessoas que se encontram fora da gestão do patrimônio ou fora de outras práticas profissionais entendem ou se vinculam ao patrimônio". A base de seu argumento foi uma pesquisa que publicou em 2021, por meio do seu livro *Emotional Heritage*[160].

A falta de vínculos afetivos com esses bens junta-se com outra prática também comum em muitas localidades – sobretudo ocidentais –, fruto do pensamento moderno: o "novo" como sinônimo de "progresso"; o "velho" tido como ultrapassado e sinônimo de retrocesso. Tais pensamentos corroboram para práticas de desvalorização de preexistências.

Por outro lado, tem sido perceptível o aumento de investimentos no turismo religioso e ambiental – sintonizados com outros movimentos turísticos e culturais oriundos do Governo do Estado e mesmo de instituições como Iphan, Unesco e Urca. E no caso do Crato, a materialidade dita tradicional vincula-se, fortemente, às questões religiosas porque boa parte dela foi construída a partir da Igreja, direta ou indiretamente. Por isso existe um duplo

[159] Programa de Desenvolvimento Urbano, do governo do estado. O contexto de surgimento desse programa é assinalado por Nascimento (2011), vinculado à tentativa de inserção do Ceará no contexto globalizado.
[160] SMITH, Laurajane. ***Emotional heritage**: visitor engagement at museums and heritage sites*. London: Routledge, 2021.

movimento na relação turismo religioso x consumo das edificações e espaços públicos tradicionalmente vistos como patrimônio cultural: de um lado vê-se a intenção de aproveitamento da demanda turística religiosa para vender o produto turístico cultural, tendo essas materialidades destaque porque seguem cristalizando, naturalizando e essencializando construções narrativas – sobretudo da (outrora) elite local –; de outro, são apontados reclames pelas divergências de investimento entre as materialidades consideradas emblemáticas da história local (como o Museu Histórico) e da religiosidade (como a estátua de Nossa Senhora de Fátima).

Paulo Henrique Rodrigues (2024) publicou matéria no jornal Diário do Nordeste, "Autointitulada terra da cultura, Crato vê ruir seu último prédio histórico, fechado há 15 anos", no qual fazer algumas provocações:

> Quem é do Cariri costuma ouvir a frase dita por cratenses, principalmente pelos políticos: o Crato é a **terra da cultura**. Seria até uma forma inconfessável de se diferenciar de Juazeiro do Norte?
>
> O município fundado pelo padre Cícero Romão Batista é a capital da fé. Já no território vizinho morariam as pessoas ilustradas, que gostam de arte. Será mesmo? Porque, se realmente o são, esse título está ruindo em todos os sentidos.
>
> [...] Logo que soube do prejuízo no prédio, entrei em contato com Bruno Pedrosa. O artista plástico cearense que mora na Itália foi o fundador do Museu de Arte Vicente Leite, em 1972 (Rodrigues, 2024, s/p).

Pela matéria é possível perceber o resgate da rivalidade e da identidade pela diferença (Crato x Juazeiro). Mas novamente, o jargão "terra da cultura" é trazido como instrumento de questionamento, de não merecimento do título em face às práticas atuais do município. Outro trecho da matéria chama atenção:

> **Para a santa, sobra dinheiro**
>
> Enquanto o museu jaz, o Crato deve ganhar uma nova estátua de Nossa Senhora de Fátima. A prefeitura confirmou em fevereiro que o monumento será reconstruído e ficará ainda maior.
>
> Bruno Pedrosa critica essa contradição. Mesmo sendo católico, ele diz que o Crato busca uma característica que é autêntica em Juazeiro do Norte, enquanto perde a sua própria (Rodrigues, 2024, s/p).

Aqui é possível perceber um questionamento quanto às prioridades nos investimentos de ordem pública. No desenho da política local, o autor desenha uma mudança de rota: se antes as práticas priorizavam a cultura, agora a religiosidade (e, por consequência, o turismo dela decorrente) passa a ter mais vez. Coloca-se, dessa maneira, em xeque as bases

identitárias da cidade: se ao Crato cabia a valorização cultural em contraposição à principal marca de Juazeiro, que é a religiosidade popular, estaria havendo uma inversão de valores?

Diante dessa possibilidade, o protesto parece ser duplo: pela falta de preservação dos suportes outrora valorizados, e pela mudança de práticas, que já não mais poderiam sustentar os velhos discursos identitários.

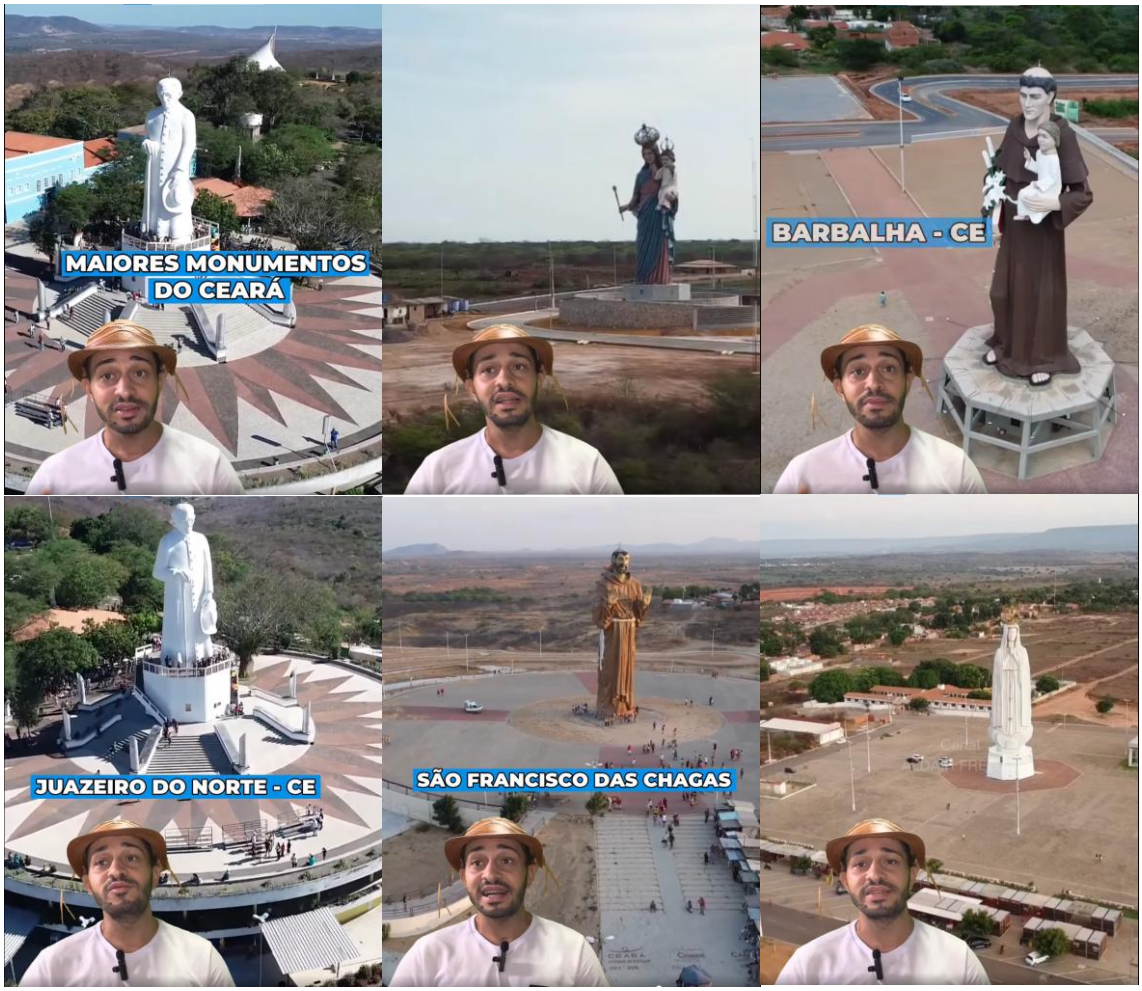
Quando Bruno Pedrosa reclamou que enquanto o museu jaz, "pra santa sobra dinheiro" (Rodrigues, 2024, s/p), há uma intenção de brigar pela manutenção de uma hegemonia que já não parece mais se sustentar, porque suas bases foram abaladas ("cidade da cultura", para diferenciar-se da cidade da religiosidade popular, Juazeiro).

Retomando os mecanismos de controle do discurso, cabe retomarmos essa matéria para observar algumas estratégias. Por exemplo, quando se destaca que Bruno Pedrosa é um "artista plástico cearense **que mora na Itália**", e que ele "foi o **fundador do Museu** de Arte Vicente Leite" (Rodrigues, 2024, s/p, grifos nossos), busca-se atribuir a ele um lugar de autoridade para reforçar seu discurso como verdadeiro. E nele, ele aciona outra autoridade (a religiosa) antes de se posicionar contrário às novas prioridades identitárias: "mesmo sendo católico", ele critica o que chama de contradição (como forma de descredibilizar a ação de investir na santa em detrimento do museu).

O turismo religioso é uma realidade no Cariri cearense. Cidades próximas a Juazeiro do Norte já têm suas estátuas para atrair romeiros em suas visitações: Crato com a estátua a Nossa Senhora de Fátima (que está passando por ampliação); Barbalha com a estátua de Santo Antônio (que embora tenha sua atratividade – a Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio –, é bastante pontual porque só ocorre em junho); Santana do Cariri com a estátua da Benigna[161]; etc.

[161] Que tem sido alvo de polêmica pelos resultados estéticos a desejar, executados por empresa não especializada. Ver: https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/opiniao/colunistas/paulo-henrique-rodrigues-o-ph/nova-estatua-da-beata-benigna-causa-polemica-no-cariri-entenda-1.3533175. Acesso em: 26 jul. 2024.

Figura 56: *frames* de vídeo com *ranking* das maiores estátuas católicas do Ceará: Nossa Senhora da Penha (Campos Sales, 23 m); Santo Antônio (Barbalha, 26m); Padre Cícero (Juazeiro do Norte, 27m), (Canindé, 30.25m); Nossa Senhora de Fátima (Crato, à época, 45m).



Fonte: Andre do Cariri; Jeito Nordestino (2023).

A corrida pelo status de maior estátua não parou em 2023. Em 2024 foi noticiada nova ampliação do monumento a Nossa Senhora de Fátima, no Crato, cujo projeto almeja atingir os 51 metros de altura. No site da Prefeitura Municipal do Crato (2024a, s/p) foi informado o anúncio da obra, pelo prefeito Zé Ailton Brasil (PT), que "[...] ressaltou a sua emoção ao destacar que esse era um dos momentos mais marcantes da gestão de quase oito anos à frente do executivo cratense".

É razoável inferir, da fala atribuída ao prefeito, uma busca por provocar, no leitor, algum sentimento positivo sobre a obra, bem como a associação desse político à temática da religiosidade – que tem forte caráter populista na região. A tentativa de comoção não foi exclusiva desse comentário:

> As primeiras peças que chegaram ao Crato causaram grande comoção de fiéis, pela perfeição dos traços da imagem de Nossa Senhora de Fátima, que

> traz a imagem original como modelo. Os olhos confeccionados na imagem chamam a atenção pelo brilho e o olhar piedoso e amoroso de Nossa Senhora (Prefeitura Municipal do Crato, 2024a, s/p).

É interessante que essas colocações vieram logo antes da justificativa apresentada para o investimento. Nela foi informado que além dos desgastes da estátua anterior (embora erguida há apenas uma década), houve o que chamaram de "necessidade de atualização estética" da escultura, decorrente de críticas, por parte de romeiros que a visitavam.

Até aqui podemos confirmar a interferência do setor turístico tanto nas práticas de valorização de bens culturais materiais de ordens arquitetônica, urbanística e do meio ambiente, quanto nas de desvalorização – pois a priorização de investimentos em um tipo de bem em detrimento de outros não favorece a adequada manutenção desses últimos.

Por consequência, vemos a reorganização do dispositivo segundo novos interesses: do ponto de vista religioso, é revista a tradicional oposição quanto a Juazeiro do Norte, como forma de tornar o município convidativo às visitas dos romeiros que vêm reverenciar a figura do Padre Cícero; no tocante aos bens culturais, a "repaginada" de edifícios e praças de valor simbólico histórica e estrategicamente construído ajuda a aumentar o tempo de permanência dos turistas na cidade; por trás disso, todo um sistema de aproveitamento desses visitantes é reforçado, e é nesse sentido que mapearemos novos agentes e seus interesses por trás da manutenção das construções identitárias sobre o Crato na atualidade.

No mais recente Plano Municipal de Cultura do Município, o museu do Crato segue tendo destaque (ver imagem a seguir). Contudo, não se assiste, ainda, à concretização dos projetos de salvaguardas propostos. Ainda que se noticiem, informalmente, estudos feitos junto a professores da Urca para inventário das edificações, oficialmente, nada ainda foi divulgado.

Figura 57: trecho do Plano Municipal de Cultura do Município, referente ao eixo de Patrimônio e Memória e Social.

EIXO 5: Patrimônio e Memória Social				
META 5.1: Promover a valorização e difusão do patrimônio material e imaterial e a memória social das comunidades cratenses				
AÇÃO	**PRAZO DA AÇÃO**			**INDICADOR DE RESULTADO**
	ATÉ 2026	**ATÉ 2030**	**ATÉ 2034**	
Projeto de Expografia do Museu Histórico do Crato e do Museu Vicente Leite.				Projeto implantado.
Atualização da Política Municipal de Preservação e Manutenção de imóveis urbanos cadastrados como unidades de interesse de preservação integrantes do patrimônio histórico e cultural do município, através da redução ou isenção do IPTU.				Política Municipal atualizada.
Elaboração do Plano de Salvaguarda do Patrimônio Cultural do Crato.				Plano elaborado.
Elaboração e implantação do Programa Municipal de Educação Patrimonial.				Programa elaborado e implantado.
Projeto "Territórios, Memórias e Afetos", visando oportunizar o acesso das populações locais e visitantes a processos de formação e informação sobre a história, a memória e a identidade dos territórios locais.				Projeto elaborado e implantado.

Fonte: Prefeitura do Crato (2024c, p. 38).

É fato que ao falarmos dos elementos que interferem no dispositivo identitário cratense estamos lidando com recortes, já que são infinitas as possibilidades de elementos que interferem nos jogos de poder locais, gerando reverberações de diferentes naturezas. Contudo, ao longo do presente capítulo foi possível demonstrar o funcionamento desse dispositivo, atingindo parte dos objetivos da tese.

Passamos, no tópico seguinte, ao apontamento de reflexos do dispositivo identitário cratense no âmbito da Câmara dos vereadores, considerando que as atas aí produzidas, bem como discursos e ações nelas registrados, são também elementos componentes desse dispositivo que trazem pistas sobre seu funcionamento.

4.2 Atas camarárias x dispositivo identitário cratense: possibilidades de análise

No presente subtópico aprofundaremos ainda mais a compreensão do dispositivo identitário cratense a partir da inserção de mais um elemento de análise: as atas camarárias. Por meio delas foi possível perceber tanto reflexos da atuação do dispositivo ao longo do tempo (incluindo as subjetivações de corpos que gerou), quanto informações sobre seu funcionamento na atualidade. As construções discursivas selecionadas, quando cruzadas com informações já apresentadas e outras fontes que ajudaram a melhor compreender as condições de possibilidade de sua enunciação, geraram percepções importantes sobre as demandas atuais às quais o dispositivo tenta responder, os agentes interessados no atendimento dessas pretensões, e resistências que ainda podem ser observadas nesse campo de forças.

A seguir, começaremos apresentando a câmara de vereadores dentro do recorte da análise de campo (duas primeiras décadas do século XXI), para melhor entendimento de como esse fórum atua e é composto. Depois incluímos, na análise, outros agentes locais de interesse, para além dos vereadores, de modo a ampliar o diagrama de forças atuante no Crato e no Cariri cearense.

4.2.1 Apresentando a Câmara de Vereadores do Crato, no século XXI

Sabemos que os posicionamentos que serão aqui destacados não correspondem, obrigatoriamente, à visão de todos os membros da Câmara. Denominada (pelos próprios vereadores) como "Casa do Povo", trata-se de um local composto por políticos que representam, em teoria, os diversos segmentos da população, onde se prevê a discussão dos temas de maior importância para o desenvolvimento do município.

Também temos ciência de que o gênero textual das atas envolve limitações na análise de algumas construções discursivas, por demandarem algumas simplificações e serem escritas porque quem não emitiu o enunciado. Contudo, essa observação não inviabiliza a validade de sua análise, tanto porque fornece algum tipo de aproximação com o que foi realmente dito (visto que os vereadores podem solicitar retificações antes da aprovação das atas), quanto pela importância desse tipo de documento para registrar posicionamentos individuais e coletivos (esses últimos decorrentes de alianças políticas).

As funções legislativas (que consiste em deliberar por meio de emendas à Lei Orgânica Municipal, leis, decretos legislativos e resoluções sobre todas as matérias de competência do Município) e fiscalizatórias (que inclui o julgamento de contas do prefeito e execuções orçamentárias) da Câmara de Vereadores estão previstas em Regimento Interno

(Câmara Municipal do Crato, 2012), instituído pela Resolução nº 163/08, de 04 de junho de 2008.

As competências e estrutura organizacional estão disponibilizadas em site (Crato, s/d.b). Apresenta outros cargos em sua composição, dos quais destacamos: a Mesa Diretora, órgão diretor dos trabalhos legislativos e administrativos da Câmara Municipal, composta por um Presidente, um Vice-Presidente, e dois Secretários (por meio de votação entre os vereadores); procuradores; assessores de imprensa, da presidência e dos vereadores; Secretaria Geral, Coordenador do Cerimonial e Arquivista.

A Câmara se reúne, anualmente, em dois períodos legislativos (de fevereiro a junho e depois de agosto a dezembro). Via de regra[162], isso ocorre por meio de sessões ordinárias, mas as sessões também podem ser extraordinárias (quando se tratar de matérias altamente relevantes e urgentes) ou solenes (em datas simbólicas). São assegurados o acesso do público em geral e a publicação de pautas e do resumo dos trabalhos por meio da imprensa.

Pela recorrência, em diversas atas analisadas, de registro de presenças de personalidades e autoridades locais, é pertinente registrar, ainda, que

> A convite da Presidência, por iniciativa própria ou sugestão de qualquer Vereador, poderão assistir os trabalhos, no recinto do Plenário, autoridades federais, estaduais e municipais, personalidades homenageadas e representantes credenciados da imprensa escrita e falada, que terão lugar reservado para esse fim (Regimento Interno da Câmara de Vereadores do Crato, Art. 51, § 2° - Câmara de Vereadores do Crato, 2012, p. 22).

Pontuadas essas considerações acerca dos propósitos e formas de funcionamento da "Casa do Povo" cratense, achamos válido apresentar um pouco do perfil das pessoas que a compuseram dentro do período de análise desse *corpus* da presente tese.

No período de 2000 a 2020, ocorreram 6 eleições municipais, tendo sido eleitos: em 2000, 21 vereadores; em 2004 e em 2008, 11 vereadores em cada ano; em 2012, em 2016 e em 2020, 19 vereadores em cada ano[163] – ver ilustrações a seguir, que pormenoriza a quantidade de vereadores por partido político em cada eleição, bem como o panorama geral do período analisado. No Apêndice B da presente tese encontra-se uma pormenorização

[162] A Câmara pode realizar sessões secretas quando seja o sigilo necessário à preservação do decoro parlamentar (Câmara de Vereadores do Crato, 2012, Art. 148).

[163] A diferença de números se deve a alterações legais relacionadas ao Art. 29, inciso IV da Constituição Federal, que prevê o número de vereadores. Antes eram 21 vereadores, mas em 2004 e em 2008 passou a ser de 11 vereadores porque houve alterações decorrentes da Resolução TSE (Tribunal Superior Eleitoral) nº 21.702, que atrelou a quantidade à população, estando o Crato na faixa de 95.239 a 142.857 habitantes. Posteriormente houve novas redações e inclusões dadas pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009, quando o Crato passou ao número de 19 vereadores, de acordo com a alínea F dos citados artigo e inciso constitucionais, referentes à faixa de 120.000 a 160.000 habitantes.

desses vereadores eleitos (incluindo seus partidos políticos, os prefeitos correspondentes de cada eleição e o percentual de mulheres eleitas – 7%).

Tabela 1: distribuição dos vereadores do Crato, eleitos entre 2000 e 2020, segundo os partidos políticos[164].

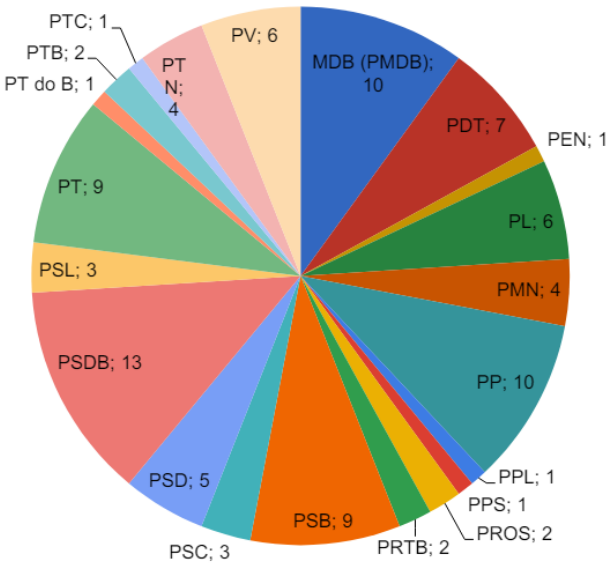
PARTIDOS POLÍTICOS X ELEIÇÕES

	2020	2016	2012	2008	2004	2000	**TOTAIS**
MDB*	2						2
PMDB*			3		3	2	8
PDT	3	1				3	7
PEN		1					1
PL					3	3	6
PMN	2	1			1		4
PP	2	2	2	2	1	1	10
PPL		1					1
PPS						1	1
PROS	2						2
PRTB	1	1					2
PSB	3	1	2	3			9
PSC		2		1			3
PSD		2	1			2	5
PSDB		1	2	3	2	5	13
PSL	1		2				3
PT	3	2	1	1		2	9
PT do B		1					1
PTB		1	1				2
PTC				1			1
PTN		1	3				4
PV		1	2		1	2	6
TOTAIS	19	19	19	11	11	21	

* mesmo partido, que teve mudança de sigla.

Fonte: autora (2024) [165] – com base em dados do TER-CE.

Gráfico 1: percentual de vereadores eleitos (2000-2020) por partido, no município do Crato.



[164] Ver o item "partidos políticos", na lista de siglas (elementos pré-textuais da tese).
[165] Com base em dados do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TER/CE).

Fonte: autora (2024) – com base em dados do TER-CE.

O informado percentual de mulheres eleitas (7%) para o cargo de vereador(a), no Crato, é sintomático da realidade nacional. Gráficos apresentados no site do Senado Federal (Lima; Portela, 2022), com base em dados do Tribunal Superior Eleitoral, mostram que em 2020, apenas 12,2% dos cargos de prefeitas/os foram ocupados por mulheres (menos da metade do percentual de candidatura). Esse quadro mostra não apenas uma problemática falta de validação feminina em espaços de poder, como a ausência de temáticas que usualmente são, por elas, levantadas como agenda política – a exemplo de igualdade e respeito à diversidade, equidade, justiça social, transparência dos atos públicos, participação e controle social[166].

Além da composição quantitativa, por assim dizer, a câmara abarca alianças e disputas políticas. Embora não seja o foco da presente tese esgotar o tema, lançaremos algumas pistas de interesse, para contextualização de discursos proferidos. Exemplo disso foi a polêmica relacionada à aprovação das contas do ex-prefeito Samuel Araripe, na virada entre as décadas de 2000 e 2010[167] - entre outras, que serão apresentadas a seguir.

Do ponto de vista partidário, vê-se uma predominância de políticos do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), seguida pelos partidos MDB (Movimento Democrático Brasileiro – antigo PMDB) e PP (Partido Progressista), e logo depois, aparecem o PT (Partido dos Trabalhadores) e o PSB (Partido Socialista Brasileiro). Isso mostra algum alinhamento com relação aos governadores eleitos nesse período: do PSDB, Tasso Jereissati (eleito em

[166] Vide II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (Vale, 2008).

[167] O caso gerou bastante repercussão porque a prestação de contas do ex-chefe do executivo já havia sido aprovada pelo Tribunal de Contas do Município (TCM), mas na plenária de 21 de outubro de 2013, a Câmara não seguiu o parecer do TCM (Santos, A., 2021). Entre os vereadores que votaram pela desaprovação das contas de Samuel Araripe estiveram: Luis Carlos (PSL), Nagila Rolim (PSD), Henrique Leite (PV), Espedito Ancelmo (PTN), Thiago Esmeraldo (PP), Fernando Brasil (PSB), Galego da Batateira (PMDB), Nando Bezerra (PTB), Luciano Saraiva (PSL), Paulo de Tarso (PMDB), Pedro Alagoano (PSB), Darcio Luiz (PSDB), Celso dos Frangos (PP) e Marquim do Povão (PMDB). Os que aprovaram, seguindo parecer do TCM, foram Guri (PV), Jales Veloso (PTN), Guer (PSDB), Bebeto (PTN) e Amadeu de Freitas – PT (Santos, A., 2021). Sobre o tema circulou, ainda, denúncia de compra de vereadores para essa votação. Segundo consta em notícia local, o então prefeito à época, Ronaldo Gomes de Mattos (PMDB) teria pagado R$ 50.000,00 para 9 vereadores, em sua residência, com o objetivo de garantir a votação que desaprovaria as contas de Samuel Araripe (MOURÃO, 2013). Em outra matéria, foi informado que o vereador Helder França (Guer – PSDB) – que era, então, cunhado de Samuel Araripe – apresentou pedido de delação premiada. Sobre seu depoimento, constam nomes, valores e personagens (Arruda, 2014). Embora tenha sido criada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar denúncias do ex-prefeito Samuel Araripe, de que teria sido vítima de extorsão por parte de alguns vereadores, a Câmara municipal votou pelo arquivamento dela. Os vereadores votaram e aprovaram o parecer da assessoria jurídica da Casa, que decidiu pela ilegalidade do requerimento (de autoria do vereador Bebeto Anastácio – PTN), alegando não terem sido preenchidos os requisitos básicos para a fundamentação do documento (Miséria, 2021). Votaram contra o arquivamento: Guri (PV), Bebeto Anastácio (PTN), Amadeu de Freitas (PT), Jales Veloso (PTN) e Guer (PSDB).

1994 e em 1998) e Lúcio Alcântara (eleito em 2002); do PSB, Cid Gomes (em 2006[168]); do PT, os últimos governadores – Camilo Santana, eleito em 2014 e em 2018, e Elmano, eleito em 2022[169].

4.2.2 Para além de vereadores: outras personalidades e entidades que influenciam políticas locais

Para que se possa melhor compreender alguns destaques dados a falas proferidas na "Casa do Povo", é preciso irmos além dos seus membros vereadores, fornecendo embasamento para uma compreensão mais aproximada da importância de outras personalidades e entidades que têm relevância nos jogos políticos e simbólicos locais.

É o caso, por exemplo, de Huberto Cabral, que embora não seja vereador, é uma reconhecida figura pública local, que ocupou o cargo de cerimonialista da Câmara em todo o período analisado. É digno de nota que esse jornalista e memorialista cratense tenha recebido pensão vitalícia por essa função[170]. Ainda que não tenha poder de decisão na câmara, pela função de orador que exercia, algumas informações das atas já ajudam a perceber sua influência política. A dita pensão vitalícia, certamente, é uma delas. Mas também o fato de a ele ser atribuído um lugar de autoridade quanto aos seus conhecimentos sobre a história local; fato que o levou a, recorrentemente, prestar (e ser acionado para prestar) homenagens a instituições e pessoas de destaque.

Seu destaque, em verdade, transborda os limites da Câmara municipal. Exemplos disso foram sua participação num desfile de 7 de setembro, em 2023, quando foi colocado em destaque, sozinho, por meio de veículo chamativo; e recente, em evento promovido pela prefeitura do Crato – de assinatura de ordem de serviço para restauração da antiga Casa de Câmara e Cadeia (que hoje abriga os dois principais museus da cidade) –, quando foi convidado a proferir discurso sobre o tema.

[168] Quando eleito em 2008, era do Pros – Partido Republicano da Ordem Social.
[169] Cf. lista de governadores do Ceará: https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_governadores_do_Cear%C3%A1.
[170] Votação em único turno do projeto de lei que concede pensão vitalícia para jornalistas "eméritos divulgadores da História do município do Crato, através dos trabalhos em emissoras de rádio deste município, como também em jornais, revistas e publicações com redações radiofônicas" – com aprovação por unanimidade (S. Extraordinária de 27/09/2013, fl. 130 verso).

Figura 58: foto de Huberto Cabral nas comemorações de 7 de setembro, no Crato.



Fonte: Autoria desconhecida[171] (07/09/2023).

Figura 59: fotos do evento de assinatura da ordem de serviço para restauração da antiga Casa de Câmara e Cadeia do Crato.



Fonte: Prefeitura Municipal do Crato (2025b).

Em diversas das falas, a ele atribuídas, que foram destacadas na análise do presente capítulo, esse "decano do jornalismo caririense"[172] reproduziu diversos dos discursos associados à atuação do dispositivo identitário cratense, já apontados no capítulo anterior.

[171] Foto veiculada em grupos de *Whatsapp* locais.
[172] Cesário (2020) apresentou esse rótulo para Huberto Cabral, quando este já havia dedicado 70 anos à profissão.



Além disso, outras falas dele ou sobre ele mostram sua articulação política, não apenas em escala local, mas estadual.

Quanto a suas conexões políticas, o seguinte trecho de ata é ilustrativo disso: "Bebeto Anastácio[173], que parabenizou o Cerimonialista Huberto Cabral que juntamente com o radialista Antônio Vicelmo **receberam uma homenagem da Câmara dos deputados** na semana anterior. " (75ª S. Ordinária, ata nº 74, de 02/12/2019, fl. 2, grifo nosso).

Como várias outras personalidades locais de prestígio, a conexão que ele tem com a imprensa (como já observado, lugar de forte poder por veicular, em massa, discursos para a população) é um ponto a ser considerado.

É o caso, também, de outra personalidade que será aqui destacada por sua articulação política local, ainda que não tenha sido vereador do Crato: o ex-deputado estadual, Ely Aguiar[174] (cujos três mandados ocorreram, de maneira consecutiva, entre 2007 e 2018). O trecho de ata, a seguir, é ilustrativo tanto do "bairrismo" típico cratense (de valorização dos seus, seguindo os preceitos das construções identitárias historicamente forjadas sobre si), quanto de outras personalidades políticas em nível estadual conectadas com a cidade.

> Huberto Cabral relatou fatos importantes do Crato, como eleição e posse de **Camilo Santana** como novo governador, "ilustre filho do Crato"; eleição de 2 deputados estaduais cratenses (**Ely Aguiar e José Ailton Brasil**), posse do novo chefe da Casa Civil do governo estadual (arquiteto **Alexandre Lacerda Landim**, ex-aluno do Colégio Pequeno Príncipe), posse do novo secretário de Saúde do Estado e de um senador (ambos ex-alunos do Diocesano), posse de médica como secretária executiva da Secretaria de Saúde de Pernambuco (ex-aluna do Santa Tereza), posse na secretaria de desenvolvimento de Pernambuco de um filho de economista cratense; "aprovação em primeiro lugar para o curso de doutorado pela universidade de Brasília da arquiteta **Ana Paula Campos Gurgel** ex-aluna do Colégio Pequeno Príncipe, aprovação de estudante do Colégio Wilson Gonçalves em prova de português; posse de cratense coo secretário de trabalho e desenvolvimento social do Ceará (S. Ordinária nº 1, de 02/02/2015, fl. 117 – frente e verso –, grifos nossos).

Observemos que os critérios para escolha daquele que mereceram destaque em sessão da Câmara foram de terem algum êxito frente à sociedade, e terem nascido e/ou estudado em escolas tradicionais do Crato. Até Ana Paula Gurgel, autora do artigo que integrou a problematização da presente tese, foi citada por sua aprovação no Programa de Pós-Graduação de uma universidade de renome nacional.

[173] PTN.

[174] Antes de ser político, ele ficou conhecido por sua atuação como repórter policial e apresentador de programas sensacionalistas. Ver: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ely_Aguiar.

No tocante a Ely Aguiar, que consta entre as personalidades ressaltadas por Huberto Cabral, a dissertação de Vieira (2012) ajudar a contextualizar sua influência política local. Nela é informado que a eleição de Ely Aguiar (PSDC) se deu com o apoio do então prefeito do Crato, Samuel Araripe. Essa informação pode ser ratificada por algumas reportagens jornalísticas locais:

Figura 60: registros de Ely Aguiar com Samuel Araripe: à esquerda, em evento carnavalesco cratense; à direita, em evento de assinatura de ordem de serviço[175].



Fontes: Mendonça (2008a; 2008b).

Samuel Araripe foi eleito vice-prefeito do Crato em 2000, pelo então Partido Popular Socialista (PPS[176]), tendo Walter Peixoto (PP – Partido Progressistas) como prefeito, integrando a coligação[177] "Melhor para o Crato" (PPB / PPS). Nas eleições de 2004 e de 2008, elegeu-se prefeito (pelo PSDB – Partido Social da Democracia Brasileira), com as respectivas coligações: PSDB/PP/PSL/PTN/PFL/PTC/PV[178]; PTC/PR/PSL/PTB/PSDC/PSDB/PSC/PPS. Ely Aguiar, por sua vez, foi eleito nos processos ocorridos em 2006, 2010 e 2014, em todas pelo partido PSDC (Partido Social Democrata Cristão[179]), incluso na coligação da última eleição de Samuel Araripe.

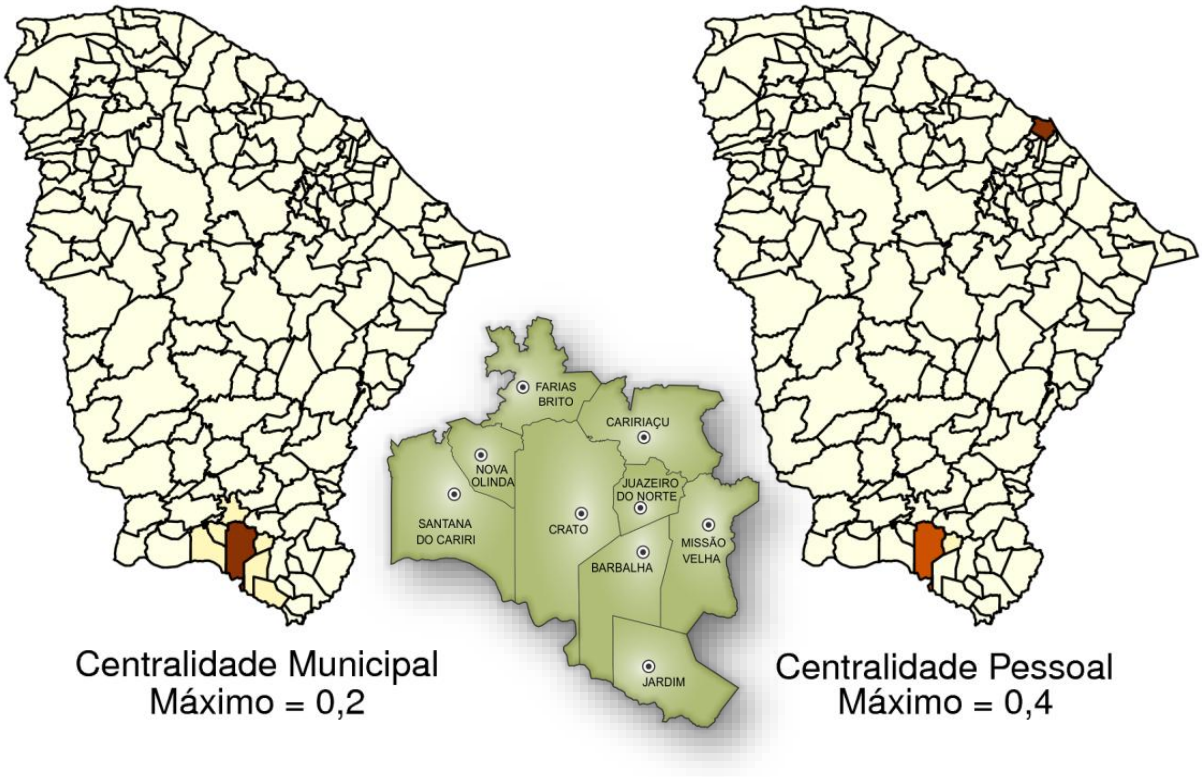
Em uma matéria – dentre várias veiculadas por Dihelson Mendonça, sobre Ely Aguiar –, foi apresentado um diálogo sobre a reforma da Praça Siqueira Campos, quando o então deputado estadual disse a seguinte frase: "Não fizeram e eu fiz **com a ajuda do Cid e do**

[175] Tratou-se da segunda e última etapa da reforma da Central de Abastecimento do Crato. Observar, em ambas as fotos, que Ely Aguiar está na ponta esquerda, e Samuel Araripe a seu lado.
[176] Nome alterado, em 2019, para Cidadania.
[177] De acordo com o Glossário do Tribunal Superior Eleitoral, quando dois ou mais partidos se unem para lançar candidaturas em conjunto, em uma determinada eleição, ocorre uma coligação (partidária ou eleitoral). Ver: TSE – Tribunal Superior Eleitoral. Secretaria de Comunicação e Multimídia. Você sabe o que é uma coligação partidária? O Glossário Eleitoral explica. TSE [Portal da Internet], Comunicação. Notícias, 31 jul. 2024 (atual. 06 mar. 2025). Disponível em: https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2024/Julho/voce-sabe-o-que-e-uma-coligacao-partidaria-o-glossario-eleitoral-explica. Acesso em: 16 abr. 2025.
[178] Ver o item "partidos políticos", na lista de siglas (elementos pré-textuais da tese).
[179] Desde 2018, denominado DC – Democracia Cristã.

Samuel" (Mendonça, 2008d, grifo nosso). Contextualizando, Cid Gomes foi governador do Ceará, eleito por dois mandatos (nas eleições de 2006, pelo PSB, e nas eleições de 2010, pelo Pros).

Retomando as análises de Vieira (2012), o mapa a seguir é ilustrativo da influência política do citado deputado estadual. Ela traz, em seu trabalho, dois índices por ela criados: Centralidade Municipal e Centralidade Pessoal. O primeiro "[...] indica a quantidade dos municípios que foram para o deputado – a importância deste para o município" e o segundo "[...] refere-se aos votos dos municípios que foram mais importantes para eleger o deputado" (Vieira, 2012, p. 47). Na imagem a seguir podem ser vistos os referidos índices de Ely Aguiar. Observar que as cores mais claras indicam menos votos, e as mais escuras, mais votos.

Figura 61: montagem de mapas: nas extremidades, o estado do Ceará, com a espacialização dos índices eleitorais do deputado estadual Ely Aguiar; ao centro, a RM Cariri.



Fontes: Vieira (2012, p. 90) e IBGE Cidades[180]. Edição da autora (2025).

No mapa acima é possível observar que a maior centralidade de votos do político é no Cariri cearense, e dentro dele, no município do Crato. Além das pistas dessa influência local, já apresentadas até aqui, e de outras que serão ainda apresentadas, posteriormente, Vieira traz

[180] https://www.cidades.ce.gov.br/regiao-metropolitana-do-cariri/.

algumas informações: além de cratense e de ter sido repórter, apresentador e radialista, o político emite falas como: "Meu primeiro compromisso é com a cidade do Crato e com a região do Cariri" (Anuário do Ceará, Jornal O Povo *apud* Vieira, 2012, p. 90).

Como reflexos de sua atuação e conexões com o Crato, foi citado em diferentes atas camarárias, ao longo dos anos. Em 2006, o então vice-presidente da Câmara, Francisco Gilson (PL), destacou homenagem recebida por Ely Aguiar na ocasião de sua visita ao município, "pelo movimento cultural Rapadura Cultural, do também radialista Jorge Carvalho" (S. Ordinária nº 69, de 20/02/2006, fl. 159); e depois, o político foi agraciado pelo legislativo municipal com a Medalha Bárbara de Alencar, momento em que foi descrito como "responsável por espaço de grande audiência na TV Diário e grande divulgador das coisas do Crato no meio artístico cearense" (S. Ordinária nº 81, de 05/04/2006, fl. 170 verso).

Entre 2010 e 2014, várias alusões a Ely Aguiar foram feitas na Câmara de Vereadores do Crato, sobretudo no tocante às obras relacionadas à construção do Monumento a Nossa Senhora de Fátima – a maioria delas, positiva, de agradecimento pelos seus esforços[181], mas em uma foi questionado por um vereador: quando, em sessão, debatia-se a falta de acesso adequado à estátua, Fernando (ou José Nilton) Brasil (à época, do PSB) disse "[...] ter sido aquele setor de peregrinação religiosa **feito a toque de caixa**, **havendo interesse político do deputado Ely Aguiar**, e ainda mais em **proximidade de período de eleição**" (S. Ordinária nº 136, de 04/11/2014, fl. 92 verso, grifos nossos). Essa dissonância é elucidativa, porque denuncia disputas de poder.

Observando os posicionamentos políticos de Ely Aguiar, é possível ver o que parece ser uma consonância com seu partido político: a valorização de ideais cristãos. Com isso, mobilizar-se para conseguir R$ 946.856,25 de recursos para a construção de uma estátua alusiva a uma religião (católica), ainda que questionável do ponto de vista constitucional[182], é certamente uma medida que alcança fiéis com ela sintonizados – lembrando que aqui se

[181] O vereador Guer, aliado político (e do mesmo partido, PSDB) do ex-prefeito Samuel Araripe, informou continuidade de construção da área da estátua de N.Sr.a de Fátima, renovando agradecimento ao deputado Ely Aguiar sobre o tema (S. Ordinária nº 29, de 14/05/2013, fl. 67 verso). Pedro Eugênio – conhecido como Pedro Alagoano, no período integrava o PSB (Partido Socialista Brasileiro) – destacou o empenho de Ely Aguiar em instalar a "belíssima estátua de Nossa Senhora de Fátima [...] ocasião em que tem o objetivo de lançar o nome do Crato entre os grandes municípios que veneram suas crenças [...]" (S. Ordinária nº 110, de 09/06/2014, fl. 46 verso).

[182] Segundo A Assessoria de Comunicação do Portal (JusBrasil, 2013, s/p), o Ministério Público do Estado do Ceará entrou com uma Ação Civil Pública tentando barrar segunda etapa de construção do monumento de Nossa Senhora de Fátima no município do Crato. A alegação, por parte do promotor de Justiça, foi de que a utilização de "[...] recurso público para a construção de monumento com cunho religioso lesa frontalmente o Estado Democrático de Direito".

incluem os romeiros. Logo, vê-se uma possível estratégia política populista; mas também, econômica, como se verá mais adiante.

Sobre a inauguração da praça no entorno da estátua de Nossa Senhora de Fátima no município do Crato, foi registrada fala de Ely Aguiar pela assessoria de imprensa da Assembleia Legislativa do estado:

> Ely Aguiar explicou que o projeto tem como objetivo incrementar o turismo religioso na região do Cariri. 'A ideia é desenvolver cada vez mais o turismo religioso; **o Cariri já vive um misticismo, hoje, muito grande em torno do Padre Cícero Romão Batista. Só a indústria do turismo religioso é que poderá fazer com que a região se desenvolva cada vez mais**', argumentou.
>
> Conforme o parlamentar, o objetivo tem sido atendido, uma vez que a santa recebe hoje uma **média de 10 ônibus diariamente**. 'Durante os festejos de Nossa Senhora, é uma multidão incalculável. **As pessoas que vão até Juazeiro do Norte visitar o padre Cícero vão a Nossa Senhora de Fátima, e quem vai a Nossa Senhora de Fátima vai ao padre Cícero, e aí fica o intercâmbio entre as duas cidades**', comentou.
>
> O deputado relatou que **o monumento foi colocado no bairro mais pobre, onde as pessoas não tinham, segundo ele, nenhuma perspectiva**. 'Hoje, os moradores estão reformando suas casas, dezenas de casas estão sendo construídas no bairro, que tomou outro aspecto', acrescentou. (ALECE, 2018, s/p, grifo nosso).

Além da já compreendida e explicitada política de investimento no turismo religioso, aqui apresentado como uma indústria (que dá uma ideia de robustez e perspectiva de desenvolvimento). Assume-se, efetivamente, as pazes com o Padre Cícero, mas de modo que não pareça que se está tomando algo (turistas) por empréstimo (já que se tem a santa para oferecer). São apontados dados do número de ônibus, porque isso endossa e justifica a importância da grande soma investida.

Mas outro ponto aqui chama atenção: a escolha do local para construção do monumento. Segundo o deputado, um bairro menos favorecido, de maneira que o empreendimento é rotulado como um redentor, a partir do qual pessoas puderam ter alguma perspectiva de vida. Retomaremos esse ponto a seguir.

No tocante ao turismo, o deputado pode ser conectado à atuação de outra deputada, também analisada por Vieira (2012): Ana Paula Cruz (Partido da Frente Liberal – PFL). Assim como Ely Aguiar, a concentração dos seus votos (30.793 – mais que Ely) foi na região do Cariri cearense, sobretudo em Juazeiro do Norte (município onde seu pai, Carlos Cruz, e seu avô, José Geraldo Cruz, foram prefeitos – esse último, por 5 mandatos). De acordo com Vieira (2012, p. 89), "Ana Paula Cruz assumiu o mandato como suplente da coligação

PMDB-PSB-PT-PP [...] Sua família é ligada ao grupo do ex-governador Adauto Bezerra e atualmente a deputada é aliada de Wellignton Landim (PSB) e de Eunício Oliveira (PMDB)".

Em outro trecho registrado no site da Assembleia Legislativa do Ceará (Alece, 2013, s/p), Ely Aguiar argumentou que a dificuldade de instalação de novos empreendimentos, públicos e privados, no Crato, pode estar gerando uma perda de espaço em relação à "cada dia mais cosmopolita", Juazeiro do Norte. Ao apontar que o projeto de turismo religioso estava em marcha, destacou o empenho da "bancada caririense na Assembleia Legislativa, que busca com dificuldades projetos e recursos para a região, melhorando, por exemplo, as condições das estradas da região". Segundo consta no texto publicado, a deputada Ana Paula Cruz (PRB) endossou sua exposição, dizendo que dito projeto só iria levar melhorias para a cidade do Crato e para a região.

Em ata da Câmara do Crato, consta cópia de um requerimento (nº 2865/2003) da deputada Ana Paula Cruz, solicitando ao Governo do Estado a criação de uma Linha Turística ligando Juazeiro do Norte, Crato, Arajara, Barbalha, "[...] devido a importância do Turismo e desenvolvimento da região do Cariri" (S. Ordinária nº 187, de 15/10/2003, fl. 65 verso).

Ainda no bojo da ligação entre turismo e religião, outras instituições locais, externas à câmara, merecem destaque por integrarem os jogos de poder ali incidentes: a Câmara de Dirigentes Logistas (CDL) do Crato e a Diocese da Igreja Católica.

Viana (2017), assim como Silva (2019), o autor entendeu que o ICC teve papel destacável no incentivo a esse setor, desde, pelo menos, os anos 1960. Mas um dos discursos apregoados no auge de sua atuação, o de diferenciação em relação à Juazeiro do Norte, passou por uma mudança. Em teoria, ela decorreu de uma alteração de postura do Vaticano, em virtude de sua modernização, gerando flexibilizações em relação à religiosidade popular. Mas na prática, recaem interesses outros: os romeiros que vêm a Juazeiro do Norte são lidos como turistas, no Crato. Daí o interesse da CDL e da Igreja Católica no turismo, promovendo ações recepção a esses grupos (Viana, 2017).

Já foi citado, no tópico 2.1, os contextos políticos, programas e ações que incidiram no Crato do ponto de vista de desenvolvimento urbano pautado no turismo e no seu papel enquanto cidade de porte médio. Mas cabe lembrar aqui, para conectar com o tema, que uma das ações desenvolvidas nos primeiros anos do século XXI foi a busca por tombamentos estaduais, dando mais respaldo ao turismo cultural.

Em verdade, mais que isso, Viana (2017) atenta como a patrimonialização de alguns bens (como o sítio Caldeirão) era conveniente para viabilizar projetos que demandavam

grandes investimentos. Nesse período inicial, inclusive, o prefeito do Crato era Walter Peixoto (2001-2004), que definiu o turismo como uma das prioridades do seu governo. E para tal, diversos bens foram mobilizados no sentido de reforçar o circuito turístico, como o Monumento a N.Sr.a de Fátima (inclusive pelo seu título de "a maior", frente a muitas) e a Expocrato – cujo fluxo de visitantes também foi lido como potencial para consumo turístico.

Buscando entender a expansão urbana que vem se consolidando no Crato, sobretudo na primeira década do século XXI, Abreu (2017) destacou, como agentes produtores dessa produção urbana, os governos estadual e federal, inclusive a partir de investimentos de diversos equipamentos públicos em prol do processo de urbanização da região.

A Diocese do Crato também entra nesses dois cenários, de agente produtor do espaço e de interessada no turismo, por um duplo viés: primeiramente, como já informado, por ser detentora de diversos imóveis voltados ao aluguel; e quanto ao segundo, tanto pela presença de diversas lojas ligadas a setores que dão sustentação ao turístico (de alimentação, vestuário e perfumaria) em imóveis que têm a Igreja como locadora ou arrendadora; quanto porque "A igreja possui também sua própria loja ligada a artigos religiosos (loja da sé) que vende e comercializa artigos religiosos como santos, estátuas, colares, crucifixos, dentre outros" (Oliveira Filho; Costa, 2016, p. 112).

Os mesmos autores, supra, ratificam o papel de Ely Aguiar na promoção do turismo religioso.

> Um importante marco da indissociável relação entre Estado e Igreja na cidade do Crato foi a construção da Estátua de Nossa Senhora de Fátima no bairro Barro Branco (hoje Nossa senhora de Fátima), onde foi construindo um importante monumento religioso, ligado à Igreja Católica por um projeto de lei do Deputado Estadual Ely Aguiar com apoio do Governo do Estado do Ceará, no intuito de incentivar o turismo religioso na cidade e a **consolidação e criação do roteiro da fé no Cariri** [...]. A construção da Estátua de Nossa Senhora de Fátima é uma das maiores do Brasil e da América Latina, sendo importante também como espaço simbólico ligado ao turismo, mas também atraindo investimentos para o local, como restaurantes e, em especial, dinamizando o comércio ambulante e informal com a venda de artigos religiosos (Oliveira Filho; Costa, 2016, p. 116, grifo nosso).

No tocante ao citado "roteiro da fé", Oliveira Filho e Costa (2016) esclarecem que se trata de uma política estadual que tem, como intuito, atrair investimentos e capitais nacionais e internacionais, com vistas ao desenvolvimento regional – por meio do turismo religioso. Nesse roteiro, há uma centralização na cidade de Juazeiro do Norte, mas também abrange a cidade do Crato, por meio de visitas à sede da diocese, à Igreja Matriz, ao Caldeirão de Santa Cruz do Deserto e à Estátua de Nossa Senhora de Fátima.

O ICC, que já pensava no investimento no turismo cultural (do ponto de vista das demais edificações emblemáticas das construções identitárias forjadas para o Crato), também possuía ligações, longa data, com a CDL, por meio dos seus membros. Em edição de 1993, foram dadas informações sobre J. Lindemberg (como já dito, grande entusiasta do turismo no Crato desde finais dos anos 1950), então diretor da Revista Itaytera (um dos seus fundadores) e ex-presidente do ICC: além de sócio de várias entidades importantes das letras e da imprensa[183], ele também era chefe do Escritório da Junta Comercial do Estado do Ceará (no Crato) e secretário-executivo do Rotary Club do Crato, da CDL do Crato, do Sindicato dos Lojistas do Crato, e ainda mantinha uma coluna social diária na Rádio Educadora do Cariri (Revista Itaytera, 1993).

Ainda na seara de mapeamento de instituições que dialogam com as políticas locais, outras também precisam ser mencionadas. Retomemos o apontamento dos realizadores do Dossiê que embasa a candidatura da Chapada do Araripe: Governo do Estado do Ceará e Secretaria da Cultura do Estado (Secult); Urca e Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap); Sistemas Fecomércio e Serviço Social do Comércio (Sesc) Ceará; a Fundação Casa Grande; GeoPark Araripe; e Instituto Cultural do Cariri (Dossiê Chapada do Araripe, 202-).

Ainda no âmbito do setor comercial, figuram o FeComércio e o Sesc Ceará (que tem ramificações no Cariri). Reforçando as políticas estaduais já mencionadas, também aparece o Governo do Estado por meio da secretaria promotora tanto dos tombamentos já efetuados, quanto de ações de promoção cultural.

A Fundação Casa Grande, sediada em Nova Olinda – CE (onde tem ocorrido os Seminários em prol da citada candidatura[184]), é peça-chave na conexão com a Unesco e outras entidades, desenvolvendo pesquisas importantes no tocante à arqueologia social, e contribuindo para o estabelecimento de marcos na educação patrimonial brasileira[185]. E na conexão com outros atores locais, o ICC figura parceiro-chave.

Antes de seguirmos para o próximo subtópico, uma ponderação merece ser feita sobre os interesses também científicos em torno da região do Cariri cearense – e por consequência,

[183] Sócio correspondente da Academia Petropolitana de Letras (Petrópolis – RJ); sócio da Associação Cearense de Imprensa; sócio e ex-Diretor da Associação Cearense de Jornalistas do Interior.
[184] Para a sexta edição do "Seminário Internacional Bacia Cultural Sociobiodiversa da Chapada do Araripe - Patrimônio da Humanidade", que deverá ser realizada na Fundação Casa Grande (Nova Olinda) entre os dias 5 e 7 de junho de 2025, estão previstas as presenças de representantes de 13 países (O Povo CBN Cariri, 2025).
[185] Sobre o tema, ver dissertação de Fernanda Biondo: "Desafios da Educação no Campo do Patrimônio Cultural: Casas do Patrimônio e Redes de Ações Educativas", defendida pelo mestrado profissional do Iphan (em 2016), disponível em: https://repep.fflch.usp.br/sites/repep.fflch.usp.br/files/u5149/Fernanda-Biondo_Disserta%C3%A7%C3%A3o-completa.pdf.

a influência de outras personalidades/instituições nacionais e internacionais. Em notícia veiculada por Mendonça (2008c), foi apontado o convite feito a Alexandre Magno Feitosa Sales, para proferir a palestra na temática de "Monumentos geológicos, e conservação e geoturismo/geoparks", no âmbito do 44º Congresso Brasileiro de Geologia. Ele foi professor da Urca e um dos implantadores do Geopark Araripe, juntamente com os professores Gero Hillmer (da Universidade de Hamburgo, Alemanha) e André Herzog, ex-reitor da Urca.

No ano seguinte, em jornal local foi emitido alerta sobre a possibilidade de perda do selo de Geopark. Na notícia foram citadas pesquisas do alemão Gero Hillmer "Contendo provas inequívocas da existência de um continente ancestral (Gondwana)". Em resposta ao risco apresentado, foi apontado posicionamento do governo do estado:

> O Governo do Estado do Ceará, por sua vez, garante que **o Geopark Araripe — por coincidir geograficamente com o Projeto de Desenvolvimento Econômico Regional do Ceará - Cidades do Ceará** – Cariri Central, ligado à Secretaria das Cidades, — **é sim prioridade**.
>
> [...]
>
> No caso do Geopark Araripe, destaca, há um "caldeirão de possibilidades" redescoberto nos últimos seis meses, com **um projeto amplo de desenvolvimento regional, considerando as duas atividades-chave: turismo e calçados**; **com previsão de abranger Crato**, Juazeiro do Norte, Barbalha e mais seis municípios: [...]
>
> A Universidade Regional do Cariri (Urca) continua sendo a gestora oficial, incluindo pesquisa e extensão. Mas a mobilização geral fica com a Secretaria das Cidades.
>
> Estão distribuídas entre órgãos afins, ações como gestão e educação ambiental; sensibilização da comunidade; a**poio à atividade turística e animação cultural**; comunicação e divulgação; integração das atividades econômicas; governança, construção de parcerias e alavancamento de negócios; assim como estruturação física dos geotopes ou geosítios (acesso e infraestrutura local); manutenção; e também segurança. [...] Também estão previstas ações complementares, como a **construção do Centro de Eventos e Cultura do Cariri, no Crato**, com licitação prevista para o primeiro semestre de 2009. (Crispim, 2009, grifos nossos).

O aproveitamento de recursos de um projeto estruturante de desenvolvimento em escala regional para investimento no Geopark ratifica o nível de interesse no desenvolvimento da região pelo viés turístico (seja ele de caráter cultural, educativo ou científico). E a construção de grandes equipamentos (como o Centro Cultural Cariri[186]) corrobora esse intento.

[186] É mister informar que o escritório Carvalho Araújo, contratado para transformar o antigo Hospital Manuel de Abreu no Centro Cultural Cariri tem, em seu portifólio, projetos em várias localidades brasileiras e internacionais. Ver: https://www.carvalhoaraujo.com/all-projects/.

O interesse internacional é notório, mas não é de agora. Como apontado no início do capítulo 2 e no tópico 3.1, o Crato recebeu visitantes estrangeiros desde tempos remotos, interessados em suas riquezas hídrica, fossilífera e de fauna e flora.

Mais recentemente foram veiculadas notícias de um evento ocorrido a partir de uma ação conjunta do Geopark Araripe Mundial da Unesco, Urca, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e Ministério das Relações Exteriores (MRE), tem o suporte financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Urca, e apoio institucional das instituições convidadas. Tratou-se do I Colóquio Sobre o Patrimônio Fossilífero do Brasil, que foi realizado no Museu de Paleontologia Plácido Cidade Nuvens, em Santana do Cariri-CE (MCTI, 2025). As imagens a seguir, que apresentam convidados confirmados, ratificam as intenções de avanço em tratativas internacionais, não apenas para seguir com a repatriação de fósseis e ampliar a cooperação entre instituições brasileiras e estrangeiras na área da paleontologia, mas para inserir a região na rota turística internacional.

Figura 62: convidados confirmados para evento internacional ocorrido no Museu de Palentologia (Santana do Cariri-CE), em 2025.



Fonte: Geopark Araripe (2025).

Diante do exposto, percebe-se que no contexto de implantação das políticas locais interferem interesses estaduais, nacionais e mesmo internacionais. Essa contextualização foi necessária para ambientar, na análise pretendida, os jogos de poder que compõem o diagrama de forças local, diretamente atrelado ao dispositivo identitário cratense.

Sendo a Câmara dos Vereadores do Crato parte integrante desse dispositivo atuante na localidade (em suas formas mais ou menos discursivas), o tópico a seguir se propõe a sistematizar alguns reflexos dessa relação.

4.3 (Reflexos da) Atuação do dispositivo identitário cratense nas atas camarárias

Como apontado, foram pesquisadas atas referentes às duas primeiras décadas do século XXI. Assim como Cortez (2000) demonstrou inquietação com a repetição de epítetos sobre o Crato, a leitura dessas atas, mesmo tendo ocorrido duas décadas depois, trouxe à tona diversos discursos já mencionados por ela e outros autores, analisados no Capítulo 3. Não se trata, pois, de mera coincidência, mas de reflexos da atuação do dispositivo identitário cratense.

Do mesmo jeito que os membros do ICC, outrora, trouxeram recursos de repetida e exaustiva exaltação de personagens e fatos tidos como mais relevantes para a história do Crato (da elite local), os intelectuais do referido instituto foram, diversas vezes, citados e homenageados na Câmara, bem como tiveram espaços para divulgação de seus eventos (como nomeações de novos membros[187] e lançamentos de obras).

Num primeiro momento, vê-se, nessa prática, reflexos no imaginário coletivo da atuação desse instituto, lido como uma espécie de "guardião da história e da cultura local". De modo similar ao "período heroico" do Sphan, relativo às primeiras décadas de atuação de intelectuais no órgão, os membros do ICC parecem ser (ou se colocarem) como uma espécie de heróis de nova geração – ao menos, para parte da sociedade cratense.

Sem embargo, olhando de maneira mais atenta para esse lugar de destaque de discursos e rituais dos membros do ICC, na câmara, observamos reflexos da atuação de um dispositivo que, secularmente, vem subjetivando corpos, criando vontades de verdade e

[187] São exemplos de convites do ICC para posse de cadeiras: (S. Ordinária nº 234, de 09/06/2004, fl. 192); da Poetisa Anilda Figueiredo, na cadeira nº 4 da sessão de Folclore Eloi Teles de Morais (S. Ordinária nº 220, de 14/04/2004, fl. 154; S. Ordinária nº 221, de 19/04/2004, fl. 158 verso; S. Ordinária nº 221, de 19/04/2004, fl. 159 verso).

docilidades que interessam a grupos dominantes locais (e, como vimos, em escalas ampliadas também).

São dignas de nota, inclusive, algumas ligações entre membros da câmara e o ICC. Alguns exemplos disso: o cerimonialista Huberto Cabral já foi Secretário Geral do ICC e primeiro ocupante da cadeira "Artes e Ofícios"[188]; o vereador José Huberto Tavares (PSD), além de ter sido ocupante de cadeira do ICC[189], em ata, destacou a importância de ser um dos seus membros, ao passo que reverenciou o intelectual Tomé Cabral dos Santos: "personalidade que honrou o ICC, com sua presença entre os seus membros[190]" (aqui vemos uma espécie de retroalimentação da autoridade dessa sociedade de sábios, pois demonstra-se a articulação de figuras de notório saber a um instituto, ao passo em que se indica estar atrelado a esse espaço de prestígio social); Antonio Alcides Peixoto fez fala na câmara sobre suas intenções, quando assumiu a função de presidente da Fundação Cultural J. de Figueiredo Filho, fruto da atuação do ICC[191]; a professora Maria de Fátima Bento (do curso de História da Urca) fez homenagem ao centenário de nascimento do "brilhante" jornalista e escritor cratense José Alves de Figueiredo Filho, citando sua biografia e trabalhos sobre a história do Crato e do Cariri e, ao final da sua fala, alguns vereadores parabenizaram a iniciativa e pelo esforço em "**reativar, principalmente para a juventude cratense e caririense**, o que foi a participação de J. de Figueiredo Filho na história caririense [...] uma das mais importantes personalidades da história do município do Crato" (S. Ordinária nº 227, de 17/05/2004, fl. 174, frente e verso, grifos nossos).

Sobre essa última citação, é importante verificar a intenção de que a mensagem do historiador, e a ótica do ICC que ela representa, perpetuem por gerações. Retomando as estratégias de construção de narrativas identitárias, aqui vemos a *invenção da tradição* (Hall, 2006), porque nessas práticas de resgate, que têm natureza ritual (pela recorrência na Câmara) e simbólica, estão sendo incutidos valores e normas de comportamento por meio da repetição, para que assim, o passado histórico (construído) não seja esquecido.

Outros tópicos que denotam a atuação do dispositivo identitário no Crato podem ser observados. A valorização do **heroísmo** se mistura ao **patriotismo**, à **civilidade** e à **superioridade**, mantendo muitos dos personagens e fatos já vistos em destaque. Um exemplo é trazido pelo vereador José Huberto[192], que em forma de "culto" aos valores históricos da

[188] Cf. https://institutoculturaldocariri.com.br/integrantes/. Acesso em: 14 abr. 2025.
[189] Idem nota anterior.
[190] S. Ordinária nº 3, de 05/05/2001, fl. 9.
[191] S. Ordinária nº 80, de 17/04/2002, fl. 44.
[192] Como já dito, foi membro do ICC.



cidade, fez uma análise em forma de efemérides. Nela destacou "principais e importantes fatos da história do Crato", dentre os quais estiveram: a ida de voluntários para a guerra do Paraguai; a fundação da Casa de Caridade, pelo padre Ibiapina; e a figura do diácono José Martiniano de Alencar, "grande líder revolucionário e político do século passado que muito lutou pela independência do Brasil" (S. Ordinária nº 3, de 05/05/2001, fl. 9).

Novamente, figuram os mitos fundadores, invenções histórico-culturais formuladas por convenções entre a elite e a Igreja locais. E nesse sentido é importante lembrar um perigo apontado por Costa e Fonseca-Silva (2014, p. 52): quando as "verdades" são universalizadas há um "[...] atropelamento das possibilidades de apreciação da dúvida", de se colocar em questão. Mas isso corrobora a estratégia de criação de mitos fundadores por meio de estórias calcadas num passado distante suficientemente para que as origens "se percam" no tempo mítico; ou mesmo que limitem possíveis questionamentos sobre suas construções.

Diversos outros exemplos vieram de Huberto Cabral. Em distintas ocasiões, o cerimonialista trouxe fatos históricos para justificar homenagens a personalidades e a datas comemorativas que abordou. Por exemplo, a "heroína Bárbara de Alencar e seus filhos" foi por ele citada em diversas ocasiões: no dia em que José Martiniano de Alencar proclamou a Independência no Crato[193]; no aniversário de 155 anos da cidade do Crato[194]; em aniversários de nascimento "da heroína"[195]; nos 190 anos de instalação da Comarca do Crato[196]. Também o vereador George Hugo da Silva Macário (PSDB) fez destaque sobre Bárbara de Alencar num momento significativo de sua presença na Câmara: o dia em que tomou posse da função de vereador[197].

Assim, ao ritualmente retomar as figuras emblemáticas que secularmente alimentaram a construção identitária sobre o Crato, no âmbito da Câmara, a mensagem passada é de pactuação dos valores que esses símbolos representam: o bom cratense, aquele civilizado, consciente de sua história e de seus valores de superioridade, patriotismo e bravura. E como o dispositivo identitário funciona também por meio de agenciamentos concretos, é válido citar a manutenção da prática de construção de monumentos na cidade, como desde a Antiguidade Clássica se fez: com a função de rememorar, de lembrar a todo tempo, para um determinado grupo social, a evidência de um representante do poder. Por meio do Requerimento nº 1702012 de 2020, de autoria do Parlamentar Mauricio Almeida Filho, foi enviado ofício ao

[193] S. Ordinária nº 87, de 03/05/2006; S. Ordinária nº 224, de 03/05/2004, fl. 167.
[194] S. Ordinária nº 253, de 20/10/2008, fl. 182 frente e verso.
[195] S. Ordinária nº 2, de 16/02/2005, fl. 59; S. Ordinária nº 200, de 11/02/2007[2008], fl. 120 verso.
[196] S. Ordinária nº 198, de 17/12/2007, fl. 118.
[197] S. Ordinária nº 36, de 01/08/2011, fl. 110.



Exmº. Sr. Prefeito Municipal do Crato, Jose Aílton Brasil, solicitando uma estátua em homenagem a Bárbara de Alencar, considerando seus feitos históricos pela cidade do Crato e região do Cariri. Inclusive, para o proponente, não importava a localidade, desde que tivesse destaque no município.

Outra estratégia adotada – como ocorreu por ocasião da chegada do ICC, que trouxe várias denominações de ruas para a cidade (Cortez, 2000) – foi a nomeação de equipamentos e espaços públicos em alusão a Bárbara de Alencar e família, reforçando a construção identitária em torno desses personagens históricos: o projeto de lei nº 14/2002, de André Esmeraldo, denominou o Cine Teatro municipal (antigo Cine Moderno) de "Cine Teatro Bárbara de Alencar"[198]; foi criado o Memorial Bárbara de Alencar (o convite para a solenidade foi enviado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará[199], mas em 2012 foi também informada a instalação, na Assembleia Legislativa do Ceará, do Memorial Bárbara de Alencar[200]); em 2009 foi criado um Projeto de Resolução (nº 06/2009) que concedia o título de Cidadania Cratense a Bárbara de Alencar (*in memoriam*)[201] cuja votação se deu unanimemente favorável[202]; em 2010 a Fundação Cultural J. de Figueiredo Filho enviou ofício (nº 0025/2010) informando que a Semana Nacional dos Museus teria como tema "A Revolução de 3 de maio de 1817", "[...] reverenciando a memória dos nossos ícones históricos, Bárbara de Alencar, Tristão e Martiniano, entre outros"[203]; foi criada uma Medalha de Mérito em seu nome, que foi atribuída a personalidades de destaque, a exemplo do Bispo Diocesano do Crato, Dom Fernando Panico[204] e de Violeta Arraes[205]; mais recentemente, foi enviada, à Câmara Municipal, proposição[206] de autoria do parlamentar Mauricio Almeida Filho (PDT), que envia oficio ao prefeito municipal do Crato, Jose Aílton Brasil, solicitando uma estátua em homenagem a Bárbara de Alencar, a ser implantada em qualquer localidade de destaque no município.

Cabe destacar que a alusão a personalidades importantes do Crato (como a família Alencar) traduz, também, uma espécie de bairrismo, em que são os próprios cratenses os merecedores de maior atenção e prestígio. Inclusive, em algumas passagens referiu-se a

[198] S. Ordinária nº 88, de 22/05/2002, fl.. 60.
[199] S. Ordinária nº 204, de 17/12/2003.
[200] S. Ordinária nº 147, de 17/12/2012, fl. 136 verso.
[201] S. Ordinária nº 15, de 06/04/2009.
[202] S. Ordinária nº 16, de 07/04/2009.
[203] S. Ordinária nº 88, de 02/04/2010, fl. 115 verso.
[204] Decreto nº 17100002/2003 (S. Ordinária nº 190, de 29/10/2003).
[205] S. Ordinária nº 246, de 13/09/2004, fl. 18.
[206] Requerimento número 1702012 de 2020.

pessoas como "filhos do Crato"[207], ou como membros de "tradicional família cratense[208]", em um tom de maior merecimento de carisma por isso. Isso retoma, também, a identidade pela oposição, tão marcante nas construções identitárias do século XX.

Como dito, o **patriotismo** também foi vinculado ao sentimento de **nação**, de uma identidade nacional forte, de modo que as reverberações da atuação do ICC no período da **Ditadura Militar**. Como consequência disso, vemos uma ainda grande valorização das instituições disciplinares do Exército e da Polícia Militar no cenário cratense. Costumeiramente, elas já são correlacionadas à ideia da civilidade, pelo controle da "barbárie", estabelecendo a ordem para o progresso. Mas no caso específico do Crato (e do Cariri cearense), podemos inferir sua ligação com as lutas armadas heroicas, sempre relembradas e supervalorizadas nas construções identitárias locais.

São inúmeras as atas de sessões que fazem registros de homenagens ou ações desenvolvidas por personalidades e/ou entidades como Polícia Militar e Exército, assim como unidades afins, como o grupo de formação de atiradores Tiro de Guerra 10.004[209] (sobretudo, convites para solenidade de compromisso à bandeira e de encerramento de ano letivo de instrução da turma de atiradores). Alguns exemplos:

- ➔ Datas comemorativas[210];
- ➔ Homenagens (algumas delas, em sessões especiais) à Polícia Militar[211], ao Exército Brasileiro e ao "Descobrimento do Brasil."[212]

[207] A exemplo de Camilo Santana (S. Ordinária nº 1, de 02/02/2015) e do empresário Anderson Tavares Bezerra, para o qual foi feita homenagem póstuma de 90 anos de nascimento, quando o cerimonialista Huberto Cabral fez referência ao "ilustre filho do Crato, sua história, seu comprometimento com a história de desenvolvimento do município do Crato, **com seu nome inserido igualmente** com a terra de Bárbara de Alencar, pelo qual direcionou suas atividades empresariais" (S. Solene de 14/05/2013, fl. 66).

[208] A exemplo do jornalista/radialista, Jorge Carvalho, diretor do programa Rapadura Cultural (S. Ordinária nº 104, de 16/08/2006, fl. 2 verso) e do falecido "menino Mateus", membro da família Alencar Araripe (S. Ordinária nº 172, de 10/09/2007, fl. 88 verso).

[209] Inclusive, o Projeto de lei indicativo nº 059/2014, de José Pedro da Silva (Galego - PMDB), concede ajuda de custo em favor dos atiradores do TG Tiro de Guerra 10.004, em Crato (S. Ordinária nº 133, de 20/10/2014, fl. 85).

[210] Sesquicentenário (150 anos) de elevação do Crato à categoria de cidade (S. Ordinária nº 186, de13/10/2003, fl. 63; S. Ordinária nº 187, de 15/10/2003, fl. 66 frente e verso; S. Ordinária nº 191, de 03/11/2003, fl. 75); 152 anos de elevação do Crato à categoria de Cidade e o transcurso dos 20 anos de implantação na cidade do Crato da 5ª Companhia da Polícia Militar, 2ºBPM, com a presença de diversos representantes da polícia militar no município (S. Ordinária nº 53, de 17/10/2005, fl129 frente e verso); 245 anos de Emancipação política do município e 300 anos de nascimento do Frei Carlos Maria de Ferrara, "fundador da Cidade do Crato" (S. Ordinária nº 98 , de 14/06/2006, fl. 195 verso).

[211] Houve sessão especial em homenagem aos 172 anos da criação da Polícia Militar do Estado do Ceará, e comemoração do transcurso dos 22 anos de instalação em Crato da 5ª Companhia de Polícia Militar, do 2º Batalhão (S. Especial de 21/05/2007).

[212] Ex: S. Especial de 18/04/2000, fl. 44.



- ➔ Exaltação da participação de voluntários do Crato na Guerra do Paraguai e na derrubada do governo do Ceará[213];
- ➔ Entregas de placas de Honra ao mérito[214];
- ➔ Abertura de espaços para a realização de convites por parte dessas organizações[215];
- ➔ Concessão de Títulos de Cidadania cratense para militares.

Sobre essa última forma de homenagem citada, que de tão frequentes, geraram questionamento por parte de uma vereadora:

> Mara Guedes fez referência a entrada de Projetos de Resolução, sobre concessão de títulos de Cidadania Cratense, com citação para as proposições em direção a militares do Exército Brasileiro, fazendo observações sobre o assunto, mas após algumas reticências a respeito, disse de sua intenção de votos mesmo admitindo ter havido um critério diferente para tais projetos. O presidente Guer disse da escolha de forma criteriosa para a apresentação das proposições (S. Ordinária nº 103, de 07/06/2010, fl. 138).

Ainda que em Ata não fique claro os motivos para a vereadora ficar reticente, está clara a prática corrente de homenagens a militares – entre outras, como será visto mais adiante. É importante pontuar, inclusive, que um dos vereadores que constantemente figura nas falas e homenagens relativas ao exército é da Polícia Militar: Roberto Pereira Anástácio, mais conhecido como Bebeto (PTN).

Do ponto de vista da relação do **patriotismo** com atos **cívicos**, o vereador Amadeu de Freitas (PT) disse que os políticos cratenses (assumindo cargo de chefe do executivo municipal ou vereador/a) estavam na obrigação de ter um "sentimento de patriotismo, de causa cívica" (S. Ordinária nº 174, de 25/08/2003, fl. 32 verso).

Os desfiles de 7 de setembro, feriado nacional que celebra a Independência do Brasil, são sempre tidos como exemplos de civismo e nacionalismo. Na Câmara também foram feitos registros desse tipo de evento, destacando a participação, neles, de colégios e escolas da rede pública municipal e estadual. Num desses eventos, foram lamentadas algumas ocorrências (embora não tenha sido explicitado o que, sugere-se que foram negativas diante da intenção de celebração), alegando o então vice-presidente da Câmara, Gilson – PL (corroborado, em seu repúdio, pelos vereadores Jales Velloso – PMN – e Francisco Helder – PSDB), que tais atitudes vinham de pessoas "**sem cultura** e sem o menor respeito". Ainda assim, foi dito que

[213] S. Ordinária nº 3, de 05/05/2001.
[214] S. Especial de 21/05/2007, fls. 59 verso e 60.
[215] Marcos Antonio Bratz, 2º Sargento, fez convite para solenidade de comemoração ao Dia do Exército (S. Ordinária nº 217, de 14/04/2008, fl. 141 verso).

esse evento, de 2007, havia sido "a maior comemoração cívica já realizada nas ruas da cidade do Crato" (S. Ordinária nº 172, de 10/09/2007, fl. 88 frente e verso, grifo nosso).

Nesses acontecimentos, assim como em diversos outros, elementos obrigatórios foram a execução dos hinos nacional e cratense, executados pela Banda de Música Municipal. Símbolos cívicos nacionais, esses elementos foram incorporados no Crato, como dito, no bojo do projeto identitário para a cidade, como símbolo de civilidade e amor à própria terra. Inclusive, foi elaborado um projeto de lei (nº 034/2014) por Luis Carlos (PSL), que torna obrigatória a execução do Hino do Crato nas cerimônias oficiais dos Poderes Executivo e Legislativo, e em reuniões de Instituições do município do Crato[216].

Como visto, dentro do conjunto de estratégias do "dispositivo do patrimônio nacional" esteve a criação de símbolos e rituais, inclusive com hinos e bandeiras. Assim, vê-se a manutenção dessas práticas de reforço das construções discursivas em torno tanto do patriotismo quanto da "cratensidade"[217].

Retomando as contribuições foucaultianas, refletimos que os elementos teóricos aprimoram as técnicas de controle; enquanto os regulamentos, organizações arquitetônicas e técnicas de criação de necessidades materializam esses efeitos das relações de poder. Essa conexão é importante para refletirmos sobre as análises de Caitano (2018) a respeito de um projeto de lei apresentado à Câmara Municipal do Crato em 2011, que propunha a inclusão, na carga horária escolar, de uma disciplina voltada exclusivamente para o ensino da história do lugar. Para ele, o projeto de escrita do IHGB, no século XIX, manteve-se durante o Regime Militar e foi retomado por vereadores do Crato também no século XXI como uma continuidade de um discurso ufanista sobre a cidade.

A ideia, supostamente, não seria uma "uma defesa da volta da disciplina nos mesmos moldes em que ela existia antes", mas seria calcada na importância de os cidadãos conhecerem, mais efetivamente, o processo histórico desenrolado na cidade e na necessidade "[...] de se valorizar mais os símbolos nacionais, demostrando a preocupação, por exemplo, de a maioria das pessoas não saberem a letra do hino nacional ou do hino do Crato" (Caitano, 2018, p. 38).

Como já visto anteriormente, a criação do hino do Crato integrou as comemorações do centenário da cidade; e esse recurso, junto a outros (como a literatura, bandeiras e campanhas), já haviam sido utilizados, desde o Estado Novo, para criar sentimentos de

[216] Proposta ocorrida na S. Ordinária nº 102, de 12/05/2014, fl. 3; aprovada, em um só turno, na S. Ordinária nº 103, de 13/05/2014, fl. 35.
[217] A expressão será explicada a seguir.

pertencimento e identidade que, por outro lado, geraram apagamentos, bem como romantizações em torno desses processos. Constituem procedimentos internos de controle do discurso, denominados Ritual.

Por isso o estímulo ao conhecimento do hino (reforçado pelo Projeto de lei nº 034/2014, de Luis Carlos (PSL), que torna obrigatória a execução do Hino do Crato nas cerimônias oficiais dos Poderes Executivo e Legislativo, e reuniões de Instituições do município do Crato), por parte dos cratenses, é uma ode aos elementos apregoados no projeto do ICC – presentes na letra, já analisada anteriormente.

Embora, na prática, esse projeto não tenha sido efetivamente concretizado pela ausência de elaboração de um material didático que lhe desse suporte, chegou-se a discutir questões orçamentárias para sua concepção, produção e distribuição. George Macário (PSDB), propositor do projeto de lei, sugeriu que a elaboração ocorresse por historiadores locais, mas com o apoio do Instituto Cultural do Cariri.

> George Macário citou a importância de acontecimentos muito valorizados pela historiografia tradicional da região, a importância de algumas personalidades como Bárbara de Alencar e seus filhos. Quando se posiciona como alguém que tem interesse pela história, afirma que a base para o estudo do Cariri e do Crato são autores como Padre Antonio Gomes de Araújo, Irineu Pinheiro e José de Figueiredo Filho (Caitano, 2018, p. 39).

Sobre a Banda de Música, além de se apresentar em inúmeras sessões da Câmara, seus integrantes receberam felicitações tanto de membros da própria casa quanto de instituições externas, a exemplo da Fundação J. de Figueiredo Filho, que enviou ofício parabenizando-a pelos seus aniversários[218].

Outras formas de **civismo** percebidas foram relacionadas à busca por **engrandecer a cidade**. Por exemplo, o vereador Valdetário Brito (PT) elogiou o trabalho desenvolvido pelo cratense Orlando Castro (Bidega) porque registrou O Crato através de fotografias, acervo "de alto valor histórico". Por ter havido um movimento de colocação de fotos antigas em praças públicas, sugeriu dotação orçamentária para apoiar esse tipo de empreendimento "que visa elevar o nome da história do Crato" (S. Ordinária nº 193, de 10/11/2003, fl. 81 verso). Outra forma foi a expressão "falta de "cratensidade", de autoria do vereador Francisco Tavares de Oliveira (PL). Não se sabe se esse neologismo foi inspirado no "sentimento de cearensidade" – atrelado ao Instituto do Ceará[219] –, mas quando abordado o tema, constituiu uma crítica ao

[218] Sessões Ordinárias nº 122, de 13/11/2002 e nº 195, de 17/11/2003, fl. 85.

[219] Dias (2019) adotou o termo – que fora criado pelo escritor e político Parsifal Barroso, na década de 1960 – enquanto categoria teórica para representar o processo de busca e definição dos elementos constituintes da

empresário e presidente do partido do movimento democrático brasileiro, PMDB, Francisco de Freitas Justo Júnior, Presidente também da associação comercial do Crato. Em sua fala, o vereador Francisco Tavares se

> manifestou preocupado com o que ele denomina de esvaziamento do Crato, sendo essa ideia de descrença dos próprios filhos do Crato, com seu próprio município, numa clara **falta de civismo, ou seja de cratensidade** pois **ao invés de engrandecer e elevar o nome do município, essas notícias vêm apenas denegrir a imagem do Crato**. Sabemos que crises acontecem em todos os lugares e em todas as cidades, pequenas ou grandes, não só no Ceará e não apenas no Brasil, mas sim no mundo inteiro. Desde que **devemos conhecer o que o Crato ganhou e não apenas o que o Crato perdeu**, [...]. **Devemos engrandecer o nome do Crato e deixarmos de lado esse pessimismo** que hoje reina acentuadamente em nosso meio. **Temos também um percentual turístico de primeiro plano**, disse Tavares (S. Ordinária nº 196, de 28/02/2000, fl. 25 verso, grifos nossos).

É possível ver, no comentário do vereador, a luta por não permitir que se construa uma imagem negativa sobre o Crato. Na mesma ótica do projeto identitário que unifica, mas busca ocultar tensionamentos internos em prol dessa unidade, tenta criar uma imagem de um Crato que se mantém superior e cujas críticas não devem ter o mesmo peso dos elogios. Vemos novamente, aqui, o "tabu do objeto", mecanismo de interdição do discurso que trata de um tema (problemas graves do Crato) cujo debate é proibido.

Ainda no bojo da **civilidade**, mas agora em sua relação com a **cultura política** e a **educação**, dois trechos chamam atenção. O primeiro é uma fala de Francisco Helder (PSDB), sobre a visita de Gerald Alkimin ao Crato, quando criticou grupos contrários ao candidato que teriam tentado agredir o visitante. Segundo ele: "[...] foram fatos deprimentes que não condizem com o nome de cidade da cultura que o Crato preserva [...]" (S. Ordinária nº 87, de 03/05/2006, fl.179 verso). É dizer, faltou, na ótica dele, a cultura que permeou a formação de João Brígido, em que o teatro político pressupunha seguir os novos parâmetros de civilidade.

O segundo trecho é uma fala do vereador Guilherme Maia (PDT), em que associa o bom momento vivido pelo município do Crato no tocante a atividades culturais ao valor que o desenvolvimento da educação tem na cidade do Crato (S. Ordinária nº 195, de 17/11/2003, fl. 86 verso), em uma clara evidência das subjetivações oriundas do projeto da "cidade da cultura".

Como visto nos capítulos anteriores, a Igreja Católica sempre exerceu influência sobre as instâncias de poder local. Sua exaltação ganhou força tanto nos episódios de correlação da

morfologia do povo cearense, prática que marcou o debate intelectual ocorrido no Ceará na segunda metade do século XIX.



família Alencar com atos religiosos quanto pelos institutos por ela criados (como os de ensino básico e superior), passando pelos veículos de disseminação de ideias que lhe eram afins (a exemplo do jornal A Ação) e chegando na representatividade do catolicismo romano enquanto diferenciação em relação àquele cultuado pelos juazeirenses.

Em diversas sessões, membros da igreja foram convidados de honra, ou fizeram visita de cortesia[220]; em muitas delas foram feitas homenagens em seu respeito. Em sessão de 2001, no momento da reabertura do período de reuniões legislativas (momento, por essência, simbólico, com execução, pela banda de música, dos hinos nacional e do Crato; e com hasteamento de bandeiras), o Bispo Diocesano do Crato, Dom Fernando Panico, se fez presente "abrilhantando" o evento e "abençoando os trabalhos da casa do Povo" [221]. Na oportunidade, como ocorreu em diversas atas, houve a visita de personalidades de destaque (dos campos do direito, da prefeitura, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, bem como da universidade) e a apresentação de "fatos históricos" por parte do chefe de cerimonial, Huberto Cabral (fatos históricos entre aspas porque sempre são narrativas que focam em méritos da elite local).

O Bispo Diocesano Dom Fernando Panico, como já dito, ganhou a Medalha Bárbara de Alencar de Honra ao Mérito. Na sessão de solenidade, as palavras relacionadas ao religioso dão o tom de bondade associada à figura da Igreja; e a fala por ele feita traduz a cordialidade política própria de entidades com interesses afins, com destaque para os feitos da cidade (da Igreja e da Câmara):

> O Bispo Diocesado do Crato, **de forma humilde e carinhosa**, saudou a todos os membros do Plenário da Câmara municipal do Crato, **destacado a brilhante trajetória do legislativo municipal ao longo da história**, em defesa da região e nos momentos mais representativos da história do Crato, do Ceará e do Brasil, fatos que são registrados e do conhecimento da nação [...] [Disse que] só tinha que agradecer a Deus pela bondade de todos, manifestando ao mesmo tempo o bem e o mesmo **carinho que devotava a tão linda cidade** esperando que as graças de Deus permaneçam abençoando a todos e que **o Crato de tão ricas e importantes tradições** continue a crescer e que seus filhos sejam felizes (S. Ordinária nº 190, de 29/10/2003, fl. 70 verso, grifos nossos).

Em que pese, em teoria, o Estado ser laico, as alusões à religiosidade dos cratenses foram muito presentes em diversas sessões. Nas formas de demonstração do "espírito de religiosidade do povo" foram apresentadas não apenas informações sobre festividades

[220] Como na Sessão Solene de 19/10/2005, que contou com a presença do bispo diocesano do Crato, Dom Fernando Panico.
[221] S. Especial de 20/08/200, fl. 70.

locais[222], mas também posicionamentos sobre personalidades de destaque, como o papa João Paulo II[223], e mesmo projeto de lei para tornar obrigatória a existência de uma Bíblia Sagrada nas escolas municipais públicas e privadas[224].

Num âmbito mais indireto, a moralidade construída pela igreja (fortemente observada na tecnologia do poder pastoral, já analisada) também segue tendo rebatimentos: "Sr. Honorato (Bidega) questionou a existência de um 'antro de jogatina e prostituição' em local [Rua Padre Pita] não condizente com a figura religiosa do fundador do Colégio Diocesano do Crato (S. Ordinária nº 134, de 12/02/2003, fl. 139 frente e verso). É dizer: as práticas imateriais relacionadas a um espaço urbano, estão sendo atreladas a um comportamento específico de um personagem considerando exemplo a ser seguido.

Os representantes da Igreja não são vistos apenas por suas ações no âmbito religioso e moral, mas também nas suas contribuições para o desenvolvimento da educação e da cultura locais. Por exemplo, ao fazer um retrospecto dos 90 anos de vida do Professor José Newton Alves de Sousa, Huberto Cabral se referiu a ele como "o Apóstolo da Educação e Cultura do Cariri", destacando suas funções de magistério exercidas em instituições de ensino religiosas (o Colégio Diocesano e o Colégio Santa Tereza), e como um dos fundadores da Faculdade de Filosofia do Crato (juntamente com Dom Vicente Matos e Reitor Martins Filho). Ao final, disse: "exemplo de cidadão cristão e católico, [...]" (S. Ordinária nº 103, de 11/06/2012, fl. 73).

Outra instituição importante na atuação do dispositivo identitário cratense é a escolar (e suas ramificações). E não apenas isso, a visão do Crato como referência na educação integra essa imagem hegemônica autoconstruída. Embora o Crato não sustente mais o título de principal centro difusor de ensino (porque perdeu espaço, nessa função urbana, para Juazeiro do Norte[225]), esse tema segue sendo alvo da valorização por parte dos cratenses, talvez pelo impregnado que o discurso de "cidade da cultura" se tornou, consequência da

[222] Como a Procissão de Nossa Senhora da Penha, apresentada como "o mais importante ato religioso da Cidade do Crato", cuja alta adesão foi associada ao "espírito de religiosidade de nosso povo" (S. Ordinária nº 245, de 02/09/2008, fls. 175 verso-176).
[223] Huberto Cabral discorreu sobre a beatificação do papa João Paulo II pela igreja Católica. Na oportunidade, informou que o Maestro e Professor Arnaldo Sapeter, um dos fundadores da Sociedade de Cultura Artística do Crato, era conterrâneo do Papa (S. Ordinária nº 21, de 02/05/2011, fl. 69).
[224] Trata-se do Projeto de Lei nº 003/2012, de Pedro Eugênio Maia Moreira (PSB), que torna obrigatório que as unidades de ensino público e privado, do Crato, mantenham ao menos um exemplar da Bíblia Sagrada (S. Ordinária nº 75, de 14/02/2012, fl. 7 verso), aprovado em sua segunda votação por unanimidade (S. Ordinária nº 81, entre as datas 12/03/2012 e 20/03/2012, fl. 30).
[225] É digno de nota que fica em Juazeiro um espaço urbano de ligação entre Crato e Barbalha com configuração urbana propícia a grandes equipamentos que exerçam atendimento em nível regional. Ao se juntar esse fator com diversos outros (de ordens política e econômica), não só as instituições de ensino cresceram em território juazeirense, mas outros órgãos saíram do Crato para lá.

subjetivação do dispositivo. Como analisou Cortez (2000), a escolha da sede da Urca no Crato já foi consequência de uma luta política, para a qual o epíteto citado sempre foi uma arma.

Não é sem razão que, entre as referências culturais mais citadas nas atas camarárias do Crato estão aquelas relacionadas à cultura, à educação e à religião, sobretudo as que materializam a história da elite local. A breve síntese, até aqui, feita, já demonstra as construções discursivas identificadas na Câmara de Vereadores traduzem uma clara atuação do dispositivo identitário cratense.

A partir do próximo capítulo, nos ocupamos em observar os rebatimentos dessa atuação do Dispositivo nas práticas de (des)valorização das referências arquitetônicas, urbanísticas e paisagísticas locais.

5. CULTURA MATERIAL DO CRATO: PISTAS PARA COMPREENDER (DES)VALORIZAÇÕES E INTERESSES VINCULADOS

Primeiramente, cabe retomar que o termo "(des)valorizações", como aqui adotado, está em seu sentido dúbio por considerarmos duas faces de uma mesma realidade: enquanto alguns elementos aqui elencados como referências culturais, são recorrentemente comentados e sessões da câmara, bem como alvo de discursos e políticas de valorização, outros seguem negligenciados, silenciados, e com isso, não são evidenciados como os demais.

Embora para a compreensão dessa dicotomia, a "divisão lado A x lado B" das construções identitárias (tratada no capítulo 3) tenha sido fundamental, já começamos a demonstrar que, por vezes, sobre um mesmo bem cultural podem ser construídas narrativas hegemônicas ou subalternizadas.

Também destacamos que ao denominarmos "referências culturais" essas (i)materialidades, estamos incorporando atribuições de valor oriundas de sujeitos da sociedade local, denotadas a partir das diversas fontes consultadas (inclusive da cartografia cultural do Crato, construída com base em participação social).

Não nos detivemos a analisar apenas proteções oficiais que incidem sobre essas referências porque entendemos que ações de valorização/preservação e desvalorização/destruição extrapolam os limites de fóruns de poder, sejam eles especializados em patrimônio ou não. É no discurso que se fortalecem ou destroem muitas referências, antes mesmo da efetivação dessas práticas por meio de políticas públicas ou de ações civis.

Na presente tese, temos um olhar especial sobre as referências culturais arquitetônicas, urbanísticas e paisagísticas, em decorrência das especificidades de formação da doutoranda e da linha de pesquisa à qual pertence. Contudo, entendemos que os debates contemporâneos do campo da preservação apontam para a necessidade de atentarmos para a simbiose existente entre materialidade e imaterialidade; nosso olhar para o *corpus* da pesquisa ponderou isso.

Como apontado na introdução, em termos de leis municipais, apenas duas foram encontradas, referentes ao patrimônio arquitetônico e urbanístico. A mais antiga delas, a Lei 2.895/2013, suspende[226], por relevante valor histórico e cultural, as fachadas de imóveis edificados antes de 1980, localizadas no centro da cidade do Crato.

A lei foi de autoria de Luis Carlos Saraiva (PSL), que foi presidente Câmara de Vereadores do Crato entre 2012 e 2014, bem como Secretário Municipal de Planejamento, de

[226] O termo significa uma suspensão da demolição de fachadas de valor cultural.

Administração e de Turismo e Desenvolvimento Econômico, entre 2016 e 2019[227] - em nas eleições de 2020, voltou a se eleger vereador (agora pelo PDT).

Embora tenha sido mencionada e aprovada com registros em ata[228], não houve debates relevantes a respeito dessa lei. Mas vale constar a realização de uma audiência pública (dia 14/05/2013) para tratar da preservação do patrimônio arquitetônico, artístico e cultural público municipal, através da Secretaria de Cultura[229].

Embora não haja registros dessa audiência em atas camarárias, é válida a percepção de haver grupos locais interessados em debater o tema. Inclusive, em ata, o assunto foi trazido pelo então vereador Amadeu de Freitas (PT), atual Secretário de Cultura do município. Foram deles bastantes colocações feitas em sessões, relativas ao campo cultural.

Retomando a lei, chama atenção a data escolhida como limite de valor: 1980. Esse recorte temporal abarca tanto as construções preservadas pelo ICC quanto muitas das erguidas por ele – e "por ele" entendemos, também, aquelas decorrentes da sua atuação, no sentido de um reforço do dispositivo identitário cratense. Outra questão é que a colocação de uma data tão vaga só corrobora os discursos informalmente coletados junto a técnicos da prefeitura, de que, a ausência de estudos técnicos que respaldem a aplicação da lei, tornam-na ineficaz.

Também foi registrado um resumo de audiência, datado de 12 de maio de 2014, referente ao debate sobre a situação do Hospital Manuel de Abreu. Ainda que se tenha escrito que "o trabalho de soerguer esse patrimônio é grande"[230], ponderamos que não obrigatoriamente o uso da palavra patrimônio denota uma visão relativa ao campo da preservação, já que o hospital apresenta um valor de uso relevante para a sociedade, independente do seu valor cultural.

Sem embargo, ele foi tombado pela Lei de 3.304/2017, que dispõe sobre a preservação do patrimônio em Crato. Isso poderia significar o resultado de uma mobilização social sobre o tema, até porque esse conjunto edificado possui valores bastante significativos dos pontos de vista histórico e arquitetônico. Mas pelas pesquisas feitas, vimos que é destacável o interesse da política estadual para fortalecimento do desenvolvimento urbano por meio do turismo – até

[227] Cf. rede social (https://www.instagram.com/luiscarlossaraivacrato_/) e informações da prefeitura (https://crato.ce.gov.br/secretaria.php?sec=37#:~:text=LUIS%20CARLOS%20DUARTE%20SOBREIRA%20SARAIVA,-Advogado%2C%20formado%20em&text=e%20em%20Administra%C3%A7%C3%A3o.-,%C3%89%20Especialista%20em%20Direito%20Tribut%C3%A1rio.,de%20Turismo%20e%20Desenvolvimento%20Econ%C3%B4mico.).

[228] Antes de se tornar lei, o projeto de Lei nº 063/2013 foi mencionado e passou por aprovação nas Sessões Ordinárias nº 31, de 21/05/2013 (fl. 71) e nº 41, de 25/06/2013 (fl. 94).

[229] Mencionada na S. Ordinária nº 29, de 14/05/2013.

[230] Resumo de Audiência, fl. 33 (verso) do Caderno de atas 2013-2014, cx. 08.

porque esse tombamento favoreceu a conversão do edifício no Centro Cultural Cariri, projetado para ter grande impacto em escala regional.

A outra edificação tombada por meio da mesma Lei foi a "Sociedade de Cultura Artística do Crato", em cujo prédio funciona o Teatro Raquel de Queiroz. De acordo com Silva (2014), fundada em 1950, trouxe grandes contribuições para o cenário das artes na cidade, por meio de escolas de música, pintura, dança, artes plásticas e do coral.

Talvez dessa importância social para o florescimento de linguagens artísticas venha a explicação para seu tombamento, já que do ponto de vista mais hegemônico da história da arquitetura, a edificação apresenta traços não condizentes com a produção do período – embora claramente contemporânea, remete a elementos neoclássicos, como frontões e arcos plenos[231].

Figura 63: fachada da Sociedade de Cultura Artística do Crato.



Fonte: Dihelson Mendonça (s/d[232]).

Ao longo da leitura das atas, foram vistas alusões positivas a diversos edifícios, como o antigo Cine Teatro Moderno, o Crato Tênis Clube e o Clube Recreativo Granjeiro[233], e os

[231] Do ponto de vista mais hegemônico da história da arquitetura, elementos neoclássicos são atribuídos ao século IXI (enquanto estilo) ou princípios do século XX (quando incorporam a linguagem Eclética). Sem embargo, entendemos que existem outras óticas de valorar a arquitetura.
[232] Disponível em: https://www.flickr.com/photos/11001724@N06/2709796199/sizes/l/. Acesso em: 26 abr. 2025.

prédios da Estação Ferroviária (com seu largo). As menções ao Cemitério municipal foram relativas à necessidade de cuidados e/ou de restauro[234].

Mas diante da necessidade de nos aprofundarmos em algumas das referências culturais citadas nas atas camarárias, foi realizado um recorte de análise, por meio da elaboração de um *ranking* das referências mais citadas. Ainda que esse critério pareça mais quantitativo do que qualitativo, houve uma ponderação dos resultados: as referências mais citadas apresentaram, de fato, debates mais interessantes à luz dos objetivos da tese.

Cabem alguns registros sobre a construção desse *ranking* (disponível na página a seguir): o número de menções diz respeito à quantidade de atas em que a referência cultural foi citada, ao menos, uma vez; as referências futebol e estádio, assim como Expocrato e Parque de Exposições foram colocadas juntas por serem materialidade e imaterialidade de uma mesma atribuição de valor cultural; algumas referências foram agrupadas por afinidade temática, como as instituições escolares e aquelas que dizem respeito ao meio ambiente natural local.

A seguir, detalhamos, um pouco mais, as análises realizadas sobre algumas dessas referências (as mais citadas), e ao final do capítulo, apresentamos algumas contribuições adicionais para a reflexão sobre interesses que circundam esses bens culturais.

[233] Sobre os clubes, tidos como tradicionais, sobretudo o Crato Tênis Clube, que seguiu sendo local de realização de eventos divulgados em atas.

[234] Valdetário (PT) citou deterioração de túmulos e carência de restauro (S. Ordinária nº 205, de 02/02/2004, fl. 110 verso); e o então Presidente da Câmara, Luis Carlos (PSL), depois de retornar para o Crato de uma viagem à Europa, disse do "dever que temos de procurar lembrar as autoridades a obrigação de cultuar a cidadania, lembrando a restauração do muro do cemitério Nossa Senhora da Piedade, local onde estão os restos mortais de nossos falecidos, [...]" (S. Ordinária nº 98, de 28/04/2014, fl. 21 verso).

Tabela 2: *Ranking* de referências culturais mais citadas em atas camarárias (2000-2020).

REFERÊNCIA CITADA / ANO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	MENÇÕES
Futebol				2	1			4	1	10	5	10	8	5	3		4	2	3	1		59
Estádio Mirandão		1		4		2				1		4	2			1			2			17
Meio Ambiente																						[44]
Sítio Fundão								1	2	6		6	1		1	1			1	1		20
Balneário da Nascente				1						1			1	1	1				2			7
Floresta Nacional do Araripe				1			2											1		1		5
Chapada do Araripe	1			1	1															1		4
Geopark									1			1		2								4
Fósseis																4						4
Expocrato		1		1	1	2	1			2	1	1	1	3	2	1		2		3	1	23
Parque de Exposição		1							2	2												5
Instituições de ensino																						[16]
Colégio Diocesano					1				1			1						1	1	1		6
Colégio Estadual Wilson Gonçalves	1						2	1														4
EEF Alexandre Arraes		1		1																		2
Colégio Pequeno Príncipe																				2		2
Seminário São José				2																		2
Museus Histórico e Vicente Leite	2			1					1			2		3	1			1	1	1		13
Monumento a N.ª Senhora de Fátima											1	1		1	2	3	1		1			10
Banda de Música		1	1	1											2	1			1			7
Caldeirão				1		1								1				1		2		6
Praça da Sé			1	1															1	1		4
Crato Tênis Clube				1															3			4
Escolas de Samba		2									1											3
Antiga Estação Ferroviária			2	1																		3
Hidrelétrica da Nascente												3										3
Festejos Carnavalescos								1					1								1	3
Mercado Público											3											3
Hospital São Francisco de Assis												3										3

Fonte: autora (2025).

5.1 Valorização do ensino x instituições escolares

Foram diversas as atas que apresentaram propostas ou reivindicações em torno da instalação instituições de ensino superior, públicas e privadas, no Crato[235]. Também houve debate sobre federalização da universidade, incluiu argumentos como o de "alavancar" o desenvolvimento da região[236]. Mas dentre as colocações relativas às IES, chama atenção o fato de a Faculdade Católica ter recebido doação de terreno pelo município do Crato, na gestão Samuel Araripe[237]. Isso mostra não apenas a manutenção da intenção da Igreja, de reforçar sua atuação por meio de instituições de ensino, mas a conexão política (e, por que não dizer, econômica) da Igreja com as instâncias administrativas públicas. Reforça isso o convite ao Pe. Marcondes, enquanto representante do Bispo Diocesano do Crato, para discorrer sobre o projeto de criação da IES, em 2006:

> [...] iniciando-se com a afirmação de que a Diocese do Crato, dentro do seu programa de ação voltado para o Desenvolvimento regional, cria a Faculdade Católica do Cariri, com sede e foro na cidade de Crato, sede da Diocese. Padre Marcos destacou que a implantação proporcionará cursos decentralizados não só pelo eixo econômico (Crato, Juazeio do Norte e Barbalha), mas estendendo-se no espaço diocesano, o chamado Cariri leste, onde se instala uma unidade na cidade de Brejo Santo, considerada um polo incipiente do Cariri. Na etapa final de seu pronunciamento, Padre Marcondes destacou que a Faculdade Católica do Cariri, inspirada nos ideais educacionas do seu patrono Padre Ibiapina 1806-1883, buscar talentos e formar profissionais num ambiente propício ao desenvolvimento das atividades de ensino pesquisa e extensão, visando satisfazer as principais demandas sociais (S. Ordinária nº 86, de 26/04/2006, fl. 178).

Não foi, inclusive, a primeira vez que houve doação de terrenos para essa finalidade. Quando o vereador Guilherme Maia (PDT) defendia o projeto educativo da Associação Vale Do Cariri, foram relembrados fatos anteriores por outros membros da Câmara, quando foram prometidos projetos "mirabolantes", como o da Universidade do Canadá, para o qual também

[235] Em 2003, foi apresentado o projeto educativo da Associação Vale Do Cariri, para o qual apresentou bastantes argumentos favoráveis o vereador Guilherme Maia (PDT), tendo sido mencionado em diversas atas (S. Ordinária nº 170, de 11/08/2003, fl. 25; S. Ordinária nº 184, de 06/10/2003, fl. 59 frente e verso; S. Ordinária nº 188, de 20/10/2003; S. Ordinária nº 195, de 17/11/2003, fl. 86 verso) e Audiência Pública; ao final desse mesmo ano, houve posição, do presidente do senado federal, em favor da criação da Universidade Federal do Crato (S. Ordinária nº 202, de 10/12/2003); em 2006, o ICC elaborou manifesto sobre instalação do Campus da Universidade Federal do Ceará (UFC) no Cariri (S. Ordinária nº 82, de 10/04/2006, fl. 173 frente e verso; S. Ordinária de 17/04/2006); em 2011, Samuel Araripe foi a Brasília para defender que a nova sede Universidade Federal Cariri (UFCA) fosse no Crato (S. Ordinária nº 40, de 15/08/2011, fl. 122); em outras sessões, houve debates a respeito da sede da UFCA, tendo sido registrado grande pesar pela perda dessa instituição para a "concorrente" Juazeiro do Norte (S. Ordinária nº 44, data entre 22/08/2011 e 06/09/2011 , fl. 132; S. Ordinária nº 46, de 12/09/2011, fl. 138; S. Ordinária nº 64, de 28/11/2011).

[236] S. Ordinária nº 203, de 15/12/2003, fls. 103 a 104.

[237] S. Ordinária nº 219, de 22/04/2008, fl. 145.

foi cedido terreno de implantação, mas que também não logrou êxito, "deixando a população decepcionada" (S. Ordinária nº 170, de 11/08/2003, fl. 25). Mas no caso do Vale do Cariri, seus diretores afirmaram não ser aceitável outra área que não a do antigo (e não construído) North Shopping, contudo, para esse local (setor Leste do município, no caminho para Juazeiro do Norte) já havia intenção de instalação de um Centro de Convenções no local, pelo Governo do Estado (S. Ordinária nº 184, de 06/10/2003, fl. 59 verso) – que foi construído.

Mas no presente tópico daremos destaque às valorizações em torno de escolas, às quais são adicionadas doses de nostalgia e de correlação com a formação de "figuras ilustres", demonstrando outros elementos em jogo.

Nas atas foram citados colégios tradicionais do Crato, atuando, por meio do discurso, na tanto sua exaltação frente à sociedade quanto em ações para evitar danos a seu funcionamento e/ou materialidade. Por exemplo, o vereador Antônio Brasil Alencar (PDT), em certa ata, falou da necessidade de "restauração de Prédio Escolar" (S. Ordinária nº 80, de 17/04/2002, fl. 44). Embora não fique claro qual seria o edifício, nem o entendimento deste ao usar o termo restauro – se no sentido trabalhado no campo do patrimônio ou, de maneira genérica, como sinônimo de reforma ou reabilitação –, destacamos esse fato por entendermos que isso evidencia um zelo com a integridade física desse espaço.

A **Casa do estudante**, ainda que não seja instituição de ensino, dá suporte a ele, e com isso integrou as práticas de valorização vistas na Câmara. Huberto Cabral trouxe dados históricos desse espaço, como sempre, atrelados a nomes de relevância para a elite local[238]. Embora em 2005 tenha havido solicitação de restauração das dependências do prédio da Casa do Estudante em sessão camarária[239], em 2010 o Ministério Público determinou a desocupação imediata, baseado em laudo pericial do Corpo de Bombeiros, que advertia quanto à situação de risco para seus moradores (Vicelmo, 2010). Em 2011 o tema voltou a ser pauta na Câmara, quando Pedro Eugênio (PSB) solicitou encaminhamento de ofício a setor competente da administração para saber informações sobre demolição dessa edificação[240], demonstrando preocupação com o destino dela. Em que pese tais cuidados, não foi suficiente para impedir sua demolição – que, possivelmente, ocorreu nos anos 2010 (antes de 2013)[241].

[238] S. Ordinária nº 219, de 12/04/2004, fl. 153.
[239] S. Ordinária nº 16, de 13/04/2005, fl. 77.
[240] S. Ordinária nº 47, de 13/09/2011, fl. 139 verso.
[241] Não foram encontrados registros oficiais da data dessa demolição, mas foi possível inferir a data da derrubada da edificação observando a localização do endereço apontado na reportagem de Vicelmo (2010) por meio do *software Google Earth*, usando a ferramenta da linha do tempo.

A **Escola de Ensino Fundamental (EEF) Alexandre Arraes**, hoje se encontra desativada[242]. Contudo, quando ventilada a possibilidade de sua desativação/extinção, membros da câmara manifestaram repúdio, denominando-a "escola tradicional da cidade"[243]. Observando sua materialidade, não se percebem características arquitetônicas que justifiquem sua valoração, mas seu valor de uso o converteu em espaço de memória, atribuindo-lhe uma relevância simbólica para a sociedade local. Quando completados 50 anos de sua fundação, foi apresentado convite para solenidade[244].

Figura 64: montagem com foto externa e situação urbana (com ângulo de visualização) da atual EEIEF[245] São Francisco (antiga EEF Alexandre Arraes, Crato-CE).



Fonte: foto da autora (18 mai. 2025); imagem de satélite *Google Earth* (19/02/25; editado pela autora, 2025).

Contudo, os colégios mais valorizados em discursos registrados nas atas foram o Seminário São José e os colégios Wilson Gonçalves e Diocesano. O Seminário será mais

[242] O parecer nº 848/2018, da relatora Maria Cláudia Leite Coêlho, justifica a desativação de diversas unidades escolares, estando a Escola de Ensino Fundamental Alexandre Arraes Alencar, entre elas. Cf. https://www.cee.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/49/2018/06/848.2018.pdf. Acesso em: 20 mai. 2025.
[243] S. Ordinária nº 44, de 25/09/2001; S. Ordinária nº 52, de 05/11/2001.
[244] S. Ordinária nº 185, fl. 60 verso.
[245] Sigla para Escola Estadual Integral de Ensino Fundamental.

abordado no item 5.7, onde será abordada a relação da sua proteção com o turismo religioso. Mas cabe lembrar que ele se enquadra, como os demais colégios, em falas de exaltação de personalidades (com destaque na sociedade) que tiveram formação inicial nas instituições escolares cratenses.

Quanto ao **Colégio Diocesano**, Huberto Cabral apresentou (uma versão da) sua história: fazendo referência ao transcurso dos 11 anos de fundação do colégio (à época, em 2004), disse ser "[...] **o mais importante educandário do município** do Crato, **exemplo de competência escolar**, desde a sua implantação, surgida do Colégio São José, a época, 'anexo do Seminário'" (S. Ordinária nº 210, de 01/03/2004, fl. 123, grifos nossos). No seu discurso, o cerimonialista traz recursos não apenas de exaltação do edifício, mas de colocação dele num status acima de todos os demais. O uso da palavra "competência" também gera uma sensação de autoridade, que foi reforçada quando o orador relacionou, ao colégio, a atuação de padres reconhecidos pela elite local (como Francisco Pita – seu fundador –, Juriniano Barreto e Francisco Holanda Montenegro) e a passagem, como estudantes, "de proeminentes figuras da sociedade brasileira, desde ministros de Estado, Governadores, Secretários Estaduais, Prefeitos etc." (idem).

Também esse colégio foi comentado em ata a respeito da sua possível desativação. O vereador conhecido como Professor Gilson (PT do B) disse que se houvesse o fechamento daquela unidade escolar, dezenas de professores e funcionários ficariam sem emprego, e, além disso, que seria um colapso muito grande para a sociedade, dada a importância escola para a história do Crato[246].

[246] 85ª S. Ordinária, ata nº 91, de 18/12/2017 fls. 2/3-3/3; 27ª S. Ordinária, ata nº 31, de 28/05/2018, fl. 2.

Figura 65: montagem com foto externa e situação urbana (com ângulo de visualização) do Colégio Diocesano (Crato-CE).



Fonte: foto da autora (11 mai. 2025); imagem de satélite *Google Earth* (19/02/25; editado pela autora, 2025).

Em suas fachadas é possível perceber uma inovação desta linguagem arquitetônica, pela supressão e/ou geometrização de adornos (caracteristicamente, protomoderna), mas também é visível a permanência de técnicas construtivas menos avançadas (deduzidas tanto da relação de predominância de cheios sobre vazios quanto da limitação do tamanho das aberturas externas). Contudo, cabe destacar que essa não é a primeira versão da escola. O Colégio São José foi fundado em 1909, pela Diocese, no mesmo lugar, convertendo-se, posteriormente, no “Gymnásio do Crato” (1927), e só depois, no Diocesano[247].

[247] Cf. Diocese de Crato (2017); Costa (2015).

Figura 66: fachada do antigo Gymnásio do Crato (século XX), onde hoje existe o Colégio Diocesano.



Fonte: Catálogo IBGE (19--[248]).

Com o **Colégio Estadual** (Colégio Wilson Gonçalves) ocorreram práticas similares às já apresentadas, de busca por manutenção da integridade física do espaço escolar – ainda que não tenha características arquitetônicas diferenciais. O vereador Antonio Brasil (PMDB), após visitar as dependências dessa unidade, constatou e denunciou sua má conservação, solicitando tomada de providências, inclusive pela Secretaria de Educação do município. Sobre esse órgão, alegou que deveriam “examinar em forma de apoio o que realmente ocorre quanto a restauração daquele patrimônio educacional[249]" (S. Ordinária nº 87, de 03/05/2006, fl. 180). Vemos, pois, na atitude do vereador Antonio Brasil, uma demonstração da relação entre as práticas de valoração e preservação.

[248] ID: 35173; Código de Localidade: 2304202. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=435173. Acesso em: 20 mai. 2025.

[249] Em ata posterior, o vereador Antonio Brasil Alencar (PMDB) acrescentou a esse debate (registro do tipo "Em tempo") que além do colégio estar em mau estado de conservação, a pracinha em frente a ele necessitava de ampla restauração (S. Ordinária nº 88, de 08/05/2006, fl. 181).

Figura 67: montagem com foto externa e situação urbana (com ângulo de visualização) do Colégio Estadual (Wilson Gonçalves), Crato-CE.



Fonte: foto da autora (11 mai. 2025); imagem de satélite *Google Earth* (19/02/25; editado pela autora, 2025).

Ao cruzarmos informações, vemos que os posicionamentos feitos em defesa do funcionamento e da integridade material de escolas guarda relação com as práticas de valorização que essas instituições têm, historicamente, na cidade. E tal como acontecem nas estratégias de busca por afirmação identitária, e de aproximação do passado com o presente,

diversos rituais foram acionados para relembrar a importância desses lugares (como nas homenagens de aniversários[250]), não apenas dentro da câmara, mas também fora dela.

Além disso, vê-se, a partir das falas proferidas, um destaque positivo ao papel da Igreja como instrumento de desenvolvimento não só do Crato, mas da região. O trecho a seguir ilustra um pouco isso:

> [...] Huberto Cabral que registrou o transcurso de mais um aniversário de criação do Colégio Diocesano do Crato, antigo Ginásio do Crato, estabelecimento tradicional de ensino, do Município do Crato, responsável pelo aprendizado de uma grande parcela da juventude nordestina destacando uma parcela considerável de alunos que chegaram a galgar importantes cargos políticos, administrativos, executivos e legislativos nos mais diferentes municípios brasileiros. Fez referência aos religiosos que passaram pela direção do Colégio Diocesano, desde a sua implantação como Ginásio do Crato, citando os nomes de Padre Pita e Francisco Hollanda Montenegro, sem esquecer a figura de Dom Francisco de Assis Pires, bispo da Diocese do Crato. Conforme o jornalista Huberto Cabral destacou coube ao Diocesano, em Crato, a implantação do Curso Científico na região (S. Ordinária nº 7, de 01/03/2011, fls. 25 verso e 26).

Como se percebe, não é dissociável, no caso do Crato, as valorizações a instituições escolares sem passar pela também exaltação de elementos representativos da Igreja Católica na localidade. Essa relação traduz o que, historicamente, se viveu e ainda vive na localidade, sendo mudadas algumas estratégias, mas não a força dessas instituições na sociedade local.

5.2 Referências "lado B"... (e o Caldeirão?)

Ratificando a análise feita nas pesquisas bibliográficas, sobre a existência de narrativas sobre as referências culturais do Crato, identificadas como "lado B", também na Câmara foram vistos discursos de resistência – notas dissonantes, invisibilizadas frente aos demais bens.

Quanto dos debates da cultura cratense no âmbito das potencialidades turísticas, Amadeu de Freitas (PT) se posicionou em relação aos antepassados, por ele denominados

[250] Entre as homenagens a aniversários, além da já citada Escola de Ensino Fundamental Alexandre Arraes, houve para o Colégio Estadual (S. Especial de 18/04/2000, fl. 44; S. Ordinária nº 81, de 05/04/2006, fl. 170 verso; S. Ordinária nº 146, de 23/04/2007, fl. 51) e para o Diocesano, em diversas ocasiões (S. Ordinária nº 239, de 11/08/2008, fl. 171 verso; S. Ordinária nº 7, de 01/03/2011, fl. 26; 12ª S. Ordinária, ata nº 13, de 26/03/2019, fl. 2). Também foi destacado aniversário de 90 anos de um ex-professor do diocesano, José Newton Alves de Sousa, apontado por Huberto Cabral como Apóstolo da Educação e Cultura do Cariri, além de exemplo de cidadão cristão e católico (S. Ordinária nº 103, de 11/06/2012, fl. 73).

"primeiros habitantes da Terra Cratense, os índios Cariris", sobre os quais alegou haver, ainda, muito pouco conhecimento[251].

Ainda que se considere a possibilidade de "lapsos" acontecerem, é digna de nota a correção feita pelo vereador sobre os registros de sua fala, em ata:

> Por um lapso, nas anotações da reunião, inserimos na parte final do espaço cedido ao vereador Amadeu de Freitas, o comentário sobre a passagem do Dia do Índio, 19 de abril quando **o orador lembrou não existir remanescente daqueles indígenas em nossa região**, fato que nos reportamos até com tristeza, **admitindo-se aí, que poderia mesmo ter ocorrido uma dizimação da tribo**, pelo fato da não existência de grupos indígenas no Cariri, a exemplo do que acontece com outras regiões (S. Ordinária nº 221, de 19/04/2004, fl. 161 verso).

Ainda que caibam problematizações sobre o tema, no sentido de haver um apagamento (ainda que por falta de conhecimento) sobre a resistência indígena existente até os dias atuais[252], é fato que não existem mais grupos indígenas como outrora, mas algumas famílias passaram a se reconhecer suas identidades indígenas com o passar do tempo, uma resiliência, considerando a cruel marginalização que os corpos dos seus ancestrais sofreram, como consequência do etnocídio do processo colonizador vivido no Cariri cearene – já apontado no capítulo 3 da presente tese.

Em diversas atas, foram mencionados movimentos locais de valorização negra (como o já citado GRUNEC, fortemente atuante há décadas). Otonite Cortez[253], quando candidata à reitoria da Urca, se valeu da sua posição de prestígio para apontar, nos seus planos e metas para o cargo então pretendido, uma intenção de fortalecer e incentivar o ensino da história cultural africana e afro-brasileira[254].

Amadeu de Freitas (PT) ressaltou a realização de comissão de estudo sobre Quilombolas, com especialistas junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e outros órgãos[255]; e em fala no dia 20 de novembro (Dia Nacional da Consciência Negra), disse que era necessária a tomada de consciência de igualdade, sem reservas, com relação a afro-brasileiros e à população quilombola[256].

---

[251] S. Ordinária nº 221, de 19/04/2004, fl. 160.
[252] Dentro das experiências pessoais da doutoranda da presente tese, no município, houve contato com diversas pessoas descendentes de indígenas. Algumas delas trabalham com o resgate da cultura indígena a partir do campo da Arte e da memória (a exemplo do Museu Vivo Marrecas Kariri – Cf. https://www.instagram.com/museudasmarrecas?igsh=MXV6cHJ4eDNsZzBrMw==), outras mantêm tradições vivas no seu cotidiano, como raizeiros (da comunidade do Carrapato) e benzedeiras.
[253] Autora da dissertação Cortez (2000).
[254] S. Ordinária nº 26, de 17/05/2011, fl. 84 verso.
[255] S. Ordinária nº 20, de 09/04/2013, fl. 43 frente e verso.
[256] S. Ordinária nº 140, de 18/11/2014, fl. 100.

No período analisado, Amadeu foi o vereador que mais recorrentemente levantou temas do campo da cultura, sendo uma exceção, aos demais parlamentares, por explanar discursos de valorização tanto do "lado A" quanto do "lado B". Exemplo disso foi uma fala sua quando completados 150 anos da emancipação política do Crato, na qual citou um artigo que destaca, de um lado, os "memoráveis revolucionários", figuras de destaque local, como os políticos Coronel Antonio Luiz, Alexandre Arraes e Pedro Felício Cavalcante, mas também citando o "Crato Cultural" e o "sonho socialista" do Caldeirão do Beato Zé Lourenço. Na conclusão do texto, o autor recitado escreveu: "quem sabe trazendo-os de volta e desfazendo a histórica injustiça, não retomamos o glorioso destino e não voltamos a ser grandes e fortes como nosso verde mar" (S. Ordinária nº 191, de 03/11/2003, fl. 75).

Foi de Amadeu de Freitas (PT), inclusive, a única ata registrada, que faz menção ao campo de concentração que existiu no Crato:

> [...] Amadeu de Freitas de [sic] que de forma cívica, fez um consubstanciado histórico sobre o município do Crato, lembrando fatos que motivaram as lutas pela Independência, com a abordagem da participação do Crato em busca de independência do Brasil, do jugo português, citando os principais mentores em prol da libertação política, a época nas mãos de dirigentes portugueses. Fez referência à participação do Crato nos episódios de Juazeiro do Norte, citando o Padre Cícero Romão Batista, o governo de Franco Rabelo, o médico baiano Floro Bartolomeu e a luta dos juazeirenses pela sua autonomia política. Fez referência da Diocese do Crato no desenvolvimento dos preceitos religiosos da região caririense, a construção do Seminário São José, e por fim, a construção dos religiosos, quanto ao celeiro religioso que hoje temos, **rememorando as lutas iniciais do beato José Lourenço, citando o Caldeirão do Deserto de Santa Cruz, a perseguição dos latifundiários, o campo de concentração que existiu na área do Muriti, onde milhares de pessoas ali estiveram concentradas a espera de ajudas, diante da Seca de 32**. Concluindo sua fala, reportou-se ao que hoje o município do Crato está a comemorar, qual seja, os seus 250 anos de autonomia política, (S. Ordinária nº 113, de 17/06/2014, fl. 52, grifo nosso).

São muitas as referências culturais atuais, que foram por ele suturadas aos *mitos fundadores* do Crato, mostrando reverberações das construções identitárias seculares na contemporaneidade: agora com ressignificações, mudanças de postura da Igreja Católica e inserções de discursos outrora invisibilizados, com o do campo de concentração. Parte das narrativas "lado b" passa a partilhar de um lugar de destaque junto a outros elementos historicamente consagrados – ainda que, como colocado, numa questão pontual dentro de décadas de análise.

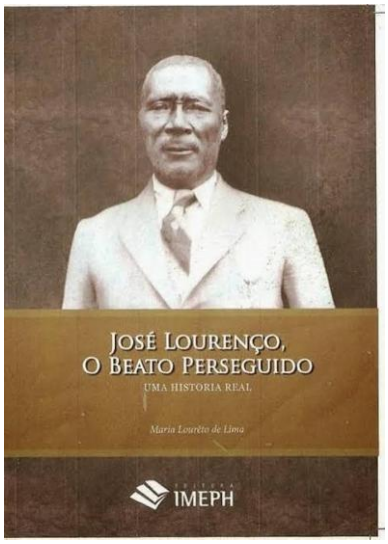
Inclusive, sobre a nova postura da igreja quanto ao campo de concentração, convém apontar provocação feita por Albuquerque Filho (2015, p. 22), quando registrou a primeira

missa católica (2014) em homenagem às vítimas de 1932: "Seria esta, uma tentativa de criar, a partir de um fato histórico – o Campo de Concentração do Buriti – uma tradição de romaria nesta cidade?" Considerando a sistemática busca por investimento no turismo religioso, a criação de romarias – uma receita de sucesso na região – pode ser, sim, uma estratégia também política e econômica (para além de religiosa).

Enquanto do Campo de Concentração do Buriti restaram documentários, estudos e encontros de debates[257], que destacam uma memória traumática, outrora maquiada, e que passou a ser alvo de tentativa de apagamento, o Caldeirão de Santa Cruz do Deserto tem uma figura emblemática que inspira religiosidade (o beato Zé Lourenço), e uma experiência coletiva que, se antes era perseguida (inclusive pela Igreja) por ser associada ao comunismo, hoje goza de bênçãos e proteção legal pelo estado.

Inclusive, a então deputada estadual Iris Tavares (PT) – que teve no Cariri sua base eleitoral –, quando era também presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento do Semi-Árido, assinou minuta de projeto de lei (datada de 13/08/2003) concedendo título de cidadão cearense para José Lourenço Gomes da Silva (o Beato José Lourenço), com vistas a "[...] reabilitar a imagem de um homem que pode e deve ser incluído como um dos vultos mais importantes da história do Estado do Ceará" (Ceará, 2005)[258]. Tratou-se de uma ação de disputa de narrativa pelo significado desse personagem religioso e político, junto à sociedade local.

Figura 68: imagem de livro que trata da perseguição sofrida pelo Beato Zé Lourenço.



[257] Exemplo disso foi o convite da Comissão Organizadora do Encontro "O Estado e a Exceção do Povo: II Ciclo de debates sobre os Campos de Concentração do Ceará e o Caldeirão da Santa Cruz do Deserto", divulgado na 49ª S. Ordinária (ata nº 48, de 02/09/2019).
[258] Referido título foi concedido e publicado, no DOE, em 03 de maio de 2004, pela Lei nº 13.457, de 26 de abril de 2004.

Fonte: Amazon (2013[259]).

Em sessão de 13 de abril de 2005 chegou, ao plenário, comunicado da Secretaria da Câmara Municipal de Fortaleza, com votos de congratulações ao Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural, pelo tombamento do Sítio Caldeirão[260]. O pedido de tombamento foi feito por Rosemberg Cariry[261], e sua proposta elaborada pela Coordenação de Patrimônio Histórico e Cultural, da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará. Mas antes disso, em 2003, um decreto municipal [262] tornou de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel do Sítio Caldeirão – na gestão do prefeito Walter Peixoto[263].

Figura 69: imagem de satélite com o contexto de inserção do Sítio Caldeirão na zona rural do Crato-CE[264].



Fonte: *Google Earth* (22/11/23).

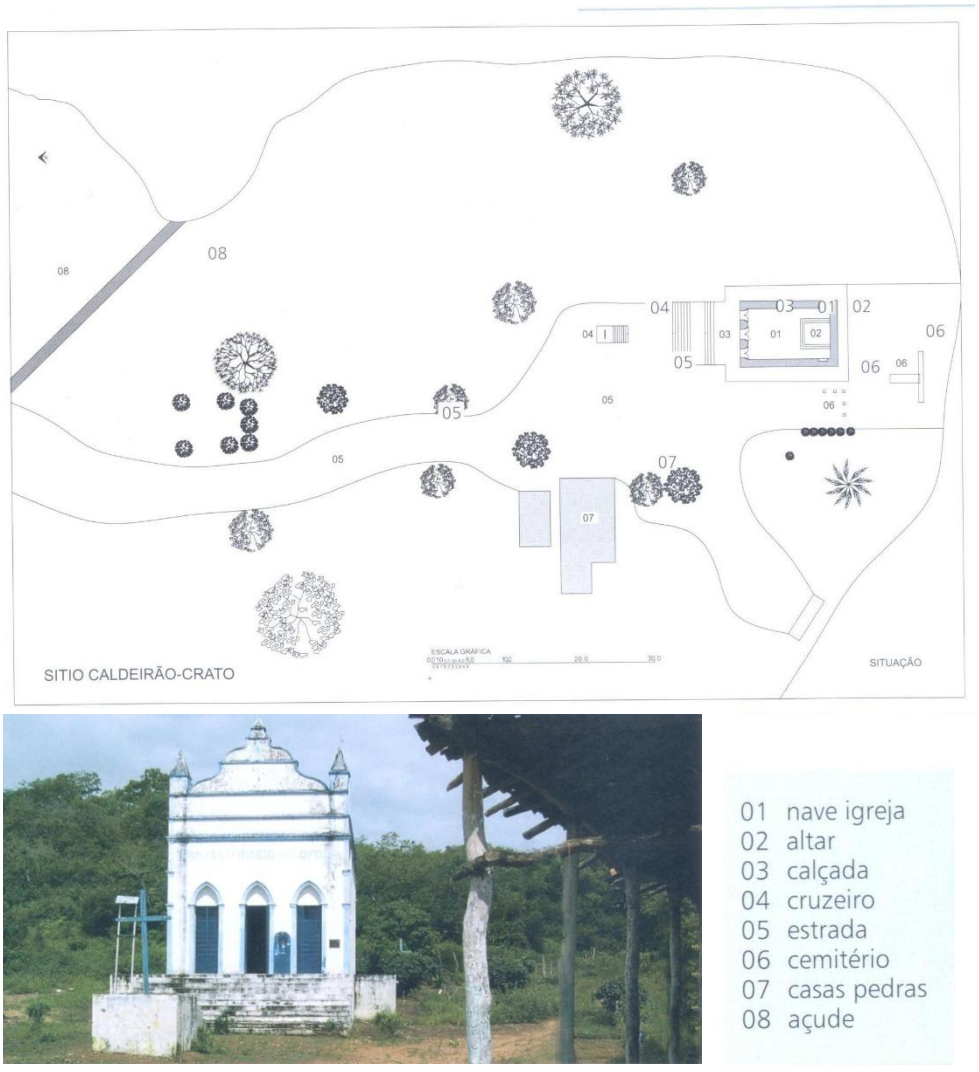
Na ata do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural do Estado do Ceará (Coepa) em que ocorreu a aprovação (Ceará, 2005, fls. 61-66), foi registrado que a

[259] Disponível em: https://www.amazon.com.br/Jos%C3%A9-Louren%C3%A7o-Maria-Lour%C3%AAto-Lima/dp/8579741440. Acesso em: 25 jun. 2025.
[260] S. Ordinária nº 16, de 13/04/2005, fl. 76 verso.
[261] Ex-secretário de cultura do Crato, além de cineasta, roteirista, documentarista, produtor, poeta e escritor cearense. A ele é atribuído o lançamento da revista Nação Cariri, vinculada ao movimento de contracultura no Crato. Cf. Blog Coletivo Camaradas (2010) e https://pt.wikipedia.org/wiki/Rosemberg_Cariry.
[262] Decreto municipal nº 2504001/2003-GP, de 25 de abril de 2003.
[263] Ceará (2005, fls. 44-45).
[264] A localização do sítio em relação à malha urbana da cidade poderá ser vista na prancha 1/3 do Apêndice D.

reunião ocorreu "de maneira histórica" no gabinete do governador do estado à época, Lúcio Gonçalo de Alcântara, contando com sua presença. Nos registros sobre sua fala consta que pediu à Secretaria de Turismo (SETUR) que apoiasse a Secretaria da Cultura (Secult), "dada a carência existente nesta Secretaria, com relação às condições de trabalho, pois deseja fazer o melhor na área de patrimônio, durante sua passagem no Governo", e depois, fez comentários sobre já ter sido conselheiro do Iphan.

É digno de nota, porém, que apesar de toda a ampliação do debate sobre as novas possibilidades de valoração de bens culturais materiais, no processo de tombamento do Caldeirão, tenha havido uma abstenção por não ter sido visto, na capela, valor arquitetônico suficiente[265].

Figura 70: montagem com imagens do Sítio Caldeirão, no Crato: em planta, a localização dos seus principais elementos; e em foto, Igreja e Cruzeiro.



[265] Segundo consta em ata, a única abstenção foi do profº Liberal de Castro, que se justificou por se prender ao patrimônio construído (Ceará, 2005, fl. 63).

Fonte: Arquivo Digital Copam (s/d[266]).

Como se percebe, o turismo passou a ser o norteador não apenas das políticas de desenvolvimento locais, mas de suporte financeiro para o campo do patrimônio. Considerando a vocação do Cariri para recebimento de romarias, o tombamento e as práticas de valorização do Sítio Caldeirão foram crescentes, e passaram a ter voz por meio de outros vereadores também.

Assim, o Caldeirão integrou políticas locais de valorização. Entre as ações da Secult Crato em 2016, esteve o Seminário "Caldeirão da Santa Cruz do Deserto: um projeto para o futuro" (Jade, 2017, p. 166).

Pedro Lobo (PT) [267], por exemplo, registrou a 18ª edição da Romaria ao Caldeirão da Santa Cruz, chamando-o de um "momento de reflexão e fé organizado pelas comunidades eclesiais de base e Igreja Católica". Ele e o vereador Fernando Brasil (PP) atentaram para a necessidade de cuidados com o espaço: o primeiro, dizendo que era necessário um investimento público para que o lugar se tornasse um grande espaço de religiosidade no Crato, e o segundo solicitou a requalificação dos locais que recebem a Romaria do Caldeirão da Santa Cruz, assim como a melhoraria do acesso à localidade[268].

Um indício de como o Caldeirão passou a ser valorizado na própria Câmara a partir dos processos relacionados ao tombamento é que a única citação a ele, anterior ao tombamento, foi o texto levado por Amadeu Freitas (PT), em 2003. A elevação ao status de patrimônio do estado, somada às perspectivas de sua contribuição com o incremento do turismo religioso, favoreceram o surgimento de novos discursos em plenário sobre o tema.

[266] As imagens constam nas páginas 81 e 82 de uma publicação denominada "COPHAC – Bens Tombados pelo Estado do Ceará", mas cuja referência não foi encontrada.
[267] Ele também requereu envio de moção, pela Câmara, ao Assentamento 10 de abril, quando completava 26 anos (16ª S. Ordinária, ata nº 19, de 10/04/2017, fl.1/4). Esse movimento, considerando a primeira ação do Movimento Sem Terra (MST) no Cariri cearense, decorreu da ocupação do território do Caldeirão (Cf. dissertação de Judson Jorge da Silva, "Caldeirão e Assentamento 10 de Abril: passado e presente na luta por terra no Cariri cearense". Disponível em: https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/7941).
[268] 57ª S. Ordinária, ata nº 63, de 18/09/2017, fl. 3/6.

Figura 71: imagem da 20ª edição da Romaria das comunidades ao Caldeirão do Beato José Lourenço.



Fonte: foto de Patrícia Silva (Diocese de Crato) publicada em Notícias Foobá! (2019[269]).

Ainda que essas referências atreladas a discursos “lado B” não tenham aparecido, nas atas, com a mesma recorrência e o mesmo prestígio daquelas consideradas “lado A” (ao menos dentro do período analisado), movimentos recentes apontam para a continuidade dessa renovação do discurso, inclusive envolvendo personalidades atreladas à Câmara municipal.

Amadeu Freitas, enquanto secretário de cultura, seguiu promovendo o cruzamento de diálogos entre “lados A e B” por meio de ações como exposições e seminários. O cartaz a seguir mostra um desses exemplos, em que é possível ver a contribuição de diversos autores locais que analisam criticamente discursos forjados pela história da elite local, mas sem deixar de abordar, nas falas, o papel dos colonizadores na construção do município.

[269] Disponível em: https://noticias.fooba.com.br/20a-romaria-ao-caldeirao-da-santa-cruz-do-deserto-acontece-no-proximo-domingo/. Acesso em: 25 jun. 2025.

Figura 72: cartaz de divulgação de seminário realizado pela Secretaria de Cultura do Crato, em 2021.



Fonte: Prefeitura Municipal do Crato (2021).

O Seminário, que objetivou fortalecer as referências históricas e identidade cultural da cidade do Crato, aconteceu em parceria: Urca, UFRN, UFC, ICC, Fundação Casa Grande, Grupo de Valorização Negra do Cariri (Grunec), Associação Poço Dantas Umari e IFCE; tendo contado com lideranças indígenas e negras.

Entre os palestrantes estiveram Ítalo Viana Bezerra e Otonite Cortêz, e a mediação ocorreu pelo historiador da Urca, Carlos Rafael Dias. Foram autores de referências aqui utilizadas por suas análises críticas a discursos locais, dentro da renovação apontada no item 3.4 da presente tese.

Sobre a imagem anterior, cabe destacar as construções que foram destacadas, uma vez que constituem estratégias imagéticas de reforço identitário de bens culturais escolhidos: na logo aparecem, da esquerda para a direita: bloco central do Seminário São José, monumento de N.Sr.a de Fátima, prédio da estação ferroviária, Coluna da Hora com o monumento Cristo Rei e prédio da antiga Casa de Câmara e Cadeia. À esquerda do cartaz consta montagem com fotos dessas referências.

Em ação mais recente – que teve, entre os presentes, Huberto Cabral e Carlos Rafael Dias –, a prefeitura do Crato inaugurou a exposição "A História do Crato", na Antiga Casa do Senado (anteriormente conhecido como Museu de Fósseis) – é dizer, num edifício que materializa a história da elite. Contudo, no acervo exposto constam não apenas eventos e figuras emblemáticas da história "oficial" (como Bárbara de Alencar e Irineu Pinheiro), mas um representante de narrativas "lado B": o Caldeirão da Santa Cruz do Deserto. Aqui se percebe alguma renovação, já que consta, em matéria veiculada a respeito: "Através da cultura material reunida, é possível explorar temas variados, como: Povos Originários: A Nação Kariri, A Presença Católica no Cariri, O Poder, Cultura e Cotidiano" (Prefeitura Municipal do Crato, 2024b) – denotando claros resquícios da renovação da história local.

5.3 Valorização da História e da Cultura (da elite) x Museus

No tocante à valorização da história da elite, julgamos pertinente destacar uma homenagem registrada em ata pelo vereador Guer, a (o que chama mestre) Dozinho, apontado como "[...] responsável por um número dos mais qualificados de construções, dando uma nova dimensão urbanística do Crato" (S. Ordinária nº 217, de 14/04/2008, fl. 142). Em buscas pela internet, não foi possível verificar mais informações sobre o homenageado, mas no livro de Farias Filho (2007, p. 188-189) é informado que se trata de Tibúrcio Rodrigues de Melo, um dos irmãos sócios da construtora Cariri LTDA, responsáveis por diversas construções erguidas entre as décadas de 1940 e 1960, aí incluindo obras:

> [...] para a Igreja Católica – prédios da Rádio Educadora do Cariri, Edifício Nossa Senhora da Penha, A Vila Jubilar, Residências da Paróquia de N. S. da Penha, O Juvenato do Colégio Santa Tereza, o Hospital e Materindade São Francisco de Assis, Patronato Pe. Ibiapina, A nova Ala do Colégio Diocesano, o Liceu Diocesano de Artes e Ofícios no alto do Seminário, o prédio da Faculdade de Filosofia do Crato e a Igreja de São Francisco de Assis no Barro Vermelho, e para a iniciativa privada – o edifício do Grande Hotel na praça Siqueira Campos, o prédio DRASA na rua Ratisbona, várias residências (de comerciantes, médicos e políticos da época) e alguns prédios comerciais na rua João Pessoa (Farias Filho, 2007, p. 188-189).

Porém, no tocante à valorização da história da elite local, o maior destaque é para os museus que funcionam na antiga Casa de Câmara e Cadeira do Crato. Ao contrário das referências mais atreladas ao "lado B", a esse edifício foram atribuídos valores por meio de práticas herdadas do ICC. Inclusive, sua gestão é vinculada a esse instituto e, como já apontamos, muitos dos seus membros integram a Câmara de vereadores.

Sobre os discursos de valoração e valorização dessa referência nas atas, logo no primeiro ano de análise, já foi encontrado registro sobre a reabertura dos museus Histórico e Vicente Leite. Segundo consta, o edifício estava passando por reforma e reformulação quanto ao seu funcionamento; denotando, também aqui, preocupação com a manutenção da integridade física edificada.

> É com satisfação que devolvemos agora a população cratense e aos visitantes, esses instrumentos de cultura artística que muito honram o Município do Crato, na preservação da memória e da cultura caririense. Disse esperar contar o apoio sem dúvida da câmara para o desenvolvimento da política cultural do Crato. Adiante, Carlos Rafael anunciou a comemoração dos 100 anos de Vicente Leite, se vivo fosse, anunciando a possibilidade de uma amostra de quadros de Vicente Leite ser apresentada em Crato pelo Doutor Hilton Freitas, colecionador das obras do famoso artista cratense Vicente Leite (S. Ordinária nº 212, de 10/05/2000, fls. 52-53).

Na citação supra, feita pelo então Secretário de Cultura do município, Carlos Rafael, algumas estratégias de exaltação dos museus são percebidas: foram considerados "instrumentos de cultura artística", o que inclui não apenas a edificação, mas seu acervo, por manter registros de produções feitas no campo das Artes; foi rememorado o nascimento e destacada a relevância do artista plástico que dá nome a um dos museus ("famoso artista").

Em meio a essas exaltações foi apontada a importância do apoio da Câmara para que políticas de preservação sejam alcançadas. Inclusive, tendo sido essa ação recorrente no plenário, considerando os registrados em atas, infere-se o papel desse fórum, provavelmente decorrente do seu poder de votar locação de recursos orçamentários.

O tombamento desse edifício ocorreu pelo Coepa, tendo sido apresentado, em sessão, pronunciamento em agosto de 2003. Quando o tema foi posto em pauta, houve posicionamentos favoráveis, como os de Florisval Coriolano (PV – que considerou justa a manutenção desse patrimônio) e Huberto Cabral (que falou da importância cultural não apenas do museu, mas do prédio da "Refesa" (Rffsa)[270].

Ao contrário do processo de tombamento do Caldeirão, que teve uma abstenção, no caso da antiga Casa de Câmara e Cadeia do Crato (rever imagens da edificação nas figuras 50 e 51), houve aprovação por unanimidade[271]. Chamam atenção os esforços que são mobilizados para a manutenção desse bem, que parece ser "a menina dos olhos" do ICC. No processo de tombamento estadual constam, por exemplo, projetos e orçamentos para sua restauração.

[270] S. Ordinária nº 169, de 06/08/2003, fl. 22 verso.
[271] Cf. ata de reunião Coepa, datada de 14 de abril de 2004, linhas 308-310 (Ceará, 2004a, fls. 23-40).

Figura 73: montagem com foto externa e situação urbana (com ângulo de visualização) da antiga Casa de Câmara e Cadeia (hoje, sede de museus) do Crato, começando as obras de preservação.



Fonte: foto da autora (27 mai. 2025); imagem de satélite *Google Earth* (19/02/25); editado pela autora, 2025.

Um exemplo disso é o processo aberto com protocolo 09697679-9, em 11/01/10, tendo a prefeitura do Crato como interessada e como assunto "III edital de apoio à preservação do patrimônio material 2009". Nele constam projeto de intervenção de autoria de Waldemar Arraes[272] (fruto de doação do escritório à Fundação J. de Figueiredo Filho, órgão vinculado à prefeitura do Crato) e um documento assinado pela historiadora Alessandra Bandeira, de 09 de junho de 2010, em que é apresentada justificativa para projeto de intervenção no bem (Ceará, 2010, fl. 144). Em ambos os textos se afirma que o Turismo é uma ferramenta usada

[272] Ver minibiografia do autor, no apêndice A.

para fomentar atividade econômica nos municípios, e que os museus são importantes para atrair visitantes e, assim, gerar empregos.

Sem embargo, o histórico visto em atas e presencialmente, pelos moradores da cidade, foi de ser recorrente o estado de fechamento do edifício por falta de manutenção. Em atas alguns personagens locais dão pistas de interesses envolvidos.

Em 2011, o vereador George Macário (PSDB), enquanto dirigente do Museu do Crato, expôs ações que vinham sendo nele realizadas, inclusive de restauração. Citou o apoio do então prefeito, Samuel Araripe, e informou que o museu seria entregue ao município em devidas condições, para bem representá-lo. Quando falou da restauração do acervo, disse que sua filha, Luana Macário de Brito, estava na equipe responsável[273] - parecendo figurar uma espécie de nepotismo.

Em 2013 foi registrado momento de indignação por parte de membros da câmara sobre o assunto da reforma do Museu. Segundo consta em ata, os transtornos se deram porque o processo de restauração estava ocorrendo de maneira a deixar muitas dúvidas

> [...] não somente quanto a demora da conclusão da obra, como principalmente dos valores financeiros ali aplicados sem que o resultado viesse a acontecer, havendo informações até que o trabalho ali desenvolvido, o foi à revelia da própria Secretaria de Cultura do Município, ocorrendo informações sobre paralização por motivos financeiros, conforme frizou [sic], visto que os ditos recursos já existiam. [...] o vereador Amadeu de Freitas em forma de indignação, considerado ter sido um **'estelionato' eleitoral tal paralização** (S. Ordinária nº 38, de 11/06/2013, fl. 85 verso).

Alegando que o tema era uma necessidade que a população reivindicava há bastante tempo, alguns vereadores que deram maior ênfase ao debate, que contou com a participação do então Secretário de Cultura José Muniz: Darcio Luiz de Sousa (PSDB), Pedro Eugênio Maia Moreira (PSB), Jales Duarte Velloso (PTN), Fernando Brasil (PSB), Thiago Aragão Esmeraldo (PP), Paulo de Tarso (PMDB), Antonio Marcos (Marquinho – PMDB), Francisco Helder (Guer – PSDB), Amadeu de Freitas – PT – (autor do convite para a presença do secretário) e o presidente do legislativo à época, Luis Carlos (PSL).

Meses depois, as reivindicações seguiram, tanto por meio de denúncias e lamentações sobre o furto de obras do museu[274], quanto pela falta de perspectiva sobre a conclusão da obra de restauração e as condições em que vinha sendo desenvolvida[275].

[273] S. Ordinária nº 39, de 09/08/2011, fl. 12.
[274] S. Ordinária nº 49, de 26/08/2013, fl. 110 verso.
[275] Questionamentos de Amadeu de Freitas – PT (S. Ordinária nº 51, de 02/09/2013, fl. 115).

Ainda que o vereador Paulo de Tarso (PMDB) tenha comunicado a inclusão do município do Crato no rol dos que serão beneficiados pelo Projeto do Instituto Nacional de Museus, em fins de 2013[276], no ano seguinte, quando da visita da (à época) secretária de cultura, Dane de Jade, foi comentada a inclusão de apoio ao museu do Crato, alegando que ele estava, já há um tempo, carente das atenções públicas[277].

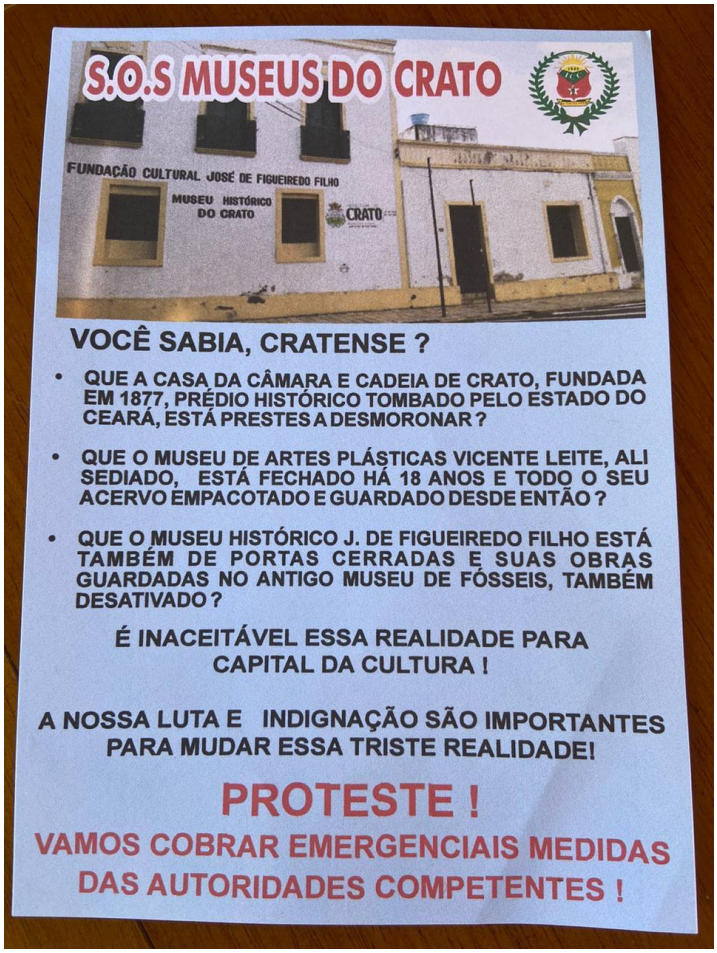
Novo movimento de denúncias e promessas foi registrado em 2018. Enquanto o vereador Mauricio Almeida (PDT) informou que o museu histórico do Crato poderia perder parte do seu acervo porque, já que não o estava expondo, a família de uma pintora (Sinhá d'Amora) iria pedir reversão dos quadros[278], meses depois foram apresentadas informações que apontavam para a inclusão do museu entre os investimentos de um programa que incidiu sobre o município: Caminhos do Crato[279].

Não se sabe a razão exata de, por tantos anos, o prédio ter ficado sem os devidos cuidados. Uma das razões mais apresentadas pelo executivo era a falta de empresas que preenchessem os requisitos das licitações. Mas alguns dos movimentos ocorridos, já aqui registrados, merecem ser retomados para maior aprofundamento da análise.

Após anos de fechamento e comprometimento estrutural da edificação, membros do ICC organizaram canais de denúncia, com distribuição de panfletos, aparecimentos na rádio e em vídeos que circularam pelas redes sociais. A ideia foi reivindicar medidas para evitar o arruinamento dessa edificação.

[276] S. Ordinária nº 73, de 02/12/2013, fl. 167.
[277] S. Ordinária nº 150, de 15/12/2014, fl. 111.
[278] 17ª S. Ordinária, ata nº 21, de 10/04/2018, fl. 1-2.
[279] 37ª S. Ordinária, ata nº 41, de 06/08/2018. Quanto ao programa, foi lançado em 04 de junho de 2018, para pavimentação de vias, numa parceria com os governos federal e estadual (Gazeta do Cariri, 2018b). Em 2024 foi lançada sua terceira edição (Cf. https://www.crato.ce.gov.br/informa/4035/mais-de-r-40-milh-es-ser-o-investidos-na-terceira-).

Figura 74: panfleto elaborado e distribuído nas ruas do Crato em março de 2024 pelo ICC, em crítica à falta de preservação do Museu do Crato.



Fonte: fotografia da autora (2024).

Como apontado antes, novamente vemos o fenômeno circular de disparada: quando se aponta um problema que precisa de uma força superior para ser resolvida – força essa que se alinha ao dispositivo de poder almejado. Nesse caso, acrescenta-se a ideia de que o futuro da história dessa sociedade depende do que for feito hoje, ratificando a urgência da preservação (inclusive pelo uso de letras em caixa alta, exclamações e cores vermelhas).

Não se sabe se por decorrência dessa movimentação, se por interesse do setor turístico e/ou outras razões[280], mas em abril de 2025 conseguiu-se, por fim, a assinatura de uma licitação de recuperação do museu – ação que foi convertida em evento de visibilidade para a gestão. Em rede social, a prefeitura informou:

> Um compromisso com a memória e a cultura do Crato.

[280] Julgando oportuno, destacamos que o laboratório Paulo Cartaxo (Paulo Nertand Cartaxo Esmeraldo), vizinho ao prédio dos museus, pertence à família do atual prefeito do Crato, André Barreto (PT).

> Em uma cerimônia marcada pela emoção e pela música, foi assinada a ordem de serviço para a restauração do Museu histórico J. de Figueiredo Filho e do Museu de Artes Vicente Leite – dois símbolos da cultura e da identidade do povo cratense.
>
> Com presenças ilustres, discursos carregados de afeto e o som da Banda de Música Municipal e da Orquestra da Vila da Música, o momento consagrou uma conquista coletiva e reafirmou o compromisso da gestão com a preservação do nosso patrimônio (Prefeitura Municipal do Crato, 2025b, s/p).

Ambas as possibilidades de explicação são válidas. Sobre o turismo, cabe lembrar que essa edificação fica situação na mesma praça em que está localizada a igreja que batizou o Padre Cícero, e que foi alvo de projetos de intervenção do estado na área central da cidade. Além disso, como visto, membros do ICC, que consideram esse um grande emblema da sua atuação, estão circulando junto a outras instituições e órgãos de interesse na manutenção de traços culturais do município. E do ponto de vista político, por ser um bem que foi largamente difundido como "patrimônio" local, os grupos da sociedade que valorizam ações de preservação verão, com "bons olhos", ações como essa.

Mas a ação de assinatura em meio a um evento não fala apenas sobre esses interesses. Aqui, o dispositivo segue atuando, pois vemos ser demarcado um espírito que ainda se quer manter impregnado no corpo social. Alguns trechos, da matéria supra, deflagram isso: "uma cerimônia marcada pela emoção e pela música", "símbolos da cultura e da identidade do povo cratense", "discursos carregados de afeto", "o momento consagrou uma conquista coletiva".

5.4 Valorização do Meio Ambiente x Sítio Fundão

O sítio fundão é o mais citado dentre os bens relacionados ao meio ambiente, vinculando-se aos discursos de defesa da natureza. Mas antes de nos adentrarmos nele, é importante resgatarmos que uma das construções identitárias cratenses mais antigas é relacionada ao aproveitamento simbólico das suas riquezas naturais. Esse não somente foi como continua sendo um fator de atração de pessoas para morar, lazer e estudos na localidade.

Durante a leitura das atas, foi possível perceber a continuidade de exaltação da natureza local e sua importância para a região. Com isso, discursos de incentivo à preservação, e mesmo de comemoração pelo transcurso de implantação de órgãos ou de proteções, apareceram ao longo de várias sessões. Exemplo disso veio do, à época, vereador

André Barreto (PV), que ao comemorar os 60 anos de implantação da Flona Araripe, destacou benefícios da preservação do meio-ambiente [281].

Diversas ações e propostas foram pontuadas, indo desde práticas educativas, passando por posturas de desenvolvimento urbano e indo até proteções pontuais, como é o caso do **Sítio Fundão**, de **nascentes** e da **Chapada do Araripe** (no tocante à porção de seu território localizada em Crato).

A Chapada, talvez por ser um território que contempla uma área muito além do Crato, e ser há um tempo gerida por alguns órgãos e entidades, não foi tão mencionada em atas. Já as nascentes e, principalmente, o Sítio Fundão, sim.

Dentre esses, começamos pelo destaque às nascentes, porque ao contrário do Sítio Fundão, elas não passaram por processo de tombamento estadual. Então ações de zelo com essa referência cultural parecem ainda mais genuínas, no sentido de um bem a se querer preservar. Exemplo disso, relacionado à nascente, veio da vereadora Mara Guedes (PT), que fez denúncia, no plenário, do que denominou "uso inadequado de tanque na nascente do Crato": banhistas estavam usando o reservatório em dias da semana, porque somente nos sábados e domingos, a área é fiscalizada[282]. O vereador Pedro Eugênio (PSB), por sua vez, citou a nascente e o Sítio Fundão quando se referia à necessidade de preservação do patrimônio do Crato[283].

Esse indício de processos de atribuição de valor, vistos em discurso proferido na Câmara, merece atenção porque, como dito, são os vereadores que votam propostas orçamentárias no município. Nesses espaços, por vezes, ocorrem destinações de recursos que não passam, necessariamente, por fóruns especializados de patrimônio para sua execução.

No tocante a ações de intervenção e investimento de verbas públicas, algumas atas trazem informações relevantes. No projeto de lei nº 140801/2003[284], do prefeito municipal[285], que versa sobre orçamento do município, aparece o texto: "[...] 03001.2781334171.029 **Restauração do Balneário da Nascente** - 1ª etapa - 4490.51.00 - R$ 30.000,00" (S. Ordinária nº 175, de 27/08/2003 fl. 35, grifo nosso). Pelo Ofício nº 006/2013 foi informado contrato celebrado entre município e Caixa Econômica Federal, tendo por finalidade a

[281] S. Ordinária nº 87, de 03/05/2006, fl. 179.
[282] S. Ordinária nº 34, de 16/06/2009, fl. 47 verso.
[283] S. Ordinária nº 83, de 26/03/2012, fl. 35.
[284] Segundo consta em ata, emendas foram rejeitadas quando colocadas em votação e o projeto, aprovado.
[285] Para registro, consta que os vereadores Amadeu de Freitas (PT) e Valdetário Brito (PT) apresentaram emendas supressivas a esse projeto de lei, mas não fica dito quais.

urbanização do Balneário da Nascente, e foi apresentado[286]. Em 2014, novamente o vereador Pedro Eugênio (PSB) se manifestou sobre essa referência, fazendo apelo ao Secretário de Obras, no sentido de constatar a restauração do Balneário da Nascente[287].

Figura 75: montagem com foto do balneário da nascente (e prédio da antiga hidrelétrica, aos fundos)[288], e sua localização (com ângulo de visualização) na zona rural do Crato-CE.



Fonte: foto da autora (18 mai. 2025); imagem de satélite *Google Earth* (19/02/25; editado pela autora, 2025).

Para nos adentrarmos no caso do Sítio Fundão, cabe uma breve contextualização. Segundo Alencar (2019), o local é uma antiga fazenda, bem cuidada pelo seu antigo dono, que evitava queimadas e desmatamento. Inclusive, preservou não apenas elementos naturais, como construídos, dentre os quais estão aqueles citados por Silva (2023) como patrimônio

[286] S. Ordinária nº 15, de 17/03/2013, fl.. 31.
[287] S. Ordinária nº 90, de 18/03/2014, fl. 1 verso.
[288] O catálogo do IBGE fornece foto de 1983 da hidrelétrica: Cf. https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=435155. Acesso em: 20 mai. 2025.

afrocratense: uma casa de taipa de dois andares, uma barragem construída no fim do século XIX e as ruínas de um antigo engenho de produção de rapadura.

Com a preservação desses elementos, diversas aulas de campo passaram a ocorrer na localidade, contribuindo para que a Urca e outros segmentos educativos e do movimento ambientalista do Ceará e Pernambuco, reivindicassem, na transição dos anos 1980 e 1990, a transformação da fazenda em uma área de preservação ambiental (Alencar, 2019).

Um impasse importante a ser registrado foi relacionado à implantação da indústria Grendene, no Crato, cuja localidade eleita geraria uma perda de cerca de 20 hectares da fazenda. Aí começou o processo de mobilização maior, inclusive política, já que deputados foram procurados – ainda que sem sucesso, já que a área foi perdida (Alencar, 2019).

Mesmo tendo perdido essa área, os movimentos em favor da sua preservação continuaram, e as atas da Câmara apresentam registros disso. Em 2007 constam memorandos do Curso de Especialização em Geografia e Meio Ambiente da Urca, relacionado com Audiência Pública em defesa do Sítio Fundão, e da Fundação Arca, em defesa do Rio Batateira (que integra o Sítio Fundão)[289].

Nesse mesmo ano, a solicitação de tombamento do sítio fundão foi feita ao estado, com pedido feito por Eldinho Pereira da Silva e Miralva Ferreira Guedes Pereira, professores parceiros Imopec (Instituto da Memória do Povo Cearense)[290]. Também houve solicitação de tombamento da mata do Fundão[291]. Em 2008 houve desapropriação em prol da preservação do sítio, com ato assinado pelo governador Cid Gomes[292]; bem como sua conversão em Parque Estadual (Ceará, 2008b).

No processo de tombamento da mata, existe uma matéria do Diário do Nordeste[293] sobre Grupo de Trabalho formado para estudar o caso do sítio, tendo uma foto de uma audiência pública realizada pela Câmara Municipal do Crato sobre o tema. Segundo consta na matéria, o deputado Heitor Muniz apresentou um projeto à Assembleia Legislativa em prol da preservação do Sítio Fundão[294]. O vereador André Barreto (PV – que esteve como Secretário estadual do Meio Ambiente do Ceará, em 2007[295]), presidiu a reunião, tendo lido o discurso

[289] S. Ordinária nº 184, de 22/10/2007, fl. 102 frente e verso.
[290] Processo protocolo nº 07106346-3, de abril de 2007.
[291] Processo protocolo nº 07272650-4, de agosto de 2007.
[292] Decreto n º29.179, de 08 de fevereiro de 2008. Dispõe sobre a desapropriação, por interesse social, da área do Sítio Fundão, no município de Crato-CE, e dá outras providências (Ceará, 2008a).
[293] Consta apenas um recorte de jornal, escrito, à mão "Diário do Nordeste" e "11/08/2006".
[294] Seu antigo proprietário, Jéferson da Franca Alencar, havia falecido em 1986.
[295] Cf. https://pt.wikipedia.org/wiki/Andr%C3%A9_Barreto_Esmeraldo.

pronunciado pelo deputado federal João Alfredo (Psol-CE), no plenário da Câmara dos Deputados:

> A certa altura o parlamentar cearense disse: 'Trago a esta Casa um apelo vindo de uma das regiões mais ricas do Ceará, o Cariri, no sentido de transformar em reserva ecológica **um pequeno paraíso natural** localizado no município de Crato, considerado, pela **pujança de sua natureza**, **um oásis dentro do sertão cearense**' (Ceará, 2007b, fl. 15, grifo nosso).

Vê-se aqui, novamente, o epíteto de "Oásis", reforçado por expressões como "pequeno paraíso natural" e "pujança de sua natureza", ser acionado para reivindicar decisão favorável ao Crato e à região do Cariri cearense. Mais um reflexo, pois, das construções discursivas seculares em torno da natureza do Crato, que integram o dispositivo identitário que aí vem atuando.

Na Câmara de vereadores, foram muitas as atas que debateram temas correlatos. Alguns relacionados a condições de descaso ou falta de proteção[296]; outras de apresentação de propostas para o local[297]; outras com relação a Audiências Públicas que foram relacionadas a sua gestão[298]; e outras quanto a solenidades[299].

Quanto às propostas, convém mencionar que, logo em 2008, o superintendente Ernesto Rocha (Superintendência Interestadual da Semace) apresentou o Projeto de Instalação do Parque Estadual Sítio Fundão, cujo projeto estava sendo elaborado pelo arquiteto Alexandre Landim – o mesmo citado por Huberto Cabral, como um dos filhos ilustres do Crato[300].

Sobre as denúncias, teve destaque o ambientalista Edi Alencar, que apareceu em mais de uma sessão, apresentando informações sobre a importância do lugar, bem como atualizações de necessidades pelas quais o espaço vinha passando. Em uma dessas reuniões em que falou, houve posicionamento do presidente da Câmara, em apoio:

> A Câmara Municipal, conforme frisou o presidente Florisval Coriolano[301], participará de um movimento em apoio aquela reserva, solicitando permissão para uma visita in loco ao local, mesmo lembrando que em outra oportunidade, de constatar-se problemas, não houve permissão por parte dos seus responsáveis, mas este momento, em atenção ao ambientalista e mesmo em atenção à sociedade cratense, o legislativo tentará constatar realmente tudo aquilo que se noticia, e se todo caso não houver a atenção devida, será o caso de se procurar o Ministério Público, e fazer valor o que o município do Crato tem direito, qual seja o de colaborar com a preservação daquela

[296] S. Ordinária nº 47, de 14/09/2009 (fl. 68); S. Ordinária nº 45, de 06/09/2011 (fl. 136); S. Ordinária nº 50, de 26/09/2011 (fl. 148); S. Ordinária nº 62, de 21/11/2011 (fl. 177 verso).
[297] A exemplo da S. Ordinária nº 255, de 27/10/2008 (fl. 184); S. Ordinária nº 51, de 27/09/2011 (fl. 149).
[298] S. Ordinária nº 184, de 22/10/2007(fl. 102 verso).
[299] S. Ordinária nº 11, de 28/03/2011 (fl. 40 verso).
[300] S. Ordinária nº 255, de 27/10/2008, fls. 183 verso e 184.
[301] PTC.

> importante localidade ecológica" (S. Ordinária nº 45, de 06/09/2011, fl. 136).

Nesse momento, vê-se o empenho de políticos locais em atuar como instância fiscalizatória (solicitando visitas in loco) e mesmo como mediadores em prol da preservação de um bem cultural (junto a órgãos com competência no assunto).

Além do já citado Pedro Eugênio, outros vereadores que figuraram, com alguma recorrência, sobre o tema do Fundão, como Mara Guedes (PT) e George Macário (PSDB). Dentre as falas de Paulo de Tarso (PMDB), destacamos uma porque conecta as políticas relativas ao Sítio com as do roteiro cultural, previsto para o município:

> "[...] ocasião em que tem o objetivo de lançar o nome do Crato entre os grandes municípios que veneram suas crenças [...] que vem a ter influência em desenvolvimento ecológico do município do Crato, dada a diversidade de projetar um desenvolvimento ambiental de valor imensurável visto que já existe a grande movimentação, partindo da própria universidade Regional do Cariri - URCA, com elaboração de projetos, sendo no entanto providencial a necessidade disponibilidade de áreas, direcionadas a própria universidade para implantação de importantes projetos, **iniciando-se uma forma de Educação Ambiental, e formação de um roteiro cultural** (S. Ordinária nº 110, de 09/06/2014, fls. 46 verso e 47).

Foram, a esse mesmo vereador, atribuídos esforços, por parte de um especialista local (professor Álamo), relacionados à apreensão de fósseis em São Paulo (que estavam sendo repatriados para a Urca) e à doação de terreno para construção do Instituto da biodiversidade em área próxima ao Sítio Fundão[302].

Em debates posteriores, o vínculo com o turismo foi estreitado. Em 2019, o vereador Thiago Esmeraldo (PP) afirmou, em sessão, seriam necessários atrativos para que a população pudesse visitar o Sítio Fundão[303]. Poucos meses depois, o vereador Bebeto (PTN), destacou a visita de grupos de trilhas na Chapada do Araripe, e parabenizou a atuação do secretário de turismo, Luís Carlos[304]. Porém, o mesmo vereador declarou que solicitaria, ao governo do estado, a administração do Sítio Fundão para o município[305]. Aqui, não se sabe se a razão por trás disso decorre de uma percepção de insuficiência da gestão do bem pelo estado, ou se há outros interesses por trás.

[302] S. Ordinária nº 27, de 11/05/2015, fl. 152.
[303] 1ª S. Ordinária, ata nº 2, de 06/02/2019, fl. 3.
[304] Foi vereador do Crato, eleito em 2012 (PSL) e em2020 (pelo PDT). Ver apêndice B.
[305] 16ª S. Ordinária, ata nº 17, de08/04/2019, fl. 2.

Figura 76: montagem com fotos do Sítio Fundão (Crato-CE) e a inserção do seu acesso na malha urbana.



Fonte: fotos da autora (out. 2022); imagem de satélite *Google Earth* (19/02/25).

Na imagem anterior é possível ver: acima, à esquerda, a casa de taipa onde funciona o museu do Sítio Fundão, restaurada em 2011; acima, à direita, maquete do Sítio que compõe a expografia do museu; ao centro, resquícios de uma barragem de pedra edificada por escravos (Semace, 2019); abaixo, a localização do acesso ao parque proximamente à fábrica de calçados Grendene.

Cabe frisar que os interesses sobre o Fundão incluem as esferas nacional e internacional: por ter sido convertido em Parque Estadual, integra o Sistema Nacional de

Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) na tipologia Proteção Integral (PI); por integrar o Geossítio[306] Batateira, está vinculado ao Geopark Araripe (Semace, 2019).

Quanto a ameaças a esse meio ambiente, outras duas questões merecem ser comentadas. A primeira delas é sobre o Cinturão das Águas, projeto do governo do Estado que passa pelo Crato, que objetiva aumentar a capilaridade das vazões transpostas pelo Projeto de Integração do Rio São Francisco em território cearense[307].

Em 2013 foi realizada uma audiência pública sobre o tema, cujo resumo consta nos cadernos de ata da Câmara[308] – mas que, talvez propositalmente, não apresenta informações claras, objetivas ou relevantes. Em atas de sessões ordinárias, constam apenas pedidos[309] e previsões de realização de debates sobre o tema[310], mas nenhuma informação relevante. O deputado estadual Renato Roseno (Psol-CE) requereu, via Assembleia do Estado, nova audiência sobre o tema em 2023. Em notícia veiculada no seu site, apresenta diversos questionamentos da comunidade, sobre medidas mitigatórias de alguns impactos negativos e necessidade de transparência (Renato Roseno, 2023).

Outra ameaça é que, a partir dos anos 2020, se vem detectando forte avanço do plantio de soja na Chapada do Araripe. Enquanto alguns canais de notícias atentam para o impacto negativo dessa atividade (ICL Notícias, 2025), outros vendem a informação como avanço (Aquino, 2022), denotando uma narrativa que pode colocar muita coisa em jogo.

5.5 A cidade do país do futebol: reflexos no Estádio Mirandão

O futebol foi, sem sombra de dúvidas, a referência mais mencionada, e a materialidade a ela atrelada (Estádio Mirandão) acompanha seus debates, por ser base para essa prática desportiva/cultural.

---

[306] Sítios geológicos.

[307] Para mais informações sobre impactos negativos e resistências ao projeto por parte da comunidade do Baixio das Palmeiras, ver a dissertação de Mestrado de Carliana Tavares, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável da UFCA em 2016 (Disponível em: https://proder.ufca.edu.br/wp-content/uploads/2018/08/dissertac3a7c3a3o-carli-copia.pdf).

[308] Audiência datada de 12/06/2013, com resumo registrado entre as atas de nº 38 e 39, Caixa 08, caderno 2013-2014.

[309] Na S. Ordinária nº 45, de 12/08/2013 consta ofício da Associação Rural do Baixio das Palmeiras, solicitando realização de sessão itinerante da Câmara no citado baixio, para discutir os impactos do referido projeto na localidade – mas não foram encontrados registros dessa sessão.

[310] Na S. Ordinária nº 32, de 26/05/2015 consta o ofício nº 022/2015/CDHC/ALCE, do presidente da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania (da Assembleia Legislativa do Ceará), solicitando as dependências da Câmara para realizar audiência pública sobre o andamento do projeto Cinturão das Águas do Ceará (dia 01/06/2015). O evento foi reforçado por meio de convite apresentado na S. Ordinária nº 33, de 01/06/2015.

Pouco se viu sobre o Futebol na bibliografia pesquisada – inclusive nas que falam de construções identitárias e representações. Um dos poucos textos vistos é um artigo que Mattos (1967, p. 123, grifos nossos) escreveu para a revista Itaytera (gerida pelo ICC), em que diz: "A história do futebol no Crato, **embora o trivial do assunto** – adquire certo **encantamento**, máxime, por distanciado no espaço e no tempo de quase meio século". É dizer: ele parte do pressuposto de que o tema é menos relevante, mas busca justificar seu interesse nele pelos ares de nostalgia que o evento desperta.

Sabemos que, no país em que vivemos, o futebol é atrelado a construções identitárias nacionalmente forjadas, sendo também associado a dispositivos identitários. Como atentou Sousa (2023), o futebol integra a imagem construída sobre o brasileiro, e relaciona-se intimamente com ideias como "nação", criando, nos corpos, subjetividades a respeito.

De tão recorrente nas temáticas discutidas pelos vereadores, calculamos que cerca das 632 atas catalogadas na pesquisa, 67 delas mencionavam o tema (representando um percentual de 10,6%). Ainda que esses resultados possam parecer mais quantitativos do que qualitativos, em termos de análise do discurso, mostram um dado relevante, que é a recorrência do tema, que de tanto ser lembrado, sobretudo em falas que remetem a sentimentos "da população", alimenta uma ideia de importância do mesmo para a coletividade assim como, potencialmente, gera sentimentos de pertencimento.

O futebol não fugiu à regra das construções identitárias anteriores. Por exemplo, em uma ata[311], diversos vereadores exaltaram a classificação da representação cratense na primeira divisão no Campeonato Cearense de Futebol. Foram lançadas diversas expressões: heroicas ("o espírito de luta dos jogadores cratenses", "dura batalha com a classificação"), de superioridade ("uma das [vitórias] mais importantes já verificadas no futebol cratense", "um feito extraordinário") e de valores morais ("com seriedade e amizade junto aos atletas"). Igualmente, feita alusão à figura maior do imaginário construído sobre o Crato: o "desporto da terra de bárbara de Alencar".

Sabe-se, ademais, que o futebol é um tema populista. Quando vereadores e vereadoras demonstram interesse sobre o tema, cobram posturas dos times, louvam suas vitórias e, para tal, se utilizam de jargões com os quais diversos grupos da sociedade se identificam, criam laços com esses que são, em verdade, seus eleitores.

Ainda que se consiga, facilmente, verificar a atuação do dispositivo identitário brasileiro (citado por Sousa, 2023) também na localidade, isso não retira a possibilidade de

[311] S. Ordinária nº 19, de 25/04/2011, fl. 65.

haver motivações adicionais por parte de membros da câmara no tema. Por exemplo, o vereador Cory (PSC) já foi diretor de um time de futebol do Crato; Huberto Cabral, por ser radialista, conhece (e exalta) outros profissionais de sua área, como também futebolistas – tendo feito homenagens a esse respeito, na Câmara.

Aliás, essas homenagens, novamente, merecem análise apurada, porque o mesmo espírito "heroico" que permeia as histórias militares do Crato e que, na atualidade, é atribuído a "figuras ilustres" do município, inclui jogadores, técnicos, diretores e demais apoiadores da causa do futebol cratense.

Pela sua inevitável conexão com o futebol, o **Estádio Governador Virgílio Távora** (mais conhecido como "**O Mirandão**") também foi bastante comentado, denominado "a principal praça de esportes da cidade do Crato" (S. Ordinária nº 155, de 12/05/2003, fl. 192 verso). Sobre ele foram feitas denúncias das más condições físicas e/ou solicitação de medidas de conservação/restauro[312] e foram dadas informações sobre ações públicas nele realizadas – como etapas previstas/concluídas de reformas, doações recebidas, convênios firmados etc.

Exemplos de vereadores que se posicionaram sobre a necessidade de cuidados com a integridade física e o funcionamento do estádio foram Guilherme Maia (PDT)[313], Florisval Coriolano (PV)[314] e Valdetário Brito (PT)[315]. Em outros momentos foram destacadas a realização ou mesmo falta de finalização do processo de restauração[316] (como dito ou, o que acreditamos ser, requalificação) do estádio, e em outros, ainda, destacadas ações de incremento aos equipamentos integrados ao prédio, que auxiliam no funcionamento do

[312] É importante dar ciência de que, ao longo da leitura das atas, foi possível perceber que o uso do termo "restauro", pelos vereadores, se dá num caráter de senso comum: ou como sinônimo de reabilitação de uma estrada ou edificação, ou como sinônimo de reforma.

[313] Na S. Ordinária nº 70, de 05/03/2002 (fl. 28), "[...] fez referência ao abandono em que se encontra o Estádio Mirandão, onde dependências internas daquela Praça de Esportes estão sendo destruídas por vândalos [...] reclamando urgentes providências do Poder Público Municipal, tendo sido parteado pelo líder do Prefeito, vereador Carlos Luiz (PDT) que disse estarem sendo tomadas providências quanto a restauração daquelas dependências". Em outra sessão, "[...] apoiou as considerações feitas pelo colega Valdetário com respeito ao abandono em que se encontra a principal praça de esportes da cidade do Crato, o Mirandão (S. Ordinária nº 155, de 12/05/2003, fl. 192 verso).

[314] "[...] dizendo do estado precário em que se encontra o Mirandão, criticando medidas do Poder Executivo com relação as normas de utilização do Estádio, para equipes do nosso futebol treinarem" (S. Ordinária nº 139, de 10/03/2003, fl. 152).

[315] "[...] lamentando o estado em que se encontra o Mirandão, cuja situação de conservação é realmente constrangedora estando aquele importante patrimônio do desporto cratense, em abandono" (S. Ordinária nº 155, de 12/05/2003, fl. 192 verso).

[316] Guer (PSDB) deu destaque as obras de restauração do Estádio Mirandão (S. Ordinária nº 22, de 02/05/2005, fl. 83); e o tema foi reiterado em ata posterior (S. Ordinária nº 24, de 05/05/2005, fl. 87 verso). Na S. Ordinária nº 33, de 15/06/2009, foram feitas manifestações em prol da conclusão das obras.

esporte, como cadeiras e placar eletrônico[317] (os deputados Ely Aguiar e Mirian Sobreira requereram doação de cadeiras e outros materiais oriundos da reforma do Estádio O Castelão, em Fortaleza[318]), assim como cabine de transmissão (para a Rádio Educadora do Cariri, que teve apoio do prefeito Samuel Araripe[319]).

Também foram apresentados pedidos (apelos) de apoio ao esporte, tanto para torcer pela equipe cratense quanto para investir, financeiramente, no esporte; seja por parte da população, pelo empresariado local[320] ou pela Câmara[321] (e/ou seus membros). Também foram feitos destaques sobre o desempenho do Crato Esporte Clube nos campeonatos locais[322], homenagens a personalidades representativas do esporte, à equipe cratense de futebol ou ao próprio estádio de futebol (como quando completou 30 anos[323]); citadas eleições dos presidentes do citado clube[324] e destaques dos políticos que mais contribuíam para com o desporto.

Uma ata[325] exemplifica algumas das colocações supra: Guilherme Maia (PDT) solicitou apoio de todos (incluindo poder executivo) para o futebol cratense; o radialista Tarso Araújo falou sobre a participação do Crato Esporte Clube na 2ª divisão do campeonato cearense de futebol, fez uma análise completa dos prós e contras da participação do Crato, dirigiu apelos aos vereadores, no sentido de sensibilizar o gestor municipal na ajuda ao futebol, incluindo a restauração e manutenção do Estádio do Mirandão; houve convite para que todos prestigiassem a equipe cratense, comparecendo ao estádio, como também por meio da aquisição de ingressos (para uma melhor arrecadação); e o radialista Marcos Silva também abordou o assunto, falando enquanto comunicador do Poder Executivo Cratense, para pedir apoio da Câmara ao futebol cratense.

---

[317] Fernando Brasil (PSB) apontou a necessidade de placar eletrônico (S. Ordinária nº 139, de 06/12/2010, fl. 184 verso).
[318] S. Ordinária nº 15, de 11/04/2011, fl. 54; S. Ordinária nº 22, de 03/05/2011.
[319] S. Ordinária nº 22, de 03/05/2011; S. Ordinária nº 120, de 04/09/2012, fl. 96 verso.
[320] Joana Pedroza (PSB) ao fazer referência a que o apoio ao desporto cratense parta do comércio, da indústria e do empresariado local, e na sequência, Fernando Brasil (PP) ressaltou a importância da participação do meio empresarial da cidade, "com colaboração firme e positiva" (S. Ordinária nº 19, de 25/04/2011, fl. 65). Pedro Lobo (PT) opinou que o poder público e os empresários devem ajudar o Crato Esporte Clube (57ª S. Ordinária, ata nº 63, de 18/09/2017, fl. 3/6).
[321] S. Ordinária nº 157, de 19/05/2003, fl. 198 verso; S. Ordinária nº 73, de 21/12/2009, fl. 102; S. Ordinária nº 19, de 25/04/2011; S. Ordinária nº 7, de 25/02/2013.
[322] S. Ordinária nº 139, de 10/03/2003, fl. 152; S. Ordinária nº 155, de 12/05/2003, fl. 192 verso; S. Ordinária nº 157, de 19/05/2003, fl. 198; S. Ordinária nº 163, de 07/08/2007, fl. 76 verso; S. Ordinária nº 70, de 08/12/2009, fl. 96 verso; S. Ordinária nº 19, de 25/04/2011; S. Ordinária nº 21, de 02/05/2011, fl. 72; S. Ordinária nº 7, de 25/02/2013.
[323] Sessão Ordinária nº 94, de 08/05/2012; S. Ordinária nº 3, de 08/02/2011.
[324] O presidente da Câmara parabenizou Luiz Cory (PSC) por sua eleição para direção do Crato Esporte Clube (S. Ordinária nº 97, de 21/05/2012, fl. 61 verso).
[325] S. Ordinária nº 157, de 19/05/2003, fl. 198 frente e verso.

Como se pode observar, dada a valoração do futebol nessa instância de poder, houve articulações políticas em prol tanto das práticas imateriais (fomento ao desporto, em si) quanto das materialidades (com obras de manutenção e requalificação). E para tal, foram destinados recursos não apenas municipais (além dos já citados, houve repasse de verbas[326] e convênios para auxílio a times cratenses, a exemplo, entre a Sociedade Anônima de Água e Esgoto do Crato – SAAEC – e o Esporte Clube do Crato[327]), como estaduais.

A busca por articulação política envolveu, também, deputados federais. É o caso, por exemplo, de fala registrada e atribuída a Luiz Cory (PSC), Nadelson (PSDB) e Francisco Helder (PSDB). Eles informaram que já estava sendo mantidos contatos para apoio orçamentário, inclusive, com o Deputado Federal José Arnon Bezerra, por meio do qual se esperava a colocação de verbas da união para o desporto cratense[328].

Como se percebe, algumas dessas falas em plenário funcionaram como plataforma de valorização política, tendo destaque, nesse sentido, o Prefeito Samuel Araripe. Destacamos duas atas com falas do vereador Guer (PSDB, então líder do prefeito, na Câmara), se referindo a Samuel Araripe: "[...] um baluarte quanto a assistência que vem dando ao desporto cratense" (S. Ordinária nº 33, de 15/06/2009, fl. 46 verso); "inegavelmente vem destinando verbas ao nosso desporto" (S. Ordinária nº 21, de 02/05/2011, fl. 71 verso).

Cabe acrescentar que foi durante o segundo mandato desse prefeito, que se observou um maior número de menções sobre o tema na câmara. Não menos importante foi o registro de agradecimento de apoios (ditos decisivos) do Poder legislativo municipal, demonstrando como a estreita relação entre membros da câmara e o circuito de práticas e elementos em torno do Futebol guardam estreita relação.

[326] Projeto de Lei do prefeito Samuel Araripe sobre repasse de verba para o Futebol Cratense em particular ao Crato Esporte Clube (S. Ordinária nº 79, de 22/02/2010, fl. 108).
[327] Sobre o tema: S. Ordinária nº 209, de 11/03/2008, fl. 131; S. Ordinária nº 101, de 25/05/2010.
[328] S. Ordinária nº 33, de 15/06/2009, fl. 46.

Figura 77: imagem de satélite do estádio Mirandão (Crato-CE) e sua relação com a malha urbana.



Fonte: *Google Earth* (19 fev. 2025; editado pela autora, 2025).

Na imagem de satélite foram destacados: em azul, vias de acessos ao bairro/estádio; em vermelho, acesso à estátua de N. Srª. de Fátima; em amarelo, conexões do estádio com o restante do bairro; além da policlínica regional lindeira ao estádio.

5.6 "A maior festa agropecuária do Nordeste": (o lugar da) Expocrato

Outro elemento cujo debate envolve questões de materialidade e imaterialidade, alvo de debates na Câmara, foi a Exposição Centro-Nordestina de Animais e Produtos Derivados (**Expocrato**)**.** Essa festa, como já dito, inicialmente (em 1944) era denominada Exposição Centro-Nordestina de Animais e Produtos Derivados da Região do Cariri.

Os debates, entorno desse evento anual, foram diversos e constantes, ao longo dos anos analisados das atas. Foram discutidas questões relativas: sugestão de audiência pública para discutir o aniversário de 50 anos da feira[329]; prestação de contas ("[...] já que a Expocrato sempre contou com o apoio do legislativo cratense"[330]) e informes sobre os preparativos, incluindo os tratamentos dados (ou necessários) aos suportes materiais para a realização do evento.

[329] S. Ordinária nº 17, de 24/04/2001, fl. 37.
[330] S. Ordinária nº 46, de 13/08/2013, fl. 103 verso.

Sobre esses últimos, relacionados aos suportes materiais, destacamos: em ata de 2001, prevista, entre as ações de melhorias para ocorrer a feira, a limpeza e a restauração dos pavilhões que compõem o parque[331]; no ano seguinte, Guilherme Maia (PDT) fez denúncia sobre as condições do parque, que merecia atenção dos poderes públicos[332]. Já nos anos 2010, Marquinho (suplente de vereador - PMDB) cobrou ações sobre o esgoto a céu aberto no interior do parque de exposições, tendo sido endossado por outros vereadores (Guer – PSDB –, Fernando Brasil – PSB – e o presidente Florisval – PTC)[333].

Mantendo as práticas que denotam reflexos das construções identitárias locais, também foram feitos destaques sobre a importância nacional do evento, usando-se epítetos parar reforçar a relevância do município, como "Princesa do Cariri" (S. Ordinária nº 153, de 05/05/2003, fl. 187 verso). Além da exaltação dessa festa, vê-se a manutenção de discursos que alimentam o brio e a autoimagem de superioridade e posição hegemônica, historicamente recorrentes.

Em algumas sessões foi exaltada a importância da festa, sendo adotadas as estratégias de historicização do evento, destacando sua importância para o Crato e para a região; bem como sua exaltação com novos títulos, tais como: "o mais importante evento do Nordeste do País", dentre "os grandes movimentos do gênero do Brasil", "[...] o maior do Nordeste" (S. Ordinária nº 232, de 02/06/2004, fl. 183 verso / fl.185); "[...] tradicional evento" (S. Ordinária nº 22, de 02/05/2005, fl. 83 verso); "[...] o maior evento da categoria no Nordeste do país" (S. Extraordinária de 30/06/2010, fl. 148 verso); "[...] maior festa agropecuária do Nordeste brasileiro" (S. Ordinária nº 105, de 18/06/2012, fl. 76); o principal evento de referência da cidade do Crato, no Ceará (S. Ordinária nº 46, de 13/08/2013, fl. 103 verso); etc.

As discussões crescem na medida em que o evento ganha importância, inclusive econômica. De acordo com Serrão (2024), foi estimado que a versão de 2024 da festa movimentasse R$ 150 milhões na economia do Cariri.

Divergências sobre as atrações (já apontada por Marques, 2005b), uma vez que passaram a ser trazidas bandas de renome nacional para a festa (almejando colaborar para o seu sucesso), mas considerando a preocupação com movimentos culturais, houve reivindicações para se abrir mais portas para artistas da terra, "**como forma de se prestigiar o que é nosso**" (S. Ordinária nº 232, de 02/06/2004, fl. 184 verso, grifos nossos) – ação que

[331] S. Ordinária nº 32, de 25/06/2001, fl. 66.
[332] S. Ordinária nº 70, de 05/03/2002, fl. 28.
[333] S. Ordinária nº 20, de 26/04/2011, fl. 67.

voltou a ser mencionada pelo vereador Florisval (PP) em 2006[334], e pelo vereador professor Robério (PC do B), em 2015[335].

No tocante às ações de preservação relacionadas a essa referência cultural, além das indiretamente mencionadas (de manutenção das suas estruturas físicas), vale destacar a grande discussão em torno da possibilidade de mudança do local de realização da exposição, ocorrida em junho de 2009.

Na 58ª edição da Expocrato (2009), o governador Cid Gomes abriu oficialmente com um discurso em que, primeiro, relatou os investimentos do Governo do Estado no setor agrícola e destacou a situação boa fiscal que viviam, para então apontar a possibilidade de novos investimentos – dentro dos quais estava a construção de um novo parque de exposições no Crato. A justificativa foi de que melhoraria o atendimento da demanda atual, já que, naquele mesmo ano, disse: "por falta de espaço tivemos de rejeitar expositores" (Cid..., 2009).

Figura 78: imagem de satélite demarcando (em vermelho) a inserção, na malha urbana, da área que recebe a ExpoCrato.



Fonte: *Google Earth* (19/02/25).

[334] S. Ordinária nº 90, de 15/05/2006, fl. 183 verso.
[335] O vereador Robério (professor Robério), disse que ExpoCrato era um evento de cunho nacional, mas que estava perdendo sua essência, alegando a falta de uma das grandes motivações da festa agropecuária: um picadeiro (S. Ordinária nº 45, de 03/08/2015, fl. 178 verso).

Segundo consta em matéria veiculada, Cid lançou um cronograma para que houvesse uma definição, junto à população local, se seria construído novo espaço (e nesse caso, decidido o local do terreno, e sua compra) ou se a feira permaneceria onde está. Para gerir esse processo, foi formada uma comissão, que teve como presidente o prefeito do Crato, Samuel Araripe, deputados (estaduais e federais), o presidente da Câmara Municipal e um jornalista.

> 'Foi mesmo que mexer num enxu de maribondo', definiu o presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas do Crato (CDL), Geraldo Pinheiro, referindo-se a idéia lançada pelo secretário de Desenvolvimento Agrário do Estado, Camilo Santana e confirmada pelo governador Cid Gomes de construir um parque de exposição moderno fora da cidade, sob o argumento de que o atual está pequeno para a dimensão alcançada pelo evento. A proposta desencadeou protestos por parte da população cratense (Vicelmo, 2009, s/p).

A partir do momento que esse tema passou a ser discutido na população em geral, vereadores e ex-vereadores se posicionaram na Câmara: o advogado e ex-vereador cratense, Dr. Raimundo de Oliveira Borges, disse que "o parque da Expo Crato é intransferível"; o vereador Florisval (PTC) disse "[...] estar realmente surpreso com tal boato, acreditando que a comunidade cratense e todos os seus segmentos repudiará tal ideia". Diversos vereadores manifestaram repúdio ao assunto, tendo sido destacados os protestos de Darcio Luiz (PSDB), Joana Pedroza (PSB), José Nilton (PSB), Jales Velloso (PP), Luiz Cory (PSC), Nadelson (PSDB), Francisco Helder (PSDB) e Mara Guedes (PT). Foi demandada, na oportunidade, a realização de discussões junto às autoridades competentes, ou Audiência Pública para tratar a questão. Como encaminhamentos, foram enviados ofícios, por parte da Câmara Municipal, para as autoridades envolvidas, tendo sido citados os nomes de Dr. Leitão Moura, Dr. Camilo Santana e outras pessoas relacionadas ao Governo do Estado[336].

A movimentação ocorrida na Câmara reverberou nas notícias locais. Segundo Vicelmo (2009, s/p), essa Casa foi a "caixa de ressonância" da insatisfação com a ideia, mesmo que ela tivesse surgido em caráter de sugestão a ser votada.

A polêmica, inclusive, foi reacendida pouco depois, na ocasião da assinatura da ordem de serviço do Parque Ecológico do Sítio Fundão, no Crato, quando o governador Cid Gomes anunciou a proposta de construção de um novo parque. "O Sindicato dos Lojistas do Crato reagiu, com veemência, à idéia, ao mesmo tempo em que solicita do Governo do Estado mais investimentos no atual Parque de Exposições do Crato" (Vicelmo, 2009, s/p).

[336] S. Ordinária nº 29, 01/06/2009, fl. 139 frente e verso.

Na leitura das atas, outra fala chamou atenção: quando expôs providências que vinham sendo tomadas sobre a festa, o então presidente da Comissão Central da Expocrato, Dr. Francisco Leitão Moura, disse, ao final, que já se fazia "[...] necessária uma ampliação do espaço onde se realiza a ExpoCrato" (S. Extraordinária de 30/06/2010, fl. 148 verso).

Dentro da perspectiva de haver verba a investir, os atores locais interessados na manutenção do parque no seu local atual (a exemplo do prefeito Samuel Araripe) realizaram uma proposta que traria as melhorias necessárias para não haver nova construção. Em notícia local, foi informado que o prefeito organizaria reunião com a sociedade civil organizada e lideranças cratenses para ouvir a população sobre a questão.

Nessa mesma matéria (Soares Filho, 2011) foi dito que a retirada do parque dividia opiniões (já que uns temiam que a mudança afastasse turistas do centro da cidade), bem como foi apresentado um projeto para o Parque da ExpoCrato, no mesmo local.

Figura 79: maquete de projeto para o Parque de Exposições, no local onde já ocorre a Expocrato.



Fonte: Soares Filho (2011).

Um dos discursos favoráveis à mudança de local foi do empresário e vice-presidente da Confederação Estadual das Câmaras de Diretores Lojistas do Ceará, Geraldo Pinheiro Lima:

> Fundamentou seu ponto de vista, citando outros eventos que foram retirados de dentro da cidade e cresceram: a Vaquejada de Juazeiro, a Festa de Santo Antônio de Barbalha e a Festa da Padroeira do Crato. Ao fazer esta advertência, o líder empresarial pediu que este assunto não seja discutido dentro de uma "convicção conservadorista ou apaixonada", mas numa ampla visão empresarial (Vicelmo, 2011).

Em ata de outubro de 2011, foi verificado o posicionamento do Secretário de Estado, Camilo Santana, informando que não haveria mudança de local da Expocrato, "conforme é o desejo da população" (S. Ordinária nº 53, de 04/10/2011, fl. 153 verso). Contudo, 2 anos depois o tema voltou a ser ponto de pauta.

Numa matéria de jornal local, em que se destacou que a mudança do local original da festa estava gerando polêmica nas redes sociais, foram primeiramente apresentados dados sobre a festa realizada em 2013: "[...] com mais de R$ 100 milhões em negócios. Passaram pelo local, cerca de 350 mil pessoas de várias partes do Brasil, para participar da festa que contou com shows durante toda a semana". Depois, foi dito que nela houve grandes reclamações dos participantes, relacionadas "aos altos preços dos produtos comercializados no interior do parque", fato que, adicionado ao apontamento de uma "falta de segurança das pessoas dentro do parque e de infraestrutura adequada" gerou a retomada da questão da transferência do parque.

Nesse momento foi ventilada uma localização para o novo parque: o Palmeiral, em Crato. A proposta foi apresentada pelo então prefeito do Crato, Ronaldo Sampaio Gomes de Mattos. Para reforçar sua proposta, argumentou que apesar da questão afetiva da população pelo espaço, não era a primeira vez que ocorria esse tipo de situação (Santos, 2013).

Diante do exposto, em 2013, foi lançado o movimento "Fica Expocrato". Segundo a professora Alessandra Bandeira, "[...] teve por objetivo principal a **luta pela permanência do Parque de Exposições em seu local de origem, devido a mesma ser 'Patrimônio do povo do Crato'**." (S. Ordinária nº 45, de 12/08/2013, fl. 101). Destacamos alguns argumentos apresentados:

> [...] questão de espaço físico, terreno por terreno, o único evento da cidade, perto do povo é garantia de sucesso, vai que não dá certo, acessibilidade do povão, acessibilidade do visitante, a quem interessa essa mudança, aprovação técnica ambiental da área, consequências para a economia, a falta de investimentos no parque gerou o problema atual, e por último, **no que é sagrado não se mexe**[337]" (S. Ordinária nº 45, de 12/08/2013, fl. 101 verso).

Na sequência, George Macário (PSDB) disse que "[...] 'o Brasil conhece o Crato, pelo fato de existir na Princesa do Cariri a ExpoCrato'". Depois falou o professor Samuel, declarando a importância do tema, o interesse da população nele e a necessidade de um canal para debate sobre a **revitalização** do Parque; o Sr. Daniel Boris disse ser participante do movimento e que lamentaria se a mudança ocorresse porque "[...] seria uma perda para a cidade do Crato e sua gente", devendo o Crato "permanecer como sempre foi, **a importante**

[337] Nota-se, aqui, a retomada da prática de edenização do território, além da consagração de práticas culturais.

cidade histórica e aprazível do interior do Nordeste brasileiro" (S. Ordinária nº 45, de 12/08/2013, fl. 101 verso); o vereador Bebeto (PTN) disse que a decisão era do povo; o vereador Amadeu de Freitas (PT) concorda com a permanência da ExpoCrato no local atual e "[...] definiu a tônica do movimento como uma proposta que merece ser do conhecimento da população para que a mesma conheça seus objetivos" (S. Ordinária nº 45, de 12/08/2013, fl. 102 frente e verso).

Nos trechos supra, vê-se, primeiramente, uma argumentação que ancora a visibilidade nacional do Crato em decorrência da feira. Trata-se de um exagero, que tem como intuito reforçar a importância da imutabilidade dessa referência. Na sequência, a necessidade de cuidados com o espaço é destacada, como artifício para demonstrar alternativas de atendimento das demandas atuais, sem mudança de local. Logo depois, é retomada a afirmação de matéria local anteriormente citada: medo de afastamento da feira em relação ao centro da cidade, onde fica a maior concentração de espaços e edifícios de valor histórico e cultural. Isso é denotado de quanto se ratifica a importância do tema para a cidade, no trecho "a importante cidade histórica [...] do Nordeste brasileiro".

Em 2017 foi apresentado, na Câmara, projeto de reforma do Parque de Exposições Pedro Felício Cavalcante, constando que ele seria encaminhado ao Governo do Estado. Não fica clara a autoria, já que é dito que "um grupo de cratenses" apresentou, mas o orador mencionado foi Nivaldo Soares de Almeida, que já foi Secretário de Meio Ambiente e Controle Urbano da Prefeitura do Crato.

> [...] a perspectiva é transformar o Parque de Exposições em espaço multiuso para além da realização da ExpoCrato, para tornar um ambiente com funções múltiplas, que possa abrigar, além da exposição, outras ações e eventos menores. O Parque de Exposições também passaria, segundo a proposta, a ser utilizado em ações rotineiras que fomentem a saúde, cultura, ensino, lazer, atividades ciclísticas e outras práticas esportivas que visem gerar novos atletas no município (38ª S. Ordinária, ata nº 41, de 19/06/2017, fl. 2/4).

Meses depois, Pedro Lobo (PT) relatou estar buscando, em companhia do então prefeito Zé Ailton Brasil, recursos para o município do Crato, "a exemplo de R$ 26 milhões para reforma do Parque de Exposições e outros que visam o desenvolvimento do município. (80ª S. Ordinária, ata nº 86, de 28/11/2017, fl. 1/2). No ano seguinte, o então governador Camilo Santana, anunciou reforma no parque, que custaria mais de R$ 35 milhões. "Segundo o governador Camilo Santana, após a reforma, o Parque de Exposição do Crato será o maior da área de todo o Brasil ainda em 2018" (Sampaio, 2018).

Até o presente momento, a Expocrato ocorre na mesma localidade. Mas esses debates suscitam a importância não apenas de levantamento sobre as atribuições de valor que geram uma priorização da requalificação e manutenção do Parque de Exposições naquele lugar, mas interesses por trás de quaisquer propostas.

Exemplo dessa natureza, mas quanto a outro viés, foram as disputas registradas quanto à gestão da festa/feira. Em visita à Câmara, o coordenador da empresa organizadora do Festival ExpoCrato (multientretenimento) afirmou que o evento arrecadou, diretamente, mais de R$ 230.000; a parte hoteleira foi estimada em quase R$400.000, e ainda teve impostos, que vão para a prefeitura[338].

Com o passar do tempo e aumento das receitas, mais pessoas passaram a querer ter participação nas decisões relacionadas a ela. Em 2019, quando o vereador Bebeto (PTN) passou a ter assento no Grupo Gestor da Expocrato, disse que entraria em contato com a coordenação para que a Câmara dos Vereadores pudesse estar representada, em todas as reuniões[339]. Mais recentemente, o deputado federal Yury do Paredão (MDB), que já vinha sendo o responsável pela realização de shows da Expocrato, tentou aumentar sua área de domínio no Parque de Exposição Pedro Felício Cavalcanti.

O fato gerou denúncias por parte da Câmara de vereadores. Se conseguisse obter êxito em sua articulação junto ao governo, o deputado teria controle administrativo sobre o estacionamento, parte dos restaurantes, parque de diversões e o chamado "Inferninho" – com possibilidade de cobrança de aluguel. Sobre esse último, considerado a área mais popular da festa, foi ventilada a possibilidade de extinção – gerando revolta entre os parlamentares (Vagner, 2025).

> Durante a sessão, o presidente Matheus Leite (PDT), confirmou ter visto o mapa com a nova configuração da área. Segundo Matheus, o acordo já estava fechado e acabou barrado pelo prefeito André Barreto (PT) que, ao saber da articulação, não aceitou. Matheus disse que a Expocrato pertence aos cratenses e defendeu a municipalização do Parque e da festa (Vagner, 2025).

Diante desse cenário, o vereador Thiago Esmeraldo (PP) propôs a criação de uma comissão para acompanhar e avaliar os trabalhos da Expocrato, que seria formada por representantes da Prefeitura, Câmara e CDL – havendo "[...] a possibilidade de contemplar agricultores e produtores rurais da região" (Vagner, 2025).

[338] 35ª S. Ordinária, ata nº 34, de 10/06/2019, fl. 2.
[339] 24ª S. Ordinária, ata nº 23, de 30/04/2019, fl. 1.

Vê-se, pois, que o destino dessa feira está sendo decidido por personalidades com interesses múltiplos, mas em nenhum dos discursos mapeados foi detectada intenção de realização de estudos para que as decisões futuras tenham respaldo na significação cultural que essa referência tem para o município e para a região.

5.7 Turismo religioso: o Monumento a Nossa Senhora de Fátima e o Seminário São José

Ainda que não tenham sido as referências mais citadas em ata, o monumento à Santa e o Seminário São José têm recebido bastante atenção nos últimos anos. Estão sendo analisados conjuntamente por que não apenas possuem caráter religioso, mas integram movimentos de fortalecimento da Igreja Católica localmente. Na atualidade, o turismo vem sendo a estratégia mais percebida nesse sentido.

O mais antigo deles, o Seminário São José, teve processo de tombamento aberto no Iphan em 1998, mas esse, como outros do Crato e de Juazeiro do Norte, foi indeferido[340] (à exceção do prédio da Estação Ferroviária, que ainda se encontra em fase de instrução[341]).

Figura 80: Perspectiva central da fachada principal do Seminário São José (Crato-CE).



Foto: Constance Pinheiro (18 mai. 2025).

[340] Entendemos que a justificativa seja a mesma veiculada em matéria, pelo Ministério Público do Estado do Ceara (MPCE, 2022): que para o Iphan, não há justificativas suficientes para tombamento dessas referências porque a história deles é restrita à região do Cariri cearense.
[341] Processo nº é 01458.000516/2013-71.

Cabe lembrar os apontamentos feitos sobre esse bem ser considerado, por pesquisadores da história local – como Cortez (2000) –, como um dos marcos do processo civilizatório do Crato, que corroborou a fundação da tradição de cultura e civilidade cristã, já que atendia às necessidades de letramento cultural e de formação católica.

Logo no início dos anos 2000, período estrategicamente eleito para levantamento das atas porque foi quando iniciaram os processos de tombamento estaduais como parte de uma política estadual de cultura e turismo, foram registradas falas relacionadas a estudos em prol do tombamento do Seminário.

Em fevereiro de 2003 foi mencionada correspondência da Diocese do Crato sobre o tema, assinada pela autoridade eclesiástica (Bispo Diocesano, Dom Fernando Panico), na qual se falou sobre um movimento em prol do tombamento do Seminário Diocesano São José[342]. O assunto foi abordado no plenário pela professora Lúcia de Castro[343] Honorato, personalidade local conhecida por sua dedicação a registros históricos.

Aqui cabe relembrar que as campanhas compõem o conjunto de elementos heterogêneos de um dispositivo. E nesse caso, é importante atentar também para as estratégias que buscam conferir autoridade aos discursos proferidos. Uma delas é a apresentação de pessoas de destaque, com "poder de verdade". Em registro de ata posterior, constam algumas delas:

> Dra Olga Paiva, gerente do IPHAN, responsável pelos estudos relativos ao tombamento do Seminário São José do Crato; Padre Rosenildo, representante do Bispo Diocesado, Dom Fernando Panico, que falou sobre o assunto tombamento, Dr. Gladton Rodrigues Guimarães; representante do CIEE, Centro de Integração Escola-Empresa, e a Sra. Márcia, responsável pelo setor de cultura do município, e a representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, Sra. Francy [...] (S. Ordinária nº 145, de 18/04/2003, fl. 167).

Na ocasião, falou-se do tombamento, do prédio e da sua importância para a cultura e para o patrimônio histórico do município e do estado: "[...] obra que marcou a presença do município do Crato e do Cariri na fase inicial da formação religiosa dos jovens" (S. Ordinária nº 145, de 18/04/2003, fl. 167 verso). O posicionamento dos vereadores foi de ratificação da citada importância do Seminário São José, indicando que a possibilidade de seu tombamento deveria ser vista como uma medida de prevenção.

---

[342] S. Ordinária nº 138, de 26/02/2003, fl. 149.

[343] Lucia Castro é professora e memorialista do Crato, detentora de um rico acervo fotográfico da cidade. Foi candidata a vereadora nas eleições de 2024 do Crato, pelo PL (https://www.estadao.com.br/politica/eleicoes/2024/candidatos-ce/crato/vereador/lucia-castro-22022/?srsltid=AfmBOoorzAcL0ODgEzXYjUV3JsT-urT1vYGhVM9npgcQLPMM3pwkVYXe).

Apesar dos esforços, o tombamento ainda não chegou a ser concretizado. Contudo, o desejo local pela proteção continuou. Em 2022 o Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE, 2022) celebrou, com o município de Crato (através da Secretaria de Cultura), um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com vistas à instrumentalização de estudos sobre o Seminário São José e a Igreja da Sé.

> O promotor de Justiça, Thiago Marques, destaca que o Seminário São José, existente desde o século XIX, fundado pelo primeiro bispo do Ceará e que serviu como forte centro de formação, guarda forte relação com a formação religiosa e da identidade do povo cratense e caririense. Já a Igreja da Sé da Catedral de Crato é uma construção que remonta à própria formação da Cidade do Crato ainda ao século XVIII e que tem importante função na preservação da memória do povo da região, sendo ambas as construções importantes pontos turísticos da cidade (MPCE, 2022, s/p).

De acordo com a matéria, o objetivo não é a determinação, propriamente, do tombamento, mas o embasamento necessário para que se determine se há possibilidades de proteção a incidir nessa referência cultural local.

Figura 81: imagem de satélite demonstrando a inserção do Seminário São José e das obras da encosta (via paisagística) na malha urbana do Crato-CE.



Fonte: *Google Earth* (19/02/25).

Um movimento ocorrido, anos antes, é ilustrativo da busca pelo destaque dessa edificação, ainda que em caráter simbólico (ou de mensagem subliminar): o vereador Thiago

Esmeraldo (PP) criou o Projeto de Lei nº 0303001/2017, que determinava que o Centenário Ipê Amarelo (Pau Darco), existente no Seminário São José do Crato, fosse o símbolo oficial das instituições de ensino superior do município[344]. Vê-se, pois, mais uma estratégia que integra os diferentes elementos que alimentam o funcionamento do dispositivo identitário cratense.

Mas para reforçarmos as características atuais de funcionamento desse dispositivo, em sua fase calcada no forte estímulo ao turismo religioso, precisamos nos aprofundar sobre o Monumento a Nossa Senhora de Fátima.

Já foi apresentado, no tópico 4.1, que demonstra o funcionamento do dispositivo identitário ao longo de séculos, no Crato, o papel da estátua: na corrida pela atração turística, sendo a religiosidade uma realidade concreta e massiva na região, houve uma clara estratégia de erguer um monumento que não só integrasse esse circuito, como se tornasse diferencial (pelo status de maior, dentre vários).

No âmbito da Câmara de Vereadores, alguns documentos registram o interesse em demarcar passos dessa construção: em 2010 foi apresentado resultado da concorrência pública para execução das obras[345]; em 2011 houve aprovação de projeto de lei que amplia o pátio onde seria construída a estátua[346]; em 2015 houve novo projeto de lei (agora com doação de terrenos, pelo prefeito, para construção da praça do entorno da estátua[347]) e informações sobre o processo de licitação das obras de urbanização[348] - cujas obras foram autorizadas em 2016[349]; entre 2018 e 2019 a pauta foi a construção da avenida de acesso à estátua a partir do bairro Mirandão[350] (conectando-a, inclusive, com o estádio – como apontado na Figura 77).

---

[344] 7ª S. Ordinária, ata nº 9, de 06/03/2017, fl. 1/2 (projeto aprovado em um único turno de discussão e votação por unanimidade de votos pelos presentes – vide 8ª S. Ordinária, ata nº 11, de 13/03/2017, fl. 5/5).

[345] Telegrama do Deputado Ely Aguiar informando resultado final da concorrência pública (nº 20100002) de execução das obras de construção do Monumento a Nossa Senhora de Fátima, publicado em Diário Oficial em 21/05/2010 (S. Ordinária nº 103, de 07/06/2010, fl. 137).

[346] Projeto de Lei nº 0311001/2011, autorizando permuta de terreno para ampliação do pátio onde está sendo construída a estátua de Nossa Senhora de Fátima (Barro Branco). Houve aprovação em primeiro e segundo turno, por unanimidade (S. Ordinária nº 71, de 19/12/2011, fls. 8 verso e 9).

[347] O projeto de lei nº 2805001/2015, do prefeito, autoriza o executivo a doar terreno no bairro Branco ao Governo do Estado para a construção da praça entorno da Estátua de Nª Srª de Fátima. (S. Ordinária nº 33, de 01/06/2015, fl. 160 verso) – aprovado, por unanimidade, em um único turno de discussão (S. Ordinária nº 35, de 08/06/2015, fl. 163 verso).

[348] Ofício GS nº 3190/2015-S CIDADES, do Secretário Adjunto das Cidades, Francisco Quintino Vieira Neto, informando que se encontra na Procuradoria Geral do Estado o processo nº 5325124/2015, que trata da solicitação para abertura do processo licitatório para contratação da empresa para executar as obras de urbanização do entorno do Horto de Nossa Senhora de Fátima (S. Ordinária nº 56, de 14/09/2015, fl. 192 verso).

[349] Amadeu de Freitas (PT) falou da autorização das obras, pelo Governo do Estado (Camilo Santana) para construção da praça do entorno da Estátua de Nossa Senhora do Fátima, no Crato (S. Ordinária nº 59, de 05/09/2016).

[350] Exemplos de vereadores que comentaram o tema: Renan Almeida (PEN), que cobrou o início das obras de construção do acesso, "dizendo ser de grande alcance social e econômico, alavancando ainda mais o turismo

Figura 82: imagem de satélite mostrando a inserção do monumento a N.Sr.a de Fátima e sua praça, na malha urbana do Crato-CE.



Fonte: *Google Earth* (19/02/25).

Na imagem anterior, é possível ver a avenida sinuosa que conecta o bairro Mirandão à estátua religiosa – que se localiza no alto de um morro, em área já pertencente ao bairro do Morro Branco. À direita da imagem é possível ver o conjunto habitacional construído pelo programa do governo (que será mais comentado no item 5.8.2).

Tantas ponderações em reuniões tanto mostra o interesse da Casa nessa movimentação quanto promove a exaltação de políticos associados a ela. É o caso, por exemplo, dos governadores do estado[351] (como Cid Gomes – até 2018) e, depois, Camilo Santana – a partir de 2019) e do deputado estadual Ely Aguiar (o mais citado em associação à construção dessa estátua e, como já apontado no item 4.2.2, vem sendo um forte articulador na promoção do turismo religioso local).

religioso da Cidade do Crato" (9ª S. Ordinária, ata nº 12, de12/03/2018, fls. 2/3-3/3; Pedro Alagoano (PSD), que também falou do acesso (18ª S. Ordinária, ata nº 22, de 16/04/2018, fl. 2); Jales Veloso (PSB), que trouxe parecer do Ministério Público sobre denúncias que paralisaram as obras, mas como foram consideradas infundadas, foi informado que a obra poderia ser reiniciada – só que teria aumento da contrapartida do município, em mais de um milhão de reais (14ª S. Ordinária, ata nº 15, de 01/04/2019, fl. 2).

[351] Exemplo disso foi o agradecimento feito por Paulo de Tarso (PMDB), que "[...] comentou o compromisso do Governo do Estado com a construção da praça do entorno da estátua de N.Sr.a de Fátima, sendo o município parceiro da construção (S. Ordinária nº 40, de 22/06/2015, fl. 172).

A aliança política do deputado com membros da Câmara pode ser vista não apenas pelos comentários elogiosos (já apontados no item 4.2.2), mas por homenagem prestada: em 2017, o vereador Bebeto Anastácio (PTN) já havia proposto Projeto de Resolução que concedia Diploma de Honra ao Mérito Legislativo para ele[352]; e em 2019, outro foi concedido, agora por iniciativa de Mauricio Almeida Filho (PDT): o Diploma de Honra ao Mérito Professor Pedro Felício Cavalcante[353].

Esses nomes, assim como outros já mencionados ao longo das demais referências aqui analisadas, são pistas para guiar a investigação sobre possíveis interesses atrelados aos investimentos nesses bens culturais.

5.8 Apurando o olhar: interesses que circundam decisões políticas de (re)locação e investimentos em bens culturais locais

Uma contextualização sobre a política do Ceará, feita por Barbalho (2007), é desejosa para melhor entendimento dos interesses políticos no âmbito cultural estadual, gestados na transição de séculos para que, na atualidade, fossem sentidos tão nitidamente seus efeitos.

Os governos de Tasso Jereissati (1987-1990; 1995-1998; 1999-2002), Ciro Gomes (1991-1994) e Lúcio Alcântara (2003-2006) inauguraram um novo momento da história política do Ceará, sendo denominados "Governos das Mudanças" – porque se contrapunham aos anteriores, dominados pelos coronéis Virgílio Távora, Adauto Bezerra e César Cals.

Dita mudança era constituída por uma oposição a forças conservadoras e tradicionais, avaliada por jovens empresários recém ingressantes na política como sinônimos de atraso e de miséria. Formou-se, pois, o embate dicotômico empresários/modernidade versus coronéis/tradição.

> Dessa forma, em contraposição à figura do coronel, relacionado a uma economia rural de feição pré-capitalista e a práticas de clientelismo e mandonismo, organizou-se a campanha do candidato Tasso Jereissati (Movimento Pró-Mudanças – PMDB, PC do B, PCB e PDC) ao governo do estado. A sua candidatura, contrária ao pólo representado por Adauto Bezerra (Coligação Democrática – PDS, PFL e PTB), seria a da modernidade política e econômica (Barbalho, 2007, p. 112).

[352] Projeto de Resolução nº 2111002/2017, que foi aprovado em um único turno de discussão e votação por unanimidade (77ª S. Ordinária, ata nº 83, de 21/11/2017, fl. 1/2-2/2).
[353] "Projeto de Decreto Legislativo n° 1406001/2019 (37ª S. Ordinária, ata nº 36, de17/06/2019, fl. 2/2), que foi aprovado em único turno de discussão e votação por unanimidade na. 39ª S. Ordinária, ata nº 38, de 24/06/2019, fl. 3/4).

Novamente, é acionado o discurso de criação de uma crise para que se apresente a solução: para superar o clientelismo e o mandonismo, dever-se-ia apostar naqueles que representam pensamentos modernos e racionais, condizentes com o tempo que se vivia.

Como a política do Ceará dialoga com outros estados, Barbalho (2007) destacou outros políticos que se alinhavam nessa busca pela "modernização" política, reforçando o movimento, a exemplo de Miguel Arraes, em Pernambuco, e de Waldir Pires, na Bahia.

É importante frisar, também, que a partir desse período, o eleitor passou a ter lido como consumidor, em decorrência de um padrão midiático-publicitário que se passou a adotar nas disputas eleitorais, de modo que a construção de imagens objetivava gerar processos de identificação que diferenciava candidatos – é dizer, mais uma ferramenta acionada pelo dispositivo de poder para gerar sensibilidades no corpo social, que lhe favorecessem.

Em decorrência dos reais avanços obtidos no tocante à adoção de condutas mais racionais em relação a questões administrativas, e à otimização da burocracia estatal, houve êxitos no alcance de algumas políticas públicas, que geraram reconhecimentos nacionais e internacionais, atraindo parcerias como as do Banco Mundial (Bird), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e de investidores industriais.

Demonstrando o reforço das conexões entre Ceará e Pernambuco, a irmã de Miguel Arraes, Maria Violeta Arraes de Alencar Gervaiseau, teve destaque na política cearense pelo seu papel no âmbito cultural. Ainda que, em um primeiro momento, essa área não tenha tido prioridade no governo de Tasso Jereissati, com sua mudança do PMDB para o PSDB, Violeta Arraes figurou como sua indicada, constituindo um importante passo para o destaque da Secult-CE.

> Violeta morava em Paris havia muitos anos. Durante o regime militar foi uma espécie de porto seguro para políticos, intelectuais e artistas brasileiros exilados pela ditadura e recém-chegados à cidade. Por isso, mantinha bom trânsito com a classe intelectual e artística nacional, além de contatos na estrutura pública de cultura da França (Barbalho, 2007, p. 117).

A transição de gestões (de Violeta Arraes a Paulo Linhares; de Tasso Jereissati a Ciro Gomes) não mudou essa plataforma política, de modo que ao final do século XX houve a emblemática criação do Instituto Dragão do Mar. Esse equipamento deu vazão à intenção de promoção de grandes eventos culturais, e até os dias atuais, direta ou indiretamente, concentra importantes ações da política cultural do estado.

Barbalho (2007, p. 121) conclui que, tanto na atuação de Violeta Arraes quanto de Paulo Linhares, suas ações ocorreram dentro de uma lógica do poder simbólico. Acionando instrumentos de conhecimento e de comunicação, atuaram nos poderes de fazer ver e fazer

crer. Entendendo que a "[...] cultura é o campo privilegiado para conformar ou transformar visões de mundo", procuraram garantir a integração social e o consenso sobre a importância do projeto de mudança.

Podemos concluir, portanto, que no estado do Ceará foi aplicada a mesma fórmula da identidade brasileira, pois a partir da criação de mecanismos que interferem nas formas das pessoas se verem no mundo e enquanto unidas a uma causa comum, atinge-se objetivos políticos pré-definidos. Idem para o Crato, considerando o que já apontamos sobre os projetos identitários.

Ratificando a conexão entre as escalas municipal e estadual, bem como a manutenção de algumas estratégias de poder, vemos que não foi sem razão que, Camilo Santana (já na gestão PT), afirmou que o Centro Cultural Cariri seria criado aos moldes do Dragão do Mar.

Além disso, cabe o registro de que Violeta Arraes tornou-se uma figura proeminente na política do Cariri cearense, não apenas (embora bastante) no âmbito cultural, mas também no educacional (foi indicada por Jereissati para ser a primeira reitora da Urca[354]) e paleontológico (criou a Fundação Araripe, sediada no Crato, para preservação da vegetação da Chapada do Araripe)[355].

Desse contexto percebemos o alinhamento político entre partidos do Ceará vinculados a essa proposta de modernização – inicialmente PMDB, PC do B, PCB e PDC; depois da mudança de Jereissati, PSDB, aí incluindo Ciro Gomes e Lúcio Alcântara (2003 a 2007).

Os governos cearenses seguintes, no entanto, foram de gestores mais centro-esquerda: Cid Gomes (PSB, de 2007 a 2010[356]) e PT (Camilo Santana, de 2015 a 2022; Elmano, a partir de 2024). Segundo Araújo (2017), o PSB surgiu no Ceará em coligação com o PT, reforçada por segmentos progressistas da Igreja, em oposição não apenas ao coronelismo, mas também ao PMDB – sobre o qual se atribuíam métodos ainda coronelistas.

Quanto aos movimentos políticos que fortaleceram a atuação do Partido dos Trabalhadores (PT) no Ceará e o Cariri, uma postagem feita em redes sociais, nas últimas eleições ocorridas (2024), traz elementos relevantes para contextualizar isso.

[354] Cf. https://pt.wikipedia.org/wiki/Universidade_Regional_do_Cariri.
[355] Cf. https://pt.wikipedia.org/wiki/Violeta_Arraes.
[356] Não se alinha a essa posição o partido Pros, pelo qual se elegeu no seu mandato de 2011 a 2015.

Figura 83: *print* de tela de vídeo postado com entrevista de Camilo Santana sobre eleições do Crato em 2024.



Fonte: Instagram[357] (03 out. 2024). Colaboradores: Dr. Leitão, Higo Carlos, Deputado Pedro Lobo (PT) e André Barreto (PT)[358].

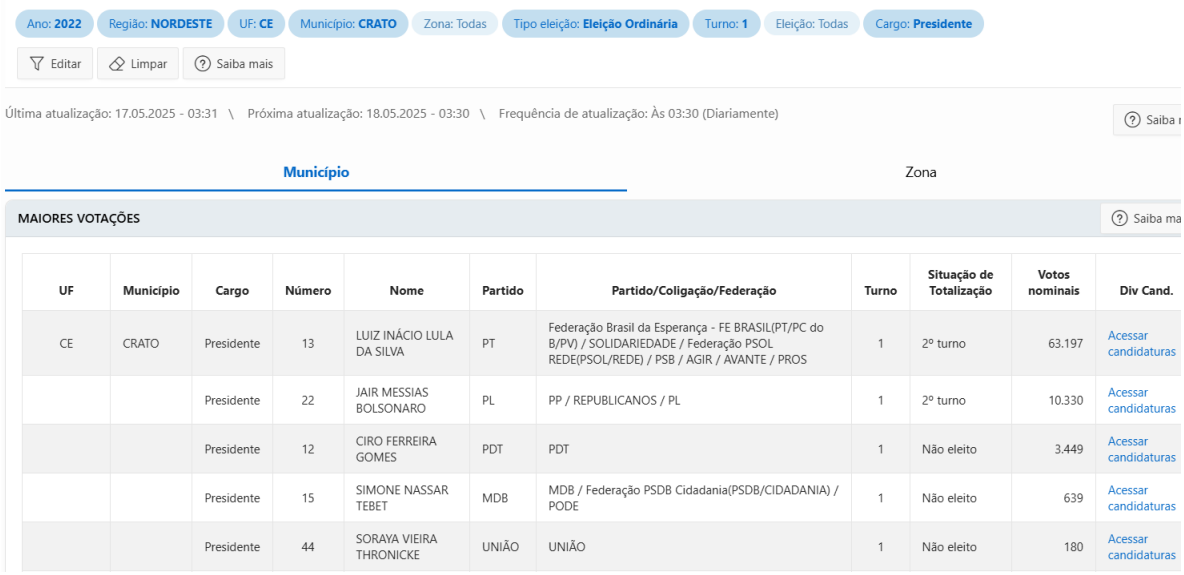
No vídeo, Camilo Santana se dirige ao eleitorado do Crato, destacando a importância de, nas eleições que ocorreriam dias depois, o candidato do PT a prefeito (André Barreto) fosse eleito. Em seu discurso, primeiramente ele busca reforçar sua relação de pertencimento ao território, falando sobre ser cratense e ter feito com que seu filho também fosse. Depois destaca a importância de haver um alinhamento partidário único (PT), entre prefeitura, governo (nesse período, o candidato do PT era Elmano), ministério federal (o próprio Camilo estava como ministro) e presidência (Lula).

Outras estratégias para tentar sensibilizar esse eleitorado foram acionadas, sobretudo diante dos resultados apertados apresentados nas pesquisas de intenção de voto. Dizendo que queria “manter suas raízes” no Crato, Camilo reafirmou sua pretensão de seguir trazendo investimentos para o município. E para mostrar autoridade, ele diz que está “todo dia” com o presidente Lula, tendo com ele “portas abertas”. E, provavelmente valendo-se da autoimagem cratense de celeiro de intelectualidades, diz: “Eu sei que o povo do Crato é sábio, é um povo inteligente”.

[357] Disponível em: https://www.instagram.com/andrebarretocrato/reel/DAq0UpAgF1Y/. Acesso em: 17 mai. 2025.
[358] Respectivamente: @dr.leitao; @higocarlos13; @pedrolobopt; @andrebarretocrato.

A postagem do vídeo foi feita colaboração, com diferentes perfis de uma rede social: Dr. Leitão (ex-promotor de justiça que assumiu a presidência do comitê gestor da Expocrato por alguns mandatos), Higo Carlos (que foi Secretário de Relações Institucionais do PT Ceará), Pedro Lobo (PT – geógrafo de formação, foi vereador do Crato e deputado estadual do Ceará); e André Barreto (então candidato a prefeito). Os resultados das urnas em eleições anteriores mostram como os candidatos envolvidos no seu discurso tiveram êxito:

Figura 84: votos do Crato nas eleições de 2022 (cargo: presidência).



Ano: 2022 | Região: NORDESTE | UF: CE | Município: CRATO | Zona: Todas | Tipo eleição: Eleição Ordinária | Turno: 1 | Eleição: Todas | Cargo: Presidente

Editar | Limpar | Saiba mais

Última atualização: 17.05.2025 - 03:31 \ Próxima atualização: 18.05.2025 - 03:30 \ Frequência de atualização: Às 03:30 (Diariamente)

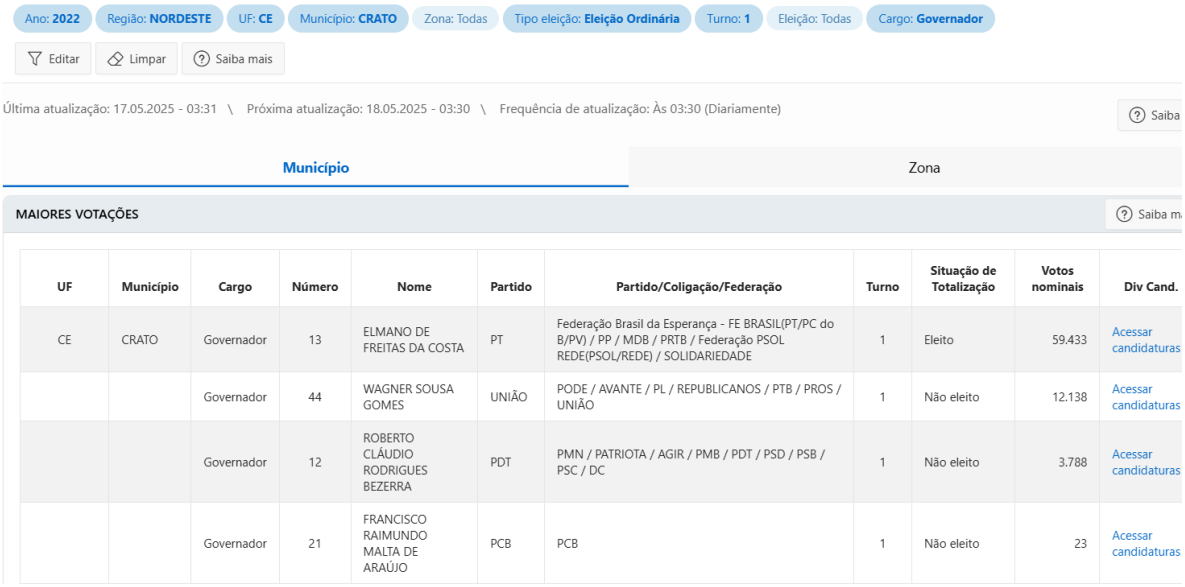
Município | Zona

MAIORES VOTAÇÕES

UF	Município	Cargo	Número	Nome	Partido	Partido/Coligação/Federação	Turno	Situação de Totalização	Votos nominais	Div Cand.
CE	CRATO	Presidente	13	LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA	PT	Federação Brasil da Esperança - FE BRASIL(PT/PC do B/PV) / SOLIDARIEDADE / Federação PSOL REDE(PSOL/REDE) / PSB / AGIR / AVANTE / PROS	1	2º turno	63.197	Acessar candidaturas
		Presidente	22	JAIR MESSIAS BOLSONARO	PL	PP / REPUBLICANOS / PL	1	2º turno	10.330	Acessar candidaturas
		Presidente	12	CIRO FERREIRA GOMES	PDT	PDT	1	Não eleito	3.449	Acessar candidaturas
		Presidente	15	SIMONE NASSAR TEBET	MDB	MDB / Federação PSDB Cidadania(PSDB/CIDADANIA) / PODE	1	Não eleito	639	Acessar candidaturas
		Presidente	44	SORAYA VIEIRA THRONICKE	UNIÃO	UNIÃO	1	Não eleito	180	Acessar candidaturas

Fonte: TSE (2025[359]).

Figura 85: votos do Crato nas eleições de 2022 (cargo: governador).



Ano: 2022 | Região: NORDESTE | UF: CE | Município: CRATO | Zona: Todas | Tipo eleição: Eleição Ordinária | Turno: 1 | Eleição: Todas | Cargo: Governador

Editar | Limpar | Saiba mais

Última atualização: 17.05.2025 - 03:31 \ Próxima atualização: 18.05.2025 - 03:30 \ Frequência de atualização: Às 03:30 (Diariamente)

Município | Zona

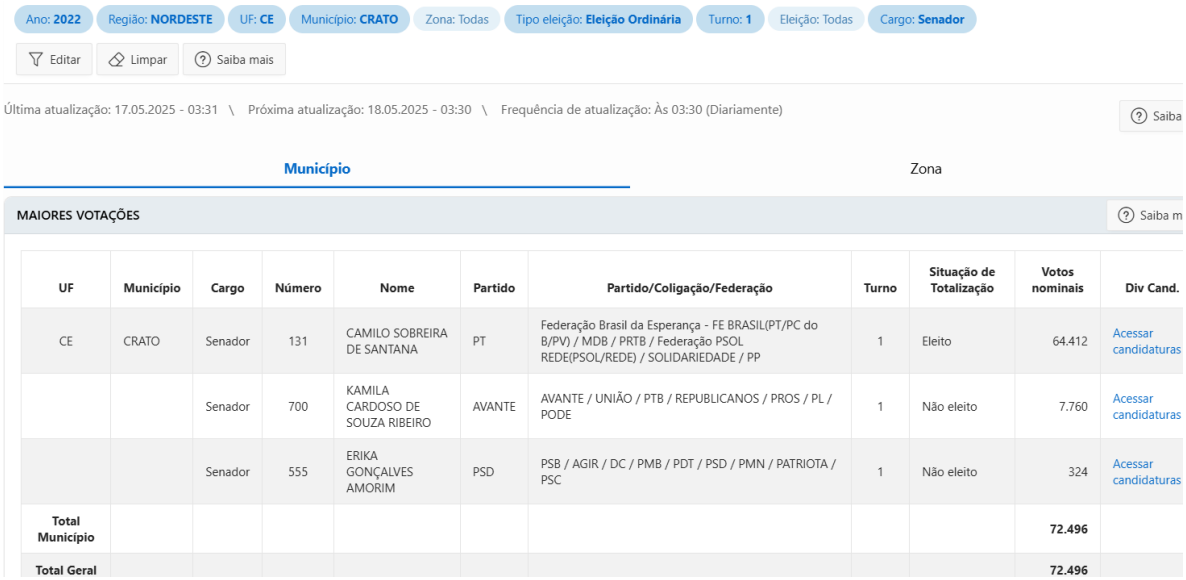
MAIORES VOTAÇÕES

UF	Município	Cargo	Número	Nome	Partido	Partido/Coligação/Federação	Turno	Situação de Totalização	Votos nominais	Div Cand.
CE	CRATO	Governador	13	ELMANO DE FREITAS DA COSTA	PT	Federação Brasil da Esperança - FE BRASIL(PT/PC do B/PV) / PP / MDB / PRTB / Federação PSOL REDE(PSOL/REDE) / SOLIDARIEDADE	1	Eleito	59.433	Acessar candidaturas
		Governador	44	WAGNER SOUSA GOMES	UNIÃO	PODE / AVANTE / PL / REPUBLICANOS / PTB / PROS / UNIÃO	1	Não eleito	12.138	Acessar candidaturas
		Governador	12	ROBERTO CLÁUDIO RODRIGUES BEZERRA	PDT	PMN / PATRIOTA / AGIR / PMB / PDT / PSD / PSB / PSC / DC	1	Não eleito	3.788	Acessar candidaturas
		Governador	21	FRANCISCO RAIMUNDO MALTA DE ARAÚJO	PCB	PCB	1	Não eleito	23	Acessar candidaturas

359 Disponível em: https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-resultados/maiores-votacoes?session=313672746737657. Acesso em: 17 mai. 2025.

Fonte: TSE (2025[360]).

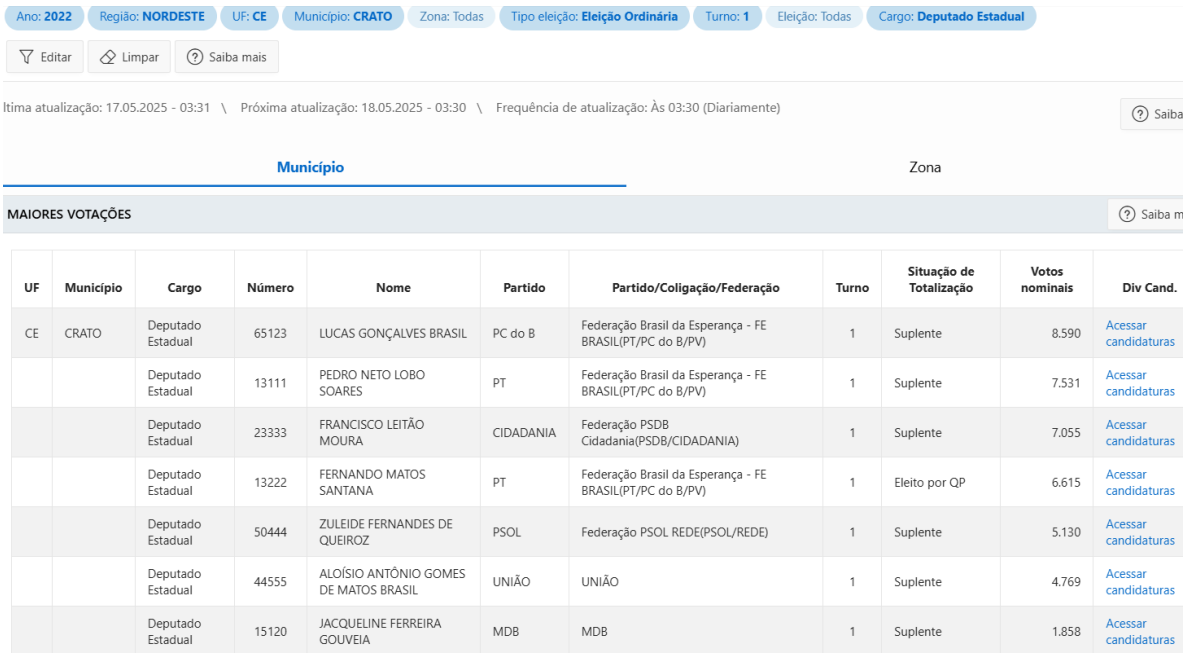
Figura 86: votos do Crato nas eleições de 2022 (cargo: senador).



UF	Município	Cargo	Número	Nome	Partido	Partido/Coligação/Federação	Turno	Situação de Totalização	Votos nominais	Div Cand.
CE	CRATO	Senador	131	CAMILO SOBREIRA DE SANTANA	PT	Federação Brasil da Esperança - FE BRASIL(PT/PC do B/PV) / MDB / PRTB / Federação PSOL REDE(PSOL/REDE) / SOLIDARIEDADE / PP	1	Eleito	64.412	Acessar candidaturas
		Senador	700	KAMILA CARDOSO DE SOUZA RIBEIRO	AVANTE	AVANTE / UNIÃO / PTB / REPUBLICANOS / PROS / PL / PODE	1	Não eleito	7.760	Acessar candidaturas
		Senador	555	ERIKA GONÇALVES AMORIM	PSD	PSB / AGIR / DC / PMB / PDT / PSD / PMN / PATRIOTA / PSC	1	Não eleito	324	Acessar candidaturas
Total Município									**72.496**	
Total Geral									**72.496**	

Fonte: TSE (2025[361]).

Figura 87: votos do Crato nas eleições de 2022 (cargo: deputado estadual).



UF	Município	Cargo	Número	Nome	Partido	Partido/Coligação/Federação	Turno	Situação de Totalização	Votos nominais	Div Cand.
CE	CRATO	Deputado Estadual	65123	LUCAS GONÇALVES BRASIL	PC do B	Federação Brasil da Esperança - FE BRASIL(PT/PC do B/PV)	1	Suplente	8.590	Acessar candidaturas
		Deputado Estadual	13111	PEDRO NETO LOBO SOARES	PT	Federação Brasil da Esperança - FE BRASIL(PT/PC do B/PV)	1	Suplente	7.531	Acessar candidaturas
		Deputado Estadual	23333	FRANCISCO LEITÃO MOURA	CIDADANIA	Federação PSDB Cidadania(PSDB/CIDADANIA)	1	Suplente	7.055	Acessar candidaturas
		Deputado Estadual	13222	FERNANDO MATOS SANTANA	PT	Federação Brasil da Esperança - FE BRASIL(PT/PC do B/PV)	1	Eleito por QP	6.615	Acessar candidaturas
		Deputado Estadual	50444	ZULEIDE FERNANDES DE QUEIROZ	PSOL	Federação PSOL REDE(PSOL/REDE)	1	Suplente	5.130	Acessar candidaturas
		Deputado Estadual	44555	ALOÍSIO ANTÔNIO GOMES DE MATOS BRASIL	UNIÃO	UNIÃO	1	Suplente	4.769	Acessar candidaturas
		Deputado Estadual	15120	JACQUELINE FERREIRA GOUVEIA	MDB	MDB	1	Suplente	1.858	Acessar candidaturas

Fonte: TSE (2025[362]).

360 Disponível em: https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-resultados/maiores-votacoes?p0_cargo=Governador&session=313672746737657. Acesso em: 17 mai. 2025.
361 Disponível em: https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-resultados/maiores-votacoes?p0_cargo=Senador&session=313672746737657. Acesso em: 17 mai. 2025.
362 Disponível em: https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-resultados/maiores-votacoes?p0_cargo=Deputado%20Estadual&session=313672746737657. Acesso em: 17 mai. 2025.

Observando os dados, vemos que: o presidente Lula (PT) teve cerca de 600% a mais de votos que seu opositor, Jair Bolsonaro (PL); Elmano (PT) teve quase 490% a mais que seu principal concorrente, Wagner Sousa (União); Camilo (PT) teve quase 89% de todos os votos, no Crato, para o senado; e Pedro Lobo (PT), ainda que tenha ficado como suplente, foi o segundo mais votado no Crato, para o cargo de deputado estadual (ficando com uma pequena diferença de votos em relação ao mais votado – 8.590 x 7.531, de um total de 66.700 votos).

Nas eleições de 2024, André Barreto (PT) conseguiu se eleger prefeito. Mas para que essa aliança chegasse, em 2024, com essa força, diversas articulações ocorreram anteriormente. Ainda que não seja objetivo, da presente tese, esgotar todos esses movimentos, entendemos serem necessárias algumas contextualizações que ajudam a compreender políticas que interferem em referências culturais locais – que são foco da análise.

O cratense Camilo Santana (PT) participou da campanha de Cid Gomes (com foco no Cariri), que após eleito, nomeou-o secretário do Desenvolvimento Agrário do estado (cargo que exerceu até 2010), e de 2011 a 2014, foi novamente indicado por Cid, tendo assumido a Secretaria das Cidades do Ceará. Depois foi eleito governador por dois mandatos consecutivos (eleições de 2014 e de 2018) – renunciando ao cargo em 2022 para concorrer a uma vaga de senador. Depois de ocupar o cargo, foi nomeado Ministro da Educação pelo presidente Lula (2023)[363].

O capital político de Camilo no Ceará, tem sido indiscutível; mas em âmbito caririense, é ainda mais relevante. Daí o diferencial que traz para aqueles candidatos que apoia. Em outro vídeo é possível ver uma carreata em apoio a Pedro Lobo (PT), tendo na legenda o epíteto "Cratinho de Açúcar", e entre os locais visitados, o já emblemático monumento a Nossa Senhora de Fátima.

[363] Cf. https://pt.wikipedia.org/wiki/Camilo_Santana.

Figura 88: montagem com *frames* e legenda de vídeo em rede social – campanha Pedro Lobo.



Fonte: Instagram[364] (06 out. 2024).

André Barreto Esmeraldo (PT), um dos apoiados por Camilo, iniciou sua carreira política como vereador, tendo sido eleito 2000 (pelo PSDB) e em 2004 (pelo PV). Entre suas falas registradas em plenário, tiveram destaque seu incentivo aos setores cultural[365] e turístico[366], mas predominantemente, ações de preservação relativas ao meio ambiente[367] – com destaque para o Sítio Fundão[368].

Em 2007 também integrou a gestão de Cid Gomes, tendo sido nomeado Secretário Estadual de Meio Ambiente – cargo que lhe permitiu atuar, ainda mais fortemente, na preservação do Sítio Fundão.

Atuou como vice-prefeito do Crato nas gestões de José Ailton de Sousa Brasil, por dois mandatos consecutivos: de 2017 a 2020 (com "Zé Ailton" eleito pelo PP, e André Barreto, pelo PDT); e de 2021 a 2024 (ambos eleitos pelo PT – reforçando a força política desse partido no estado, e culminando na sua eleição como prefeito, em 2024[369]).

[364] Disponível em: https://www.instagram.com/pedrolobopt/reel/DAytxjvPSlc/.
[365] S. Ordinária nº 169, de 06/08/2003; S. Ordinária nº 87, de 15/10/2003; S. Ordinária nº 197, de 24/11/2003.
[366] S. Ordinária nº 221, de 19/04/2004.
[367] S. Ordinária nº 233, de 07/06/2004; S. Ordinária nº 87, de 03/05/2006; S. Ordinária nº 260, de 17/11/2008.
[368] S. Ordinária nº 255, de 27/10/2008.
[369] Cf. https://pt.wikipedia.org/wiki/Andr%C3%A9_Barreto_Esmeraldo.

Na imagem a seguir, vê-se Dr. Leitão, Zé Ailton e André Barreto em foto publicada em rede social de apoio à 24ª Romaria do Caldeirão de Santa Cruz do Deserto, com adesivos no peito com o número de legenda do PT (13).

Figura 89: postagem em colaboração dos perfis de rede social de Dr. Leitão, Zé Ailton e André Barreto, em apoio à romaria do Caldeirão de 2024.



Fonte: Instagram (2024[370]).

Pedro Lobo, por sua vez, não só foi vereador do Crato pelo PT (eleições de 2016 e de 2020), como também foi presidente do partido no Crato por dois mandatos (2013-2020)[371]. Em sua atuação na câmara, também fez falas e ações em prol da preservação de recursos do meio ambiente[372] e de referências culturais[373] (aí incluindo a romaria do Caldeirão[374]), assim como de incentivo turismo[375], ao futebol[376], ao radialismo[377] e à busca por recursos para a Expocrato[378].

[370] Disponível em: https://www.instagram.com/p/DAOXAWbRVuX/. Acesso em: 25 jun. 2025.
[371] Cf. https://www.pedrolobopt.com/.
[372] 48ª S. Ordinária, ata nº 54, de 21/08/2017; 74ª S. Ordinária, ata n º 80, de 13/11/2017.
[373] 49ª S. Ordinária, ata nº 55, de 22/08/2017; 6ª S. Ordinária, ata nº 9, de 05/03/2018; 18ª S. Ordinária, ata nº 22, de 16/04/2018.
[374] 57ª S. Ordinária, ata nº 63, de 18/09/2017, fl. 3/6. Cf. https://www.instagram.com/pedrolobopt/reel/C63i6MKOfn_/ (Vídeo de Pedro lobo sobre o caldeirão).
[375] "No Pequeno Expediente o vereador Pedro Lobo (PT) [...] convidou os vereadores para reunião com o superintendente do Sebrae, na sexta-feira (24), às 19h no auditório do Geopark Araripe. O encontro debaterá o fortalecimento do turismo em Crato. [...]" (77ª S. Ordinária, ata nº 83, de 21/11/2017, fl. 2/3).
[376] 57ª S. Ordinária, ata nº 63, de 18/09/2017, fl. 3/6; 63ª S. Ordinária, ata nº 67, de 19/11/2018; 6ª S. Ordinária, ata nº 9, de 05/03/2018; 27ª S. Ordinária, ata nº 31, de 28/05/2018; 63ª S. Ordinária , ata nº 7, de 19/11/2018.
[377] 80ª S. Ordinária nº 86, de 28/11/2017; 77ª S. Ordinária, ata nº 83, de 21/11/2017, fl. 2/3; 80ª S. Ordinária, ata nº 86, de 28/11/2017; 65ª S. Ordinária, ata nº 69, de 26/11/2018.
[378] 80ª S. Ordinária nº 86, de 28/11/2017.

Nas eleições de 2022, para deputado estadual, ficou como suplente, mas assumiu o cargo em 2024 – com o slogan, "Do Coração do Cariri ao Ceará: Construindo um Futuro Melhor" (Araújo, 2024). Em matéria sobre sua plataforma política, chamam atenção dois temas: o da "Valorização do Patrimônio Natural e Cultural", tendo destaque para a busca de inserção da Chapada do Araripe na lista do patrimônio da humanidade (da Unesco); e o "Foco no Turismo e Desenvolvimento Sustentável", sobre o qual destacou

> [...] a vocação singular do Cariri para o turismo religioso, científico, de negócios e cultural. Ele mencionou a romaria de Juazeiro do Norte, o Geopark Araripe, museus de paleontologia e eventos que impulsionam o turismo de negócios. Pedro Lobo afirmou que a integração regional do Cariri é essencial para dinamizar o desenvolvimento sustentável da região, e que seu mandato será um elo de conexão entre os municípios, buscando potencializar suas vocações e atrair oportunidades de crescimento integrado (Araújo, 2024, s/p).

5.8.1 Notas sobre o Turismo no Crato e no Ceará

Apesar dessas divergências, vê-se a manutenção de algumas práticas governamentais em planos de governo subsequentes, inclusive sobre o turismo. O setor figura desde os planos de governo de César Cals (1971 – 1975) e Adauto Bezerra (1975-1979), mas foi a partir de Jereissati (1987-1990; 1995-1998; 1999-2002) que passaram a ter destaque investimentos significativos na infraestrutura turística.

Essa política de investimento no setor turístico, foi continuada por todos os governadores seguintes. Com Ciro Gomes (1991-1994), houve a conclusão de negociações com o BID, referentes ao Programa de Desenvolvimento Turístico do Nordeste (Prodetur). No retorno de Jereissati ao poder (1995-2002), a política estadual do Ceará teve, como estratégia para dialogar com a Política Nacional de Ecoturismo[379], a estruturação de corredores de acesso e a integração de diversos ecossistemas do seu território, criando polos de desenvolvimento – dentro dos quais estava o da "Chapada do Araripe" (Lacerda, 2009).

No governo Cid Gomes, por sua vez, houve a implantação do Centro de Convenções do Cariri, e no de Camilo Santana, houve: a criação do roteiro turístico Rota Cariri; as entregas do Teleférico do Horto, em Juazeiro do Norte, e do Teleférico de Barbalha, na Área de Proteção Ambiental (APA) da Chapada do Araripe; e a inauguração do Centro Cultural do Cariri Sérvulo Esmeraldo, no Crato (Ceará, 2023).

[379] Elaborada em 1994 – pelos ministérios da Indústria, Comércio e Turismo (MICT) e do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (MMA) –, tinha o ecoturismo como um segmento sustentável da atividade turística, buscando valorizar o patrimônio natural e cultural, bem como incentivar sua conservação e a criação de uma consciência ambiental (Lacerda, 2009).

Cabe lembrar que, para isso, foi importante a criação e o estímulo, em gestões consecutivas, ao Prourb e, dentro dele, ao Projeto Cidades do Ceará, que constituíram apostas em planos de requalificação urbana e na política estadual de tombamentos[380] (como fomento ao setor turístico) como catalizadores de desenvolvimento para o sul cearense. Além disso, do ponto de vista nacional, houve sintonia com as políticas de turismo interno e de desenvolvimento das cidades médias.

Dentre os interesses municipais registrados em atas da Câmara de Vereadores do Crato, o turismo aparece, ainda que timidamente, a partir do primeiro ano de análise da presente pesquisa: 2000. Por exemplo, mostrando preocupação com o esvaziamento do município, o vereador Francisco Tavares de Oliveira (PL) destacou que o Crato tinha motivos para celebrar conquistas, dentre as quais estava "um percentual turístico de primeiro plano" (S. Ordinária nº 196, de 28/02/2000).

Em outra ata foi vista uma oposição entre interesses locais de alguns vereadores (que têm distinto lugar de fala no âmbito da valoração de referências culturais) e outros que corroboram prioridades surgidas em políticas em escala estadual. Os vereadores Edson Vilar (PMDB[381]) e Amadeu de Freitas (PT) protestaram sobre a pretensão, pelo poder público, de destruir o Parque Municipal (para eles, um patrimônio que deveria ser preservado) para a construção de uma praça em seu lugar. Em resposta, o presidente da Câmara, Florisval Coriolano (PV), disse concordar com os planos da administração, que contavam "com a **anuência da secretaria de turismo do estado**, pela sua titular Anya Ribeiro" (S. Ordinária nº 202, de 28/03/2000, fl. 35, grifos nossos). É dizer, em nome do turismo, até o que poderia constituir um bem cultural para a sociedade, deixou de ser prioridade para alguns políticos.

Ações mais sistemáticas do setor turístico começaram a ser registradas, em plenário, entre 2002 e 2003: no âmbito da Secretaria de Cultura, Turismo e Meio Ambiente houve solicitação de apoio a eventos artísticos[382] – reforçando o status de "capital da cultura" e foi apresentado projeto de Lei de criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Turístico do Crato[383]; e referente à atuação vinculada à assembleia legislativa do estado, como já dito (no item 4.2.2 da presente tese), a deputada Ana Paula Cruz solicitou, ao Governo do Estado, a criação de uma Linha Turística ligando Juazeiro do Norte, Crato, Arajara, Barbalha[384].

[380] Essa, viabilizada pela Lei nº 13.465, de 5 de maio de 2004, que trata da proteção ao patrimônio histórico e artístico do estado do Ceará.
[381] Vereador eleito em 1996.
[382] Como para a "I Bienal de Artes do Cariri" (S. Ordinária nº 15, de 17/04/2001, fl. 32).
[383] De nº 0212001/2002 (S. Ordinária nº 144, de 31/03/2003; S. Ordinária nº 145, de 18/04/2003).
[384] S. Ordinária nº 187, de 15/10/2003, fl. 65 verso.

Considerando o avanço do tema com o passar do tempo, sintonizando interesses municipais e estaduais, em 2004 foram feitos novos debates sobre o assunto, enumerando as potencialidades e, dentre elas, destacando o turismo religioso associado ao Padre Cícero:

> [...] começando pela figura do Padre Cícero Romão Batista, filho do Crato e hoje uma das mais fortes referências da admiração do povo nordestino após o trabalho religioso que desenvolveu no vizinho município do Juazeiro do Norte [...] uma das mais firmes demonstrações do Turismo nordestino e cuja memória está sendo lembrada e até mesmo resgatada na terra natal [...]feliz ideia da Diocese de apresentar aos visitantes, em forma até de fé religiosa, a Pia Batismal da Igreja de Nossa Senhora da Penha, pia que recebeu para batismo, o Padre Cícero Romão Batista (S. Ordinária nº 221, de 19/04/2004, fl. 159 verso/160).

O epíteto "Capital da Cultura", repetido em alguns trechos da mesma ata supra, reforçou a necessidade de aproveitamento de referências que o sustentam, aí incluindo a ligação do Crato com o Exu, tanto por meio de Bárbara de Alencar quanto pelo músico Luiz Gonzaga – esse último, que reforça a cultura nordestina, como um todo, no imaginário nacional. Nesse sentido, foi também sugerida, por André Barreto (PSDB), a falta de uma programação direcionada ao Turismo no município, inclusive de um calendário cultural[385].

Pode-se perceber, também, o aproveitamento do estímulo da época ao turismo para incluir, entre as (i)materialidades contempladas pelos recursos, aquelas que constituem prioridade para alguns políticos (e, possivelmente, seu eleitorado). É o caso do vereador Guilherme Maia (PDT), que depois de lamentar que outros pontos da cidade, que considerava importantes, estivavam "relegados a um segundo plano", destacou o Estádio Mirandão como exemplo que "[...] poderia servir de referência turística, mas que está em precárias condições, sem que o Poder público atende para este problema"[386].

Já foi apontado, no item 5.5, possíveis interesses em torno do tema do futebol no Crato, bem como sua assimetricamente superior aparição nas atas, frente a outras referências. A inclusão do estádio no roteiro turístico, condicionada à aplicação de mais recursos públicos para sua adequada requalificação, é uma estratégia que, certamente, une interesses.

Foi nesse mesmo ano de 2004, quando o Crato comemorava 240 anos de sua emancipação política, que foi informada não apenas a visita, ao Crato, do prefeito da cidade (homônima) de Crato, em Portugal, mas a assinatura de um convênio entre as cidades, de

[385] S. Ordinária nº 221, de 19/04/2004.
[386] Idem.

caráter cultural e turístico[387]. Não se sabe de quem partiu o interesse nesse convênio, mas certamente ele se encaixa na política que vinha sendo desenhada para o município no período.

Na perspectiva do turismo regional e municipal sintonizado com interesses internacionais, Abreu (2017) ressaltou a importância do geoturismo e do ecoturismo, propiciado e administrado pelo Geopark Araripe, que conta com visitas aos geossítios por existir, na região, um vasto acervo paleontológico, diversificando as atividades turísticas no Cariri cearense.

Como visto, o Geopark Araripe foi criado em 2006, mas sua importância seguiu existindo nas gestões municipal[388] e estadual seguinte – de Cid Gomes (PSB, de 2007 a 2010; Pros, de 2011 a 2015)[389]. Sobre a instância estadual, tiveram destaque obras/ações, como: a proposta de investimento de grande verba para construção de um novo parque de exposições para a Expocrato (2009); o projeto de requalificação do Parque Histórico do Sítio Caldeirão[390], em 2009 (Ceará, 2005; Santos, 2009); a criação da RM Cariri (em 2009); a inclusão dos museus que funcionam na antiga Casa de Câmara e Cadeia do Crato no III Edital de apoio à preservação do patrimônio material 2009 (Ceará, 2010); a inauguração da restauração da casa sede do Parque Estadual do Sítio Fundão (Conpam, 2011); a construção da via paisagística da encosta do Seminário[391], em 2013 (Secretaria das Cidades, 2013); etc.

Em 2014 foi criado o Programa de Desenvolvimento do Crato (Prodecrato). Com o objetivo e incrementar o desenvolvimento econômico da cidade, foi organizado em. quatro eixos principais de atuação: I - Criação do distrito industrial[392]; II - Crato empreendedor; III -

[387] S. Ordinária nº 236, de 16/06/2004, fl. 196.

[388] Em ata de finais de 2008, foi citada a realização de um Seminário em Fortaleza, que contou com representantes de vários municípios (dentre os quais, o vereador André Barreto – PV –, do Crato), mas também de diversos países (como França, Estados Unidos, Canadá etc.). Entre os assuntos mais debatidos esteve as peculiaridades dos GeoParks (inclusive o do Araripe) e o desenvolvimento do Geoturismo, com previsão de implantação de medidas a respeito (S. Ordinária nº 260, de 17/11/2008, fl. 189 verso).

[389] Como já dito, diante da possibilidade de perda do título (em 2009), o governador anunciou uma série de medidas, valendo-se da coincidência geográfica entre o Geopark e o Projeto de Desenvolvimento Econômico Regional do Ceará - Cidades do Ceará.

[390] Foi publicado, no Diário Oficial do Estado – DOE (9/12/2008, fl. 23), o Termo de Convênio nº 160/2008, entre SECULT e município do Crato, para execução da Restauração do Parque Histórico do Caldeirão da Santa Cruz, sendo R$ 300 mil da parte do Estado e 60 mil (contrapartida) do município (gestão Samuel Araripe).

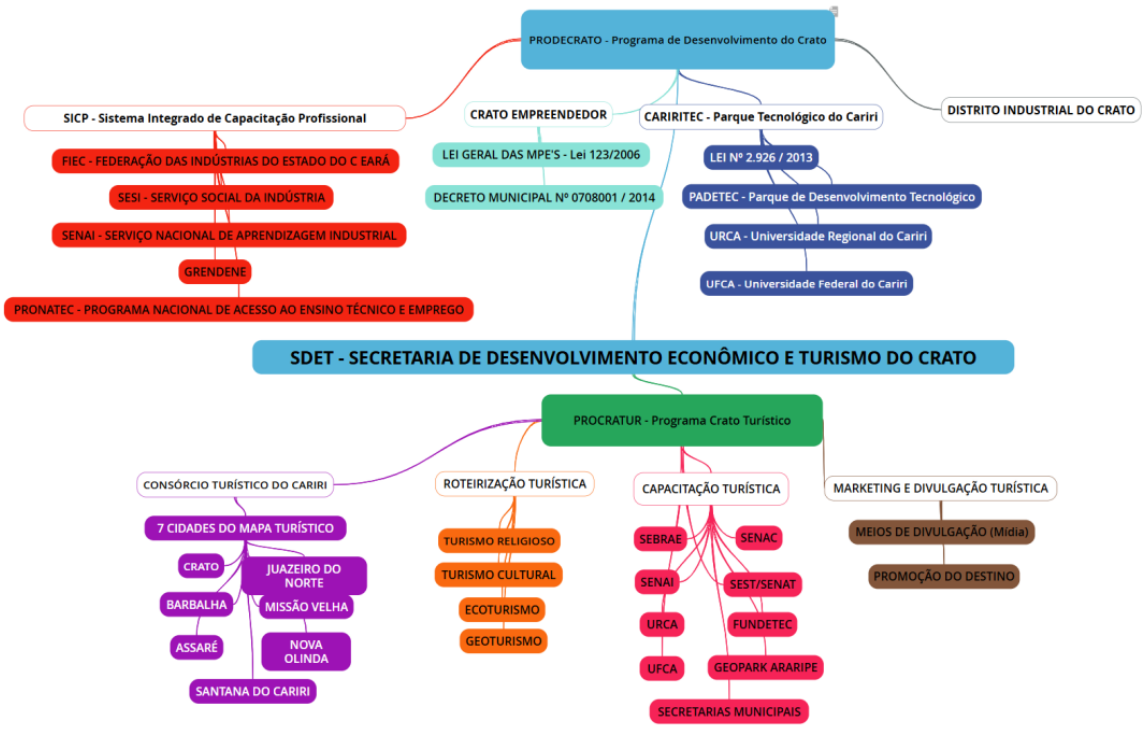
[391] Em 2015, o vereador Amadeu Freitas (PT) comentou sobre essas obras, "[...] dizendo que será um ponto turístico valorizando o espaço urbano da cidade [...]" (S. Ordinária nº 40, de 22/06/2015, fl. 171 verso).

[392] Segundo Abreu (2017), o distrito estaria localizado nas imediações da vila Padre Cícero e da vila São Bento (a norte do município) –informação que parece ser ratificada em notícia do Governo do Estado, de autorização de obras de pavimentação asfáltica do acesso ao distrito (Cf. https://www.ceara.gov.br/2014/05/30/governo-autoriza-obras-de-pavimentacao-asfaltica-de-estrada-no-crato/). Entre as ações de incentivos à instalação de novos empreendimentos estavam a isenção de impostos, a doação de terrenos e fornecimento de infraestrutura adequada (Abreu, 2017). Contudo, pesquisando em mapas, foi encontrado apenas o Distrito Industrial Cariri, em área limítrofe entre os três municípios do Crajubar, a sudeste do Crato (Cf. https://www.researchgate.net/publication/271723692/figure/fig1/AS:571459254460417@1513257911902/Figura-1-Mancha-Urbana-Crato-Juazeiro-do-Norte-e-Barbalha-A-percepcao-do-processo-de.png).

Parque Tecnológico do Cariri (Caririteс); e IV - Sistema Integrado de Capacitação Profissional – SICP (Abreu, 2017).

Coadunando-se com os propósitos desse programa, foi criado o Programa Crato Turístico (Procratur), vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo do Crato (SDET), mantendo a prática política e econômica em prol do turismo, que vinha sendo desenvolvida nos âmbitos municipal e estadual.

Figura 90: esquema explicativo de ações dos programas Prodecrato e Prodetur, conectados por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo do Crato (SDET).



Fonte: plataforma GoConqr393 (s/d.).

Tratou-se de um conjunto de ações e de incentivos a essas atividades, a exemplo do estabelecimento de roteiros turísticos integrados com as demais cidades pertencentes à RM Cariri, por meio do Consórcio Turístico do Cariri; tendo como principais focos a Flona Araripe, o turismo religioso e o turismo de negócios (Diário do Turismo, 2015).

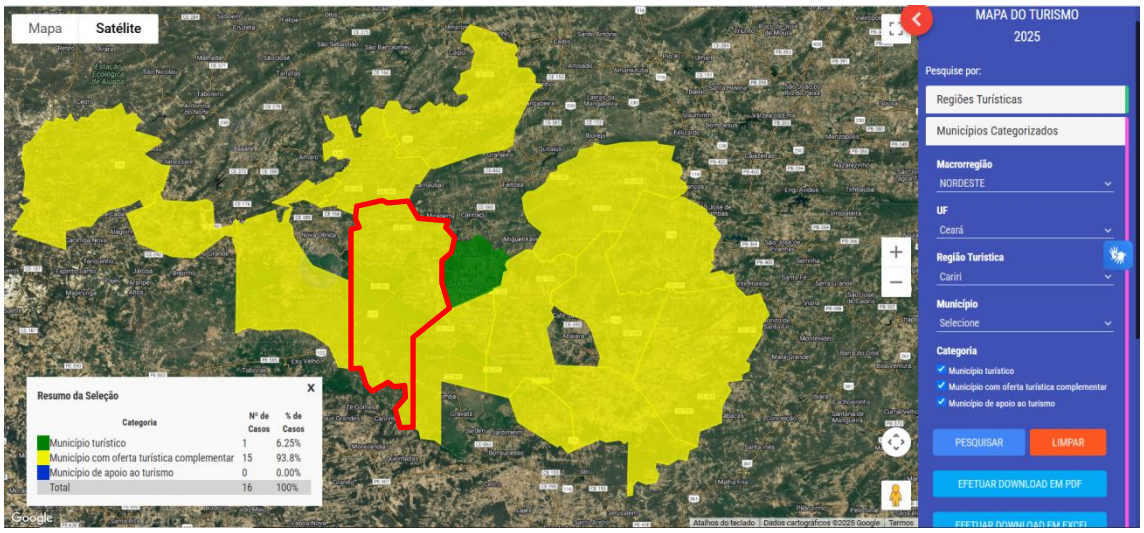
Diante da necessidade de capacitação turística, diversas instituições foram acionadas nesse planejamento, como as entidades privadas que atuam com serviços de interesse público (Sebrae[394], Senac[395], Senai[396] e SEST/SENAT[397]), universidades (Urca e UFCA) e Fundetec

[393] https://www.goconqr.com/pt/p/3756330.
[394] Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.
[395] Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.

(Fundação de Desenvolvimento Tecnológico do Cariri, entidade sem fins lucrativos de apoio à Urca), Geopark Araripe e Secretarias municipais.

A partir do consórcio oriundo do programa, municípios do Cariri cearense integraram o Mapa Turístico do Brasil (vinculado ao Ministério do Turismo) – inicialmente eram 7 municípios previstos, mas consultando o mapeamento mais recente, foram encontrados 15. Eles foram classificados de acordo com as categorias: "município turístico" (dentro da qual se encaixa, apenas, Juazeiro do Norte[398]); "município com oferta turística complementar" (na qual se enquadram o Crato e outros 14 municípios da região sul do estado); e "município de apoio ao turismo" (sem representantes da região Turística Cariri).

Figura 91: classificação dos municípios pertencentes à Região Turística Cariri, do Ceará, no Mapa do Turismo do Brasil 2025 – destaque para o Crato, em contorno vermelho.



Fonte: Mapa do Turismo[399] (2025 – editado pela autora, 2025).

É contraditório, considerando a problemática da qual parte a presente pesquisa, que na descrição turística do Crato (disponível pelo portal do Mapa Turístico do Brasil), conste: "Seu centro histórico **preservado**, como a Igreja Matriz Nossa Senhora da Penha, revela a arquitetura colonial" (Ministério do Turismo, 2025, s/p, grifo nosso).

Apesar disso, é apontado, no documento, que os atrativos naturais (aí incluindo Reservas ecológicas, Unidade de Conservação e Parques Naturais) são os que geram maior fluxo turístico no município, e que existem 4 empresas formais do setor do turismo, no

[396] Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.
[397] Serviço Nacional de Aprendizagem e Transporte.
[398] A presença de um aeroporto, e a histórica e massiva realização de romarias ao longo do ano, podem ter sido fatores decisivos para essa classificação.
[399] Disponível em: https://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home. Acesso em: 17 mai. 2025.

município. Quanto ao período de maior fluxo turístico, foram apontados os meses de junho e julho (nesse último, costuma ocorrer a Expocrato[400]).

Não foram encontrados estudos que apontem para o real avanço do setor após implementação do Prodetur, mas cabe citar ações relevantes que precederam o lançamento desse programa, mostrando interesses locais sobre o tema.

Em 2013, por exemplo, um aluno do curso técnico em Guia de Turismo do Senac Sesc - Crato versou, em plenário, tanto sobre a capacidade turística do Crato quanto da região, tais como turismo histórico-religioso, roteiro de visitas, passeio em canoas (no Imari) e áreas de lazer. Foram exemplos citados: sítio catingueira, pç. da Sé, Catedral de Nossa Senhora da Penha, Palácio do Bispado, Cova de Nêca, Museu de Paleontologia, sítios Fundão e Chico Gomes e Casa de Pedra[401]. Essa ação foi louvada por vereadores presentes, entendendo a importância de maior conhecimento sobre essas potencialidades para que se pudesse investimentos no setor. Exemplo disso veio do vereador Paulo de Tarso (PMDB), que no dia seguinte, solicitou audiência pública para tratar do turismo religioso, cultural e ecológico do Crato[402].

Outra ação base importante para respaldá-lo foi o lançamento do Inventário da Oferta Turística do Crato, realizado numa parceria entre a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo do Crato e o Instituto Federal do Ceará (IFCE)[403]. Os responsáveis pela elaboração desse documento compareceram à Câmara para falar a respeito[404].

Quando lançado o Procratur, novamente o secretário Desenvolvimento e Turismo, "Dr. Venâncio", compareceu ao plenário para falar do programa[405]. Em sessão posterior, o tema foi retomado em ares de valorização, sobretudo por parte do vereador Paulo de Tarso (PMDB)[406]. Ele também

> discorreu sobre o programa Brasil Nacional de Turismo e Marketing com o objetivo de complementar o fortalecimento da cadeia turística local em parcerias com o SEBRAE e prefeitura Municipal, lembrando que a região do Cariri possui capacidade para entrar no calendário turístico nacional e

[400] Inclusive, em ata de 2017, vereadores (Mauricio Almeida – PDT –, Thiago Esmeraldo – PP – e Amadeu de Freitas – PT) indicaram que a 3ª semana do mês de julho seria a mais adequada para a realização da Expocrato 2017, devido à previsão de um maior número de turistas nessa época (25ª S. Ordinária, ata nº 28, de 09/05/2017, fls. 1/4-2/4).
[401] S. Ordinária nº 32, de 27/05/2013, fl. 75 frente e verso.
[402] S. Ordinária nº 33, de 28/05/2013, fl. frente e verso.
[403] Alunos do curso de bacharelado em Turismo, do IFCE – Campus Fortaleza, com a coordenação da professora Ione Chaves, elaboraram o inventário (Diário do Nordeste, 2014).
[404] S. Ordinária nº 132, de 13/10/2014.
[405] S. Ordinária nº 2, de 03/02/2015.
[406] S. Ordinária nº 4, de 10/02/2015, fl. 126.

> internacional, acrescentou ainda que a realização de um consórcio turístico na região do Cariri (S. Ordinária nº 31, de 25/05/2015, fl. 58).

Na mesma sessão supra, o vereador Paulo de Tarso (PMDB) comunicou que estaria em Brasília e em Fortaleza, com o intuito de apresentar projetos de cunho turístico para a cidade de Crato. Também disse que participaria, junto com a Diocese, de uma reunião para discutir o turismo religioso.

No âmbito estadual, Camilo Santana, que assumiu seu primeiro mandato em 2015, seguiu os planos de investimento em infraestrutura e turismo: reforma do Parque de Exposições Pedro Felício Cavalcante (2018); o Plano de Manejo do Sítio Fundão (2019[407]) e instituição do instrumento de Chancela da Paisagem Cultural, no Ceará (2021)[408], que permitiu sua aplicação sobre a Chapada do Araripe.

Quando visitou o Crato, em 2018, Camilo Santana teve fala registrada sobre obras do Estado que estavam em andamento, no município e na região. Na ocasião, reforçou tanto a citada reforça do Parque de Exposições (já não mais falando de mudá-lo de lugar) quanto a ideia da construção do Centro Cultural do Cariri [409](informando que seria, para a região, algo semelhante ao que o Instituto Dragão do Mar de Arte e Cultura é, para Fortaleza). Também visitou as obras da estrada que liga Nova Olinda e Crato (conexão importante para as ações desenvolvidas no âmbito do Geopark) e da urbanização do entorno do Horto de Nossa Senhora de Fátima (onde está situada a estátua) (Sampaio, 2018).

Antes de acabar sua gestão, Camilo ainda participou da inauguração de outras importantes obras no Cariri cearense, que foram viabilizadas com recursos estaduais: o Complexo Ambiental Mirante do Caldas, em Barbalha[410]; o Teleférico do Horto, que dá acesso à estátua do Padre Cícero[411], em Juazeiro do Norte; e o Centro Cultural do Cariri Sérvulo Esmeraldo, no Crato[412].

---

[407] SEMACE (2019).
[408] Lei nº 17.606, 6 de agosto de 2021 (Ceará, 2021).
[409] A obra foi inaugurada ainda na gestão de Camilo Santana (PT), mas está tendo continuidade pelo governador que lhe sucedeu, Elmano (PT), que recentemente destinou verbas para a instalação do planetário – previsto no projeto para o local (Ellen, 2025).
[410] Inaugurado em 13 de novembro de 2021, com investimento total foi de R$ 13,8 milhões (Cf. https://www.ceara.gov.br/2021/11/13/complexo-ambiental-mirante-do-caldas-em-barbalha-e-inaugurado-para-fomentar-turismo-e-educacao-ambiental-no-cariri/#:~:text=O%20Governo%20do%20Cear%C3%A1%20inaugurou,sustent%C3%A1vel%20na%20regi%C3%A3o%20do%20Cariri.).
[411] Inaugurado em 28 de novembro de 2022, com investimento em torno de R$ 79,1 milhões (Cf. https://www.ceara.gov.br/2022/03/28/teleferico-do-horto-e-inaugurado-e-vai-fomentar-ainda-mais-o-turismo-no-cariri/#:~:text=O%20equipamento%20ser%C3%A1%20importante%20para,R$%2079%2C1%20milh%C3%B5es.).
[412] Inaugurado no dia 1º de abril de 2022 (Cf. https://www.ceara.gov.br/2022/04/02/governo-do-ceara-entrega-a-populacao-o-centro-cultural-do-cariri-em-crato/).

Ainda, houve continuidade da política de proteções estaduais. Além do acréscimo de tombamentos, houve a primeira aplicação do instrumento da chancela de paisagem cultural no estado: para a Chapada do Araripe. O quadro a seguir sistematiza informações sobre essas proteções.

Quadro 1: Informações sobre proteções estaduais de referências culturais do Crato

REFERÊNCIA / instrumento	DATA DE ABERTURA	SOLICITANTE(S)	APROVAÇÃO NO COEPA
Casa de Câmara e Cadeia[TO]	03/2004	Secult-CE	14/04/2004
Estação Ferroviária[TO]	11/2007*	Walter Peixoto (ex-prefeito)	22/11/2004
Sítio Caldeirão[TO]	02/2005	Rosemberg Cariry	21/03/2005
Sítio Fundão**[TO/IPA]	04/2007	Edinho Pereira da Silva e Marivalda Ferreira Guedes Pereira	15/05/2013
Sítio Bebida Nova[TO]	08/2015	Romeu Duarte Júnior	20/12/2021
Chapada do Araripe[CPC]	01/2020	Fundação Casa Grande - Memorial do Homem Kariri; Secult-CE; Urca e Sesc-CE	09/03/2022[413]
[TO] Tombamento | [CPC] Chancela de Paisagem Cultural | [IPA] Instrumento de Proteção Ambiental			
* A abertura desse processo foi posterior a sua aprovação no COEPA porque o pedido de tombamento foi feito para a Secretaria Patrimonial da União (SPU).			
**Ao processo de tombamento do Sítio foi anexado outro, da sua mata[414]. Instrumento de Proteção Ambiental aplicado: Decreto Estadual nº 29.307, de 05 de junho de 2008 (que cria o Parque Estadual Sítio Fundão).			

Fonte: autora (2025, com base em informações fornecidas pela Copam/Secult-CE).

Entre essas referências, a única que não consta no mais recente mapa turístico divulgado pela Prefeitura Municipal do Crato (2025a) foi o Sítio Bebida Nova – talvez pelo fato de se localizar em área rural, no pé da Chapada do Araripe. Foram pontos de visitação registrados no documento: Catedral da Sé; Museu Histórico do Crato; Antiga Casa da Câmara; Centro Cultural do Araripe/ Sec. de Cultura; Coluna da Hora (Praça Cristo Rei); Palácio Episcopal; Colégio Sta. Tereza; Instituto Cultural do Cariri-ICC; Seminário São José; Igreja São Francisco; Estádio "O Mirandão"; Estátua de N.Sr.a, de Fátima; Centro de Convenções do Cariri; Clube Recreativo Granjeiro; ONG Beatos; Cascata do Lameiro; Quinta dos Lobos; Serrano Atlético Cratense; Sede Geopark Araripe; Floresta Nacional do Araripe; Parque Estadual Sitio Fundão; Centro de interpretação Geopark Araripe; Crato Ténis Clube; Soldadinho do Araripe-Aquasise; Cascata do Sitio Rosto; Encosta do Seminário; Pinturas rupestres em Santa Fé; Caldeirão da Santa Cruz do Deserto; Museu Casarão Benedito José Teles; Academia dos Cordelistas; Vila da Música; Solibel; Soc. Cratense de Artes Cênicas-

[413] Homologada pelo Decreto Estadual nº 34.884, de 05 de agosto de 2022.
[414] Processo aberto em agosto de 2007, pelo Iphan, a partir de provocação inicial dos mesmos interessados no tombamento do sítio (Ceará, 2007b).

SCAC; Museu de Luís Gonzaga; Capela da Mãe do Belo; Centro Cultural do Cariri; Santuário Eucarístico Diocesano; Parque de Exposições Pedro Felício Cavalcanti.

Quanto aos tombamentos estaduais incidentes sobre o Crato, o do Sítio Bebida Nova é o único que exalta uma família específica: a Esmeraldo. Entre as personalidades de destaque que pertencem a ela, está Sérvulo Esmeraldo. Artista cratense de projeção nacional e internacional, dá nome ao Centro Cultural Cariri (onde já teve exposição celebrativa) e tem obras expostas na via paisagística do Seminário – fatos que demonstram a manutenção da prática de criação de espaços de memória que seguem atualizando seu simbolismo junto à sociedade.

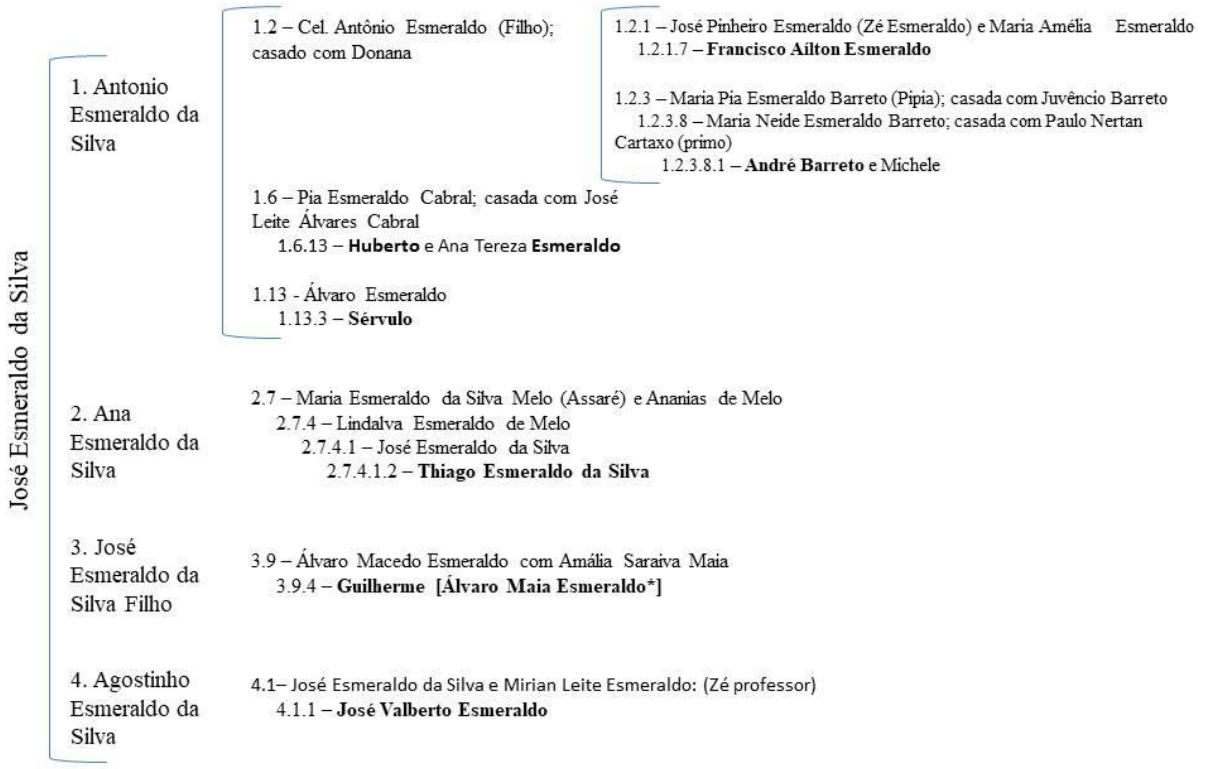
Figura 92: casarão da família Esmeraldo, no Sítio Bebida Nova (Crato-CE).



Fonte: autora (18 mai. 2025).

Em genealogia feita por Pancrácio Esmeraldo (2011), é possível ver, além do Sérvulo, diversos políticos mencionados ao longo da tese como membros da família Esmeraldo do Cariri.

Figura 93: recorte da genealogia da família Esmeraldo no Cariri, destacando políticos do Crato.



Fonte: autora (2025) – com base em genealogia de Esmeraldo (2011[415]).

Em síntese, vê-se no Crato a dimensão local de um movimento que decorre de uma política estadual, que por sua vez, está sintonizada com interesses nacionais e internacionais, demonstrando que a atuação do dispositivo identitário cratense sintoniza-se com outros dispositivos, em escalas e geografias outras.

5.8.2 Especulação Imobiliária

Até aqui está clara a intenção de aproveitamento, pelo Crato, do turismo religioso presente na região, pelos devotos do Padre Cícero. Nos discursos que, como visto, já foram atualizados mediante novas demandas (que reconfiguraram o dispositivo identitário), ao invés de oposição ao citado ícone religioso, foram utilizados fatos que o atrelam ao município (ele nasceu no Crato e foi batizado também lá, na Igreja na Praça da Sé) para atrair romeiros (que passaram a ser tratados como turistas).

A construção da estátua de Nossa Senhora de Fátima vem sendo atrelada a esse movimento religioso, seja por parte dos devotos cratenses, seja pelos interessados no turismo

[415] O asterisco, em Guilherme, foi acréscimo feito para completar o nome do político – que não constava em Esmeraldo (2011).

religioso local. O mesmo se pode esperar de outras ações, como romarias e tombamento de materialidades que reforçam a importância da igreja católica na região.

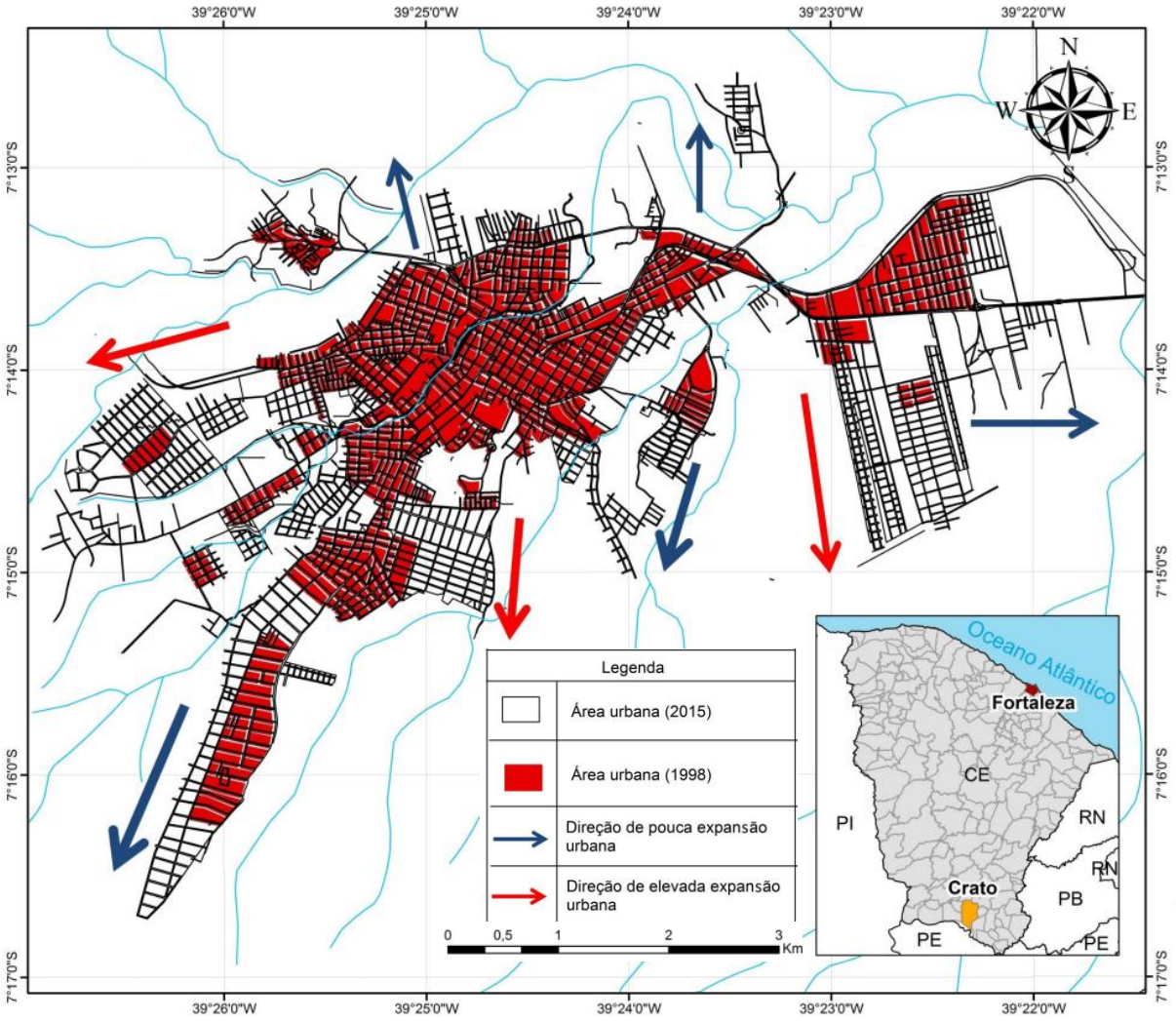
Sem embargo, observando estudos locais que tratam da atuação do Estado na expansão urbana do Crato, sobretudo no século XXI, foi possível aproximar, aos debates de investimentos relacionados a referências culturais locais, o tema da especulação imobiliária.

Em suas análises, Abreu (2017) que o setor que mais vem crescendo no município é o Leste, mais próximo a Juazeiro do Norte, que inclui os bairros do Barro Branco, Mirandão e Muriti. Ocorre que, algumas das referências aqui citadas, localizam-se neles: o monumento da santa está no primeiro; o estádio e a avenida de acesso à santa estão no segundo; no terceiro existiu o campo de concentração do Buriti.

Segundo o autor, as recentes transformações que vêm ocorrendo nessas localidades estão sendo vinculadas a "novas forças e investimentos com a presença de equipamentos de grande porte na esfera pública e da iniciativa privada" (Abreu, 2017, p. 66). Sobre o bairro Barro Branco, ele destacou a construção de conjunto habitacional (por meio do programa Minha Casa Minha Vida – MCMV–, do Governo Federal), a instalação de uma universidade federal (UFCA) e incorporação do turismo religioso por meio da construção da citada estátua.

No mapa a seguir é possível ver o avanço da mancha urbana da cidade, mostrando a forte transformação ocorrida desde a transição para o século XXI. As setas azul e vermelha, à direita, indicam o eixo de crescimento a partir do bairro Barro Branco, onde foram construídos citados empreendimentos. Logo à esquerda da seta vermelha está outra azul, essa se referindo ao bairro Mirandão, onde se localizada o acesso que liga o estádio de futebol ao monumento da santa.

Figura 94: mapa de expansão urbana do Crato (1998-2015).



Fonte: Abreu (2017, p. 124); editado pela autora (2025).

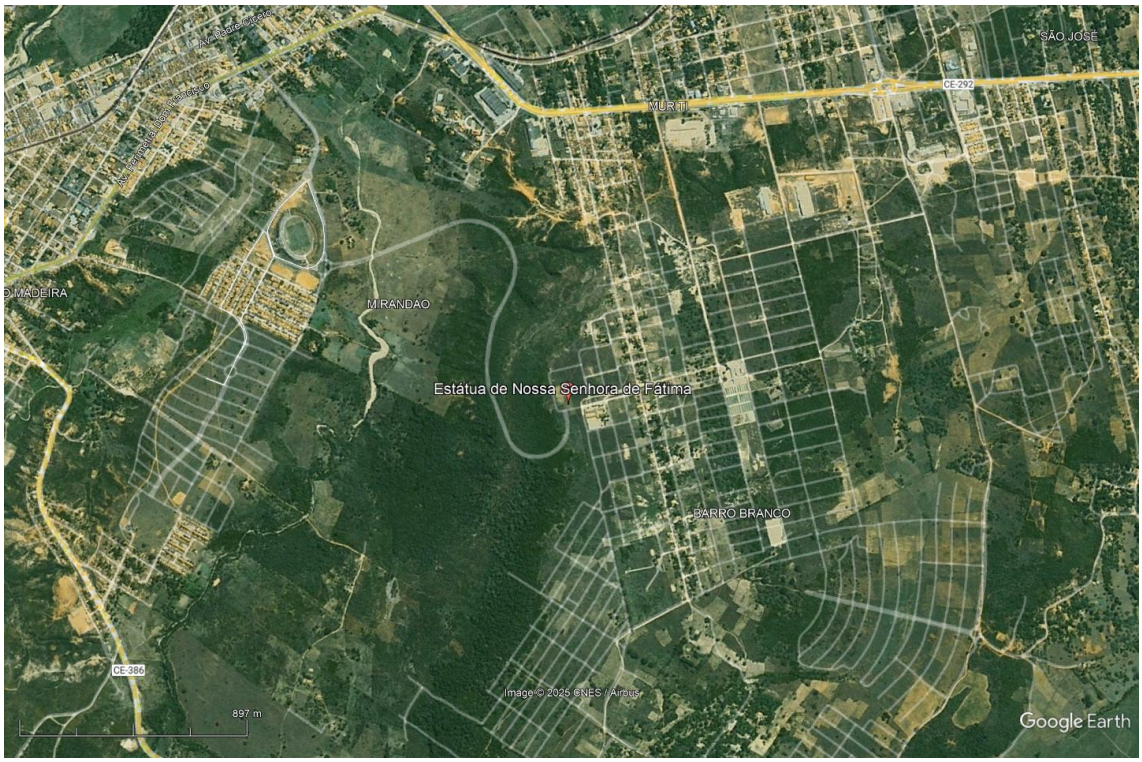
É interessante, nesse ponto, retomar a fala de Ely Aguiar sobre a construção da estátua no Barro Branco, lido, por ele, como um "bairro mais pobre, onde as pessoas não tinham [...] nenhuma perspectiva" (Alece, 2018, s/p). Aqui, a construção discursiva acionada foi de apresentação de um problema social, que gera, da forma que está posto, um sentimento de necessidade de se fazer algo para ajudar. E é nesse momento que as ações que atuam de maneira favorável ao funcionamento de um dispositivo de poder aparecem: "[...] para reestabelecer a ordem necessária ao funcionamento da sociedade[416]" (Lima, 2022, p. 48): "Hoje, os moradores estão reformando suas casas, dezenas de casas estão sendo construídas no bairro, que tomou outro aspecto[417]" (Alece, 2018, s/p).

[416] Novamente, um fenômeno circular de disparada.

[417] Embora não seja o foco da presente tese esse questionamento, achamos provocativo nos perguntar: essa mudança de aspecto envolve uma mesma população residente, ou implicou (ou, em breve, implicará) em sua substituição por outra, de maior poder aquisitivo – constituindo um enobrecimento do espaço urbano?

No bairro do Mirandão também tem ocorrido forte valorização imobiliária e acelerada ocupação do solo. Nas imagens a seguir é possível verificar o incremento de lotes ocupados no setor Leste do município, entre 2004 (antes da inauguração da estátua), 2014 (após sua inauguração) e recentemente (2025). Atentar que a estrada sinuosa, localizada ao centro da imagem, trata-se da avenida que liga o Estádio Mirandão (localizado na sua extremidade esquerda) à estátua religiosa (na sua ponta direita).

Figura 95: montagem com vistas de satélite que mostram a ocupação do setor Leste do Crato, ao longo dos anos (2004, 2014, 2025).





Fonte: *Google Earth* (maio 2004; ago. 2014; fev. 2025).

Alguns conflitos foram percebidos nesse processo. Como já dito, na Câmara de vereadores chegou a ser apontado interesse do deputado Ely Aguiar na construção da estátua. Em notícias veiculadas na internet, foi informado que a obra da construção da avenida chegou

a ser interrompida por problemas judiciais relacionados à necessidade de desapropriação de terras[418] (Gazeta do Cariri, 2018c; 2019).

E nesse aspecto de proprietários de terra locais, vale uma atenção especial: sabendo-se que muitos latifundiários deixaram, para suas famílias, grandes glebas de terras, é importante a ciência de quais famílias estão sendo beneficiadas com as permutas de lotes, as valorizações imobiliárias, e mesmo especulações, que estão ocorrendo com esse processo de expansão urbana.

Não foram encontrados, por exemplo, estudos de viabilidade para escolha da localização da avenida principal de acesso à estátua ao Mirandão. Sabe-se que o grande número de ônibus que acessam o monumento (de turismo religioso) interfere nisso, considerando o raio de giro necessário e o impacto no solo. Mas eles já trafegavam pelo acesso ao próprio bairro onde se encontra (a partir da avenida padre Cícero). Porém, não se sabe se os critérios foram meramente técnicos, turisticamente estratégicos (a exemplo, da promoção de conexão entre pontos turísticos, como é o caso da avenida construída, que faz ligação com o estádio Mirandão) e/ou economicamente articulados (para valorização imobiliária de terras).

Outro tema relevante é que, em visita ao Muriti, guiada por James Lôbo, foi sugerida por ele a localização do campo de concentração do Buriti – tomando por base a identificação de uma sombra de chaminé em foto antiga do campo, que ele atribui a uma fábrica que ainda existe no local, embora tenha mudado de nome com o passar dos anos.

Em capítulo de livro publicado a partir de seu relato, Lobo (2022) informou que o campo foi implantado em terreno que pertence, ainda hoje, à família Teles[419], medindo cerca de 100 metros de frente por 250 de fundos. Em termos de referências, indicou ser a área lindeira à linha do trem (por onde chegavam os migrantes da seca), no caminho para o Juazeiro, em frente a uma antiga fábrica de açúcar, que depois foi convertida na Sulcepa (de papéis de embrulho) e onde hoje funciona a Incopa (fábrica de papeis higiênicos).

Albuquerque Filho (2015, p. 23) complementa a informação, dizendo que "Onde antigamente era o cemitério dos flagelados, atualmente tem um campo de futebol". E é por

[418] Consta em Decreto Municipal, de nº 0702001/2018 – GP, datado de 7 de fevereiro de 2018, a declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação, de um imóvel da família Arraes Farias, localizado no Sítio Miranda, Bairro Mirandão, considerando a necessidade de implementar Projetos que desenvolvam a mobilidade urbana no Município do Crato, notadamente a interligação entre os Bairros Mirandão e Barro Branco. Cf. https://mail.crato.ce.gov.br/site/conteudo/2/1518030991_1.pdf. Em outro documento, Lei Municipal nº 3.795, de 30 de junho de 2021, um terreno da família Macedo Biscuccia, localizado no Sítio Miranda, Bairro Mirandão, foi permutado por outros terrenos, provavelmente pela mesma razão de construção da avenida. Cf. https://mail.crato.ce.gov.br/site/conteudo/2/1625086072_1.pdf

[419] Informação ratificada pelo site da empresa. Cf. https://incopa.com.br/empresa/.

isso que Lôbo (2022) fez uma denúncia sobre a obra de construção e posterior alargamento da Avenida Padre Cícero, no trecho em que havia cruzes sobre valas.

Figura 96: hipótese de delimitação e localização do Campo de Concentração do Buriti (Crato-CE).



Fonte: autora (2025); edição em imagem de satélite do *Google Earth* (19/02/2025).

Na imagem acima é possível perceber: à esquerda, o cruzamento entre a linha férrea, contígua ao antigo caminho de ligação entre Crato e Juazeiro, e a rodovia estadual Padre Cívero (destacada em amarelo), que cumpre essa função de conexão intermunicipal atualmente; em vermelho, perímetro dentro do qual[420] pode ter existido o campo de concentração; abaixo do perímetro citado, o campo de várzea (futebol) tido como próximo ao cemitério que integrava o campo de concentração; acima do perímetro, demarcação da localização da fábrica Incopa, que é a referência para a localização de uma suposta estação de embarque e desembarque da linha do trem.

Não há, ainda, estudos arqueológicos que comprovem o exposto, mas tampouco que o contestem. Fazem sentido tanto sua localização (considerando que está longe do núcleo mais antigo da cidade, onde finalizava a linha do trem) quanto sua delimitação (considerando que a diferença de ocupação urbana em relação às quadras vizinhas é notável, podendo ser

[420] Há uma incoerência nas informações levantadas: a distância de fundos entre a linha do trem e a rodovia é de cerca de 700m, muito acima da dimensão informada no texto de Lôbo (2022). Porém, como o campo passou por ampliações, pode haver imprecisões sobre seu tamanho, até que sejam feitas escavações a respeito.

consequência do conhecimento popular repassado sobre a existência de um local considerado tabu na sociedade – sobretudo por ser vinculado a pessoas mortas e em más condições).

Vieira e Silva (2017), do curso de Zootecnia do IFCE, ao buscarem mais informações sobre o campo de concentração, entrevistaram não apenas James Lôbo, mas outras personalidades locais conhecidas pelos seus conhecimentos históricos. Um deles foi o já citado Huberto Cabral, que disse ter tomado conhecimento sobre o tema com cerca de 10 anos de idade – por ter sido afilhado de crisma de Dom Francisco, que fora consagrado bispo em 1932. Apesar disso, não foram observadas falas de Huberto Cabral sobre o tema, na Câmara.

Talvez pela distância no tempo (mais de 90 anos entre seu funcionamento e os dias atuais), e após práticas sistemáticas de apagamentos, agora esteja sendo loteada a área, ratificando a falta de prioridade no enfrentamento adequado dessa memória traumática.

Figura 97: montagem com foto (localizada em vista superior) de placa informando o loteamento da gleba onde se supõe ter existido o campo de concentração do Crato.



Fonte: foto da autora (15 mai. 2025); imagem de satélite (Google Maps, 2025) - editada.

Retomando o caso da mudança de local da Expocrato, agora dentro da chave de interesses relacionados à especulação imobiliária, é oportuno apresentar a denúncia feita pelo perfil de rede social denominado "Fica Expocrato", quando foi retomada a proposta de construção de um novo parque. No texto consta que, "contrariando boa parte do povo do Crato", o prefeito Ronaldo Gomes de Mattos teria entregado, para representantes do governo

Cid Gomes, um termo de audiência, do ministério público, solicitando a construção de um novo parque de exposições para o Crato (Fica Expocrato, 2017).

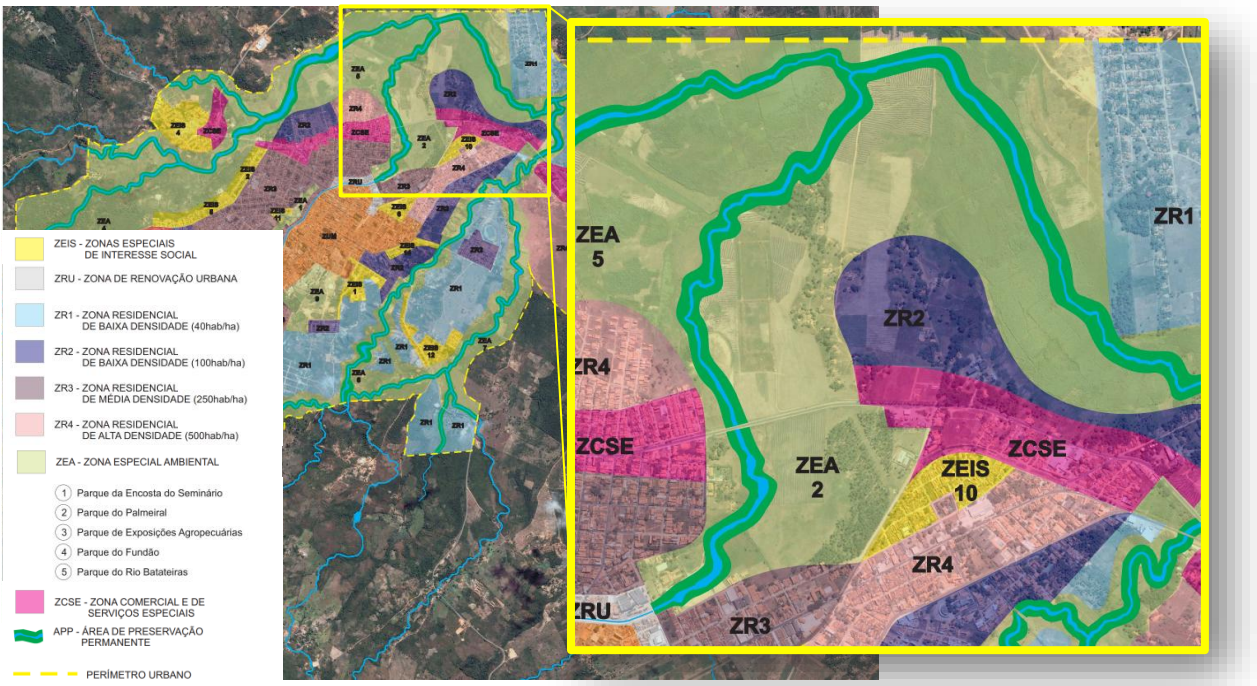
Consta também que, em nota divulgada pela assessoria de imprensa do município em 17 de julho de 2013, o documento entregue teria sido assinado por representantes de diversas instituições (CDL do Crato, Câmara Municipal, Prefeitura do Crato, Fetraece, Conpam, Semace, Corpo de Bombeiros, e Urca), tendo como proposta que a construção ocorresse numa localidade da cidade denominada palmeiral (Fica Expocrato, 2017). Mas algumas informações, apresentadas na postagem, são elucidativas de interesses adicionais:

> [...] no dia 13 de julho de 2011, em entrevista ao radialista Wilson Rodrigues, o **Presidente do grupo gestor, Francisco Moura Leitão** (**que é sogro do governador** que prometeu 25 milhões para a Expocrato) **defendia a idéia de se levar o parque de exposições para o Palmeiral**, num **terreno** que é coincidentemente, **de propriedade do Presidente da Associação dos Criadores** (Fica Expocrato, 2017).

O agropecuarista em questão é Ricardo Macedo de Biscuccia, casado com Fabíola Alencar de Biscuccia[421] (que foi vice-prefeita nas eleições de 2004), e dono não só de terras no Palmeiral, como de negócios nas adjacências, a exemplo dos conhecidos Posto Palmeiral (de Combustível) e Restaurante Palmeiral[422]. Cabe salientar que a área foi delimitada, na Lei de Uso e Ocupação do Solo de 2000 (Crato, 2009) como sendo uma Zona Especial Ambiental (ZEA 2– Parque do Palmeiral).

[421] Família Coelho Rodrigues (s/d).
[422] Cf. https://www.consultasocio.com/q/sa/ricardo-macedo-de-biscuccia. Acesso em: 20 maio 2025.

Figura 98: recorte do mapa da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Crato, com destaque para o Parque Palmeiral.

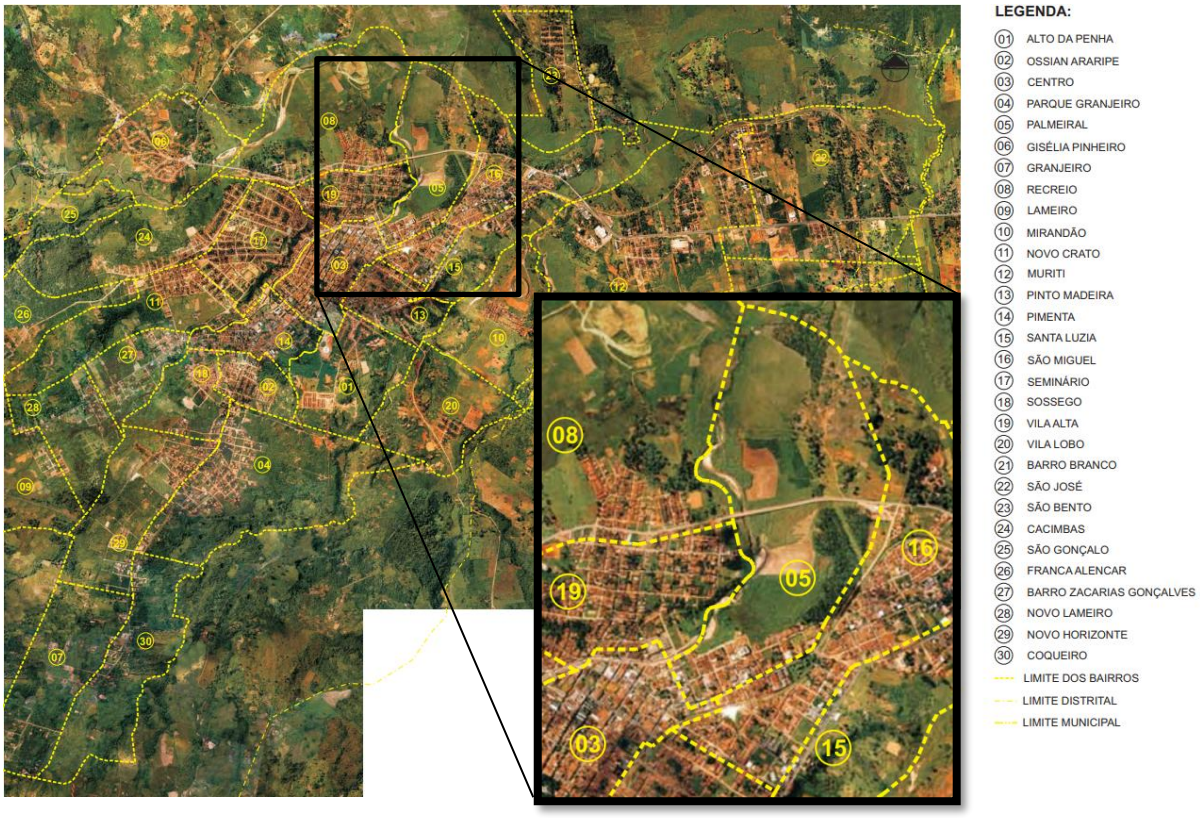


Fonte: Autora (2025) – com mapa base de Crato (2009).

Observando a divisão dos bairros no município (ver imagem a seguir), é possível observar que Palmeiral também nomeia um bairro, que faz limite com outros: Recreio (onde há empresa, com sociedade de Fabíola Biscuccia [423], que apresenta contratos junto à prefeitura[424]), Vila Alta, Centro e São Miguel. Em caso de valorização do Palmeiral, os demais poderiam ser diretamente impactados.

[423] Instituto de Fisioterapia Alencar de Biscuccia LTDA. Cf. https://cnpj.biz/12478137000135.
[424] Exemplo disso pode ser encontrado em Diário Oficial do Município (D.O.M. – Ano 2021, Edição nº4697, Crato/CE, Sexta, 30 de abril de 2021, disponível em: https://mail.crato.ce.gov.br/site/conteudo/2/1619812817_1.pdf)

Figura 99: montagem com o mapa de bairros do Crato, ampliando o recorte relacionado ao Palmeiral e os seus vizinhos.



Fonte: Crato; Fundetec (20--, p. 17 – editado pela autora, 2025).

Observando os cadastros do Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará (Idace-CE, 2023), ainda que seja difícil a identificação de algumas propriedades (por serem nomeadas enquanto sítios, e não bairros), o mapa do Ipece (2019) ajuda a verificar a localização de alguns deles. Sobrenomes amplamente reconhecidos na região (como Macedo, Bezerra, Esmeraldo, Arraes, Alencar, Pinheiro, Biscuccia e Teles) figuram entre os proprietários.

Ainda que não seja objetivo da presente pesquisa o aprofundamento nessa pesquisa de propriedades, as informações encontradas até aqui demonstram a validade desse tipo de investigação para verificação de interesses outros por trás de escolhas políticas que envolvam referências culturais locais com base em discursos estratégicos.

É a partir da percepção das condições de possibilidade de um discurso que podemos verificar como ele favorece estratégias de poder. É o caso, por exemplo, do Dr. Leitão. Geralmente é apresentado, em textos, precedido pelo título de doutor em alusão à sua atuação no Direito – não suficiente, muitas vezes é reforçado que foi promotor de justiça, ampliando sua posição de autoridade. Enquanto presidente do comitê gestor da Expocrato, suas falas pressupõem uma maior validação sobre o que é melhor para a feira, já que passa a sensação

de conhecimento de causa. E foi nesse combo de validações que, quando argumentou favoravelmente à mudança da Expocrato de lugar, ele indicou que se trataria de uma "[...] abertura de novos horizontes para o crescimento urbanístico da cidade" (Fica Expocrato, 2013, s/p).

5.8.3 Síntese da atuação do dispositivo identitário cratense

Ainda que saibamos que a tentativa de síntese sobre a atuação de um dispositivo de poder sempre decorrerá de recortes, para efeito de sistematização de conclusões às quais chegou a presente pesquisa, apresentamos um esquema que busca correlacionar demandas, agentes e resistências relativas ao dispositivo identitário cratense.

Figura 100: esquema síntese do dispositivo identitário cratense.



Fonte: autora (2025).

Embora os tópicos não consigam resumir tudo que foi apresentado na tese, exemplificam pontos importantes observados.

A criação da província foi considerada um marco, por diversos autores, quanto ao uso de construções identitárias em prol de objetivos políticos e econômicos. Entre os agentes

interessados, estão todos aqueles com participação ativa no desenvolvimento urbanístico inicial do Crato: igreja, latifundiários, políticos e profissionais liberais.

Nas diversas etapas desse desenvolvimento urbano, foram vistos também interesses em escalas ampliadas, como as políticas estaduais e nacionais e estrangeiras. Desde as secas, as estratégias adotadas – a exemplo do campo de concentração – passam por interesses maiores. Antes da chegada da Unesco, no século XXI, o Crato já era estudado por comissões e naturalistas que representavam interesses externos.

A manutenção de ideais políticos e sociais, bem como privilégios econômicos, foi uma demanda que se ajustou ao longo do tempo, mas foi sempre presente no período analisado. Por isso, essa demanda vincula-se com as demais apontadas. São exemplos disso: o tratamento dos camponeses migrantes como flagelados a serem higienizados (exterminados); a defesa pela criação e por investimento em melhoramentos urbanos e edilícios sintonizados com o pensamento moderno; a criação de uma identidade pautada na oposição a Juazeiro do Norte; o endosso a políticas culturais como estratégia de poder simbólico, para unificar grupos sociais em torno de uma causa (a mudança de gestão política cearense); o investimento na exploração turística como forma de desenvolvimento, mas pautada nos elementos elegidos por grupos privilegiados.

A Igreja Católica foi apontada como a gente ao longo de todo o processo, porque atuou desde a colonização, passando por investimentos de ordens arquitetônica, urbanística e educacional, por estratégias de parcerias com grupos políticos e de atuação junto à imprensa para formação de sensibilidades no corpo social, chegando na atualidade como usufruidora do mercado imobiliário e da exploração turística religiosa local.

Algumas transições foram sugeridas entre os agentes: os latifundiários deixaram terras para famílias herdeiras, que hoje usufruem, ao menos, da exploração do mercado imobiliário – mas potencialmente, da exploração turística e/ou de políticas relacionadas a bens culturais tidos como turísticos; os políticos e profissionais liberais do século XIX, na atualidade, podem equivaler a membros ICC e dos partidos políticos existentes após modernização da política estadual. Mas a esse grupo, se juntam aqueles com interesses comerciais (como a CDL, o Sistema S e a Fecomércio), também interessados no turismo; mas também podem ser incluídos intelectuais que pensam, localmente, benefícios para a região.

Também é digno de nota conexões que dão pistas quanto à articulação de interesses em comum entre entidades dotadas de poder local. Exemplo disso é Francisco de Freitas Justo

Júnior, que além de ser empresário (sócio administrador de uma construtora[425]) e foi presidente tanto da Associação Comercial do Crato quanto do Diretório Municipal do PMDB no município[426] - partido que, como visto nas informações de eleitos, tem grande representatividade no estado e no Crato.

Entendemos que as resistências ocorreram ao longo de todo o processo. Então, em contrapartida à constante busca pela colonização, e depois, pela modernização, houve lutas e sobrevivências que acarretaram manutenções de tradições ancestrais. Destacamos a religiosidade católica popular como uma dupla resistência: ao projeto político identitário do século XX, que buscou diminuir aqueles religiosos vinculados à Padre Cícero; e aos ideais vinculados à Ditadura Milita, que acarretaram perseguição àqueles que se juntaram ao beato Zé Lourenço, na experiência do Caldeirão. Em uma perspectiva mais recente, a busca por uma escrita crítica da história, unida a grupos sociais que lutam por reparações históricas, vem trazendo tensionamentos importantes para a disputa de poder e de narrativas, no presente

Uma das complexidades decorrentes da análise do dispositivo identitário cratense é a percepção de que a alteração de interesses pode gerar uma alternância nos discursos (e nas práticas) de (des)valorização da cultura material local. Por isso que no esquema-síntese do dispositivo colocamos, como dúvida/provocação, algumas memórias "lado A" na chave das ações de resistência. A própria tese partiu de uma problematização da destruição de edificações históricas que, ao que se sabe, pertenceu à elite local. Juntando esse quadro à luta do ICC pela manutenção da sua "menina dos olhos" (antiga Casa de Câmara e Cadeia"), primeiro bem tombado pelo estado na cidade, mostra que para alguns grupos da elite atual, a manutenção de suportes de memórias não é necessária – talvez por não reforçar as construções identitárias que facilitam o atendimento de seus interesses. Exemplo disso é que parecem estar recebendo mais recursos as materialidades atreladas a religiosidades e meio ambiente, por integrarem o circuito turístico desses nichos – ficando, as demais, negligenciadas nas políticas de preservação do patrimônio.

[425] Construtora Justo Junior Ltda. Ver https://www.econodata.com.br/contato/francisco-de-freitas-justo-junior-90b83dbf0836ddd16804a54d9c1e88d3.
[426] Registro datado de 2008. Ver: https://cnpj.biz/03941140000152.



6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após um período de consolidação do campo do patrimônio no Brasil, alguns aprendizados permanecem válidos – como a necessidade de se questionar os critérios de seleção dos bens a serem protegidos pelo Estado: quem os seleciona, com quais motivações e para favorecer quais grupos sociais? Da mesma forma, é preciso dedicar atenção tanto às referências culturais que não foram patrimonializadas quanto àquelas que vêm sendo demolidas, pois ambas revelam, de modo distinto, o atendimento a interesses específicos.

No caso específico do Crato, cuja realidade empírica ensejou a problematização da qual partiu a presente pesquisa, foram apontadas diversas explicações possíveis para as destruições de bens culturais – bastante comuns, inclusive, no campo da preservação: ausência de educação patrimonial; carência de políticas para efetivar disposições dos instrumentos urbanos e preservacionistas existentes, mas também falta de estudos/investimentos para a criação de novos; resquícios da mentalidade moderna, que busca o "progresso" a partir da constante renovação; agravamentos decorrentes de fatores econômicos, como pressão por transformação edilícia em áreas nas quais o centro ativo coincide com centro histórico; etc.

Superando a mera apresentação de fatos e eventos, e passando a questionar as bases dos discursos que conceberam essas realidades, observamos as condições de possibilidade das construções discursivas locais, uma vez que os sujeitos são constituídos em uma trama histórica. Essa análise foi possibilitada pela percepção de como o conceito foucaultiano de dispositivo, bem como seus métodos de análise do discurso, ajudam a compreender práticas seculares que vêm sendo realizadas no Crato e no Cariri cearense, com foco em disputa de poder.

A espessura histórica trazida pelo capítulo 3 permitiu a identificação de informações relevantes para demonstração de como o dispositivo vem funcionando e se reorganizando ao longo do tempo, assim como deu foco a agentes que têm atuado nessas localidades. Desse modo, a síntese apresentada no item 4.1 permitiu confirmar a hipótese da qual partiu a tese, fazendo-nos atingir parte do objetivo geral – já que foi demonstrado o funcionamento desse dispositivo, demarcando sua composição, mecanismos de controle do discurso, estratégias de subjetivação e processos de reorganização.

Ainda no capítulo 4, logramos demonstrar os reflexos da atuação desse dispositivo em discursos por parte dos membros da Câmara, apontando exemplos de sensibilidades criadas ao

longo do tempo, que ainda reverberaram no século XXI, tais como: a exaltação dos antigos e recentes "heróis" da história "lado A" cratense (família Alencar, membros de alta patente da Igreja Católica e do exército, intelectuais e políticos de destaque); a reanimação de valores como patriotismo, civilidade, superioridade e, eventualmente, rivalidade com relação a Juazeiro do Norte; a ideia do que é ser um bom cratense/cristão; a alimentação da autoimagem de cidade da cultura e da educação.

No capítulo 5, a partir de um recorte sobre as referências materiais locais, foram demonstradas práticas e ações políticas locais atuais que mostram (des)valorização de bens culturais mapeados ao longo da pesquisa, e reforçam agentes que compõem o diagrama de forças que incide não apenas no Crato e no Cariri cearense, mas também em escalas ampliadas (estado, nação e estrangeiros). O esquema-síntese da atuação do dispositivo, apresentado no item 5.8.3, é ilustrativo de diversas percepções obtidas pela pesquisa.

Sobre a aparente contradição entre os discursos de destruição de bens culturais e o de afirmação cultural (apresentada na introdução e no início do capítulo 2), viu-se que, em verdade, trata-se de uma nova fase do dispositivo identitário, que passa por uma reorganização, incorporando demandas pautadas nas políticas de turismo incidentes na localidade – prioritariamente, no aspecto religioso, mas também ecológico/científico e cultural.

O caminho, aqui trilhado, nos permitiu verificar evidências do que vem sendo, estratégica e secularmente, construído na mentalidade dos grupos sociais em consequência da atuação de mecanismos de poder. E como essa manipulação de construções discursivas, que se sustentam por elementos mais ou menos visíveis, interfere na criação de sentimentos de exaltação de alguns bens, e de apagamentos, de outros.

Por meio da análise dos discursos ao longo da história, tivemos ferramentas para melhor compreender as construções discursivas atuais. Essas se dividem entre as que se sintonizam com as novas prioridades do dispositivo identitário (e por isso, recebem investimentos) e as que não (e passam a ser preteridas, como é o caso de algumas construções do centro histórico, que vêm sendo demolidas e/ou descaracterizadas).

Como decorrência disso, vemos que a uma mesma referência cultural podem ser atrelados discursos hegemônicos ou de resistência, de modo que ao invés de termos uma divisão rígida entre quais referências culturais "tocam" no "lado A" ou no "lado B", vislumbramos uma mixagem, na qual um bem cultural pode ser narrado pela ótica dos discursos dominantes em um vinil, e apresentado enquanto discurso de resistência em outro

vinil. Exemplo disso é o caso do Campo de Concentração, cuja existência foi defendida por meio de discursos oficiais, mas cujas resistências (inclusive aos apagamentos dessa atrocidade na história) seguem tendo forte protagonismo; afinal, ainda que sempre tenham existido construções identitárias dominantes, as de resistência nunca deixaram de agir também, sobre os corpos.

De maneira análoga, o tão cultuado Museu do Crato, símbolo-mor da luta do ICC pela preservação da memória (da elite) local, passou anos sem os investimentos devidos, enquanto não só "sobrou dinheiro para a Santa" (parafraseando a matéria sobre o tema), como também houve um reposicionamento do discurso anti-Padre Cícero e anti-romeiros "fanáticos" – já que passaram a serem lidos na chave dos interesses econômicos relacionados ao turismo religioso. A mudança de postura da Igreja também atingiu os outrora perseguidos "comunistas" do Caldeirão, passando a ter um novo papel de fomento a esse produto turístico/religioso: na integração de campanhas em prol de tombamento, na condução de romarias e na valorização da memória daqueles que ali viveram.

É nesse tipo de relação, entre o que está sendo contemplado (ou não) pelos interesses daqueles que detém mais capital político, econômico e cultural no diagrama de forças local, que explica outras (aparentes) contradições, como é o caso das ações relativas ao ex-prefeito Walter Peixoto. Criticado, por alguns, por ter "permitido" a demolição de prédios de valor arquitetônico, ao definir o turismo como plataforma de sua gestão, escolheu referências para proteger – aí incluindo o Caldeirão (que passou por desapropriação, por ele viabilizada, em prol do seu tombamento) e o prédio da Estação Ferroviária (cujo tombamento foi, por ele, solicitado) – ou para construir (no caso do monumento da santa).

Vemos sentido, nas colocações de Silva (2014), sobre influências nas perdas de referências arquitetônicas do Crato, tais como: a crise de identidade (em diálogo com Stuart Hall, que aponta para a fragmentação do indivíduo); os valores impostos, de maneira massiva, pelas mídias; e a falta de preparação do Município para ocupar os espaços políticos. Contudo, entendemos que elas são apenas a "ponta de um iceberg" de interesses, porque quando há motivação política e econômica, são acionadas mídias (entre outras ferramentas, mais ou menos discursivas) para forjar identidades (e consequentes sensibilidades, delas decorrentes) que reforcem a necessidade de investimento para manter ou construir elementos, demandando capacitação de profissionais para lidar com a manutenção desse sistema pretendido. Foi exatamente o que se viu acontecer durante a modernização da política cearense, a partir do fortalecimento da Secult-CE, que teve rebatimentos nas escalas locais – regional e municipal.

Tal como no século XIX, a imprensa segue sendo fundamental para o funcionamento do dispositivo atuante em Crato. Se antes os principais canais eram jornais e revistas, com o advento das novas tecnologias, essa linguagem foi atualizada, passando a incluir matérias em portais de notícias e *blogs* independentes, postagens em redes sociais oficiais e pessoais locais, bem como investimento em reportagens (propagandísticas) em rede televisiva nacional (Globo).

Quanto à coleta de frutos investidos no campo da cultura, no tocante ao ocorrido estímulo à produção de materiais audiovisuais, vemos benefícios diversos para os diversos grupos sociais, mas também a potencialização de instrumentos que criam sensibilidades no corpo social. Quando voltados à divulgação dos discursos que reforçam estratégias de atuação do estado, ao serem fortemente divulgados a partir dos grandes equipamentos e das redes sociais, solidificam as construções discursivas elaboradas.

Inclusive, o interesse sobre o Crato e o Cariri cearense, por agentes externos a essa localidade, é nítido. Ainda nas estruturas de poder anteriores, são notórias as inserções da Comarca e da casa de Câmara e Cadeia, as expedições exploratórias nacionais e internacionais, a criação do Seminário e da sede do Bispado, a implantação do campo de concentração, da primeira Flona e do primeiro Geopark brasileiros, a construção do Centro de Convenções e a intervenção em prédio de valor cultural para fazer funcionar o Centro Cultural do Cariri, entre outros. Essas ações mostram não apenas o papel político que o Crato sempre teve no Cariri cearense, mas seu potencial econômico, natural e cultural da região – por consequência, turístico –, cuja atratividade é milenar.

A atuação sobre a Chapada parece um exemplo de retrato do nível de interesse político. Se houve a maior repatriação da história (quando da devolução dos fósseis para o Cariri cearense), antes disso, houve uma gigante perda desse tipo de bem, demonstrando a falta de proteção sobre esses elementos. Contudo, diante da importância dessa região em nível mundial, não apenas para turismo de aventura, mas também científico, novos atores têm realizado articulações relevantes, que podem alavancar outras áreas da preservação. Por exemplo, considerando que o Crato é um dos municípios localizados ao sopé da chapada, a realização de inventários arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos mais robustos é primordial para compreensão mais adequada tanto do histórico, quanto do futuro dessa que já é uma paisagem cultural chancelada – mas que pleiteia ser, em breve, paisagem cultural brasileira e da humanidade.

Cabe frisar que a candidatura da Chapada a Patrimônio da Humanidade tem demonstrado compatibilidade com os discursos atuais de preservação, mostrando uma conexão entre materialidade e imaterialidade, formas de gestão sustentáveis e a relação, na paisagem, entre homem e natureza – que fazem jus à reapropriação dos epítetos "celeiro de culturas" e "oásis do sertão" (agora, segundo novos interesses). Mas é preciso ponderar, primeiramente, as ameaças que vêm sendo detectadas sobre o tema, como o Cinturão das Águas e a monocultura da soja; também atentar que a união de instituições em prol dessa candidatura demonstra interesses econômicos, sendo importante observar, a qual preço, ocorrerão ações futuras.

Ainda no bojo das visões estratégicas lançadas sobre o município e a região, seu papel na rede urbana (na política de desenvolvimento de cidades de porte médio para ajudar a desafogar as metrópoles) e sua potencialidade turística merecem destaque para entendimento da sua realidade atual.

O próprio ICC, que foi construtor de identidades e memórias, apostou no turismo (ainda em meados do século XX) como dupla estratégia: voltar a soerguer a economia do Crato, que apresentou baixas de crescimento, sobretudo pela perda de espaço para juazeiro do norte em alguns setores econômicos; aproveitar o mote para investir em preservação das referências culturais que pactuavam com suas narrativas. Mas não sem dificuldades, já que quando iniciado o movimento, consta que foi preciso criar uma "mentalidade" na sociedade; e para conseguir isso, as construções discursivas adotadas foram essenciais.

Certamente, o crescimento das estratégias midiáticas, em nível estadual, ajudou a reverter esse quadro, considerando que logo no início dos anos 2000 foram vistos discursos na câmara relacionados a interesses no setor. Mas a Igreja também deve ter contribuído nesse processo, já que apresentou não apenas mudanças de postura sobre as críticas às religiosidades populares que antes rechaçava, como criou discursos favoráveis ao tombamento do Caldeirão, e de ressignificação da relação do município com o Padre Cícero – por interesse na atração de romeiros de Juazeiro do Norte.

Ainda que essa mudança de postura possa ser fruto de uma modernização da Igreja que vem sendo vivida mundialmente, a identificação de ganhos econômicos dessa entidade não só com o turismo, mas com a especulação imobiliária e com o setor educacional, mostram a importância de perceber que ela é a mais antiga e ainda fortemente atuante instituição que interfere diretamente em diversas políticas urbanas locais. E se considerarmos que, sobre o campo de concentração, não têm sido vistos movimentos tão significativos da Igreja, no



tocante à busca por reparação histórica, vê-se que há uma seletividade no reconhecimento dos erros cometidos (com sua anuência) sobre o tema – cabendo refletir sobre os interesses por trás disso.

E nesse sentido, também a atuação de políticos precisa ser mencionada. Como denunciado por James Lobo, a mudança de nome do bairro Muriti (antes Buriti, tal como na nomeação do campo de concentração), deveria ter ocorrido com consulta popular – assim como a nomeação de logradouros e equipamentos. Do contrário, estar-se-á sempre homenageando e, assim, presentificando memórias (e discursos) dos mesmos grupos privilegiados.

Esse tipo de debate é, hoje, possível, porque, como visto, todo poder tem sua resistência. E essa não é uma relação estanque; ela vai se atualizando, se reorganizando segundo novos interesses que surgem, na lógica posta de funcionamento de um dispositivo. Entre os séculos XIX e XX (mas, sobretudo, nesse último), houve uma busca pela valorização (construção ou manutenção) dos suportes materiais que traduziam as narrativas apregoadas pela elite local, destacando (e mesmo inventando) o que se queria sobre o território e sobre seus "heróis" para constituir, na sociedade, sensibilidades que corroborassem a manutenção de seus privilégios.

Desse processo foram alijados grupos sociais e suas referências, como os migrantes da seca (concentrados em campo para morrer, ou ocupados em construções – para deixarem de ser um grande problema social), os integrantes de experiências coletivas como a do Caldeirão (perseguidos como "comunistas"), os devotos de Padre Cícero ou da beata Maria de Araújo (taxados de fanáticos), os brincantes (que foram alvo de tentativa de proibição de suas práticas no centro do Crato) etc.; sem falar nas referências negras e indígenas, secularmente, apagadas e romantizadas.

Entendemos que os movimentos de redemocratização (incluindo as lutas de minorizados por representações sociais), as atualizações do campo da História (com a contribuição de outras disciplinas, como as Ciências Sociais e a Filosofia), o movimento da contracultura, entre outros, geraram impactos nas narrativas locais, tencionando-as, e trazendo novos elementos para o diagrama de forças que vêm interferindo na constituição de referências culturais locais.

Apesar disso, sabemos que ainda é bastante comum que diversas localidades mantenham práticas, teoricamente, consideradas ultrapassadas – como tratar o patrimônio apenas sob a ótica de valor dos técnicos, ou no máximo, consultar (em detrimento de

construir, coletivamente) o que alguns grupos sociais acham sobre determinados bens culturais[427]. O caso visto no Caldeirão, em que houve abstenção, por parte de um membro do conselho consultivo, devido a uma suposta insuficiência de valor arquitetônico, mostra resquício dessas mentalidades anteriores, do campo da preservação.

Ademais, ainda que pareçam superados os preconceitos relacionados aos grupos sociais subalternizados, na prática, ainda não se percebe isso plenamente[428]. Mesmo que as subjetividades estejam sempre em movimento, por serem fruto de determinações históricas, as consequências delas levam um tempo perdurando na sociedade, porque de tão não questionadas, cristalizam-se. É preciso haver prioridade no enfrentamento desses quadros, porque as sensibilidades que foram criadas nas pessoas não pairam apenas nos seus planos conscientes; impregnam-se nos seus inconscientes, de modo que é preciso uma artilharia em mesma medida, para que se consiga ressignificar construções tão subjetivamente marcadas.

Entre os desafios e os achados da pesquisa, cabe pontuar que os itens 4.2.2 e 5.8, por terem sido escritos com o mero intuito de contextualizar o cenário local para melhor compreensão das análises feitas, não contaram com fontes primárias – já que não integravam os objetivos da pesquisa.

Não obstante, merece destaque o uso de fontes primárias atreladas a um fórum não especializado em patrimônio. Em pesquisas sobre preservação cultural, não é tão usual a análise de atas camarárias – talvez porque muitas vezes, as localidades que são objeto de estudo possuem instâncias mais avançadas e especializadas nesse tipo de debate. Contudo, partir de adequadas ferramentas, textos que poderiam parecer banais desvelam informações importantes; e no caso da presente tese, o referencial teórico metodológico e a análise de fontes locais permitiram ver uma sistemática construção de narrativas identitárias ao longo dos séculos. Dada a amplitude do escopo de análise (20 anos), foi desafiador realizar leituras longas, com suficiente atenção para refinar, adequadamente, os resultados, de modo a coletar não apenas os textos que mencionassem palavras-chave comuns ao campo da preservação, mas todos aqueles entendimentos que ajudassem a compreender discursos identitários que vêm forjando práticas, nas políticas públicas, que acabam interferindo nas operações de seleção, valorização e proteção de bens culturais.

Ainda que exista um órgão responsável por ações preservacionistas no município (a Secult, atrelada ao Conselho de Cultura), ainda não se pode dizer que sua atuação consolida

[427] Ver Oliveira (2016) sobre "novos olhares e antigas práticas no tombamento de centros históricos".
[428] Vide comentário presenciado pela doutoranda, em reunião de revisão do Plano Diretor, de preconceito com juazeirenses.

debates sobre o patrimônio material local, e, muito menos, que torna as discussões preservacionistas acessíveis à população, como um todo.

Sem embargo, a consulta às atas da Câmara Municipal ajudou a compreender quais discussões precederam (ou ocultaram) políticas públicas relacionadas ao patrimônio cultural local. E foi significativo ver que, como os vereadores não constituem atores especializados em temáticas patrimoniais, acabam traduzindo mais proximamente o senso comum da população, como um todo. Falas especializadas existiram, e problematizaram discursos naturalizados pela sociedade, mas foram exceção, mostrando como no cotidiano, muitas pessoas são, efetivamente, atravessadas pelo dispositivo identitário, e conduzidas por este, em suas práticas.

Entendemos que a ausência de um fórum especializado de patrimônio material, no Crato, pode ser decorrente não apenas [da falta] de interesse político, mas também da falta de um amadurecimento de questões relativas ao campo do patrimônio, que ainda não gerou pressão suficiente para demandar, socialmente, isso. Em verdade, até o momento, apenas duas faculdades privadas, que ofertam o curso de arquitetura e urbanismo, formaram turmas – estando a primeira turma desse curso na Urca, ainda em formação (ingressante em março de 2023 – não por acaso, mesma data de ingresso da primeira turma de Turismo da instituição).

Considerando os perfis egressos desses cursos, entendemos que após as primeiras levas de graduados da Urca, poderão ser incrementados não apenas os estudos que subsidiem a formulação e a efetiva implementação de políticas públicas, como também sejam preenchidas vagas já existentes e criadas outras em espaços de poder locais, para consolidar o campo da preservação local. Preferencialmente, essas ocupações ocorrerão já com olhares mais críticos sobre as práticas sistemáticas de criação de sensibilidades no corpo social em prol de grupos específicos e privilegiados, de modo a se permitir uma atuação do Estado conforme se espera: gerando usufruto democrático do território e das subjetividades de que necessitamos para o bem viver. E nesse sentido, convém retomar as contribuições de Granjeiro (2024) no sentido de se perceber que os espaços de ensino de arquitetura e urbanismo também são terrenos de disputa (como também o campo do patrimônio), sendo importante a revisão das bases epistemológicas e de disciplinas de história, projeto e patrimônio para um caminho de ensino antirracista.

Além disso, é preciso monitorar ações da máquina pública, a exemplo de rubricas (porque quando há uma discrepante prioridade de investimentos em um setor, há carência em outros) e da observação do impacto de umas ações em outras – como no caso da

obrigatoriedade de existência de exemplar da bíblia e do ensino da história (da elite) local nas escolas, que pode resultar (como aconteceu nos tempos do Regime Militar) na formação de cidadãos passivos e não questionadores, não permitindo um saudável questionamento das práticas vigentes.

E é nesse contexto que residem algumas perspectivas futuras sobre a presente pesquisa. Renunciamos a uma pretensão de estudo inicial, que era a de inventariar referências culturais locais, não apenas por entendermos que essa é uma ação que, desejavelmente, deveria ocorrer de uma maneira coletiva, dialógica, continuada, interdisciplinar e com variedade de lugares de fala; mas também porque julgamos que a análise de discursos permite identificar práticas que interferem, diretamente, nas valorações de bens culturais atuais, entendendo como ocorreram e a quem estão servindo. Com isso, priorizamos lançar luzes sobre motivações e origens dos processos que acabam interferindo das políticas de preservação; políticas essas que, por serem reflexo de jogos de poder (além dos aqui apresentados, diversos outros), acabam ora exaltando determinados tipos de bens, ora subjugando referências outras que, ou são caras a alguns grupos sociais, ou o seriam, potencialmente, mas se encontram ocultadas por camadas de preconceito e desmerecimento.

Sendo o patrimônio um recurso político, fabricado por especialistas, comunidades, indivíduos ou nações, as contribuições da tese apontam ferramentas para que mais grupos tenham a oportunidade de disputar esse recurso, superando as práticas que reforçam valores e práticas culturais e sociais apenas daqueles que já foram e ainda são, historicamente, legitimados e privilegiados. Trata-se de um esforço que se junta a outros estudos acadêmicos, especialmente, cratenses/caririenses que foram estudar fora, ou profissionais que vieram estudar/lecionar na Urca, que têm buscado tensionar essas práticas, atuando junto a outros grupos da sociedade organizada para, se não ocupar espaços de poder, ao menos construir narrativas de enfrentamento, buscando desnaturalizar práticas secularmente reproduzidas, que não tiveram os devidos questionamentos de "a quem servem".

No Crato e no Cariri cearense, por exemplo, o Discurso Autorizado do Patrimônio, que (re)constrói e negocia identidades, valores socioculturais e significados no presente, não parte, prioritariamente, dos especialistas mais reconhecidos (como arquitetos, urbanistas, historiadores, arqueólogos etc.), mas foi originado a partir de políticos e pessoas letradas da elite local, e da Igreja Católica. Contudo, com o passar do tempo, dito discurso tem sido disputado. Na atualidade se vê esses mesmos atores agindo sob um novo lema: o do turismo.



E com isso, têm guiado investimentos públicos, elegendo aqueles bens que merecem mais ou menos recursos, de acordo com seus interesses (sobretudo, econômicos).

Ainda que o foco do trabalho seja a realidade cratense/caririense, cabe lembrar que localmente também são sentidos outros dispositivos atuantes em escalas ampliadas, a exemplo do dispositivo identitário brasileiro, que impregnou, no corpo social, temas como o "patriotismo" e o "futebol". Como visto, na Câmara de Vereadores, que é um espaço de poder local, o patriotismo nacionalizado amalgamou muitas falas, que foram devidamente ancoradas no imaginário cratense por ter sido vinculada a seus (construídos) heróis.

Sobre o futebol, genuinamente, gerou uma prática de valoração e valorização que se estende ao seu espaço físico (estádio), provocando um novo achado da pesquisa – já que durante a etapa exploratória, absolutamente nada foi encontrado sobre o tema, nas referências que tratavam de bens culturais e/ou de construções identitárias sobre a localidade de estudo. Contudo, já é conhecida a prática, de políticos, de reforçarem esse elemento do dispositivo identitário brasileiro pelo seu caráter populista (exatamente decorrente da eficiência das estratégias de poder utilizadas).

Como consequência desse achado em âmbitos de valor(iz)ação, constatamos que nem todo investimento em referência cultural está, nas rubricas de políticas públicas, com o nome de "patrimônio" ou de "bem cultural". Já aprendemos que muitas dessas categorizações que criamos, para melhor compreender algumas práticas culturais, são rótulos, e como tais, apresentam falhas. O futebol, no Crato, aparece como um organismo que tem vida própria, para o qual são conseguidos investimentos – que teriam passado batido se não tivéssemos consultado atas da câmara de vereadores. Foram vistos não apenas recursos a partir de instrumentos da administração pública (convênios, solicitação de materiais de outro estádio, reformas, inclusão em rotas turísticas etc.), mas recursos de ordem mais subjetiva: alimentar, na sociedade (e com ela), o sentimento de pertencimento, de necessidade de cuidado, de se querer cobrar, dos políticos, a adequada manutenção desse bem. Também invoca a percepção de que, no cotidiano da sociedade, materialidade e imaterialidade se mostram imbrincadas, simbióticas, gestadas num conjunto em que não se vê separação óbvia, apenas o suficiente para fazer a manutenção do que é valorado: ações de preservação da materialidade x ações de prestígio aos atos imateriais.

Quanto às demais referências culturais identificadas em atas, entendemos como válida estratégia metodológica adotada, de separação de algumas daquelas que foram mais mencionadas para o aprofundamento de sua análise, verificando as condições de possibilidade

dos enunciados, seus agentes e interesses, bem como a rede que se forma para sua existência. Sabemos que, pela amplitude e complexidade que essa ação envolve, não conseguiríamos esgotar as articulações relacionáveis com esses diagramas de forças atuantes. Ainda assim, foram notórios os avanços obtidos, demonstrando, a partir do cruzamento de fontes diversas, como os discursos traduzem quais referências não estão sendo valorizadas, e quais estão – ainda que, sobre essas últimas, isso não gere, obrigatoriamente, sua proteção efetiva.

Embora não seja usual a adoção de imagens nas considerações finais, abrimos uma exceção para justificar a logo adotada no trabalho. Ela sintetiza, por um lado, dicotomias observadas no campo identitário cratense: primeiramente[429], no "lado B" do disco, surgem uma enxada e uma foice (também em analogia ao símbolo do comunismo, em uma alusão às construções discursivas que valorizam as práticas coletivas que existiram em Crato) – símbolos de grupos sociais que resistiram às tentativas de apagamento (como sertanejos indígenas/camponeses migrantes da seca, os negros escravizados que trabalharam para os senhores de terra na agricultura, os moradores do Caldeirão, os devotos de Padre Cícero nos séculos XIX e XX etc.); representando narrativas do "lado A", a materialidade da antiga Casa de Câmara e Cadeia ilustra as edificações e os espaços de memória de interesse da elite, historicamente presentificados para fazer perdurar as narrativas "heroicas" de seus antepassados, e atualmente retomados por parte do corpo social que foi subjetivado a partir do dispositivo identitário, de modo a ver nesses espaços valores a serem preservados.

Nesse alegórico disco, a historicamente demarcada fronteira entre lados A e B é simbolizada na oposição esquerda-direita da imagem – também como forma de remeter às divisões políticas usualmente associadas às classes sociais. Mas tal como ocorre durante o funcionamento desse elemento musical, quando a música toca, vê-se que força e resistência são partes de uma mesma totalidade, em uma relação que se modifica com o passar do tempo.

[429] Tal como no mapa decolonial do Uruguai, conhecido como "América Invertida" (criado pelo artista uruguaio Joaquín Torres García, em 1943 – cf.: https://pt.wikipedia.org/wiki/Am%C3%A9rica_Invertida), em que o Sul fica para cima, invertendo a lógica corrente, iniciamos nossa explicação pelo "lado B", aqui tido como prioritário no debate síntese.

Figura 101: arte que sintetiza impressões finais da pesquisa, representando dicotomias nas práticas de (des)valorização de referências da cultura material cratense.



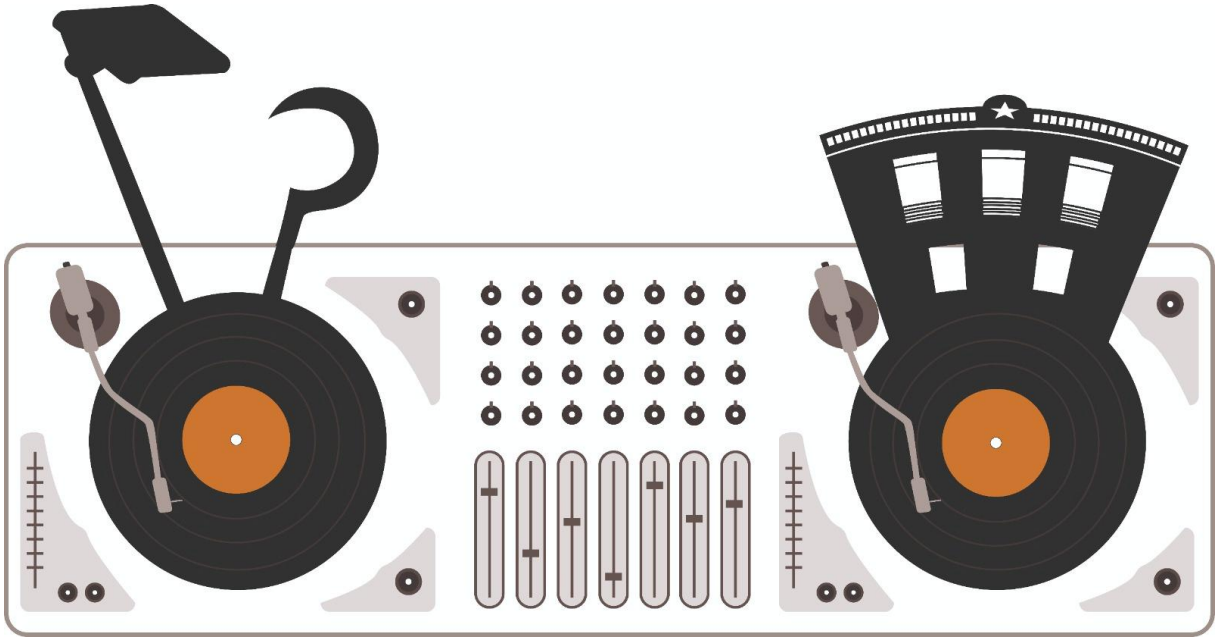
Fonte: autora, em colaboração com a artista visual Rebeca Oliveira (2025).

E nesse sentido de opostos que podem agir em um mesmo contexto, lembramos que não existem apenas as vitrolas, que tocam um lado por vez. As mesas de som são conhecidas por mixarem mais de um vinil simultaneamente; é dizer, "lado A" e "lado B" podem compor uma sonoridade conjunta. Essa é a inspiração da figura 102 (a seguir).

Intencionamos demonstrar, pelo simbolismo comparativo presente na imagem, um transbordamento da visão dicotômica, já que é possível haver, sobre uma mesma referência cultural, tanto narrativas "lado A" quanto "lado B" – tal como aconteceu no exemplo já apontados sobre os campos de concentração. Ademais, referências culturais também podem ocupar lados mais ou menos valorizados, a depender do período histórico. Afinal, sendo cíclica (ou espiralar, na epistemologia africana), a história mostra que o que antes é muito valorizado, pode deixar de ser – e vice-versa. E nesse sentido, se pensarmos em um contexto de século XX, o primeiro disco da imagem (com a foice e a enxada) tende a ser lido como, majoritariamente, "lado B", e o segundo disco (com a fachada da Casa de Câmara e Cadeia) é, facilmente, associado ao "lado A". Contudo, as reorganizações do dispositivo ocorridas a partir da nova urgência história que o turismo religioso trouxe, provoca uma reflexão sobre a

possibilidade de inversão dessas classificações, dados os recentes cenários, já apontados, de valorização do Caldeirão e de desvalorização do museu.

Figura 102: arte que sintetiza impressões finais da pesquisa, representando a coexistência possível de práticas de (des)valorização de referências culturais hegemônicas e subalternizadas.



Fonte: autora, em colaboração com a artista visual Rebeca Oliveira (2025).

Também constituíram insumo importante de análise as ponderações de ordem política (inclusive partidária) incidentes nas localidades estudadas. A verificação do alinhamento político que sustentou práticas similares em governos estaduais de legendas distintas, a conexão da câmara de vereadores com a assembleia do estado e com o governo e a percepção do impacto de coligações para a renovação, mas também a consolidação de alguns partidos políticos, assim como o entendimento de políticas nacionais ao longo do tempo, foram informações relevantes para perceber justificativas para alguns investimentos de grande porte incidentes no Crato e no Cariri cearense.

Correlacionando os apontamentos feitos sobre as diferentes referências culturais, no capítulo 5, e os partidos políticos dos vereadores e prefeitos, algumas considerações adicionais podem ser feitas. Por exemplo, quanto às referências "lado A" (aí incluindo instituições escolar e religiosa, os museus e o turismo religioso), os discursos de valorização são mais unânimes, abarcando vereadores de partidos com posicionamentos da direita à esquerda.

Podemos interpretar isso como consequência das construções identitárias acionadas pelo dispositivo, que reforçam as narrativas socialmente legitimadas, que são mais hegemônicas. Entendemos, inclusive, que é por efeito desse mesmo dispositivo que os políticos "de esquerda" valorizam, menos do que esperado, as narrativas de resistência associadas aos grupos minoritários.

Talvez pelo caráter populista, também as colocações sobre Expocrato e sobre o Futebol foram diversificadas em termos partidários, mas elas revelaram interesses outros também, como alianças econômicas e políticas – sobretudo no caso da busca por mudança do local da feira, mostrando que para atender aos objetivos de alguns interessados, são formulados discursos que colocam em risco valores atribuídos ao lugar.

Contudo, em se tratando de bens culturais/religiosos "lado B", as ações mais destacáveis são de políticos vinculados a partidos que costumam estar voltados a causas mais sociais – como o PT. Exemplo disso é Amadeu Freitas (PT), o mais recorrente vereador a destacar pautas culturais, sobre os mais diversos tipos de referências. Mas sobre o Caldeirão, por exemplo, ainda figuram Pedro Lobo (PT) e a deputada estadual Iris Tavares (PT) – essa última, que tentou fazer uma ação de reparação histórica à moral do beato Zé Lourenço.

As manifestações relacionadas ao meio ambiente também podem ser lidas numa perspectiva histórica, vinculadas aos epítetos e representações identitárias forjadas ao longo dos anos. Mas observando os partidos daqueles que mais se manifestaram a respeito, vê-se uma predominância daqueles que apresentam posição mais centro-esquerda (PT, PSB, PV e Psol – esse último, representado pelos deputados João Alfredo e Renato Roseno).

Ainda que seja possível associar políticas culturais e ambientais à agenda desses partidos, observando a trajetória política estadual, vê-se que ela pode estar vinculada a outros interesses também, como o próprio alinhamento partidário com o governo estadual/federal, mas também a política estadual e nacional ampliada, de investimento em desenvolvimento de cidades médias a partir do turismo – nesse caso, com interesse em arrecadação de investimentos.

Por fim, entendemos que o que apresentamos nessa tese é apenas um degrau a mais na busca por construções políticas mais democráticas. Os trabalhos já realizados, sobre o qual nos debruçamos para galgarmos degraus mais altos, já foram esforços nesse sentido. É preciso que esse caminho siga sendo trilhado, considerando não apenas as referências aqui apontadas, mas tantas outras que venham sendo identificadas pelos diversos grupos sociais.

Nesse sentido, são possibilidades de investigações futuras: proprietários de terras e de empresas interessados (beneficiados com) nas políticas públicas propostas – sobretudo nas que interferem em rumos de referências culturais locais –; análise de conexões de políticos com as mídias locais, verificando quais são favoráveis, a quais alianças políticas; estudo das bases eleitorais dos candidatos, verificando quais as principais motivações de votos nos políticos do Crato e do Cariri cearense; observar quem ganha com as especulações imobiliárias decorrentes de investimentos públicos atuais; identificar quais grupos estão tendo o poder de definir o que entra, e o que não, nos temas/objetos contemplados com recursos e/ou com sua inclusão em roteiros para visitantes; etc.

REFERÊNCIAS

ABATH, Edízio. Crato como d'Antes (texto de 1992). **Revista A Província**, n. 4, jan.-jun. 1993, pp. 164-165.

ABREU, Roberto Cruz. **A expansão urbana da cidade do Crato no contexto da Região Metropolitana do Cariri (RMCariri) no estado do Ceará**. Dissertação (mestrado em Geografia), Universidade Estadual Vale do Acaraú. Sobral, 2017. Disponível em: https://ww2.uva.ce.gov.br/apps/common/documentos_mag/dissertacao_bbc2eac7b47dc231f12645499b488351.pdf. Acesso em: 13 jul. 2024.

ALBUQUERQUE FILHO, Ronald de Figueiredo e. **Cidade, seca e campo de concentração**: o início da modernização em Crato, Ceará (1900-1933). 132 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2015. Disponível em: http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/519. Acesso em: 19 jul. 2024.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras artes**. 5a. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ALECE – Assembleia Legislativa do estado do Ceará. Agência de Notícias. Ely Aguiar destaca obras que incentivam turismo religioso no Crato. **Alece** [Portal da internet], oradores, 23 mai. 2018. Disponível em: https://www3.al.ce.gov.br/index.php/oradores-expedientes/item/74408-2305ls01-ely-aguiar. Acesso em: 10 abr. 2025.

ALECE – Assembleia Legislativa do estado do Ceará. Agência de Notícias. Ely Aguiar aponta necessidade de novos projetos e obras no Crato. **Alece** [Portal da internet], oradores, 20 fev. 2013. Disponível em: https://www.al.ce.gov.br/index.php/oradores-expedientes/ely-aguiar-aponta-necessidade-de-novos-projetos-e-obras-no-crato.

ALENCAR, Johnnys Jorge Gomes. **Intelectuais no Sertão**: o Club Romeiros do Porvir, a produção e circulação de representações em torno da intelectualidade, da cidade do Crato-CE e dos sertões (1900-1910). 2021. 140f. Dissertação (Mestrado em História dos Sertões) - Centro de Ensino Superior do Seridó, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/31904. Acesso em: 10 abr. 2024.

ALENCAR, Ana Karina Gomes. **Guerra dos lugares e circuitos da economia urbana**: a instalação da Grendene S.A. em Crato (CE). Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo. São Paulo-SP, 2019. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-25062019-161720/pt-br.php. Acesso em: 27 abr.2025.

ANDRE DO CARIRI; JEITO NORDESTINO. Esses são os 5 Maiores Monumentos Católicos do Ceará. **Facebook**, 16 mar. 2023. Disponível em: https://www.facebook.com/watch/?v=542458628099262. Acesso em: 26 jul. 2024.

ANTUNES, Ticiana Oliveira. 1863: o ano em que um decreto - que nunca existiu - extinguiu uma população indígena que nunca deixou de existir. **Revista Aedos**, [S. l.], v. 4, n. 10, 2012.

Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/29051. Acesso em: 25 jun. 2025.

AQUINO, Elba. A soja chega do Cariri. **Opinião-CE** [Portal de Notícias], 31 mar. 2022. Disponível em: https://www.opiniaoce.com.br/a-soja-chega-ao-cariri/. Acesso em: 26 maio 2025.

ARAÚJO, Ciro Alcântara. **A origem do Partido dos Trabalhadores no Ceará: uma alternativa popular (1979-1989)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/7130/2/CIRO_ALCANTARA_ARAUJO.pdf. Acesso em: 25 maio 2025.

ARAÚJO, Tarso. Pedro Lobo assume mandato da [sic] deputado estadual. **Leia Sempre Brasil** [Portal da internet], 07 ago. 2024. Disponível em: https://leiasemprebrasil.com.br/2024/08/07/pedro-lobo-assume-mandato-da-deputado-estadual/. Acesso em: 17 mai. 2025.

ARRUDA, Donizete. Curtas da Política por Donizete Arruda. **Blog do Ambrosio Santos** [Blog da internet], 21 jan. 2014. Disponível em: https://www.blogdoambrosiosantos.com/2014/01/curtas-da-politica-por-donizete-arruda.html. Acesso em: 19 mai. 2025.

BANTIM, José de Paula. Bom mesmo é recordar. **Revista A Província**, n. 21, 2005, p. 82-85.

BARBALHO, Alexandre. Modernos e distintos: política cultural e distinção nos Governos das Mudanças (Ceará, 1987-1998). **Comunicação, mídia e consumo.** São Paulo, v. 4, n. 10, p. 111 – 123, jul. 2007. Disponível em: https://revistacmc.espm.br/revistacmc/article/download/102/103/106. Acesso em: 25 maio 2025.

BARREIRO, J. C.. O botânico George Gardner e suas impressões sobre a cultura escrava no Brasil: Rio de Janeiro, 1810-1850. **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, v. 24, n. 3, p. 567–584, jul. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/hcsm/a/XymF7smSZGJ8tbwcLzz6MPn/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 25 mar. 2024.

BESERRA, José Ramiro Teles (org.). **Aquarelas e desenhos do Ceará oitocentista**: o trabalho de José dos Reis Carvalho na Comissão Científica de Exploração (1859-1861). Fortaleza: Iphan, 2016.

BLOG COLETIVO CAMARADAS. Rosemberg Cariry: Uma trajetória em defesa da arte libertária. Vermelho [site da internet], 27 an. 2010. Disponível em: https://vermelho.org.br/2010/01/27/rosemberg-cariry-uma-trajetoria-em-defesa-da-arte-libertaria/. Acesso em: 21 maio 2025.

BRILHANTE, Telma de F. Lembranças. **Revista A Província**, n. 10, dez. 1995-abr. 1996, P. 63-66.

BRITO, Lúcia Helena de. **O espetáculo das tradições**: um estudo sobre as práticas de culturas populares no Cariri cearense. 2007. 203f. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Fortaleza (CE), 2007. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/24852>. Acesso em: 08 set. 2022.

BRITO, George Macário de. "Cratitude". Uma campanha em defesa do Crato. **Revista A Província**, n. 24, jul. 2006, p. 59-61.

CAITANO, Italo Ronney Ferreira. "**Hei de te cantar, meu Crato gentil"**. Ensino de história local: entre ufanismo, práticas e empecilhos. Dissertação (mestrado profissional em Ensino de História), Universidade Regional do Cariri. Crato, 2018. Disponível em: http://www.urca.br/wp-content/uploads/sites/8/2021/04/2018-Disserta%C3%A7%C3%A3o-ITALO-RONNEY-FERREIRA-CAITANO.pdf. Acesso em: 18 mar. 2024.

CÂMARA MUNICIPAL DO CRATO. Regimento Interno (2008 – atualizado em 2012). **Câmara Municipal do Crato** [Portal da Internet], 2012. Disponível em: https://www.camaracrato.ce.gov.br/resources/regimento-interno/1/regimento_interno.pdf. Acesso em: 26 jul. 2024.

CARIRI DAS ANTIGAS. **Facebook** [Rede Social], Postagem de 18 ago. 2020. Disponível em: https://www.facebook.com/cariridasantigas/posts/crato-publicidade-do-grande-hotel-sediado-no-edif%C3%ADcio-filgueira-teles-no-quadro-/3109284249188228/. Acesso em: 30 jul. 2024.

CEARÁ. Secretaria do Planejamento e Gestão. **Resgate Histórico dos 60 anos do Planejamento no Ceará**. Fortaleza: Seplag, 2023. Disponível em: https://www.seplag.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/14/2023/12/E-book-Resgate-60-anos-de-planejamento-no-Ceara.pdf. Acesso em: 25 maio 2025.

CEARÁ. Secretaria de Cultura. **Processo de tombamento da Casa de Câmara e Cadeira do Crato**. Protocolo nº 04299496-9, 2004a.

CEARÁ. Secretaria de Cultura. **Processo de tombamento da Estação Ferroviária do Crato**. Protocolo nº 04007422-6, 2004b.

CEARÁ. Secretaria de Cultura. **Processo de tombamento do Sítio Caldeirão – Crato-CE**. Protocolo nº 05000705-0, 2005.

CEARÁ. Secretaria de Cultura. **Processo de tombamento do Sítio Fundão**. Protocolo nº 07106346-3, 2007a.

CEARÁ. Secretaria de Cultura. **Processo de tombamento da Mata do Fundão – Crato CE. Protocolo nº 07272650-4** (apensado ao processo de Protocolo nº 07106346-3), 2007b.

CEARÁ. **Decreto nº 29.179, de 08 de fevereiro de 2008**. Dispõe sobre a desapropriação, por interesse social, da área do sítio fundão, no município de Crato-CE, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado, série 2, ano XI, nº 027. Fortaleza, 11 de fevereiro de 2008a, p. 4.

CEARÁ. **Decreto nº 29.307, de 05 de junho de 2008**. Cria o Parque Estadual Sítio Fundão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado, série 2, ano XI, nº 105. Fortaleza, 06 de junho de 2008b, p. 7.

CEARÁ. Secretaria de Cultura. **III Edital de apoio à preservação do patrimônio material 2009**. Processo nº 09697640-3, 2010.

CEARÁ. Secretaria de Cultura. **Processo de tombamento do Sítio Bebida Nova**. Processo nº 5414992/2015, 2015.

CEARÁ. **Lei nº 17.606, 6 de agosto de 2021**. Institui a Chancela da Paisagem Cultural do Ceará. Diário Oficial do Estado, série 3, ano XIII, nº 181. Fortaleza, 06 de agosto de 2021, p. 3.

CENTRO CULTURAL CARIRI. Sobre. **Centro Cultural do Cariri** [Portal da Internet]. Sobre, 202-. Disponível em: https://centroculturaldocariri.cultura.ce.gov.br/sobre/. Acesso em: 22 jul. 2024.

CESÁRIO, Luciano. Memória de um decano do Jornalismo Caririense. **O povo** [Portal de Notícias], 07 jan. 2020. Disponível em: https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/2020/01/07/memorias-de-um-decano-do-jornalismo-caririense.html. Acesso em: 17 abr. 2025.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória**: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural do Brasil (anos 1930-1940). 2ª. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017.

CID Gomes abre a 58ª edição da Expocrato. **Guimarães** [Portal da internet], Notícias, 13 jul. 2009. Disponível em: https://guimaraes.org.br/Noticia/1771/Cid-Gomes-abre-a-58-ordf-edi-ccedil-atilde-o-da-Expocrato. Acesso em: 25 abr. 2025.

CONPAM - Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente. Assessoria de Imprensa. Parque do Sítio Fundão no Crato será entregue nesta terça-feira (29). Governo do estado do Ceará [Portal da internet], 28 mar. 2011. Disponível em: https://www.ceara.gov.br/2011/03/28/parque-do-sitio-fundao-no-crato-sera-entregue-nesta-terca-feira-29/. Acesso em: 16 mai. 2025.

CORTEZ, Ana Isabel Ribeiro Parente. **Memória descarrilhadas**: o trem na cidade do Crato. 2008. 245 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Ceará, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza-ce, 2008. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/2845. Acesso em: 08 set. 2022.

CORTEZ, Antonia Otonite de Oliveira. **A construção da "cidade da cultura"**: Crato (1889-1960) Dissertação (Mestrado em História Social – UFRJ). Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: https://cariridasantigas.com.br/wp-content/uploads/2018/09/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Otonite.pdf. Acesso em: 8 set. 2022.

COSTA, Francisco Joel Magalhães da. Educação e o processo de romanização na Diocese do Crato: o exemplo do Colégio Diocesano 1927 – 1988. XIV ECHE – Encontro Cearense de História da Educação; IV ENHIME – Encontro Nacional do Núcleo de História e Memória da Educação. **Anais**

[...] Fortaleza – CE, 17 a 19 de set. de 2015. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/41505/1/2015_eve_fjmcosta.pdf. Acesso em: 20 mai. 2025.

COSTA Aline de Caldas; FONSECA-SILVA, Maria da Conceição. Considerações iniciais sobre o controle dos discursos: breve leitura de A ordem do discurso, de Michel Foucault. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 161, out., 2014, pp. 49-56. Disponível em: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/download/23889/13671/. Acesso em: 13 jan. 2024.

CRATO. O Município. **Prefeitura do Crato** [Portal da internet], s/d.a. Disponível em: https://www.crato.ce.gov.br/omunicipio.php. Acesso em: 16 mai. 2024.

CRATO. O Município. **Competências e estrutura organizacional** [Portal da internet], s/d.b. Disponível em: https://www.camaracrato.ce.gov.br/competencia-e-estrutura-organizacional.xhtml#:~:text=Manter%20o%20arquivo%20de%20leis,VI.. Acesso em: 26 jul. 2024.

CRATO. Paço da Prefeitura Municipal. Lei nº 2.590/2009. Dispõe sobre parcelamento, uso e ocupação do solo da cidade do Crato-CE e dá outras providências. **Prefeitura Municipal do Crato** [Portal da internet]. Leis, atos e Normativos legais, 22 dez. 2009. Disponível em: https://www.crato.ce.gov.br/leis.php?id=131#:~:text=LEI%2DN%2D2590%2D2009,CE%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias.. Acesso em: 21 maio 2025.

CRATO. Prefeitura Municipal do Crato; Fundetec – Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico do Cariri. **Plano Diretor Municipal do Crato**: Leitura Técnica / Caracterização. Ministério das Cidades; Caixa Econômica Federal: Programa de Fortalecimento da Gestão Urbana para Apoio à Implementação dos Instrumentos do Estatuto da Cidade e à Elaboração de Planos Diretores, 20--.

CRISPIM, Maristela. Geopark Araripe pode perder selo da Unesco. **Diário do Nordeste** [Portal de notícias], 05 jan. 2009. Disponível em: https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/geopark-araripe-pode-perder-selo-da-unesco-1.581875. Acesso em: 24 abr. 2025.

CUNHA, Maria Soares da. **Pontos de (re)visão e explorações historiográficas da abordagem regional**: exercício a partir do Cariri cearense (século XIX e XX). Tese (doutorado em Geografia) – Programa de pós-gradação em Geografia. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/8975. Acesso em: 12 mai. 2025.

DANTAS, Denise de Menezes. **Política, natureza e imprensa**: a narrativa dos liberais cratenses no Jornal O Araripe (1855-1864). Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/32871. Acesso em: 25 mar. 2024.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. 5ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DELEUZE, Gilles. O que é um dispositivo? *In*: DELEUZE, Gilles. **O mistério de Ariana**. Lisboa: Vega/Passagens, 1996, p. 83-96.

DEUS, Evandro Rodrigues de. **Brasão do Município do Crato**. Acesso Geral [Página da internet], 5 jan. 2009. Disponível em: https://acessogeral.blogspot.com/2009/02/brasao-do-municipio-do-crato.html

DIÁRIO DO NORDESTE, Crato apresenta inventário turístico. **Diário do Nordeste**, Caderno Região, 15 out. 2014. Disponível em: https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/crato-apresenta-inventario-turistico-1.1124947. Acesso em: 17 mai. 2025.

DIÁRIO DO NORDESTE, Praças são revitalizadas no Crato. **Diário do Nordeste**, Caderno Região, 4 jul. 2012. Disponível em: https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/pracas-sao-revitalizadas-no-crato-1.537235. Acesso em: 22 jul. 2024.

DIÁRIO DO TURISMO. Prefeitura do Crato lança programa para fortalecer turismo. **Diário do Turismo** [Portal da internet], 5 fev. 2015. Disponível em: https://diariodoturismo.com.br/prefeitura-crato-lanca-programa-para-fortalecer-turismo/. Acesso em: 17 mai. 2025.

DIAS, Carlos Rafael. **Encantamento e Civilização**: construções discursivas de uma região (o Cariri cearense). Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2019. Disponível em: https://www.historia.uff.br/stricto/td/2180.pdf. Acesso em: 12 abr. 2024.

DIAS, Carlos Rafael. **Da flor da terra aos guerreiros cariris**: representações e identidades do Cariri Cearense (1855-1980). Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Campina Grande – Campina Grande, 2014. Disponível em: http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/28338. Acesso em: 12 abr. 2024.

DIAS, Carlos Rafael. História do Futebol do Crato versus Cabra Preta: "uma estética sertaneja", **Revista A Província**, n. 4, jan.-jun. 1993, pp. 5-6.

DIOCESE DE CRATO. Colégio Diocesano do Crato celebra 90 anos de História. **Diocese de Crato** [Site da internet], 22 mar. 2017. Disponível em: https://diocesedecrato.org/colegio-diocesano-do-crato-celebra-90-anos-de-historia/. Acesso em: 20 mai. 2025.

DOSSIÊ CHAPADA DO ARARIPE. Histórico. **Dossiê Chapada do Araripe** [Portal da Internet], 202-. Disponível em: http://dossiechapadadoararipe.urca.br/index.php/historico/. Acesso em: 22 jul. 2024.

ELLEN, Victória. O governador do Ceará... **No cariri Tem** [perfil do instagram, @nocaririitem], 31 maio 2025. Disponível em: https://www.instagram.com/p/DKU7PJxtjlx/?img_index=1&igsh=end6cndmdmdjcHZ3. Acesso em: 01 jun. 2025.

ESMERALDO, Pancrácio. Origem genealógica do autor. **Familiares Esmeraldo Genealogia** [Blog da internet], 1 out. 2011. Disponível em: https://familiaesmeraldogenealogia.blogspot.com/. Acesso em: 25 abr. 2025.

ESTÃO Destruindo a Memória do Crato. **Revista A Província**, n. 6, jan.-jun. 1994, pp. 22-29.

FAMÍLIA COELHO RODRIGUES. Relatório de Descendentes. **Família Coelho Rodrigues** [Site da internet], Descendentes de Valério Coelho Rodrigues, s/d. Disponível em: https://www.coelhorodrigues.ong.br/descend.asp?numPessoa=12019&ng=3. Acesso em: 25 abr. 2025.

FARIAS FILHO, Waldemar Arraes de. **Crato**: evolução urbana e arquitetura (1740-1960). Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2007.

FARIAS FILHO, Waldemar Arraes de. A arquitetura urbana do Crato (parte II). **Revista A Província**, n. 23, abr. 2006, P. 20.

FARIAS FILHO, Waldemar Arraes de. A arquitetura urbana do Crato. **Revista A Província**, n. 22, dez. 2005, p. 54-69.

FERREIRA, Natânia Silva; OLIVEIRA, Paulo Roberto de. As atas das Câmaras Municipais e os inventários como fontes para a História Econômica. *In*: BERNARDES, Maria Elena; HADLER, Maria Silvia; MACIEL, Ana Carolina (Orgs.). Seminário Nacional do Centro de Memória, 8. 2016, Campinas, SP**. Anais [...]** Memória e acervos documentais, o arquivo como espaço produtor de conhecimento, 26-28 jul. 2016, pp. 144-145. Campinas, SP: UNICAMP/CMU, 2016. Disponível em: https://issuu.com/centrodememoriaunicamp/docs/caderno___resumos_web. Acesso em: 19 abr. 2024.

FICA EXPOCRATO. Contrariando boa parte do povo do Crato [...]. **Facebook** [Rede Social], perfil "Ficaexpocrato", 19 jul. 2013. Disponível em: https://www.facebook.com/ficaexpocrato/photos/contrariando-boa-parte-do-povo-do-crato-prefeito-entrega-documento-ao-governo-so/148556212008097/?_rdr. Acesso em: 20 maio 2025.

FIGUEIREDO FILHO, J. de. Bandas Cabaçais do Cariri. **Revista Itaytera**, Crato, n° 1, ano I, 1955, p. 107-112. Disponível em: https://institutoculturaldocariri.com.br/wp-content/uploads/revista/revista%201.pdf. Acesso em: 13 mai. 2025.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 4.ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: A vontade de saber. 13ª ed. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 13ª ed. [Roberto Machado: org.; intro.; ver.]. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1998.

FOUCAULT, Michel. O Sujeito e o poder. *In*: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231–249.

G1. Ceará recebe a maior repatriação de fósseis do Brasil após a chegada de quase mil peças da França. **G1 [Portal de Notícias]**, Ceará, 15 dez. 2023. Disponível em: https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2023/12/15/ceara-realiza-maior-repatriacao-de-fosseis-do-pais-apos-a-chegada-de-quase-mil-pecas-da-franca.ghtml. Acesso em: 22 jul. 2024.

GAZETA DO CARIRI. Avenida que dará acesso à imagem de Nossa Senhora de Fátima tem obras iniciadas em Crato. **Gazeta do Cariri** [Portal de notícias], Cariri, set. 2019. Disponível em: https://www.gazetadocariri.com/2019/08/avenida-que-dara-acesso-imagem-de-nossa.html?m=1. Acesso em: 17 abr. 2025.

GAZETA DO CARIRI. Lançado o Projeto "Caminhos do Crato", que vai pavimentar cerca de 130 quilômetros de asfalto e pedra tosca. **Gazeta do Cariri** [Portal de notícias], Cariri, jun. 2018b. Disponível em: https://www.gazetadocariri.com/2018/06/lancado-o-projeto-caminhos-do-crato-que.html. Acesso em: 25 maio 2025.

GAZETA DO CARIRI. Construção da avenida que ligará o Mirandão à estátua de Nossa Senhora de Fátima deverá ser reiniciada no mês de outubro, em Crato. **Gazeta do Cariri** [Portal de notícias], Cariri, set. 2018c. Disponível em: https://www.gazetadocariri.com/2018/09/construcao-da-avenida-que-ligara-o.html. Acesso em: 17 abr. 2025.

GEOPARK ARARIPE. I Colóquio de Patrimônio Fossilífero do Brasil Direitos Culturais e Cooperação Internacional em territórios de Geoparques Mundiais da UNESCO no Brasil. **Instagram** [Perfil de rede social], @geoparkararipe, 7 abr. 2025. Disponível em: https://www.instagram.com/p/DIJnoE9xeBX/?igsh=Z3l1c3VsZXVrNm1p&img_index=1. Acesso em: 24 abr. 2025.

GLOBO REPÓRTER. A primeira floresta nacional do Brasil está em pleno sertão. **Globo Repórter** [perfil na rede social Instagram: @globoreporter], 18 mar. 2024. Disponível em: https://www.instagram.com/reel/C4rCQLuirGT/?utm_source=ig_web_copy_link. Acesso em: 17 maio 2024.

GRANJEIRO, Glaudemias. Patrimônio. **I Encontro de Arquitetura e Urbanismo Negro e Indígena do Ceará**. Youtube [Portal da Internet], canal CAU / CE, 9 nov. 2024, 0h51'00" - 1h09'09s". Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=wuLy32qc87M. Acesso em: 25 jun. 2025.

GURGEL, Ana Paula Campos. **As metrópoles do interior e o interior das metrópoles**. Tese (Doutorado em Arquitetura). Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Brasília, 2016.

GURGEL, Ana Paula Campos. Crato. A cidade que não quer ter patrimônio. Minha Cidade, São Paulo, ano 13, n. 148.02, **Vitruvius**, nov. 2012a. Disponível em: https://vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/13.148/4567#:~:text=Crato.,que%20n%C3%A3o%20quer%20ter%20patrim%C3%B4nio. Acesso em: 21 jul. 2024.

GURGEL, Ana Paula Campos. **Entre Serras e Sertões**: a(s) transformação(ões) de centralidade(s) da Região Metropolitana do Cariri/CE. Dissertação (mestrado). Natal, 2012b.

GURGEL, Ana Paula Campos. **Crato**: formação e transformações morfológicas do seu centro histórico. Trabalho Final de Graduação (Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 103-133.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas**, v. 1, Rio de Janeiro: IBGE, 1990. Disponível em: http://web.archive.org/web/20190107144757/http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv2269_1.pdf. Acesso em: 03 mar. 2024.

ICL Notícias. Avanço de monoculturas é visto como ameaça à 'caixa d'água do Sertão'. **ICL Notícias** [Portal de Notícias], Meio Ambiente, 12 mar. 2025. Disponível em: https://iclnoticias.com.br/monoculturas-e-ameaca-a-caixa-dagua/. Acesso em: 26 maio 2025.

IDACE-CE. Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará. **Relação de Cadastros – Crato, 28 set. 2023**. Disponível em: https://www.idace.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/84/2023/11/CRATO-1.pdf. Acesso em: 25 abr. 2025.

INSTITUTO SEMEIA. O que são e qual a importância dos Geoparques Mundiais da UNESCO no Brasil. Instituto **SEMEIA** [Portal da Internet], 19 jun. 2024. Disponível em: https://semeia.org.br/conexao-semeia/fique-por-dentro/geoparques-do-brasil/. Acesso em: 22 jul. 2024.

IPECE – Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **Mapas Municipais**: Crato (2019). IPECE [Portal da internet], 2019. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2019/02/mapas_municipais_Crato_2019.pdf. Acesso em: 25 abr. 2025.

JADE, Dane de et al.(Org.). **Cartografia Cultural do Crato**. Crato: Secult; URCA; Fortaleza: Tecnograf, 2017.

JUSBRASIL. Ascom – assessoria de comunicação. MP tenta impedir a construção de monumento religioso com dinheiro público no Crato. **Jusbrasil** [Portal da internet], Notícias, 28 fev. 2013. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/noticias/mp-tenta-impedir-a-construcao-de-monumento-religioso-com-dinheiro-publico-no-crato/100366362. Acesso em: 16 abr. 2025.

LACERDA, Luciana Silveira. **A produção do espaço turístico no Cariri cearense**: sociedade – cultura – natureza. Dissertação (mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/8055. Acesso em: 01 jun. 2025.

LE GOFF, Jacques. Memória. *In*: LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução Bernardo Leitão et al. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990, p. 423-477.

LIMA, Thainá da Costa. Nolite te bastardes carborundorum: discursos, poderes e resistências em The handmaid's tale. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal da Paraíba, João pessoa, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/23500. Acesso em: 21 fev. 2025.

LIMA, Thainá da Costa; BRAGA, Amanda. "Sob o olho Dele: técnicas do poder disciplinar na série The handmaid's tale. **Heterotópica**, v. 2; n. 2, ago.-dez. 2020, p. 313-331. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/RevistaHeterotopica/article/view/57193. Acesso em: 23 jul. 2024.

LIMA, Paola; PORTELA, Raissa. Mulheres na Política: ações buscam garantir maior participação feminina no poder. Senado Federal [Portal da internet], Notícias, Infomatérias, 27 mai. 2022. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2022/05/aliados-na-luta-por-mais-mulheres-na-politica. Acesso em: 24 mai. 2025.

LÔBO, James Brito Bezerra. Campo de concentração do Buriti – currais do governo. In: ALVES, Valdecy (Org.). **Campos de concentração da seca de 1932 no Ceará**. Múltiplas visões e reverberações contemporâneas. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2022, p. 87-95.

LOPES, Suzana Gomes; ALMEIDA, Waltécio de Oliveira. Ameaças à Biodiversidade de Répteis na Biorregião do Araripe, Ceará. **Revista A Província**, n. 23, abr. 2006, P. 92.

MCTI - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Santana do Cariri (CE) recebe o I Colóquio de Patrimônio Fossilífero do Brasil. **Governo Federal** [Portal da Internet], MCTI. Paleontologia. 15 abr. 2025. Disponível em: https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/noticias/2025/04/mcti-apoia-evento-e-exposicao-com-fosseis-repatriados-em-santana-do-cariri-ce#:~:text=O%20Col%C3%B3quio%20reunir%C3%A1%20especialistas%2C%20pesquisadores,de%20pol%C3%ADticas%20p%C3%BAblicas%20na%20%C3%A1rea. Acesso em: 24 abr. 2025.

MARQUES, Roberto. Contracultura, tradição e oralidade: (re)inventando o sertão nordestino em tempos velozes. **Trajetos Revista de História UFC**, Fortaleza, v. 3, n. 6, p. 201-216, 2005a. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/19992>. Acesso em: 19 set. 2022.

MARQUES, Roberto. A história em que nos reconhecemos: alguns apontamentos sobre Identidade Regional no Cariri Cearense. **Revista A Província**, n. 22, dez. 2005b, P. 120-124.

MARTINY, Carina. Das presenças e ausências: as Atas da Câmara Municipal de São Sebastião do Caí (1875 a 1892) como fonte de pesquisa. *In*: Encontro Estadual de História, 9, Associação Nacional de História, seção Rio Grande do Sul. **Anais [...]** Vestígios do passado: a história e suas fontes, 2008. Disponível em: https://www.eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1212285879_ARQUIVO_CarinaMartinyArtigoEncontroANPUH-RS.pdf. Acesso em: 19 abr. 2024.

MATOS, Florival. A História do Futebol no Crato Versus Cabra Preta. **Revista Itaytera**, Crato, n. 11, 1967, pp. 123-126. Disponível em: https://institutoculturaldocariri.com.br/wp-content/uploads/revista/revista%2011.pdf. Acesso em: 09 maio 2024.

MELO, Leda Agnes Simões de. Os campos de concentração do Ceará: seca, modernização e controle social. *In*: ALVES, Valdecy (Org.). **Campos de concentração da seca de 1932 no Ceará**. Múltiplas visões e reverberações contemporâneas. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2022, p. 49-60.

MELO, José Patrício Pereira. Apresentação. *In:* JADE, Dane de et al.(Org.). **Cartografia Cultural do Crato**. Crato: Secult; URCA; Fortaleza: Tecnograf, 2017, pp. 13-14. Disponível em: https://cartografiacultura.wixsite.com/cartografiacultura. Acesso em: 22 jul. 2024.

MELLO, Sérgio. Crato Foot-Ball Club: 1º clube criado na cidade de Crato (CE), em 1919. **História do Futebol** [site da internet], 22 dez. 2021. Disponível em: https://historiadofutebol.com/blog/?p=124480. Acesso em: 25 jul. 2025.

MENDONÇA, Dihelson. **O Carnaval da Saudade – Relembrando antigos Carnavais…** Blog do Crato 2 [Internet], 27 jan. 2008a. Disponível em: https://blogdocrato2.wordpress.com/2008/01/page/2/. Acesso em: 16 abr. 2025.

MENDONÇA, Dihelson. **O Crato em Notícias** Blog do Crato 2 [Internet], 30 jan. 2008b. Disponível em: https://blogdocrato2.wordpress.com/2008/01/30/o-crato-em-noticias/. Acesso em: 16 abr. 2025.

MENDONÇA, Dihelson. **Alexandre Sales falará – em São Paulo – sobre o Geopark Araripe**. Blog do Crato [Internet], 24 out. 2008c. Disponível em: https://blogdocrato.wordpress.com/2008/10/24/alexandre-sales-falara-em-sao-paulo-sobre-o-geopark-araripe/. Acesso em: 16 abr. 2025.

MENDONÇA, Dihelson. **Conversas com Ely Aguiar sobre a Reforma da Praça Siqueira Campos…**. Blog do Crato [Internet], 31 out. 2008d. Disponível em: https://blogdocrato.wordpress.com/2008/10/31/conversas-com-ely-aguiar-sobre-a-reforma-da-praca-siqueira-campos/. Acesso em: 16 abr. 2025.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. *In*: **I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural**: Ouro Preto/MG, 2009.

MISÉRIA (site de notícias). Câmara do Crato arquiva CPI da extorsão. **Diário do Cariri** [Portal de notícias], out. 2021. Disponível em: https://diariodocariri.com/public/amp/news/12870. Acesso em: 28 abr. 2025.

MOURÃO, Rikáryo. Escândalo: possível compra de vereadores pelo prefeito do Crato, ganha repercussão e deputados qualificam como Formação de Quadrilha. **Rikáryo** [Blog da internet], Política, 25 out. 2013 (atualiz. 11 set. 2024). Disponível em: https://www.rikaryo.com.br/politica/escandalo-de-compra-da-camara-de-vereadores-pelo-prefeito-do-crato-ronaldo-ganha-repercussao-nacional-e-e-enquadrado-como-formacao-de-quadrilha-por-deputados. Acesso em: 28 abr. 2025.

MOURÃO, Iara. Minha Crato mãe! **Revista A Província**, n. 4, jan.-jun. 1993, p. 120-121.

MÍDIA NINJA. **Fóssil de formiga mais antiga do mundo é encontrado em Crato, no Ceará.** Instagram [rede social], 27 abr. 2025. Disponível em: https://www.instagram.com/p/DI81j9MxlAv/?igsh=MW9qbjZtbzF5MW1lZw==. Acesso em: 27 abr. 2025.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Relatório de Atividades Turísticas – Crato. **Mapa Turístico do Brasil** [Portal da internet], 2025. Disponível em: https://www.mapa.turismo.gov.br. Acesso em: 17 mai. 2025.

MPCE – Ministério Público do Estado do Ceará. Secretaria de Comunicação. Crato: Termo de Ajustamento de Conduta viabiliza estudos para tombamento do Seminário São José e da Igreja da Sé. **MPCE** [Portal da internet], 19 jan. 2022. Disponível em: https://mpce.mp.br/2022/01/crato-termo-de-ajustamento-de-conduta-viabiliza-estudos-para-tombamento-do-seminario-sao-jose-e-da-igreja-da-se/. Acesso em: 29 abr. 2025.

NASCIMENTO, José Clewton do. **(Re)Descobriram o Ceará?** Representações dos sítios históricos de Icó e Sobral: entre areal e patrimônio nacional. Salvador: EDUFBA/PPGAU; Florianópolis: ANPUR, 2011.

NUNES, Orlando V. R. **O Programa Cidades de Porte Médio**: Planejamento e Política Urbano-Regional no Brasil (1976-1986), 2020. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

NUVENS, Plácido Cidade. Comercialização dos Fósseis da Chapada do Araripe: um debate inevitável. **Revista A Província**, n. 7, jul. 1994, Pp. 67-70.

O POVO CBN CARIRI. A sexta edição... **perfil do instagram** [@opovocbncariri], 4 jun. 2025. Disponível em: https://www.instagram.com/p/DKfZ1Hvyh8u/?igsh=MTgwZHltOXNxbHFuMw==. Acesso em: 05 jun. 2025.

OLIVEIRA, A. E. de. Um estudo acerca do patrimônio cultural no município do Crato-Ceará e sua gestão. **Folha de Rosto**, v. 2, n. 2, p. 16-25, 5 jan. 2017. Disponível em: https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/80. Acesso em: 09 set. 2022.

OLIVEIRA, Fernanda Rocha de. **Novos olhares e antigas práticas no tombamento de centros históricos**: o caso de Natal-RN, 2015. Dissertação (Mestrado) - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, 2016.

OLIVEIRA FILHO, João César Abreu de; COSTA, Otávio José Lemos. A Produção Contraditória do Espaço Urbano: A Igreja e os Movimentos Sociais na Cidade do Crato – Ceará. **Revista do Departamento de Geografia USP**, v. 32, 2016, p. 108-123. Disponível em: https://pdfs.semanticscholar.org/3301/f171fb0e65814db06f609ce8539dd5eb89e6.pdf. Acesso em: 09 abr. 2025.

OLIVEIRA, João César Abreu; ABREU, Roberto Cruz. Resgatando a história de uma cidade média: Crato capital da cultura. **Revista Historiar**, [S. l.], v. 2, n. 2, 2010, pp. 244-262. Disponível em: https://historiar.uvanet.br/index.php/1/article/view/30. Acesso em: 22 jul. 2024.

OLIVEIRA FILHO, João César Abreu de; COSTA, Otávio José Lemos. A Produção Contraditória do Espaço Urbano: A Igreja e os Movimentos Sociais na Cidade do Crato – Ceará. **Revista do Departamento de Geografia USP**, v. 32, 2016, p. 108-123. Disponível em: https://pdfs.semanticscholar.org/3301/f171fb0e65814db06f609ce8539dd5eb89e6.pdf. Acesso em: 09 abr. 2025.

PEREIRA, Julia da Rocha. **Sacerdotes e profetas do patrimônio urbano no Brasil**: consensos e dissonâncias no Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do IPHAN (1990-2010). 2021. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/42832. Acesso em: 27 jan. 2024.

PEREIRA, Cláudio Smalley Soares; OLIVEIRA, João César Abreu de. Cidades Médias cearenses e a reestruturação do espaço urbano: algumas ponderações acerca de Juazeiro do Norte/CE. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, v. 14, n. 1, p. 56-68, Sobral, 2012. Disponível em: https://rcgs.uvanet.br/index.php/RCGS/article/download/13/15/34. Acesso em: 22 jul. 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DO CRATO. Secretaria Municipal de Turismo. Mapa Turístico. Crato: Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável, 2025a. Disponível em: https://www.crato.ce.gov.br/arquivos/3022/DOCUMENTOS__2025_0000001.pdf. Acesso em: 17 mai. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DO CRATO CE. [Perfil do Instagram, @prefeituradocratoce], postagem de 10 de abril de 2025b. Disponível em: https://www.instagram.com/p/DIQFSnFOBo8/?igsh=MTFlOXQzcnE5dHRvcQ==. Acesso em: 14 abr. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DO CRATO. **Monumento de Nossa Senhora de Fátima será inaugurado em Crato, dia 13 de dezembro**. Portal da internet, 23 de out. de 2024a. Disponível em: https://crato.ce.gov.br/informa/4234/monumento-de-nossa-senhora-de-f-tima-ser-inaugurad. Acesso em: 30 mar. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DO CRATO. **Prefeitura do Crato Inaugura Exposição "A História do Crato" na Antiga Casa do Senado**. Portal da internet, 19 de jun. de 2024b. Disponível em: https://www.crato.ce.gov.br/informa/4178. Acesso em: 27 abr. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DO CRATO. Secretaria Municipal de Cultura. **Plano Municipal de Cultura do Crato 2024-2034**, 2024c. Disponível em:

https://www.crato.ce.gov.br/arquivos/3005/DOCUMENTOS__2024_0000001.pdf. Acesso em: 12 mai. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DO CRATO. **Seminário online debate sobre os 257 anos de História e Cultura da cidade do Crato**. Portal da internet, 15 jun. 2021. Disponível em: https://www.crato.ce.gov.br/informa/1173. Acesso em: 27 abr. 2025.

RAGO, Margareth. O efeito-Foucault na historiografia brasileira. Tempo Social; **Rev. Sociol. USP**, S. Paulo, 7(1-2): 67-82, outubro de 1995. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ts/a/Bn67fyfwtQfrMvhqN8VnXXQ/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 25 mar. 2025.

REIS, Ana Isabel R. P. Cortez. **O espaço a serviço do tempo**: a estrada de ferro de Baturité e a invenção do Ceará. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2015. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/25274/1/2015_tese_airpcreis.pdf. Acesso em: 11 mar. 2024.

REIS, Ravena; JUCÁ, Clóvis Ramiro. MODERNISMO NA "PRINCESA DO CARIRI"... *In*: Anais do X Seminário Docomomo Norte e Nordeste: Conservar já, Documentar sempre!. **Anais...** Campina Grande (PB) UFCG, UNIFACISA, 2024a. Disponível em: https//www.even3.com.br/anais/xdocomomonne2024/888089-MODERNISMO-NA-PRINCESA-DO-CARIRI. Acesso em: 27/11/2024

REIS, Ravena; JUCÁ, Clóvis Ramiro. ÓDE À MODERNIDADE... *In*: Anais do X Seminário Docomomo Norte e Nordeste: Conservar já, Documentar sempre!. **Anais...** Campina Grande (PB) UFCG, UNIFACISA, 2024b. Disponível em: https//www.even3.com.br/anais/xdocomomonne2024/888093-ODE-A-MODERNIDADE. Acesso em: 27/11/2024

REIS JÚNIOR, Darlan de Oliveira. **Senhores e trabalhadores no Cariri cearense**: terra, trabalho e conflitos na segunda metade do século XIX. Orientador: Frederico de Castro Neves. 2014. 304f. – Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social, UFC, Fortaleza, 2014. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/9543. Acesso em: 07 maio 2024.

RENATO ROSENO. Audiência pública, em Crato, debaterá os impactos do Cinturão das Águas do Ceará. **Renato Roseno** [site da internet], Notícias, 13 nov. 2023. Disponível em: https://www.renatoroseno.com.br/noticias/audiencia-publica-debatera-os-impactos-do-cinturao-das-aguas-do-ceara. Acesso em: 26 maio 2025.

REVEL, Judith. **Michel Foucault**: conceitos essenciais. Trad. Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlo Piovezani. São Carlos: Claraluz, 2005.

Revista Itaytera, n. 37, 1993. Disponível em: https://institutoculturaldocariri.com.br/wp-content/uploads/revista/revista%2037.pdf. Acesso em: 17 abr. 2025.

RIENTE, Úrsula Lopes. **Análise estrutural da região entre as bacias do Parnaíba e do Araripe** - investigando conexões geológicas. Trabalho Final de Curso (graduação em

geologia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/18921. Acesso em: 27 mar. 2025.

RODRIGUES, Paulo Henrique. Autointitulada terra da cultura, Crato vê ruir seu último prédio histórico, fechado há 15 anos. **Diário do Nordeste**, Opinião, 06 de mar. de 2024. Disponível em: https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/opiniao/colunistas/paulo-henrique-rodrigues-o-ph/autointitulada-terra-da-cultura-crato-ve-ruir-seu-ultimo-predio-historico-fechado-ha-15-anos-1.3486137. Acesso em: 14 abr. 2024.

SAMPAIO, Thiago. Parque de Exposição do Crato será o maior do Nordeste após reforma. **Governo do Estado do Ceará** [Portal da Internet], 15 abr. 2018. Disponível em: https://www.ceara.gov.br/2018/04/15/parque-de-exposicao-do-crato-sera-o-maior-do-nordeste-apos-reforma/. Acesso em: 28 abr. 2025.

SANT'ANNA, M. **A cidade-atração**: a norma de preservação de áreas centrais no Brasil dos anos 1990 [online]. Salvador: EDUFBA-PPG-AU FAUFBA, 2017, 503 p. ISBN: 978-85-232-1871-3. https://doi.org/10.7476/9788523218713. Disponível em: https://books.scielo.org/id/8wzv5/pdf/santanna-9788523218713.pdf. Acesso em: 21 fev. 2025.

SANT'ANNA, Marcia. **Da cidade-monumento à cidade-documento:** a trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990). Orientador: Paulo Ormindo D. de Azevedo. 1995. 283f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, UFBA, Salvador, 1995.

SANTOS, Ambrósio. Câmara municipal de Crato desaprova contas do ex-prefeito Samuel Araripe. **Ambrósio Santos** [Blog da internet], 21 out. 2021. Disponível em: https://www.blogdoambrosiosantos.com/2013/10/camara-municipal-de-crato-desaprova.html?m=0. Acesso em: 25 abr. 2025.

SANTOS, Hyago Átilla Sousa dos. **O drama da princesa transviada**: jornal A Ação, Pânico Moral e cartografias da identidade ameaçada em Crato (CE), 1965-1972. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, UFPE. Recife, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/44988. Acesso em: 12 abr. 2024.

SANTOS, Elisângela. ExpoCrato tem preços altos e proposta de mudança de local. **Diário do Nordeste** [Portal de notícias], 22 jul. 2013. Disponível em: https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/expocrato-tem-precos-altos-e-proposta-de-mudanca-de-local-1.367800. Acesso em: 25 abr. 2025.

SANTOS, Elisângela. Caldeirão será revitalizado. **Diário do Nordeste** [Portal de notícias]. Região, 28 fev. 2009. Disponível em: https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/caldeirao-sera-revitalizado-1.692631. Acesso em: 16 mai. 2025.

SECRETARIA DAS CIDADES. Crato: projeto da encosta do Seminário é debatido com o BIRD. **Secretaria das Cidades** [Portal da internet], 05 out. 2013. Disponível em: https://www.cidades.ce.gov.br/2013/10/09/crato-projeto-da-encosta-do-seminario-e-debatido-com-o-bird/. Acesso em: 16 mai. 2025.

SECULT-CE – Secretaria de Cultura do estado do Ceará. **Mestre Antônio Aniceto: lembranças e homenagens a um legado de tradição, humor e musicalidade**. Secult-CE [Portal de Notícias], 13 de jan. 2015. Disponível em: https://www.secult.ce.gov.br/2015/01/13/mestre-antonio-aniceto-lembrancas-e-homenagens-a-um-legado-de-tradicao-humor-e-musicalidade/. Acesso em: 14 abr. 2025.

SEMACE – Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Ceará. **Plano de Manejo**: Parque Estadual Sítio Fundão (empresa executora: Ecossistema Consultoria Ambiental). Semace [Portal da internet], 2019. Disponível em: https://www.sema.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/36/2019/11/PM_PE_Sitio_Fundao.pdf. Acesso em: 19 mai. 2025.

SEMEÃO, Jane; CONÇALVES, José Cláudio Leôncio. Instituto cultural do cariri: (re)inventando o espaço do cariri cearense (1950 - 1970). **Revista Embornal**, v. 1 n. 2, 2010, PP. 90-105. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/embornal/article/download/3128/2632/10887>. Acesso em: 8 set. 2022.

SERRÃO, Ana Luiza. Expocrato estima movimentar R$ 150 milhões na economia do Cariri. **O Povo** [Portal de Notícias], Economia, 13 jul. 2024. Disponível em: https://www.opovo.com.br/noticias/economia/2024/07/13/expocrato-estima-movimentar-rs-150-milhoes-na-economia-do-cariri.html. Acesso em: 26 jul. 2024.

SILVA, Meryelle Macedo da. **Patrimônio arquitetônico afrocratense**: implicações educativas. Curitiba: CRV, 2023.

SILVA, Antônia L. da. **O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto**: ensino de história e educação patrimonial. Dissertação (mestrado profissional em Ensino de História), Universidade Regional do Cariri. Crato, 2018. Disponível em: <http://www.urca.br/profhistoria/dissertacoes-2018/>. Acesso em: 13 set. 2022.

SILVA, Jane D. S. e. **Um "oásis" chamado Cariri**: Instituto Cultural do Cariri, natureza, paisagem e construção identitária do sul cearense (1950-1970). 2019. Tese (doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/200611. Acesso em: 18 dez. 2024.

SILVA, Rebecca Isabelle H. **A modernidade e seus impactos no patrimônio cultural edificado e na vida social do Crato – CE**: a praça Siqueira Campos. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável, Universidade Federal do Ceará – Campus Cariri, Juazeiro do Norte, 2014. Disponível em: https://proder.ufca.edu.br/wp-content/uploads/2018/08/dissertac3a7c3a3o-versc3a3o-final.pdf. Acesso em: 13 mai. 2025.

SMITH, Laurajane. O discurso autorizado do patrimônio e a fabricação do Patrimônio Cultural em contextos contemporâneos. Tradução: Ana Gabriela Cardoso; Helena Stringari Gonçalves; Lucas Henrique da Silva Lima. Revisão: Fernando Cesar Sossai. **Revista Confluências Culturais**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 122–135, 2023. DOI: 10.21726/rcc.v12i2.2206. Disponível em: https://periodicos.univille.br/RCC/article/view/2206. Acesso em: 25 mar. 2025.

SMITH, Laurajane. Desafiando o Discurso Autorizado do Patrimônio. C**aderno Virtual de Turismo**, vol. 21, núm. 2, 2021. DOI: https://doi.org/10.18472/cvt.21n2.2021.1957.

SMITH, Laurajane. ***Uses of Heritage***. London: Routledge, 2006.

SOARES FILHO, Raimundo. Mudança do local da ExpoCrato volta ao debate. **Blog de Altaneira** [Internet], 6 jul. 2011. Disponível em: https://www.blogdealtaneira.com.br/2011/07/mudanca-do-local-da-expocrato-volta-ao.html. Acesso em: 25 abr. 2025.

SOUSA, Jacyane Dantas de. **Discurso, identidade e subjetividade**: uma arquegenealogia da bandeira e das cores nacionais. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2023.

SOUSA, Paulo de Tarso B. A. de. **Ô, de casa! Ô, de fora!** Belas fachadas de casas do Nordeste do Brasil. Crato: Pharol, 2018.

SOUSA, Raimunda Aurilia Ferreira de. **A cidade do Crato na rede urbana cearense**: papel e importância na dinâmica urbana do CRAJUBAR. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFC, Fortaleza-CE, 2015. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/17619. Acesso em: 07 maio 2024.

TAVARES, Sandra. Floresta Nacional do Araripe-Apodi celebra 70 anos. **BRASIL**. **Ministério do Meio Ambiente** [Portal da Internet], Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 27 abr. 2016. Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/noticias/ultimas-noticias/floresta-nacional-do-araripe-celebra-70-anos. Acesso em: 22 jul. 2024.

URCA. Histórico. Universidade Regional do Cariri [Portal da Internet], s/d. Disponível em: http://www.urca.br/portal2/historico/#:~:text=A%20Universidade%20Regional%20do%20Cariri,07%20de%20mar%C3%A7o%20e%201987. Acesso em: 22 jul. 2024.

VAGNER, Madson. Denunciada articulação para tomar Expocrato. **Instagram** [rede social], @blogmadsonvagner, 3 abr. 2015. Disponível em: https://www.instagram.com/blogmadsonvagner/p/DH_aZEauwfx/?img_index=1. Acesso em: 28 abr. 2025.

VALE, Gabriela do (Org.). **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008. Disponível em: https://www.gov.br/mulheres/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas-1/acoes-e-programas-de-gestoes-anteriores/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/pnpm/livreto-mulher.pdf. Acesso em: 24 maio 2025.

VASCONCELLOS, Francisco. O Milagre Juazeiro. **Revista A Província**, n. 4, jan.-jun. 1993, pp. 40-50.

VIANA, José Italo Bezerra. **As muitas artes do Cariri**: relações entre turismo e patrimônio cultural no século XXI. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2017.

VIANA, José Italo Bezerra. **O Instituto Cultural do Cariri e o centenário do Crato**: memória, escrita da história e representações da cidade. 2011. 183 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Ceará, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza-CE, 2011. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/3052. Acesso em: 08 set. 2022

VIANA, José Italo Bezerra. Orgulhosa (mente) cratense: o Instituto Cultural do Cariri e o pensamento intelectual sobre a cidade. (Crato: 1950-1960). **Anais [...]**, ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772005_495b262937ae2519bbf8a4e4ae5b8b24.pdf. Acesso em: 08 set. 2022.

VICELMO, Antônio. Expocrato discute localização. **Diário do Nordeste** [Portal de notícias], Região, 8 jul 2011. Disponível em: https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/expocrato-discute-localizacao-1.538199. Acesso em: 26 abr. 2025.

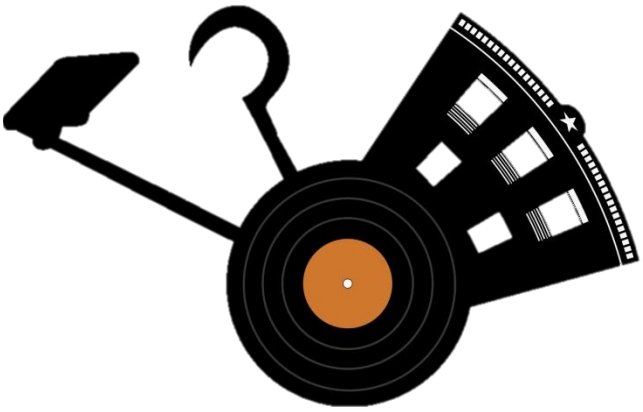
VICELMO, Antônio. Casa do Estudante do Crato será desativada. **Diário do Nordeste** [Portal de notícias], Região, 31 jul 2010. Disponível em: https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/casa-do-estudante-do-crato-sera-desativada-1.393919. Acesso em: 26 abr. 2025.

VICELMO, Antônio. População é contra outro local para Expocrato. **Diário do Nordeste** [portal de notícias], Região, 09 jun. 2009. Disponível em: https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/populacao-e-contra-outro-local-para-expocrato-1.207341. Acesso em: 25 abr. 2025.

VIEIRA, Márcia Paula Chaves. **Poder Legislativo no Ceará**: Geografia do voto e ação política na Assembleia Legislativa. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Curso de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/6416/1/2012-DIS-MPCVIEIRA.pdf. Acesso em: 10 jan. 2025.

VIEIRA, Vanessa Alexandre; SILVA, Maria Icleide Viana da. Resgatando os aspectos históricos da cidade do Crato. Seminário de Iniciação Científica do Instituto Federal do Ceará - Campus Crato. **Anais [...].** Crato: IFCE, v.1, n.1, nov. 2017, p. 2017-220. Disponível em; http://semic.crato.ifce.edu.br/anais/anais2017.pdf. Acesso em: 19 mai. 2025.

APÊNDICE A: MINIBIOGRAFIA DE AUTORES LOCAIS CITADOS



Esse apêndice contém:

- Autores de livros, teses, dissertações e artigos sobre temáticas locais (Crato-CE);
- Autores da revista local, A Província;
- Outros autores (de matérias jornalísticas, publicações locais e textos de opinião) considerados relevantes para a pesquisa.

AUTORES (livros, teses, dissertações e artigos sobre temática local)

ABREU, Roberto Cruz (2017): Atualmente é professor da Rede Estadual do Ceará (SEDUC) e do município de Pentecoste atuando na secretaria do meio ambiente (SEMAM) desenvolvendo programas e ações no fomento da educação ambiental e licenciamento ambiental municipal. É mestre em Geografia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (2017). Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal do Ceará - UFC (2014). Tem experiência na área de Geografia, com ênfase no espaço urbano, cidades médias, urbanização, planejamento urbano e desenvolve atividades relacionadas ao meio ambiente. Tem experiência em educação especial no ensino de Geografia para a formação de alunos surdos. Desenvolve atividades no âmbito da cidade tratando preferencialmente de questões interligadas ao planejamento urbano, meio ambiente, desenvolvimento sustentável, associando a temática ao desenvolvimento da cidadania. Ver: https://http://lattes.cnpq.br/9653764215772938.

ALBUQUERQUE FILHO, Ronald de Figueiredo e (2015): Graduado em História pela Urca (2009) e fez uma especialização em História e Sociologia na mesma universidade em 2011. Em 2015, concluiu o mestrado em História, Cultura e Sociedade pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, com uma dissertação sobre a modernização em Crato, Ceará. Atualmente, está fazendo doutorado em História e Espaços na Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, pesquisando sobre o Caldeirão da Santa Cruz do Deserto e o Campo de Concentração do Burity. Profissionalmente, Ronald já trabalhou como professor do ensino básico no Ceará e como professor de História na Faculdade de Ciências Humanas do Sertão Central/Salgueiro - FACHUSC. Também foi professor substituto no Instituto Federal do Ceará, Campus Tauá. Além disso, é membro do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas - NEABI, contribuindo para a pesquisa e divulgação de temas relacionados a essas comunidades. Para mais Informações acessar em: http://lattes.cnpq.br/3957089741074082

ALENCAR, Ana Karina Gomes (2019): Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal do Ceará (2007), Especialização em Geografia e Meio Ambiente pela Universidade Regional do Cariri (2014) e Mestrado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (2019). Desde 2010 é docente da Rede estadual de educação básica do estado do Ceará (Seduc). Para mais informações acessar: https://www.escavador.com/sobre/1871776/ana-karina-gomes-alencar.

ALENCAR, Johnnys Jorge Gomes (2021): Graduado em História pela Urca (2018). Tem Mestrado em História dos Sertões pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN (2021), com a dissertação "Intelectuais no Sertão: o Club Romeiros do Porvir, a produção e circulação de representações em torno da intelectualidade, da cidade do Crato-CE e dos sertões (1900-1910). Atualmente, é doutorando em História Social do Brasil pela Universidade Federal da Bahia - UFBA. Johnnys Jorge Alencar é membro do Conselho Editorial da Revista de História da UFBA e tem experiência em temas como sertões, cidade, intelectuais, modernidade, região e historiografia. Para mais informações acessar: http://lattes.cnpq.br/4354196815490726. Além disso, ele pesquisa a cultura, história e historiografia do Cariri cearense. Ver em: https://mapacultural.secult.ce.gov.br/agente/69156/.

BRITO, Lúcia Helena de (2007): Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Ceará (1987), mestrado em Educação pela mesma universidade (1995) e doutorado em Sociologia (2007). Atualmente, é Professora Associada na Universidade Estadual do Ceará - UECE, vinculada ao campus FAFIDAM, em Limoeiro do Norte. Sua pesquisa abrange áreas como Teoria Sociológica, Antropologia e Cultura Brasileira, com foco em Cultura Popular, Capitalismo e formas de sociabilidade, Educação, Escola Pública e processos formativos. Lúcia Helena coordena o Grupo de Estudos Capitalismo e Teorias Críticas - CATE/FAFIDAM e integra o corpo docente do Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino - MAIE/UECE. Mais informações em http://lattes.cnpq.br/7931653035871659.

CAITANO, Italo Ronney Ferreira (2018): Graduado em História pela Universidade Regional do Cariri (2009), Possui especialização (2017), e concluiu o Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA) pela Universidade Regional do Cariri (2018). Sua dissertação, intitulada “Hei de te cantar, meu Crato gentil”, focou no ensino da história local no município

do Crato, Ceará. Atuou como professor na Escola Estadual Senador José Bernardo (2012-2014), e na E.E.F. Estado da Paraíba (2014-1018), atualmente é professor na EEEP Maria Violeta Arraes de Alencar Gervaiseau. Ver em: http://lattes.cnpq.br/4958395011042368.

CORTEZ, Ana Isabel Ribeiro Parente (2008): Graduada em História pela Universidade Regional do Cariri (2005), possui mestrado em História Social pela Universidade Federal do Ceará, tendo apresentado a Dissertação intitulada Memórias Descarrilhadas: o trem na cidade do Crato (2008), é doutora em História, com área de concentração em História Social, pela Universidade Federal do Ceará, tendo defendido a Tese O Espaço a serviço do Tempo: a Estrada de Ferro de Baturité e a invenção do Ceará (2015). Atualmente é Professora Adjunto, referência J, lotada no Departamento de História da Urca e leciona no Curso de Graduação em História da Urca e no Mestrado Profissional em Ensino de História - Profhistória. Ver em: https://www.escavador.com/sobre/4122159/ana-isabel-ribeiro-parente-cortez).

CORTEZ, Antonia Otonite de Oliveira (2000): Graduada em Filosofia pela Faculdade de Filosofia do Crato (1984), possui especialização pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, PUC Minas (1991), Mestrado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2000), com a dissertação intitulada "A Construção da Cidade da Cultura: Crato 1889-1960". Atuou como reitora da Universidade do Cariri (2011), e atualmente é professora no curso de História da Universidade Regional do Cariri. Mais informações em: https://www.escavador.com/sobre/8135643/antonia-otonite-de-oliveira-cortez; https://www.funcap.ce.gov.br/2011/06/21/otonite-de-oliveira-cortez-e-nomeada-reitora-da-urca/; http://lattes.cnpq.br/3792207396709806. Recebeu título de cidadania cratense da Câmara Municipal (S. Ordinária nº 48, de 19/09/2011, fl. 143). Obs.: também teve artigo citado no presente trabalho, publicado pela Revista A Província.

COSTA, Francisco Joel Magalhães da (2015): Doutor em Educação, Mestre em Educação, Especialista em Gestão Escolar e Pedagogo pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Tem experiência na área de Educação de Jovens e Adultos; Ensino à distância. Áreas afins: História; História da Educação; Filosofia; Filosofia da Educação. Tem diversas pesquisas desenvolvidas sobre a Diocese do Crato (https://www.escavador.com/sobre/7710891/francisco-joel-magalhaes-da-costa).

CUNHA, Maria Soares da (2012): possui graduação, doutorado e pós-doutorado pela Universidade Federal do Ceará (1994; 2012; 2025), assim como mestrado pela Universidade Federal de Pernambuco (1998) – todos os títulos em Geografia. Atualmente, é professora efetiva do Departamento de Geociências da Universidade Regional do Cariri, atuando nas áreas urbana e humana da geografia (http://lattes.cnpq.br/4483739171425523).

DANTAS, Denise de Menezes (2018): Graduou-se em História na Universidade regional do Cariri (2015), Especialista em História do Brasil pela Universidade Regional do Cariri - URCA (2017), Mestre em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE (2018) na área de concentração Relações de Poder, Sociedade e Ambiente. Ver: http://lattes.cnpq.br/7345221953991224.

DIAS, Carlos Rafael (2019; 1993): graduou-se em História pela Urca (1992), onde atua como Chefe do Departamento de História. Foi Secretário de Cultura, Turismo e Meio Ambiente do Crato (de março de 1998 a dezembro de 2000), Professor de História Geral e História da Igreja no curso Propedêutico do Instituto de Filosofia do Seminário Diocesano São José - Crato (junho de 1998 a abril de 1999), Diretor do Instituto Cultural do Cariri (Instituto Ecológico-Cultural Martins Filho) (2003-2005) e Secretário Geral do Instituto Cultural do Cariri, sendo o primeiro ocupante da cadeira nº 38 da Secção de Letras. Para mais informações: http://lattes.cnpq.br/6355036914911667; https://institutoculturaldocariri.com.br/integrantes/. Obs.: também teve artigo citado no presente trabalho, publicado pela Revista A Província.

FARIAS FILHO, Waldemar Arraes (2007; 2006; 2005)**:** graduou-se em Arquitetura e Urbanismo pela UFPB (1995) e em Engenharia Civil pela Universidade de Fortaleza (1986). Possui mestrado em Administração, pela UFPB (1994) e especialização em docência do Ensino Superior, atuando tanto como professor quanto como projetista – com diferencial na área do patrimônio. Foi o primeiro ocupante da Cadeira "Artes e Ofícios 17", do Instituto Cultural do Cariri. Para mais informações, ver: https://www.escavador.com/sobre/3908498/waldemar-arraes-de-farias-filho; https://institutoculturaldocariri.com.br/integrantes/. Obs.: também teve artigo citado no presente trabalho, publicado pela Revista A Província.

GURGEL, Ana Paula Campos (2008; 2012a; 2012b; 2016): Possui graduação, mestrado e doutorado em Arquitetura e Urbanismo, respectivamente: pela UFRN (2008; 2012) e pela UnB (2016). No âmbito das pós-graduações atuou com temáticas de centralidade(s) da Região Metropolitana do Cariri/CE e de configuração espacial das regiões metropolitanas do interior do Nordeste.

JADE, Dane de (2017): Tendo como nome de registro Rosiane Bezerra de Oliveira, é Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Regional do Cariri (1990), Especialização em Arte Educação pela mesma universidade (1998), Especialização em Curso de Extensão de Gestores e Conselheiros Culturais para o Desenvolvimento pela Universidade Federal do Cariri (2016), atualmente, é doutoranda em Turismo, Lazer e Cultura pela Universidade de Coimbra, Portugal (mais informações em: https://www.escavador.com/sobre/4495753/rosiane-bezerra-de-oliveira#profissional). Foi a primeira ocupante da cadeira "Folclore 6", do ICC (https://institutoculturaldocariri.com.br/integrantes/). Em relação à atuação profissional, atuou como Diretora da Fundação Cultural J. de Figueiredo Filho e Gerente e Assessora de Cultura no SESC Ceará, onde coordenou a Mostra Sesc Cariri e a Mostra Luso-Brasileira em Coimbra/Portugal, foi Secretária de Cultura do município de Crato de 2013 a 2016, e Coordenadora da Escola Vila da Música e do Escritório Regional de Cultura Cariri/Secult Ceará, é Fundadora da ONG Beatos, que promove atividades ligadas ao patrimônio cultural do Cariri, ver em:https://www.festivais.com.br/single-post/2016/09/05/Artigo-Curadoria-de-Festivais-Dane-de-Jade.

LACERDA, Luciana Silveira (2009): Licenciada em Geografia pela Urca; Doutoranda em Ensino e História das Ciências da Terra (Unicamp); Mestre em Geografia pela UFC; Especialista em Geografia e Meio Ambiente pela Urca; Especialista em Gestão de Arranjos Produtivos Locais pela Unifor; Especialista em Docência da Educação Profissional pelo Senac SP; Graduada em Geografia (Urca) e em Pedagogia pela (Uninter), e Graduando em Licenciatura em Turismo (Estácio). Guia de Turismo Regional, Nacional e América do Sul pelo Senac-CE. Atuou como Consultora de Turismo do Sebrae-CE no Programa Araripe (2006 e 2007). Foi membro fundador do Fórum Turismo e Cultura do Cariri desde 1997 e membro do Grupo Gestor do Destino Indutor do Turismo Nova Olinda CE (2009 a 2011) –

ver https://www.escavador.com/sobre/4126448/luciana-silveira-lacerda. Integra o Departamento de Geociências da Urca (http://lattes.cnpq.br/2207975573117422)

LÔBO, James Brito Bezerra (2022): Cratense, Educador e Psicopedagogo Clínico que atende no Bairro Muriti (Crato). Possui Graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú, UVA-CE, Brasil (2005) e Especialização em Psicopedagogia Institucional e Clínica pelo Instituto Vale do Salgado, IVS, Brasil, (2011). Mais Informações em: http://lattes.cnpq.br/7376567944233394; https://www.facebook.com/jamesbrito.lob.

MARQUES, Roberto (2005a; 2005b): Doutor em Antropologia Cultural pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2011), mestre em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (2001). Professor Permanente do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará (PPGS/UECE) e Professor Associado do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Regional do Cariri. Para mais informações, ver: http://lattes.cnpq.br/7700061700590484. Obs.: também teve artigo citado no presente trabalho, publicado pela Revista A Província.

MELO, José Patrício Pereira (2017): Advogado, é professor efetivo da Universidade Regional do Cariri (e já foi reitor dessa instituição). Graduado em Direito pela Universidade Regional do Cariri (1998) e mestre em Direito Constitucional pela Universidade Federal do Ceará (2007), é doutor em Direito Econômico e Socioambiental do Programa de Pós-Graduação em Direito da Puc Curitiba. Quanto à Unesco, é membro do Comitê Científico do Araripe (Global Geopark), avaliador no Programa de Geoparques Mundiais e coordenador do projeto dossiê Chapada do Araripe Patrimônio dá Humanidade (entre 2020 - 2023, em parceria Funcap-Urca-Secult/CE). Ver: https://www.escavador.com/sobre/5453616/jose-patricio-pereira-melo

MELO, Leda Agnes Simões de (2022): Doutora em História Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2020); mestre em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (2015); bacharel e licenciada em História pela Universidade Federal Fluminense (2011), com experiência na área de história comparada Brasil e Argentina no século XX, com centralidade no campo da História Regional. Para mais informações, ver: http://lattes.cnpq.br/5719284549348847.

OLIVEIRA, João César Abreu (publicação com **ABREU**, Roberto Cruz – ver Abreu, 2017): possui graduação em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará (1987), especializações em Geografia pela UFC/CE (1995) e em Ecoturismo pela Universidade Federal de Lavras/MG (2002); mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Ceará (1998), doutorado em Educação pela UFC (2008) e pós-doutorado pela Universidade Federal do Cariri (UFCA). professor associado da Urca e titular do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Campus Crato (IFCE - Crato) – ver https://www.escavador.com/sobre/5893793/joao-cesar-abreu-de-oliveira.

OLIVEIRA FILHO, João César Abreu de; **COSTA**, Otávio José Lemos (2016):
Oliveira Filho tem graduação em Licenciatura Plena em Geografia pela Urca (2011), mestrado em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2014) e doutorado em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE/ProPgeo, 2016). É professor efetivo de Geografia Humana do IFCE (Campus Fortaleza) e professor da Pós-Graduação Latu Sensu em Teoria, Metodologia e Prática de Ensino do IFCE, assim como coordenador e Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa Geografia, Educação e Movimentos Sociais (GEMS) – ver https://www.escavador.com/sobre/4179310/joao-cesar-abreu-de-oliveira-filho.

Costa tem pós-doutorado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e mestrado em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará - UECE. Atualmente é Professor Associado da Universidade Estadual do Ceará, lecionando no curso de graduação e no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UECE. Coordenador do Laboratório de Estudos em Geografia Cultural – LEGEC, desenvolve pesquisas na área de Geografia Cultural, especificamente voltado para as temáticas: Espaço, cultura e patrimônio, paisagem vernacular, Geografia e Cinema. Membro do Grupo de Pesquisa sobre Festas, Identidades e Territorialidades -UFRN. É também membro do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Cidades da Universidade Vale do Acaraú. Membro do Observatório de Paisagens Patrimoniais e Artes Latino-americanas (OPPALA) – ver https://www.escavador.com/sobre/3390412/otavio-jose-lemos-costa.

PEREIRA, Cláudio Smalley Soares (publicação com OLIVEIRA, João César Abreu, 2012): Professor adjunto dos cursos de Geografia (Bacharelado e Licenciatura) da Universidade

Estadual do Ceará (Uece) e do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PropGeo) da mesma instituição. Possui doutorado (2018) e mestrado (2014) em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (FCT/Unesp), Campus Presidente Prudente/SP. Na mesma instituição realizou pós-doutorado em Geografia (2018). Graduado em Geografia (Licenciatura Plena) pela Universidade Regional do Cariri (Urca), Crato, Ceará (2011). É vice coordenador do Laboratório de Estudos Urbanos e da Cidade (Leurc), vinculado aos cursos de Graduação e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Uece (https://www.escavador.com/sobre/7175772/claudio-smalley-soares-pereira).

REIS (2015; 2020): ver **CORTEZ**, Ana Isabel Ribeiro Parente (2008).

REIS JÚNIOR, Darlan de Oliveira (2014): Graduou-se em História - Estudos Sociais, pela Fundação Educacional Rosemar Pimentel (1994), possui Especialização em Sociedade Natureza e a Questão do Poder (1996), Mestrado em História pela Universidade de Vassouras (2001), e Doutorado em História Social pela Universidade Regional do Cariri (2014). Atualmente é Professor da Universidade do Cariri e da Universidade Federal do Ceará. Mais Informações em: http://lattes.cnpq.br/0817519690653905.

SANTOS, Hyago Átilla Sousa dos (2021): Graduou-se em história pela Urca (2018), possui mestrado em História pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE (2021), atuou como Gerente de Avaliação Pedagógica (2021-2023), atualmente é Professor substituto - Seduc. Mais informações em: http://lattes.cnpq.br/8090445693575562.

SEMEÃO, Jane; **GONÇALVES**, José Cláudio Leôncio (2010): **Semeão** é professora do Departamento de História da Universidade Regional do Cariri (Urca) e do Mestrado Profissional em Ensino de História - ProfHistória (Urca). Possui doutorado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul-Ufrgs, mestrado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro-Ufrj, especialização em Teoria e Metodologia da História pela Universidade Federal do Ceará-UFC e graduação em História pela mesma universidade. Atualmente é coordenadora do Laboratório de Pesquisa em História Cultural (LAPEHC) – ver https://www.escavador.com/sobre/5006082/jane-derarovele-semeao-e-silva. **Gonçalves** é mestre em Ensino de História (ProfHistoria/Urca-UFRJ) e atua como professor temporário de História no Ensino Médio do Estado do Ceará. Especialista em Ensino de

História, Suas Metodologias e Pesquisa (Urca/2016). Graduado em Licenciatura Plena em História (Urca/2010), possui experiência no ensino básico público e privado e pesquisa os seguintes temas: Ensino de História, Gênero e Sexualidade (https://www.escavador.com/sobre/2251316/jose-claudio-leoncio-goncalves).

SILVA, Antônia L. da (2018): Graduação em História pela Universidade Regional do Cariri (2005). Especialização em História e Sociologia, pela URCA. Especialização em Ensino de História, suas metodologias e pesquisas, pela Universidade Regional do Cariri (URCA). Mestre em Ensino de História, pelo ProfHistória Urca. Atualmente sou professora da Escola de Ensino Médio José Alves de Figueiredo, da rede pública de ensino Seduc-CE. Atuei como supervisora do Pibid subprojeto História/Urca de 2014 a 218 e do subprojeto pibid Multidisciplinar, de 2018 a 2020. Pesquiso na área de Patrimônio Cultural/Educação Patrimonial. Tenho interesse em temas ligados à História Local, relações de gênero e relações étnico-raciais (https://www.escavador.com/sobre/1174720/antonia-lucivania-da-silva).

SILVA, Jane Derarovele Semeão e (2019): ver **SEMEÃO**, (2010).

SILVA, Meryelle Macedo da (2023): Professora Efetiva- SME Crato-Ce. Doutoranda em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará (UFC); graduada em Pedagogia e em Geografia, pela Urca; mestra em Educação pela Urca (dissertação disponível em: http://www.urca.br/mpe/wp-content/uploads/sites/14/images/pdfs/dissermeryel.pdf); especialização em Geografia e Meio Ambiente pela Urca, onde pesquisou sobre a preservação do patrimônio cultural cratense. Para mais informações, ver: http://lattes.cnpq.br/4686396333929159.

SILVA, Rebecca Isabelle Herculano (2014): Graduação em Tecnologia em Gestão Ambiental (2004 – 2007) pelo Instituto Federal do Ceará e mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável (2012 – 2014) pela Universidade Federal do Ceará. É membra do Leaders Laboratório de Estudos Avançados em Desenvolvimento Regional do Semiárido e do Observatório de Políticas Públicas para Territórios (https://www.escavador.com/sobre/580253/rebecca-isabelle-herculano-silva).

SOUSA, Raimunda Aurilia Ferreira de (2015): Possui graduação em Geografia pela Universidade Regional do Cariri (2012), e em Pedagogia pela Universidade de Santo Amaro - Unisa (2019), possui especialização em Ensino de Geografia pela Faculdade de Juazeiro do Norte - FJN (2012), mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Ceará - UFC (2015), doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE (2020), atualmente atua como Professora adjunta I, na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN. Mais informações em: http://lattes.cnpq.br/7715738002651886.

VIANA, José Italo Bezerra (2011; 2009): Graduado em História Urca (2009), possui mestrado em História pela Universidade Federal do Ceará - UFC (2011), e doutorado pela mesma universidade (2017). Atualmente atua como professor do Estado do Ceará. Mais informações em: http://lattes.cnpq.br/1656152717531701.

VIEIRA, Vanessa Alexandre; **SILVA**, Maria Icleide Viana da (2017): **Vieira** é técnica em Agropecuária e Bacharela em Zootecnia pelo IFCE (campus Crato), mestra em Ciência Animal pela Universidade Federal do Vale do São Francisco, campus Ciências Agrárias (UNIVASF), e doutoranda em Zootecnia na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) – ver https://www.escavador.com/sobre/277738226/vanessa-alexandre-vieira. **Vieira** é mestre em Teologia, especialista em Educação Física Escolar e possui graduações em Educação Física pela Universidade Regional do Cariri (2007) e em Letras - Inglês pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (2005). Atualmente é professora Efetiva do IFCE Campus Crato (https://www.escavador.com/sobre/7218134/maria-icleide-viana-da-silva).

AUTORES RECENTES[430] DE REVISTA LOCAL (A Província – ICC)

ABATH, Edízio (1993): Formado em Direito em 1956, foi promotor de justiça em Milagres entre 1958 e 1959. Contribuiu para a criação da Faculdade de Ciências Econômicas do Crato, onde lecionou, além de ter sido professor na Faculdade de Filosofia do Crato e na Faculdade de Direito, sendo fundador em todas elas. Em 1962, ajudou a estabelecer a seccional da Ordem dos Advogados do Ceará no Crato, sendo o único remanescente dos pioneiros. Em 1972, foi indicado pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal para a lista tríplice de advogados para juiz efetivo do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal e Territórios,

[430] A partir dos anos 1990.

sendo nomeado pelo presidente Garrastazu Médici e empossado em 16 de março para o biênio 1972-1973. Em Brasília, além de advogar, foi diretor da OAB-DF no biênio 1977/1978, chefe da Procuradoria Jurídica da Fundação do Serviço Social do Governo do Distrito Federal e advogado da Carteira Financeira do Banco de Brasília (BRB). Mais informações em: http://www.casadoceara50anos.com.br/index.php/artigos/15-artigos-homenageados/69-fernando-gurgel-de-souza.

BANTIM, José de Paula: Participou da Comissão de Sindicância da diretoria do Instituto Cultural do Cariri Eleita para o Ano Social entre outubro de 1967 e igual mês em 1968, ver em: https://cariridasantigas.com.br/wp-content/uploads/2019/10/revista-12.pdf
Na década de 1970, durante uma crise energética, foi presidente da Câmara Municipal e assumiu temporariamente a prefeitura, tendo recebido engenheiros da Petrobras que exploravam a viabilidade de extração de xisto betuminoso. Além de suas funções políticas, Bantim é conhecido por suas histórias de teor cômico, muitas vezes fruto de sua imaginação, e por sua rotina social na praça Siqueira Campos. Sua trajetória inclui também atuações como engenheiro elétrico, escritor e colaborador do jornal "A Província" (https://issuu.com/revistaaprovincia/docs/aprovincia_33a/s/11546214) e como ocupante (primeiro) da cadeira "Ciências 25", do ICC (https://institutoculturaldocariri.com.br/integrantes/).

BRILHANTE, Telma de Figueiredo: Possui formação em Letras, com Especialização em Língua Portuguesa e Literatura Brasileira. No Ceará, atuou como professora e diretora de escola pública. Em Pernambuco, exerceu os cargos de professora e vice-diretora, além de participar da primeira fase do Projeto de Capacitação de Professores. Participou de encontros do Grupo de Língua Portuguesa e representou o DERE SUL no Seminário de Currículo. Integra a Academia de Letras e Artes do Nordeste (Alane), cadeira 07 (PE); o Instituto Cultural do Cariri (cadeira Artes e Ofícios 12[431]); e a Academia de Letras do Brasil/PE, cadeira 02, onde é a atual presidente. É também sócia correspondente das Academias de Letras Juvenal Galeno (ALJUG) e de Letras e Artes de Fortaleza (ALAF), ambas sediadas em Fortaleza, Ceará. Mais informações em: https://culturanordestina.com.br/blog/telma-brilhante-e-destaque-artistico-literario-de-marco/.

[431] Ver https://institutoculturaldocariri.com.br/integrantes/.

BRITO, George Macário de (2006): era advogado e artista plástico, e atuou como vereador do Crato. Era filho do médico e político (eleito prefeito do Crato e deputado estadual no Ceará), Dr. Humberto Macário de Brito (ver https://www.flaviopintonews.com.br/2023/01/morre-ex-vereador-do-crato-e-artista.html). No ICC, pai e filho foram os primeiros ocupantes das respectivas cadeiras: "Ciências 3" (que tem como Patrono, Antônio Macário de Brito) e "Artes e Ofícios 13" (que tem como Patrono Raimundo Pinheiro Pedrosa [Bruno Pedrosa]) – ver https://institutoculturaldocariri.com.br/integrantes/.

LOPES, Suzana Gomes: Graduada em Bacharelado e Licenciatura de ciências biológicas pela Universidade Regional do Cariri (2007), possui Mestrado em biodiversidade e conservação pela Universidade Federal do Maranhão (2011), Doutorado em Biotecnologia (RENORBIO - 2015), pela mesma Universidade. Atualmente atua como Professora Adjunta I na Universidade Federal do Piaui. Mais informações em: http://lattes.cnpq.br/3669505185138633.

ALMEIDA, Waltécio de Oliveira: Graduado em Ciências Biológicas pela Universidade Federal da Bahia (1996), possui Mestrado em Ciências Biológicas (Zoologia) (1999), Doutorado em Ciências Biológicas (2003), pela mesma universidade, concluiu o Pós-Doutorado em 2006, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Atualmente é Professor Associado da Universidade Regional do Cariri. Desenvolve pesquisas sobre parasitos de animais silvestres e colabora em projetos de bioprospecção molecular. Mais informações em: http://lattes.cnpq.br/9344468891467823.

MOURÃO, Iara: OBS: não foram encontradas muitas informações sobre essa autora. Mas trata-se de uma assistente social que publicou na Revista Itaytera Número 39, ano 1995 (página 124 – Separatismo).

NUVENS, Plácido: Graduado em Filosofia pelo Seminário Provincial de Fortaleza-CE, licenciado e mestre em Teologia pela Pontificia Università Gregoriana de Roma, especialista em Português Superior pela Universidade de Lisboa, e doutor em Ciências Sociais pela Pontificia Università San Tommaso D'Aquino (1973). Foi Prefeito de Santana do Cariri e fundador do Museu de Paleontologia da cidade. Na Urca, exerceu os cargos de coordenador

de curso, diretor de centro e vice-reitor (1996-2003). No ICC foi o primeiro ocupante da cadeira "Letras 23"[432]. Seus campos de pesquisa incluem a Bacia do Araripe, fósseis, Chapada do Araripe e paleontologia, sendo homenageado com a inclusão de seu nome na descrição de fósseis. Mais Informações: http://lattes.cnpq.br/1035016809500736.

VASCONCELLOS, Francisco: não foram encontradas informações sobre esse autor.

OUTROS AUTORES RELEVANTES (matérias jornalísticas, publicações locais e textos de opinião)

[Blog] Coletivo Camaradas: coletivo que congrega pessoas das mais diferentes áreas do conhecimento e dialoga com as diversas linguagens artísticas e expressões culturais (literatura, artes visuais, dança, teatro, circo, música, performance, grupos da tradição etc.), objetiva criar, dentro do fazer estético e artístico, um processo criativo com e para o povo. Visando estabelecer laços de pertencimento, participação e empoderamento, surgiu a finais do ano de 2007, e vem sendo atuante nas políticas locais, reivindicando espaços de valorização das suas propostas, que possuem orientação política de esquerda. Para mais informações, ver: https://mapacultural.secult.ce.gov.br/agente/7718/; https://vermelho.org.br/coluna/o-coletivo-camaradas-e-seu-laboratorio-social/.

Cariri das Antigas. Responsável: **Roberto Júnior**: Fundado em 2014, pelo historiador e escritor Roberto Júnior, o Cariri das Antigas pretende ser um difusor da História do Cariri, fomentando a conscientização e a preservação do patrimônio arquitetônico da região (ver: https://cariridasantigas.com.br/). Socialmente, é tido como uma das maiores referências da história local, logrando grande alcance em suas estratégias de ação. De acordo com texto publicado no banco de dados da Secult CE, o autor desenvolve pesquisas na área de Patrimônio Cultural, História Econômica, História Política, História Social e História Cultural. Foi secretário geral do Instituto Cultural do Cariri (ICC) e Conselheiro de Cultura do Crato, e é atualmente Coordenador de Documentação e Memória da Diretoria de Patrimônio Cultural de Juazeiro do Norte (ver: https://mapacultural.secult.ce.gov.br/agente/103423/).

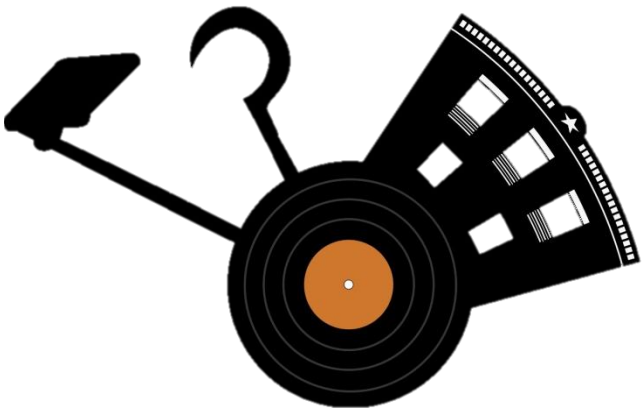
[432] Ver https://institutoculturaldocariri.com.br/integrantes/.

Dihelson Mendonça: de acordo com informações do seu blog, é um cratense multiartista (inclusive musicista, tendo estudado na Sociedade de Cultura Artística do Crato), cronista e jornalista. Segundo ele, nos anos 1990 criou o primeiro sistema de acesso à internet de Crato, e depois, o pioneiro website dedicado à cidade – chamado de "O Crato virtual". No século XXI, divulgou o Cariri cearense por meio de um canal no youtube ("TV Chapada do Araripe") e criou o "Acervo Dihelson Mendonça", que reúne registros visuais da cidade. Mais informações, ver: https://dihelson.blogspot.com/.

Paulo de Tarso B. A. de Sousa: segundo informações do seu livreto publicado ("Ô, de casa! Ô, de fora!", 2018), é psicólogo e escritor, nascido no Crato, mas que morou em Salvador, tendo regressado mais de quatro décadas depois. Sua publicação foi prefaciada por Emerson Monteiro, membro do Instituto Cultural do Cariri, e contou com o auxílio consultivo do arquiteto Waldemar Arraes Farias Filho.

Antônio Vicelmo do Nascimento: jornalista radialista profissional, embora não nascido no Crato, aí estudou e passou a criar raízes. Segundo consta em sua descrição junto ao banco de dados da Secult CE, iniciou sua vida profissional como radialista, na Rádio Araripe do Crato, e depois foi contratado pela Rádio Educadora do Cariri, onde permaneceu, durante 57 anos, como noticiarista e redator. Atuou nessas funções e como repórter em outros espaços, tendo sido um dos fundadores do jornal Diário do Nordeste. Em 2015 publicou o livro "E era só ...50 anos de Jornalismo", evento que contou com a presença do então governador Camilo Santana, entre outros membros da Assembléia Legislativa, do estado. Mais informações, ver: https://mapacultural.secult.ce.gov.br/agente/137269/.

APÊNDICE B: INFORMAÇÕES SOBRE VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DO CRATO ELEITOS ENTRE 2000 E 2020



Esse apêndice contém:

- Tabela com as/os Vereadoras/es eleitos no Crato, por partido (2000-2020);
- Quadro com os Prefeitos e vice-prefeitos (com seus respectivos partidos) do Crato, entre 2000 e 2020;
- Gráfico com a divisão percentual dos gêneros das pessoas eleitas para a Câmara de Vereadores do Crato (2000-2020).

Tabela 3: Vereadoras/es eleitos no Crato, por partido (2000-2020).

PARTIDO	VEREADOR(A)	2020	2016	2012	2008	2004	2000
MDB	ANTONIO MARCOS J. DE SOUZA (Marquim do povão)	■					
	MARCONDE LEITE NASCIMENTO (Marconde da Vila)	■					
PDT	ÉRICO MATHEUS BRITO DUARTE (Matheus Leite)	■					
	LUIS CARLOS DUARTE SOBREIRA SARAIVA (Luis Carlos)	■					
	ANTÔNIO ADIL AMORIM SAMPAIO (Adil)	■					
	MAURICIO ALMEIDA FILHO (Dr. Mauricinho)		■				
	GUILHERME ALVARO MAIA ESMERALDO (Guilherme)						■
	ANTONIO BRASIL DE ALENCAR (Aparecido)						■
	CARLOS LUIZ SOARES LIMAVERDE (Carlos Luiz)						■
PEN	RENAN DE ALMEIDA SILVA (Dr. Renan)		■				
PL	FRANCISCO TAVARES DE OLIVEIRA (Tavares)					■	■
	FRANCISCO GILSON ALVES LIMA (Professor Gilson)					■	■
	NADELSON LOPES DE MORAIS (Dede da Granja)					■	
	JOSE VALBERTO L. ESMERALDO (Valberto do Serrano)						■
PMDB	JOSÉ PEDRO DA SILVA (Galego)			■			
	ANTONIO MARCOS J. DE SOUZA (Marquim do povão)			■			
	PAULO DE TARSO CARDOSO VARELA (Paulo de Tarso)			■			
	FRANCISCO DE ASSIS DE SOUSA AGUIAR (Panca)					■	
	EDMILSON FERREIRA LIMA (Dega)					■	
	ANTONIO BRASIL DE ALENCAR (Aparecido)					■	
	FRANCISCO BEZERRA TELES (Chiquinho Agostinho)						■
	JOSE VALTER BEZERRA DE SOUSA (Valter)						■
PMN	FRANCISCO FÁBIO ALENCAR REIS JR. (Jr. da Cachoeira)	■					
	MARIÂNGELA A. G. DE OLIVEIRA (Mariângela Bandeira)	■					
	VICENCIA LEANDRO PINHEIRO (Vicencia)		■				
	JALES DUARTE VELLOSO (Jalles Veloso)					■	
PP	THIAGO ARAGÃO ESMERALDO (Thiago Esmeraldo)	■	■	■			
	JOSÉ NILTON BRASIL (Fernando Brasil)	■	■				

	CELSO OLIVEIRA RODRIGUES (Celso dos Frangos)	
	FRANCISCO AILTON ESMERALDO (Dr. Ailton)	
	JALES DUARTE VELLOSO (Jalles Veloso)	
	FLORISVAL SOBREIRA CORIOLANO (Florisval)	
	ANTONIO APOLINARIO NETO (Apolo)	
PPL	FRANCISCO XENOFONTE MORAIS (Antonio de Mano)	
PPS	FRANCISCO HELDER DE OLIVEIRA FRANÇA (Guer)	
Pros	FRANCISCO HEBERT PEREIRA BEZERRA (Nando Bezerra)	
	GABRIEL BATISTA DE FIGUEIREDO (Gabriel Figueiredo)	
PRTB	FLORISVAL SOBREIRA CORIOLANO (Florisval)	
PSB	JOSÉ MORAES BRITO (Dr. Dudé Moraes)	
	ALLEKSON RAMON SARAIVA CAVALCANTE (Alex Saraiva)	
	LUCAS GONÇALVES BRASIL (Lucas Brasil)	
	JALES DUARTE VELLOSO (Jalles Veloso)	
	JOSÉ NILTON BRASIL (Fernando Brasil)	
	PEDRO EUGENIO MAIA MOREIRA (Pedro Alagoano)	
	CARLOS ORLANDO BEZERRA MORAIS (Carlos Orlando)	
	JOANA MARIA PEDROZA MACHADO (Joana Pedroza)	
PSC	FRANCISCO FELIX DA SILVA (Tico)	
	ANTÔNIO ADIL AMORIM SAMPAIO (Adil)	
	LUIZ CARLOS OLIVEIRA CAVALCANTE (Luiz Cory)	
PSD	PEDRO EUGENIO MAIA MOREIRA (Pedro Alagoano)	
	JOSE JOAO ALVES DE ALMEIDA (Lunga)	
	NÁGILA MARIA ROLIM GONÇALVES (Nagila)	
	JOSE HUBERTO TAVARES DE OLIVEIRA (Profesor Bebeto)	
	LUIZ WELLINGTON BRANDAO (Wellington Brandão)	
PSDB	TICIANA FERREIRA CANDIDO FRANÇA (Ticiana de Guer)	
	FRANCISCO HELDER DE OLIVEIRA FRANÇA (Guer)	
	DARCIO LUIZ DE SOUZA (Darcio Luiz)	
	NADELSON LOPES DE MORAIS (Dede da Granja)	
	EDMILSON FERREIRA LIMA (Dega)	
	ANTONIO FERREIRA LEITE (Antonio	

	Leite)	
	EDVARDO RIBEIRO DA SILVA (Edvardo Ribeiro)	
	ANDRE BARRETO ESMERALDO (Andre Barreto)	
PSL	RAIMUNDO NONATO SEVERINO DA SILVA (Nonato)	
	LUIS CARLOS DUARTE SOBREIRA SARAIVA (Luis Carlos)	
	LUCIANO SARAIVA FAUSTINO (Luciano Saraiva)	
PT	PEDRO NETO LOBO SOARES (Pedro Lobo)	
	TANCREDO RIBEIRO DA SILVA (Tancredo)	
	MARIA DE LOURDES P. TELES (Prª. Lourdes de Carlim)	
	RAIMUNDO AMADEU DE FREITAS (Amadeu de Freitas)	
	MARIA GOMES GUEDES (Mara)	
	RAIMUNDO VALDETARIO BRITO SIEBRA (Dr. Valdetário)	
PT do B	FRANCISCO GILSON ALVES LIMA (Professor Gilson)	
PTB	FRANCISCO HEBERT PEREIRA BEZERRA (Nando Bezerra)	
PTC	FLORISVAL SOBREIRA CORIOLANO (Florisval)	
PTN	ROBERTO PEREIRA ANASTÁCIO (Bebeto)	
	JALES DUARTE VELLOSO (Jalles Veloso)	
	ESPEDITO ANCELMO TELES (Espedito Ancelmo)	
PV	RAIMUNDO SOARES DA SILVA (Guri)	
	HENRIQUE ANTONIO BRITO LEITE (Henrique Leite)	
	ANDRE BARRETO ESMERALDO (Andre Barreto)	
	FLORISVAL SOBREIRA CORIOLANO (Florisval)	
	FRANCISCO AILTON ESMERALDO (Dr. Ailton)	
	SUPLENTES	
PSDB	GEORGE HUGO SILVA MACÁRIO DE BRITO[433]	
PC do B	ROBÉRIO ALVES NOGUEIRA (professor Robério)	

Fonte: autora (2024)[434].

[433] Nas eleições de 2008, ficou como suplente pelo PSDB, tendo assumido o cargo de vereador em 2011, substituindo o vereador licenciado Nadelson Lopes (Caitano, 2018).

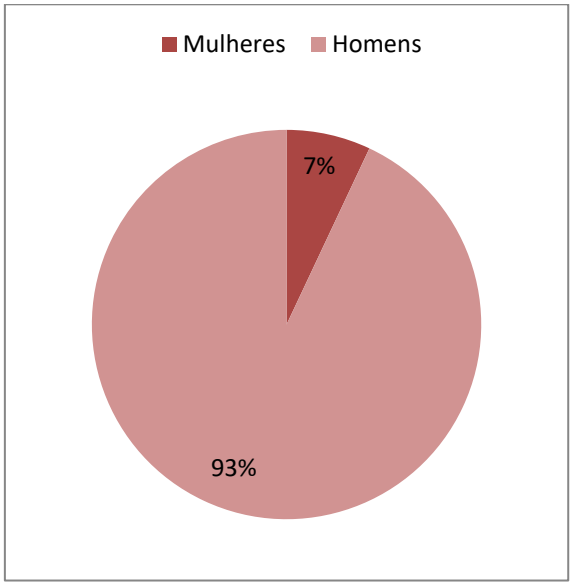
[434] Com base em dados do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TER/CE). OBS: vereadores que foram eleitos por partidos diferentes tiveram seu nome destacado (por cores) para assinalar.

Quadro 2: Prefeitos e vice-prefeitos (com seus respectivos partidos) do Crato entre 2000 e 2020.

2020	prefeito	JOSÉ AILTON DE SOUSA BRASIL	PT
	vice	ANDRÉ BARRETO ESMERALDO	PT
2016	prefeito	JOSÉ AILTON DE SOUSA BRASIL	PP
	vice	ANDRÉ BARRETO ESMERALDO	PDT
2012	prefeito	RONALDO SAMPAIO GOMES DE MATTOS	PMDB
	vice	RAIMUNDO COELHO BEZERRA DE FARIAS FILHO	PPS
2008	prefeito	SAMUEL VILAR DE ALENCAR ARARIPE	PSDB
	vice	RAIMUNDO COELHO BEZERRA DE FARIAS FILHO	PPS
2004	prefeito	SAMUEL VILAR DE ALENCAR ARARIPE	PSDB
	vice	FABIOLA ALENCAR	PP
2000	prefeito	WALTER PEIXOTO	PP
	vice	SAMUEL VILAR DE ALENCAR ARARIPE	PPS

Fonte: autora (2024)[435].

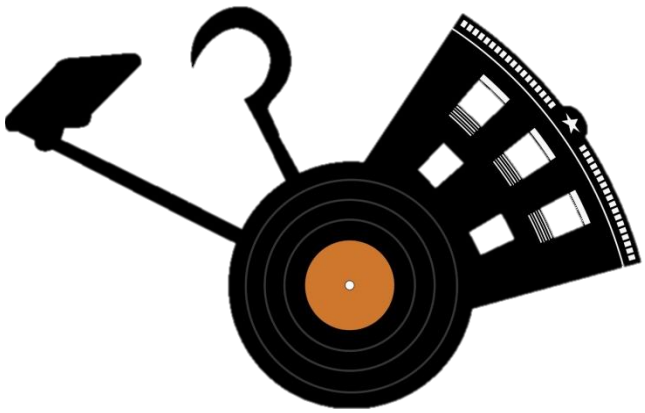
Gráfico 2: divisão percentual dos gêneros das pessoas eleitas para a Câmara de Vereadores do Crato (2000-2020).



Fonte: autora (2024)[436].

[435] Com base em dados do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TER/CE).
[436] Com base em dados do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TER/CE).

APÊNDICE C: INFORMAÇÕES SOBRE DEMOLIÇÕES OCORRIDAS NO CENTRO HISTÓRICO DO CRATO



Esse apêndice contém:

- Tabela informativa sobre as edificações e referências de pesquisa e de fotos;
- Cartografia e imagens ilustrativas de edificações do centro histórico do Crato que foram demolidas.

Tabela 4: informações sobre edificações, do centro histórico do Crato-CE, demolidas (total ou parcialmente), incluindo fontes (de pesquisa e das imagens utilizadas no mapa constante no mesmo apêndice).

	EDIFICAÇÃO OU CONJUNTO	LOCALIZAÇÃO	DATA DA DEMOLIÇÃO	FONTES E INFORMAÇÕES ADICIONAIS
1	Mercado Redondo	Por trás da atual Prefeitura, entre a Av. José Alves de Figueiredo ("rua do canal") e a Rua José Carvalho)	início da década de 1970	Informação demolição: historiador Adeildo de Sousa, em postagem feita no perfil do *Facebook* "Meória Histórica do Crato" (disponível em: https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1375923419205236&id=292529590877963&set=a.297621743702081&locale=pt_BR); ratificada por filmagem de 1969 (https://www.youtube.com/watch?v=bh4ky6uKqak) na qual ainda se pode identificar o mercado. Foto antiga: Acervo de José Kleber Calou Filho, disponibilizado em 6 de abr. 2012, pelo *blog*: https://lineshader.blogspot.com/2012/04/fotos-do-crato-antigo.html. Acesso em 28 maio 2025. Foto atual: Fernanda Rocha (01 jun. 2025).
2	Mercado da Carne	Duas frentes: uma para a Rua José Carvalho e outra para a Rua Santos Dumont	1948	Informação demolição: Farias Filho (2007, p. 125); Fonte da imagem antiga: "R. Formosa na década de 1930" - do acervo de Lúcia Castro, disponível em Farias Filho (2007, p. 229); foto atual: Fernanda Rocha (01 jun. 2025). OBS: No atual Shopping Popular do Crato (antigo Camelódromo).
3	Chalé parcialmente demolido	R. Dr. João Pessoa, 234	1994 (ou antes)	Informação de demolição: Estão... (1994). Foto antiga: catálogo IBGE (foto de Nilo Bernardes, em fev. 1962; ID: 10578; Código de Localidade: 230420). Foto atual: Fernanda Rocha (01 jun. 2025). OBS: Onde funciona uma loja da Zenir.
4	Bar ideal	Rua Santos Dumont, 72	agosto de 2006	informação demolição: Rebecca Silva (2014, p. 77); foto antiga: Almanaque do Cariri (1949 *apud* Cariri das Antigas) - disponível em: https://www.facebook.com/photo/?fbid=2847637515352904&set=a.829036683879674). Foto atual: Fernanda Rocha (01 jun. 2025). OBS: atual Ed. Valdemiro Paz de Souza.
5	Mercado da Arapuca / das Frutas	Trecho da Rua Bárbara de Alencar entre as ruas Senador Pompeu e Dr. João Pessoa	1948	Informação da demolição: Farias Filho (2007, p. 123); foto antiga: "Travessa da Califórnia na década de 1920" - do acervo de Lúcia Castro, disponível em Farias Filho (2007, p. 229); Foto atual: Fernanda Rocha (01 jun. 2025). OBS: no trecho correspondente aos prédios do atual Banco do Brasil e do antigo Banco Caixeiral.

6	Clube da Rapadura (edifício da Crato Clube)	R. Senador Pompeu, 211	Final dos anos 1980	Informação demolição: historiador Roberto Júnior (Cariri das Antigas), a partir de fontes orais; Foto antiga: fotografia de Alfredo Freire, postada por Pedro Ivan Correia Pedro, no *Facebook*, em 22 de abril de 2021 (https://www.facebook.com/photo?fbid=3965482333542350&set=gm.768877867095243); foto atual: Fernanda Rocha (01 jun. 2025). OBS: atual Gigi Tecidos.
7	União Artística Beneficente do Crato	R. José Carvalho, 307	s/d	Informação demolição: não encontrada; Foto antiga: *Facebook* "Memória Histórica do Crato" (https://www.facebook.com/historiadocrato/photos/pb.100067735033384.-2207520000/2308712159259686/?type=3); foto atual: Fernanda Rocha (01 jun. 2025). Obs: atual Estacionamento e Lava Jato.
8	Edifício Filgueira Teles	R. José de Alencar, 26 (esquina com a R. Dr. Miguel Lima Verde)	final dos anos 2000	Informação demolição: historiador Adeildo de Sousa, em postagem de 23 de maio de 2020, no *Facebook* dia (Disponível em: https://www.facebook.com/cratodeontem/posts/lanchonete-cinel%C3%A2ndia-anos-90-o-empreendimento-ficava-localizado-no-t%C3%A9rreo-do-ed/573453566644171/); Foto antiga: catálogo IBGE, ID: 35163; Código de Localidade: 2304202 (disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=435163); foto atual: Fernanda Rocha (04 jun. 2025). OBS: onde funcionaram o "Grande Hotel", a "Lanchonete Cinelândia" e a "Sorveteria Glória", em frente à Pç. Siqueira Campos.
9	Casa dos Leões	Esquina entre as ruas José de Alencar e Dr. Miguel Lima Verde	por volta da década de 1970	Informação da demolição: historiador Roberto Júnior (Cariri das Antigas), a partir de fontes orais, reforçada por texto de Adeildo de Sousa, no perfil do *Facebook* "Crato de Ontem" (https://www.facebook.com/cratodeontem/posts/antiga-ag%C3%AAncia-do-bec-banco-em-crato-anos-90-constru%C3%ADdo-nos-anos-70-o-banco-func/212559759400222/); foto antiga: https://www.facebook.com/photo/?fbid=294493350681587&set=a.292536287543960; foto atual: Fernanda Rocha (01 jun. 2025). OBS: localizada em frente à praça Siqueira Campos, também foi Palace Hotel.
10	Imóveis da Rua Dr. Miguel Lima Verde	Rua Dr. Miguel Lima Verde	1994 (ou antes).	Informação da demolição: Estão...(1994); foto antiga: Acervo Ari Figueiredo (s/d). Foto atual: Fernanda Rocha (01 jun. 2025).
11	Sobrado e Bar do Alagoano	Rua Dr. Miguel Lima Verde, 555/68	1994 (ou antes)	Informação da demolição e foto antiga: ESTÃO... (1994); Foto atual: Fernanda Rocha (01 jun. 2025). OBS: atuais Shop do Bolo e Banco Santander.
12	Imóveis da Pç. da Sé	R. Dr. Miguel Lima Verde. Na antiga Casa de Bárbara de Alencar, hoje funciona a	Casa de B. de Alencar (1937)	Sobre a demolição: Sousa (2015, p. 26) e Paes (2021, p. 171) [SOUSA, Kelyane Silva de. B**árbara de Alencar**: relações de gênero de e poder no cariri cearense. 2015. 114 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico ou Profissional em 2015) - Universidade Estadual do Ceará, 2015. Disponível em: http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=111574. Acesso em: 02 jun. 2025] + [PAES, Pedro Henrique da Silva. **"'Preciosidades e relíquias históricas dignas de serem tombadas'**: Gustavo Barroso e o patrimônio cearense na querela intelectual modernista (1934-1959)". Dissertação

13	Casa de Bárbara de Alencar	Secretaria da Fazenda (SEFAZ) de Crato [nº 614]		(Mestrado em História) - Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração em História e Espaços, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2021]; Foto antiga: Rede de Arquivos IPHAN (Disponível em: https://acervodigital.iphan.gov.br/xmlui/handle/123456789/22232?discover?rpp=10&etal=0&query=Crato) ; Foto atual: Fernanda Rocha (01 jun. 2025).
14	Casa de Câmara e Senado	Rua Dom Quintino, 244	final da década de 1950	Informação da demolição: Gurgel (2012b, p. 66); foto antiga: Rede de Arquivos IPHAN (Disponível em: https://acervodigital.iphan.gov.br/xmlui/handle/123456789/22224?discover?rpp=10&etal=0&query=Crato) . Foto atual: Fernanda Rocha (01 jun. 2025). OBS: também denominada "Casa do Senado da Câmara" ou "Casa do Júri", já abrigou o Museu dos Fósseis.
15	Grupo Escolar Teodorico Teles de Quental	Rua Padre Sucupira, 13	1995 (ou antes)	Informação da demolição: Brilhante (1995); foto antiga: https://www.facebook.com/photo/?fbid=295365720594350&set=a.292536287543960. Foto atual: Fernanda Rocha (02 jun. 2025). OBS: em frente à Pç. da Sé, esquina com a Rua Leandro Bezerra; também funcionou como Colégio Santa Inês.
16	Gráfica do Jornal "A Ação"	Rua Dom Quintino, s/n	1995 (ou antes)	Informação da demolição: Brilhante (1995); foto 19--: Catálogo IBGE (ID: 35176; Código de Localidade: 2304202). Foto atual: Fernanda Rocha (01 jun. 2025). OBS: antes, foi auditório do Colégio Sta. Tereza de Jesus.
17	Parque Municipal do Crato	atual Praça Alexandre Arraes	Início dos anos 2000	Informação demolição: pesquisa de Adeildo de Sousa, disponível em: https://www.facebook.com/photo.php?fbid=734888918682659&id=100064846716071&set=a.460996719405215. Também disponível em: https://www.instagram.com/p/CrWVSy9uDE2/. Fonte imagem antiga: *Facebook* "Amigas e Amigos do Parque Municipal de Crato" (https://encrypted-tbn0.gstatic.com/images?q=tbn:ANd9GcQNx8KjDZnjOBgNEsjvqE_MrkS8Cz0x1T0-f5rc9Uq9PD9_cG_ijQ2NzliW5fqvYiWCtpE&usqp=CAU); foto atual: Fernanda Rocha (01 jun. 2025).
18	Colégio São João Bosco	Rua Dom Quintino, 913 (atual SCAC)	1970	Informação demolição: postagem de Pedro Ivan Correia Pedro, em 23 fev. 2024, no perfil do *Facebook* "O Crato de Outrora" (disponível em: https://www.facebook.com/groups/725169854799378/posts/1359276384722052/?__rdr); foto antiga: grupo do *Facebook* "O Crato de Outrora" (https://www.facebook.com/photo/?fbid=9700258020064724&set=g.725169854799378); foto atual: Fernanda Rocha (01 jun. 2025).

Fonte: autora (2025).

DEMOLIÇÕES DO CENTRO HISTÓRICO DO CRATO-CE

Mapa e fotografias (atuais e anteriores) de edificações demolidas (total ou parcialmente)



LEGENDAS

- Quadras inseridas no Centro Histórico
- Quadras adjacentes ao Centro Histórico
- Unidade de Preservação Ambiental
- Praças
- Perímetro do Centro Histórico
- Hidrografia Rio Granjeiro
- Linha Férrea

1. Mercado Redondo
2. Mercado da Carne
3. Chalé
4. Bar Ideal
5. Mercado da Arapuca/ da fruta
6. Clube da Rapadura
7. União Artística Beneficente
8. Edifício Filgueira Teles
9. Casa dos Leões
10. Visual Rua Dr. Miguel Lima Verde
11. Bar do Alagoano e sobrado
12. Visual Praça da Sé
13. Casa de Bárbara de Alencar
14. Casa de Câmara e Cadeia
15. Colégio Santa Inês
16. Gráfica do jornal "A Ação"
17. Parque Municipal
18. Colégio São João Bosco

























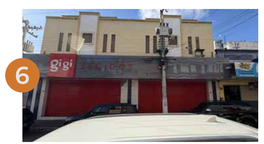


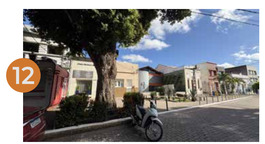








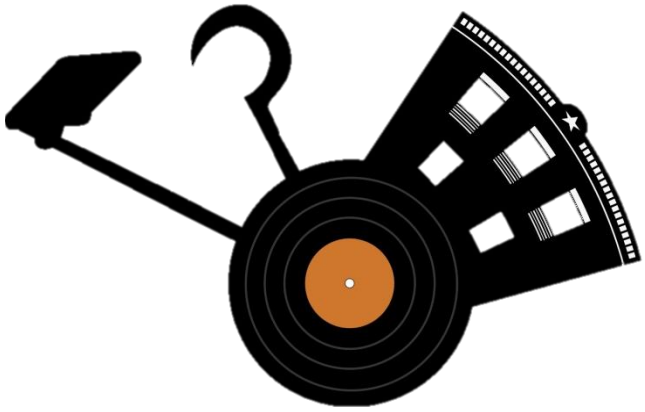






Referência: OLIVEIRA, Fernanda Rocha de. Reflexos do dispositivo identitário nas políticas de valorização de bens culturais do "Cratim de Açúcar". Tese (doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2025.
Pesquisa: Fernanda Rocha de Oliveira, Aristides Tavares de Figueiredo e Waldemar Arraes Farias Filho. Cartografia e projeto gráfico: Ana Clara Benjamin (com base em mapa da prefeitura municipal do Crato). Diagramação: Rebeca Oliveira Sousa. Fontes das imagens: vide tabela anexa à prancha gráfica.

APÊNDICE D: MAPAS E IMAGENS DAS REFERÊNCIAS CULTURAIS DO CRATO MAIS CITADAS NA PESQUISA



Esse apêndice contém:

- Tabela informativa sobre as referências culturais, incluindo eventuais proteções incidentes e fontes de imagens ilustrativas utilizadas;
- Cartografia e imagens ilustrativas de referências culturais materiais do Crato, divididas em três pranchas gráficas:
    - Prancha 1/3 = escala ampliada;
    - Prancha 2,/3 = escala intermediária;
    - Prancha 3/3 = escala aproximada.

Tabela 5: referências culturais materiais do Crato que aparecem na tese, com informações sobre proteções legais e fontes das imagens utilizadas no mapa constante no mesmo apêndice.

	REFERÊNCIA CULTURAL CITADA	FONTE DA FOTO	PROTEÇÃO
	PRANCHA 1/3: ESCALA AMPLIADA		
1	Chapada do Araripe	Fernanda Rocha (26/07/24)	CE
2	Parque Estadual Caldeirão da Santa Cruz	Roberto Júnior (jan. 2023)	TE
	PRANCHA 2/3: ESCALA INTERMEDIÁRIA (AMPLIAÇÃO 1)		
3	Centro Cultural do Cariri (antigo Hospital Manuel de Abreu)	Fernanda Rocha (01/06/25)	TM
4	Parque Estadual Sítio Fundão	Fernanda Rocha (out. 2022)	TE
5	Sítio Bebida Nova	Fernanda Rocha (18/05/25)	TE
6	Balneário da Nascente e antiga Hidrelétrica	Fernanda Rocha (18/05/25)	Não possui
7	Clube Recreativo Grangeiro	Fernanda Rocha (01/06/25)	Não possui
8	Estádio Mirandão	Fernanda Rocha (01/06/25)	Não possui
9	Monumento a Nossa Senhora de Fátima (ou Estátua)	Fernanda Rocha (22/07/25)	Não possui
10	antigo Campo de Concentração do Buriti	Fernanda Rocha (15/05/25)	Não possui
	PRANCHA 3/3: ESCALA APROXIMADA (AMPLIAÇÃO 2)		
11	Paço Municipal	Fernanda Rocha (01/06/25)	Não possui
12	Seminário São José	Fernanda Rocha (18/05/25)	Não possui
13	Praça Juarez Távora	Fernanda Rocha (01/06/25)	Não possui
14	Encosta do Seminário (e via paisagística)	Fernanda Rocha (18/05/25)	Não possui
15	Praça Siqueira Campos	Fernanda Rocha (01/06/25)	Não possui
16	Prédio dos Correios	Fernanda Rocha (01/06/25)	Não possui
17	Praça Francisco Sá (Coluna da Hora e monumento Cristo Rei)	Fernanda Rocha (01/06/25)	Não possui
18	Conjunto da Estação Ferroviária (RFFSA)	Fernanda Rocha (01/06/25)	TE
19	Igreja da Penha (ou Igreja da Sé, Matriz)	Fernanda Rocha (18/05/25)	Não possui
20	antiga Casa de Câmara e Cadeia	Fernanda Rocha (27/05/25)	TE
21	Praça da Sé	Fernanda Rocha (18/05/25)	Não possui
22	Colégio Diocesano	Fernanda Rocha (11/05/25)	Não possui
23	Praça Alexandre Arraes (e Quadra Bi-centenário)	Fernanda Rocha (01/06/25)	Não possui
24	Sociedade de Cultura Artística do Crato / Teatro Raquel de Queiroz	Fernanda Rocha (01/06/25)	TM
25	Cemitério N.Sr.a da Piedade	Fernanda Rocha (04/06/25)	Não possui
26	Escola de Ensino Fundamental Alexandre Arraes	Fernanda Rocha (18/05/25)	Não possui
27	Instituto Cultural do Cariri (ICC)	Fernanda Rocha (01/06/25)	Não possui
28	Parque de Exposição Pedro Felício Cavalcanti (Expocrato)	Fernanda Rocha (01/06/25)	Não possui
29	Crato Tênis Clube (CTC)	Fernanda Rocha (01/06/25)	Não possui
30	Colégio Estadual (Colégio Wilson Gonçalves)	Fernanda Rocha (11/05/25)	Não possui

LEGENDA: CE = Chancela Estadual | **TE** = Tombamento Estadual | **TM** = Tombamento Municipal

Fonte: autora (2025).

MAPA DE REFERÊNCIAS CULTURAIS MATERIAIS DO CRATO

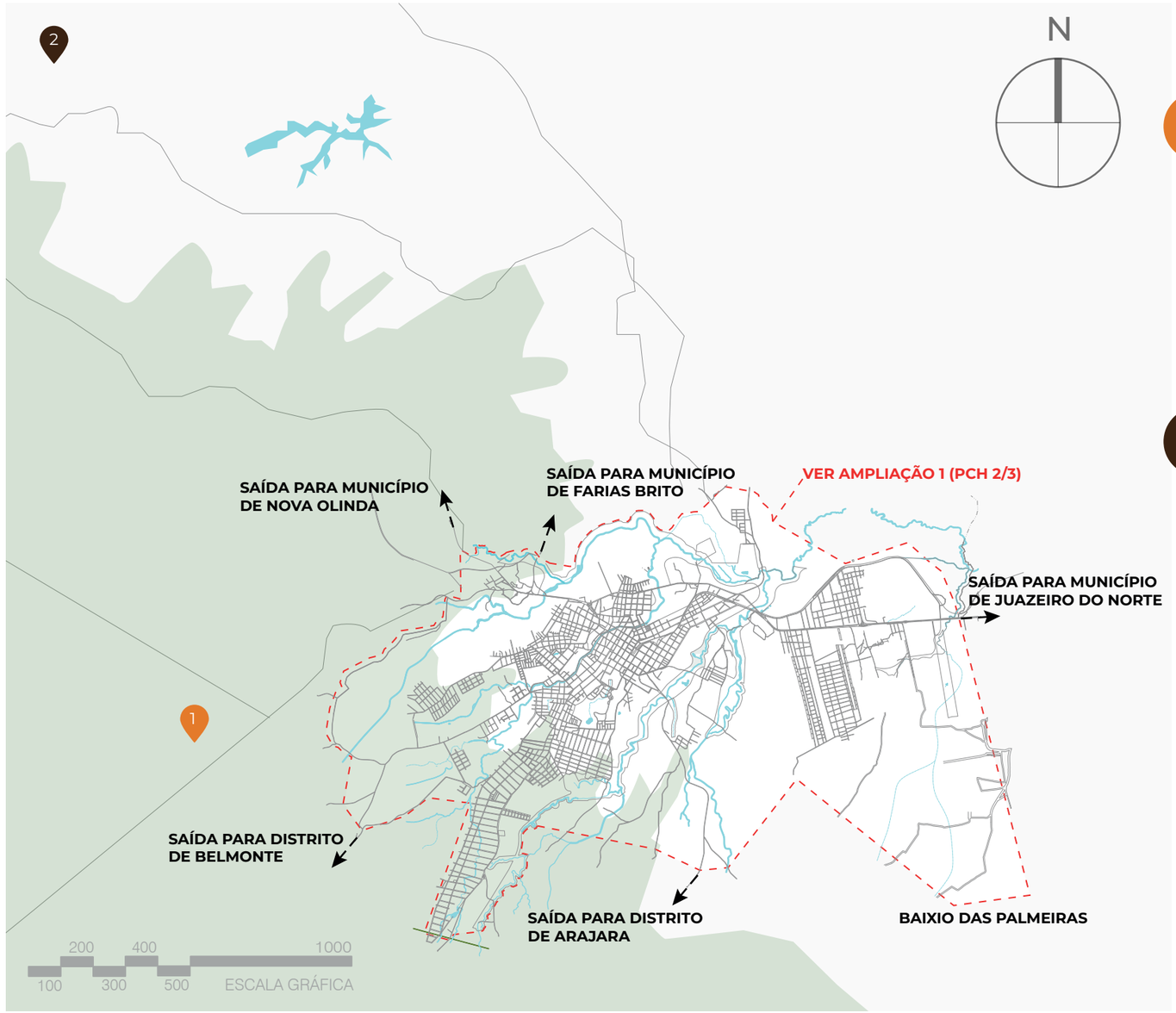
ESCALA AMPLIADA (PCH 1/3)

LEGENDAS

- Quadras
- Chapada
- Hidrografia
- Ampliação

- Tomb. Estadual
- Chancela

1. Chapada do Araripe
2. Parque Estadual Caldeirão da Santa Cruz



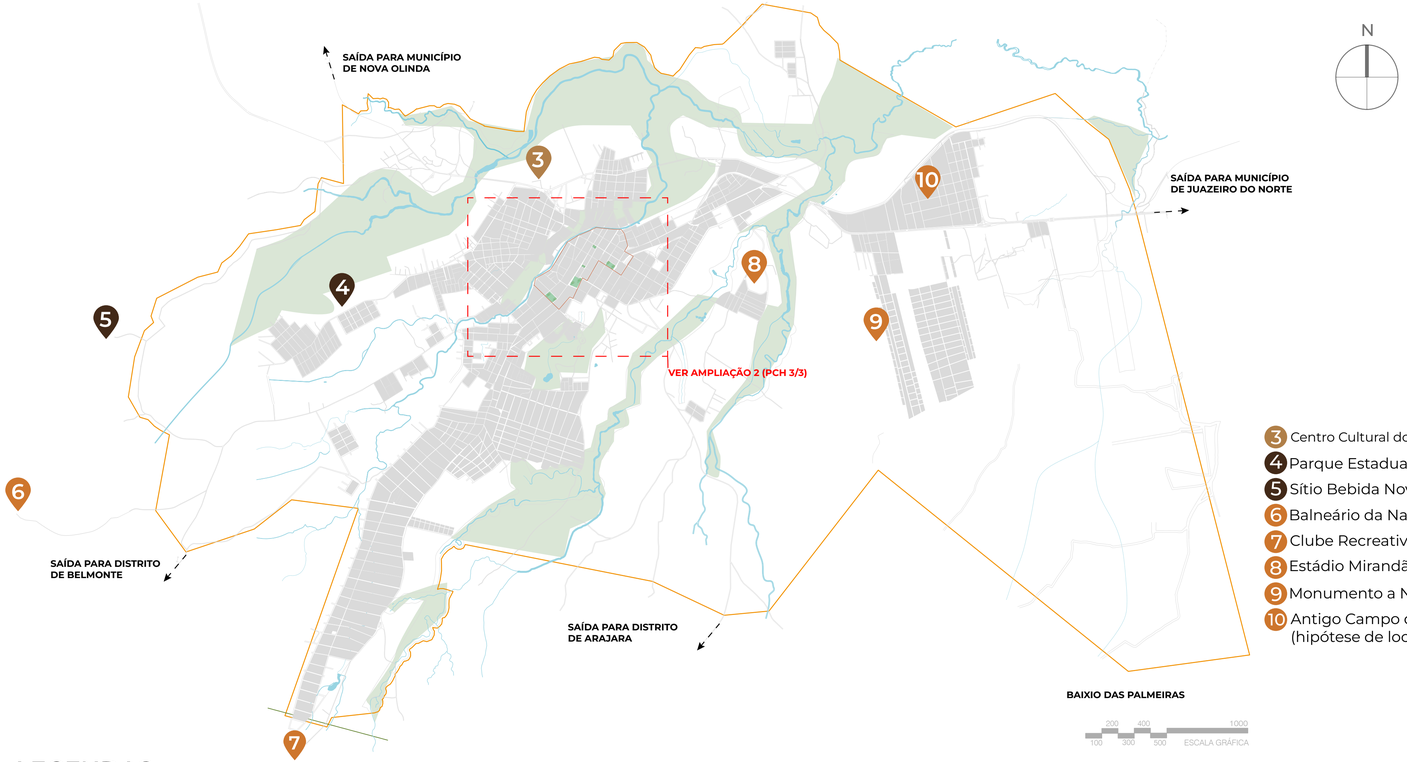




Referência: OLIVEIRA, Fernanda Rocha de. Reflexos do dispositivo identitário nas políticas de valorização de bens culturais do "Cratim de Açúcar". Tese (doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2025.
Pesquisa: Fernanda Rocha de Oliveira, Aristides Tavares de Figueiredo e Waldemar Arraes Farias Filho. Projeto gráfico: Ana Clara Benjamin e Líverny Chaves. Cartografia e diagramação: Líverny Chaves (com base em mapa da prefeitura municipal do Crato). Fontes das imagens: vide tabela anexa à prancha gráfica.

MAPA DE REFERÊNCIAS CULTURAIS MATERIAIS DO CRATO

AMPLIAÇÃO 1: ESCALA INTERMEDIÁRIA (PCH 2/3)



3 Centro Cultural do Cariri (antigo Hospital Manuel de Abreu)
4 Parque Estadual Sítio Fundão
5 Sítio Bebida Nova
6 Balneário da Nascente e antiga Hidrelétrica
7 Clube Recreativo Grangeiro
8 Estádio Mirandão
9 Monumento a Nossa Senhora de Fátima (ou Estátua)
10 Antigo Campo de Concentração do Buriti (hipótese de localização)

















LEGENDAS

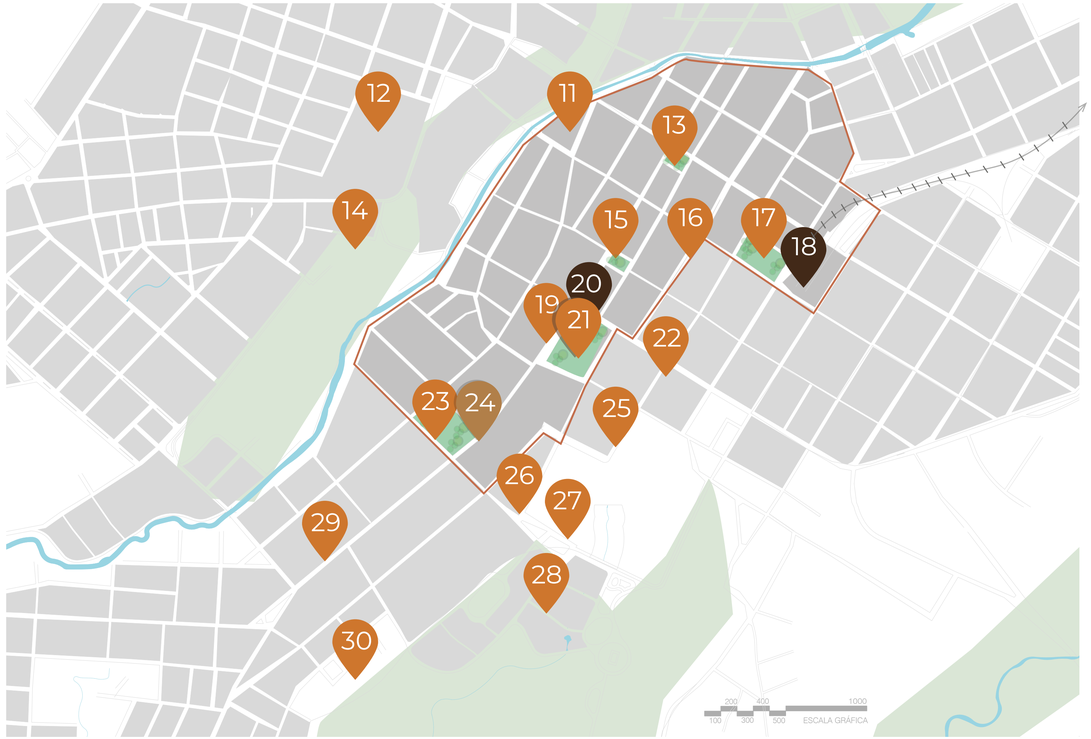
- Quadras inseridas no Centro Histórico
- Quadras adjacentes ao Centro Histórico
- Unidade de Preservação Ambiental
- Ampliação
- Praças
- Perímetro do Centro Histórico
- Hidrografia Rio Granjeiro
- Tomb. Municipal
- Tomb. Estadual
- Sem Proteção Legal

Referência: OLIVEIRA, Fernanda Rocha de. Reflexos do dispositivo identitário nas políticas de valorização de bens culturais do "Cratim de Açúcar". Tese (doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2025.

Pesquisa: Fernanda Rocha de Oliveira, Aristides Tavares de Figueiredo e Waldemar Arraes Farias Filho. Projeto gráfico: Ana Clara Benjamin e Líverny Chaves. Cartografia e diagramação: Líverny Chaves (com base em mapa da prefeitura municipal do Crato). Fontes das imagens: vide tabela anexa à prancha gráfica.

MAPA DE REFERÊNCIAS CULTURAIS MATERIAIS DO CRATO

AMPLIAÇÃO 2: ESCALA APROXIMADA (PCH 3/3)



N

11 Paço Municipal
12 Seminário São José
13 Pç.Juarez Távora
14 Encosta do Seminário (e via paisagística)
15 Praça Siqueira Campos
16 Prédio dos Correios
17 Praça Francisco Sá (Coluna da Hora e monumento Cristo Rei)
18 Conjunto da Estação Ferroviária (RFFSA)
19 Igreja da Penha (ou Ig. da Sé, Matriz)
20 Antiga Casa de Câmara e Cadeia
21 Praça da Sé
22 Colégio Diocesano
23 Praça Alexandre Arraes (e Quadra Bi-centenário)
24 Sociedade de Cultura Artística do Crato / Teatro Raquel de Queiroz
25 Cemitério N. Sra. da Piedade
26 Escola de Ensino Fundamental Alexandre Arraes
27 Instituto Cultural do Cariri (ICC)
28 Parque de Exposição Pedro Felício Cavalcanti (Expocrato)
29 Crato Tênis Clube (CTC)
30 Colégio Estadual (Colégio Wilson Gonçalves)









































LEGENDAS

- Quadras inseridas no Centro Histórico
- Quadras adjacentes ao Centro Histórico
- Unidade de Preservação Ambiental
- Praças
- Perímetro do Centro Histórico
- Hidrografia Rio Granjeiro
- Linha Férrea
- Ampliação
- Tomb. Municipal
- Tomb. Estadual
- Sem Proteção Legal

Referência: OLIVEIRA, Fernanda Rocha de. Reflexos do dispositivo identitário nas políticas de valorização de bens culturais do "Cratim de Açúcar". Tese (doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2025.

Pesquisa: Fernanda Rocha de Oliveira, Aristides Tavares de Figueiredo e Waldemar Arraes Farias Filho. Projeto gráfico: Ana Clara Benjamin e Líverny Chaves. Cartografia e diagramação: Líverny Chaves (com base em mapa da prefeitura municipal do Crato). Fontes das imagens: vide tabela anexa à prancha gráfica.